

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Ana Lúzia Magalhães Carneiro

**A formação acadêmico - profissional para inclusão social
nos cursos superiores de turismo: dos aspectos
socioeconômicos à discussão curricular**

DOCTORADO EM EDUCAÇÃO: CURRÍCULO

SÃO PAULO

2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Ana Lúzia Magalhães Carneiro

**A formação acadêmico - profissional para inclusão social
nos cursos superiores de turismo: dos aspectos
socioeconômicos à discussão curricular**

DOCTORADO EM EDUCAÇÃO: CURRÍCULO

Tese de Doutorado apresentada à banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP - como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Educação: Currículo, sob a orientação do Prof. Dr. Mario Sergio Cortella.

SÃO PAULO

2008

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mario Sergio Cortella - Orientador

Profa. Dra. Branca Jurema Ponce

Profa. Dra. Karina Toledo Solha

Profa. Dra. Olga Tulik

Profa. Dra. Silvia Jane Zveibil

Dedico à Joaquim e Ana, meus amados pais!!

Agradecimentos

Ao meu orientador Prof. Dr. Mario Sergio Cortella agradeço pelas orientações precisas, pela confiança em mim depositada e principalmente pela amizade, o carinho e a paciência..

À minha família, meu pai Joaquim (in memoriam), minha mãe Ana e meus irmãos Maria Vilma, Darley, Valderley e Fabiano, que nos momentos mais difíceis sempre estiveram ao meu lado, apoiando e incentivando minha formação acadêmica e profissional.

Ao meu companheiro Roberto por sua dedicação, pelo amor, carinho e compreensão ao longo desses últimos anos. Por me ajudar a encarar os problemas profissionais, a dar a volta por cima, a enfrentar a dor da perda e a alegrar-me com a simplicidade da vida.

À Gleice Regina Guerra, antes de tudo uma grande amiga, uma profissional ética, competente, apaixonada e entusiasmada pelas discussões críticas. Agradeço pelo apoio, pelas inúmeras leituras e pelas longas conversas e debates acerca dessa pesquisa.

Aos meus amigos do coração que souberam compreender minhas ausências, meu cansaço, me encorajando e amparando com carinho e atenção.

À Cristina e Luiz, pelas leituras, retoques e discussões. Pela amizade, pelas horas dedicadas, pelo carinho e pela presença constante.

À todos os professores, alunos e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo da PUC, pelos muitos encontros e discussões entusiasmadas.

À CAPES, pela bolsa de incentivo que possibilitou a concretização dessa pesquisa.

À equipe gestora e professores da EMEF João XXIII, pelo incentivo, pela compreensão e apoio na finalização desse trabalho.

Resumo

Este trabalho teve como objetivo verificar em que medida o currículo dos Cursos Superiores de Turismo favorecem uma atuação profissional posterior do egresso voltada à inclusão social, buscando indicar critérios para a construção de estruturas curriculares que possam ter a dimensão política de sua inserção na sociedade. A importância deste tema está relacionada à carência de discussões epistemológicas relacionadas a essa área de conhecimento e à construção de sua tradição dentro da educação superior. A pesquisa privilegiou um estudo dos currículos a partir de uma perspectiva histórica, política e sociológica, sem a intenção de reconceituá-los ou de analisar a prática curricular. Assim, foi realizada uma análise crítica do processo de construção e configuração curricular da área de Turismo, tendo como premissa a inclusão e exclusão social. Como parte das estratégias de investigação qualitativa, a pesquisa bibliográfica possibilitou a construção do referencial teórico a partir de estudos socioeconômicos fundamentados em autores como Gilberto Dupas (2001), Marcio Pochmann *et. al.* (2005), Sergio Buarque de Holanda (1999), Maria Luisa Santos Ribeiro (1998) e José de Souza Martins (1997, 2002) para a discussão de conceitos de inclusão e exclusão social, centrais neste trabalho. A relação do turismo com a formação histórica e política do país foi avaliada, a fim de verificar se pode ser considerado como uma das alternativas econômicas prioritárias para a diminuição da condição de exclusão social de grande parte das regiões brasileiras. A discussão do Turismo como área de conhecimento foi realizada, tendo como pano de fundo o papel da educação superior, tanto do setor público como privado e a questão da qualidade da formação profissional nesse campo de atuação, verificando-se os problemas que a área está encontrando para se fortalecer e se apresentar para a sociedade como uma alternativa para as transformações sociais. Ao pesquisar a constituição do currículo de Turismo, partiu-se da configuração e debates de sua história recente, por meio de estudos já realizados em teses e dissertações e, principalmente, a partir dos conflitos e encaminhamentos estabelecidos na discussão e construção das Diretrizes Curriculares Nacionais que fundamentaram as atuais estruturas curriculares adotadas pelas Instituições de Ensino Superior. Foram definidos critérios a fim de selecionar IES para a efetiva análise de suas estruturas curriculares, chegando à indicação de dez IES do estado de São Paulo. O exame de suas estruturas curriculares permitiu que se entrasse mais detalhadamente nos discursos recorrentes das produções pedagógicas da área. Para completar o cenário de análise, elaborou-se um painel ilustrativo a partir da opinião de egressos e nas respostas de estudantes de Turismo às questões discursivas do ENADE/2006, procurando indícios da inserção dos conceitos de inclusão social, ética, responsabilidade social, participação das comunidades em sua formação, constatando-se um distanciamento dos estudantes e egressos em relação a essa temática. O estudo sobre as condições socioeconômicas do país relacionado às discussões curriculares de alguns cursos superiores de Turismo do estado de São Paulo possibilitou a indicação de três critérios para construir as bases de uma estrutura curricular que não se limite ao campo da neutralidade, da produtividade e da competitividade: o conceito de qualidade social como referencial para o que se espera do papel do professor, dos estudantes, dos dirigentes educacionais e das comunidades quanto à experiência do Turismo; a identidade dos cursos, como premissa para a construção da tradição de um curso superior inserido em um projeto nacional de inclusão social; e sua função social, fundamentada em valores como ética, tolerância, solidariedade, igualdade social e democratização das relações de ensino.

Palavras-chave: turismo, exclusão e inclusão social, currículo, formação profissional.

Abstract

This study aimed to ascertain the extent to which the curriculum of College Tourism Courses promotes a professional performance of the graduate related to social inclusion, seeking to state criteria for the construction of curriculum structures that may have the political dimension of their integration into society. The importance of this theme is related to the lack of epistemological discussions in this area of knowledge and the need to construct its tradition in college education. The research focused the study of curricula from a historical, political and sociological perspective, with no intention to reconcept them or to examine their application. It was performed a critical analysis of the curriculum construction and design process in the field of Tourism, with the premise of social inclusion and exclusion. As part of the strategies of qualitative research, the literature search pointed out as theoretical reference studies based on socioeconomic authors such as Gilberto Dupas (2001), Marcio Pochmann *et al.* (2005), Sergio Buarque de Holanda (1999), Maria Luisa Santos Ribeiro (1998) and José de Souza Martins (1997, 2002) that discuss social inclusion and exclusion concepts, which are central in this work. The relation of tourism to the historical and political formation of the country was assessed to verify whether it can be considered as a priority of economic alternatives to reducing the condition of social exclusion in large parts of the Brazilian regions. The discussion of Tourism as an area of knowledge was held, against the backdrop of the role of public and private College education and the issue of its professional quality formation, noting several problems the area struggles to strengthen up and present itself to society as an alternative towards social transformations. The starting point to understand the constitution of the Tourism curriculum, its design and debates of its recent history were the studies already made in theses and dissertations and, mainly, from conflicts and solutions discussed to state the National Curriculum Guidelines which motivated the current curriculum structures adopted by institutions of college education. The criteria used to select the Colleges for the effective analysis of their curriculum structures came up with the indication of ten Colleges from Sao Paulo State. The examination of their curriculum structures has enabled to go further in recurrent issues of pedagogical literature. To complete the scenario of analysis, there was the elaboration of an illustrative panel focusing the view of graduates and the responses of students to open questions of Tourism of ENADE/2006, looking for insertion evidence of concepts in their formation such as social inclusion, ethics, social responsibility, participation in communities, noting that there is a lack of understanding of students and graduates regarding this topic. The study on the socioeconomic conditions of the country related to the curricula discussions of some Tourism degree courses from the State of São Paulo has allowed the indication of three foundations to build a curriculum structure not limited to the field of neutrality, productivity and competitiveness: the concept of social quality as a benchmark for what is expected of the role of teachers, students, educational leaders and communities about the experience of Tourism; an identity as a premise to build tradition of College Courses; and social function of the courses considered part of a national project of social inclusion based in values such as ethics, tolerance, solidarity, social equality and democratization of relations in education.

Key Words: tourism, social exclusion, social inclusion, curriculum, professional formation

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 15 |
| METODOLOGIA | 20 |
| 1. Caminhos percorridos e opções procedimentais | 21 |
| 1.1 Critérios de avaliação do ENADE..... | 26 |
| 1.2 Critérios do Guia do Estudante | 29 |
| 1.3 IES selecionadas..... | 30 |
| 2. Procedimentos de pesquisa | 33 |
| 2.1 Levantamento de dados..... | 34 |
| 2.2 Questionários..... | 35 |
| CAPÍTULO I – ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, POLÍTICOS E EDUCACIONAIS: UM QUADRO DE INCLUSÃO SOCIAL PRECÁRIA NO BRASIL..... | 39 |
| 1. Um breve debate sobre os conceitos de exclusão e inclusão social | 39 |
| 2. Aspectos socioeconômicos: condições estruturais para uma inclusão precária | 44 |
| 3. Estado e política: contextualização histórica da inclusão precária | 52 |
| 4. Sistema educacional: mais uma forma de inclusão precária..... | 57 |
| 5. Indicadores de exclusão social no Brasil no início do século XXI | 67 |
| CAPÍTULO II - INCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL: O QUE O TURISMO TEM COM ISSO?..... | 87 |
| 1. Turismo: uma das soluções para os problemas econômicos do país..... | 88 |
| 2. Turismo como fator de inclusão e exclusão social: alguns casos | 98 |
| 3. Turismo: uma nova área do saber dentro da universidade | 115 |
| 4. Turismo: alguns discursos sobre a formação pedagógica | 122 |
| CAPÍTULO III - FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS NOS CURSOS SUPERIORES DE TURISMO: UMA DISCUSSÃO CURRICULAR | 134 |
| 1. Especificidades das Diretrizes Curriculares de Turismo: o perfil profissional | 138 |
| 2. Organização curricular dos primeiros cursos de Turismo..... | 145 |
| 3. Organização curricular dos cursos de Turismo | 153 |
| CAPÍTULO IV- CURSOS SUPERIORES DE TURISMO: UMA FORMAÇÃO PARA A INCLUSÃO SOCIAL..... | 225 |
| 1. A expressão de ex-alunos sobre a relação entre turismo e inclusão social: um painel ilustrativo | 229 |
| 1.1 Painel 1 - Comentários sobre as respostas às questões discursivas da Parte Específica da Prova do ENADE/2006..... | 230 |

| | |
|--|------------|
| 1.2 Painel 2 - Comentários sobre as respostas de egressos de cursos superiores de Turismo ao questionário sobre a relação entre a atuação profissional em turismo e a inclusão social..... | 235 |
| 2. Identidade, função social e qualidade: um tripé de sustentação para a Inclusão social como eixo central da formação superior em Turismo | 250 |
| 2.1 Identidade dos cursos superiores de Turismo..... | 252 |
| 2.2 Função social dos cursos superiores de Turismo | 256 |
| 2.3 Qualidade social dos cursos superiores de Turismo | 262 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 267 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 280 |
| ANEXOS | 291 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Número de cursos participantes do ENADE/2006..... | 28 |
| Tabela 2 - IES com notas de 3 a 5 no ENADE e no Guia do Estudante | 31 |
| Tabela 3 - IES com pontuação acima de 3 em apenas um sistema avaliativo e em ordem alfabética..... | 32 |
| Tabela 4 - Contatos realizados pelo <i>site</i> de relacionamento..... | 36 |
| Tabela 5 - Chegada de turistas: Mundo, América do Sul e Brasil – 2001 a 2006..... | 92 |
| Tabela 6 - Receita cambial turística: Mundo, América do Sul e Brasil – 2001 a 2006.. | 93 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 - Comunidades pesquisadas no <i>site</i> de relacionamento..... | 36 |
| Quadro 2 - Índices referentes à Educação | 71 |
| Quadro 3 - Índices referentes à Saúde | 73 |
| Quadro 4 - Índices referentes à Habitação..... | 75 |
| Quadro 5 - Índices referentes à Cultura..... | 76 |
| Quadro 6 - Índices referentes à Informática | 78 |
| Quadro 7 - Índices referentes à pobreza relativa | 80 |
| Quadro 8 - Índices referentes ao déficit de trabalho decente | 81 |
| Quadro 9 - Índices referentes à Previdência Social..... | 82 |
| Quadro 10 - Brasil: equipamentos, serviços e recursos humanos a serem disponibilizados pelo padrão intermediário e avançado de inclusão social de 2005 a 2020 | 84 |
| Quadro 11 - Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design | 139 |
| Quadro 12 - Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação em Turismo..... | 139 |
| Quadro 13 - Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação em Turismo..... | 140 |
| Quadro 14 - Perfil profissional ENADE | 141 |
| Quadro 15 - Perfil profissional UNIBERO, São Paulo | 142 |
| Quadro 16 - Perfil profissional UNISAL, Lorena | 142 |
| Quadro 17 - Perfil profissional PUC CAMPINAS, Campinas..... | 142 |
| Quadro 18 - Perfil profissional PUC-SP, São Paulo | 143 |
| Quadro 19 - Perfil profissional Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo..... | 143 |
| Quadro 20 - Perfil profissional UMESP, São Bernardo do Campo | 143 |
| Quadro 21 - Perfil profissional UNIMEP, Piracicaba | 143 |
| Quadro 22 - Perfil profissional USJT, São Paulo..... | 144 |
| Quadro 23 - Perfil profissional USP, São Paulo..... | 144 |
| Quadro 24 - Perfil profissional UNISO, Sorocaba..... | 144 |
| Quadro 25 - Grades curriculares dos cursos de turismo da Faculdade de Turismo Morumbi, Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas e da Escola de Comunicação e Artes da USP, 1975, | 146 |

| | |
|---|-----|
| Quadro 26 - Turismo | 155 |
| Quadro 27 - Turismo e Patrimônio Cultural e Natural | 161 |
| Quadro 28 - Responsabilidade Social e Ambiental e Ciências Sociais | 164 |
| Quadro 29 - História | 167 |
| Quadro 30 - Geografia e Cartografia | 167 |
| Quadro 31 - Planejamento do Turismo, Empreendedorismo e Projetos | 177 |
| Quadro 32 - Pesquisa | 179 |
| Quadro 33 - Direito, Ética e Psicologia | 182 |
| Quadro 34 - Hotelaria, Gastronomia, Agências e Transportes | 188 |
| Quadro 35 - Lazer e Eventos | 193 |
| Quadro 36 - Economia e Hospitalidade | 196 |
| Quadro 37 - Matemática, Estatística, Sistemas de Informação e Informática | 201 |
| Quadro 38 - Administração e Finanças | 205 |
| Quadro 39 - Marketing | 209 |
| Quadro 40 - Trabalho de Conclusão de Curso e Estágio | 212 |
| Quadro 41 - Português, Comunicação e outros idiomas | 217 |
| Quadro 42 - Teologia e Outras | 222 |
| Quadro 43 - Perfil dos egressos que compuseram o painel | 237 |

LISTA DE ANEXOS

| | |
|---|-----|
| Anexo 1 - PARECER N° CES/CNE 0146/2002 | 291 |
| Anexo 2 - CNE/CES 0288/2003..... | 303 |
| Anexo 3 - Diretrizes Curriculares Nacionais..... | 311 |
| Anexo 4 - Matriz Curricular Centro Universitário Ibero-Americano- UNIBERO | 314 |
| Anexo 5 - Matriz Curricular Centro Universitário Salesiano de Lorena- UNISAL..... | 320 |
| Anexo 6 - Pontifícia Universidade Católica de Campinas- PUC-CAMP. | 321 |
| Anexo 7 - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP | 327 |
| Anexo 8 - Universidade Anhembi Morumbi..... | 333 |
| Anexo 9 - Universidade Metodista de São Paulo- UMESP | 335 |
| Anexo 10 - Universidade Metodista de Piracicaba- UNIMEP..... | 337 |
| Anexo 11 - Universidade São Judas Tadeu- USJT..... | 343 |
| Anexo 12 - Escola de Comunicação e Artes da USP | 344 |
| Anexo 13 - Universidade de Sorocaba- UNISO..... | 348 |
| Anexo 14 - Modelo do Questionário | 351 |
| Anexo 15 - Formulário 1- F1..... | 352 |
| Anexo 16 - Formulário 2- F2..... | 354 |
| Anexo 17 - Formulário 3- F3..... | 356 |
| Anexo 18 - Formulário 4- F4..... | 358 |
| Anexo 19 - Formulário 5- F5..... | 360 |
| Anexo 20 - Formulário 6- F6..... | 362 |
| Anexo 21 - Formulário 7- F7..... | 363 |
| Anexo 22 - Formulário 8- F8..... | 364 |
| Anexo 23 - Formulário 9- F9..... | 366 |
| Anexo 24 - Formulário 10- F10..... | 368 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|--------|---|
| CPA | Comissão Própria de Avaliação |
| ENADE | Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes |
| ENC | Exame Nacional de Cursos (ENC-Provão) |
| FGTS | Fundo de Garantia por Tempo de Serviço |
| IES | Instituição de Ensino Superior |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases |
| MEC | Ministério da Educação |
| OMT | Organização Mundial do Trabalho |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PMA | <i>Paises Menos Adelantados</i> |
| ProUni | Programa Universidade para Todos |
| SAEB | Sistema de Avaliação da Educação Básica |
| SENAC | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial |
| SENAI | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial |
| SINAES | Sistema de Avaliação da Educação Superior |
| TCC | Trabalho de Conclusão de Curso |
| UCS | Universidade de Caxias do Sul |
| UFPE | Universidade Federal de Pernambuco |
| USAID | United States Agency for International Development |
| USP | Universidade de São Paulo |

INTRODUÇÃO

Durante minha trajetória de trabalho como coordenadora, professora e de pesquisas no ensino superior de Turismo e Hotelaria, surgiram reflexões relacionadas a questões de ordem socioeconômica, às desigualdades sociais do país, à má distribuição de renda e às contribuições do turismo como atividade econômica alternativa para muitas comunidades brasileiras. Mas não havia, então, percebido com clareza a existência de relações intrínsecas entre essas problemáticas e a formação profissional oferecida nos cursos superiores.

À medida que minha vivência e experiência na área se aprofundavam, colocou-se a necessidade de estudar e discutir se os cursos superiores de Turismo¹ estavam questionando ou reproduzindo visões exclusivamente mercadológicas; se estavam reproduzindo conceitos de desenvolvimento turístico de realidades internacionais ou, se, estavam contribuindo com a formação de profissionais com capacidade de planejar e estabelecer projetos turísticos pensados a partir e para as necessidades das comunidades receptoras.

Ao iniciar o primeiro levantamento bibliográfico, foi possível constatar que, a partir de 2005, com o surgimento de programas de mestrado e doutorado na área, em universidades públicas e privadas, teve início uma produção acadêmica mais abrangente, com temáticas relacionadas à formação profissional e também às responsabilidades sociais, econômicas e ambientais do profissional em turismo, mas ainda uma produção insuficiente.

Esse primeiro levantamento, foi realizado em dissertações e teses defendidas na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo e a procura foi restrita a trabalhos que pudessem ter alguma relação com o problema desta pesquisa, que de alguma forma abordassem a questão da inclusão social. Cabe ressaltar que o Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP é o mais antigo do país, e tem contribuído com a produção científica da área desde meados da década de 1980.

¹ Ao longo da minha carreira, tive a oportunidade de vivenciar situações e relatos sobre a construção de matrizes de cursos de Turismo, de trabalhar na formação de professores, de ouvir inúmeras reclamações e sugestões de professores, alunos e empresários do setor.

Nesse levantamento, foram encontradas dezesseis dissertações defendidas entre 1990 e 2003, seis teses defendidas entre 1993 e 2003 e duas teses para livre-docência apresentadas, respectivamente, em 1991 e 1997 que apresentavam alguma relação entre a formação superior em Turismo e a temática da inclusão e exclusão social.

Dentre os temas das dissertações e teses pesquisadas, vale destacar alguns trabalhos nessa introdução, como a dissertação de mestrado de Madalena Pedroso Aulicino (1994), que avaliou os impactos socioeconômicos do turismo sobre alguns municípios de São Paulo, procurando verificar a capacidade do turismo em gerar renda, empregos e uma melhor qualidade de vida às populações receptoras. Esse estudo foi feito por meio de avaliações e análises estatísticas de variáveis selecionadas no decorrer da sua pesquisa.

Bem dentro do tema da inclusão e exclusão social, encontrou-se a dissertação de José Guilherme Almeida (1999), que colocou em cena a discussão dos contrastes entre riqueza e pobreza em determinado espaço turístico, mais precisamente na cidade de Campos do Jordão, abordando o confronto entre as características do espaço turístico e as condições de vida da população receptora de dois bairros periféricos da cidade.

Outro trabalho a ser destacado é o de Henrique Alckmin Prudente (2003), que buscou apreender os aspectos da cultura da cidade de Cunha, com relação à expansão do turismo na cidade. O autor buscou apresentar como essa cultura subsidiou atividades turísticas locais, frente as ações aparentemente ligadas ao processo de globalização.

Durante essa fase da pesquisa, se pôde verificar que as temáticas e as abordagens dessas dissertações não eram muito comuns em relação ao conjunto das produções de dissertações e teses desenvolvidas seja no programa de pós-graduação da USP, seja nos programas de outras universidades..

Com relação aos estudos curriculares no ensino superior de Turismo, encontrou-se a tese de Mirian Rejowski (1997), que buscou fundamentar e contextualizar o Turismo como disciplina a partir de publicações internacionais que tentavam entender o turismo como prática educacional. Tratando da evolução, dinâmica e importância da pesquisa científica, descreveu o Turismo como área de conhecimento no Brasil, revelando aspectos do ensino superior de graduação, estrutura da pós-graduação, publicações, associações e eventos técnico-científicos.

A tese de Ada Dencker (2000) analisou o potencial da prática pedagógica interdisciplinar para contribuir na superação da fragmentação das disciplinas que compõem as grades curriculares dos cursos de graduação em Turismo.

A realização do levantamento bibliográfico não se restringiu às teses e dissertações do programa de Pós-Graduação da ECA, e esse exercício possibilitou verificar que ao longo dos anos, o Turismo vem se constituindo como um campo do conhecimento. A partir do final da década de 1990 a produção científica da área teve uma maior representatividade em publicações editoriais, o que pode ser relacionado à intensa procura pelos cursos superiores de Turismo, mas essa produção bibliográfica ainda é insuficiente diante da complexidade e abrangência da área.

Do período inicial dos anos 1990, parte da bibliografia sobre a área era resultante de traduções de produções internacionais, principalmente os materiais de cunho técnico sobre marketing, planejamento, operacionalização de hotelaria, alimentos e bebidas, transportes, sistemas de informação e estruturas econômicas de mercado.

Esse contexto precário sobre a formação em Turismo é mais um fator que demonstra a necessidade de dar continuidade às pesquisas cujas temáticas estejam direcionadas para o ensino superior de Turismo, contribuindo para a construção da identidade e para o registro da história dessa área de conhecimento e suas diferentes interpretações. Assim como é importante, também, o desenvolvimento de pesquisas que busquem trabalhar a respeito das possibilidades e limitações de atuação do profissional de turismo na promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural das regiões onde estiver atuando.

É nesse âmbito de reflexão que o Turismo, como área de conhecimento e de atividade econômica, deve estar inserido, com o objetivo de concretizar novos referenciais éticos para a sociedade brasileira e não em reproduzir o que ocorreu e ainda ocorre com o desenvolvimento industrial, calcado na dependência internacional e na corrupção política e empresarial. Portanto, estudar as relações entre turismo e inclusão social por meio da atuação dos profissionais de cursos superiores de Turismo tem-se mostrado cada vez mais relevante para a área de formação.

O desenvolvimento da tese aqui proposta teve a intenção de aprofundar as especificidades da área de turismo, de entender como os currículos dos cursos

superiores de Turismo podem contribuir para que os profissionais que atuam nesse campo de atividade promovam a inclusão social por meio de um desenvolvimento ético, socialmente responsável, visando a diminuição da pobreza, a valorização cultural, a preservação da memória histórica, dos valores regionais e locais do país.

Nesse sentido, esta pesquisa foi estruturada em quatro capítulos, assim intitulados: Capítulo I- Aspectos socioeconômicos, políticos e educacionais: um quadro de inclusão social precária no Brasil; Capítulo II- Inclusão social no Brasil: o que o turismo tem a ver com isso? Capítulo III- A formação superior de profissionais nos cursos superiores em Turismo: uma discussão curricular e Capítulo IV – Cursos Superiores de Turismo: uma formação para a inclusão social.

Ao longo do primeiro capítulo, foi explicitado e discutido os conceitos de inclusão e exclusão social, seguindo os referenciais de José de Souza Martins (1997, 2002); apresentou-se uma breve descrição e análise das condições de exclusão social no Brasil, a partir dos estudos de Gilberto Dupas (2001) e Marcio Pochmann *et. al.* (2005), buscando em Sergio Buarque de Holanda (1999) e em Maria Luisa Santos Ribeiro (1998) os referenciais históricos e políticos da formação do povo brasileiro.

O segundo capítulo avaliou se, de fato, o turismo pode ser considerado como uma das alternativas econômicas prioritárias para a diminuição da condição de exclusão social de grande parte das regiões brasileiras. Foram estudados alguns casos em que o turismo é apresentado como alternativa econômica para determinadas comunidades, discutindo seus impactos positivos e negativos sob o ponto de vista de novos pesquisadores dessa área. É nesse capítulo que se inicia a discussão do Turismo como um campo de estudo dentro do ensino superior brasileiro, por meio de discussões que avançaram para debates sobre o papel da educação superior seja do setor público como privado e a questão da qualidade da formação profissional nesse campo de atuação.

O terceiro capítulo abordou estudos curriculares da área, a partir de fontes bibliográficas e de análises sobre os discursos contraditórios recorrentes nas produções pedagógicas da área, de estudos das matrizes curriculares e ementas de disciplinas de cursos superiores de Turismo de algumas Instituições de Ensino Superior (IES) do estado de São Paulo, especificamente selecionadas para esta pesquisa. Procurou-se encontrar nas análises dessas estruturas curriculares indícios da inserção dos conceitos

de inclusão social, ética, responsabilidade social, participação das comunidades, desenvolvimento sustentável. Essa discussão teve como contextualização a análise crítica da história e das concepções pedagógicas que fundamentaram a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Turismo.

No segundo capítulo surgiram questões referentes à função do ensino superior e a questão da qualidade na formação de profissionais. No terceiro capítulo, a análise dos conteúdos propostos nas ementas de diversas disciplinas abriram espaços para questionamentos sobre problemas relacionados à formação da identidade do curso, sobre a função social e, no quarto e último capítulo, esses temas se demonstraram recorrentes no painel composto com comentários críticos sobre as respostas de egressos dos cursos estudados nesta pesquisa e de alunos que participaram da avaliação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes- ENADE/2006.

É nesse capítulo que se configura a tese de que os cursos superiores de Turismo podem contribuir para a formação de profissionais que tenham sua atuação direcionada para a construção de ações pautadas na inclusão social.

METODOLOGIA

Este trabalho teve como objetivo conhecer com mais detalhes e profundidade as relações entre currículo e atuação dos profissionais de cursos de Turismo, sem pretensões de extrair leis e predições sobre tais relações, como estabelecem os tipos de pesquisas imbuídas de uma postura positivista.

Na discussão sobre opções metodológicas, é preciso considerar que, para as ciências humanas, a transição da pesquisa experimental ou positivista para o que hoje se chama de pesquisa qualitativa resguarda sérios problemas, como o risco da superficialidade e de uma não apropriação aprofundada, pelo pesquisador, das diversas correntes e linhas que compõem a complexidade das metodologias qualitativas e seus fundamentos filosóficos.

Da mesma forma como não se pode entender a pesquisa qualitativa seguindo padrões previamente estabelecidos e dogmáticos, também não se pode achar que não deve haver rigor e cientificidade nos métodos propostos e, principalmente, nos fundamentos epistemológicos da metodologia escolhida para a realização da pesquisa. Por isso, é de fundamental importância a busca de conhecimentos e compreensão sobre a escolha da metodologia mais apropriada para a pesquisa que se pretende realizar, com o objetivo de não chegar a conclusões estabelecidas como verdades absolutas, sem questionamentos, nem tampouco a resultados que sejam opiniões do pesquisador sem a necessária teorização, consistência e rigor.

É importante ressaltar que, nesta pesquisa fundamentada na abordagem qualitativa, não coube o estabelecimento de variáveis a serem operacionalizadas e nem de hipóteses a serem testadas; coube, outrossim, a investigação de uma determinada realidade que envolve a formação superior de profissionais de Turismo, cuja abordagem possa abarcar, a partir da contextualização histórica, econômica, política, social e cultural, a complexidade nela existente.

Nesse contexto, optou-se por trabalhar, como afirmado anteriormente, a partir de pressupostos da pesquisa qualitativa, sob a perspectiva da investigação dialética. Com essa orientação filosófica, entende-se que é possível traduzir com mais rigor a dinâmica das relações do objeto pesquisado dentro de determinadas estruturas sociais, podendo

possibilitar entendimento do fenômeno estudado em suas contradições e interações com a vida social, em um determinado contexto histórico, político e econômico.

A investigação dialética da realidade pressupõe que a produção e a troca de bens materiais sejam as bases da construção de uma determinada ordem social, melhor dizendo, a forma como os homens participam dessa produção é que determina suas ações e pensamentos. Não há aqui um determinismo mecanicista, porque o próprio método dialético procura entender essas relações e essas determinações em sua complexidade estrutural e na dinamização das relações existentes entre *infra e superestruturas*. Entende-se que é necessário levar em consideração o movimento entre os níveis econômico, político e ideológico em um processo de investigação dialética de um determinado problema proposto.

Essa metodologia de pesquisa possibilita ao pesquisador chegar a sínteses explicativas do fenômeno estudado e não se restringe a dinâmicas meramente descritivas de fenômenos isolados, permitindo que dessa epítome possam surgir novas buscas e novas sínteses.

Como afirma Elisabete M. Marchesini de Pádua (1996, p.28)

Nesta perspectiva, há necessidade de compreendermos que a produção do conhecimento é processual, que este processo é histórico, individual e coletivo ao mesmo tempo, derivado da práxis humana e, por isso mesmo, não-linear nem neutro, como queria a ciência positivista.

A partir dessa concepção, faz-se necessário entender que, também no processo de pesquisa, as questões epistemológicas, de método e de procedimentos devem ser pensadas de forma processual, coerente e como elementos indissociáveis, porém sempre contextualizadas em um referencial teórico mais amplo.

1. Caminhos percorridos e opções procedimentais

Como estratégias de uma investigação qualitativa, a utilização da pesquisa bibliográfica possibilitou a construção do referencial teórico necessário para a contextualização e a análise das relações entre as estruturas curriculares e as atividades

profissionais na área de Turismo e para o estabelecimento de relações entre atividades turísticas e inclusão social.

No projeto inicial desta pesquisa, foi previsto um trabalho de campo que envolveria levantamentos e análises documentais a partir dos projetos pedagógicos, estruturas curriculares, atas de reuniões etc. de quatro universidades do município de São Paulo, escolhidas a partir de considerações relativas ao tempo de existência do curso, à natureza jurídica da universidade (setor público, setor privado com fins lucrativos ou filantrópicos) e sua importância como referência na área educacional, não só no ensino de Turismo, como também em outras áreas.

Em 2005, iniciei os contatos com os representantes dessas universidades e consegui autorização para realizar a pesquisa em três delas. Em 2006, dei início às pesquisas, mas os primeiros contatos não foram bons nem produtivos.

Na universidade pública, tive contato com a coordenação do seu curso de Turismo apenas por telefone, não havendo possibilidade de encontros por motivos de incompatibilidade de horários, reuniões da coordenação e até por greves que ocorreram entre 2006 e 2007. Nessa universidade, fui autorizada a tirar cópias das matrizes curriculares existentes (minha intenção era pesquisar o período de 10 anos da existência do curso) e tentar procurar nos arquivos as ementas relativas àquelas matrizes. No desenvolvimento do trabalho, percebi que muitas ementas se repetiam, independente do ano em que foram aprovadas. Ao questionar a secretária do curso da referida universidade, fui informada de que era apenas o que dispunham, já que quando tinha assumido o cargo não havia quase nenhuma documentação, e que no momento estava tentando colocar os arquivos em ordem. Fui informada também de que, talvez, a coordenação pudesse ter alguns dos documentos de que eu precisava. Após quatro visitas, percebi que não conseguiria muito material, nem mesmo condições para entrevistar profissionais que atuaram no curso.

Na universidade privada, fui autorizada pela coordenação do curso de Turismo a realizar a pesquisa nos documentos, desde que fosse feita dentro da instituição: não houve autorização para tirar cópias de nenhum material. Teria que realizar as análises nas dependências da coordenação desse curso. Havia mais acessibilidade à documentação, que também estava em posse da coordenação, com exceção dos planos

de ensino, que estavam arquivados na secretaria e precisaria de autorização especial para acessá-los. Pude ler todos os projetos pedagógicos, levantar as matrizes curriculares e suas respectivas ementas e bibliografias. Havia muitos documentos sobre o desenvolvimento dos Trabalhos de Conclusão de Curso e sobre a implantação do Laboratório de Turismo. Essa documentação precisava ser organizada, e cheguei a auxiliar a coordenadora a iniciar esse trabalho, mas não foi possível dar continuidade. O fato de não poder tirar cópias limitou muito as condições de análise, até porque, ao contrário da primeira universidade, havia muito material para ser analisado. Pelo fato de ter que realizar o trabalho na universidade, tive dificuldades em relação à disponibilidade de tempo, já que a coordenadora trabalhava no final da tarde e noite nessa universidade e eu, como professora, também trabalhava no período noturno, prejudicando sobremaneira a atividade e praticamente tornando-a impossível de ser realizada.

Em conversas informais com a coordenação do curso de Turismo, já que eu ainda não pretendia entrar na fase de entrevistas, por não ter tido condições de entender e estudar todo o material com mais profundidade, soube que essa universidade vinha atravessando uma trajetória de crises financeiras nos últimos anos, o que provocou sua venda para outro grupo educacional de São Paulo.

Além disso, o curso de Turismo, como muitos outros e como em muitas outras universidades, atravessava momentos difíceis, por falta de alunos, o que ocasionava uma pressão maior sobre a coordenação, principalmente, porque estavam sendo impostas mudanças no desenvolvimento estrutural e pedagógico do curso das quais a coordenação discordava, mas não tinha alternativas a não ser colocá-las em prática, tais como: alteração de grade curricular, junção de turmas, extinção de períodos, diminuição de carga horária, retirada de orientação de TCCs, entre muitas outras.

Infelizmente, entre o final de 2006 e início de 2007, a universidade foi vendida, e fiquei um semestre sem poder realizar meus trabalhos, uma vez que a coordenação previa que, além da demissão de professores, iriam ocorrer cortes nas próprias coordenações, principalmente daquelas que estavam resistindo à implantação de muitos processos redutores da qualidade do curso – o que de fato ocorreu no final do 1º semestre de 2007. Esse acontecimento colocou um ponto final no trabalho que estava realizando.

Em relação à terceira universidade, de cunho filantrópico, obtive melhores condições de pesquisa e autorização da direção do curso e da coordenação para ler e tirar cópias do projeto pedagógico e de todos os documentos do curso. No entanto, esse curso também estava atravessando um momento de mudanças na sua estrutura curricular, por meio de reuniões do colegiado. Apesar das autorizações e liberdade de pesquisa, não pude participar das reuniões que discutiam essa alteração. Diferentemente das outras universidades em que o curso existia há muito tempo, nessa instituição o curso de Turismo era recente, com apenas uma turma formada. Dessa forma, não havia muito material a verificar. Tive acesso ao único projeto pedagógico que estava sendo rediscutido, entrei em contato com alguns professores, ainda informalmente, e participei de palestras relacionadas à formação e preparação para o ENADE (Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes). Conheci o laboratório de turismo e seu acervo me foi apresentado pela monitora responsável, que comentou problemas que ela encontrava no curso, bem como suas positivities. Solicitei os planos de ensino à coordenação, que autorizou sua emissão pela secretaria, mas mesmo após três cobranças não tive o acesso necessário.

Nessa fase, estava vivenciando os problemas junto às outras duas universidades, o que começou a prejudicar a proposta metodológica de análise documental e de futuras entrevistas que deveria realizar com professores e egressos, já que esse era outro procedimento previsto em meu projeto inicial. Para enriquecimento do trabalho, sabia ser necessária a realização de entrevistas com pelo menos um ex-aluno formado em cada ano, durante a década que estava pesquisando, além de entrevistar professores e coordenadores.

Diante do quadro configurado, constatei que a proposta metodológica estava prejudicada e que não seria possível dar continuidade e cumprir os objetivos propostos de discutir a questão da inclusão social por meio da formação profissional em turismo, seguindo os procedimentos estabelecidos no projeto de pesquisa.

Novos rumos e procedimentos precisavam ser pensados e estruturados. Iniciei uma busca na internet de todas as instituições que ofereciam o curso de Turismo em São Paulo, e, como não tinha mais tanta disponibilidade de tempo para pesquisas de campo, busquei critérios mais objetivos para seleção de quais universidades ou cursos seriam

estudados. Dessa vez, não mais *in loco*, devido à indisponibilidade de tempo, mas pelos mecanismos que a *internet* e que a própria instituição disponibiliza nesse meio.

Por meio do endereço eletrônico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira- INEP, identificou-se todas as instituições que estavam oferecendo cursos superiores de Turismo (tecnológico ou bacharelado). O critério de excelência do curso era fundamental para o objeto da pesquisa. Como estabelecido inicialmente, procurou-se, nos setores público e privado, mecanismos de avaliação dos cursos de Turismo que pudessem atestar as condições de sua qualidade, fundamentalmente nos quesitos estrutura curricular e pedagógica, aspectos essenciais para a formação de um profissional consciente de sua função social na atividade turística.

Partindo do pressuposto de que essa formação consciente tenderia a ser encontrada em instituições com indicadores relativos ao comprometimento social, cultural e científico com a sociedade, e não apenas com interesses mercadológicos, encontrei na avaliação realizada pelo ENADE/2006 (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) uma possível alternativa, mesmo que esse sistema de avaliação seja questionado por algumas instituições do ensino superior. Porém é uma avaliação que, pelo menos, em termos teóricos, transpareceu ter preocupações com a premissa da formação de um profissional com valores, conhecimentos e atitudes fundados em conceitos de responsabilidade social com as comunidades e grupos em que atuarão.

As leituras realizadas, as pesquisas feitas nas publicações eletrônicas do INEP e o próprio Relatório² Síntese ENADE dos cursos de Turismo (2006) confirmaram minhas impressões prévias sobre o fato de o estado de São Paulo possuir o maior número de Instituições de Ensino Superior (IES) que ofereciam o curso de Turismo. Além de ter sido o berço dos primeiros cursos de graduação da área, é o estado que também possui o maior número de especialistas com titulação de mestrado e doutorado específica em Turismo, e representa, em termos educacionais, referência para grande parte dos estados brasileiros. Nesse sentido, confirmou-se minha opção inicial de

² RELATÓRIO Síntese: Turismo. ENADE 2006. Brasília, 2007. Disponível em <http://www.inep.gov.br/download/enade/2006/relatorios/turismo_relatoriofinal.pdf>. Acesso em 06 de set. 2007

realizar esta pesquisa com instituições desse estado, considerando sua representatividade quantitativa e qualitativa referente ao ensino superior em Turismo.

O ENADE/2006 e as instituições do estado de São Paulo foram definidos como critérios de seleção das IES para esta pesquisa. O Guia do Estudante, que lançou o *ranking* das melhores universidades de 2006 e os melhores cursos, foi utilizado como um terceiro instrumento para auxiliar no processo de definição de quais IES poderiam ser estudadas neste trabalho.

Com esses dados, considerou-se a possibilidade de utilizá-los como um critério misto, partilhando não só dos resultados do ENADE/2006, uma avaliação realizada pelo setor público, mas também das indicações apontadas pelo setor privado, representado pelo Guia do Estudante, Edição 6 de 2006.

1.1 Critérios de avaliação do ENADE

É importante deixar claro o que é o ENADE, conforme conceituação do próprio Ministério da Educação, e quais os critérios utilizados para sua avaliação dos cursos, a fim de justificar o fator que me motivou a utilizá-lo como um critério de escolha dos cursos a serem trabalhados nesta tese.

Segundo o que foi indicado no Relatório Síntese dos resultados da avaliação dos cursos de Turismo (MEC/INEP, 2007), o ENADE deve ser visto pelas IES como uma das avaliações de um sistema avaliativo denominado SINAES (Sistema de Avaliação da Educação Superior). Esse sistema conta com um processo de avaliação externa realizada por comissões de especialistas para aprovação, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e de credenciamento das instituições, além de um processo de avaliação interna realizada pelas Comissões Próprias de Avaliação (CPAs).

Em síntese, o principal objetivo do ENADE é o de verificar o desempenho dos estudantes de um determinado curso em relação aos conteúdos, competências e habilidades indicadas em suas diretrizes curriculares. Essa avaliação não é feita todo ano. Cada curso é avaliado a cada três anos e, em 2006, os cursos de Turismo foram avaliados pela primeira vez, mais especificamente no dia 11 de novembro. Segundo o INEP, responsável pela condução do processo avaliativo do ENADE, as avaliações ocorreram em 1983 locais de provas em 850 municípios. Os estudantes foram

selecionados por amostragem. Um grupo era de alunos ingressantes no curso e outro grupo era de concluintes, e os dois grupos realizaram a mesma prova.

A prova foi composta de uma parte voltada para a formação geral e outra para formação específica, e os resultados do curso foram obtidos em análises que consideraram o peso amostral de cada estudante presente na prova. De forma geral, a nota final do curso é fundamentada em três variáveis: o desempenho dos estudantes concluintes no componente específico, o desempenho dos estudantes ingressantes no componente específico e o desempenho dos estudantes concluintes e ingressantes no componente de formação geral.

Vale ressaltar ainda que as provas seguiram diretrizes estabelecidas por comissões diferentes, a Comissão Assessora de Avaliação da Formação Geral e a Comissão Assessora de Avaliação da Área de Turismo, esta última formada pelos seguintes professores:

- Dário Luiz Dias Paixão- Centro Universitário Positivo;
- Dóris Van de Meene Ruschman- Universidade do Vale do Itajaí;
- Karina Toledo Solha- Pontifícia Universidade Católica de Campinas;
- Luiz Gonzaga Godói Trigo- Universidade de São Paulo;
- Marília Gomes dos Reis Ansarah- Universidade Paulista, e
- Miriam Rejowski- Universidade Caxias do Sul.

Quanto ao conteúdo da prova de formação geral, a Comissão Assessora de Avaliação da Formação Geral, de acordo com o Relatório Síntese do curso de Turismo do ENADE/2006, estabeleceu que o exame deveria investigar

[...] a formação de um profissional ético, competente e comprometido com a sociedade em que vive. Nas questões da prova busca-se também ter indícios relativos à capacidade do estudante para analisar, sintetizar, criticar, deduzir, construir hipóteses, estabelecer relações, fazer comparações, detectar contradições, decidir e organizar as idéias. [...] Na avaliação da formação geral buscou-se contemplar alguns dentre os vários temas propostos na legislação relativa ao exame, como: sociodiversidade, biodiversidade, globalização, novos mapas sociais, inclusão e exclusão digital, cidadania, além de outros problemas contemporâneos.

Para elaboração do componente de formação específica, a Comissão Assessora de Avaliação da Área de Turismo pautou-se nos objetivos e competências de um profissional de turismo e no perfil profissional estabelecido nas Diretrizes Curriculares do curso.

Por fim, vale destacar que foram avaliados 397 cursos em todo o Brasil, distribuídos entre as regiões brasileiras e entre as categorias de instituição superior, conforme indicado na tabela, apresentada no Relatório Síntese do curso de Turismo do ENADE/2006 (Tabela 1).

Tabela 1 - Número de cursos participantes do ENADE/2006

| Região | Total | IES Federal | IES Estadual | IES Municipal | IES Particular |
|---------------|--------------|------------------------|-------------------------|--------------------------|---------------------------|
| Brasil | 397 | 15 | 13 | 9 | 360 |
| Norte | 20 | 2 | - | - | 18 |
| Nordeste | 89 | 4 | 4 | 1 | 80 |
| Sudeste | 172 | 6 | 1 | 3 | 162 |
| Sul | 71 | 2 | 5 | 5 | 59 |
| Centro Oeste | 45 | 1 | 3 | - | 41 |

Fonte: MEC/INEP/DEAES- ENADE/2006- Tabela 2.1 Número de cursos participantes do ENADE/2006 por categoria administrativa segundo as grandes regiões.

Os cursos foram avaliados com notas de 0 a 5, seguindo critérios específicos para seus cálculos. No levantamento de notas do ENADE, selecionei todos os cursos avaliados com notas três (3), quatro (4) e cinco (5), considerando exclusivamente a nota do curso, desprezando, dessa forma, o Indicador de Diferença entre Desempenhos Observado e Esperado (IDD), que tinha como propósito fornecer às instituições dados comparativos entre os desempenhos de seus estudantes concluintes e os resultados obtidos (em média) pelas instituições cujos perfis dos estudantes ingressantes fossem semelhantes. Das 103 (cento e três) instituições do estado de São Paulo constantes na lista do ENADE, apenas 41 (quarenta e um) apresentavam notas de 3 a 5.

Um ponto que merece ser esclarecido se refere ao fato de não aparecer na relação do ENADE/2006 a Universidade de São Paulo, uma vez que, por decisão de seu Conselho de Graduação, nenhum de seus cursos participou desse processo de avaliação. Mas, pelo fato de ter sido o segundo curso superior de Turismo a funcionar no Brasil, e

por ser considerado entre os vários coordenadores e professores da área como um dos mais importantes cursos de São Paulo, decidi incluir esse curso na listagem, já que o mesmo foi avaliado com 4 estrelas pelo Guia do Estudante.

1.2 Critérios do Guia do Estudante

Os critérios utilizados pelo Guia do Estudante para atribuição de estrelas aos cursos foram aplicados em instituições do Brasil todo mas, para efeito deste trabalho, a seleção foi feita apenas com cursos do estado de São Paulo. Para o Guia do Estudante, somente duas instituições mereceram 5 estrelas: Universidade de Caxias do Sul (UCS/Canela/RS) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/PE).

Somente instituições que apresentassem cursos superiores com titulação de bacharelado e que possuíssem turmas formadas há pelo menos um ano poderiam participar da avaliação realizada pelo Guia do Estudante. Tal critério satisfaz um dos itens inicialmente previstos no projeto desta pesquisa: de tempo de existência do curso.

Tendo cumprido tais pré-requisitos, os cursos passaram por uma avaliação que seguiu o seguinte trajeto, de acordo com o Guia do Estudante/ Melhores Universidades, 2006, p. 19:

- 1- Envio de questionário a todos os coordenadores de cursos que atendem aos critérios da avaliação. No questionário são solicitadas informações sobre a qualificação do corpo docente, as instalações físicas da instituição e como a escola atua para garantir a empregabilidade dos alunos.
- 2- Atribuição dos conceitos pelos consultores, com base no questionário preenchido pelos coordenadores e em seu notório saber. A avaliação é feita via internet e por meio de entrevistas por telefone.
- 3- Após reunir os conceitos para todos os cursos que participam da avaliação, as informações são encaminhadas para o Ibope opinião, que aplica o sistema de pontuação e define a classificação dos cursos com base na opinião dos consultores.
- 4- Após o fim do processo, o resultado da avaliação é auditado pela *PricewaterhouseCoopers*.

Como coordenadora que fui de cursos de Turismo e Hotelaria, não posso deixar de fazer uma crítica aos critérios utilizados pelo Guia do Estudante. Ele parte de um

conjunto de informações fornecidas pela própria coordenação do curso, que, por sua vez, pode tornar-se a avaliadora dos formulários enviados pelos colegas na função de coordenadores. Não dá para deixar de considerar que tais formulários podem ser preenchidos com mais ênfase e com mais efeitos do que de fato existem no contexto da universidade. Não estou afirmando que os coordenadores de cursos colocaram nos formulários situações irreais, mas é bem possível que a força das palavras possa deixar a realidade mais apresentável.

Sem contar que há, no meio acadêmico, informações sem fundamentos reais e até preconceitos em relação a algumas instituições de ensino, e podendo pesar esse senso comum nas avaliações que os coordenadores fazem dos cursos de sua região de atuação. Ressalte-se que um dos critérios de avaliação utilizados pelo Guia se pautou também na avaliação feita por 1.441 coordenadores (chamados de consultores no item 2 dos critérios de avaliação citados acima) de cursos superiores de todo o Brasil, o viés de subjetividade sempre pode existir em quaisquer critérios de avaliação, mas é importante considerar a responsabilidade e a seriedade com que são implementados.

1.3 IES selecionadas

Dentro dos padrões de concorrência que estão se estabelecendo entre as diversas Instituições de Ensino Superior (IES), a avaliação do Guia do Estudante está cumprindo seu papel e, no caso desta tese, sua adoção decorre do fato de não existir nenhum outro sistema de avaliação realizado pelo setor privado.

Com relação à avaliação dos cursos pelo setor público, existia a possibilidade de escolher entre a avaliação feita nos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos, realizados por especialistas do MEC, e a avaliação feita por meio do ENADE. A escolha deste último deu-se pelo fato de ser uma das avaliações mais recentes e por ter sido considerada, por muitos especialistas, como divisor de águas entre os cursos verdadeiramente sérios e os cursos que surgiram por modismo e interesses comerciais.

No entanto, há uma série de problemas que ainda cercam o ENADE no seu papel de avaliação de curso, como, por exemplo, o fato de estar seguindo o mesmo caminho

do PROVÃO³, sendo utilizado isoladamente e não no conjunto das avaliações propostas pelo MEC, ou seja, dentro dos SINAES, servindo, por enquanto, apenas como meio de propaganda para as instituições.

Mesmo com tais problemas, o ENADE e o Guia do Estudante ainda são sistemas de avaliação que poderiam ser utilizados nesta tese como critérios para seleção dos cursos de Turismo do estado de São Paulo a serem analisados, retirando quaisquer possibilidades de escolha subjetiva, baseada em informações de senso comum existentes no meio acadêmico.

Sendo assim, a partir desse critério misto de seleção das universidades, a apresenta as instituições do estado de São Paulo avaliadas com notas de 3 a 5 pelo ENADE e as que obtiveram de 3 a 5 estrelas pelo critério do Guia do Estudante. Na Tabela 3 obtiveram pontuação em apenas um dos sistemas avaliativos⁴.

Tabela 2 - IES com notas de 3 a 5 no ENADE e no Guia do Estudante

| Instituição de Ensino Superior | Critério ENADE 2006 (em nota) | Critério Guia do Estudante 2006 (em estrelas) |
|---|--------------------------------------|--|
| Centro Universitário Ibero-Americano- UNIBERO- SP | 4 | 3 |
| Centro Universitário Salesiano de Lorena -UNISAL | 3 | 3 |
| Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUC-Campinas | 3 | 4 |
| Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC-SP | 4 | 3 |
| Universidade Anhembi Morumbi | 3 | 4 |
| Universidade Metodista de São Paulo- UMESP- SBC | 3 | 3 |
| Universidade Metodista de Piracicaba- UNIMEP | 3 | 3 |
| Universidade Sagrado Coração – USC -Bauru | 3 | 3 |
| Universidade São Judas Tadeu– USJT | 3 | 3 |
| Universidade de São Paulo- USP | não participou da avaliação do ENADE | 4 |
| Universidade Sorocaba – UNISO | 3 | 3 |

³ O Exame Nacional de Cursos (ENC-Provão) foi um exame aplicado aos formandos, no período de 1996 a 2003, com o objetivo de avaliar os cursos de graduação da educação superior, no que tange aos resultados do processo ensino-aprendizagem, desenvolvido durante os mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso, sob direção do ministro Paulo Renato de Souza no Ministério da Educação.

⁴ Disponível em <http://enade2006.inep.gov.br/novo/Site/?c=CUniversidade&m=mostrar_lista_area> Acesso em : 01 de set. 2007.

Tabela 3 - IES com pontuação acima de 3 em apenas um sistema avaliativo e em ordem alfabética

| Instituição de Ensino Superior | Critério ENADE 2006 (em nota) | Critério Guia do Estudante 2006 (em estrelas) |
|--|--------------------------------------|--|
| Centro Universitário Assunção- São Paulo | 3 | |
| Centro Universitário Barão de Mauá- Ribeirão Preto | 3 | |
| Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas- São Paulo | 3 | |
| Centro Universitário FIEO- Osasco | 3 | - |
| CBM | - | 3 |
| Centro Universitário Monte Serrat- Santos | 3 | |
| Centro Universitário Moura Lacerda- Ribeirão Preto | 3 | |
| Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio- Itu | 3 | |
| Centro Universitário Nove de Julho- UNINOVE-SP | 3 | - |
| Centro Universitário SENAC | 4 | - |
| CUML | - | 3 |
| Faculdade Casper Líbero- SP | 4 | - |
| Faculdade de Ciências Gerenciais de Dracena | 3 | |
| Faculdade de Jaguariúna | 3 | - |
| Faculdade do Guarujá | 3 | - |
| Faculdade do Interior Paulista- Barra Bonita | 3 | |
| Faculdade do Litoral Sul Paulista- Praia Grande | 3 | |
| Faculdade Estácio de Sá - Ourinhos | 3 | - |
| Faculdade Integração- São Vicente | 3 | |
| Faculdades Integradas de Bauru | 3 | - |
| Faculdades Integradas de Botucatu | 3 | |
| Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul- Santa Fé do Sul | 3 | - |
| Faculdade Presidente Prudente- Presidente Prudente | 3 | - |
| Faculdade de Educação Física de Santo André- Fefisa | - | 3 |
| Unicapital | - | 3 |
| Universidade Bandeirantes de São Paulo- UNIBAN-SP | 3 | |
| Universidade Bandeirantes de São Paulo- UNIBAN-SBC | 3 | - |
| Universidade Braz Cubas- Mogi das Cruzes | 3 | |
| Universidade de Ribeirão Preto- Ribeirão Preto | 3 | - |
| Universidade de Ribeirão Preto- Guarujá | 4 | |
| Universidade do Vale do Paraíba- São José dos Campos | 4 | - |
| Universidade Paulista- UNIP- São José dos Campos | 3 | - |
| Universidade Paulista- UNIP- Campinas | 3 | |
| Universidade Paulista- UNIP- Jundiá | 3 | |
| Universidade Paulista- UNIP- São Paulo | 3 | |
| Universidade São Francisco | - | 3 |

2. Procedimentos de pesquisa

Não foi a intenção deste trabalho, reconceitualizar o currículo dos cursos de Turismo. Para isso seria necessária uma pesquisa que envolvesse o currículo escrito e o currículo como atividade em sala de aula. Dessa forma, a opção metodológica foi analisar o currículo sob a perspectiva histórica, política e sociológica, em vez de realizar uma pesquisa direcionada para a prática curricular.

Assim, pretendeu-se dar continuidade à construção crítica sobre a história e constituição do currículo de Turismo como área de formação do ensino superior, partindo da configuração, embates e debates de sua história recente, por meio de pesquisas que já foram realizadas em teses e dissertações e, principalmente, a partir dos conflitos e encaminhamentos estabelecidos na discussão e construção das Diretrizes Curriculares Nacionais que fundamentaram as atuais estruturas curriculares adotadas pelas IES de São Paulo.

Essa postura metodológica e decisão dos caminhos adotados para a análise das informações curriculares dos cursos de Turismo estão considerando e refletindo um questionamento proposto por Ivor Goodson (1998, p.110) a respeito do tipo de pesquisa que pode ser feita sobre currículo:

Será que é aconselhável analisar uma prática de sala de aula sem considerar esta anterior batalha crítica sobre definição e construção do currículo? Se a investigação se limita à imediata realização de conhecimento sobre a matéria escolar, será que não há perigo, grave, de se provocar uma miopia que, atingindo a visão sobre os alunos de uma sala, inevitavelmente confunda e mistifique um componente fundamental na complexidade da vida escolar?

Ao mesmo tempo que questiona a pesquisa que se fundamenta sobremaneira nas práticas curriculares, Goodson (1998, p. 107) também faz refletir sobre a tentativa de uma interpretação superficial do currículo, quando afirma que:

O currículo, por conseguinte, é elaborado numa variedade de áreas e níveis. Todavia, fundamental para esta variedade é a distinção entre o currículo escrito e o currículo como atividade em sala de aula. O perigo de se estudar apenas o currículo escrito é evidente, pois, como nos

previne Ruffolo (1977, p. 6): “A melhor maneira de se ler erradamente e erradamente interpretar um currículo é fazê-lo tomando como base um catálogo. Este é coisa muito sem vida, muito despersonalizada, muito desconexa e, às vezes, intencionalmente enganosa”.

Como explicitado anteriormente, objetivou-se realizar uma análise crítica do processo de construção e configuração curricular da área de Turismo, tendo como premissa a discussão da inclusão e exclusão social, conceitos centrais deste trabalho. Entretanto, a obtenção de alguns elementos respectivos à estruturação curricular dos cursos seria necessária para a efetivação dessa análise, os quais deveriam ser pesquisados diretamente nas IES selecionadas, tendo como complemento importante a opinião dos egressos sobre a relação do curso e da área de trabalho em turismo com os conceitos de inclusão e exclusão social.

2.1 Levantamento de dados

Após a realização de todo o percurso de pesquisa relatado no item 1, as mudanças de trajetória exigiram outras estratégias como a opção em analisar a estruturação curricular das IES do estado de São Paulo, selecionadas pelos critérios de avaliação do Enade/2006 e do Guia de Estudante/2006, cruzando informações extraídas de seus *endereços eletrônicos* de divulgação, como o perfil profissional proposto, o levantamento de disciplinas ministradas e suas respectivas ementas com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Turismo e com a produção bibliográfica relacionada direta e indiretamente à temática proposta.

As informações referentes às disciplinas e ementas⁵ foram obtidas por meio dos endereços eletrônicos de algumas IES e com alguns coordenadores de cursos. Mesmo tendo restringido o levantamento de dados à matriz curricular e ementário, algumas universidades não os disponibilizaram, nem mesmo após vários contatos pessoais e presenciais. Esses dados foram essenciais para exemplificar e objetivar as discussões e análises realizadas no decorrer do segundo e terceiro capítulos desta tese.

⁵ As matrizes curriculares com suas respectivas ementas constam dos Anexos 4 a 14. Cabe esclarecer que não se conseguiu obter nenhuma informação sobre a matriz curricular e as ementas da Universidade Sagrado Coração de Jesus (USC-Baurú); a Universidade Salesiana de Lorena (UNISAL) e a Universidade São Judas Tadeu (USJT) não forneceram o ementário. Os dados referentes à matriz curricular com o respectivo ementário da Universidade Anhembi Morumbi, foram cedidos por um aluno do curso, porque a IES não disponibiliza essas informações no *site*, nem no catálogo de curso geralmente existente nas bibliotecas.

O levantamento de informações sobre as matrizes curriculares foi complementado pelo estudo de um item apresentado em todos os *endereços eletrônicos* institucionais: o perfil profissional pretendido. Procurou-se estudar a configuração das estruturas curriculares e sua relação com o perfil proposto pelas IES, tendo como parâmetros de questionamento, as concepções de inclusão e exclusão social, além do perfil proposto pelas Diretrizes Curriculares e as críticas a essas diretrizes.

2.2 Questionários

Além do levantamento realizado sobre o perfil profissional, as matrizes curriculares e seus respectivos ementários, se fez necessário conhecer o ponto de vista dos profissionais, formados nas IES selecionadas sobre seu papel, suas possibilidades de contribuição como profissionais de turismo, na construção e promoção da inclusão social, seus conhecimentos sobre esse conceito e se houve algum trabalho dos cursos em relação a essa temática.

Em um primeiro momento, escolheu-se a entrevista como um procedimento metodológico qualitativo, bastante significativo para pesquisas no campo educacional. Para tanto, entrou-se em contato com as IES com objetivo de obter os contatos dos egressos, mas não se obteve sucesso. Contatou-se também vários professores dessas IES que pudessem fornecer contatos de egressos que estivessem atuando no mercado, mas o retorno foi muito pequeno.

Diante dessa situação, verificou-se que uma grande alternativa seria a utilização da tecnologia da informação, instrumento utilizado por um grande número de jovens, o que foi feito a partir dos *sites* de relacionamento como o *Orkut*.

Durante o período de 16 de abril a 07 de maio de 2008, realizou-se uma busca de alunos pelas principais comunidades de turismo do *Orkut*, relacionadas às IES pesquisadas, conforme explicitado no quadro nº1

Quadro 1 - Comunidades pesquisadas no site de relacionamento

| | |
|---|---|
| Centro Universitário Ibero-Americano | http://www.orkut.com.br/Community.aspx?cmm=175639 |
| Centro Universitário Salesiano de Lorena | http://www.orkut.com.br/Community.aspx?cmm=435059 |
| Pontifícia Universidade Católica de Campinas | http://www.orkut.com.br/Community.aspx?cmm=810923 |
| Pontifícia Universidade Católica de São Paulo | http://www.orkut.com.br/Community.aspx?cmm=176576 |
| Universidade Anhembi-Morumbi | http://www.orkut.com.br/Community.aspx?cmm=109500 |
| Universidade Metodista de São Paulo | http://www.orkut.com.br/Community.aspx?cmm=161576 |
| Universidade Metodista de Piracicaba | http://www.orkut.com.br/Community.aspx?cmm=289137 |
| Universidade Sagrado Coração | http://www.orkut.com.br/Community.aspx?cmm=491211 |
| Universidade São Judas | http://www.orkut.com.br/Community.aspx?cmm=429448 |
| Universidade de São Paulo | http://www.orkut.com.br/Community.aspx?cmm=404768 |
| Universidade Sorocaba | http://www.orkut.com.br/Community.aspx?cmm=167543 |

Os contatos foram realizados por e-mails e por *scraps* (recados) para agendar entrevistas com pelo menos dois egressos de cada IES pesquisada, explicando os objetivos da tese e da entrevista. Na tabela nº 3 consta o número de contatos realizados:

Tabela 4 - Contatos realizados pelo site de relacionamento

| Universidade | Emails enviados | <i>Scraps</i> enviados | Total |
|---|-----------------|------------------------|-------|
| Centro Universitário Ibero-Americano | 56 | 23 | 79 |
| Centro Universitário Salesiano de Lorena | 27 | 35 | 62 |
| Pontifícia Universidade Católica de Campinas | 12 | 22 | 34 |
| Pontifícia Universidade Católica de São Paulo | 31 | 28 | 59 |
| Universidade Anhembi-Morumbi | 58 | 37 | 95 |
| Universidade Metodista de São Paulo | 34 | 29 | 63 |
| Universidade Metodista de Piracicaba | 25 | 35 | 60 |
| Universidade Sagrado Coração | 36 | 29 | 65 |
| Universidade São Judas | 15 | 18 | 33 |
| Universidade de São Paulo | 27 | 34 | 61 |
| Universidade Sorocaba | 38 | 27 | 65 |
| Total | 359 | 317 | 676 |

Dos 359 *emails* enviados, 28 foram devolvidos por estarem com endereço de correspondência eletrônica incorreto; dessa forma, o total foi de 331 *emails* enviados com sucesso, sendo que 102 pessoas responderam ao email, configurando o seguinte quadro:

- 43 não havia se formado ainda;
- 19 não trabalham atualmente na área de Turismo;
- 14 não retornaram ao segundo contato;
- 8 não se formaram pela faculdade da qual participavam no *site* de relacionamento;
- 6 não se formaram em Turismo.

Em relação aos 317 *scraps* enviados, 68 pessoas responderam sendo que:

- 31 não havia se formado ainda;
- 23 não retornaram ao segundo contato;
- 5 não trabalham atualmente na área de Turismo;
- 4 não se formaram em Turismo;
- 2 não se formaram pela faculdade da qual participavam no *site* de relacionamento;

Das 178 respostas, restaram apenas 15 respostas consideradas válidas, ou seja, a tentativa de agendamento de entrevistas se deu com 15 egressos, dos quais apenas 4 aceitaram realizar a entrevista.

Considerando todas as dificuldades para se contatar egressos dos cursos de Turismo e o número muito pequeno de interessados em conceder entrevistas, optou-se pela aplicação de questionários abertos ao grupo dos 15 egressos contatados pelo Orkut, acrescentando-se o grupo de 24 egressos que não estavam trabalhando na área. Dessa forma o questionário foi enviado para 39 egressos.

A opção pela aplicação de questionários abertos considerou o fato de que houve um retorno positivo aos contatos escritos realizados pelos meios eletrônicos e as justificativas de falta de tempo para encontros presenciais exigidos para a realização de uma entrevista. O que foi uma decisão acertada, já que dos 39 questionários enviados obteve-se o retorno positivo de 10 egressos⁶, que se demonstraram bastante interessados na temática pesquisada.

É importante ressaltar que esta pesquisa não pretendeu se encaminhar para análises estatísticas, portanto as respostas aos questionários enviados serviram para constituir um painel ilustrativo do pensamento de egressos expressado por meio de

⁶ As respostas de cada egresso constam nos Anexos 16 a 24.

respostas escritas sobre a relação de sua formação em Turismo e sobre sua atuação profissional, preferencialmente na área, com a questão da inclusão e exclusão social no Brasil, conforme se pode observar no roteiro das questões⁷ enviadas:

- Saber a opinião do egresso sobre os impactos e contribuições do turismo em termos sociais, políticos e econômicos para a sociedade brasileira;
- Conhecer o entendimento do egresso sobre os conceitos de inclusão e exclusão social;
- Questionar se o turismo pode promover condições de inclusão e exclusão social;
- Questionar se a atuação profissional em turismo tem alguma relação com as condições de inclusão e exclusão social;
- Saber a opinião do egresso sobre a formação acadêmica;
- Verificar se temas como ética profissional, responsabilidade social e inclusão social fizeram parte da formação acadêmica;
- Verificar se o egresso tem sugestões para o curso de Turismo;
- Saber se há interesse na atuação em docência na área de Turismo.

O painel ilustrativo de que trata o parágrafo anterior consta do último capítulo da tese e foi composto também pelos comentários citados no Relatório Síntese do curso de Turismo do ENADE/2006, sobre as respostas dadas às questões discursivas de alunos ingressantes e concluintes dos cursos da área de Turismo do Brasil.

Por fim, a título de fechamento das explicitações sobre as opções metodológicas adotadas no decurso deste trabalho, retomo o tom pessoal com o qual iniciei o relato da trajetória percorrida nos últimos anos, para ressaltar o caráter qualitativo das opções que foram planejadas antecipadamente e das que foram adotadas no meio do caminho, conforme as exigências da realidade dada. Assim como explicitado por Ivani Fazenda (2001), posso afirmar que não é fácil fazer-se historiador de sua própria época, mas quando se consegue aproximar do objetivo proposto, ocorre uma transformação pessoal profunda na maneira de ver e de se relacionar com a riqueza da vida, matéria infinita e inesgotável da pesquisa.

⁷ O modelo do questionário enviado consta no Anexo 14

CAPÍTULO I – Aspectos socioeconômicos, políticos e educacionais: um quadro de inclusão social precária no Brasil

Exclusão social ou exclusões sociais? Exclusão social ou inclusão precária? Estas questões são importantes para este trabalho e referem-se ao aspecto central da discussão que se pretende fazer em torno da formação superior em Turismo. Entrar na polêmica desses conceitos pode ser arriscado, pela complexidade do tema e das inúmeras armadilhas no campo não só conceitual, mas também sociológico e econômico.

A estruturação deste capítulo pauta-se na intenção de fornecer um quadro sobre as condições econômicas, políticas e educacionais da sociedade brasileira para contextualizar e fundamentar a necessidade de analisar e discutir um determinado curso superior e suas contribuições para a transformação de uma realidade de pobreza econômica, política e social de grande parte das comunidades de diversas regiões brasileiras.

1. Um breve debate sobre os conceitos de exclusão e inclusão social

Na configuração da sociedade brasileira, o processo de exclusão social pode ser caracterizado, segundo Gilberto Dupas (2001) sob o ponto de vista econômico, já que, para esse autor, a pobreza é um dos principais aspectos da exclusão, pelo menos para os objetivos de análise de seu livro *Economia global e exclusão social*. Essa opção, como o próprio autor deixa claro, não é simples dentro da diversidade de análises e estudos sobre as dimensões da exclusão social⁸.

Conforme Dupas (2001, p. 34-35) o entendimento da questão da exclusão social no Brasil está intimamente relacionada à natureza do trabalho, explicando que

O enfoque mais conveniente é a pobreza vista como dificuldade de acesso real aos bens e serviços mínimos adequados a uma sobrevivência *digna*. Nas sociedades contemporâneas, esse acesso é balizado por duas

⁸ Para discutir o conceito de exclusão social, Dupas (2001) utilizou-se da interlocução com diversos autores e estudiosos da área como Marshall Wolfe, Hillary Silver, Garry Rogers, Amartya Sen, Meghnad Desai e Anthony Giddens.

vertentes: a renda disponível, normalmente fruto do trabalho, e as oportunidades abertas pelos programas públicos de bem-estar social (*welfare state*). A questão da renda do trabalho admite várias nuances que se combinam quanto à efetiva condição que ela propicia. As principais são: o nível de renda auferida; a estabilidade no tempo do nível dessa renda; e a estabilidade da própria atividade que permite auferir a renda.

Portanto, a natureza do trabalho possível de ser exercido na economia global é essencial ao entendimento da questão da exclusão. Sua investigação passa pela análise da nova lógica das cadeias produtivas, que tem provocado profundas mudanças no paradigma do emprego.

Essa perspectiva de análise da dimensão econômica da exclusão contribuiu para refletir sobre as contradições existentes no desenrolar da história brasileira, que constituiu a realidade contemporânea de desigualdade social, econômica, política e cultural de grande parte da sociedade.

Ao pesquisar sobre a implantação do turismo em comunidades carentes de algumas regiões brasileiras e estrangeiras, foi possível averiguar algumas das insatisfações das comunidades envolvidas naquele desenvolvimento turístico, com a continuidade da exploração da mão-de-obra local, ou mesmo a sua inserção no mercado de trabalho por meio de intensos treinamentos, mas sempre em funções operacionais, com baixa qualificação. Havia também indicações de aspectos considerados positivos, como a produção e comercialização de peças artesanais da comunidade, oportunidade de divulgação das manifestações culturais do local, troca de experiências entre diferentes culturas etc., como alternativas para o desenvolvimento econômico da região e a manutenção de suas tradições e costumes.

Diante desse quadro da dimensão da exclusão social, pensava nas condições sociais dessas comunidades e no papel dos profissionais de turismo, que tentavam, fazendo uso de suas teorias, “conscientizar” as comunidades. Em um discurso mais marcado pela tentativa de convencimento do que de diálogo, argumentavam que o desenvolvimento turístico seria a única alternativa para serem inseridos na sociedade, a única alternativa para a sua sobrevivência, já que a pesca, a agricultura, a mineração, por exemplo, não garantiriam mais sua sustentação econômica.

Dessa forma, foi imperioso que pudesse estabelecer o conceito de exclusão social, porque o tipo de inclusão que estava sendo apresentado como alternativa às comunidades, tinha uma tônica acentuada nos mesmos padrões de economia que produzem as condições de exclusão, desconsiderando-se as relações sociais e seus processos de estruturação e desestruturação. Essa percepção ocorreu mediante o entendimento do debate de que, segundo José de Souza Martins (2002, p.46)

Há processos sociais excludentes, mas não há exclusões consumadas, definitivas, irremediáveis. Uma sociedade cujo núcleo é a acumulação de capital e cuja contrapartida é a privação social e cultural tende a empurrar “para fora”, a excluir, mas ao mesmo tempo o faz incluir ainda que de forma degradada, ainda que em condições sociais adversas. O “excluído” é, na melhor das hipóteses, a vivência pessoal de um momento transitório, fugaz ou demorado, de exclusão-integração, de “sair” e “reentrar” no processo de reprodução social. E sair de um jeito e reentrar de outro, pois a sociedade contemporânea é uma sociedade que pede contínua ressocialização de seus membros, contínua reelaboração das identidades.

Dupas (2001, p. 17), ao discutir a exclusão social pelo viés econômico, trabalhou também com a percepção de que [...] “o conceito que cada sociedade formulará a respeito da exclusão social será influenciado também por questões sociológicas”. Para ele, o conceito original surgiu a partir das condições vivenciadas pelos países centrais⁹ e, nesse sentido, era necessário reformulá-lo e deixar claro sua concepção e entendimento da aplicação conceitual para o Brasil, país que não vivencia as mesmas condições dos países centrais.

A origem do crescimento do desemprego, da pobreza e das condições de precarização do trabalho no Brasil se apresentou para Dupas (2001) como uma questão importante para entender a perspectiva da exclusão social no Brasil. Segundo ele, um ponto central no entendimento do conceito de exclusão social para o Brasil é ter clareza se a origem desses problemas está relacionada às transformações econômicas pelas quais o mundo vem passando ou se é resultado de uma política que promoveu anos de crescimento econômico medíocre, uma vez que o papel do Estado é fundante no que diz

⁹ Conforme a designação de Dupas (2001), utilizarei neste trabalho a denominação de países centrais ao grupo de países ricos da Europa, América do Norte, Ásia e Oceania. Os demais países, que se dividem em semiperiféricos, como Brasil, Argentina, México, Índia e Rússia, e os efetivamente periféricos, para efeito deste trabalho, todos serão denominados de periféricos.

respeito às sensações de exclusão em uma sociedade. Nas considerações de Dupas (2001, p.23):

Se as sensações de exclusão derivam da mesma fonte, ainda assim o grau efetivo de exclusão social será diferente. Ainda que existam elementos comuns à sensação de exclusão e à exclusão efetiva – podendo envolver introdução de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, redefinição do papel do estado e relações de trabalho mais precárias –, a existência nos países mais ricos de mecanismos públicos de bem-estar social faz que o conceito de exclusão relevante para eles possa ser, em alguma medida, deslocado daquele de pobreza; o que não me parece pertinente no caso de países nos quais os cidadãos não dispõem dessa rede de proteção.

No trabalho organizado por Marcio Pochmann *et al.* (2005), percebe-se que a resposta a essa questão está mais direcionada para as políticas traçadas historicamente em um país que promoveu um crescimento medíocre e absolutamente desigual. Mas não se pode depreender que as condições atuais de vida dos brasileiros não estejam relacionadas também às transformações econômicas contemporâneas.

Nesse trabalho, é possível entender que o fato de o Brasil ter tido um passado de políticas econômicas que atendiam aos interesses de minorias atreladas ao capital internacional criou as condições de pobreza, que foram intensificadas com a globalização e com as políticas econômicas neoliberais de promoção de flexibilização e precarização do trabalho. Para esses autores, é possível corrigir a rota traçada por políticas de exclusão e criar caminhos para a inclusão social fora dos padrões neoliberais da economia.

Apesar de concordar com Martins (2002) que a sustentação da realidade capitalista se pauta muito mais nas condições de “inclusão precária, instável e marginal”, ou seja, mais por um processo complexo, contraditório e constante de reprodução das condições dadas pelo sistema do que pela condição estratificada de simples exclusão econômica, não compactua-se totalmente com sua leitura de que a apropriação dos conceitos de exclusão e inclusão social sirva apenas para sustentar ações conformistas que partem da visão de eternidade do sistema capitalista e de manutenção do *status quo*.

Existe, com certeza, quem se aproprie dessa discussão e desses conceitos de forma ambígua, colocando no discurso a idéia de transformação e na ação a prática da manutenção de uma ordem estabelecida, menos agressiva, menos díspar, mas em essência desigual. Nesse contexto, podem-se inserir discursos de inclusão e/ou de responsabilidade social utilizados por universidades, empresas e políticos – e até em ações de militantes de esquerda que acreditam que sua missão é transformar a sociedade.

Segundo Martins (2002, p.20), o capitalismo dispõe de solução para todas as suas crises e problemas, sendo

[...] inútil tentar encontrar uma identidade para o capitalismo e um diagnóstico para suas irracionalidades na categoria de “exclusão”. No entanto, é útil refletir a respeito do que é o capitalismo nos dias de hoje a partir da intuição política e social, do homem comum, de que vivemos numa sociedade que visivelmente descarta e secundariza pessoas. Mas a exclusão não diz respeito apenas aos “excluídos”. Esse é, certamente, o problema menor porque é o mais visível. A exclusão é o sintoma grave de uma transformação social que vem rapidamente fazendo de todos os seres humanos seres descartáveis, reduzidos à condição de coisa, forma extrema de vivência da alienação e da coisificação da pessoa, que Marx já apontara em seus estudos sobre o capitalismo.

Em meio a esse debate sobre os conceitos de exclusão social, inclusão social e inclusão precária, coloca-se como mais uma referência para este trabalho, o entendimento proposto por Martins (1997), quando apresenta a exclusão social como expressão das contradições do sistema capitalista e não como simples condição de fatalidade, entendendo-a como condição de inclusão precária e marginal, em uma sociedade que vive sob parâmetros do neoliberalismo.

Entretanto, não se descartou como fundamentação para esta tese os trabalhos de Dupas (2001) e Pochmann *et al.* (2005), que apesar de não estarem em plena sintonia com o ponto de vista de Martins (1997, 2002), contribuem com estudos detalhados das condições políticas e econômicas em que se encontra o Brasil, apresentando um referencial necessário para inserir a discussão sobre o turismo como uma das atividades econômicas em crescimento no país e, principalmente, para a discussão central desta

tese que se refere à relação entre o currículo dos cursos superiores em Turismo e a formação para uma atuação profissional sob a perspectiva da inclusão social.

2. Aspectos socioeconômicos: condições estruturais para uma inclusão precária

Segundo Dupas (2001), a década de 1970 pode ser considerada para o Brasil, em termos econômicos, como a última etapa do processo de substituição de importações, utilizando estratégias de endividamento externo com elevação da dívida externa e altos juros alimentando a inflação. Posteriormente, nos anos de 1980, o Brasil vivenciou o enfraquecimento do regime militar acompanhado por uma das piores recessões econômicas já experimentadas pelos brasileiros, caracterizando esse período como a “década perdida”.

Essa crise não foi exclusiva do Brasil. Em 1982, a crise mexicana, juntamente com períodos recessivos em quase todos os países, intensificou, no Brasil, os problemas relacionados às dificuldades de crédito externo, à queda do Produto Interno Bruto (PIB) e ao número recorde de desemprego¹⁰. A transição dos anos de 1980 para 1990 caracterizou-se pela diminuição do desemprego por um período, mas com queda no rendimento salarial e modernização defensiva da indústria brasileira. Os planos governamentais foram tentativas de estabelecer por decreto um processo de estabilização da economia.

Nessa linha, ainda segundo Dupas (2001), a partir de 1990 o Plano Collor promoveu uma abertura comercial sem precedentes na história brasileira, levando as indústrias a intensificar seus processos de automação, de terceirizações e de adequações nos níveis hierárquicos e administrativos, abrindo o capitalismo brasileiro para a flexibilização da economia muito presente nos países centrais. Essa trajetória foi marcada pelo retorno das altas taxas de desemprego dentro de uma configuração urbana fortemente alterada, em um período curto de tempo, assim caracterizada na expressão de Dupas (2001, p.147)

Fortes alterações aconteceram na dinâmica da população brasileira nesse período, em geral na direção de uma imensa urbanização. Nos últimos cinquenta anos, em virtude da mudança do padrão tecnológico no campo, das migrações e da dinâmica populacional, as cidades brasileiras

¹⁰ “O desemprego bateu então um recorde, com 8% (pelo IBGE), só voltando a ser igualado no segundo semestre de 1998.” (DUPAS, 2001, p. 142).

passaram de 12 milhões para 138 milhões de pessoas, constituindo-se em um dos mais maciços processos de deslocamento populacional da história mundial. Esse processo deu origem aos cinturões de pobreza urbanos – especialmente metropolitanos –, formando um imenso estoque de reserva de mão-de-obra não qualificada, mal acomodada no subemprego. A face da pobreza no Brasil passou a ser predominantemente metropolitana.

Tomando como referência a linha de raciocínio e a descrição pormenorizada do quadro econômico e social do Brasil elaborado por Dupas (2001), percebe-se a importância de entender a trajetória do crescimento do desemprego, considerado atualmente como uma das maiores causas da exclusão social, dentre tantos outros contextos que serão apresentados e discutidos posteriormente. Nessa trajetória, encontra-se uma taxa de 20% de crescimento no nível de emprego na indústria, serviços e construção civil até 1990, mas a partir daí esses empregos apresentaram uma queda de 38%, com um pequeno crescimento no setor de serviços. Ou seja, no período de 1991 a 2000 configura-se uma dramática queda de empregos no setor industrial, com indícios de forte crescimento de postos de trabalho em serviços.

No entanto, cabe ressaltar que essa tendência de crescimento de empregos no setor de serviços, que chegou a ser considerada como grande esperança para as transformações econômicas que estavam se evidenciando, tornou-se, na verdade, uma forte decepção. Na visão de Dupas (2001, p.91), além de se caracterizar pelo trabalho informal com conseqüente baixa remuneração,

[...] esse setor foi mais sensível que o próprio setor industrial às novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra na área de informática, automação e teleprocessamento. É certo que essas novas tecnologias também criam e abrem novas possibilidades de emprego. No entanto, as qualificações requeridas para esses novos postos de trabalho têm pouca relação com as habilitações acumuladas pelos trabalhadores que terão seus postos de trabalhos destruídos, o que altera o equilíbrio de forças entre diferentes tipos de trabalhadores.

É possível constatar o acerto dessa afirmação ao observar jovens que têm seu primeiro emprego em empresas de *telemarketing*. Muitas são terceirizadas e têm como exigência para contratação o ensino médio, no mínimo, e, em muitos casos, o ensino superior, independente da área de formação, para uma jornada de 6 horas diárias, com

salários que podem variar de R\$400,00 a R\$900,00¹¹ e com contratos temporários, baseados em bônus, premiações etc. Mesmo com tais características, esse setor está dentro da formalidade, porque o que é ainda mais comum é a entrada no mercado de trabalho pela informalidade.

Observa-se que os empregos dentro desse novo paradigma não afetam apenas o nível de renda, mas fundamentalmente as condições de proteção social, ainda tão presentes no imaginário social. O emprego em grandes empresas, preferencialmente internacionais, com carteira assinada, garantia de férias anuais, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), auxílio-desemprego, amparo em caso de acidentes de trabalho, benefícios sociais, entre outros, ainda faz parte dos planos de famílias que estão vendo seus filhos aproximarem-se da busca pelo primeiro emprego. Infelizmente, constata-se que a cada ano esses planos acabam em frustração.

Seguindo os novos paradigmas do mercado de trabalho, o setor de turismo se ampliou na medida em que se tornou opção de trabalho em relação ao desemprego industrial, seja por meio de trabalhos temporários, como garçons, copeiros, faxineiros, porteiros, auxiliar de cozinha, cozinheiros, entre outros, oferecidos geralmente em períodos de alta estação. Dependendo da região, os postos de trabalho são informais, sem registro e sem garantias, mas com exigências de cursos de formação e treinamento para as funções.

Conforme Dupas (2001) enfatiza em seus estudos, apesar do crescimento de empregos no setor informal, a cada ano cresce a insegurança quanto ao futuro do emprego e se solidifica uma percepção mais contundente da aproximação da exclusão social. Nesse sentido, Martins (2002, p.21) assim explicita tal percepção:

A exclusão moderna é um problema social porque abrange a todos: a uns porque os priva do básico para viver com dignidade, como cidadãos; a outros porque lhes impõe o terror da incerteza quanto ao próprio destino e ao destino de seus filhos e dos próximos. A verdadeira exclusão está na desumanização própria da sociedade contemporânea, porque ou nos torna panfletários na mentalidade ou nos torna indiferentes em relação aos seus indícios visíveis no sorriso pálido dos que não têm trabalho e, sobretudo, não têm esperança.

¹¹ Salário pesquisado informalmente junto a vários profissionais da área, tendo como referência o ano de 2007.

Mas há quem tenha posições mais otimistas em relação às transformações econômicas e sociais contemporâneas e à produção da exclusão, associando-a a um processo que pode mudar no sentido de adequar-se às condições do próprio capitalismo. Enquanto se observa em Martins (2002) uma influência fortemente sociológica em seu entendimento da exclusão, na definição de Castells *apud* Dupas (2001, p.203), é possível inferir certa acomodação aos pressupostos econômicos que fundamentam as transformações do mercado de trabalho, uma aceitação da condição de “subsistência autônoma dentro dos níveis sociais determinados pelas instituições” e não de uma existência digna, a que todo ser humano tem direito. Há indícios de um entendimento dessa condição ser resultante de processos naturais, dadas as circunstâncias de organização política e econômica de uma determinada sociedade, mas fundamentalmente das características individuais que podem levar ou não à exclusão.

Sendo assim, reitero que, quando abordo os termos inclusão e exclusão social, estou utilizando a conceituação proposta por Martins (1997, 2002), porque partilho dos pressupostos de que não é possível falar em inclusão como um processo de transformação social, como resolução e erradicação da miséria econômica e espiritual que assola boa parte da população dentro dos parâmetros do sistema capitalista vigente. Dessa forma, compactuo também com Martins (2002, p.9) na crença de que é preciso trabalhar, agir rápido no sentido de acelerar “a inclusão social e política das populações pobres”, mesmo que seja dentro desse padrão neoliberal do capitalismo vigente, mesmo tendo consciência de que se trata de um processo de inclusão precária e marginal.

Isso não quer dizer que não acredito e não vislumbro um cenário de condições sociais diferenciadas e mais igualitárias para o futuro desse país, mas entendo em que parâmetros e dentro de que limites ideológicos, políticos e econômicos quaisquer processos de inclusão poderão ocorrer.

É preciso entender que a implementação dos novos paradigmas da economia, promovida pelo avanço da tecnologia e da flexibilização, vem acompanhada de uma precarização das condições de trabalho, estabelecendo assim novos problemas que, no caso dos países periféricos, são elevados à mais alta potência, principalmente quando se considera a ausência da figura do Estado no sentido do *welfare state*. Assim, promove-se uma estrutura social calcada em um forte individualismo e na ausência de

responsabilidades sociais e econômicas de uma elite empresarial e política. Salienta Dupas (2001, p.156) que:

(...) dado que o trabalhador informal em vários casos ‘inventa’ seu próprio trabalho (vendedor de bolinhos, guardador de carros etc.), corre-se o risco de assistir a uma reformulação e radicalização da aplicação da antiga ‘ética protestante do trabalho’ como novo conceito moral. O ‘vá trabalhar, vagabundo!’- poderá estabelecer um perigoso agravamento da cisão social, alimentado pela progressiva ausência de responsabilidade das elites em garantir crescimento econômico e oferta real de postos de trabalho.

Essa realidade é muito presente nos postos de trabalho criados por um desenvolvimento turístico não planejado, sedimentado na visão exclusivamente econômica do fenômeno turístico, ensinada nos cursos superiores e reproduzida pelos jovens recém-formados em sua atuação profissional. A idéia de que a implantação de um hotel em uma determinada região é extremamente positiva, por considerar não apenas os empregos diretos que gera, mas os empregos indiretos, é uma das primeiras lições presentes em quase todos os cursos de Turismo e Hotelaria desse país.

Para discutir esse aspecto, buscou-se em Adyr Balastrieri Rodrigues (2006) reflexões que analisam o turismo dentro do conflito entre a “solidariedade organizacional” e a “lógica excludente” pela perspectiva econômica e da territorialidade, fundamentada em partes da teoria de Milton Santos, como o fenômeno de privatização dos territórios por meio da utilização de recursos públicos pelas macroempresas transnacionais.

Em relação à apropriação territorial pelo turismo, Rodrigues (2006, p.306) propõe pensar em dois modelos específicos para o caso brasileiro, configurados dentro de “lógicas distintas e opostas”: o “modelo humanista” e o “modelo economicista”¹². Dentre as diversas características do modelo economicista, vale citar os seguintes elementos que corroboram e complementam a discussão e apresentação do quadro de exclusão social analisado neste capítulo:

¹² Esses modelos serão detalhados e melhor trabalhados no Capítulo II desta tese.

[...] do ponto de vista econômico, é alimentado basicamente por capitais externos, com contrapartida de capitais nacionais, prometendo geração de emprego e renda, captação de divisas, voltando-se principalmente para a demanda turística internacional, ofertando incentivos à iniciativa privada, inclusive isenção de tributos, em muitos casos;

do ponto de vista social, trata-se de um modelo de turismo segregador e excludente, tanto para a demanda de menor poder aquisitivo, quanto para a população anfitriã, que freqüentemente é alijada do processo por não apresentar qualificação profissional adequada, sendo mobilizada eventualmente como força de trabalho para postos não especializados e, portanto, mal remunerados.

No âmbito dessa discussão, é importante trazer à tona reflexões sobre a crise do trabalho configurado como protoforma da existência humana no contexto da vida contemporânea, seja no aspecto moral, social, político ou econômico. Para ilustrar o debate que o tema trabalho e flexibilização da economia evoca, pode-se citar Viviane Forrester (1997), que contempla essa reflexão partindo do princípio de que o trabalho tende a desaparecer por completo – não apenas se precarizar como defendido e explicitado por Dupas (2001) – e nesse sentido se estabeleceria um engodo, já que a humanidade ainda vive sob seu conceito e suas regras e, por isso, não se preparou e não procurou conhecer e construir outras formas de organização para sua sobrevivência e existência. Segundo Forrester, (1997, p.7):

Vivemos em meio a um engodo magistral, um mundo desaparecido que teimamos em não reconhecer como tal e que certas políticas artificiais pretendem perpetuar. Milhões de destinos são destruídos, aniquilados por esse anacronismo causado por estratégias renitentes, destinados a apresentar como imperecível nosso mais sagrado tabu: o trabalho.

Apesar de haver certo tom catastrófico, quase como a apologia do fim da história, do qual não compartilho, não se pode deixar de considerar que é provável que essa tendência possa se concretizar na esfera industrial: funções absolutamente repetitivas poderão ser substituídas por robôs. Afinal, o ser humano foi feito para pensar, criar, e não para passar 15 horas do seu dia em funções absolutamente mecânicas e repetitivas. Nessa linha de pensamento mais pessimista, Rifkin *apud* Dupas

(2001) considera que a tecnologia traz mais desvantagens que vantagens ao mercado de trabalho, pois provoca a queda de empregos, podendo provocar, inclusive, o seu fim.

Sobre a questão do trabalho, verifique-se ainda este excerto extraído de Hans-Peter Martin e Harald Schumann (1997, p. 10-11):

Os pragmáticos reunidos no Fairmont resumem o futuro em um par de números e um neologismo: “20 por 80” e “tittytainment”. Vinte por cento da população em condições de trabalhar no século 21 bastariam para manter o ritmo da economia mundial. “Mão-de-obra adicional não será necessária”, opina o magnata Washington SyCip. Um quinto de todos os candidatos a emprego daria conta de produzir todas as mercadorias e prestar todos os serviços qualificados que a sociedade mundial poderá demandar. Assim, aqueles 20% participariam ativamente da vida, do lazer e do consumo – seja qual for o país. Outros 1% ou 2%, admitem os debatedores, poderão ser acrescentados por parte daqueles que herdaram alguma fortuna.

E o resto? Cerca de 80% das pessoas aptas a trabalhar ficarão sem emprego? “Realmente”, diz o autor americano Jeremy Rifkin, que escreveu o livro *O Fim do Trabalho*, “os 80% de baixo terão enormes problemas”. O diretor da Sun, John Cage, retoma a palavra e cita o principal executivo de sua empresa, Scott McNealy, para quem no futuro a questão será: “Ter o que almoçar ou ser almoçado”.

Constata-se que o crescimento do setor informal, ainda que próximo do caos, ocorre justamente como uma alternativa para não deixar desaparecer o trabalho. Mas esse crescimento, no Brasil, em especial, estabelece uma relação contraditória com o Estado, em que para Dupas (2001, p.157):

Ao mesmo tempo em que autoridades vêem nesse setor uma ‘solução’ para a questão do emprego, tratam-no freqüentemente como marginal, já que nosso sistema tributário o encara – muitas vezes justificadamente – como agente da evasão fiscal.

Segundo Dupas (2001), para a Organização Mundial do Trabalho (OMT), a informalidade do mercado de trabalho atual é atrelada diretamente a condições precárias, cabendo ao Estado a criação de mecanismos que consigam inibir esse

processo quase que inexorável dessa condição econômica, resultante dos processos de globalização da economia mundial.

Quando se adentra na esfera da discussão do papel do Estado, observa-se o crescimento do pensamento neoliberal em detrimento de um pensamento sobre um Estado intervencionista e regulador, consequência do movimento de globalização tão bem caracterizado pela era Reagan (1981-1988), nos Estados Unidos, e pela era Thatcher (1979-1990), na Inglaterra. No entanto, a crescente exclusão tem colocado exigências de uma presença do Estado para responder às necessidades e problemas que não são mais características apenas dos países periféricos. O desemprego cresce na Europa, Estados Unidos e Japão, como evidenciado na afirmação de Martin; Schumann (1997), conseqüentemente há o crescimento do trabalho informal e, sua precarização.

O fortalecimento do discurso neoliberal tem imputado, como afirmado anteriormente, a responsabilidade ao indivíduo por manter-se dentro das novas condições sociais, forçando-o a buscar todo dia algo (o trabalho) que quase não se encontra mais, como afirmado por Forrester (1997).

Dupas (2001, p.103) fornece um quadro bastante interessante dos problemas enfrentados pelos Estados dentro dessas novas condições sociais:

A internacionalização dos agentes econômicos privados e a privatização dos serviços públicos de infra-estrutura, além de trazerem claros benefícios à eficiência econômica da produção, têm gerado tendência simultânea de aumento do desemprego formal e de crescente flexibilização da mão-de-obra. Em decorrência, os governos acabam inevitavelmente pressionados a garantir certa proteção social às crescentes populações carentes, em contradição com seus recursos fragilizados pela meta imperiosa do equilíbrio orçamentário.

As tendências do cenário internacional têm provocado a necessidade de uma profunda revisão no papel do Estado moderno. Após ampla aceitação do esgotamento das possibilidades de manutenção das práticas *keynesianas*, o debate acabou se balizando entre a idéia de um *Estado mínimo* – que não crie embaraço algum ao mercado – e de um *Estado forte* – que saiba atuar no mundo globalizado minimizando seus conflitos, inclusive a exclusão social.

[...] permanece urgente, porém, a necessidade de construir – de maneira eficaz – o novo Estado indutor-normativo-regulador, apto simultaneamente a enfrentar sua enorme e indelegável missão de viabilizador de serviços públicos essenciais à população de baixa renda nas áreas de saúde, educação, habitação e amparo à exclusão social.

Considerando essas novas condições sociais, nas quais o Brasil se encontra incluído, os questionamentos sobre o papel do Estado brasileiro – se este se insere dentro das proposições suscitadas por Dupas (2001), de um Estado indutor-normativo-regulador, tornam-se prementes e inquietadores. Essas inquietações refletem uma necessidade de compreensão do estabelecimento e configuração do Estado no Brasil a partir de seu desenrolar histórico que, *a priori*, pode ser considerada como mais uma forma incubadora da inclusão precária à qual sua população foi e ainda é submetida.

3. Estado e política: contextualização histórica da inclusão precária

Quando se pensa especificamente no quadro econômico, político, social e cultural do Brasil e no papel que o Estado desempenhou historicamente e tem desempenhado na atualidade, o descrédito e um profundo desapontamento indicam o caminho do medo e da falta de esperança de efetivas mudanças no grau de exclusão a que grande parte da população brasileira está exposta.

Historicamente, o Brasil atravessou 322 anos sob a égide de um Estado colonizador, explorador, submetido aos interesses internacionais. A insubordinação, a resistência a esse tipo de submissão de índios, negros e brancos pobres nascidos nessa terra nunca foi efetivamente retratada, nem tampouco resgatada devidamente por muitos historiadores contemporâneos. Infelizmente, ainda há um legado histórico para a grande massa populacional, incluída precariamente no sistema público de ensino, que se configura na concepção de um país formado por heróis desbravadores que, por meio da mistura de raças, criou um povo hospitaleiro, alegre e cordial.

Diante desse contexto, não se pode deixar de referenciar alguns autores como Sérgio Buarque de Holanda (1999), que tentou reinterpretar o passado brasileiro, constituindo em suas análises categorias de cultura, história, universalidade e singularidade, mediadas pela idéia de nação, de tradição e, principalmente, de mudança social. As categorias de povo, de nação e de Estado Nacional adquiriram, no momento

da produção intelectual desse autor, significados mais amplos, que auxiliam na tentativa de desvendar e entender um passado carente de interpretações mais sérias e compromissadas com princípios ideológicos e de transformações sociais.

Em meio às abordagens sobre as mudanças na economia mundial e das incertezas quanto ao papel do Estado brasileiro como indutor-normativo-regulador dentro das novas condições econômicas, faz-se necessário trazer à tona uma leitura histórica da configuração política brasileira, ainda que absolutamente resumida, e por isso com grandes riscos de simplificação, para contextualizar e fundamentar a discussão proposta neste capítulo, ou seja, as questões que envolvem a exclusão e a inclusão social no Brasil. Seria impossível falar da inclusão precária brasileira apenas pelo viés econômico que Dupas (2001) se propôs e que fundamenta parte deste estudo.

É interessante resgatar a visão que Holanda (1999) construiu em relação às elites dirigentes do Brasil, criticando o intelectualismo improvisado e a tendência simplificadora em aceitar esquematismos superficiais, ou seja, a pretensão de governar por decretos, de importar modelos políticos europeus e de embuti-los nas leis, como se elas pudessem agir indiferentes aos costumes políticos da sociedade brasileira.

As construções sobre a constituição política e as configurações sociais são fundamentais nesse quadro, ainda mais considerando que, desde a década de 1930, a reconstrução da história estava calcada, conforme apontado por Holanda (1999), em um projeto homogeneizante da nacionalidade, alicerçado no positivismo, que consistia em uma missão de controle social, disciplinadora e civilizadora das imensas desigualdades herdadas da sociedade escravista.

A caracterização que Holanda (1999) faz do homem colonizador que aqui se instalou demonstra a preferência pela riqueza fácil adquirida na aventura, que não tinha a preocupação de marcar identidade e valores ou de construir cidades que pudessem parecer prolongamentos da metrópole. Para fundamentar essa proposição, o autor faz uma associação entre a origem da burguesia portuguesa, em suas características culturais, com a significação da colonização na opção de fixar domínios no litoral, demonstrando o caráter provisório das construções. Para esse tipo de colonizador, o litoral era mais interessante para a prática do comércio e para avistar possíveis

invasores. O que era demonstrado no empreendimento da colonização portuguesa era o seu caráter provisório, profundamente marcado pela opção do trabalho escravo.

Um aspecto que não se pode deixar de comentar, quando se opta por trabalhar com o pensamento e análises de Sérgio Buarque de Holanda, diz respeito à formação do caráter do homem brasileiro, por meio do que ele denominou de “mentalidade cordial”. Essa tipologia do homem cordial tenta compreender características próprias do modo de ser do brasileiro, formado nas relações de simpatia, não achando agradáveis relações que não sejam pessoais. Segundo algumas interpretações, esse caráter de cordialidade do homem brasileiro não pressupõe bondade, suas ações de aparência afetiva não são sinceras e nem profundas.

De posse dessa caracterização, criou-se um entendimento e uma transposição desse caráter para a constituição do Estado brasileiro e para a esfera das relações e confusões entre o público e o privado, já que sua ação é reduzida ao padrão do pessoal e do afetivo. O costume generalizado da população urbana em tratar familiarmente os seus interlocutores pelo primeiro nome foi estudado pelo autor, que interpretava tal ato não como um aspecto democratizante, mas como um apelo ao emotivo, como necessidade de denotar harmonia, onde de fato o que existe é o jogo de interesses e as vontades particulares.

Dáí pode-se entender a origem de um coronelismo na região nordestina, a constituição de empresas com características extremamente familiares nas regiões sul e sudeste, as adaptações das normas e leis conforme interesses particulares sobrepondo-se ao coletivo, além da utilização da imagem de homem cordial, alegre e acolhedor como atrativo para o desenvolvimento turístico brasileiro.

Entretanto, é possível enxergar na figura do homem cordial a representação do aspecto conciliador das elites brasileiras preocupadas em atrair simpatias pessoais, em reforçar alianças de interesses particulares, familiares e oligárquicos. Através da metáfora da cordialidade, Holanda (1999) desvela a preocupação das elites dirigentes em manter uma aparente harmonia, assim como sua capacidade de reagir com violência quando os conchavos pessoais não lhes são favoráveis.

Nos estudos de Pochmann *et al.*(2005, p.23) sobre as condições históricas e políticas da exclusão social no Brasil encontra-se a seguinte síntese do exposto até o momento:

A partir do fim da escravidão (1888) e do Império (1889), foram criadas expectativas de mudanças estruturais que se frustraram com a evolução do capitalismo no Brasil.

O avanço inegável que decorreu da instalação da República foi contraposto pela democracia restrita, com escassa participação política. O circuito econômico também permaneceu fechado, uma vez que a abolição da escravatura representou pouco mais do que a simples passagem do cativo para a condição de miséria, com fome e marginalização do mercado de trabalho da maior parte da população pobre negra.

Assim, a problemática da inclusão social ficou esquecida, a não ser como um caso de polícia a reprimir todos aqueles que ousassem questionar os dilemas nacionais. As posições de ascensão social permaneceram dependentes da herança do parentesco tradicional e local, bloqueando qualquer possibilidade de constituição de partidos políticos nacionais com vocação inclusiva e cidadã.

Outro aspecto fundamental para a construção do quadro de inclusão precária desse país diz respeito à proposição também trabalhada por Holanda (1999) de que a opção pelo trabalho escravo agravou a ação dos fatores que se opunham ao espírito do trabalho, ao matar no homem livre a iniciativa de cooperar e de organizar-se. Do mesmo modo que, também, incutiu uma atitude de submissão e subserviência a toda condição de precarização das atividades produtivas, alterada apenas com a entrada de trabalhadores livres estrangeiros que carregavam outra formação histórica e ética sobre o trabalho.

Essa nova concepção de trabalho trazida pelos imigrantes chocou-se com a realidade encontrada. De trabalhadores livres europeus transformaram-se em semi-escravos em terras brasileiras, presos ao patrão por dívidas de viagem, de instrumentos de trabalho, de moradia e de alimentação. Uma realidade que, apesar das transformações políticas, sociais e econômicas, não desapareceu do quadro histórico brasileiro e nem do quadro internacional, como se pode constatar em trechos

selecionados da publicação de uma palestra proferida por Martins (2002, p.151, 152 e 153), no Seminário Internacional sobre “Trabalho forçado, realidade a ser combatida”:

O tema do trabalho forçado ainda inquieta a nossa consciência e perturba nossa capacidade de interpretação dos problemas sociais. Durante muito tempo, os teóricos das questões sociais consideraram, e muitos ainda consideram, o problema das formas servis de trabalho um mero resíduo de um passado condenado e em extinção, superado por formas modernas e contratuais de convivência e de trabalho. Não obstante, chegamos ao final do século com o débito moral de, provavelmente, duzentos milhões de pessoas vivendo sob distintas formas de cativeiro no mundo [...].

[...]

No caso brasileiro, estamos bem longe dos anos setenta, quando o país chegou a ter meio milhão de trabalhadores em regime de peonagem, principalmente na Amazônia. Époça em que pouquíssimas vozes se levantaram para denunciar ou mesmo lastimar esse problema social. [...] Bancos, indústrias e grandes empresas comerciais, que se tornaram proprietários de terra na Amazônia, estiveram envolvidos no uso do trabalho cativo. Pelo menos um caso mostra a funcionalidade dessa anomalia: o principal dono de uma grande empresa aérea de hoje, começou a sua riqueza transportando peões de Goiás para grandes fazendas do norte de Mato Grosso, naquela época, grandes fazendas nominalmente acusadas de emprego de trabalho escravo.

No pensamento das elites dirigentes brasileiras, é transparente o descaso para com o dever histórico de construir um projeto de nação liberada das amarras escravagistas e colonizadoras, caracterizando-se, na atualidade, pelo conservadorismo na atuação política, pelo grau de exploração da classe trabalhadora e pelo descomprometimento com suas responsabilidades sociais.

A questão política é tratada ainda como troca de favores e jogos de interesses. A democracia é restrita e a organização partidária não representa as necessidades de um país multicultural, plural e extremamente desigual. A maioria da elite econômica e, portanto, de dirigentes, não assume sua responsabilidade social, esquivando-se de quaisquer pagamentos e taxas que possuam um cunho social. Enfim, é uma elite que deseja o crescimento econômico, mas não deseja pagar o preço devido por isso.

Como a discussão central desta tese diz respeito às questões educacionais, à formação de profissionais para atuar em um mercado de trabalho em transformação, vale ressaltar, ainda que de forma genérica, os caminhos trilhados para a estruturação do sistema educacional brasileiro e as condições de inclusão precária que foram estruturadas ao longo da história. Para abordar esse viés educacional, a obra de Maria Luisa Santos Ribeiro (1998) não pode ser descartada, e torna-se a referência principal.

4. Sistema educacional: mais uma forma de inclusão precária

Nos trezentos anos iniciais da história brasileira, de 1500 a 1822, todas as ações educacionais estavam relacionadas aos interesses de desenvolvimento de atividades administrativas e econômicas da Colônia, às necessidades dos filhos de colonizadores e, ainda assim, apenas com sua formação secundária, já que a formação inicial ficava sob a responsabilidade da família.

Seguindo o trajeto histórico traçado por Ribeiro (1998), constata-se que, em 1549, sob a política de Governos Gerais, a Colônia brasileira mantinha sua pequena nobreza para organizar a empresa colonial, garantindo a articulação entre interesses metropolitanos e as atividades coloniais baseadas na economia agrícola da cana-de-açúcar. Um período caracterizado pelo início do trabalho escravo atrelado à expansão religiosa do catolicismo, por meio do trabalho dos jesuítas da Companhia de Jesus e sua doutrina de conversão de novos povos, encontrando nos indígenas a possibilidade de tal realização, possibilidade esta impensável para os negros considerados como animais irracionais, mercadorias, instrumentos de trabalho.

No âmbito da organização escolar, seguiram-se diretrizes estabelecidas em uma legislação articulada com a política colonizadora portuguesa, em que se destacavam a catequização e a instrução de indígenas, uma educação básica oferecida apenas no meio familiar e educação feminina atrelada às atividades domésticas. Como consequência desse sistema educacional, obteve-se a formação de pessoal capacitado para as funções essenciais na cidade da colônia, a formação dos filhos de colonos em detrimento do índio (restando a estes a catequização), a formação de sacerdotes em detrimento de leigos, a formação de uma elite instruída: os descendentes dos colonizadores.

Esse quadro da educação na Colônia perdurou praticamente imune às transformações, pelo menos até o período de 1750, período pombalino, demonstrando

que a preocupação em formar um povo ou uma nação não condizia com o propósito colonial mercantilista, mesmo que este já estivesse sendo formado e mesmo que, após duzentos anos, as necessidades dos colonizadores tivessem se ampliado. Ainda assim, a lógica prevalecente era a da inclusão precária, conforme os interesses sociais, políticos e econômicos de uma metrópole extremamente consciente de seu poder e de sua função junto à sua colônia.

Em linhas gerais, o período pombalino foi marcado, no Brasil, pela tentativa de recuperar a economia, por uma concentração do poder real e pela modernização da cultura. Em termos econômicos, o ciclo da mineração substituiu uma economia rural fundamentada apenas na cana-de-açúcar. Em termos educacionais destacaram-se algumas transformações ocasionadas pela Reforma Pombalina, como a simplificação do ensino, certa motivação para o ensino superior, o aprimoramento no ensino da língua, a diversificação de conteúdo (científico) com preocupações em torná-los mais prático.

De acordo com Ribeiro (1998), as conseqüências dessas ações resultaram na expulsão da Companhia de Jesus, na estruturação do ensino público, sendo a formação básica administrada pelas províncias e o ensino secundário ficaria sob responsabilidade nacional, com exigência de prestação de exames para professores e na criação do cargo de diretor geral.

A questão da obrigatoriedade do ensino primário para todos se tornou lei somente na Constituição de 1934, ou seja, na fase da Segunda República e, ainda assim, pode-se dizer que essa lei mais uma vez ficou como letra morta em um pedaço de papel, já que em pleno século XXI não foi possível verificar o cumprimento de tal prerrogativa, conforme destacado por Pochmann *et al.* (2005, p.68) a explicar que

O desenvolvimento de novas tecnologias a partir da década de 1990 levou a um estreitamento dos limites de tempo e distância de comunicação. No entanto, o analfabetismo e os baixos índices de escolaridade associados à falta de compreensão mínima do conteúdo de informática e dos idiomas representam um distanciamento ainda maior entre ricos e pobres. Ou sob, outra ótica, entre países avançados e em desenvolvimento que possuem estágio avançado também em termos de qualidade de ensino.

As reformas e atos relacionados à organização escolar no Brasil, como o Ato Adicional de 1834 que estabeleceu a descentralização do ensino, deixando a educação

elementar e secundária a cargo das Províncias e Estados e a educação superior a cargo do Governo Federal, serviu apenas para regulamentar o que de fato ocorria, demonstrando mais uma vez que não havia interesse algum em implementar um projeto educacional que visasse à inclusão total de cidadãos de uma nação que havia se tornado independente há tão pouco tempo.

Não se pode desconsiderar a existência de propostas de mudanças no campo educacional apresentadas por meio de inúmeras reformas, autorizadas via decretos, caracterizando a ausência de debate e participação popular também no campo da discussão educacional, como as Reformas de Leôncio de Carvalho (1879), de Caetano de Campos, Bernardino de Campos e Cesário Mota (1890-1893), Benjamin Constant (1890), Código Epitácio Pessoa (1901), Rivadávia Correa (1911), Carlos Maximiliano (1915), João Luis Alves/ Rocha Vaz (1925), Francisco Campos (1931) e Reforma Gustavo Capanema (1942)¹³.

A falta de escolas e a falta de professores contribuíram para que os pequenos avanços em relação às tentativas de oferecer educação elementar a toda população durante o Império não obtivessem resultados positivos quanto à alfabetização popular. Conforme analisado por Mortatti (2004), por mais que surgissem iniciativas e ações voltadas para o campo da educação do povo, a iniciação no campo da alfabetização ocorria fundamentalmente no ambiente familiar, ou seja, na esfera privada. Na expressão de Mortatti (2004, p.53):

É que pesavam as marcas de três séculos de colonização portuguesa, cuja herança, no âmbito da instrução primária, pode ser sentida nos dados do censo realizado meio século após a Independência: mais de 85% da população era analfabeta [...]

É na fase das grandes mudanças econômicas no Brasil, de um modelo agrário-exportador para a industrialização que surge um movimento denominado Escola Nova, propugnando a laicidade, a co-educação, a gratuidade e a responsabilidade pública com a educação do povo brasileiro. Para Figueira (2003, p.5), é importante destacar que:

¹³ Para maiores informações ver RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. São Paulo, Autores associados, Campinas, 1998. PILETTI, Nelson. Estrutura e funcionamento do ensino médio. São Paulo, Ática, 1999.

A Pedagogia Nova ou Escola Nova emergiu no interior de movimentos da burguesia e das classes médias que buscavam a modernização do Estado e da sociedade. A divulgação da Escola Nova no Brasil ocorreu no interior da crescente influência cultural dos EUA sobre o Brasil, principalmente no período pós- Primeira Guerra Mundial. Existia nesse período a discussão de que a educação seria a garantia de mobilidade social e o ideário da Escola Nova contribui para a crença na democratização da sociedade por meio da educação.

Nesse movimento não foram consideradas as diferenças de realidades históricas, econômicas, políticas e culturais dos dois países, o que levou seus ideais e propostas ao fracasso, mas o reconhecimento da educação como o primeiro direito de todos os cidadãos brasileiros ficou marcado e inscrito na história como uma luta cotidiana existente até os dias atuais. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) tinha como princípios a defesa de uma escola comum e única, o serviço essencialmente público, gratuito e igual para todos, com um sistema nacional de educação que abrangesse desde o jardim da infância até a universidade¹⁴.

Somente em 1942, por meio da Reforma proposta pelo ministro Gustavo de Capanema, conseguiu-se estruturar certa articulação entre o ensino primário e o ensino secundário. Contudo, essa articulação não eliminou a grande tendência da educação brasileira de formar uma elite para o trabalho intelectual e o restante do povo (os poucos que tinham algum acesso à educação) para o trabalho manual, posição originária de uma sociedade com caráter faceiro e cordial, como roupagem de uma face escravocrata e católica. (HOLANDA, 1999).

Cabe salientar, ainda, que na década de 1940 foram criadas instituições para formação profissional de camadas da população originárias da classe trabalhadora, como o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), tendo seu ápice na fase desenvolvimentista de industrialização brasileira (RIBEIRO, 1998).

Para Pochmann *et. al.* (2005), desde 1888 além dessas ocorrências sobre a educação apresentadas anteriormente, também ocorreram transformações materiais e sociais importantes no Brasil, mas sem as devidas mudanças estruturais

¹⁴ É interessante constatar que a educação infantil foi considerada como educação básica somente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, Lei nº 9.394/96, em pleno final do século XX.

socioeconômicas para o bem-estar do conjunto da população. Dessa forma, o contexto de indução às ex-colônias, como o Brasil, para se especializarem em economias primárias, exportadoras, ficando na órbita das potências da época, criou uma economia dependente, como tão bem explicitado por vários historiadores e sociólogos brasileiros.

Vale ressaltar que a ausência de preocupação dos governos e de quase todas as reformas educacionais com a formação dos professores foi expressiva, tanto no quadro apresentado sobre as condições de organização do sistema escolar brasileiro, como no projeto de inclusão precária que daí resultou.

Esse descaso com a formação profissional não pode ser deixado de lado como um mero detalhe no contexto histórico de um país que desenvolveu uma valorização da cultura bacharelesca, da formação de doutores, de valorização máxima do ensino superior necessário ao desenvolvimento e formação das elites políticas e econômicas. Em relação a essa educação destinada às elites, Holanda (1999) assinalou o gosto dessas elites por um saber aparente como significado de prestígio social. Por isso, segundo ele, a “mentalidade cordial” valorizou as profissões liberais, pois, em seu modo de ver, elas exibem um saber de fachada, bem próprio do caráter dos políticos e da elite econômica que ainda hoje comanda o país.

Considerando que a educação primária foi, além de relegada em termos de importância social, sempre entendida como uma atribuição quase que natural da mulher, sendo o papel de professor confundido com o papel de mãe e, na maioria das vezes, entendido como sacerdócio (já que o sistema educacional teve grande influência da educação religiosa, especialmente a católica), percebe-se a construção não de uma visão científica ou profissional da educação, mas de uma visão conservadora e relacionada à vocação e à missão sacerdotal, retirando qualquer caráter de organização de classe trabalhadora e, fundamentalmente, de professores como intelectuais e pesquisadores.

Tais concepções trouxeram consigo uma desvalorização do magistério enquanto carreira profissional, como uma área que não necessitava de uma formação específica como a dos médicos e advogados, implicando a ausência de um senso de profissionalismo. Já a responsabilidade pela educação secundária e superior era vista como atribuição dos profissionais do mercado de trabalho já formados, como os advogados, médicos, engenheiros, intelectuais renomados, entre outros.

Essa estrutura educacional se fortaleceu ainda mais pela conjuntura econômica do projeto neoliberal instalado no Brasil a partir dos anos de 1980, acentuando a submissão dos cursos superiores ao mercado e seu caráter de mercadoria. Fortaleceu-se, também, a busca por profissionais atuantes no mercado para atuarem como professores nos diversos cursos superiores.

Durante a década de 1960, o desenvolvimento industrial trouxe para o Brasil a necessidade de trabalhadores que tivessem noções mínimas de escrita e de matemática, forçando um avanço da educação em termos quantitativos. No entanto, como já foi dito, esse avanço não pode ser entendido como um projeto de inclusão social, mas como uma condição de inclusão precária e marginal, imanente ao desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro da época.

Em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Brasileira (Lei nº 4.024/61) foi aprovada após 13 anos de debates e de tramitação no Congresso brasileiro. É bom lembrar que um dos grandes debates travados nesse processo se deu, por um lado, em torno da defesa da escola pública por determinados setores da sociedade e, de outro, pela defesa das escolas particulares, incorporada mais radicalmente por representantes das escolas particulares católicas.

Também foi na década de 1960 que cresceram os movimentos populares de alfabetização, tendo como destaque o trabalho de Paulo Freire¹⁵ com o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), visando à alfabetização de 5 milhões de brasileiros até 1965, interrompido em 1964 pelo golpe militar.

¹⁵ Paulo Reglus Neves Freire nasceu no dia 19 de setembro de 1921, no Recife, Pernambuco, uma das regiões mais pobres do país, onde logo cedo pôde experimentar as dificuldades de sobrevivência das classes populares. Ele foi quase tudo o que se deve ser como educador, de professor de escola a criador de idéias e "métodos". Sua filosofia educacional expressou-se primeiramente em 1958 na sua tese de concurso para a Universidade do Recife e, mais tarde, como professor de História e Filosofia da Educação daquela Universidade, bem como em suas primeiras experiências de alfabetização como a de Angicos, Rio Grande do Norte, em 1963.

A metodologia por ele desenvolvida foi muito utilizada no Brasil em campanhas de alfabetização e, por isso, ele foi acusado de subverter a ordem instituída, sendo preso após o Golpe Militar de 1964. Depois de 72 dias de reclusão, foi convencido a deixar o país. Exilou-se primeiro no Chile, onde, encontrando um clima social e político favorável ao desenvolvimento de suas teses, desenvolveu, durante 5 anos, trabalhos em programas de educação de adultos no Instituto Chileno para a Reforma Agrária (ICIRA). Foi aí que escreveu a sua principal obra: *Pedagogia do oprimido*. Paulo Freire é autor de muitas obras, entre elas: *Educação como prática da liberdade* (1967), *Pedagogia do oprimido* (1968), *Cartas à Guiné-Bissau* (1975), *Pedagogia da esperança* (1992) *À sombra desta mangueira* (1995). Faleceu no dia 2 de maio de 1997 na cidade de São Paulo. (PAULO FREIRE: *pequena biografia* (2007). São Paulo. Disponível em <www.paulofreire.org.br>. Acesso em ago. 2007.

Algumas reformas educacionais foram realizadas, começando pelo ensino superior, por meio da Lei 5.540/68 e pelas novas Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – Lei 5.692/71. Ambas fortemente influenciadas por estudos e pesquisas realizadas por técnicos norte-americanos e brasileiros, financiados pelo acordo MEC/USAID¹⁶, que viam como alternativa para o crescimento econômico do Brasil a inserção cada vez mais ampliada da população trabalhadora nas escolas, sob um ponto de vista tecnicista e economicista, e não pela perspectiva da inclusão social não-liberal.

Esses posicionamentos, nos anos de 1970, levaram a uma ampliação cada vez maior da oferta de vagas na educação primária sem, no entanto, ter professores capacitados e formados para isso e sem ter edificações e infra-estrutura adequadas para o recebimento de tamanho contingente no campo educacional. O crescimento econômico parecia uma promessa que se concretizava de fato, pelo menos até o início da década de 1980, quando a crise econômica resolveu soprar seus ares pela América Latina, inclusive pelo Brasil, como explicitado no item 2 deste capítulo.

Muitas ações implementadas a partir da Lei 5.692/71 para o ensino básico possibilitaram a ampliação quantitativa do sistema educacional brasileiro sem, no entanto, ter o mesmo acompanhamento em termos qualitativos. Isto não se deu pelo fato de o povo, ou melhor, os pobres, terem adentrado aos muros escolares, como muitos gostam de acreditar, mas pelo interesse em atender uma demanda imediata do mercado de trabalho aquecido pela conjuntura econômica da década de 1970.

Tal contexto é assim explicitado por Mario Sergio Cortella (1998, p.12-13):

Na Educação, alguns dos efeitos foram desastrosos: demanda explosiva (sem um preparo suficiente da rede física), depauperação do instrumental didático-pedagógico nas unidades escolares (reduzindo a eficácia da prática educativa), ingresso massivo de educadores sem formação apropriada (com queda violenta da qualidade de ensino no momento em que camadas populares vão chegando de fato à Escola), diminuição

¹⁶ Em 1968, o governo brasileiro, por meio do então Ministério da Educação e Cultura (MEC), assinou um acordo com a agência norte-americana United States Agency for International Development (USAID), visando a implementação de algumas reformas que, em linhas gerais, visavam a formação de profissionais para o mercado de trabalho e por isso atingiram mais profundamente o ensino superior no país. Para maiores informações ver ARAPIRACA, José, O. *A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano*. São Paulo: Cortez, 1982. e SANTOS, Eder F., AZEVEDO, Mario L.N. *O Ensino Superior e os acordos MEC/USAID: Uma contribuição ao estudo do intervencionismo norte-americano na educação brasileira*. 2003. Disponível no endereço eletrônico <www.ppe.uem.br/publicacao/sem_ppe_2003/Trabalhos%20Completos/pdf/057.pdf - >

acentuada das condições salariais dos educadores (multiplicando jornadas de trabalho e prejudicando ainda mais a preparação), imposição de projeto de profissionalização discente universal e compulsória (desorganizando momentaneamente o já frágil sistema educacional existente), domínio dos setores privatistas nas instâncias normatizadoras (embaraçando a recuperação da educação pública), centralização excessiva dos recursos orçamentários (submetendo-os ao controle político exclusivo e favorecendo a corrupção e o desperdício).

Assim, *a educação pública das últimas décadas* [grifo do autor] (com reflexos no ensino privado) foi um dos desequilíbrios do intencional **apartheid social** [grifo do autor] implementado pelas elites econômicas e é a partir dele que podemos compreender a crise da educação e a *atuação político/pedagógica dos educadores*– [grifo do autor].

A década de 1980, além de ser lembrada como a década perdida para o crescimento econômico, foi marcada por movimentos pela democracia no país e por mudanças econômicas. As lutas iniciadas em meados da década de 1970 pelos metalúrgicos na Grande Metrópole de São Paulo podem ser consideradas como um marco para o crescimento de movimentos políticos, sindicais e civis desse período.

A educação não ficou fora desse contexto, segundo Luís Antonio Cunha (1999) as reivindicações feitas pelos professores nas greves e manifestações tornaram-se intensas nos anos de 1980. Ao mesmo tempo, ocorria um movimento de privatização do ensino, por meio de favorecimentos que o poder público fornecia às instituições particulares, com isenções de impostos, fornecendo bolsas de estudos ou, até, deixando esse setor absolutamente livre de quaisquer fiscalizações em relação às cobranças de mensalidades.

Entretanto, ao final da década de 1980, ainda segundo Cunha (1999), a liberdade de cobrança das mensalidades das escolas particulares teve que ser cerceada em partes, devido à pressão dos setores sociais que tinham filhos na rede particular de ensino por causa da grave crise econômica do período. Esses setores passaram a colocar seus filhos nas escolas privadas por acreditarem que, com a massificação da educação pública, a qualidade do ensino cairia, o que foi referendado, ainda mais, com a ocorrência de manifestações e greves dos professores da rede pública.

Com a inflação descontrolada e o crescimento do desemprego, muitos pais se viam obrigados a colocar seus filhos novamente nas escolas públicas, consideradas por eles como uma escola sem qualidade. Esse pensamento foi alimentado pelo trabalho intenso dos representantes dos empresários da educação, divulgado pela imprensa escrita e falada da época – haja vista o anúncio feito pelo Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Município do Rio de Janeiro nos principais jornais da época, citado por Luiz Antonio Cunha (1999, p.304):

Nota de falecimento. A escola particular brasileira cumpre o doloroso dever de informar o seu próximo falecimento, vítima da maior crise de sua história. Há 10 anos seguidos as mensalidades crescem menos do que a inflação e a despesa cresce mais que a receita, tornando impossível manter o nível do corpo docente e a qualidade de ensino. A escola particular prefere morrer a ensinar mal. E com ela morre a liberdade de escolha, a perspectiva de melhores oportunidades profissionais para os jovens e um pouco do futuro do país. A escola particular está morrendo, mas deixa um grito de alerta no ar. É um sonho que permanece. Talvez com a nova realidade tudo possa viver novamente (a previsão é que até 40% das escolas particulares fecharão suas portas em 1987. A não ser que novos caminhos sejam abertos.

Não será possível, nesta pesquisa, avançar no debate travado sobre a questão da qualidade do ensino público e do privado nos anos de 1980 e 1990, mas vale evidenciar alguns aspectos importantes de descaso com a escola pública, para que fique mais clara a política de inclusão precária e marginal no aspecto da educação, adotada, inclusive, nos anos de 1990, quando o Brasil foi governado por um sociólogo e pesquisador das desigualdades sociais e quando uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei. Nº 9.394/96) foi aprovada.

Embora algumas dessas mudanças tenham representado alguns avanços¹⁷ em relação às leis anteriores, não significou nem implementou mudanças estruturais nas condições de ensino, principalmente das escolas públicas brasileiras, já que as influências econômicas do neoliberalismo não ficaram de fora das discussões para sua

¹⁷ A LDB nº 9.394/96 propõe princípios e diretrizes para ações educacionais, dos quais destacam-se a possibilidade de adoção pelos sistemas de ensino da aprovação progressiva, da avaliação contínua e qualitativa, do trabalho por séries ou ciclos. Estabelece a inserção do ensino infantil e do ensino médio na Educação Básica e a inclusão social de crianças portadoras de necessidades especiais na rede regular de ensino, entre outros.

elaboração e aprovação. Pode-se inferir, inclusive, que os avanços existentes na lei foram manipulados para satisfazer necessidades políticas de mudanças no retrato do Brasil aos olhos dos organismos internacionais que avaliam índices de pobreza e de qualidade de vida dos países.

Infelizmente, esse breve esboço do trajeto educacional da escola pública na história brasileira culmina na demonstração de como os princípios e ações educacionais previstos na LDB- 9.394/96 serviram, sobretudo para modificar as estatísticas governamentais sobre o número de crianças e jovens fora da escola, índices de repetência, de evasão escolar, mas não mudaram o quadro real da má qualidade do ensino básico público e sua condição de aparelho estatal necessário para garantir a inclusão precária de grande parcela da população no sistema econômico flexível de trabalho, característico da economia neoliberal e globalizada da contemporaneidade.

Para referendar o quadro de descaso de uma política educacional para o ensino público, a reflexão de Pochmann *et al.* (2005, p.68) explicita as reais condições desse ensino no Brasil e o seu baixo nível de qualidade:

A rede pública de ensino primário e secundário foi cedendo às pressões por ampliação do acesso a uma parcela maior da população, ainda que à custa de uma deterioração de suas condições de funcionamento e de qualidade. Na década de 1990, observa-se a presença de um sistema insuficiente para atender a demanda, ao não acolher satisfatoriamente a população que continuava fora das escolas (este processo foi mais intenso na educação infantil e no ensino médio), além de responsável pela baixa qualidade do ensino para a população que já estava no sistema educacional. (Sobre isto ver PNUD, 1999).

Isso resulta em um processo no qual o acesso à educação de qualidade está restrito a uma parcela limitada da população, geralmente condicionada a uma elite branca no país. Além disso, os níveis de escolaridade da maioria da população podem ser comparados aos de países com padrões de desenvolvimento inferiores ao do Brasil .

As mazelas das políticas educacionais, associadas às políticas econômicas, forneceram ao povo brasileiro esse contexto educacional de péssima qualidade do ensino público para as camadas populares. O entendimento e a visualização desses problemas são fundamentais para que se possa discutir com mais propriedade e

fundamentação os caminhos assumidos pelo ensino superior e, em especial, pelos cursos de Turismo e suas propostas de formação de profissionais.

Pochmann *et al.* (2005) desenvolveram um vasto trabalho que apresenta o quadro da exclusão brasileira sob enfoques que dizem respeito não só às condições atuais de setores da infra-estrutura, mas também da superestrutura, já que consideraram em suas pesquisas a educação, a informática e a cultura, além do quadro de saúde, habitação, trabalho decente, pobreza e previdência social.

Dessa maneira, uma breve reflexão sobre os aspectos apresentados por Pochmann *et al.* (2005) e outros coletados por esta pesquisa sobre as condições de vida da população brasileira nesse início de século XXI, se faz necessário para contribuir com a composição do conceito de inclusão precária.

5. Indicadores de exclusão social no Brasil no início do século XXI

O trabalho de Pochmann *et al.* (2005) apresenta dados estatísticos fundamentados em uma metodologia específica e comparativa com alguns países centrais e periféricos como o Brasil, na tentativa de determinar, o que e quanto é necessário ser investido para que, em um prazo de, mais ou menos, 14 anos, o Brasil possa entrar na rota de países que apresentam uma condição aceitável de inclusão.

Dessa forma, são apresentados a seguir os indicadores de políticas públicas selecionados para a pesquisa das condições de exclusão social e alguns fragmentos das análises e conclusões apontadas pelos pesquisadores. Pretende-se reforçar por meio dos dados empíricos e estatísticos a discussão histórica, sociológica e econômica apresentada até o momento, tomando emprestado os resultados da pesquisa publicada no volume 5 do *Atlas da exclusão social* de Pochmann *et al.* (2005).

Os autores iniciam a apresentação de sua pesquisa informando que “[...] não há perspectiva factível de ampliação da inclusão social no Brasil, nos marcos do atual modelo econômico” (POCHMANN *et al.*, 2005, p.9) e que se permanecerem os atuais índices de investimento e o padrão atual de crescimento, as expectativas de mudanças sociais efetivas no Brasil poderão ser descartadas. Afirmam categoricamente que se não houver crescimento econômico, se o país ficar no patamar de crescimento dos últimos anos, “[...] o Brasil corre o sério risco de chegar ao ano 2020 em condições de inclusão

social piores do que aquelas em que já se encontra atualmente” .(POCHMANN *et al.*, 2005, p.10).

Nessa pesquisa, os autores pressupõem que as bases da inclusão social estão nas condições e na capacidade que um país tem para fazer avançar a renda individual da população e constantes melhorias na oferta de equipamentos e serviços públicos. Nesse sentido, selecionaram como indicadores para avaliação das condições de exclusão social no Brasil os seguintes equipamentos e serviços públicos: educação, saúde, habitação, cultura e informática; e, em relação à renda individual, selecionaram variáveis referentes às condições de pobreza, de desemprego e subocupação e proteção previdenciária.

Em termos metodológicos, a pesquisa baseou-se em um mapeamento do conjunto de indicadores em estudos supranacionais e de instituições nacionais. Os autores ressaltam que não utilizaram comparações entre sistemas. De acordo com Pochmann *et al.* (2005, p.15)

[...] dadas as dificuldades epistemológicas e conceituais advindas da comparação de distintos padrões políticos, econômicos e sociais. Procurou-se estruturar um índice composto, obtido a partir de um subconjunto de indicadores que permitisse uma aproximação da realidade atual da inclusão social.

Ainda em relação aos aspectos metodológicos da pesquisa, é importante salientar que o estudo dá destaque para as desigualdades geográficas, abordando dentro das possibilidades e do quadro estudado a dimensão temporal, “[...] tendo em vista as séries históricas disponíveis para conformação da tendência de mudança ou estabilização dos indicadores em análise” (POCHMANN *et al.*, 2005, p.16).

Após a realização de um percurso de análise sobre as condições históricas que dão a necessária contextualização à pesquisa, os autores entram na objetividade dos números e dos indicadores que representam o nível de exclusão social no Brasil, por meio de um inventário das condições relativas às políticas públicas para a educação, saúde, habitação, cultura, informática, pobreza relativa, trabalho decente e previdência social, desvelando, dessa forma, a “disforme geografia da inclusão social no Brasil do limiar do século XXI”. (POCHMANN *et al.*, 2005: p.67).

Em relação ao indicador Educação, a opção dos autores por pesquisar o ensino médio e superior deveu-se à grande disparidade que há entre o Brasil, os países na mesma condição econômica e os países desenvolvidos. Os indicadores abordam a relação entre matriculados e faixa etária, matriculados e docentes, quantidade de turmas, com destaque para as disparidades regionais.

Pochmann *et al.* (2005) não pesquisou sobre os dados do ensino fundamental (que corresponde aos 9 primeiros anos da educação básica), possivelmente por apresentar na atualidade um índice de 97% de inclusão das crianças em idade de 7 a 14 anos na escola pública.

Entretanto, no que diz respeito à qualidade verificada pelos sistemas de avaliação implementados pelo MEC nos últimos 10 anos, como o SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica e o Prova Brasil, apresentam-se dados alarmantes, conforme a reportagem de capa de uma revista de circulação nacional em que Didonê *et al.* (2007, p.32) apresentam os seguintes dados sobre a avaliação do ensino de Língua Portuguesa e Matemática no ensino fundamental:

[..] a Prova Brasil [...] que pretende atingir todas as escolas [...] fez sua estréia em 2005 em instituições de ensino de áreas urbanas com no mínimo 30 alunos nas classes de 4ª e 8ª séries. Cerca de 3,3 milhões de estudantes matriculados em 40 mil colégios de 5.398 municípios responderam a questões de múltipla escolha de Língua Portuguesa e Matemática. [...] numa escala de notas que vão de 125 a 350, as turmas de 4ª série atingiram um desempenho médio abaixo de 200 pontos – 172,91 em Língua Portuguesa e 179,98 em Matemática.

[...]

Na 8ª série, a situação é ainda mais preocupante: os jovens foram tão mal na média que só dominam os conteúdos previstos para os estudantes da 4ª série.

[...] as notas são piores no Norte e Nordeste, como era de se esperar, já que, dos 100 municípios mais pobres do país, todos estão localizados nessas regiões”. (DIDONÊ *et al.*, 2007, p.32).

Esses dados são de 2005, mas ao retroceder no tempo parece que a situação não estava tão diferente. É possível encontrar avaliações não tão precisas em termos estatísticos, porém críticas e claras sobre a real condição da escola pública durante as décadas de 1970 e 1980.

Luiz Antonio Cunha (1999, p.62) descreve detalhadamente a falência da escola pública:

As escolas públicas são insuficientes em termos do número de vagas disponíveis, estão superlotadas e raramente oferecem ensino noturno para os jovens e adultos que trabalham. Seus prédios não têm conservação; são invadidos pela água das chuvas; as janelas, quebradas, não protegem do vento nem do frio; os vasos sanitários estão entupidos e nem sempre se dispõe de água para beber e para a higiene; a merenda é descontínua e o cardápio, enjoativo. Os professores não residem no local, chegam à escola tão cansados quanto os pais dos alunos em suas fábricas, escritórios e “casas de família”. Tratam os alunos e seus familiares como estranhos e até mesmo como adversários que é preciso controlar para não atrapalharem o seu serviço. Faltam muito e não escondem seu desinteresse pelo aprendizado dos alunos. Quando têm sua melhor qualidade reconhecida, são logo deslocados para a administração educacional nos núcleos, delegacias ou na própria secretaria e/ou quando dispõem de “capital de relações”, conseguem transferência para escolas situadas mais próximas de suas residências ou servidas por transportes coletivos mais convenientes.

Cunha (1999) resume nessa crítica os principais problemas do sistema público de ensino que, para um leitor desavisado, poderá parecer uma crítica à atual situação da educação e não uma avaliação das condições a que a educação está submetida desde os anos de 1970.

Complementando as críticas e avaliações das condições da educação brasileira, apresenta-se no Quadro 2 seus principais índices, com destaque para o ensino médio e ensino superior, apresentados na pesquisa de *Pochmann et al.* (2005: p.67-73).

Quadro 2 - Índices referentes à Educação

| Aspectos pesquisados (*) | Ensino Médio | Ensino Superior |
|--|---|--|
| Alunos matriculados em idade ideal | 8,7 milhões de alunos matriculados, na faixa etária considerada ideal (15 a 17 anos); | 1,8% da população está matriculada no nível superior (3 milhões de alunos); |
| Percentual de alunos matriculados em idade ideal | 34,7% do total da população referente ao segmento etário de 15 a 17 anos é atendido no ensino médio; | 7,4% da população dentro da faixa etária ideal está matriculada em curso de nível superior; |
| Docentes | 468 mil docentes; | 219,9 mil docentes; |
| Diferenças geográficas | São Paulo possui uma participação de 53,7% de alunos matriculados no ensino médio, enquanto Alagoas tem uma participação de 13,5% da população entre 15 e 17 anos no ensino médio | Como contraponto das diferenças entre as regiões, temos o Rio Grande do Sul com uma participação 12,2% e o Maranhão com 1,9% da população entre 18 e 24 anos no ensino superior. |

(*) Referência Censo/IBGE e INEP/MEC, 2000-2002.

Fonte: Adaptação de dados da obra feita pela autora

O que chama a atenção no Quadro 2 é que, se 34,7% do total da população em idade ideal está matriculada no ensino médio, restam quase 70% de jovens nessa faixa etária fora das escolas. Um número alarmante diante do quadro de transformações no mundo do trabalho e diante do Plano Decenal de Educação de 1997, que propôs realizar uma grande conjunção de esforços dos sistemas administrativos governamentais para promover a “década da educação”. Esse índice representa um grande fracasso em relação às promessas governamentais, principalmente se considerados em termos

regionais, em que as diferenças são gritantes, haja vista os índices de São Paulo (53,7% de alunos matriculados no ensino médio) e Alagoas (13,5% de alunos matriculados).

Esse percentual, juntamente com a promessa governamental de promover a década da educação (2001-2010), implementando políticas para inserção dessa população no sistema educacional, foi um dos fatores que impulsionou o crescimento de ofertas de vagas na educação superior, bem como a transformação de inúmeras faculdades isoladas em centros universitários e universidades.

Todavia, essa inserção não ocorreu como prometido, ocasionando excesso de vagas na educação superior, mesmo considerando o surgimento de políticas afirmativas como o ProUni¹⁸, que pretende oferecer, nos próximos anos, em torno de 400 mil novas bolsas, segundo o MEC. As universidades particulares estão apresentando taxa de ociosidade em quase todos os cursos que oferecem, como será demonstrado posteriormente no contexto específico da área de Turismo.

Segundo o Plano Nacional de Educação (Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001), há previsão de que, até 2010, se consiga atingir um percentual de 30% de inserção dos jovens na faixa etária entre 18 e 24 anos no ensino superior, por meio não só de programas como o ProUni, mas também com a criação de novas universidades públicas distribuídas nas diferentes regiões brasileiras.

Cabe ressaltar que, se isso de fato ocorrer, o Brasil entrará em um padrão intermediário de inclusão social, conforme os parâmetros indicados nos estudos de Pochmann *et al.* (2005), desde que esse percentual seja distribuído de forma mais eqüitativa entre as diferentes regiões brasileiras, já que, no atual quadro, o Nordeste, Norte e Centro-Oeste estão em plena desvantagem em termos de inserção de jovens no ensino médio ou no ensino superior.

O segundo indicador apresentado por Pochmann *et al.* (2005: p.74-79) foi a Saúde, considerada como um dos bens mais valorizados pela sociedade. Para demonstrar o atual quadro de diferenças na área da saúde, os autores ordenaram a

¹⁸ O ProUni - Programa Universidade para Todos foi criado pela MP nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa. No seu primeiro processo seletivo, o ProUni ofereceu 112 mil bolsas em 1.142 instituições de ensino superior de todo o país. ProUni: Universidade para todos. **O Programa.** Disponível em : < <http://prouni-inscricao.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2007.

dimensão da oferta de recursos humanos e sua capacidade de atendimento da população, considerando a quantidade de leitos, profissionais médicos e enfermeiros por mil habitantes, como demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3 - Índices referentes à Saúde

| Médicos | Enfermeiros | Leitos hospitalares |
|--|---|---|
| 1- Região Sudeste- possui 57% do total de médicos do Brasil. | 1- Região Sudeste- está 10% acima da média nacional na oferta de enfermeiros. | 1-Região Sudeste- possui 4 em cada 10 leitos do país. |
| 2- Região Nordeste- 16% do total de médicos. | 2- Região Nordeste- de cada 10 enfermeiros do país, 3 estão nessa região. | 2-Região Centro-Oeste- está 15% acima da média nacional; |
| 3- Região Sul- 14% do total de médicos. | 3- Região Sul- possui 16% do total de enfermeiros do país. | 3-Região Sul- 12% acima da média nacional; |
| 4- Região Centro-Oeste- 7% do total de médicos. | 4- Região Centro-Oeste- possui 6% dos enfermeiros do país. | 4- Região Nordeste- possui 1 em cada 4 leitos hospitalares do Brasil. |
| 5- Região Norte- 4,5% dos médicos do total de médicos. | 5-Região Norte- tem proporcionalmente menos profissionais que a média nacional. | 5- Região Norte- de cada 100 leitos, 5,5 estão nessa região. |

Fonte: Adaptação de dados da obra feita pela autora

É possível notar nessa tabela que, apesar de haver uma variação maior entre as regiões no indicador Saúde, permanece a discrepância regional em relação aos aspectos fundamentais de sobrevivência como atendimento médico e leitos hospitalares, à medida que há uma centralização da oferta desses equipamentos e serviços na região Sudeste, deixando novamente as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste com os piores índices.

A questão da saúde no Brasil, assim como a da educação, foi considerada por longos anos como artigos de luxo para minorias detentoras de *status* econômico, social e político.

Esses índices do Quadro 3, ainda que importantes e significativos na discussão sobre as condições de inclusão social, não representam o quadro total e cotidiano dos postos de saúde, com suas imensas filas, com a ausência de medicamentos e de

condições para atendimento de urgência, nem tampouco considera o caminho para privatização da saúde por meio do aumento de poder dos convênios particulares, diante do agravamento e precariedade dos serviços de saúde pública no Brasil.

Além dos problemas relacionados ao campo da saúde, a pesquisa de Pochmann *et al.* (2005, p.80-86) considera que, a cada ano, as condições de moradia e até a sua ausência faz do item Habitação (Quadro 4) um aspecto extremamente relevante para a discussão da inclusão social. Os autores apresentam informações que se referem mais à qualidade das moradias, a partir de itens como lixo, esgoto, água, energia elétrica e densidade habitacional por domicílio nas diferentes regiões, explicitando assim suas diferenças.

Para tratar do item Habitação, os autores optaram por pesquisar aspectos relacionados à infra-estrutura necessária para que haja de fato condições dignas de moradia. Dessa forma, ao tratar dos aspectos lixo, esgoto, serviço de tratamento e fornecimento de água e energia elétrica, consideraram que há uma estreita relação entre esses serviços e as condições de saúde e de bem-estar dos moradores. Não apresentaram uma pesquisa com dados numéricos sobre o número de casas próprias ou casas populares que devem ser construídas pelos próximos governos. É claro que esse aspecto é extremamente importante, mas já há bastante clareza sobre o déficit habitacional do país, o que já não ocorria com os serviços selecionados de infra-estrutura.

Quadro 4 - Índices referentes à Habitação

| | |
|---|--|
| LIXO | Regiões Norte e Nordeste têm respectivamente 56,8% e 70,7% do lixo coletado; Regiões Sudeste (86,1%), Centro-Oeste (80,6%) e Sul (80,4%). 41,8 milhões de pessoas não têm o lixo coletado: 47,9% na Região Nordeste, 24,8% na Região Sudeste, 12,1% na região Sul, 7,1% na Região Norte e 5,6% na Região Centro-Oeste. |
| ESGOTO | Região Nordeste- apresenta o índice de 79,7% do esgoto com rede coletora; Região Sudeste- 98,66%; Região Sul- 97,71%; Região Centro-Oeste- 97,04%; Região Norte- 92,47% |
| ÁGUA | Região Nordeste- 69,7% da população conta com abastecimento de água; Região Norte- 75,8%; Região Centro-Oeste- 92,3%; Região Sudeste- 97,3%; Região Sul- 97,4%. 21 milhões de pessoas não recebem água tratada em casa, dos quais 67,3% estão no Nordeste, 11,5% no Norte, 9,6% no Sudeste, 4,5% no Centro-Oeste e 3,1% no Sul. |
| ENERGIA ELÉTRICA | Região Nordeste- 90,9% dos habitantes têm acesso à energia elétrica; Região Norte- 96,6%; Região Centro-Oeste- 96,7%; Região Sul- 98,5%; Região Sudeste- 99,2%. 6,1 milhões de habitantes do Brasil não têm acesso à energia elétrica, sendo 63,9% do Nordeste, 9,6% do Sudeste, 6,5% do Centro-Oeste, 6,2% do Sul e 5,3% do Norte. |
| DENSIDADE HABITACIONAL POR DOMICÍLIO | A média nacional de habitantes por domicílio é de 3,6. Região Norte- 4,1 habitantes por domicílio; Região Nordeste- 4,0 habitantes; Região Centro-Oeste- 3,52 habitantes; Região Sudeste- 3,42 habitantes; Região Sul- 3,34 habitantes. A região Norte é a menos populosa, com 10,1 milhões de habitantes, seguida pelo Centro-Oeste com 12,2, Sul 25,8, Nordeste 46,4 e Sudeste com 74,6 milhões de habitantes. |

Fonte: Adaptação de dados da obra feita pela autora

Nota-se no Quadro 4, mais uma vez, que o Norte, Nordeste e Centro-Oeste são as mais prejudicadas em relação ao índice habitacional e seus serviços. Pelo mapa apresentado pelos autores, praticamente todos os estados do Nordeste aparecem abaixo do índice médio do Brasil. O Sudeste continua tendo as melhores condições de moradia,

seguida pelo Sul, concretizando o abismo existente entre as cinco regiões brasileiras em relação aos aspectos de inclusão social.

Entretanto, “nem só de pão vive o homem”, já dizia um ditado popular. Isto quer dizer que todos os brasileiros também devem ter acesso à arte, ao lazer, ao conhecimento, à diversidade de hábitos e costumes das diferentes regiões que formam esse país. Esses aspectos são tão importantes quanto os problemas de moradia e educação que foram apontados neste estudo e com certeza essa é a visão dos autores do *Atlas da Exclusão Social do Brasil*, que dão indicações das condições de inclusão social do povo brasileiro também por meio de informações sobre o acesso e democratização dos espaços e das oportunidades culturais.

Foram considerados, para fins de análise da inclusão social referente à Cultura, indicadores como habitantes por biblioteca, por cinema e por museu nas diferentes regiões brasileiras, sintetizados no Quadro 5. (POCHMANN *et al.*, 2005, p.87-92).

Quadro 5 - Índices referentes à Cultura

| | |
|--------------------|---|
| BIBLIOTECAS | <p>O brasileiro lê em média 1,8 livros por ano.</p> <p>Há cidades no Brasil que reúnem 14 milhões de pessoas e nenhuma biblioteca.</p> <p>Há 17.422 bibliotecas no Brasil, e, deste total, 20% encontram-se em São Paulo, 18% em Minas Gerais e 15% no Rio Grande do Sul</p> |
| CINEMAS | <p>O Brasil possui 3.737 salas de cinemas.</p> <p>60% encontram-se na Região Sudeste. São Paulo responde por 37,5% dessas salas e o Rio Grande do Sul equipara-se a São Paulo.</p> <p>Os piores indicadores encontram-se nas Regiões Norte e Nordeste, com média de um cinema por 160.000 habitantes.</p> |
| MUSEUS | <p>Região Sul apresenta a melhor relação entre museus e população.</p> <p>Região Sudeste aparece em 2º lugar nessa relação.</p> <p>Região Norte e Centro-Oeste possuem a pior relação.</p> <p>Região Nordeste aparece em condição intermediária na relação museus e habitantes.</p> |

Fonte: Adaptação de dados da obra feita pela autora

Os dados do Quadro 5 chamam a atenção e devem ser tratados com a mesma relevância atribuída aos problemas de saúde, de moradia e de trabalho da população brasileira. O problema educacional, apresentado no Quadro 2, é reforçado pelos aspectos culturais, quando se constata o número de bibliotecas existentes em um país, que possui em torno de 200 milhões de habitantes e 8 milhões km² de extensão. Um quadro que se torna mais aterrorizante à medida que os números de salas de cinema e museus vão aparecendo.

Vale destacar que em pesquisa a respeito do discurso bibliotecário sobre a leitura, Viñao Antonio Frago (2000) observou que a escola e a biblioteca aparecem com funções complementares: a escola como o lugar para formar novos leitores, fornecendo-lhes dispositivos que aprimoram a leitura e reforçam a formação de leitores em sua estrutura curricular; a biblioteca como lugar onde esses leitores praticam a leitura para tornarem-se aptos a se lançar nesse vasto mundo das letras, devendo haver uma relação complementar entre essas duas instituições: escola e biblioteca.

Considerando esses aspectos educacionais precários e excludentes do ensino básico, é possível entender melhor por que o Brasil não tem conseguido avanços significativos em termos de alfabetização de jovens e adultos, nem mesmo de crianças durante o ensino regular. O incentivo à leitura não existe e se houvesse não haveria espaços para essa atividade. Parece que está se formando nesse país uma comunidade cada vez maior de não-leitores, apesar dos avanços da tecnologia da informação, que traz como exigência graus mínimos de leitura e escrita para seu manuseio, conforme explicado no Quadro 5.

Nesse contexto de baixa escolaridade e de educação informal também problemática, vale destacar a afirmação de Pochmann *et al.* (2005, p. 87), ao colocar a necessidade imperiosa de se desenvolver uma política cultural que tenha como objetivo contribuir para transformações no caminho que o Brasil está tomando na produção e desenvolvimento de sua cultura:

A sociedade brasileira convive com diferentes formas de exclusão social, inclusive a cultural, que carrega em seu conteúdo a inacessibilidade à produção de determinados bens culturais como uma de suas características principais. Por esse motivo, uma política cultural bem

elaborada pode ser um instrumento eficaz de transformações intrínseca da população.

Não se pode deixar de ressaltar as diferenças gritantes entre as regiões brasileiras, com forte concentração e domínio das Regiões Sudeste e Sul em todos os indicadores pesquisados, o que favorece o desconhecimento sobre a origem da identidade cultural do país, da sua memória histórica e de seu fortalecimento.

A Informática, como aspecto fundamental da evolução da tecnologia, não poderia ser deixada de fora do quadro sobre inclusão social, por representar um papel central não só na economia de um país, mas também nas condições de acesso à informação, relacionadas aos aspectos educacionais e culturais. Nesse sentido, os autores selecionaram como indicadores a presença de microcomputadores nos lares dos brasileiros e o acesso à internet, conforme demonstrado no Quadro 6. (POCHMANN *et al.*, 2005: p.93-96)

Quadro 6 - Índices referentes à Informática

| | |
|--------------------------|---|
| MICROCOMPUTADORES | 6.743.522 domicílios pesquisados têm computador. Isso equivale a 24 milhões de pessoas que têm acesso ao equipamento. São Paulo possui 2.545.470 domicílios com computadores, o que equivale a 23% do total de residências. Maranhão e Piauí são os estados que têm os piores indicadores de domicílios com computadores, 3,03% e 4,27%, respectivamente. |
| INTERNET | 4.912.713 domicílios dispunham de computadores com acesso a Internet, o que corresponde a 73% do total de domicílios com computador. 8,2% da população brasileira tinha acesso à Internet em 2002. |

Fonte: Adaptação de dados da obra feita pela autora

Os dados referentes à Informática são relativos ao ano de 2002, o que pode representar uma grande diferença nesse aspecto em especial, já que a velocidade é o fator chave desse indicador. Dessa forma, com certeza os números de 2008 podem ser muito diferentes dos de 2002, alterando sobremaneira as condições de inclusão social referente ao acesso aos equipamentos e à internet.

Ao contrário do que ocorre com a educação, saúde, moradia, cultura, trabalho e pobreza, as ações governamentais e empresariais têm sido rápidas em facilitar a compra de equipamentos relativos à informática e o acesso de milhares de pessoas à internet. Como a produção dos equipamentos e o controle da grande rede de comunicações estão na esfera privada, parece haver mais agilidade e eficácia na tentativa de aumentar cada vez mais o número de pessoas inseridas na era digital.

Logicamente que não é tão simples assim. Existem inúmeros fatores implicados nessa discussão que não foram considerados pelos pesquisadores, como o analfabetismo tradicional e digital, as questões éticas e legais nas redes de informações, a democratização real dessas informações, o incentivo, ou melhor, a quase obrigação de aquisição de novos equipamentos mais modernos e com alta tecnologia, entre muitos outros que não cabem ser discutidos neste trabalho.

Saindo do campo da tecnologia, os autores do *Atlas de exclusão social: agenda não Liberal da Inclusão Social no Brasil* partem para a apresentação dos dados sobre a Pobreza Relativa no Brasil (POCHMANN *et al.*, 2005, p.97-100).

Definir pobreza tem sido um debate interminável tanto para sociólogos como para economistas e políticos. Por isso, não se pretende entrar nesse debate mas, a partir de critérios selecionados por Pochmann *et al.* (2005), identificar no mapa brasileiro um quadro aproximado das condições de pobreza no país. Para tanto, os autores adaptaram critérios referentes à pobreza relativa mais utilizados por países europeus, considerando a ausência de definição de uma linha oficial de pobreza em um país como o Brasil. Para esclarecer melhor essa opção, Pochmann *et al.* (2005, p.97), fazem a seguinte distinção entre o conceito de pobreza absoluta e pobreza relativa:

Segundo a abordagem tradicional, a pobreza pode ser apreendida ou medida sob duas formas: a pobreza absoluta e a pobreza relativa. Em linhas gerais, entende-se por pobreza absoluta a não-satisfação de um conjunto de necessidades consideradas básicas, nutricionais e não-nutricionais. Abaixo da linha de pobreza relativa, estariam, por sua vez, aqueles indivíduos que – ainda que tenham superado as necessidades básicas – vivem com um nível de renda inferior a um determinado parâmetro definido a partir da renda média, ou mediana, de um país. Em síntese, a pobreza relativa incorpora a dimensão da desigualdade, pois consolida como referência o padrão de riqueza alcançado.

Considerando a definição adotada, Pochmann *et al.* (2005, p.98) analisam as condições de pobreza apresentadas nas regiões brasileiras, partindo dos seguintes parâmetros: “[...] pessoas que vivem em famílias com renda inferior a 50% da renda média nacional familiar *per capita*” foram consideradas pobres. No Quadro 7 foram distribuídos os índices de pobreza pelas regiões brasileiras:

Quadro 7 - Índices referentes à pobreza relativa

| | |
|-------------------------|---|
| POBREZA RELATIVA | <p>Região Nordeste concentra 42,5% dos pobres brasileiros.</p> <p>Região Sudeste possui 32,4% dos pobres, considerando o peso demográfico de São Paulo e Minas Gerais.</p> <p>Região Sul concentra 11,0% dos pobres.</p> <p>Região Norte aparece com 7,4%.</p> <p>Região Centro-Oeste apresenta o menor percentual de pobres do país, com 6,7%.</p> |
|-------------------------|---|

Fonte: Adaptação de dados da obra feita pela autora

Se o olhar do leitor passar distraidamente sobre o Quadro 7, poderá concluir que, pelo menos no item pobreza, a Região Norte mudou de rumo, já que apresenta 7,4% de sua população em estado de pobreza relativa. Mas, ao reler as informações e prestar um pouco mais de atenção, perceberá que não houve uma mudança tão radical assim, já que é preciso considerar o peso demográfico de seus estados. Sendo assim, restando apenas mais 2 indicadores de inclusão social, constata-se mais uma vez as disparidades regionais.

Tenho ressaltado as diferenças sociais entre as regiões brasileiras, sobretudo com relação ao Nordeste e ao Sudeste, este aspecto, talvez até em detrimento de outras leituras que poderia fazer, devido à problemática proposta para esta tese, que diz respeito ao Turismo e suas relações com a inclusão social, mediante a formação profissional em nível superior.

O nordeste, considerando apenas o turismo de lazer, contempla os estados mais procurados para essa atividade, como Bahia, Fortaleza, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Os outros estados da região ainda não alcançaram números expressivos de recebimento de turistas, apesar de haver tendência de crescimento. E é justamente essa região que aparece com maiores problemas nos cinco indicadores de inclusão social no

Brasil apresentados até o momento. Dentre eles, é no indicador de pobreza relativa que esta região lidera o *ranking*, concentrando 42,5% dos pobres brasileiros.

A partir dos indicadores que estão sendo apresentados, o Capítulo II discute e analisa a real participação do turismo enquanto uma atividade socioeconômica que pode contribuir para a diminuição do grau de pobreza e a eliminação das grandes disparidades entre as diferentes regiões brasileiras, como as apresentadas nos indicadores constantes do quadro 2 até o quadro 9.

Em síntese, a globalização da economia, a flexibilização do trabalho, as reformas de base, como o acesso à terra, à educação, à saúde e à moradia que não se concretizaram na história desse país, são alguns dos fatores já discutidos e que foram considerados por Pochmann *et al.* (2005, p.101-105) como aspectos que contribuem para formar o déficit de trabalho decente, por meio das condições de desemprego, de precarização do emprego e subocupações, como demonstrado no Quadro 8.

Quadro 8 - Índices referentes ao déficit de trabalho decente

| | |
|---|--|
| <p>DÉFICIT DE TRABALHO DECENTE</p> | <p>Região Nordeste possui 9.153.971 pessoas na condição de déficit de trabalho (41,4%), destacando-se os estados da Bahia, com 12,3% do total de desempregados e subempregados, o Ceará com 6,4% e Pernambuco também com 6,4%.</p> <p>Região Sudeste apresenta o déficit de 33,8% de trabalho decente, totalizando um universo de 7.479.568 pessoas entre desempregadas e subocupadas. São Paulo e Minas Gerais respondem pelo maior número de trabalhadores fora do mercado de trabalho.</p> <p>Região Norte possui 5,2% (1.143.679 pessoas) de desempregados do país, a menor participação nesse complexo.</p> <p>Na Região Centro-Oeste, o estado de Goiás é responsável por 40% (1.235.229 pessoas) em situação de desempregados e subocupados.</p> <p>Região Sul entra com 14,1% (3.111.901 pessoas) em déficit de trabalho decente</p> |
|---|--|

Fonte: Adaptação de dados da obra feita pela autora

No item 2 deste capítulo, foram trazidos à tona os problemas referentes à precarização do trabalho no Brasil a partir da década de 1970, ressaltando a influência

das transformações internacionais no crescimento do desemprego e de sua precarização, promovendo o aumento da exclusão social, com o apoio das elites dirigentes brasileiras, que nunca se preocuparam, de fato, com a ampliação cada vez mais intensa e elástica do grau de desigualdades dentro de uma única nação.

No indicador déficit de trabalho decente, as estatísticas dessa desigualdade transparecem claramente em estados como Maranhão e Piauí, que chegam a apresentar taxas de 50% de desemprego ampliado, justificado “[...] pela multiplicidade de formas de precarização nas condições e relações de trabalho”. (POCHMANN *et al.*, 2005, p.101).

Ao que tudo indica, as atividades do turismo estão, muitas vezes, relacionadas a alguma forma de precarização e flexibilização do trabalho. Na esteira do crescimento do setor de serviços, em detrimento do setor industrial, o turismo foi se apresentando, principalmente nas cidades litorâneas dos estados nordestinos, como alternativa econômica de grande envergadura para solução dos problemas de desemprego. Porém, essa alternativa parece ter seguido os novos paradigmas do mundo do trabalho, ou seja, os padrões de flexibilização e precarização necessitando ser melhor analisados em termos de suas reais contribuições, seja para as estatísticas do desemprego ampliado, seja para criação efetiva de novos postos de trabalho.

Ao falar em condições de trabalho e em inclusão social, é preciso considerar também as condições que um país tem de proteção à população idosa e à sua população de trabalhadores, por meio da Previdência Social. Ao menos nesse indicador, os números da inclusão são consideráveis, como demonstrado pela pesquisa de Pochmann *et al.* (2005, p.106-109). Mas, de acordo com os dados do Quadro 9, as diferenças regionais são grandes, da mesma forma que nos outros indicadores pesquisados.

Quadro 9 - Índices referentes à Previdência Social

| | |
|---------------------------|--|
| PREVIDÊNCIA SOCIAL | <p>61,7% (43.547.985) de trabalhadores em idade entre 16 e 59 anos contam com a proteção da previdência social no Brasil.</p> <p>38,3% (27.041.787) são trabalhadores excluídos do sistema de proteção previdenciária.</p> <p>81,5% (13.064.466) dos idosos são protegidos pelo sistema previdenciário brasileiro.</p> <p>18,5% (2.957.765) ainda não contam com a mesma proteção.</p> |
|---------------------------|--|

Fonte: Adaptação de dados da obra feita pela autora

Essa rede de proteção oferecida pela previdência social, apesar de estar longe de uma proteção digna, é ainda o que tem garantido o sustento de inúmeras famílias em estados das Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, em que as condições de inclusão social podem ser consideradas mais precárias, conforme demonstrado em todos os indicadores de inclusão trabalhados por Pochmann *et al.* (2005). Lembrando que grande parte das populações desses estados não têm possibilidade de outros ganhos, porque simplesmente não há postos de trabalho nas cidades em que vivem.

Diante da complexidade social analisada, Pochmann *et al.* não poderiam deixar de apresentar algumas condições e alternativas ao projeto de inclusão precária a que a sociedade brasileira sempre esteve submetida. Nesse sentido, da mesma forma que se procedeu com os dados anteriores, apresenta-se abaixo uma síntese de alguns dos índices referentes às prescrições dos autores, quanto à necessidade de ampliação de investimentos para os indicadores pesquisados, perspectivando condições estruturais para que o Brasil possa alcançar padrões intermediários ou avançados de inclusão social fora dos padrões neoliberais, nos próximos 14 anos. Segundo Pochmann *et al.* (2005, p. 123)

[...] torna-se possível apresentar uma agenda não liberal da inclusão social, constituída prioritariamente pela dimensão dos recursos humanos e dos equipamentos e serviços públicos a serem efetivados e da quantidade de investimentos necessários nos próximos 15 anos, de tal forma que, em 2020, o Brasil possa atingir o padrão de inclusão (intermediário ou avançado) já existente em vários países no ano de 2000.

Além do detalhamento referente ao montante de recursos envolvidos na agenda específica e global de investimentos para a inclusão social, apresenta-se o conjunto de equipamentos, serviços e ações passíveis de serem realizadas pelo país [...]

Quadro 10 - Brasil: equipamentos, serviços e recursos humanos a serem disponibilizados pelo padrão intermediário e avançado de inclusão social de 2005 a 2020

| Complexo Social | Padrão intermediário de inclusão social | Padrão avançado de inclusão social |
|-------------------------------------|--|---|
| Educação (Ensinos médio e superior) | <u>Investimentos* necessários na ordem de 960,2 B de reais.</u> 5.076,5 mil alunos; 145 mil turmas; 48,2 mil salas de aula; e 631 mil professores. | <u>Investimentos* necessários na ordem de 1.713,9 B de reais.</u> 10.569,3 mil alunos; 302 mil turmas; 100,7 mil salas de aula; e 976,4 mil professores. |
| Saúde | <u>Investimentos* necessários na ordem de 709,4 B de reais.</u> 343,9 mil leitos; 352,3 mil médicos; 1.590,2 mil enfermeiros. | <u>Investimentos* necessários na ordem de 2.048,1 B de reais.</u> 2.648,1 mil leitos; 844,9 mil médicos; 3.924 mil enfermeiros. |
| Habitação | <u>Investimentos* necessários na ordem de 193,6 B de reais.</u> 5 milhões de moradias; 16,9 milhões de reparações de moradias; 9,4 milhões de moradias com coleta de lixo; 18,9 milhões de moradias com sistema de esgoto; e 4,4 milhões de moradias com abastecimento de água. | <u>Investimentos* necessários na ordem de 744,7 B de reais.</u> 10,9 milhões de moradias; 24,8 milhões de reparações de moradias; 6,4 milhões de moradias com coleta de lixo; 25,9 milhões de moradias com sistema de esgoto; 7,9 milhões de moradias com abastecimento de água; e 2,3 milhões de moradias com atendimento de energia elétrica. |
| Cultura | <u>Investimentos* necessários na ordem de 39,1 B de reais.</u> 30,2 mil bibliotecas; 5,4 mil salas de cinemas; e 1,6 mil museus. | <u>Investimentos* necessários na ordem de 329,4 B de reais.</u> 129,8 mil bibliotecas; 19,5 mil salas de cinemas; e 35,4 mil museus. |
| Informática | <u>Investimentos* necessários na ordem de 162,0 B de reais.</u> 68,4 milhões de computadores; | <u>Investimentos* necessários na ordem de 311,0 B de reais.</u> 132 milhões de computadores; |

| Complexo Social | Padrão intermediário de inclusão social | Padrão avançado de inclusão social |
|----------------------------|---|--|
| | e 60 milhões de acessos à Internet. | e 124,8 milhões de acessos à Internet. |
| Pobreza | <u>Investimentos* necessários na ordem de 1.443,2 B de reais.</u> 66,2 milhões de beneficiadas com transferência de renda. | <u>Investimentos* necessários na ordem de 1.613,8 B de reais.</u> 76,7 milhões de beneficiadas com transferência de renda. |
| Empregos e Reforma Agrária | <u>Investimentos* necessários na ordem de 58,9 B de reais.</u> 50,4 milhões de empregos gerados; e 2,6 milhões de famílias beneficiadas pela reforma agrária. | <u>Investimentos* necessários na ordem de 106,8 B de reais.</u> 56,3 milhões de empregos gerados; e 6,3 milhões de famílias beneficiadas pela reforma agrária. |
| Previdência Social | <u>Investimentos* necessários na ordem de 293,0 B de reais.</u> 14,6 milhões de beneficiados pela cobertura da previdência. | <u>Investimentos* necessários na ordem de 344,7 B de reais.</u> 17,2 milhões de beneficiados pela cobertura da previdência. |

(*) Investimentos (em bilhões de reais) acumulados necessários de 2005 a 2020 para os padrões intermediário e avançado.

Fonte: Adaptação de dados da obra feita pela autora

Segundo Pochmann *et al.* (2005), os números conseguem demonstrar com frieza e objetividade a existência de ilhas de inclusão nos mais de 8 milhões de km² que formam o território brasileiro, com sua população de quase 200 milhões de habitantes. Sozinhos, os números são impactantes, mas tornam-se cruéis quando acompanhados das análises e discussões que desvelam os mecanismos de exclusão social que os produziram e que os estão perpetuando.

Finalizar este capítulo apresentando indicações de que é possível construir novas perspectivas de inclusão fora do padrão neoliberal de desenvolvimento significa acreditar na possibilidade de um devir, de um vir a ser, que não foi inscrito em quase nenhum momento do passado histórico do Brasil. Nesse sentido, vislumbrar alternativas de mudanças significa não ficar somente nas constatações históricas da existência de um projeto político de inclusão precária no Brasil. Representa não só a expressão de uma indignação social, mas a divulgação, a anunciação de que é possível alterar as condições

de exclusão social deste país, diminuir o grau de inclusão precária, seja pela educação, pela saúde, pelas condições de trabalho, de moradia ou de cultura.

Mediante essas constatações, resta indagar sobre o que o turismo, objeto desta tese, tem a ver com tudo isso. A resposta será tratada no próximo capítulo, partindo dessa leitura histórica, socioeconômica e política das condições atuais de inclusão precária e dos prognósticos alinhavados por mãos e intelectos que perspectivam um projeto de inclusão social que não seja vinculado à agenda neoliberal imposta pelos países hegemônicos capitalistas aos países periféricos como o Brasil.

CAPÍTULO II - Inclusão social no Brasil: o que o turismo tem com isso?

Tem-se conhecimento que, no caso específico dos currículos de cursos superiores em Turismo, os profissionais estão sendo formados para uma área de atividade apontada pela mídia, pelo governo e por muitos estudiosos como uma das soluções dos problemas econômicos do país, principalmente do desemprego. No Plano Nacional do Turismo (PNT) foram estabelecidas as seguintes metas para o período de 2003-2007:

- Criar condições para gerar 1.200.000 novos empregos e ocupações
 - Aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil
 - Gerar 8 bilhões de dólares em divisas;
 - Aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos vôos domésticos;
 - Ampliar a oferta turística brasileira, desenvolvendo no mínimo três produtos de qualidade em cada estado da federação e Distrito Federal.
- (BRASIL, 2003, p.15).

Além das metas acima citadas, o PNT estabelece princípios orientadores para o desenvolvimento do turismo que devem ter a ética e a redução das desigualdades como pressupostos básicos:

Com o Turismo poderemos desconcentrar o crescimento econômico, reduzir desigualdades e criar novas oportunidades para a construção de um Brasil melhor, guiados por princípios universais da ética.

Uma vez que estes princípios se aplicam a todos os indivíduos, comunidades e sociedades, eles devem transparecer durante o desempenho específico das atividades de todos os agentes do turismo.

O comportamento e a prática do turismo devem ser pautados por padrões éticos concretos e obedecer aos princípios gerais contidos no Código Mundial da Ética no Turismo - Organização Mundial do Turismo – 2000.

(BRASIL, 2003, p.13).

Por outro lado, não se pode desprezar o contexto de globalização no qual o turismo está inserido, contexto este que tem a capacidade de, ao mesmo tempo, aumentar os deslocamentos por meio das viagens, seja a negócios ou a lazer, e também de proporcionar a massificação e industrialização da diversidade cultural existente, intensificar a promoção do turismo sexual e o consumo exagerado dos bens materiais,

culturais e sociais de uma determinada comunidade. Enfim, o turismo pode atuar como agente multiplicador da exclusão social – e não da inclusão e da diminuição da pobreza como proposto no seu Plano Nacional de Turismo (PNT) se não houver uma congregação de esforços dos setores público, empresarial e educacional para um fim produtivo de inclusão social.

Tomando o contexto histórico, político e socioeconômico das condições de exclusão social desenvolvido anteriormente, neste capítulo serão apresentados elementos para discussão sobre a inserção do turismo e do curso de formação em Turismo no processo de inclusão social, analisando as condições concretas para sua inserção. Para tanto, foram utilizadas publicações da Organização Mundial do Turismo, do Ministério do Turismo, dissertações e teses que trazem essa discussão como eixo central de suas assertivas.

1. Turismo: uma das soluções para os problemas econômicos do país

O turismo como atividade econômica pode contribuir para o processo de inclusão, tanto sob uma perspectiva neoliberal como fora das propostas acopladas a essa agenda. No entanto, tem sido comum encontrar empresários, professores e estudantes que pensam exclusivamente na criação de empreendimentos turísticos de alto padrão para atender às necessidades de executivos estrangeiros, e não no bem-estar da população local nem de trabalhadores e cidadãos brasileiros que viajam por várias cidades a negócios ou a lazer.

Grandes complexos de luxo são construídos em pequenas localidades brasileiras, utilizando a população local como mão-de-obra barata e, inclusive, apropriando-se de sua cultura como atrativo, de forma superficial, “maquiada”, para que possa se tornar grandes espetáculos, com uma produção que descaracteriza todo o cotidiano em que essas manifestações realmente ocorrem.

O que é conhecido e divulgado sobre a atuação profissional no turismo é que, mesmo com o intenso crescimento de cursos superiores nessa área nos últimos anos a maioria dos profissionais não tem formação na área e, mesmo os que têm e atuam em funções de decisão em setores, como o de planejamento turístico, o fazem segundo critérios exclusivamente econômicos, colocando municípios dentro de uma perspectiva de lucratividade, criando nas comunidades locais uma preparação para o atendimento

das necessidades daqueles que vêm de fora, esquecendo-se, muitas vezes, das necessidades e da valorização do cidadão habitante do local.

De certa forma, a Organização Mundial do Turismo (OMT) também constatou, em seu relatório *Turismo y atenuación de la pobreza* (2003) que, infelizmente, há poucos exemplos de implantação articulada do turismo, como fator que pode contribuir para a diminuição da extrema pobreza no mundo.

A não valorização do habitante local pela atividade turística e, conseqüentemente, pelos profissionais que nela atuam, não é um procedimento exclusivo desse setor, haja vista o quadro econômico e social do país nas últimas décadas. Não é demais ressaltar que, segundo os estudos organizados por Pochmann *et al.* (2005) e sintetizados no capítulo anterior, não haverá perspectivas de ampliação da inclusão social no Brasil caso prevaleça o atual modelo de crescimento econômico, que se mantém sustentado em um projeto de nação fundamentado na urbanização, na industrialização e no desenvolvimento precário do setor de serviços.

No relatório *Turismo y atenuación de la pobreza* (2003), a OMT buscou verificar o que o setor turístico poderia fazer para eliminar e ou diminuir a pobreza em países considerados menos desenvolvidos (*Países Menos Adelantados- PMA*) Nesse relatório, o turismo é apresentado como uma das atividades econômicas mais dinâmicas da atualidade, perdendo apenas para a indústria do petróleo.

Apesar dos relatos como este supracitado, o contato e acesso durante a atuação profissional nos cursos de Turismo e Hotelaria, com publicações, congressos e eventos científicos da área, maior era a sensação de que o setor de Turismo era o setor da economia que mais se desenvolvia e se ampliava no mundo, como afirmado no relatório da Organização Mundial do Turismo. Entretanto, os resultados desse crescimento não pareciam tão visíveis e tão intensos como fazia tal assertiva.

Foi possível observar nas publicações do setor um apelo muito forte para os aspectos econômicos do turismo e suas possibilidades de transformação social, principalmente para os países periféricos. Não se questiona a veracidade das informações e abordagens travadas nas publicações da área, mas chama - se a atenção para uma possível apologia à força e ao poder atribuídos às atividades turísticas em

regiões com alto grau de pobreza e pouco desenvolvimento social, desconsiderando as contradições inerentes dessa atividade.

Na opinião de Marutschka Moesch (2002, p.22)

Os economistas fizeram sua entrada na investigação do fenômeno turístico na metade do século XX, e fizeram com tal fervor, que a economia turística é a que oferece maior bibliografia, tanto em trabalhos monográficos - certamente não teóricos - como em análises macroeconômicas e microeconômicas de determinadas zonas.

Como apresentado no primeiro capítulo deste estudo, as condições de precarização do trabalho atingiram principalmente o setor terciário da economia, no qual o turismo está inserido. Esse setor pode ter crescido e se ampliado diante do avanço dos transportes, da revolução tecnológica que veio substituir a mão-de-obra das indústrias por robôs, mas não cresceu o bastante para superar, ou mesmo igualar, as condições que a indústria oferecia em termos de salários e benefícios aos trabalhadores. É sabido que o setor de serviços paga menos e, ao mesmo tempo, exige mais de seus empregados, já que na maioria das vezes lida diretamente com os clientes que, por sua vez, exigem presteza, qualidade, rapidez e eficácia no atendimento de suas necessidades ou na resolução de seus problemas em relação a um produto intangível como é o turismo.

Essa situação permite apreender o caráter diferenciado entre as condições econômicas providas pela industrialização e pelo capital financeiro das condições oferecidas pelo setor terciário. Em outras palavras, quando se fala em turismo como uma atividade econômica importante para o desenvolvimento e diminuição da miséria em países periféricos, é preciso ter clareza das diferenças, em termos não só do montante financeiro, mas fundamentalmente das condições efetivas de trabalho destes diferentes setores, além dos pressupostos políticos, sociais e econômicos que envolvem as atividades do planejamento turístico de um país.

A problemática tratada no capítulo anterior pretende chamar a atenção para contextos diferenciados de inclusão. Na maioria das vezes em que há relatórios, textos e publicações ressaltando o potencial de inclusão que o turismo pode proporcionar, as diferenciações e o tipo de inclusão não são discutidos.

Como afirmado no relatório da OMT (2003), há países em que muitos cidadãos chegam a ganhar menos de 1(um) dólar americano por dia, e é justamente nesses países que o turismo pode contribuir, segundo o relatório. No entanto, o tipo de inclusão realizada pelo turismo possibilita que esse cidadão passe a ganhar um pouco mais, em condições de sazonalidade, sem garantias de um processo contínuo de melhoria de renda e de trabalho. É claro que os relatórios propõem um tipo de desenvolvimento turístico que tente solucionar os problemas de sazonalidade e que tenham como premissa o desenvolvimento social das comunidades e de empresas locais. Mas, pelo menos no Brasil, essas propostas ainda estão, ao que parece, apenas no campo teórico.

Os indicadores das condições de exclusão e inclusão social apresentados no capítulo anterior demonstram que o Nordeste possui o pior quadro em relação aos aspectos educacionais, culturais, de saúde, de moradia, de trabalho decente, de previdência social e de informatização, e tem sido a região que mais atrai turistas nacionais e internacionais – o que indica que o turismo, da forma como está sendo implementado nessa região, está longe de garantir um padrão de inclusão social diferenciado da inclusão precária e marginal discutida neste trabalho.

Estudos econômicos realizados por diversas instituições ligadas ao turismo, como a OMT, têm apresentado indicadores, nos últimos anos, de crescimento do turismo internacional acima da média de setores como a indústria e agricultura, o que é fator motivador de ações e concepções como as referidas anteriormente, em regiões pobres e com dificuldades de crescimento econômico.

Ao levar em consideração os números sobre a renda e empregos diretos e indiretos gerados por esse setor no Brasil, chega-se à conclusão, a princípio óbvia e lógica, de que essa atividade contribui para o desenvolvimento econômico e social de regiões carentes com grande potencialidade para o turismo. Mas, ao comparar as metas estabelecidas no PNT 2003-2007 com os resultados efetivamente alcançados nesse período, aparecem dúvidas se o turismo pode, de fato, responder às expectativas formuladas oficialmente.

Em relação às metas estabelecidas pelo governo brasileiro por meio do PNT 2003/2007, de aumentar para 9(nove) milhões de chegadas de turistas estrangeiros, percebe-se na Tabela 5 o não-cumprimento do proposto. Na verdade, a distância do

previsto para o realizado, uma diferença de 4(quatro) milhões de turistas, pode ser reflexo de um planejamento calcado em fundamentações apologéticas sobre a força do turismo enquanto atividade econômica do terceiro setor, como também pode refletir a falta de credibilidade de setores do governo e de empresários de que o turismo possa se tornar uma real alternativa para o crescimento econômico do país, de forma a não fornecer e incentivar os investimentos necessários para seu crescimento.

Tabela 5 - Chegada de turistas: Mundo, América do Sul e Brasil – 2001 a 2006

| Ano | Turistas (milhões de chegadas) | | | | | |
|-------|--------------------------------|--------------------|----------------|--------------------|--------|--------------------|
| | Mundo | | América do Sul | | Brasil | |
| | Total | Variação anual (%) | Total | Variação anual (%) | Total | Variação anual (%) |
| 2001 | 688,5 | (0,10) | 14,6 | (3,95) | 4,8 | (9,43) |
| 2002 | 708,9 | 2,96 | 12,7 | (13,01) | 3,8 | (20,83) |
| 2003 | 696,6 | (1,74) | 13,7 | 7,87 | 4,1 | 7,89 |
| 2004 | 765,5 | 9,89 | 16,2 | 18,40 | 4,8 | 17,07 |
| 2005 | 802,5 | 4,83 | 18,2 | 12,20 | 5,4 | 12,50 |
| 2006* | 845,5 | 5,36 | 18,7 | 2,75 | 5,0 | (7,41) |

Fonte: Organização Mundial do Turismo (OMT) *apud* EMBRATUR, 2007.

*dados estimados.

Estes números foram analisados, no documento “Turismo no Brasil: 2007/2010”, produzido e publicado pelo Ministério do Turismo em 2006, como extremamente positivos e como sinal de que as metas propostas no PNT 2003/2007 estão sendo cumpridas. Para analisar o aspecto relacionado à chegada de estrangeiros no país, foi considerada a comparação entre o percentual de crescimento de chegadas internacionais no mundo e no Brasil, em 2004 e 2005, argumentando que, enquanto no mundo houve um crescimento de 5,5% na chegada de turistas, no Brasil o percentual atingiu o patamar de 12,5%, ressaltando-se ainda que “[...] considerando a eficiente execução orçamentária de 2004 e 2005 e, ainda, a conjuntura externa favorável, propiciaram as condições para que o País obtivesse, nos últimos 3 anos, os seus melhores resultados em relação a todo o histórico do setor”.(BRASIL, 2006, p. 24).

Dos 8 bilhões em divisas previstos nas metas de 2003/2007, constata-se pela Tabela 6 que, em 2006, a receita cambial do Brasil alcançou 4,3 bilhões de dólares, sendo necessário considerar as variações cambiais nesse período, inclusive a grande desvalorização do dólar, principalmente nos dois últimos anos. Mas a questão que se coloca não é exatamente o cumprimento das metas estabelecidas, mas como essas divisas foram distribuídas, como foram reaplicadas em novos investimentos, em que regiões e sob quais condições.

Tabela 6 - Receita cambial turística: Mundo, América do Sul e Brasil – 2001 a 2006

| Ano | Turistas (milhões de chegadas) | | | | | |
|-------|--------------------------------|--------------------|----------------|--------------------|--------|--------------------|
| | Mundo | | América do Sul | | Brasil | |
| | Total | Variação anual (%) | Total | Variação anual (%) | Total | Variação anual (%) |
| 2001 | 471,6 | (2,34) | 11,3 | (7,38) | 1,7 | (5,56) |
| 2002 | 474,2 | 0,55 | 9,2 | (18,58) | 2,0 | 17,65 |
| 2003 | 525,1 | 10,73 | 8,6 | (6,52) | 2,5 | 25,00 |
| 2004 | 632,7 | 20,49 | 10,9 | 26,74 | 3,2 | 28,00 |
| 2005 | 676,4 | 6,9 | 12,4 | 13,80 | 3,9 | 21,88 |
| 2006* | 732,8 | 8,34 | 14,0 | 12,90 | 4,3 | 10,26 |

Fonte: Organização Mundial do Turismo (OMT) *apud* EMBRATUR, 2007.

*dados estimados.

Nesse sentido, vale destacar que, desde 1994, o desenvolvimento do turismo no Brasil passou a ter maior representatividade na agenda dos governos brasileiros, passando pelas gestões de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), iniciado ainda na gestão de Itamar Franco, mas ampliado e promovido nas duas gestões de Fernando Henrique, tinha como princípio a descentralização das ações direcionadas ao turismo, de forma que os investimentos fossem direcionados para os municípios e as divisas advindas desse desenvolvimento ficassem para quem as gerou. Porém, em uma análise realizada sobre os resultados do PNMT, Berenice Bley Ribeiro Bonfim (2007, p.19) conclui que:

[...] na prática, novamente a maior parte dos recursos financeiros foi destinada aos principais receptores de turistas do país, a grandes projetos de empresas ou a grupos corporativos do setor, e os municípios menores não puderam fazer muito mais do que discutir sobre a importância do turismo. A falta de recursos técnicos e humanos também inviabilizava, muitas vezes, a concretização do planejamento turístico.

Apesar de constarem análises não muito positivas sobre os resultados de programas como o PNMT, há que se considerar que seus acertos foram muitos, a começar pela idéia da descentralização das ações de planejamento turístico, da diversificação da oferta dos produtos e da multiplicação de ações formadoras. Pode-se dizer que tais acertos foram considerados na formulação do Programa de Regionalização do Turismo, idealizado pelo Ministério do Turismo¹⁹ e apresentado no PNT 2003/2007.

O Programa de Regionalização do Turismo procurou, segundo o Ministério do Turismo, identificar nas diversas regiões brasileiras as que apresentassem condições para o desenvolvimento de uma nova estruturação territorial calcada no ordenamento e planejamento turísticos. Esse trabalho havia identificado, em 2004, 219 regiões turísticas envolvendo 3.203 municípios, dos quais 134 apresentaram 451 roteiros turísticos. Já em 2006 este quadro sofreu adequações, configurando-se da seguinte maneira:

[...] o País conta com 200 regiões turísticas envolvendo 3.819 municípios. Durante a estruturação da oferta dessas regiões, foram selecionados 87 roteiros turísticos abrangendo 116 regiões em 474 municípios, para obtenção de padrão internacional de qualidade, os quais serão apresentados no Salão do Turismo 2006. Esta segunda edição do Salão apresentará, também, cerca de 400 novos roteiros para o mercado nacional. (BRASIL, 2006, p.29).

Seria interessante que, juntamente com a implementação desse Programa de Regionalização, houvesse pesquisas independentes sendo realizadas com cada um desses roteiros. Pesquisas, preferencialmente interdisciplinares, que envolvessem cursos técnicos e superiores de turismo para avaliação do programa e verificação mais detalhada sobre a aplicação e destinação dos investimentos e de verbas públicas, com o objetivo de não reproduzir os problemas ocorridos durante o PNMT, de forma a

¹⁹ Criado na primeira gestão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, substituindo o antigo Ministério de Esportes e Turismo.

promover uma real descentralização das ações governamentais direcionadas à construção de um desenvolvimento turístico mais inclusivo e efetivamente voltado para as necessidades das comunidades locais, e não à sua revelia, como muitas vezes acontece em programas governamentais e empresariais desse porte.

Retomando a discussão sobre os índices estabelecidos nas metas do PNT 2003/2007, em relação ao número de empregos que deveriam ser gerados no período – a criação de até 1.200.000 postos de trabalho –, é preciso discutir sob que condições e quais os pressupostos adotados na estipulação dessa meta, já que a aceitação da criação de empregos informais nesse processo é visível e explicitada no documento do próprio Ministério do Turismo, que avalia as metas estabelecidas e, a partir delas, faz as proposições de trabalho para o período de 2007/2010, como observado nos seguintes trechos do documento:

Este número de empregos gerados no mercado formal pode ser extrapolado para se chegar a uma avaliação do mercado informal, considerando estudos que indicam uma relação de três empregos informais para um emprego formal. Como o setor é intensivo em mão-de-obra, com predominância de mão-de-obra informal, a utilização deste multiplicador para se avaliar o número de empregos gerados pelo turismo, no mercado formal e informal, [...] apresenta um resultado que pode ser considerado conservador.

[...] nos anos de 2003, 2004 e 2005, foram gerados pela atividade turística no País 788.742 empregos, formais e informais, o que indica que a meta de geração de 1,2 milhão de empregos, até 2007, definida no Plano Nacional de Turismo 2003/2007, deverá ser alcançada com segurança, podendo, até mesmo ser ultrapassada. (BRASIL, 2006, p.33-34).

Como discutido no primeiro capítulo desta pesquisa, o crescimento do trabalho informal no setor terciário na economia globalizada é uma realidade e uma alternativa para um número cada vez maior de desempregados. No entanto, esta realidade não foi e não está sendo enfrentada pelo Estado brasileiro, que lida com a informalidade ora como marginalidade, ora como solução dos problemas para o desemprego, como no caso dos empregos informais gerados pelo turismo. O papel do Estado diante dessa situação de descaso com a informalidade com relação aos empregos na área de turismo deveria ser o combate a este tipo de crescimento, já que o trabalho informal está atrelado, como os estudos da Organização Mundial do Trabalho indicam, com a precarização irrestrita do trabalho e das condições de vida do trabalhador.

Em face desse contexto de descaso, não se pode deixar de questionar a concepção do governo brasileiro, transmitida a toda sociedade civil, empresários e trabalhadores, de que o turismo é uma “[...] atividade efetivamente capaz de alavancar o desenvolvimento econômico e social, contribuindo para a redução de desigualdades regionais, a distribuição da renda e o fomento à preservação de nossas heranças naturais e culturais [...]” (BRASIL, 2006, p.5). Como se pode falar em crescimento e em distribuição de renda por meio de uma atividade econômica fundamentada, em parte, em expectativas de crescimento dos empregos informais? Dizer que é esse o caminho que a economia globalizada vem tomando não pode ser a resposta nem de governos, nem de empresários, muito menos de pesquisadores e estudiosos da área.

Em início do século XXI, o Estado brasileiro não pode se eximir de responsabilidades diante de uma das atividades econômicas que ele considera mais promissoras dos últimos tempos. Uma das responsabilidades se traduz na administração eficaz de enfrentamento do crescimento do trabalho informal no turismo e de sua precarização. A problemática da inclusão precária e marginal de grande parcela da população brasileira deve ser enfrentada com a criação de programas de inclusão que não perpassa apenas por meio de ações assistencialistas e compensatórias²⁰, e sim com agendas de investimentos, com prazos e metas que tenham como pressupostos os quadros de realidade de cada região, como aqueles apresentados por Pochmann *et al.* (2005) e explicitados no capítulo anterior desta tese.

Parece haver alguns indicadores de que o Estado esteja acreditando mais na potencialidade do turismo. Uma demonstração disso foi a encomenda de um estudo detalhado, para o Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (Neit), da Unicamp²¹, sobre os impactos reais do Turismo na economia brasileira. Os resultados apontados referendam as reflexões aqui discutidas, indicando que além de o turismo estar longe de ser uma atividade competitiva para o Brasil, é pouco profissional e sobrevive de

²⁰ Como os programas de distribuição de cestas básicas, de leite, Programa de Renda Mínima, Bolsa Escola, Bolsa Família, entre outros.

²¹ O estudo utilizou o período de 1994 a 2004. “Trata-se de um levantamento inédito pelo fato de avaliar o turismo de forma integrada, apontando os gargalos de uma grande rede que inclui, dentre tantos agentes, os operadores e as agências de viagem, a hotelaria, as empresas de transportes, a tecnologia da informação, o sistema financeiro, o comércio e os serviços, além daqueles responsáveis por assegurar a infra-estrutura – estradas, portos, aeroportos, energia e saneamento básico”. (ESTUDO da Unicamp revela gargalos do turismo. Jornal da UNICAMP, Ano XXI, Edição nº 355, 22 de abril de 2007)

financiamentos quase que exclusivos dos recursos públicos, com pouquíssimo investimento da iniciativa privada. Ressaltando a ausência de financiamentos para a demanda, o estudo demonstrou que falta incentivo ao turismo social, o que poderia incrementar o turismo interno e promover uma maior democratização do setor. Dentre os aspectos levantados por esse estudo, vale salientar os resultados referentes ao mercado de trabalho da área, que emprega 6 milhões de trabalhadores, mas remunera menos do que outros setores e lida com profissionais com escolaridade muito baixa, o que propicia a continuidade de uma remuneração cada vez menor em relação aos setores de prestação de serviços.

Entretanto, há muitas pesquisas na área da economia aplicada que, por meio de seus resultados, referendam a tese de que o turismo contribui para o desenvolvimento econômico de países e de regiões em desenvolvimento. Algumas destas pesquisas podem ser conhecidas na tese de Francisco Casimiro Filho (2002, p.18) que, ao contrário de Moesch (2002), acredita que há poucos trabalhos na área da economia do turismo e que faltam pesquisas e análises econômicas sérias e rigorosas sobre os resultados e contribuições do turismo para o crescimento econômico do Brasil, explicando que

[...] apesar de reconhecer que a atividade turística exerce grande importância sobre a economia de determinada região, funcionando como atividade propulsora do desenvolvimento econômico, no caso brasileiro ainda não há estimativas específicas para o segmento do turismo, isto é, no Brasil existem poucos estudos que quantificam, com maior rigor, os impactos desse segmento sobre a economia [...].

Para constatar o que esses trabalhos relatam, a exemplo dessa pesquisa, foi feito um levantamento de teses, dissertações, periódicos, livros, dentre outras publicações que discutissem de alguma forma sobre a relação entre turismo e inclusão social. Foram encontrados poucos trabalhos que tratavam desse tema, alguns desses trabalhos analisavam o Turismo pelo viés econômico e mesmo assim, se colocavam quase que ininteligíveis para leigos em economia, apresentando fórmulas e estudos, geralmente estrangeiros, para referendar a metodologia de pesquisa adotada e considerada apropriada às condições da realidade brasileira.

Portanto, é possível observar que entre as diversas áreas de pesquisa sobre o turismo, não há uma interlocução demonstrando que ainda é preciso estabelecer ações que promovam a reflexão interdisciplinar, que possa ir além da disputa de espaço e de poder sobre o turismo. Talvez essa ausência de ações em conjunto contribua, em muito, para as distorções em relação ao discurso sobre o poder econômico do turismo e sua real configuração nas estatísticas divulgadas, já que o turismo realmente representa uma atividade motriz no mundo contemporâneo e em constante transformação.

2. Turismo como fator de inclusão e exclusão social: alguns casos

Adélia Augusta Souto Oliveira (2005) afirma que, ao contrário do que se apregoa constantemente pelos representantes de governos e empresários e pelas propagandas, o turismo de massa se encaminha muito mais para a exclusão, ao mesmo tempo em que traz poucos ou quase nenhum benefício às populações nativas. Segundo Oliveira (2005, p.13),

O turismo, enquanto indústria é apontado como uma saída para os graves problemas socioeconômicos das regiões mais pobres. Destacam-se sempre seu caráter de não poluidor e as vantagens de trocas culturais interessantes entre os povos. Sem dúvida, a indústria do turismo traz benefícios econômicos e conforto para uma parte das populações endógenas, mas não garante a distribuição desses benefícios. O que temos verificado, desde meados dos anos 80 e, de forma sistemática, nos anos 96-98, por ocasião da pesquisa que gerou a dissertação de mestrado, é que isso não ocorre de forma igualitária. O que acontece, na realidade, é que as populações exógenas, mais preparadas e competitivas, com as características necessárias à mercantilização, conseguem uma adequação e uma apropriação das riquezas de forma mais contundente, enquanto que as populações endógenas são excluídas deste processo de maneira perversa, isto é, apesar de sentirem-se incluídas, inicialmente, são excluídos dos benefícios do turismo e do território, e culpabilizados pela inadaptação ao progresso, ao moderno e às transformações do lugar. São estrangeiros em seu lugar.

Essa problemática é discutida em outra tese que sobre o desenvolvimento do turismo em uma região urbana como a cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. Ressalte-se que, nesses dois primeiros casos, trata-se de pólos turísticos que mais

atraem investimentos governamentais, diferentemente de muitos outros municípios considerados, ainda, incipientes nesse ramo de atividade. Para Edna Maria Furtado (2005), a cidade pode ser considerada como uma síntese do redimensionamento que o turismo pode fazer do espaço, das relações sociais e culturais e até dos sentimentos de uma população. Segundo Furtado (2005, p. 280),

Pelos indicadores analisados, pode-se concluir que os bairros inseridos em áreas adjacentes ou pertencentes à “onda” de intencionalidade turística abrigam a população melhor postada socialmente, concentram a melhor infra-estrutura, além de possuírem as melhores condições de educação, renda e saúde.

O que a pesquisadora chama de “onda” de intencionalidade turística caracteriza-se por determinados bairros da cidade de Natal que expressam em sua configuração espacial o processo de estratificação social da região. A imagem da “onda”, segundo a pesquisadora, surge do binômio sol e mar, principais atrativos da cidade de Natal e foi adotada com o objetivo de demonstrar as representações dos espaços que se modificam atrelados ao movimento da economia do turismo, remodelando a cidade de Natal. Ainda na opinião de Furtado (2005, p.23),

[...] Essa remodelação explicita as formas de a elite local se articular com o Estado para configurar, como diz Milton Santos, “espaços únicos”, incluindo aí os seus espaços de poder, de consumo, de bem viver, ou seja, os bairros de *status*, que simultaneamente, servem de amálgama para fazer a colagem da relação da cidade com o turismo.

Quando se pensa no turismo apenas por um prisma estreito, depara-se com uma série de argumentos relevantes para quaisquer análises, como o movimento dos fluxos turísticos, os recursos disponíveis, a renda produzida e sua distribuição, os gastos dos viajantes, os valores dos serviços cobrados, os investimentos financeiros em infra-estrutura, a criação e manutenção de empresas direta e indiretamente relacionadas aos serviços turísticos, os empregos gerados direta ou indiretamente, entre outros fatores.

Corroborando com essa discussão, Moesch (2002, p.12), ao apresentar os problemas relacionados às conceituações atribuídas ao turismo por diversos pesquisadores, afirma que

O avanço do fenômeno turístico permite aos economistas vislumbrarem nele o crescimento de taxas de desenvolvimento das diferentes regiões. [...] Quanto mais crescesse, mais geraria novas necessidades de hotéis, estradas, comunicações, restaurantes, artesanatos, entretenimento, numa espiral de bens e serviços, os quais para servir aos turistas, empregariam mais mão-de-obra. Portanto, o fenômeno configurar-se-ia como uma “indústria sem chaminés”, segundo alguns técnicos e seu tratamento epistemológico. Se o turismo for entendido como mera atividade econômica, sua análise passa a vir recheada de índices estatísticos, projeções de crescimento, planos e projetos em nível macro e micro, estudos de demandas, viabilidade econômica e consumo, limitando-se a uma análise aparente do fenômeno.

Furtado (2005) não adotou o caminho economicista para discutir a “onda” do turismo em Natal- RN. Procurou partir de um entendimento mais amplo, de que o turismo se coloca cada vez mais como um dos produtos (e também produtor) das mudanças econômicas, tanto quanto das mudanças sociais e culturais que as sociedades modernas estão vivenciando, inclusive o Brasil. Nesse sentido, apontou o turismo como um fenômeno complexo e efetivamente globalizado que pode atender aos interesses do capital mais do que aos interesses dos trabalhadores, pode atender aos interesses de países desenvolvidos mais do que os dos países periféricos. Para Furtado (2005, p.61), ainda há uma inter-relação entre a atividade turística e a expansão da mundialização da economia, como se constata nesse seu excerto:

Entretanto, por tratar-se de uma atividade que responde a uma tendência de capitalismo mundial – marcada pela globalização –, o turismo tem-se traduzido também como fonte de expansão desse sistema, consolidando-o nas mais diferentes instâncias, através do consumo e da produção de espaços. E mais: tem respondido de forma bastante satisfatória aos agentes/atores nele envolvidos, seja pelo poder de “renovar” o discurso do desenvolvimento e da sustentabilidade e, até mesmo, da inclusão das populações locais e do efeito econômico da atividade.

Partindo de uma discussão mais aprofundada do turismo, e para contextualizar o crescimento dessa atividade em Natal, Furtado (2005) apresenta em seu trabalho como o turismo passou a ser visto como uma das possíveis alternativas aos problemas econômicos que o Brasil atravessava na década de 1980. Impulsionaria o Estado a se

tornar o principal protagonista do desenvolvimento, principalmente para a região do Nordeste, com a criação de programas de financiamentos e investimentos públicos, engendrados, ainda na década de 1970, quando já se pronunciava a crise da industrialização.

Ao analisar os programas de financiamentos e investimentos governamentais para o turismo, criados desde a década de 1970, conclui-se que nenhuma outra região recebeu tantos investimentos públicos para o desenvolvimento de atividades turísticas quanto a região do Nordeste. Todavia, como explicitado no capítulo anterior, não se poder perder de vista que essa região ainda é a que possui os piores indicadores sociais e econômicos.

Isto demonstra que, tanto quanto qualquer outra atividade econômica, o turismo está inserido em um sistema de contradições, e a forma como tem sido desenvolvido no Brasil, contrariamente ao que é divulgado pelo Ministério do Turismo, o que se fortalece é o seu lado segregador, concentrador de renda e até de atividades lúdicas e de lazer das comunidades locais, como constatado pela pesquisa realizada por Oliveira (2005) em uma comunidade de pescadores de Fortaleza, Ceará.

Quando o turismo é planejado e implantado dentro dessa perspectiva concentradora de renda, ele retira dos nativos não apenas suas possibilidades de crescimento econômico. Retira, muitas vezes, o direito de ir e vir, mesmo que subliminarmente. Ele pode afastar comunidades de pescadores de sua atividade principal, impedindo-as de usufruírem livremente de suas praias em momentos de lazer, porque esse território passa a ser tomado por barracas, quiosques, vendas de serviços como passeios de escuna, entre outros.

Há quem afirme que, pelo fato de o turismo, diferentemente dos setores industriais e agrícolas, exigir poucos investimentos para sua implantação²², promove maior interesse de regiões pobres em seu desenvolvimento. Contudo, não considerar que para o desenvolvimento turístico sustentável, deva se investir nas estruturas básicas da população local, acreditando que o investimento pode ser feito somente na infraestrutura de recepção dos turistas, provoca essas distorções que é verificada nos dados

²² Enquanto na indústria automobilística são necessários 700 mil reais para gerar um único emprego, no turismo apenas 40 mil reais garantem uma vaga em um hotel e 10 mil reais empregam uma pessoa em um restaurante.” Arbache *apud* Bonfim (2007, p. 16)

elaborados pelos órgãos públicos e privados sobre o crescimento do turismo. O *déficit* das estruturais básicas da população local, como moradia, saúde, educação, saneamento básico, transportes, qualificação profissional, entre outros, é gigantesco e devem ser sanados, porém os custos são altíssimos, talvez muito mais altos do que o necessário para implantação de uma indústria química, siderúrgica etc.

O que está implícito nesse tipo de concepção do turismo é que a resolução dessas necessidades deve ficar a cargo do poder público e, portanto, não é considerada nos cálculos e nas análises feitas para o planejamento e implantação de equipamentos e atividades turísticas de uma determinada região. Muitas vezes, os problemas constam no planejamento como pontos fracos em relação à implantação do turismo, que precisam ser sanados pelos governos locais, retirando da iniciativa privada quaisquer responsabilidades nos aspectos de infra-estrutura da região.

Sobre essa questão, Maria Eliza de S. Amaral Siqueira (2007), ao desenvolver um estudo sobre a urbanização da favela do Dique Sambaia-tuba, em São Vicente, São Paulo, buscou discutir o embricamento entre turismo e favela, a partir de uma visão crítica da geografia sobre ações de planejamento turístico que costumam relevar, em seus processos, determinadas partes das cidades – que já estão urbanizadas –, desprezando outras partes como as favelas, esperando que o poder público realize ações no sentido de resolver o problema, por meio de investimentos em urbanização ou por meio de medidas paliativas que mantenham a distância necessária entre essas duas partes da cidade, fazendo com que a parte feia não atrapalhe o desenvolvimento turístico da parte bonita.

Talvez o melhor exemplo desse tipo de ação tenha sido o Rio de Janeiro, o maior cartão postal do Brasil em termos turísticos, que veio perdendo sua magia e encantos à medida que seus problemas sociais foram aparecendo e se intensificando desde o início da década de 1990.

Dessa forma, Siqueira (2007), assim como Oliveira (2005) e Furtado (2005), seja por trajetos, espaços e histórias diferentes, consideram que, no Brasil, a construção de territorialidades turísticas tem ocorrido de forma desigual e fragmentada. Em relação a esse aspecto, Siqueira (2007, p.14) afirma que

A urbanização turística vem assim se desenvolvendo, de forma geral, com um enfoque que não privilegia os aspectos integrais da organização do espaço – sociais, econômicos, culturais. Existem, no entanto, conseqüências desse fato para o turismo. Embora venha sendo apresentado insistentemente como plataforma de desenvolvimento econômico, e como promotor da qualidade ambiental e social, na realidade o turismo está longe do que poderia ser, ainda mais se considerarmos as potencialidades do território brasileiro.

Ao adentrar na pesquisa sobre as contribuições da atividade turística para o processo de inclusão das comunidades advindas de favelas, Siqueira (2007) vai além da discussão da necessidade e formas encontradas para implementar a urbanização de favelas da Baixada Santista, deparando-se com a problemática da empregabilidade proporcionada pelo setor e considerada nos planejamentos turísticos como fator de inclusão social. Em sua pesquisa, Siqueira (2007, p. 216) apresenta os dados sobre a quantidade de ocupações geradas em determinado período e os tipos de ocupações, concluindo que, mesmo havendo certo crescimento de ocupações, ocorreu em setores de baixa qualificação e de baixas faixas salariais como

[...] faxineiros, vendedores no varejo, seguranças, operadores de caixa, cozinheiros e garçons, entre outros, com baixa remuneração e sujeitos à sazonalidade que ainda demonstra o turismo nestes municípios, apesar do crescimento do setor de eventos e da perspectiva de seu maior incremento, a partir do aumento na quantidade e qualidade de hotéis para apoiá-lo.

A formalização de empreendimentos e trabalhadores da economia informal colocou-se como um dos aspectos importantes da conclusão de Siqueira (2007), reforçando a necessidade preeminente de o governo local buscar e incentivar a formalização, seja por meio de medidas de concessão de crédito, com a capacitação profissional, assessoria mercadológica, incentivo ao cooperativismo, de investimentos em infra-estrutura pública, seja inclusive com a melhoria da educação formal.

A ausência de comprometimento com a sustentabilidade física e social de ambientes de regiões costeiras, como a região da Baixada Santista, foi e ainda é presente nas ações de planejamento que têm o turismo e o lazer como aspectos centrais da atividade. Ao tratar dessa questão, Siqueira (2007, p.11-12) constata que

[...] o grande crescimento urbano e da atividade turística costeira não têm sido acompanhado pela reflexão global e integrada sobre o seu espaço geográfico.

O planejamento em relação ao turismo, quando tem acontecido, prioriza, de forma geral, a denominada “cidade legal” – a parte da cidade geralmente mais próxima à orla praiana – dispensando um tratamento prioritário aos hotéis, eventos, infra-estrutura e marketing, dissociando estas ações do restante do município.

Na tese de Oliveira (2005), focada em Fortaleza-CE, e na de Furtado (2005), que tem Natal-RN como cenário, não são apontados muitos resultados positivos referentes ao desenvolvimento do turismo nessas localidades, apesar de não ser esse o objetivo central desses trabalhos. Ao mesmo tempo em que apresentaram argumentos referentes ao aporte financeiro injetado nas regiões, apresentaram-se também os setores que não foram beneficiados por estes investimentos e, nos dois casos, esses setores se configuram nas parcelas excluídas da população antes mesmo da implantação de alguma atividade turística, e que assim se mantiveram após sua implantação.

O trabalho de Siqueira (2007) sobre a relação entre turismo e favela apresenta muitos aspectos negativos resultantes de um desenvolvimento turístico mal planejado na região da Baixada Santista, fazendo a crítica ao tipo de planejamento iniciado nas décadas de 1980 e existente ainda hoje nas regiões costeiras de São Paulo. No entanto, também destaca com mais ênfase os ganhos proporcionados pelas atividades relacionadas ao turismo de forma geral, haja vista a conscientização do poder público sobre a necessidade de urbanização das favelas da região como fator de integração social e de minimização da divisão entre as partes feia e bonita da cidade. Aqui vale destacar uma afirmação de Yázigi a respeito da relação entre turismo e miséria: “[...] turismo é incompatível com a miséria; que o desenvolvimento turístico pode ser um trampolim para a cidadania, já que se nutre de cultura e qualidade ambiental” (YÁZIGI *apud* SIQUEIRA, 2007, p. 16).

Ainda como aspectos de inclusão que o turismo ajudou a promover em São Vicente, na pesquisa se destacou a transformação da imagem da localidade, criação de eventos para promover e incrementar opções de lazer tanto para turistas como para moradores e, ainda, a urbanização da orla das praias e a criação de espaços culturais. Além disso, ressaltou os incentivos fiscais relacionados às atividades de veraneio, o que representou certo limite dessa ação, já que a promoção das atividades econômicas em geral são primordiais para que a cidade não dependa única e exclusivamente do turismo.

Nessa linha, Siqueira (2007) conclui seu trabalho com uma reflexão bastante significativa para o teor desta tese, explicando que os incentivos fiscais ainda possibilitam a concentração dos lucros, já que é uma característica específica do sistema capitalista brasileiro, o que impede que medidas que visam à inclusão social sejam implementadas de forma mais ampla.

Na perspectiva da transformação da imagem realizada em São Vicente citada por Siqueira, o artigo de Olga Tulik e Irene Tulik M. Roque (2003) sobre o *Turismo e Cultura Local: a herança histórica de São Vicente- São Paulo*, fornece uma análise sobre a importância dos fatores, fundamentalmente relacionados à utilização da cultura como recurso turístico para incrementar o desenvolvimento da região, atraindo turistas por meio de outras motivações que não apenas o sol e a praia. Sem desconsiderar a polêmica existente sobre a utilização da cultura como atração turística, Tulik e Roque (2003: p.97) explicam que

A partir dos últimos anos da década de 1990, objetivando incrementar o turismo, como uma possibilidade de gerar emprego e renda, o poder público recorreu à herança histórica vicentina como um diferencial para incrementar os fatores de atratividade.

[...]

A base para a ação estratégica desenvolvida pela gestão pública contou com a parceria da iniciativa privada e da população; envolveu o aproveitamento de propostas da gestão anterior, a elaboração de novos projetos e a adaptação e o aperfeiçoamento dos atrativos existentes, priorizando as características diferenciais, estas, centradas no fato histórico singular da chegada de Martim Afonso para fundar a primeira vila.

As conclusões de Tulik e Roque, indicam que a utilização dos recursos culturais como atrativo turístico pela cidade de São Vicente, além de contribuir para renovar a atratividade local, assumiu uma função educativa e de resgate da identidade local.

Berenice Bley Ribeiro Bonfim (2007) aborda a importância da disciplina da Geografia na formação do profissional em turismo, especificamente na região litorânea do Paraná, a questão da concentração dos lucros como característica do sistema capitalista fica mais clara no que se refere às atividades turísticas, quando a pesquisadora trata dos conceitos de desterritorialização e reterritorialização, em que é possível estudar a forma como redes hoteleiras, *resorts* chegam e saem, a existência de

fluxos turísticos nesses espaços, a mobilidade da mão-de-obra, ou seja, é movimento de perda e ganhos de territórios, de apropriação e de desapropriação, motivados pelos incentivos fiscais dados a uns e a outros não. É a idéia de território como “[...] a expressão que melhor define a modernização vinculada à funcionalidade e ao utilitarismo do capitalismo.” (BONFIM, 2007, p. 69).

Bonfim (2007, p.147) trata como modelo de desenvolvimento excludente, e o explicita por meio de um conjunto de reportagens realizadas pelo jornal *O Estado do Paraná*:

A escolha dos temas abordados na série foi: segurança, invasões e mercado imobiliário, infra-estrutura, meio ambiente, balneabilidade e panorama econômico. [...] Os resultados encontrados foram:

1-A paisagem de Caiobá mostra à beira-mar prédios de alto padrão, mas após a PR-508 em direção à Serra do Mar observa-se a desterritorialização retratada em intrincado sistema de vilas que se assemelham a favelas, onde se observam lixo nos córregos que irão desaguar no mar, ocupações em áreas ambientais, miséria e violência. Esses aspectos fazem com que em todos os prédios se encontrem apartamentos à venda. Miséria, violência, casas sem a mínima condição de habitação são encontradas em alguns trechos de Guaratuba.

2-A invasão tem assustado os proprietários de casas em pontal do Paraná, fato que vem gerando a desvalorização do imóvel e enfraquecendo o mercado imobiliário.

3-Em alguns trechos do litoral, as avenidas sofrem constantemente com a ação das correntes marítimas, que engolem cada vez mais a faixa de areia da praia e destroem calçadas. Matinhos é o município que mais sofre com essa situação, pois foi construído sobre as dunas da praia. O resultado disso é que a cidade é quase sempre atingida por ressacas.

4-A coleta de lixo é insuficiente em todos os balneários.

5-A falta de rede de esgoto causa um dos maiores transtornos do litoral.

É importante destacar que este é o retrato de territórios turísticos de um dos estados da região Sul do Brasil, uma região que apresenta melhores índices de desenvolvimento do que o das Regiões Nordeste, Norte e Centro-oeste, o que deixa a discussão sobre o turismo como fator de desenvolvimento econômico mais polêmica ainda. Mas ainda é no nordeste que os impactos negativos do turismo podem ser vistos

com mais nitidez, inclusive pelo próprio turista, que se sente ameaçado pela violência e pela extrema pobreza de parcelas significativas das comunidades em que se instalam.

Como últimos exemplos nesta tese, pode-se citar os casos da Ilha de Morro de São Paulo e da cidade de Ilhéus, localizadas na Bahia, o estado que mais recebeu e recebe financiamentos públicos e privados para o desenvolvimento turístico, e que por esse motivo, mereceria uma pesquisa aprofundada sobre a implantação e o desenvolvimento do turismo em todos os seus territórios, a começar pela própria capital Salvador e suas ilhas, seu extenso e variado litoral, seu interior, como a Chapada Diamantina, entre tantas outras pequenas localidades que aos poucos estão se configurando como atrativos turísticos, como o pequeno vilarejo de Rio de Contas.

Existem várias dissertações que procuraram analisar o caso da cidade de Ilhéus, mas tais pesquisas, ao que parece, não se reverteram em uma mudança de atuação dos poderes públicos e privados que vivem da exploração do turismo nessa região. Ainda é explícita a ausência de um planejamento turístico que atenda, de fato, às diferentes necessidades da região. A cidade continua atraindo um bom número de turistas que continua retornando aos seus lares mais ou menos satisfeitos com suas estadas nessa localidade.

Uma dessas dissertações, especificamente de Cristiane Ap. de. Cerqueira (2002), buscou realizar uma análise estrutural do turismo em Ilhéus, encontrando uma desarticulação entre o turismo, economia, cultura e sociedade local. Para a pesquisadora, além desta desarticulação, fica clara a ausência de um planejamento estratégico para o município.

Valendo-se de pesquisas que questionam a satisfação dos turistas em relação ao município, constatam-se números não muito positivos em relação à qualidade das praias, dos meios de hospedagem, da prestação de serviços e da infra-estrutura em geral. Cerqueira (2002) sugere, em primeira instância, que sejam feitos investimentos em um trabalho de conscientização das comunidades quanto à importância do turismo, para então buscar a ampliação e qualificação dos produtos turísticos, já que essas comunidades, em sua maioria, vivem em condições de pobreza, sem o devido acesso à educação, à saúde, à moradia e principalmente ao trabalho digno, pois grande parte dos

ilheenses apresenta insatisfação com sua renda e com suas condições de trabalho relacionadas às atividades turísticas.

Sobre os aspectos apresentados acima, é preciso salientar que a proposta de conscientizar comunidades que vivem em espaços turísticos, deve ser vista com cautela, porque, em muitos casos, é mais um processo de convencimento, do que como uma discussão transparente sobre os desejos da comunidade em questão. Em nome de uma conscientização, muitas vezes, ocorre um processo de convencimento de que o turismo é a única alternativa para os problemas econômicos da localidade, não permitindo que encontrem outras alternativas que lhes sejam mais interessantes e condizentes com seus hábitos e costumes.

É interessante notar que, antes de entrar nas questões específicas do município de Ilhéus, Cerqueira (2002, p.8), citando Burman & Queiroz (1996), apresentou o seguinte quadro sobre o turismo em Porto Seguro, que parece ocorrer em proporções diferenciadas, na grande maioria dos atrativos turísticos dos estados da Região Nordeste brasileira:

Mesmo sendo um dos locais mais requisitados no Brasil, o crescimento da indústria turística de Porto Seguro ainda não assegurou uma boa qualidade de vida à maioria dos seus habitantes. O município possui reduzida renda per capita anual de R\$2.460,00 e considerável concentração de renda, onde 42,5% dos chefes das famílias recebem menos que um salário mínimo e 12,8% não obtêm rendimentos. Na verdade, este município diversificou a economia ao expandir os níveis de investimentos turísticos, mas não promoveu distribuição da riqueza.

O turismo se colocou para Ilhéus como uma das possibilidades de transformação de uma economia em decadência – com um dos piores índices de desenvolvimento do estado baiano e do Brasil – para uma economia de serviços, baseada nos seus atrativos naturais e históricos, mas essa transformação não atingiu toda a comunidade e, assim como em Porto Seguro, a concentração de renda e a má distribuição das riquezas se configuraram como seus principais resultados.

Na ilha de Morro de São Paulo, também no estado baiano, a história não foi e não é muito diferente dos relatos até aqui apresentados, com o agravante de que, além de ser uma ilha, onde os problemas costumam ser mais graves, é uma Área de Proteção

Ambiental (APA)²³ que, por princípio, deveria ser mais protegida em relação aos seus recursos naturais, o que, de fato, não está ocorrendo, como pode ser verificado por meio de uma pesquisa realizada com proprietários de pousadas dessa localidade para a dissertação de mestrado de Caroline Alonso de Azevêdo (2006).

Nessa pesquisa, Azevêdo (2006) aplicou questionários a 61 pousadeiros, dos 102 cadastrados no órgão BAHIATURSA. Dentre os diversos tópicos desse questionário, constavam aspectos relacionados à visão dos pousadeiros sobre os possíveis impactos da construção das pousadas em um local de proteção ambiental, impactos sobre a população local e sobre o próprio desenvolvimento do turismo. Vale destacar que 54% dos pousadeiros que participaram da pesquisa não souberam responder o que é e para que serve uma APA. “Esse é um dado preocupante, pois o objetivo primordial da existência da APA é não só a proteção da área, mas a conscientização das pessoas que vivem e visitam essa região que possui abundante vegetação e uma beleza natural” (AZEVEDO, 2006, p. 150).

Ao estudar as respostas dadas a essa pesquisa, constatou-se o descaso com que questões vitais para a sobrevivência do ser humano são tratadas em decorrência do crescimento da lucratividade imediata que o turismo pode proporcionar. Outro aspecto verificado nas respostas é a falta de planejamento adequado e a destruição do meio ambiente com a conivência de órgãos governamentais, moradores, empresários, trabalhadores e turistas, na ilha de Morro de São Paulo.

Segundo Azevêdo (2006), os problemas que saltam aos olhos em Morro de São Paulo são a ausência de tratamento da água, a invasão de barracas e quiosques nas praias, o consumo de drogas, a busca pelo turismo sexual, o lixo espalhado pelas estreitas ruas, espremidas a cada dia por uma nova pousada, um novo bar, uma nova loja, um novo restaurante. A disputa de espaço entre pedestres, cachorros abandonados, tratores colhedores do lixo e os empreendimentos é um dos expoentes da ausência de planejamento e do descaso de órgãos fiscalizadores. As construções vão se espalhando pela orla, pela vegetação, vão crescendo para cima, já que falta espaço ao lado e, assim, legislações sobre recuo e altura das edificações desaparecem na ilha Morro de São Paulo, que é uma Área de Proteção Ambiental.

²³ Decreto-Lei nº 1.240, de 05 de junho de 1992.

E os moradores e suas residências, onde ficam neste desenvolvimento acelerado e desordenado da região? Azevêdo (2006), verificou que muitos deles venderam suas casas e são essas antigas residências que estão sendo reformadas, demolidas para novas construções. Os moradores foram se instalando ilha adentro, formando bolsões de pobreza, foram se favelizando, outros foram para a capital trabalhar, também em atividades turísticas, à procura de mais acesso ao sistema de saúde e de educação, que nessa ilha praticamente não tinham.

O crescimento do turismo sexual, inclusive envolvendo crianças, por si só já deveria ser um sinal de alerta para aqueles que sobrevivem da atividade turística. Um sinal de que a forma como o turismo está sendo implantado não está promovendo integração cultural, inclusão social, e muito menos desenvolvimento econômico da população local, já que a comunidade, ao invés de sobreviver por meio das atividades formais, encontra no turismo outras maneiras, dentro da informalidade e até da ilegalidade, de obter maiores ganhos e até perspectivas mais concretas de mudança de vida, refletida no sonho de adolescentes, meninos e meninas, de saírem da região em que vivem, preferencialmente para outros países, onde possam ter respeito e condições dignas de vida.

Rodrigues (2006) trata este contexto do turismo como um “modelo de turismo segregador e excludente”, numa perspectiva economicista que alija, em muitos casos, a população nativa, restando-lhe a adequação às condições impostas, que a obrigam a vender suas propriedades, para depois oferecer sua mão-de-obra aos novos proprietários em serviços menos qualificados.

Será que é possível pensar em um modelo de desenvolvimento turístico menos impactante, menos excludente? Os trabalhos de Rodrigues (2006) e Doris Van Meene Ruschmann (2002) apontam, por perspectivas e análises diferenciadas, para uma resposta afirmativa.

Para Rodrigues (2006), não existe somente o modelo economicista para implantação do turismo em comunidades e regiões diversas do país. Como alternativa a esse modelo, a autora que faz suas análises sob a perspectiva da apropriação territorial pelo turismo, propõe a utilização da lógica humanista nessa apropriação, por meio de uma real participação de toda a população nativa nas decisões de planejamento e

execução do processo. Essa participação deve colocar o ser humano como centro do conceito de desenvolvimento, tanto na dimensão individual como social, expressando um comprometimento com os valores humanísticos e não econômicos.

A partir de constatações e levantamentos entre os impactos positivos e negativos que o turismo, especificamente o turismo ecológico, pode promover nos ambientes e em suas comunidades, Ruschmann (2002) conclui que os impactos negativos se sobrepõem aos positivos. Mediante essa constatação, indica, em seu trabalho, alternativas para que haja um relacionamento mais harmonioso entre o turismo ecológico e o meio ambiente, apropriando-se do conceito de desenvolvimento sustentável aplicado ao turismo. A lógica que permeia a concepção de um desenvolvimento harmonioso está na necessidade de haver uma relação equilibrada entre natureza, como “matéria-prima” e o turismo.

Vale ressaltar que o conceito de desenvolvimento sustentável não apresenta unanimidade no campo do turismo nem mesmo no meio em que surgiu, ou seja, na problemática dos problemas ambientais. Há um debate bastante acirrado em torno da fundamentação ideológica que lhe dá sustentação. Esse debate aponta para questões como a utopia presente nas propostas e princípios do desenvolvimento sustentável; na desconfiança de que haja, de fato, interesse dos países centrais em buscar alternativas tecnológicas menos impactantes com o ambiente; no descrédito na possibilidade de os países periféricos implementarem uma política de desenvolvimento industrial sem destruição ambiental; na crença de muitos ambientalistas na incompatibilidade entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Mas há aqueles que, a despeito desse debate, acreditam que é possível estabelecer limites claros de tolerância para os impactos que as conseqüências do desenvolvimento econômico podem causar, inclusive e principalmente quando se trata da atividade turística. Nessa crença de que é possível impor limites aos impactos do desenvolvimento econômico no meio ambiente, provavelmente seja a concepção de Ruschmann (2002) de que é possível conseguir um desenvolvimento harmonioso entre natureza e atividade turística.

Tratando especificamente do turismo ecológico, Ruschmann (2002) sugere algumas ações para que haja esse desenvolvimento harmonioso entre turismo e natureza, partindo da uma concepção de desenvolvimento sustentável em que os

serviços turísticos devem se realizar visando à manutenção, à restauração e ao melhoramento dos recursos naturais.

Seguindo essa linha, há estudos que propõem o pagamento de taxas pelos turistas de determinadas regiões, como Jericoacoara – caso estudado por Espedito Cezário Martins (2002) –, [representando o valor econômico atribuído aos recursos ambientais do local], com o objetivo de proporcionar um desenvolvimento sustentável ao utilizar esse aporte financeiro para projetos de preservação e conservação dos recursos naturais do local.

Para chegar em tal proposição, Martins (2002a) aplicou um questionário a 120 turistas de Jericoacoara como parte da sua metodologia de pesquisa, a qual se conduz dentro da perspectiva econômica, por meio da revisão bibliográfica de trabalhos que estabeleceram padrões e metodologias próprias da econometria e estatística (fundamentalmente trabalhos estrangeiros) e a adoção de um padrão para estabelecimento e comprovação estatística de sua tese.

O aspecto interessante desse trabalho está na preocupação com os impactos que o turismo pode causar em ambientes ricos em recursos naturais, dotados de uma beleza cênica ímpar. No entanto, somente na conclusão da pesquisa é que consta um parágrafo que demonstra que a preocupação com o desenvolvimento sustentável implica necessariamente a preocupação, também, com as condições de vida da população local.

As análises ora apresentadas demonstram e confirmam a ausência de preocupações reais com as necessidades das comunidades receptoras, com as questões ambientais, reforçando, na realidade, a lógica do mercado, estruturando o turismo não em um modelo humanista, mas em um modelo segregador (RODRIGUES, 2006), em um modelo de consumo de massa, conceito este trazido das concepções de Adorno e Horkheimer (2002) ao trabalharem com a indústria cultural e a cultura de massas.

Essas perspectivas e discussões diferenciadas sobre a implantação do turismo demonstram a complexidade de um debate que não é muito difundido, principalmente nos cursos superiores de Turismo, um dos campos mais férteis para o encontro de outras concepções que enriqueçam e auxiliem o turismo a se colocar como uma real alternativa de inclusão social para diversas regiões brasileiras, como sugerido no relatório da OMT

(2003) e, em poucos estudos que demonstram que é possível proporcionar a implantação do turismo e desenvolver alternativas de inclusão social.

Alguns pesquisadores em turismo atribuem a efetivação dessas possibilidades à existência de um planejamento turístico que seja realmente aplicado, implementado, desenvolvido e avaliado de forma contínua e processual. Entretanto, a idéia central desta tese está na formação em nível superior dos profissionais que atuarão nas atividades turísticas e, portanto, defende que haja uma formação em planejamento focada nas necessidades das comunidades locais e em um trabalho que vise à inclusão social dos nativos de regiões com potencial para o turismo no Brasil. Para isso será preciso que esse planejador vivencie uma formação e um currículo que tenha a inclusão social e o turismo como uma atividade econômica capaz de interferir positivamente na realidade social para a diminuição da pobreza. Para isso, faz-se necessário uma fundamentação teórica abrangente e crítica, conceitual e procedimental no curso.

Concomitante a esse processo de formação do profissional do turismo, é preciso que as políticas públicas vinculadas ao desenvolvimento do turismo estejam, de fato, direcionadas para garantir e proteger os interesses da sociedade, conforme indicações de Karina Toledo Solha (2006, p. 92), quando explica que

Ao analisar a literatura, são verificadas duas principais posturas relacionadas ao papel da política de turismo por um lado, uma visão comercial que acredita que ela contribua para obter resultados mais eficazes; por outro, a política funcionando como estratégia para o desenvolvimento harmonioso, estabelecendo limites e garantindo o atendimento das necessidades e expectativas da comunidade receptora.

Portanto, a política de turismo deve funcionar tanto no estímulo e no controle direto do desenvolvimento do turismo como também deve preocupar-se com a proteção dos interesses da sociedade.

Na medida em que as políticas de turismo estiverem direcionadas para a garantia e a proteção dos interesses sociais e a formação profissional em Turismo tenha como eixo central a preocupação com a inclusão social, talvez seja possível implementar algumas propostas e ações sugeridas no relatório da OMT (2003), fazendo com que o turismo tenha força econômica, social e política para contribuir, de fato, com a

diminuição da pobreza e não só continuar reproduzindo as contradições do sistema capitalista no qual está inserido, seja por meio do turismo de massa, seja por um turismo altamente segregador.

No relatório da OMT (2003, p.78) são citados alguns casos de países que estão tentando promover a diminuição das condições de pobreza de suas comunidades e, para tanto, indicam algumas premissas a serem observadas para que haja uma atuação ética e apliquem práticas idôneas, seja do setor privado, seja do setor público. No relatório são apresentadas 10 lições para que essas práticas idôneas sejam implementadas, das quais destacam-se:

2- Conviene que haya una fuerza motriz, pero hay otros grupos con objetivos más amplios, como los donantes, las ONG, las instituciones de enseñanza y diversos organismos gubernamentales que son vitales. La atenuación de la pobreza puede incorporarse em las estrategias de desarrollo turístico de los gobiernos o de las empresas (con o sin un lenguaje explícito a favor de los pobres). La existência de marcos políticos e iniciativas más allá del turismo, por ejemplo respecto a la propiedad de la tierra, las pequeñas empresas o la representatividad del gobierno, es también esencial.

7- Deberían adoptarse medidas económicas para ampliar el número de puestos de trabajo regulares y las posibilidades de empleo ocasional teniendo en cuenta tanto la demanda (los mercados) como la oferta (los productos de los pobres).

8- Otros beneficios de orden distinto al económico (p. ej. mejores carreteras, mejores comunicaciones y mejor saneamiento) pueden reducir la vulnerabilidad, por lo que valdría la pena tratar de maximizarlos.

Com esses argumentos, fica claro que, para que o turismo contribua para a diminuição da pobreza, é preciso que sejam feitas opções de caráter social com finalidade também, de redução da pobreza pelos governos, pelos empresários, pelas instituições não governamentais, pelas instituições de ensino e pelos investidores. É preciso que as ações de planejamento tenham como meta o estímulo à negociação de todos os envolvidos e que a inclusão social seja um objetivo a ser atingido.

Daí, a importância em se pensar no profissional em Turismo e sua formação. As IES, tem fundamental importância nesse contexto, podendo contribuir na ampliação de profissionais capacitados e conscientes do papel do turismo no desenvolvimento e inclusão das comunidades envolvidas ou situadas em regiões turísticas.

Nos próximos itens, procurou-se adentrar no estabelecimento do Turismo como uma nova área do saber no campus universitário, como uma profissão com características técnicas que passa a exigir espaço na formação de profissionais em nível superior e nos discursos que vão permear a construção das Diretrizes Curriculares e a estruturação curricular implementada pelos projetos pedagógicos de diferentes IES, em diferentes regiões do estado de São Paulo.

3. Turismo: uma nova área do saber dentro da universidade

Há quem afirme, como, que a universidade está em crise, que os tempos mudaram, as universidades insistem em permanecer encasteladas em seus próprios muros, desvinculando-se cada vez mais da vida cotidiana. Outros, como Boaventura de Souza Santos (2004) observam que essa crise vem se arrastando desde finais dos anos de 1960, acompanhando as mudanças que a globalização, o neoliberalismo e as inovações tecnológicas trouxeram. Novas profissões, novas demandas, diferentes ofertas passaram a dar o ritmo ao ensino superior, seja nas faculdades isoladas, seja nas universidades, ainda que as últimas pareçam imunes a esses tipos de mudanças.

No Brasil, falar em ensino superior, e principalmente, no ensino superior desenvolvido nas universidades públicas, sempre foi sinônimo de elitização, de seleção dos melhores. A trajetória histórica da educação brasileira foi esboçada no primeiro capítulo desta pesquisa como um dos grandes aspectos que contribuíram para o quadro de exclusão social do povo brasileiro. É possível analisar a situação de exclusão no ensino superior e na educação básica, já que ao longo do processo histórico a concepção de políticas públicas que oferecessem um ensino de qualidade a todos, não foi prioridade dentro dos diferentes governos do país..

Se nos primórdios da educação institucionalizada no Brasil, a atenção estava voltada para a formação da elite administrativa e política e a manutenção do *status quo*, mesmo quando as universidades públicas, principalmente, se tornavam responsáveis pela gestação de idéias subversivas à ordem estabelecida, eram também responsáveis por formar os guardiões dessa mesma ordem. É o movimento dialético próprio de um sistema educacional encarcerado na ordem capitalista com suas contradições. No ensino superior, assim como em todo o sistema educacional brasileiro, não há só reprodução da

desigualdade social, da elitização, há também a resistência, insistente e presente nas lutas para transformação destas características elitizadoras do ensino superior.

É nesse movimento dialético, de reprodução e transformação, das relações entre ensino superior privado *versus* ensino superior público, faculdades *versus* universidades *versus* centros universitários, que se estabeleceu o currículo de Turismo no ensino superior.

A institucionalização do Turismo como curso de graduação se deu em meio ao enfoque de profissionalização que o ensino superior estava adquirindo na década de 1970, conforme pesquisado por Macioniro Celeste Filho (2002). Isto acentuou os aspectos contraditórios que acompanham alguns dos discursos e dos fundamentos epistemológicos que subsidiam a formação do profissional em Turismo.

O que significou esse enfoque de profissionalização no ensino superior e por que o surgimento do Turismo como curso de graduação, nesse contexto, acarretou aspectos contraditórios? Para responder a essas questões, é preciso lembrar que, provavelmente, a área do Turismo tenha sido uma das áreas que contribuiu para inserir as mudanças que estavam ocorrendo no campo da economia mundial nas universidades e faculdades que, até então, tinham, como campo de atuação a formação para profissões liberais clássicas, como engenharia, medicina, direito, arquitetura, administração, física, química, entre outras.

A aprovação do primeiro currículo do curso superior de Turismo ocorreu em janeiro de 1971, como resultado de um processo de implantação de um curso técnico na área, iniciado em 1968, e em meio aos debates e propostas que culminaram na Reforma Universitária no mesmo período. Conforme abordado por Celeste Filho (2002), essa Reforma pautou-se quase que exclusivamente na definição e estruturação dos currículos das diferentes áreas de formação e em suas respectivas cargas horárias, estabelecendo o currículo mínimo e complementar de cada área.

A questão da profissionalização nesses currículos colocou-se como foco e objetivo central da Reforma Universitária, que buscava adequar-se às necessidades e mudanças da economia brasileira, gerida naquele período pelos governos militares ditatoriais. O estabelecimento de um currículo mínimo seguia o objetivo de garantir

maior profissionalização e padronização às carreiras, deixando a parte complementar para as diferenças regionais e suas especificidades.

A ênfase na profissionalização faz parte do mosaico que tornam a educação superior no Brasil uma trajetória que privilegiou o setor privado em detrimento da educação pública de qualidade, que não exigiu de suas universidades participação na construção de um projeto nacional²⁴ voltado para a implementação de alternativas de inclusão, criando em seu lugar um profundo descompasso com as reais carências científicas, intelectuais, culturais, sociais, políticas e econômicas de parte da sociedade brasileira, excluída de condições mais dignas de vida.

Ao pesquisar a institucionalização do Turismo como curso universitário, ocorrida na década de 1970, Celeste Filho (2002) constatou a total ausência de pesquisas e estudos históricos sobre a área e sua inserção no grupo de cursos superiores do Brasil, tendo dificuldades, inclusive, para encontrar a documentação produzida por órgãos oficiais relacionados à educação e ao curso de Turismo. Nessa pesquisa, o autor conseguiu alguns indícios de que o Turismo só se efetivou como uma área de formação em nível superior porque significou, para muitos representantes dos conselhos educacionais da época, no caso o Conselho Federal da Educação, uma alternativa importante de desenvolvimento econômico para o país. Tanto que é justamente nesse período de ditadura militar que órgãos como a Empresa Brasileira de Turismo-EMBRATUR, surgem para fomentar e dar o suporte necessário ao desenvolvimento dessa atividade econômica.

Os debates para a definição do currículo do curso superior de Turismo tiveram origem, em um primeiro momento, na estruturação de cursos técnicos, que traziam em

²⁴ Boaventura de Souza Santos (2004), em seu livro *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*, apresenta uma discussão interessante acerca do papel das universidades para a construção de um projeto de país ou de um projeto nacional reinventado para um contexto de globalização e de ações de inclusão social. Esse projeto nacional não se refere aos projetos nacionalistas das décadas de 1950 e 1960, mas a “uma necessidade de inventar um cosmolitismo crítico num contexto de globalização neoliberal agressiva e excludente”, de forma que a universidade se assumia como um bem público onde “as reformas nacionais da universidade pública devem refletir um projecto de país centrado em escolhas políticas que qualifiquem a inserção do país em contextos de produção e de distribuição de conhecimentos cada vez mais transnacionalizados e cada vez mais polarizados entre processos contraditórios de transnacionalização, a globalização neoliberal e a globalização contra-hegemônica. Este projecto de país tem de resultar de um amplo contrato político e social desdobrado em vários contratos sectoriais, sendo um deles o contrato educacional e, dentro dele, o contrato da universidade como bem público”. Disponível em <www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecxi.pdf> (Acesso em Mar./2008)

sua essência o que Celeste Filho (2002, p.25) denominou de “promiscuidade entre tempo escolar e tempo de trabalho”, como parte das estratégias de incentivo ao desenvolvimento da economia brasileira propostas pelos governos militares.

Desse modo, pode-se inferir que o Turismo traz a marca de uma área destinada à formação técnica, tendo em seu corpo teórico a concepção da separação entre o fazer e o pensar, resultante de estratégias criadas para tentar resolver problemas de uma demanda crescente de acesso ao ensino superior, tão bem explicitada pelo Conselho Federal da Educação em um documento de 1967, citado por Celeste Filho (2002, p.27) em sua dissertação:

Para tanto, como para outros propósitos que assinalaremos adiante, será preciso mudar também a concepção do próprio ensino superior, a fim de ajustá-lo à mesma idéia de uma dinâmica terminalidade dos seus cursos. Estes, no Brasil como em vários países, são ainda muito longos e compactos para que possam ensejar as combinações exigidas pelas novas modalidades de habilitação, em número sempre crescente, e pelas características muito diversificadas de um novo tipo de aluno que passou a circular pelos corredores acadêmicos.

[...]

A solução é criar para eles – esses “não-intelectuais de inteligência prática”, a que se refere Toynbee – um tipo de curso menos ambicioso (...) Com isto, passaríamos a dispor para as tarefas do nosso desenvolvimento, em fluxo constante, de profissionais não apenas formados em nível médio como em nível superior, paralelamente ao 1º ciclo universitário, reforçando o quadro dos que tenham estudos ‘longos’ e liberando-os, assim, de tarefas em que suas potencialidades vêm sendo claramente subutilizadas.

[...]

O importante é não descaracterizar a instituição universitária convertendo-a em ensino de massa. Nem disso estamos cogitando, pois o que imaginamos para tais cursos é, principalmente, um sistema de escolas ou faculdades técnicas, ao estilo dos atuais estabelecimentos isolados e até, dentro em pouco, em condições de tomar-lhes o lugar na medida em que muitos deles se constituam em federações, associações, fundações ou autarquias universitárias ou se integrem em universidades. (Documento nº 79 *apud* CELESTE FILHO, 2002, p.27)

O objetivo de reproduzir esse longo trecho, publicado em 1967, foi deixar mais explícito um aspecto do pensamento dominante de uma determinada época que, às vezes, é retomado em outro período esvaziado de forma e conteúdo, como se não houvesse passado, nem memória histórica, e apresentado como inovação, retirando da discussão curricular as relações existentes entre os conceitos de trabalho, profissionalização e escolarização, dentro de uma contextualização social, política e econômica já tratada anteriormente. Essa retomada de ações e pensamentos representados na transcrição desse trecho está ocorrendo no atual momento em que este trabalho é produzido, por meio de uma ressignificação de antigos paradigmas, como o ensino por competências²⁵ do ensino fundamental ao ensino superior, em que as discussões sobre o atendimento às novas necessidades econômicas se fortalecem e tomam a cena do debate educacional.

Na verdade, pode-se perceber que essa discussão sobre a formação técnica e acadêmica, talvez não tenha deixado de ocorrer nesses anos de institucionalização do Turismo como curso de graduação, tanto que, em relação ao surgimento dos cursos mais profissionalizantes, Luiz Antonio Cunha (1989, p. 76) expressa o seguinte comentário ao discutir o papel da Universidade no Brasil:

Ao contrário do que pretendem certos brasileiros admiradores do *college* norte-americano, os cursos profissionais vieram para ficar. São irrealistas as propostas de transferi-los para a pós-graduação ou para institutos não universitários, como regra geral. Menos ainda, para a administração dos organismos profissionais. No entanto, é preciso reconhecer que nem todo curso vale a pena ser ensinado numa universidade. Medicina, história,

²⁵ Este tema é discutido por diversos autores da educação na atualidade entre eles Philippe Perrenoud, Antoni Zabala. Destaco que apesar de citá-los não se está marcando que estes autores compartilham da mesma linha de pensamento, apenas que discutem sobre o ensino por competências. O ensino por competências pode ser considerado sob dois aspectos, por causa de sua origem marcadamente ideológica e política, assim, partilho das assertivas de Rubega “A noção de competência adotada pelo MEC, durante a elaboração das diretrizes para a educação profissional, é, unilateral, desprovida da ação transformadora, social e política do trabalhador, relacionada apenas à multiplicidade de tarefas que o ser do trabalhador poderá desempenhar no local de trabalho (enquanto trabalhador)” (p.19) [...] Enquanto que na perspectiva educacional o ensino por competência pode ser entendido como “formação integral e está, por sua vez, associada a idéia do desenvolvimento de capacidades através de competências. Essas competências serão constituídas propiciando ao educando situações de aprendizagem que possibilitem a mobilização e seleção de conhecimentos nas áreas cognitivas, psicomotoras e atitudinais de equilíbrio e autonomia, estimulando o desenvolvimento de capacidades intelectuais e, relações interpessoais e de inserção e atuação social do indivíduo (Zabala, 1998, p 27 – 51 *apud* Rubega, 2004, p. 19)

engenharia e física, não há dúvida. Mas o que dizer de serviço social, arquivologia, turismo, hotelaria, secretariado ou economia doméstica, só para mencionar alguns exemplos? Para muitas ocupações, a educação geral é mais importante do que a especialização artificialmente elaborada para efeito de interesses de grupos interessados no controle monopolista de setores de mercado de trabalho. [...] Creio que uma boa solução seria a criação de cursos gerais ao lado dos cursos profissionais, sem visarem o exercício de profissão regulamentada em lei. Seriam cursos de bacharelado (não licenciatura) em humanidades, de 3-4 anos de duração, que poderiam atender a esse objetivo de facilitar a opção profissional ou de atender à demanda de educação superior não especializada.

Essa controvérsia entre formação profissional e formação geral não é enfrentada, nem realizada com a seriedade que deveria por muitos profissionais (de todas as áreas) inseridos no ensino superior. Parece haver certo pacto de silêncio e de pouca discussão sobre os aspectos e propostas mencionados por Cunha (1989) no que diz respeito às novas profissões e sua formação. Existe, nesse silêncio, além da aceitação de fatos dados como consumados pela lógica do mercado, a ausência de debates sobre o papel que deve ser exercido pelas universidades, suas condições reais de existência dentro do jogo de globalização e, até de internacionalização da educação. Existe, também, a ausência de clareza quanto à atuação e à definição das diferentes instituições que atuam no ensino superior, como as faculdades, os institutos superiores e os centros universitários em relação às universidades.

Entende-se que o enfrentamento desse debate passa pela análise histórica da estruturação curricular dessa área em foco, como se pode notar na tentativa de Celeste Filho (2002), que buscou, na história da educação, o respaldo necessário para pensar, teorizar e explicitar o *corpus operandis* do Turismo em determinado contexto histórico.

Somente em meados dos anos de 1980 novas carreiras vieram reforçar as mudanças que foram iniciadas no curso de Turismo, principalmente em IES privadas – algumas delas derivadas da área de atuação do próprio Turismo, como Hotelaria, Gastronomia, Lazer e Eventos. Outras se originaram no campo da informatização e da comunicação e foram ganhando força, principalmente no ensino superior privado, como as áreas de Ciências da Computação, *Design*, Moda etc. Outra mudança que ganhou força, principalmente no setor privado da educação superior, foi o crescimento da oferta

de cursos de Tecnologia, muitos deles associados às novas profissões e às necessidades das IES em diminuir gastos, seja por meio da oferta de cursos mais curtos, com menor nível de investimentos, seja pela diminuição da evasão de alunos, devido ao menor tempo de duração dos cursos.

A proposta observada na afirmação de Cunha (1989), sobre uma formação mais geral de humanidades ao lado de uma formação profissional, talvez tenha contribuído para a retomada, pelas IES privadas, em meados dos anos 2000, do antigo núcleo básico, criticado pelo próprio Cunha, antes obrigatório para todos os currículos de quaisquer cursos superiores, durante as décadas de 1970 e início dos anos de 1980.

Tal retomada da implantação dos núcleos básicos parece ter tido, como premissa teórica, argumentos pautados em aspectos como uma maior integração entre as áreas de formação dos diferentes cursos superiores, podendo dessa forma aprimorar e desenvolver, com maior força, o pensamento humanístico nas diferentes áreas do saber, uma vez que alunos dessas áreas poderiam desfrutar, juntos, de disciplinas como Sociologia, Filosofia, Antropologia, Comunicação e Metodologia da Pesquisa. Entretanto, essa premissa não se coadunava com as intenções práticas de algumas IES que passaram a implementar novos programas curriculares estruturados com um núcleo básico, ao longo do primeiro semestre do curso.

Por ter vivenciado o desenvolvimento do processo de implantação de um núcleo básico, pôde-se inferir que grande parte das universidades e centros universitários que o adotaram, o fizeram pelos interesses financeiros e mercadológicos, porque poderiam diminuir carga horária de professores, otimizando salas de aula, número de alunos em sala, horários e equipamentos da instituição, o que está muito distante de quaisquer propostas de desenvolvimento de um curso geral, de humanidades, contidas na afirmação de Cunha (1989).

Dentro do histórico do estabelecimento do Turismo como um curso superior e sua trajetória nesses últimos trinta e três anos, muitos debates sobre o turismo ser colocado não como um curso técnico, mas como superior se deram, outros foram esquecidos, novos surgiram, sendo impossível traçar em poucas linhas todo o histórico dessas discussões. Os aspectos ora destacados dizem respeito a uma pequena parte dos

problemas que permeiam a discussão curricular realizada neste trabalho. Um dos problemas diz respeito à estruturação dessa área de formação em nível superior.

Portanto, dentro da academia, entendida como um dos principais *locus* de produção do conhecimento científico muitas vezes, a estruturação curricular se apresenta em contradição com as características técnicas da carreira, reforçadas por uma concepção educacional centrada na satisfação dos interesses de um sistema produtivo e mercantil altamente excludente.

Nesse sentido, para que o Turismo, como uma área do conhecimento, possa contribuir na construção de um projeto nacional junto às universidades públicas e privadas tendo a inclusão social como pressuposto, é preciso que entre a formação de nível técnico e a superior essas contradições sejam explicitadas e trabalhadas pelos intelectuais, professores e especialistas responsáveis pelo escopo teórico e epistemológico dessa recente área, que luta para criar uma tradição²⁶ dentro do seletorol de cursos na academia. É preciso que essa tradição não se dê somente dentro das condições de mercantilização, globalização e internacionalização por que vêm passando as universidades brasileiras, que estão cedendo espaço à construção de um projeto neoliberal e não de um projeto nacional, como explicitado anteriormente.

4. Turismo: alguns discursos sobre a formação pedagógica

Para dar continuidade à discussão sobre os cursos de Turismo na universidade, é necessário adentrar mais detalhadamente na fundamentação teórica e nos discursos que auxiliaram a construção das diretrizes curriculares e suas orientações para a formação pedagógica da área. Fora os documentos, pareceres e resoluções que instituíram as

²⁶ Para se tratar de certa tradição nos cursos superiores do Turismo, primeiro se deve reconhecê-lo como um campo do conhecimento que está em constituição - aqui faço uma breve interlocução com Bourdieu - logo o turismo visto como espaço social de disputas, o qual estabelece a validação dos critérios de legitimidade, bem como a sua comunidade e autoridades que nela produzem, assim, esta comunidade autônoma, lança mão de recursos próprios da vida intelectual, como a refutação, a difamação, a política, a denúncia do pensamento adverso dada a sua condição de pertencimento ao campo, marcada pelas justificativas ou razões de intervenção no seu espaço de atuação social. Alguns desses critérios de validação podem ser considerados como congressos científicos, periódicos próprios, funcionamento dos cursos de formação de profissionais (graduação e pós-graduação) etc. Para maior detalhamento, ver Pierre Bourdieu em **A economia das trocas simbólicas**, São Paulo, Perspectiva editora, 2004 - **Coisas Ditas**, São Paulo, Editora Brasiliense, 2004 & **Razões práticas: sobre a teoria da ação**, Campinas, Papiurus, 1996.

atuais Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação em Turismo²⁷, não existem muitas produções sobre essa temática. Na verdade, existem alguns artigos e várias dissertações de mestrado²⁸ que se pautaram na mesma obra utilizada como referência neste item, mais precisamente o livro *Formação e Capacitação do Profissional em Turismo e Hotelaria: reflexões e cadastro das instituições educacionais do Brasil*, de Marília Gomes dos Reis Ansarah (2002).

A publicação de Ansarah (2002) é uma das poucas da área em que se pode verificar um destringimento sobre as propostas e discussões realizadas pelas instituições de ensino superior, durante o período de 2000 a 2002, para subsidiar a elaboração das diretrizes curriculares dos cursos de Turismo. Na obra citada, em muitas dissertações e teses que discutem os cursos superiores de Turismo e em diversos textos da Secretaria de Educação Superior (SESU), percebe-se contradições e uma variedade de conceitos e discursos sobre a necessidade de uma formação de qualidade no Turismo.

Todavia, nota-se a ausência de uma definição e até adjetivação da palavra qualidade nesses discursos. Falta clareza no estabelecimento do conceito de qualidade com suas possíveis conexões e articulações. Qualidade do quê? Para quem? Que bases éticas, políticas e econômicas fundamentam esse discurso da qualidade para os cursos de Turismo? Como demonstrado por Terezinha Azerêdo Rios (2003), o conceito de qualidade deve ser historicamente determinado para não cair no campo da retórica, ou mesmo no “discurso competente” aludido por Chauí *apud* Rios (2003, p. 64) como um discurso

²⁷ Quase todas as propostas e discussões apresentadas no livro *Formação e Capacitação do Profissional em Turismo e Hotelaria: reflexões e cadastros das instituições educacionais do Brasil*, de Marília Gomes dos Reis Ansarah (2002), com exceção da preparação do profissional em turismo para área da docência, foram contempladas no documento oficial das Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação em Turismo, aprovada em 06 de novembro de 2003, pelo Parecer CNE/CES nº288 e instituída pela Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006, do Ministério da Educação, Conselho Nacional da Educação e Câmara de Educação Superior. Os textos originais dos pareceres e resoluções das Diretrizes Curriculares de Turismo constam nos anexos 1, 2 e 3.

²⁸ Ver as seguintes dissertações defendidas no Programa de Pós Graduação em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi: BARBOSA, Claudia Ricciuti. **A introdução da hospitalidade nos cursos de hotelaria de São Paulo**. São Paulo, 2005. SILVA, Andréa da. **Perfil profissional do agente de viagem da cidade de São Paulo: um estudo de competências**. São Paulo, 2006. SILVA, Juliana do Prado. **Cursos de Turismo sob a ótica da hospitalidade: estudo de caso do curso de Turismo UNIARAXÁ- MG.**, São Paulo, 2007. TSUGUMI, Neide Yoko. **Inclusão social no mercado de trabalho e hospitalidade**. São Paulo, 2006. MARGONI, Catherine Cavalcanti. **Reflexões sobre a aplicação da interdisciplinaridade em cursos de Turismo**. São Paulo, 2006. LAHR, Maria Cristina Z. Rocco. **O profissional da hotelaria em um estudo exploratória e sua formação**. São Paulo, 2004.

no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual as circunstâncias já foram determinadas para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência.

Esses conteúdos e formas dos discursos institucionalmente autorizados, é o que mais se encontra dentro de IES privadas, sejam universidades, centros universitários ou faculdades. A liberdade de expressão de professores e funcionários resulta na condição de que os pensamentos expressos estejam em perfeita harmonia com as ações voltadas para manutenção dos alunos, a qualquer preço, considerando-os como clientes, na verdadeira acepção capitalista da palavra. Quase não se vê o surgimento de vozes destoantes aos discursos autorizados e, quando surgem, são silenciadas rapidamente, antes de serem ouvidas e divulgadas.

A formação superior em Turismo não foge a lógica da mercantilização do saber, por suas características de atividade econômica em grande expansão e pelas mudanças que o ensino superior vem atravessando dentro das instituições privadas e públicas, em que a educação passou a ser considerada como um negócio de maneira natural e, até, benéfico para a sociedade.

Entretanto, segundo Rios (2003, p.65), há alternativas de se opor à lógica da retórica da qualidade e do discurso competente tão presentes no meio acadêmico e institucional. Para essa autora,

Ir contra o caráter ideológico do discurso da competência e da retórica da qualidade significa procurar trazer, para os sujeitos sociais e suas relações, as idéias e os valores que parecem ter sido deslocados para o espaço de uma racionalidade cientificista, de uma suposta neutralidade, em que os homens se encontram reduzidos à condição de objetos sociais e não sujeitos históricos.

À luz dessas reflexões, percebe-se no pensamento de estudiosos e especialistas em Turismo, a concepção de que os profissionais devem ter uma formação de

qualidade, com consciência crítica, humanista e reflexiva, ao mesmo tempo em que devem ser formados para enfrentar a competitividade do setor, adequando-se às necessidades de um mercado de trabalho que exige, cada vez mais, profissionais qualificados, flexíveis e globalizados. O problema aqui não é, de forma alguma, a idéia da formação para o mercado, até porque seria impossível a existência de algum curso profissional que não formasse o estudante para competir no mercado de trabalho de sua área, mas sim a formação para uma adequação a esse mercado, aceitando-o e conformando-se às suas condições existentes, como explicitado em uma concepção de Ansarah (2002, p.28) que aborda o trabalho do professor em cursos superiores de Turismo, afirmando que

[...] o turismo é um setor extremamente dinâmico, evolutivo e prático; é uma área de prestação de serviços e o docente necessita ficar atento a esses direcionamentos de mercado e ao caráter mutável da atividade, adequando-se (grifo meu) permanentemente aos fatos e fenômenos gerados pelo setor.

Nesse contexto de contradições e usos diversos de conceitos sobre a qualidade da formação profissional, há no trabalho de Ansarah (2002) algumas indicações de que os conteúdos programáticos dos cursos de Turismo devem ser multidisciplinares, ao mesmo tempo em que aborda a relação e a necessidade desses programas terem participação em empresas, trazendo à tona uma relação de “promiscuidade entre tempo escolar e tempo de trabalho”, apresentada por Celeste Filho.

Ressaltando a importância da formação prática nesse campo de atuação, Ansarah (2002, p. 27-28) expõe os aspectos de conscientização e de responsabilidade social e política que devem ser contemplados no Projeto Pedagógico como uma atribuição dos professores, que devem preparar e condicionar os alunos para compreender a sociedade, afirmando ainda que:

A instituição educacional também deve preparar o aluno para realizar-se profissionalmente, imbuído de um espírito crítico e ético que lhes garantirão uma posição de destaque na sociedade em que vivem. Também é responsabilidade das instituições de ensino proporcionar a base para seus estudantes tornarem-se cidadãos bem informados e motivados que procuram soluções para os problemas da sociedade e aceitam suas responsabilidades sociais.

O sentido real da palavra condicionar parte do significado de colocar ou impor condições, de regulação, de tornar condicional alguma coisa, de suggestionar e persuadir (cf. AURÉLIO, Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa). Dessa forma, parece que, na afirmação acima, as questões sociais ou as reflexões críticas devem ser impostas aos alunos, ao mesmo tempo em que se coloca que o espírito crítico e ético garantirá a esse aluno posição de destaque na sociedade, sem explicar como e porque tal fenômeno ocorrerá. A própria ética acaba sendo mercantilizada, virando um produto que pode dar *status* – como se a ética existisse para ser consumida ao mesmo tempo em que fornece mais poder de consumo. Essa afirmação é apenas um exemplo de que, na verdade, em que pese a ênfase dada à formação crítica e ética, de fato o direcionamento dos cursos superiores de Turismo está no atendimento das necessidades do mercado em seu sentido neoliberal.

Não se pretende fazer neste trabalho nenhum estudo lingüístico propriamente dito, mas identificar e discutir os problemas que circundam um determinado contexto a partir da análise da expressão verbal que, segundo Maria Laura P.B. Franco (2003), pode ser entendida como um forte indicador para se analisar e entender as práticas e processos educativos. Nesse sentido, os conteúdos das mensagens expressadas pelos pesquisadores, pelos representantes educacionais, pelos documentos oficiais que orientam a área do Turismo no ensino superior e, principalmente pela configuração curricular das IES, são importantes fontes de estudo e de compreensão sobre a constituição, desenvolvimento e perspectivas dessa área.

Os trabalhos aqui pesquisados suscitaram diversas questões que dariam a possibilidade de construção de outro projeto, porém pela escolha desta pesquisa, vale destacar um aspecto que se considerou importante, a discussão sobre qualidade e o direcionamento da matriz curricular. Sobre esses temas encontram-se indicações de que o trabalho curricular em Turismo deve fundamentar-se na pesquisa de mercado e consumidores, na gestão e avaliação de impacto do meio ambiente, utilizando-se da visão custo x benefícios. Diante dessas indicações, Ansarah (2002) afirma que os cursos no Brasil estão longe de realizar tal formação e que o estabelecimento dos Padrões de Qualidade exigidos pelo MEC²⁹ e a chegada do Provão (atual ENADE - Exame

²⁹ Os padrões de qualidade necessários ao reconhecimento de cursos foram elaborados pelas Comissões de Especialistas das diversas áreas do conhecimento, instituídas no âmbito da Secretaria de Educação

Nacional de Desempenho dos Estudantes)³⁰ poderiam ajudar os cursos de Turismo a alcançarem mais qualidade. É possível, pois, subentender que o conceito de qualidade utilizado aqui está justamente atrelado a uma formação adequada aos interesses mercadológicos.

No âmbito dessa discussão sobre qual deve ser o objetivo do curso de Turismo, Ansarah (2002) apresenta preocupações quanto à empregabilidade dos formandos e indica hipóteses de que a falta dessa condição pode ser relacionada à falta de qualidade dos cursos, ligando dessa vez o conceito de qualidade às inadequações nas propostas pedagógicas da maioria dos cursos superiores em Turismo. Segundo ela, esses cursos colocam no mercado de trabalho centenas de novos profissionais todo ano, sem possuir, no entanto, os parâmetros de qualidade necessários.

Nessa argumentação, não é considerado que a criação de empregos depende “[...] muito mais de mecanismos estruturais que de processos educativos, sejam eles intencionais ou não, escolarizados ou não” (MANFREDI, 2002, p.49). Vale destacar que um dos discursos do neoliberalismo se pauta inclusive, na inversão dos processos, atribuindo à educação o papel e a responsabilidade até com relação à empregabilidade no país, tirando o foco da economia e de suas condições estruturais de organização. Esse é um dos grandes nós que se encontra na discussão sobre a educação, mais precisamente sobre a educação profissional de Turismo.

Cabe ressaltar que, desde 2001, com as aprovações prévias das diretrizes curriculares de Turismo, foi aprovado também o Manual de Padrões de Qualidade dos Cursos Superiores de Turismo, que passou a ser utilizado em todos os processos de autorização de cursos e seus respectivos reconhecimentos. Entretanto, novos cursos surgiam a cada dia e eram aprovados e até reconhecidos pelas Comissões de Especialistas do MEC, que tinham como roteiro de trabalho exatamente o Manual de Padrões de Qualidade. Infelizmente, o que se constata é que tanto as diretrizes curriculares como o Manual de Padrões de Qualidade acabaram estabelecendo alguns modelos de curso, retirando aquilo que o texto introdutório das próprias diretrizes

Superior (SESu) do MEC. O Manual de Padrão de Qualidade, do MEC foi elaborado pela seguinte comissão: Profa. Dra. Mirian Rejowski, Prof.Dr. Miguel Bahl e Prof.Dr. Luiz Gonzaga Godoi Trigo, aprovado em 2001.

³⁰ As diferenças entre Provão e ENADE foram explicadas na parte introdutória deste trabalho, assim como seus critérios de avaliação dos cursos.

estabelece, ou seja, o respeito às condições regionais de cada instituição e às necessidades sociais como parâmetros para o estabelecimento de novos cursos superiores.

Partindo do pressuposto referido por Ansarah (2002), de que o Provão, atual ENADE, serviria para auxiliar na busca de melhoria nos padrões de qualidade dos cursos, tem-se um quadro bastante complicado, já que em 2006 foi realizada, pela primeira vez, a avaliação de desempenho dos alunos de Turismo em quase todas as instituições que possuíam alunos concluintes e ingressantes. Tal fato permitiu verificar que, além do alto número de instituições com notas abaixo de três, houve um número bastante elevado de instituições que possuíam os cursos, mas não tinham alunos ingressantes ou concluintes em número suficiente para participar da avaliação.

Conforme apresentado no ENADE/2006- Relatório Síntese de Turismo, foram avaliados 397 cursos distribuídos pelas cinco regiões brasileiras, dos quais 162 aparecem sem conceito (SC) por não terem quantidade suficiente de alunos nas condições de ingressantes ou concluintes. Dos 235 cursos restantes: 6 obtiveram nota um; 64 aparecem com nota dois; 119 cursos receberam nota três; 32 cursos receberam nota quatro; e apenas 14 cursos receberam nota cinco.

Esse quadro não pode ser considerado por si só, conforme explicitado pelo próprio MEC, que criou o ENADE dentro de um sistema avaliativo mais amplo, que envolve as avaliações externas feitas pelas Comissões de Especialistas e as avaliações internas, realizadas pelas Comissões Próprias de Avaliações. No entanto, as instituições utilizam-se única e exclusivamente de seus resultados, quando positivos, para efeitos de divulgação, mas quando negativos parecem entrar em estado de inércia, ou de caça aos culpados, começando pelas coordenações e depois pelos professores.

De qualquer forma, os resultados não são bons para os cursos de Turismo, conforme já era esperado pelos especialistas da área e exemplificado na afirmação feita por Luiz Gonzaga Godoi Trigo em seu texto de apresentação do livro de Ansarah (2002, p. 11-12): “Com base em minha experiência na Comissão de Especialistas do Ensino no MEC, atrevo-me a dizer que se houvesse Exame Nacional de Cursos (provão) em turismo, os resultados seriam comprometedores.”

O que é intrigante nesse processo de avaliação negativa dos cursos de Turismo pelas comissões de especialista, é justamente o intenso crescimento do número de cursos que foram sendo aprovados e reconhecidos pelo Brasil afora, o que pode ser um indicador de que um Manual de Padrões de Qualidade não é um recurso suficiente para processos tão complexos como a avaliação de cursos superiores. A avaliação negativa e o crescimento dos cursos de Turismo são apenas alguns indicadores dentre os vários problemas que a área de Turismo no ensino superior vem enfrentando. Cabe esclarecer que, em 1996, as comissões de especialistas³¹, que tinham acabado de ser reorganizadas, tiveram um papel importante diante da quantidade de cursos que estavam aguardando autorização do MEC, pelo menos naquele momento. Segundo Trigo (2000, p.247),

No caso de turismo e hotelaria os resultados foram preocupantes: cerca de 70% dos processos não passaram pelos padrões mínimos de exigência e foram devolvidos às suas Instituições Superiores de Ensino para serem refeitos. Quem fez esses projetos? Não foram os alunos, mas professores, coordenadores e consultores, e eles não sabiam o que estavam fazendo.

Outra questão que merece ser referenciada é quanto à tendência dos estudos relacionados com a formação em Turismo, que discutem ou apresentam quase que unanimemente que a função das empresas de turismo é proporcionar a plena satisfação dos desejos e necessidades dos turistas, obtendo lucros por meio de suas atividades. Tratando-se do mercado capitalista, não há outra função para as empresas de turismo a não ser essa mesma, mas tratando-se da formação universitária, acadêmica e científica que deve embasar a educação do profissional, o problema está em não discutir criticamente a atuação de tais empresas, em não discutir suas reais obrigações e funções sociais para com a comunidade em que estiverem inseridas.

Ainda no que diz respeito à formação do profissional em Turismo, vale destacar que, ao mesmo tempo em que aparecem reflexões que afirmam que “A educação em turismo deve considerar a atuação no mercado turístico para direcionar a formação dos alunos sem desprezar a produção do saber turístico” (ANSARAH, 2002, p.46),

³¹ Em 1996, os cursos de Turismo e Hotelaria eram avaliados pela Comissão de Especialistas do Ensino de Administração. Somente em 1999 foi criada uma Comissão de Especialistas de Turismo e Hotelaria.

encontra-se a defesa de que a capacitação pode se dar por meio de diferentes níveis³², como a atuação em operações (1º nível), a chefia operacional (2º nível), os serviços técnicos (3º nível), a direção/gestão (4º nível) e os serviços logísticos (5º nível). A expressão “saber turístico”, referida acima, parece estar relacionada às discussões propostas por Moesch (2002), em que expressa a importância econômica e mercadológica dada ao fenômeno turístico por grande parte de teóricos e cursos superiores, desconsiderando a preocupação metodológica de conhecimento desse fenômeno.

Em relação à produção desse saber turístico, Moesch (2002, p.13) apresenta algumas afirmações questionadoras e provocadoras quanto à função das universidades, sugerindo que elas não estão cumprindo seu papel de inovar, de propor novas abordagens, mas apenas de seguir os caminhos propostos pelo mercado:

A produção do saber turístico de modo geral, e de modo específico no Brasil, tem se constituído num conjunto de iniciativas, prioritariamente, do setor privado/empresarial e menos da academia, sejam universidades e/ou faculdades, públicas ou privadas. O saber turístico assim produzido é reduzido às informações e sistemáticas sobre o seu setor produtivo. Este contexto permite delinear a hipótese de que o saber turístico é um fazer-saber, não existindo saber além daquele que resulta de um fazer-saber.

Dessa forma, constata-se mais um exemplo de concepções cheias de amálgamas e contradições que se encontram nos discursos sobre o que devem conter os projetos pedagógicos dos cursos, que ficam entre a formação do estudante voltada para a adequação às necessidades do mercado de trabalho e as prescrições de uma formação humanista, crítica e socialmente responsável.

Ainda discutindo a afirmação sobre a formação profissional em Turismo e a sua capacitação proposta em cinco níveis, é possível depreender que esse tipo de configuração representa um pensamento fragmentado, e porque não dizer, permeado por influências e concepções de uma educação pautada na separação entre os que pensam e os que fazem, como apontado o item anterior. Essa separação ocorre de fato. Muitos cursos ainda estão estruturados segundo esses pressupostos, à medida que propõem uma

³² Os níveis de atuação do profissional de Turismo abordados por Ansarah (2002) se fundamentam na obra *As profissões no sector do turismo* de Acácio Duarte, publicada pelo Instituto Nacional de Formação Turística de Lisboa em 1998.

carreira que pode se iniciar no campo operacional para quem faz os cursos técnicos e tecnológicos e alcançar o campo de gestão, planejamento e decisão para quem fizer os cursos de bacharelado.

Apesar de essa separação entre os que pensam e os que executam existir nos projetos pedagógicos e aparecer, inclusive, nas primeiras propostas das diretrizes curriculares dos cursos de Turismo, o mercado de trabalho costuma receber os formandos quase sempre nos níveis mais operacionais e técnicos, não se importando se a formação do egresso foi em nível de tecnologia ou bacharelado, como se pôde constatar na pesquisa para a dissertação de mestrado, realizada com egressos de um curso de tecnologia em hotelaria³³.

A diversidade de modalidades de cursos em que o Turismo é oferecido nas instituições de ensino no Brasil, como de níveis técnico, tecnológico, seqüencial e de bacharelado, tem causado inúmeros questionamentos por parte dos alunos e do empregador, deixando professores e coordenações desnorteados por não saberem exatamente a diferenciação entre um nível e outro. Esse problema retoma um tema abordado em minha dissertação de mestrado, quando estava analisando a avaliação que os egressos dos cursos de tecnologia faziam sobre sua formação. Naquela oportunidade, tentei explicitar, detalhadamente, que não estava questionando a existência de cursos com propostas de formação diferenciadas, mas estava querendo

[...] deixar registrado que o problema está na reprodução sob nova roupagem teórica da velha dicotomia entre o pensar e o fazer impressos a eles, fortalecendo concepções de que o trabalho operacional deve sempre ser relegado aos menos afortunados, enquanto que o empreendedorismo, o pensar crítico, os conhecimentos culturais, devem ser realizados por quem tem mais condições intelectuais e financeiras para dar continuidade aos seus estudos. (CARNEIRO, 2002, p. 82)

Goodson (1998, p.88), no estudo que realizou sobre a utilização do conceito de “mentalidades diferentes e de diferentes currículos”, examinou obras educacionais sobre

³³ Pesquisa realizada para a dissertação de mestrado *O olhar dos egressos do curso superior de tecnologia em hotelaria sobre sua formação* (2002). Dentre a população de egressos que perfazia um total de 740 formandos que colaram grau de 1991 a 2000, foram localizados 486 egressos. Dos 486 egressos localizados, foram obtidas respostas de 269, perfazendo um percentual de 55% (cinquenta e cinco por cento) de retorno. Para a obtenção do maior número de respostas possíveis, o trabalho foi realizado de outubro de 2000 a abril de 2001, possibilitando a conclusão dos relatórios nos meses de maio e junho de 2001.

a pedagogia na Inglaterra, no período de 1770-1850, das quais se destaca a seguinte constatação para exemplificar a afirmação sobre “nova roupagem teórica da velha dicotomia entre o pensar e o fazer” explicitada acima:

No processo para favorecer a “cabeça mais do que as mãos”, novos padrões de diferenciação e exame começaram a surgir na escolarização secundária inglesa na metade do século XIX. Na década de 1850, a escolarização estabeleceu vínculos com universidades através da criação dos primeiros conselhos de exame. Estava aí uma resposta estrutural aos privilégios das classes superiores e ao seu conhecimento abstrato aliado à cabeça. Naturalmente, as universidades destinavam-se a “mentes refinadas” e desenvolviam currículos para “treinar a mente”. Estavam inequivocadamente reservadas à “cabeça mais do que às mãos”. O “treinamento da mente” era, sem dúvida, exclusividade delas.

É fundamental que os projetos pedagógicos dos cursos superiores de Turismo, além de explicitarem em que teoria filosófica se fundamenta o saber a ser transmitido que tenham clareza também sobre a existência da dicotomia entre o saber e o pensar que, ao que parece, acompanha a discussão curricular desde o século XVIII.

Em relação aos aspectos teóricos que devem ser claros nos projetos pedagógicos dos cursos, é necessário entrar na discussão sobre as exigências de flexibilização curricular e estabelecimento do perfil profissional desejado, partindo-se do pressuposto de que as diretrizes curriculares não podem ser vistas como amarras ao curso, ou como modelo a ser seguido, mas como parâmetros que contêm alguns indicadores sobre a formação superior, podendo ser questionados ou não, para que os cursos no país possam se nortear.

Todavia, a realização de estudos preliminares, as reuniões entre coordenações³⁴ para debater as propostas para elaboração do documento final das diretrizes curriculares e os documentos produzidos durante o processo de aprovação levaram muitos cursos para um caminho próximo ao da padronização curricular.

O documento da comissão de especialistas do MEC da área de Turismo que versa sobre o padrão mínimo de qualidade promoveu, ainda que esse não fosse seu objetivo, certa padronização na estruturação curricular e nas atividades curriculares

³⁴ Na época da realização dessas reuniões, entre 1999 e 2001, das quais participei de dois encontros, atuava como coordenadora de cursos de Tecnologia em Turismo, Tecnologia e bacharelado em hotelaria.

desenvolvidas pelas diferentes instituições de ensino. Haja vista as práticas pedagógicas que permeiam praticamente quase todos os cursos de São Paulo como: elaboração de Plano Diretor de Turismo ou de Desenvolvimento Turístico Municipal, realização de semanas de turismo, elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso, elaboração de trabalhos interdisciplinares e, por fim, vivência em estágios profissionalizantes (ANSARAH, 2002).

Diante desse quadro, muitos projetos pedagógicos dos cursos de Turismo, sejam de bacharelado ou de tecnologia, esqueceram-se da orientação para uma formação diferenciada, esqueceram-se da caracterização real dos alunos de determinada instituição, oriundos de realidades diferentes, esqueceram-se das próprias características da instituição e da região em que estavam inseridos.

CAPÍTULO III - Formação de profissionais nos cursos superiores de Turismo: uma discussão curricular

Nos capítulos anteriores, buscou-se esboçar alguns traços sobre as condições de exclusão social no Brasil e sua relação com o desenvolvimento do Turismo, por meio da exposição e análise de pesquisas direcionadas a determinadas localidades turísticas, na medida em que grande parte delas se localizam no nordeste, a região mais pobre do mapa geopolítico do país. Os capítulos anteriores apresentaram a contextualização necessária para iniciar os estudos sobre os cursos superiores em Turismo e a formação de profissionais que possam atuar dentro de tal contexto.

Entretanto, neste capítulo, os estudos sobre os cursos superiores se concentraram na discussão curricular, a partir das matrizes curriculares de cursos de dez IES do estado de São Paulo e não da Região Nordeste, porque é na Região Sudeste que se concentra o maior número de cursos superiores do Brasil e, inclusive, os cursos que obtiveram melhor avaliação no ENADE/2006 e no Guia dos Estudantes/2006, como explicado na Metodologia desta tese. Além disso, cabe esclarecer que o profissional em turismo tem como base de sua atuação não apenas a cidade em que se formou ou reside, mas também as cidades de seu país e do mundo.

Ao realizar leituras e pesquisas para este trabalho constataram-se em muitas publicações e em referências documentais para a formação do profissional de turismo ambigüidades e contradições que refletem a ausência de uma discussão mais aprofundada sobre currículo, no campo conceitual e político-social do currículo.

Pode-se dizer que faltou, e ainda falta, nesses trinta e três anos em que o Turismo vem se constituindo como um campo de saber, o entendimento do conceito de currículo como uma opção historicamente constituída, dentro de um determinado contexto político com suas especificidades sociais, culturais e educacionais, ou seja, como afirma J.G Sacristan (1998, p.17-18), com “valores e pressupostos que é preciso decifrar”. É nessa direção que esta tese pretende seguir ao tentar traçar um pouco as especificidades políticas, econômicas, sociais e culturais que formam as redes em que o curso superior de Turismo se inseriu.

Ressalta-se que uma discussão curricular no campo do Turismo precisa passar por sua conceituação, pelo entendimento de sua extensão, de sua profundidade e de sua representatividade como uma área do saber e pelo seu desdobramento em um curso superior. A análise curricular é um elemento central para a proposta de projetos alternativos que visem contribuir para mudanças no sistema educacional, político e econômico em que estiver inserido um determinado curso, e, não para simplesmente adequar-se às necessidades sociais que a mercantilização da economia estabelece. Esse é o eixo que conduz este trabalho, permeando de forma direta ou não as reflexões aqui produzidas.

Quando se fala do currículo escolar como um artefato social, produzido historicamente, é necessário entender que nessa produção há um processo de escolhas, de intencionalidades, de interesses e, logicamente, de arbitrariedades, que não pode ser menosprezado, deixado ao largo, sem que seja feita uma análise significativa para o objetivo almejado, que, nesse caso, é a inserção da concepção de inclusão social sob uma perspectiva não-liberal no currículo de cursos superiores de Turismo³⁵.

Da mesma forma que o currículo é resultado das produções sociais, dos pensamentos e contradições de uma época, ele produz pensamentos, ações e sujeitos diferenciados, e é a partir dessa lógica dialética que se acredita ser possível a promoção de transformações sociais, a partir de mudanças que ocorram em um determinado currículo. Isso significa que [...] “É preciso reconhecer que a inclusão ou exclusão no currículo tem conexões com a inclusão ou exclusão na sociedade”, como afirmado por Tomaz Tadeu da Silva, em sua apresentação do trabalho de Goodson (1998, p.10).

Nessa discussão sobre a inserção do Turismo no ensino superior e as implicações resultantes desse processo, está-se adotando um caminho de análise apontado por Goodson (1998) como “o currículo como fato”, no sentido de que se pretende discutir não necessariamente a prática curricular, mas os parâmetros, as bases e as fontes que o sustentam.

No documento elaborado para subsidiar as atuais diretrizes curriculares dos cursos de graduação, há uma parte introdutória que tenta contextualizar a necessidade de mudanças em relação à organização estrutural dos cursos superiores no Brasil,

³⁵ O que não significa acrescentar ou retirar disciplinas nos currículos dos cursos, como será esclarecido no desenvolvimento do capítulo.

começando pelo aspecto da organização curricular, ou seja, pela necessidade de superar a idéia de uma organização de um currículo mínimo e um currículo pleno, afirmando que:

O modelo de currículos mínimos implicava elevado detalhamento de disciplinas e cargas horárias, a serem obrigatoriamente cumpridas, sob pena de não ser reconhecido o curso, ou até não ser autorizado quando de sua proposição, o que inibia as instituições de inovar projetos pedagógicos, na concepção dos cursos existentes, para atenderem às exigências de diferentes ordens [...] (BRASIL, 2002)

As IES se estruturaram, ao longo das últimas décadas, nas concepções de currículo estabelecidas por agentes que representavam suas necessidades de organização. Sendo assim, o estabelecimento de um currículo mínimo não era uma propositura apenas dos representantes governamentais, mas daqueles que os indicavam. Nesse período, para as instituições da rede privada, que tinham que contar com seus rendimentos, não havia nada melhor do que ter suas estruturas curriculares equiparadas às da rede pública, e mesmo de outras IES privadas do país. Além, é claro, de ter garantidas certas facilidades na organização de seu funcionamento, no sentido do oferecimento de disciplinas engessadas em uma grade curricular e agrupadas em departamentos, como exemplificado a seguir:

[...] Ademais, os currículos mínimos profissionalizantes se constituíam numa exigência para uma suposta igualdade entre os profissionais de diferentes instituições, quando obtivessem os seus respectivos diplomas, com direito de exercer a profissão, por isto que se caracterizavam pela rigidez na sua configuração formal, verdadeira “grade curricular” dentro da qual os alunos deveriam estar aprisionados, submetidos até aos mesmos conteúdos previamente detalhados e obrigatoriamente repassados, independentemente de contextualização, com a visível redução da liberdade de as instituições organizarem seus cursos de acordo com o projeto pedagógico específico ou de mudarem essas atividades curriculares e seus conteúdos segundo as novas exigências da ciência, da tecnologia e do meio.

Desta forma, os currículos mínimos profissionalizantes, rigidamente concebidos na norma, para serem observados nas instituições, não mais permitiam o alcance da qualidade desejada segundo a sua contextualização no espaço e tempo. Ao contrário, inibiam a inovação e a diversificação na

preparação ou formação do profissional apto para a adaptabilidade!...] (BRASIL, 2002)

Esse engessamento e fragmentação do conhecimento se mantêm até os dias atuais, por mais que a LDB nº 9.394/96 e as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação tenham se colocado como mecanismos para favorecer a autonomia do ensino, por meio da flexibilidade curricular e pedagógica das IES públicas e privadas do país. Esse argumento não pode ser lido e entendido de forma neutra, desprezando-se o intenso debate que circunda a questão do embasamento neoliberal desses instrumentos legais no Brasil, lembrando que a elaboração e aprovação de toda estrutura do ensino superior deu-se durante os anos de transformações econômicas apresentadas durante o primeiro e segundo capítulos deste trabalho.

Para alguns estudiosos³⁶ do assunto, a LDB nº 9.394/96 ampliou os espaços de privatização e de transformação da educação em prestação de serviço, que pode ser comprado e contratado. Para tanto, deve estar dentro das normas definidas pelo mercado, à medida que a proposta de flexibilização teve o objetivo de favorecer a ampliação das matrículas e a necessidade de expansão do ensino privado para receber a alta demanda da sociedade brasileira que não conseguia ser atendida pelo setor público.

Na verdade, constata-se a maneira pela qual o governo brasileiro respondeu às cobranças de órgãos financiadores internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, a respeito do itinerário de crescimento econômico que deveria ser seguido, incluindo-se aí as questões educacionais. Desta vez, no entanto, as exigências foram no campo da Educação Superior e não da Educação Básica, como ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970.

Para Luiz Fernandez Dourado (2002), a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, um dos princípios definidores da Educação Superior, sofreu o maior impacto das políticas propostas. Da maneira como foram implementadas pelas IES públicas e privadas, principalmente no aspecto referente à flexibilização curricular e pedagógica que passou a ser utilizado apenas como critério mercadológico, ou seja, como mecanismo de atratividade de novos alunos interessados em profissionalização imediata para inserir-se no mercado de trabalho, a estruturação curricular foi

³⁶ Gentili (1998), Dourado (2001, 2001a, 2002); Cunha (1989, 1996), Catani, Oliveira (2002), entre outros.

desvinculada do desenvolvimento da pesquisa e das atividades de extensão das universidades.

Alguns dos exemplos dessa indissociabilização podem ser encontrados nos mecanismos que possibilitaram a criação de figuras institucionais como os Centros Universitários, que tinham como principal característica a oferta de um ensino de qualidade, não sendo obrigado a desenvolver pesquisa; e nos processos de credenciamento de novas universidades privadas que, em muitos casos, não consideraram a existência real de atividades de pesquisa e seu relacionamento com os cursos de graduação.

É importante esclarecer que, para o debate sobre Educação Superior, a questão da indissociabilização entre ensino, pesquisa e extensão é o eixo de sustentação de uma universidade e de sua possibilidade de contribuição social, não só por meio do fornecimento de uma mão-de-obra qualificada pela formação superior profissional, mas pela possibilidade de interferência nos problemas sociais, trazendo à tona novamente, a discussão de Boaventura de Souza Santos sobre o papel das universidades na construção de um projeto nacional.

1. Especificidades das Diretrizes Curriculares de Turismo: o perfil profissional

Neste momento do trabalho, torna-se esclarecedor apresentar o perfil profissional proposto nos diferentes estágios de discussão das Diretrizes Curriculares até sua aprovação final, considerando inclusive o perfil utilizado pelo ENADE/2006 para realizar sua avaliação do curso. Serão apresentadas posteriormente, transcrições dos trechos relativos ao perfil do profissional que as universidades selecionadas para análise nesta pesquisa divulgam em seus *endereços eletrônicos*.

Comparando-se os textos que apareceram nos documentos relativos às diretrizes curriculares, até sua efetiva instituição em 2006, percebe-se que, enquanto no **Quadro 11** há uma clara indicação dos níveis graduais de tomada de decisão, ou seja, uma referência aos diferentes níveis de formação do profissional no campo da operacionalização e no campo da gestão, tal preposição não consta do **Quadro 12**, sendo retomada no **Quadro 13**, que se refere ao texto que institui, de fato, as diretrizes curriculares de turismo em 2006, válido até a presente data.

Essa referência aos diferentes níveis de formação, precisa ser discutida pelos diversos cursos da área, procurando entender o que está de fato subentendido nesses níveis graduais de tomada de decisão. Está por trás intenções de reserva de mercado? Sabe-se que existe um movimento no setor para se conseguir a regulamentação da profissão³⁷. Está por trás as diferenciações entre a formação em nível de tecnologia e bacharelado? Enfim, uma simples expressão pode trazer inúmeros significados e, conseqüentemente, diferentes entendimentos que, ao invés de representar um enriquecimento para a estruturação epistemológica da área, enfraquece-a, uma vez que a divide em grupos com argumentos direcionados aos interesses de competição de mercado, de fragmentação do conhecimento e de manutenção da concepção educacional calcada em títulos e nos direitos diferenciados que conferem aos titulados.

Quadro 11 - Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design

Art. 8º. O Curso de graduação em turismo deve ensinar, para o perfil desejado do graduando, condições para que o bacharel esteja capacitado a compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais relacionadas com o mercado turístico e de seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional.

Fonte: CES/CNE, 2002

Quadro 12 - Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação em Turismo

Quanto ao perfil desejado, o curso de graduação em Turismo deverá oportunizar a formação de um profissional apto a atuar em mercados altamente competitivos e em constante transformação, cujas opções possuem um impacto profundo na vida social, econômica e no

³⁷ Conforme apresentado por Marlene Matias (2002) em seu livro Turismo: formação e profissionalização (30 anos de história), a luta pela regulamentação da profissão teve seu início em 1975 com apresentação de projetos de lei em 1979, 1983, 1984 (todos solicitavam a regulamentação da profissão de Técnico em Planejamento Turístico); 1991 (regulamentação da profissão de Técnico em Turismo) que tramitou no Congresso durante anos, sendo vetado em 1996. Ainda segundo Matias (2002, p. 27) “Visando regulamentar a profissão de Turismólogo, a ABBTUR/Nacional tem buscado apoio junto às diversas entidades de classe do Setor de Turismo e à EMBRATUR. Os resultados dessa articulação foram as Deliberações Normativas publicadas pela EMBRATUR;

- Deliberação Normativa nº 390, de maio de 1998, que regulamenta a atividade do bacharel em turismo.
- Deliberação Normativa nº 395, de 18 de setembro de 1998, que, considerando a necessidade de estabelecer padrões de conduta ética pelos quais os profissionais responderão perante seus usuários e categoria, institui o Sistema de cadastramento dos bacharéis em Turismo junto à EMBRATUR.”

meio ambiente, exigindo uma formação ao mesmo tempo generalista, no sentido tanto do conhecimento geral, das ciências humanas, sociais, políticas e econômicas, como também de uma formação especializada, constituída de conhecimentos específicos, sobretudo nas áreas culturais, históricas, ambientais, antropológicas, de Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural, bem como o agenciamento, organização e gerenciamento de eventos e a administração do fluxo turístico.

Fonte: CES/CNE, 2003

Quadro 13 - Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação em Turismo

Art.3º. O curso de graduação em turismo deve ensejar, como perfil desejado do graduando, capacitado (*sic*) e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais, relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional.

Fonte: CES/CNE, 2006

Nos **Quadros 11 e 13** há referências sobre a flexibilidade e adaptabilidade exigidas em cursos profissionalizantes, principalmente quando o sistema educacional se apropria, de fato, das transformações que a globalização proporciona ao mercado de trabalho. As diretrizes curriculares dos cursos de Tecnologia foram as primeiras a trazer para o campo da discussão educacional os conceitos de flexibilização e adaptabilidade às exigências de mercado, a partir do trabalho educacional desenvolvido por competências

Entretanto, no **Quadro 12**, o discurso se modifica um pouco, retirando os termos flexibilidade e adaptabilidade, colocando responsabilidade na formação do profissional de forma que ele consiga estar preparado para atuar em mercados competitivos e em transformação, chamando a atenção para os impactos sociais, econômicos e no meio ambiente que tais transformações podem provocar, criando dessa forma mais responsabilidades para a formação do profissional de turismo, devendo proporcionar uma formação generalista, como proposto por Cunha (1989), ao lado da formação específica.

Contudo, nesse trajeto de construção das diretrizes curriculares, o perfil que ficou válido para os cursos se pautarem está no **Quadro 13**, que é uma retomada da

primeira proposta exposta no **Quadro 11**, o que empobrece as possibilidades de construção dos projetos pedagógicos dos cursos e os deixam claramente vinculados aos interesses mercadológicos.

Como foi explicado na parte referente à Metodologia desta pesquisa, uma equipe de especialistas em turismo foi responsável por propor indicadores para a elaboração da Parte Específica da Prova do ENADE/2006 e essa mesma equipe, partindo das competências e habilidades estabelecidas pelas diretrizes curriculares do curso em vigor (**Quadro 13**), explicitaram seu entendimento sobre o perfil profissional da área, segundo o qual os alunos deveriam ser avaliados. Pelo exposto no **Quadro 14**, percebe-se uma grande diferença de pensamento e encaminhamento quanto ao que se espera de um profissional formado em cursos superiores de Turismo. No perfil traçado por essa equipe, aparece, pela primeira vez, os termos ética, responsabilidade social, gestão sustentável, visão crítica e reflexiva e capacidade em dimensionar os efeitos do fenômeno turístico.

Quadro 14 - Perfil profissional ENADE

| |
|---|
| O turismólogo deve ter formação humanística, técnica e científica que possibilite sua atuação profissional, individual e em equipe, com responsabilidade social e ética nas diversas atividades turísticas voltadas ao planejamento e gestão sustentável de destinos, serviços e organizações de âmbito público e (ou) privado. Deve ter também visão crítica e reflexiva frente a novos desafios, com capacidade para dimensionar os efeitos deste fenômeno no meio físico, sociocultural, econômico-mercado lógico e político-legal aos níveis local, regional e internacional. |
|---|

Fonte: RELATÓRIO Síntese, ENADE/ 2006.

Talvez esse perfil (Quadro 14) proposto para se implementar a avaliação do ENADE/2006 tenha sido responsável pelo fato de parte dos alunos não ter sido bem avaliada nas questões discursivas referentes à formação geral e à formação específica. Ao ler os quadros a seguir, relativos ao perfil profissional adotado pelas universidades que foram mais bem avaliadas no ENADE/2006 e pelo Guia dos Estudantes/2006, é nítida a diferença com relação ao perfil proposto no quadro 14, pelo menos para a maioria. Como era de se esperar, as IES procuraram seguir o perfil estabelecido nas Diretrizes Curriculares, e isso tem sido um dos pontos de debate sobre a inadequação da prova do ENADE/2006 em relação ao trabalho desenvolvido pelas instituições de ensino.

Nesta análise dos textos sobre o perfil profissional proposto pelas instituições pesquisadas, destaca-se uma formatação de conteúdos próximos uns dos outros, e dentro das indicações sugeridas pelas atuais Diretrizes Curriculares (**Quadro 13**), o que sugere em um primeiro olhar, certa padronização, como comentado anteriormente. É visível a ênfase no discurso voltado para o mercado de trabalho, para atuação em agências, hotéis, nas áreas de gastronomia, lazer, eventos e transportes, já que esse tem sido o grande fator de atratividade utilizado por muitas universidades. Expressões relacionadas à sustentabilidade, responsabilidade social e ética aparecem de forma explícita no texto de cinco cursos, trazendo à tona a indicação da formação humanística.

Quadro 15 - Perfil profissional UNIBERO, São Paulo

O curso forma bacharéis aptos a atuar no Planejamento e na Gestão do Turismo, com destaque aos aspectos socioambientais, culturais e empresariais da atividade. Profissionais com este perfil são fundamentais para que o turismo brasileiro desenvolva-se de maneira sustentável (grifo meu) e amplie ainda mais a geração de empregos e de divisas já registrada atualmente.

Fonte: *Site* oficial do Centro Universitário Ibero-Americano- Unibero-SP, 2007.

Quadro 16 - Perfil profissional UNISAL, Lorena

O Curso de Turismo pretende capacitar o profissional tanto para enfrentar os desafios regionais, como para atuar no mercado nacional e internacional, considerando que vivenciamos um crescimento dos investimentos na rede hoteleira, das facilidades de viagens, do aumento das agências de turismo, das ofertas de lazer, de valorização do turismo como formação cultural e de integração com o local visitado.

Para atuar, o profissional, além da formação teórica e prática, necessita de uma formação que lhe dê condições de elaborar projetos, de conhecimento sobre a legislação do turismo, de elementos de administração de empresas e de marketing, conhecimento sobre organização de eventos, de fundamentos de educação para o lazer e de gerenciamento de hotéis, além de uma ampla formação cultural (grifo meu), na área do patrimônio arquitetônico, das artes, da museologia, do folclore, da geografia, da história e da comunicação.

Fonte: *Site* oficial do Centro Universitário Salesiano de Lorena- UNISAL- SP, 2007

Quadro 17 - Perfil profissional PUC CAMPINAS, Campinas

O profissional graduado pela PUC-Campinas está habilitado a identificar as condições naturais, históricas, culturais, econômicas e humanas capazes de gerar recursos em benefício do desenvolvimento de uma cidade, região, estado ou país através do turismo (grifo meu). Também está capacitado para planejar, organizar e administrar empreendimentos de natureza turística.

Fonte: *Site* oficial da Pontifícia Universidade Católica de Campinas- PUC-CAMPINAS, 2007.

Quadro 18 - Perfil profissional PUC-SP, São Paulo

O Bacharel em Turismo da PUC-SP é o profissional que alia uma visão humanística e global a uma sólida, competente e crítica bagagem técnico-científica (grifo meu), que o habilite a tomar decisões inovadoras de forma responsável e ética (grifo meu). Busca capacitá-lo a problematizar o significado e a prática da indústria do turismo, a planejar e gerenciar empreendimentos, prestar serviços de assessoria técnica e propor intervenções que visem ações turísticas econômico-social e ambientalmente sustentáveis (grifo meu).

Fonte: *Site* oficial da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC-SP, 2007.

Quadro 19 - Perfil profissional Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo

O curso de Turismo da Anhembi Morumbi é voltado a estimular sua visão de negócios e seu talento na gestão empreendedora (grifo meu), o que o tornará um profissional plenamente capacitado a atuar nas principais empresas de Turismo e Negócios do Entretenimento.

Fonte: *Site* oficial da Universidade Anhembi Morumbi- SP, 2007.

Quadro 20 - Perfil profissional UMESP, São Bernardo do Campo

Você receberá capacitação técnica, teórica e prática que o habilita para o ingresso nos vários segmentos do mercado turístico, em especial as empresas responsáveis pelo agenciamento de viagens e turismo, hotelaria, setores de transporte de passageiros, gastronomia, organização de eventos, lazer e recreação, planejamento turístico. Estará apto para atividades de gestão estratégica, planejamento de marketing turístico, organização e supervisão de eventos, técnicas publicitárias, legislação turística, planejamento e organização de roteiros, gestão de serviços de hospedagens, etc.

Fonte: *Site* oficial da Universidade Metodista de São Bernardo do Campo- UMESP, 2007.

Quadro 21 - Perfil profissional UNIMEP, Piracicaba

Graduação Tecnológica A formação profissional em Turismo possui um fundamento multidisciplinar, sendo uma das mais versáteis da sociedade, pois permite atuação em diversas áreas de trabalho que buscam, como fim último, a promoção da qualidade de vida do ser humano (grifo meu) Como uma profissão que agrega valores de formação, teoria e prática, capacita bacharéis para atuar desde os círculos acadêmicos, técnicos e universitários, até os meios empresariais, em atividades que promovam o desenvolvimento econômico e social. Considerando o potencial turístico do Brasil, é fácil avaliar a importância desse profissional no desafio de construir uma infra-estrutura receptiva que transforme recursos em atrativos, competentemente preparados para atender ao fluxo sempre crescente do turismo em nosso país e no mundo.

Fonte: *Site* oficial da Universidade Metodista de Piracicaba- UNIMEP, 2007.

Quadro 22 - Perfil profissional USJT, São Paulo

O bacharel é preparado para desempenhar atividades relacionadas à organização, ao planejamento e ao gerenciamento de Empresas de Turismo, observando os aspectos legais necessários à sua implantação e manutenção. O levantamento de áreas que sirvam para fins turísticos e que possuam maiores condições de desenvolvimento econômico, social, político e cultural faz parte das atividades de planejamento do profissional. Este pode exercer suas funções em agências de viagens, por meio de supervisão e treinamento do pessoal ligado à recepção, setor de atendimento, alojamentos hoteleiros e extra-hoteleiros, transportadoras, entretenimentos, animações e promoções. O profissional pode atuar também em conjunto com setores de difusão artística e cultural e instituições recreativas, sejam elas públicas ou privadas.

Fonte: *Site* oficial da Universidade São Judas Tadeu- SP- USJT, 2007.

Quadro 23 - Perfil profissional USP, São Paulo

Dada a abrangência da estrutura curricular, o curso visa formar desde o profissional de planejamento em turismo até o empreendedor, que opta por um negócio próprio (grifo meu). A profissão que, em suma, está em ascensão num mundo que caminha para a maior valorização do tempo ocioso e para as possibilidades que se abrem com o processo de globalização.

Fonte: *Site* oficial da Universidade São Paulo- USP, 2007.

Quadro 24 - Perfil profissional UNISO, Sorocaba

O curso de Turismo forma profissionais éticos e críticos (grifo meu), para intervirem no fenômeno turístico regional, nacional e internacional. O enfoque do curso é a área de planejamento (que ordena comunidades para o receptivo turístico); as viagens e seus impactos culturais, econômicos e sociais; lazer, qualidade de vida e eventos que promovam deslocamentos humanos.

Fonte: *Site* oficial da Universidade de Sorocaba- UNISO-SP, 2007.

Praticamente todas as instituições se propõem a formar para o planejamento e gestão do turismo, com exceção da Universidade Anhembi Morumbi, que é clara e direta ao informar que “o curso é voltado a estimular a visão de negócios e o empreendedorismo, formando profissionais plenamente capacitados a atuar nas principais empresas de Turismo e Negócios do Entretenimento”.

Historicamente, sempre houve, no meio acadêmico, caracterizações quanto aos cursos oferecidos pela Anhembi Morumbi e pela USP, já que foram as duas primeiras a lançar o curso em nível superior. Mas, como uma instituição é privada e a outra é pública, e pelas disciplinas que passaram a oferecer nas grades curriculares,

caracterizou-se que o curso oferecido pela Anhembi era mais voltado ao mercado de trabalho, enquanto o curso da USP era específico para a formação de planejadores, que teriam como campo de atuação as secretarias públicas de turismo ou empresas voltadas para consultoria e assessoria de serviços turísticos.

Infelizmente, para a maioria das instituições que oferecem o curso, esse debate entre a formação para o mercado de trabalho ou para o planejamento se tornou a base principal para muitos processos de elaboração e reestruturação curricular da área, desprezando-se, dessa forma, a possibilidade de romper com a velha dicotomia entre o saber e o fazer. Esse debate desconsidera a força do turismo como uma forte atividade econômica e suas conseqüências políticas, sociais, culturais e a responsabilidade social e ética do profissional em quaisquer campos de atuação; desconsidera, ainda, a concepção sugerida pela OMT de que o turismo também pode ser um fator importante para a diminuição das desigualdades sociais.

2. Organização curricular dos primeiros cursos de Turismo

Ao adentrar no campo da organização curricular dos cursos de Turismo é preciso retomar o momento histórico em que passou a ser oferecido em nível superior, demonstrando as primeiras e últimas estruturas curriculares das três IES que as ofereceram, com o objetivo de visualizar as mudanças ocorridas em um intervalo de 33 anos de história na formação dos profissionais de turismo. Essa demonstração tem sua relevância por tratar-se de currículos que certamente influenciaram a institucionalização da área, servindo de exemplos e modelos para outras instituições, inclusive de outros estados brasileiros.

Celeste Filho (2002) encontrou em sua pesquisa as grades curriculares criadas pelas primeiras IES³⁸ de São Paulo, referentes ao ano de 1975, quando as turmas estavam se formando. Para efeito de uma visualização das mudanças no desenho curricular do curso, serão apresentadas a seguir as grades curriculares das três IES em 1975.

³⁸ O primeiro curso foi oferecido pela Faculdade de Turismo do Morumbi, atualmente denominada Universidade Anhembi Morumbi, seguida pela Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas, atual Centro Universitário Unibero, e pela Universidade de São Paulo.

Quadro 25 - Grades curriculares dos cursos de turismo da Faculdade de Turismo Morumbi, Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas e da Escola de Comunicação e Artes da USP, 1975,

| Primeiro currículo de Turismo da Faculdade de Turismo Morumbi | Primeiro currículo de Turismo da Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas | Currículo do Curso de Turismo da Escola de Comunicação e Artes da USP: |
|--|---|---|
| <p>1º semestre: Geografia Geral I- 64h História do Brasil I- 32h História da Cultura I- 32h Sociologia I- 32h Psicologia I (Aplicada)- 32h Matemática- 32h Teoria e Técnica do Turismo I- 64h Educação Física (Práticas Desportivas)- 32h</p> | <p>1º ano: Língua Portuguesa I- 56h Língua Espanhola I- 91h Língua Inglesa I- 91h Teoria e Técnica do Turismo I- 120h Sociologia- 58h Geografia Geral- 64h História da Cultura Universal- 120h Educação Física- 60h</p> | <p>1º semestre: Biblioteconomia- Bibliografia e Documentação- 2 créditos Fundamentos Científicos da Comunicação I- 4 créditos História da Arte- 4 créditos Comunicação Lingüística I- 3 créditos Sociologia- 3 créditos História da Cultura e da Comunicação I- 4 créditos Palestras e Seminários- 4 créditos</p> |
| <p>2º semestre: Geografia geral II- 64h História do Brasil II- 32h História da Cultura II- 32h Sociologia II- 32h Psicologia II (Social)- 32h Estatística- 32h Teoria e Técnica do Turismo II- 64h Educação Física (Práticas Desportivas) 32h</p> | | <p>2º semestre: Fundamentos Científicos da Comunicação II- 3 créditos Comunicação lingüística II- 3 créditos História da Cultura e da Comunicação II- 4 créditos Fundamentos Filosóficos da Comunicação- 4 créditos Cultura Brasileira- 3 créditos Matemática- 3 créditos Idioma Estrangeiro I- 3 créditos Palestras e Seminários- 2 créditos</p> |
| Primeiro currículo de Turismo da Faculdade de Turismo Morumbi | Primeiro currículo de Turismo da Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas | Currículo do Curso de Turismo da Escola de Comunicação e Artes da USP: |
| <p>3º Semestre: Geografia do Brasil I- 32h Cultura Brasileira I- 32h Economia I- 32h Administração I (Teoria geral da Administração)- 32h Métodos e Técnicas de Pesquisa I- 32h Teoria e Técnica do Turismo III- 128h Comunicação I- 32h Educação Física (práticas Desportivas)- 32h</p> | <p>2º ano: Língua Portuguesa II- 64h Língua Espanhola II- 66h Língua Inglesa II- 66h Teoria e Técnica do Turismo II- 96h História da Cultura Brasileira- 96h História do Brasil- 64h Economia Geral da Empresa- 62h Geografia do Brasil- 62h Metodologia da Pesquisa- 60h Teoria e Técnica da Comunicação- 62h Psicologia- 62h Educação Física- 60h</p> | <p>3º semestre: Ética e Legislação dos Meios de Comunicação- 3 créditos Introdução ao Jornalismo e à Editoração- 3 créditos Biblioteconomia- Bibliografia e Documentação- 2 créditos Fundamentos Científicos da Comunicação I- 4 créditos História da Arte- 4 créditos Comunicação Lingüística I- 3 créditos Sociologia- 3 créditos História da Cultura e da Comunicação I- 4 créditos Palestras e Seminários- 4 créditos</p> |
| <p>4º Semestre: Geografia do Brasil II- 32h Cultura Brasileira II- 32h Economia II (Teoria Econômica)- 32h Administração II (Teoria geral da Administração)- 32h Métodos e Técnicas de Pesquisa II-</p> | | <p>4º semestre: Fundamentos Históricos do Turismo I- 3 créditos Estatística Aplicada ao Turismo- 3 créditos Metodologia da Pesquisa I- 3 créditos Fundamentos Geográficos do</p> |

| Primeiro currículo de Turismo da Faculdade de Turismo Morumbi | Primeiro currículo de Turismo da Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas | Currículo do Curso de Turismo da Escola de Comunicação e Artes da USP: |
|--|--|--|
| 32h Teoria e Técnica do Turismo IV- 128h Comunicação II- 32h Educação Física (práticas Desportivas)- 32h | | Turismo I- 4 créditos Comunicação e lazer- 3 créditos Idioma Estrangeiro III- 4 créditos |
| Primeiro currículo de Turismo da Faculdade de Turismo Morumbi | Primeiro currículo de Turismo da Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas | Currículo do Curso de Turismo da Escola de Comunicação e Artes da USP: |
| 5º Semestre: Planejamento e Organização do Turismo I- 128h Economia III (Macro)- 32h Administração I (Pessoal)- 32h Contabilidade I- 32h Noções de Direito I (Instituições de Direito Público)- 32h Introdução às Técnicas de Comunicação I- 32h Estudos Brasileiros I (Problemas Sociais Contemporâneos)- 32h Educação Física (Práticas desportivas) 32h | 3º ano: Introdução à Administração- 126h Planejamento e Organização do turismo I- 126h Técnica Publicitária- 64h Relações Públicas e Humanas- 62h Contabilidade geral e da Empresa- 64h Estatística- 62h Estudo de Problemas Brasileiros- 64h Noções de Direito- 64h Educação Física- 60 h | 5º semestre: Teoria e Técnica do Turismo I- 3 créditos Análise Econômica do Turismo I- 4 créditos Sociologia Aplicada ao Turismo- 3 créditos Metodologia da Pesquisa II- 3 créditos Fundamentos geográficos do Turismo II- 4 créditos Fundamentos Históricos do Turismo II- 3 créditos Psicologia Aplicada ao Turismo- 4 créditos |
| 6º Semestre: Planejamento e Organização do Turismo II- 128h Economia III (Macro)- 32h Administração II (Material)- 32h Contabilidade II- 32h Noções de Direito II (Instituições de Direito Privado)- 32h Introdução às Técnicas de Comunicação II- 32h Estudos Brasileiros II (Problemas Sociais Contemporâneos)- 32h Educação Física (Práticas desportivas) 32h | | 6º semestre: Teoria e Técnica do turismo II- 3 créditos Psicologia Social Aplicada ao Turismo – 3 créditos Propaganda Aplicada ao Turismo- 3 créditos Administração geral- 4 créditos Relações Públicas Aplicadas ao Turismo- 3 créditos Fundamentos Geográficos do Turismo III- 3 créditos Folclore- 2 créditos Análise Econômica do Turismo II- 3 créditos |
| Primeiro currículo de Turismo da Faculdade de Turismo Morumbi | Primeiro currículo de Turismo da Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas | Currículo do Curso de Turismo da Escola de Comunicação e Artes da USP: |
| 7º Semestre: Planejamento e Organização do Turismo III- 128h Administração III (Financeira)- 32h Legislação I (Social)- 32h Estudos dos Problemas Brasileiros I- 32h Transporte I- 64h Marketing I (Administração Mercadológica- Produção)- 32h Técnica Publicitária I- 32h Educação Física (Práticas desportivas) 32h | 4º ano: Administração de Empresas Turísticas- 124h Planejamento e Organização do Turismo II- 124h Mercadologia- 62h Publicidade e Propaganda Turística- 62h Contabilidade de Custos- 64h Economia de Transportes Aéreos e de Superfície- 62h Estudo de Problemas Brasileiros- 31h Ética de legislação Turística- 64h Educação Física- 60h | 1- HABILITAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE TURISMO 7º semestre: Teoria e Técnica do Turismo III (meios de transporte)- 4 créditos Análise Econômica do Turismo III- 3 créditos Teoria Geral da organização e Administração de Empresas de Turismo I- 4 créditos Contabilidade Geral e da Empresa I- 3 créditos Problemas Brasileiros I- 2 créditos Mercadologia I- 2 créditos Direito I- 3 créditos |

| Primeiro currículo de Turismo da Faculdade de Turismo Morumbi | Primeiro currículo de Turismo da Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas | Currículo do Curso de Turismo da Escola de Comunicação e Artes da USP: |
|---|--|---|
| 8º Semestre: Planejamento e Organização do Turismo IV- 128h Administração IV (Financeira)- 32h Legislação II (Social)- 32h Estudos dos Problemas Brasileiros II- 32h Transporte II- 64h Marketing II (Administração Mercadológica- Produção)- 32h Técnica Publicitária II- 32h Educação Física (Práticas desportivas) 32h Estágio Profissional- 270h | | Matemática Financeira- 3 créditos 8º semestre: Teoria e Técnica do turismo IV (Meios de transporte)- 3 créditos Análise Econômica do Turismo IV- 3 créditos Contabilidade Geral e da Empresa II (custos) 3 créditos Direito II- créditos Teoria Geral da Organização e Administração de Empresas de Turismo II- 4 créditos Problemas Brasileiros II- 2 créditos Planejamento Empresarial em Turismo (análise de projetos) 3 créditos Mercadologia II- 3 créditos |
| | | 2- HABILITAÇÃO EM PLANEJAMENTO DO TURISMO 7º semestre: Teoria e Técnica do Turismo III (meios de transporte)- 4 créditos Análise Econômica do Turismo III- 3 créditos Teoria do Planejamento- 4 créditos Planejamento e Organização do Turismo I- 4 créditos Problemas Brasileiros I- 2 créditos Mercadologia I- 2 créditos Teorometria I- 3 créditos Contabilidade de Custos- 2 créditos |
| | | 8º semestre: Teoria e Técnica do Turismo IV (meios de transporte)- 3 créditos Análise Econômica do Turismo IV (Análise de Sistemas)- 3 créditos Mercadologia II- 3 créditos Direito I- 3 créditos Planejamento e Organização do Turismo II- 4 créditos Problemas Brasileiros II- 2 créditos Análise de Projetos (empreendimentos turísticos)- 3 créditos Teorometria II- 3 créditos |

fonte: (adaptado de CELESTE FILHO, 2002, p.106-115)

Algumas áreas do conhecimento desenvolvidas nessas primeiras matrizes curriculares dos cursos em 1975, como História, Geografia, Teorias e Técnicas de Turismo, Planejamento, Administração, Marketing, Finanças, Comunicação, Idiomas, Agenciamento e Transportes, Economia, Matemática, Estatística, Legislação, Métodos e Técnicas de Pesquisa, Psicologia e Estágio, consideradas essenciais na formação de um profissional de Turismo, permanecem até hoje, como será visto no próximo item. Isso denota a característica multidisciplinar e multifacetada dessa formação, fomentando

uma polêmica que coloca essa multidisciplinaridade para uns como fragmentação do conhecimento e para outros como um curso que forma em tudo e nada ao mesmo tempo, porque não há aprofundamento suficiente destas diversas áreas dentro do período mínimo de formação.

Essa polêmica está longe de ser resolvida e está presente não só nos cursos de Turismo, como em quase todos os cursos derivados dessa área como Hotelaria, Gastronomia, Lazer e Eventos. Em muitos cursos de Tecnologia, a resolução dessa polêmica se deu com a eliminação de disciplinas consideradas gerais ou de humanas, como Sociologia, Filosofia, Ética, História da Cultura, entre outras. O problema não está no oferecimento ou não de determinadas disciplinas, mas na ausência de um debate transparente e mais aprofundado entre dirigentes, coordenações, professores e estudantes sobre a configuração e embasamento de um determinado curso, impedindo que a universidade exerça sua autonomia, cumprindo seu papel de questionadora de modelos e padrões estabelecidos pelo mercado, pelo estado ou mesmo pela sociedade civil.

Outro aspecto que pode ser considerado nessa polêmica é se o oferecimento das disciplinas citadas consegue dar conta da complexidade dos relacionamentos sociais, culturais, políticos e econômicos da contemporaneidade em que o turismo está inserido e altamente comprometido, ou mesmo se é apenas por meio de conteúdos distribuídos de forma disciplinar que tais objetivos serão alcançados. É preciso ter clareza de que a discussão sobre o oferecimento ou não de determinadas disciplinas se além, muitas vezes, a princípios utilitaristas, de mera adaptação à concorrência entre as IES que estão tentando sobreviver em meio a uma conjuntura de crescimento e alta competição do setor privado, em uma dinâmica de formação de monopólios de dar inveja a vários setores da prestação de serviços.

Em muitas situações de mudanças curriculares, o processo pode ser exemplificado mais ou menos assim: o aluno formado é contratado por determinada empresa que, logo passa a julgar sua formação, demonstrando descontentamento pelo fato de esse formando trazer conhecimentos teóricos que não condizem com as mudanças do trabalho no dia-a-dia. A empresa, então, deixa claro para esse formando que ele não foi preparado para o quê, de fato, ocorre no mundo do trabalho. Este formando, ao se ver perdido diante de algumas circunstâncias profissionais (entre

realizar aquilo que aprendeu como forma correta de ação ou aquilo que a empresa considera como correto), passa a acreditar que sua formação não foi adequada, que teve muita teoria e pouca prática e passa a reproduzir o que o mercado solicita, criticando sua formação e, quando é incentivado a avaliar seu curso, dando indicações sobre o que deve ser mudado, passa a reproduzir o discurso da empresa.

Esse simples exemplo remete as reflexões ora apresentadas, para um aspecto que Jean-Claude Forquin (1993, p.18) chamou atenção em seu trabalho sobre Escola e cultura, quando afirma que

À concepção da cultura como acumulação e cristalização de toda a experiência humana, à concepção da educação como recepção das novas gerações no interior do mundo “sempre já velho”, tradição ativa e transmissão de uma herança, a consciência moderna opõe sua experiência e sua exigência histórica da mudança. Que o mundo muda sem cessar: eis aí certamente uma velha banalidade. Mas para aqueles que analisam o mundo atual, alguma coisa de radicalmente nova surgiu, alguma coisa mudou na própria mudança: é a rapidez e a aceleração perpétua de seu ritmo, e é também o fato de que ela se tenha tornado um valor enquanto tal, e talvez o valor supremo, o próprio princípio da avaliação de todas as coisas.

Essa reflexão de Forquin explicita o impacto que as mudanças, ou melhor, a velocidade das mudanças da sociedade contemporânea exerce sobre a cultura educacional, e consegue traduzir parte das dificuldades enfrentadas, especificamente pelo Ensino superior no Brasil, configurando-se como mais um fenômeno que se interpõe na organização curricular dos cursos. Isso é particularmente verdade na área do Turismo, que tem seu crescimento como atividade econômica totalmente entrelaçado com a velocidade das transformações técnicas e de informação características da globalização.

Voltando o olhar para as primeiras matrizes curriculares do curso (Quadro 25), observa-se que aparece, nos três cursos, a disciplina de Teoria e Técnica do Turismo distribuída em três ou quatro semestres, deixando entender que é a disciplina responsável por abordar a conceituação, o surgimento e desenvolvimento, a importância, os pensadores e suas reflexões sobre a complexidade do fenômeno turístico, ao mesmo tempo em que sugere uma entrada para atividades mais técnicas da área como a operação em agências e operadoras.

Segundo Celeste Filho (2002), é possível notar a semelhança das grades curriculares, principalmente, entre as duas IES privadas, até porque o curso oferecido pela USP fazia, e ainda faz, parte da Escola de Comunicação e Artes, o que exigia algumas especificidades que não constam nas grades dos outros dois cursos, inclusive a possibilidade de habilitações diferenciadas, um aspecto retomado pelas atuais diretrizes curriculares, mas pouco utilizado pelas IES.

O autor faz um destaque interessante quanto à nomeação de algumas disciplinas como Psicologia, Economia e até mesmo História do Brasil, que no curso da USP estavam acompanhadas do termo “Aplicada”, já que eram disciplinas oferecidas por outras faculdades da Universidade, o que impedia que fossem ministradas com o mesmo nome em faculdades diferentes, fato que não ocorria com as outras duas instituições. Entretanto, quando se observa o desenvolvimento histórico da área, percebe-se que esse termo passou a ser utilizado como complemento de várias disciplinas como indicação de que as disciplinas oferecidas devem estar direcionadas para a discussão específica do Turismo, o que na prática nem sempre ocorre.

De 1975 a 2008, passaram-se 33 anos de grandes transformações em termos econômicos, sociais, políticos e culturais no Brasil e no mundo, conforme explicitado ao longo dos primeiros capítulos. Em relação ao desenvolvimento do turismo, de acordo com o World Travel and Tourism Council (WTTC), o PIB (Produto Interno Bruto) do setor de turismo no Brasil foi estimado em US\$ 17,4 bilhões em 2004, gerando 2,55% dos empregos e atraindo 8,13% dos investimentos, enquanto que, no mundo, o turismo movimentou quase US\$1,3 trilhão em 2004, empregando aproximadamente 76 milhões de pessoas, e deve crescer a uma taxa média anual de 3,2% até 2016. (Jornal da UNICAMP, Ano XXI, nº 355, Campinas, 22 de abril de 2007)

No campo educacional, também houve mudanças com a implementação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB nº 9.394/96 que exigiu o estabelecimento de diretrizes curriculares para os cursos superiores, com a eliminação do currículo mínimo e currículo pleno e com uma proposta de maior flexibilização no sistema educacional brasileiro. Intensificou-se a ampliação da oferta de vagas no ensino superior, devido ao crescimento de IES privadas, principalmente nos últimos 10 anos, sem, no entanto, promover projetos nacionais embasados na perspectiva de elevar as condições de inclusão social no Brasil.

Nesse panorama, apesar de os cursos de Turismo terem apresentado um grande crescimento em um curto prazo de tempo³⁹, pode-se verificar que é uma área mais sensível às oscilações da conjuntura econômica, além de estar construindo uma tradição em termos de formação acadêmica. A existência ou permanência dos cursos de Turismo está intimamente ligada aos interesses das IES privadas, que ao primeiro sinal de queda na procura pela área tendem a fechar ou a fazer reestruturações curriculares para baratear o curso, diminuindo sua carga horária, alterando as atividades externas e de laboratórios, modificando o quadro de docentes, eliminando as horas dedicadas à pesquisa, entre outras ações.

O crescimento vertiginoso dos cursos superiores refletiu em parte, as mudanças que estavam ocorrendo na economia brasileira, em que o turismo como uma das áreas do setor de serviços passou a receber maiores investimentos, atraindo mais envolvimento dos setores políticos, mais qualificação para a mão-de-obra, mais flexibilidade das universidades para acompanharem as mudanças impostas pela globalização da economia.

Nesses 33 anos, entre as primeiras grades curriculares do curso e as matrizes atuais, o turismo se apresenta como um fenômeno social e cultural complexo, [...] “multifacetado e particularmente ligado a muitos outros elementos sociais e culturais nas sociedades contemporâneas” [...] (URRY, 1996, p.181), como uma atividade produtiva inserida em um sistema capitalista globalizado, concentrador, excludente, que transforma cada ação do ser humano em uma ação de consumo, constituindo o *homo conumericus*, aludido por Gilles Lipovetsky (2004, p.86), quando atribui ao turismo uma força intrinsecamente ligada ao consumo de paisagens, de história, de patrimônio, de espetáculos, de lazer, adjetivando-o como turismo de memória dentro de uma sociedade em que há

[...] Enorme expansão dos objetos e signos considerados dignos de ser parte da memória patrimonial; proliferação dos museus de toda espécie; obsessão comemorativa; democratização maciça do turismo cultural; ameaça de degradação ou paralisia do conjunto histórico-patrimonial pelos fluxos excessivos de turistas.

³⁹ Segundo Thiago Rodrigues Schulze (2006), pode-se contabilizar um aumento de 1.343,75% no oferecimento dos cursos de turismo no Brasil nos últimos 9 anos.

É dentro desse grau de complexidade que se pretende olhar para o desenho curricular configurado para os cursos de Turismo em algumas universidades de São Paulo, em um movimento de ir e vir no intervalo de tempo entre sua criação e a atualidade. Um período curto, porém intenso em termos de impactos e transformações sociais.

3. Organização curricular dos cursos de Turismo

O termo desenho curricular deve ser entendido dentro de um processo de análise que se estabelece a partir da estrutura curricular, acompanhada dos conteúdos indicados nas ementas, considerando o escopo traçado nos itens anteriores sobre as questões que envolvem as diretrizes curriculares da área e o perfil profissional proposto pelos diferentes cursos. Essa análise pressupõe um viés de leitura e interpretação dos textos inscritos nas ementas, sem necessariamente se prender a outros aspectos do currículo como carga horária, distribuição das disciplinas nos semestres, metodologias e práticas de ensino, possibilitando a composição de um olhar atento sobre novas relações, antigas preposições, lacunas e brechas que viabilizem a inserção do debate sobre a relação entre turismo e inclusão social.

É preciso esclarecer que o simples olhar para a relação de disciplinas e ementas de um curso não consegue abarcar suas reais dimensões. Mesmo quando se tem todas as informações pertinentes ao trabalho curricular, como os planos de ensino, diários de classe, projetos pedagógicos etc., é difícil conseguir adentrar no cerne da cultura escolar e em um completo entendimento das interferências dessa cultura para com a sociedade em geral. Dessa forma, a discussão referente à estruturação curricular dos cursos realizada nesta parte da pesquisa está vinculada aos problemas de cunho econômico-social apresentados nos capítulos anteriores, vinculando-os neste capítulo à organização curricular proposta para alguns cursos de Turismo do estado de São Paulo, representando apenas um pequeno canal no mar aberto que um estudo de currículo possibilita.

Para facilitar a construção desse olhar sobre a estruturação curricular dos cursos superiores de Turismo das universidades selecionadas, optou-se em apresentar as disciplinas distribuídas em quadros, subdivididos em uma ou mais áreas do conhecimento comuns aos diferentes cursos.

Para efeito das discussões e análises, essa distribuição das áreas nos quadros é complementada pelo levantamento do ementário e das matrizes curriculares de cada curso⁴⁰, permitindo o estabelecimento de inferências, relações, críticas e sugestões embasadas na tese de que os cursos superiores de Turismo podem concretizar os discursos referentes à inclusão social que giram em seu entorno, cumprindo com uma das determinações do ensino superior, que é de auxiliar na transformação de sua comunidade, de sua região, de seu estado e de seu país.

As disciplinas foram agrupadas nos seguintes quadros: Quadro 26: Turismo; Quadro 27: Turismo e Patrimônio Cultural e Natural; Quadro 28: Responsabilidade Social e Ambiental e Ciências Sociais; Quadro 29: História; Quadro 30: Geografia e Cartografia; Quadro 31: Planejamento do turismo, Empreendedorismo e Projetos; Quadro 32: Pesquisa; Quadro 33: Direito, Ética e Psicologia; Quadro 34: Hotelaria, Gastronomia, Agências e Transportes; Quadro 35: Lazer e Eventos; Quadro 36: Economia e Hospitalidade; Quadro 37: Matemática, Estatística, Sistemas de Informação e Informática; Quadro 38: Administração e Finanças; Quadro 39: Marketing; Quadro 40: Trabalho de Conclusão de Curso e Estágio Supervisionado; Quadro 41: Português e Comunicação e outros idiomas; Quadro 42: Teologia e outras.

Na verdade, como já foi mencionado em relação às grades de 1975, há muito mais uma formação generalista nesses cursos, cumprindo as exigências do currículo mínimo, que foram substituídos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Turismo. As últimas, no entanto, deveriam ser entendidas como um conjunto de sugestões, mas acabaram se transformando praticamente em determinações para a estruturação curricular da área. Em seu artigo 5º, fica claro o caráter de obrigatoriedade dos conteúdos que devem ser contemplados pelos diferentes Projetos Pedagógicos das universidades, conforme se pode observar na transcrição abaixo:

Art. 5º Os cursos de graduação em Turismo deverão contemplar, em seu Projeto Pedagógico e em sua organização curricular, os seguintes campos interligados de formação:

I - Conteúdos Básicos: estudos relacionados com os aspectos sociológicos, antropológicos, históricos, filosóficos, geográficos, culturais e artísticos, que conformam as sociedades e suas diferentes culturas;

⁴⁰ As estruturas curriculares, constantes dos Anexos 4 a 13, foram pesquisadas em *endereço eletrônico* das universidades citadas, ou fornecidas pelas IES, podendo haver algumas discrepâncias, já que no período da pesquisa muitas IES estavam realizando alterações curriculares.

II - Conteúdos Específicos: estudos relacionados com a Teoria Geral do Turismo, Teoria da Informação e da Comunicação, estabelecendo ainda as relações do turismo com a administração, o direito, a economia, a estatística e a contabilidade, além do domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira;
 III - Conteúdos Teórico-Práticos: estudos localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e de estágios. (BRASIL, 2006)

Existe nesse artigo quase que uma indicação de disciplinas que devem compor a estrutura curricular de Turismo, como Sociologia, Antropologia, História, Filosofia, Geografia, Cultura e Artes, Teoria Geral do Turismo, Teoria da Informação, Comunicação, Administração, Direito, Economia, Estatística, Contabilidade, Idiomas, Planejamento, Laboratórios práticos, entre outras. Os quadros a seguir demonstram que praticamente todas as universidades correspondem à solicitação do artigo 5º das Diretrizes Curriculares.

Quadro 26 - Turismo

| | Turismo | | | |
|------------------------|--|--------------------------------------|--|---|
| UNIBERO | 1º sem Fundamentos do Turismo | | 2º sem. Mercado turístico | 6º sem. Receptivo Turístico |
| UNISAL | 1º sem: Teoria e Técnica de Turismo – 40h/a | | 3º sem: Inventário Turístico – 40h/a | 4º sem: Turismo Rural – 40h/a |
| PUC Camp | 1º sem. Teoria Geral do Turismo/ 68h/a | | 2º sem. Fundamentos do Turismo/ 68h/a | 5º sem. Laboratório de Turismo- 34 h/a |
| PUC SP | 1º sem: Fundamentos do Turismo I | 2º sem: Fundamentos do Turismo II | - | 8º sem: Identidades, Cultura e Turismo |
| Anhembi-Morumbi | 1º sem. Teoria do Turismo I / 40h/a | | 2º sem. Teoria do Turismo II / 40h/a | 5º sem. Segmentação do Turismo/ 40h/a |
| UMESP | 1º sem: Análise Estrutural do Turismo – 120h/a | | | |
| UNIMEP | 1º sem: Teoria Geral do Turismo I – 60h/a | | 2º sem: Teoria Geral do Turismo II – 60h/a | 3º sem: Teoria Geral do Turismo III – 60h/a |
| USJT | 1º ano: Introdução ao Turismo – 80h/a | | | |
| ECA-USP | 1º sem: Turismo Conceituação e Organização – 60h/a | | 1º sem: Dimensão e dinâmica do Turismo – 60h/a | 2º sem: Análise Estrutural do Turismo – 60h/a |
| UNISO | 1º sem: Teoria Geral do Turismo – 80h/a | 2º sem: Dimensões do Turismo – 80h/a | 3ºsem: Turismo Rural – 30h/a | 5º sem: Políticas Públicas em Turismo – 40h/a |

No sentido de cumprir com os Conteúdos Específicos, referentes à Teoria Geral do Turismo das diretrizes curriculares se vê, nas matrizes oferecidas pelas dez universidades até o primeiro semestre de 2008⁴¹, uma maior diversidade na nomenclatura de disciplinas de fundamentação conceitual e técnica do Turismo em relação ao que era oferecido na década de 1970, ao mesmo tempo em que há poucas

⁴¹ É importante ressaltar que, durante o período de pesquisa, das dez universidades selecionadas, pelo menos oito delas estavam em fase de alteração das matrizes curriculares. Duas estavam alterando seus projetos pedagógicos e uma estava transformando o curso de bacharelado para tecnologia.

disciplinas específicas como Turismo Rural, Turismo de Aventura, Receptivo Turístico e Laboratório de Turismo, que diferenciem os cursos de diferentes localidades como São Paulo, Piracicaba, Campinas, Lorena, Bauru e São Bernardo do Campo.

Ao ler todas as ementas das disciplinas de fundamentação conceitual e epistemológica do Turismo, constata-se poucas indicações da relação do turismo com questões sociais como a desigualdade social e os problemas da exclusão social, destacando-se apenas os textos de três ementas que apontam, de forma geral, para essa relação:

Turismo: conceituação e organização- “Iniciar uma discussão conceitual sobre os principais elementos de composição do sistema turístico para despertar no estudante o espírito investigativo. Discutir os efeitos do turismo sobre os aspectos econômicos, culturais, ambientais e sociais. Analisar a realidade da super e infra-estrutura do turismo, bem como as políticas públicas em prática. Colocar o aluno em contato com a realidade do mercado de turismo e suas tendências.” (Anexo 12- USP).

Fundamentos do Turismo- “Proporcionar ao aluno reflexão crítica sobre o Turismo. Estudar sua inserção nas Sociedades Pós Industriais, analisar a problemática do turismo e a preservação ambiental, artística e cultural em termos de desenvolvimento sustentado. Analisar o turismo de segmentos e as novas formações econômicas internacionais envolvendo as macro e micro relações entre turismo, economia, telecomunicações e cultura.” (Anexo 6- PUC-CAMP.).

Identidades, Cultura e Turismo- “Análise das diferenças étnico-culturais, geracionais, profissionais, de gênero, de classes sociais, enquanto variáveis constitutivas do gosto, consumo, “ethos” e identidades que interferem diretamente nas práticas de lazer e de turismo das populações envolvidas. Desenvolvimento de reflexões teórico-práticas acerca da segmentação turística das bases consumidoras, turismo e inclusão social, turismo e acessibilidade, turismo e segmentos específicos. Conhecimento das dimensões do pluralismo cultural, as questões inerentes à afirmação, revalorização e reinvenção de identidades e da possibilidade dada pelo turismo de construção de uma perspectiva política efetivamente inclusiva dos diversos grupos culturais não hegemônicos (étnicos, raciais, regionais, religiosos etc.”(Anexo 7- PUC-SP.).

Quando se encontra em uma ementa indicações de que se pretende discutir com o estudante efeitos do turismo sobre as questões econômicas, culturais, ambientais e sociais, é um sinal importante a ser considerado para uma formação profissional que partilha de concepções de que o peso maior do Turismo pode pender para uma proposta mais humanista do que econômica. Logicamente que um texto explicitado em uma ementa não é garantia para que isso ocorra, mas é um indicador importante, principalmente quando se coloca de forma declarada propostas de conteúdos que pretendem abarcar eixos fortemente ligados à existência da atividade turística, como identidade, gênero, classes, raça, cultura, inclusão e exclusão social.

Observando mais detalhadamente a ementa da disciplina de *Identidades, Cultura e Turismo* (Anexo 7), não dá para deixar de destacar a relação harmoniosa com o perfil profissional proposto pelo curso, que busca “aliar uma visão humanística e global a uma sólida, competente e crítica bagagem técnico-científica, habilitando-o a tomar decisões inovadoras de forma responsável e ética, capacitando-o a problematizar o significado e a prática da indústria do turismo, a planejar e gerenciar empreendimentos, prestar serviços de assessoria técnica e propor intervenções que visem ações turísticas econômico-social e ambientalmente sustentáveis”. (Quadro18- Perfil Profissional-PUC-SP).

Saindo das particularidades de algumas disciplinas e analisando as indicações mais gerais apresentadas no restante das ementas, percebe-se um discurso comum que se fundamenta em aspectos do Sistema de Turismo – SISTUR, apresentado por Mário Carlos Beni (1998) em seu livro *Análise Estrutural do Turismo*. Essa relação está presente em várias ementas que destacam diversos aspectos essenciais para o setor turístico, apresentando-os dentro da concepção sistêmica, o que é um grande ganho diante da forma fragmentada como a teoria e a técnica do turismo foram desenvolvidas nos primeiros cursos da área. Mas não se pode dizer que seja uma característica presente em todas as disciplinas e cursos.

Para se ter uma melhor visualização de como as ementas das diferentes disciplinas e cursos se apropriam de temas e conteúdos indicados nos grandes conjuntos e subsistemas que formam o SISTUR de Beni (1998), vale destacar sua estruturação, que subdivide o Turismo em alguns conjuntos que envolvem questões ambientais, de organização estrutural e de ações operacionais. O conjunto das “Relações

ambientais”, engloba o subsistema ecológico, econômico, social e cultural. Nas questões referentes ao conjunto denominado “Organização estrutural” encontram-se os subsistemas da superestrutura e da infra-estrutura. Por fim, há o conjunto das “Ações Operacionais”, que implica em uma complexa distribuição de subsistemas como o de mercado, da oferta, de produção, de distribuição, da demanda e de consumo.

É possível observar nos textos reproduzidos abaixo as relações e alguns problemas entre os temas selecionados e a organização do SISTUR:

Fundamentos do Turismo I- Estudo dos principais fatos históricos relacionados à atividade turística, seus aspectos conceituais e epistemológicos, e discussão do turismo a partir da teoria dos sistemas, abordando seus componentes estruturais, organizacionais, operacionais e ambientais, com especial atenção às atividades que compõem sua cadeia produtiva. (Anexo7- PUC-SP.).

Fundamentos do Turismo II- Estudo da estrutura organizacional do turismo brasileiro, sua origem histórica, a Política e o Plano Nacional de Turismo, seus programas e projetos vigentes. Caracterização e problematização dos conceitos de segmentos do mercado turístico, bem como entendimento dos seus diferenciais em termos de oferta e demanda. Discussão do desempenho recente e as tendências da atividade nacional e internacionalmente. (Anexo 7- PUC-SP).

Teoria Geral do Turismo- Identificação dos elementos e processos que dimensionam o Turismo e sua teoria, para a compreensão mais ampla do fenômeno. Fundamentos teóricos e elementos históricos do Turismo. Conceitos e definições. Caracterização, classificação e tipologia da oferta e demanda turística. Aplicabilidade da teoria geral do Turismo. (Anexo 6- PUC-CAMP.).

Teoria Geral do Turismo I- Histórico. Conceituação, caracterização e tipologia. Oferta e demanda turística. Introdução ao Turismo: Considerações sobre Mercado de Trabalho, Tendências, Turismo Rural, Turismo de Negócios, e Administração de Parques Temáticos. (Anexo 10- UNIMEP).

Teoria Geral do Turismo II- Componentes estruturais, institucionais e operacionais do turismo. Os sistemas do turismo. Aplicabilidade da teoria geral do turismo. Segmentação do mercado turístico e as diversas motivações. (Anexo 10- UNIMEP).

Dimensões do Turismo- Conceitos, classificação e tipologia dos agentes e equipamentos que integram o chamado "trade" turístico. (Anexo 13- UNISO).

Não aparece, nessas ementas, a nomenclatura SISTUR, mas os três conjuntos do sistema e alguns de seus subsistemas são utilizados. A redação é clara e organizada, refletindo a concepção sistêmica que se propõem. Mas alguns desses textos estão amplos e abertos, deixando um espaço em branco para ser preenchido de acordo com a elaboração dos planos de ensino do professor que assumir o trabalho. Nesses casos, é necessário que haja um planejamento extremamente integrado entre professores, bem como a divulgação dos conteúdos que são trabalhados em sala, para não se correr o risco de sobreposições de conteúdos, de obras e textos utilizados em diferentes disciplinas, fato bastante comum em diversos cursos de Turismo.

Na ementa da disciplina Análise Estrutural do Turismo, citada abaixo, fica evidenciado que o SISTUR é a base do trabalho que será realizado. Entretanto, a redação utiliza terminologias complexas, conceitos abrangentes e entra em aspectos metodológicos que fazem parte do trabalho que deve ser desenvolvido com o aluno ao longo do curso ou do semestre, deixando o texto pouco claro e até confuso quanto ao que se pretende de fato:

Análise Estrutural do Turismo- Desenvolver explicativas e métodos de análise no âmbito da investigação de multi e interdisciplinaridade, com aplicações interativas e operacionais para explicar e interpretar a fenomenologia do Turismo por meio da Transdisciplinaridade. Descrever o Sistema de Turismo – SISTUR, como modelo referencial de representação holística e instrumento analítico que fornece a visão pluridimensional e multicompreensiva da relação interativa. Estimular a ampliação das perspectivas de visão dos diferenciais turísticos na biodiversidade, na reinterpretação e ressignificação do patrimônio na geoestratégia empresarial, na busca da excelência de qualidade e competitividade do produto turístico nos segmentos de mercado. Reforçar a necessidade da formulação e adoção estratégica de desenvolvimento regional para o planejamento integrado e sustentável do Turismo. (Anexo 12-USP).

Existem ementas que além de confusas, como a descrita acima, são muito abertas e redigidas não como indicação de temas e conteúdos que fazem parte daquele

componente curricular, mas como objetivos, competências e até atitudes que devem ser alcançados ou incorporadas pelos alunos, como explicitado na ementa abaixo:

Fundamentos do Turismo- Conhecer o fenômeno turístico; Aplicar o conceito de turismo sustentável em análises turísticas; Identificar fontes para levantamento de dados sobre o turismo; Ler a realidade atual e as tendências do turismo; Incorporar valores sobre as atitudes éticas profissionais para o desenvolvimento do turismo; Aplicar a metodologia da pesquisa científica a trabalhos teóricos e empíricos; refletir a partir de análise de casos concretos e estudos realizados; e, Ler, interpretar e redigir textos que abordem os temas da disciplina. (Anexo 4- UNIBERO).

Cuidados precisam existir ao se propor uma ementa para uma determinada disciplina, o que nem sempre ocorre. Alguns cursos acabam sendo montados a partir de interesses individuais ou mesmo corporativos, quase sempre acompanhados da intenção de garantir aulas para serem ministradas. No entanto, a velocidade das transformações, para a qual Forquin (1993) chamou a atenção, é uma arma apontada para as cabeças de coordenadores de curso, que acabam recorrendo para um processo fragmentado de elaboração curricular. Geralmente partem de uma lista de disciplinas que é distribuída aos professores da instituição para escreverem as ementas, resultando desse processo textos nem sempre claros sobre o que realmente se pretende, além dos riscos de sobreposição, ou ainda, contraposição de pensamentos em um mesmo curso.

Quadro 27 - Turismo e Patrimônio Cultural e Natural

| | Turismo e Patrimônio Cultural | | | Turismo e Patrimônio Natural | |
|------------------------|--|---|---|--|---|
| UNIBERO | Arquitetura, Urbanismo e Turismo | | | - | |
| UNISAL | 3º sem: História e Patrimônio Cultural – 80h/a | | | 4º sem: Turismo e Meio Ambiente – 80h/a | |
| PUC Camp | - | | | 4º sem. Meio Ambiente e Turismo- 68h/a | |
| PUC SP | 6º sem: Cultura, Mercado e Globalização | 7º sem: Eventos, Manifestações Culturais e Turismo | 8º sem: Patrimônio Cultural e Museologia | 2º sem: Turismo, Meio Ambiente e Sociedade | |
| Anhembi-Morumbi | 2ºsem. Turismo e Patrimônio Cultural- 40 h/a | | | 2º sem.Ecologia e Patrimônio Natural- 40 h/a | |
| UMESP | 1º sem: Aspectos Culturais do Turismo – 40h/a | 2º sem: Arte e Legado Cultural – 40h/a | 2º sem: Elementos históricos do turismo: patrimônios material e imaterial – 80h/a | 2º sem: Turismo e meio ambiente – 40h/a | |
| UNIMEP | - | | | 3º sem: Turismo e Meio Ambiente – 60h/a | |
| USJT | - | | | - | |
| ECA-USP | 5º sem: Patrimônio Cultural em Turismo I - Bens Materiais – 120h/a | 6º sem: Patrimônio Cultural em Turismo II - Bens Imateriais – 60h/a | | 4º sem: Turismo Meio Ambiente e Patrimônio Natural – 60h/a | |
| UNISO | 4º sem: Turismo e Ação Cultural – 80h/a | 6º sem: Turismo e Identidade Cultural – 80h/a | | 4º sem: Turismo e Meio Ambiente – 80h/a | 5º sem: Programas Turísticos em Unidades de Conservação – 80h/a |

O quadro 26, juntamente com o quadro 27, englobam temas dos Conteúdos Específicos, como também temas propícios e abertos à problemática da inclusão social. Não é possível pensar em patrimônio cultural e natural sem pensar no ser humano como *homo sapiens, homo faber e homo ludens*, sem pensar nas relações de dominação do homem sobre a natureza e do homem sobre o homem. É justamente a partir do patrimônio cultural que Lipovetsky (2004) lança mão da discussão sobre o turismo de memória e, como nos tempos hipermodernos, o homem motivado pelo turismo busca no passado o alimento para seu desenfreado apetite de modernidade.

Tomando ainda Lipovetsky como referência para essas reflexões, observa-se, na relação de disciplinas constante do quadro 27, ementas que, ao mesmo tempo em que se referem ao desenvolvimento de um pensamento crítico e contextualizado sobre a produção cultural humana, abordam a necessidade da profissionalização para atuação sobre essa produção, parecendo concordar com a idéia de uma atuação profissional que fortalece a tendência do comércio em transformar quaisquer aspectos da cultura humana em objetos de consumo, em mercadoria. Essas ementas colocam as seguintes intenções:

Eventos, manifestações culturais e Turismo - “Fornecimento de instrumental teórico e (sic) refletir criticamente acerca das produções étnico-culturais, religiosas, cívicas, políticas e históricas ligadas às festividades, celebrações, ritos coletivos, atos, paradas, festivais, exposições que permitam ao profissional da área compreender e atuar sobre estas manifestações”. (Anexo 7- PUC-SP.).

Como não há clareza no significado que se quer dar para a expressão “atuação sobre as manifestações”, o sentido pode ser dado conforme a orientação intelectual do professor que assume a disciplina. Logicamente que o referencial bibliográfico pode significar um norteamento para o trabalho, assim como a proposta pedagógica do curso, mas sabe-se que nem mesmo esses mecanismos podem garantir que o trabalho docente seja direcionado para aquilo que está configurado no currículo prescrito.

Nas ementas das disciplinas Patrimônio Cultural em Turismo I- Bens materiais e Patrimônio Cultural em Turismo II- Bens imateriais, reproduzidas abaixo, o caráter de cultura como utilidade para o consumo turístico é explícito, não se colocando nenhuma contra-argumentação, nem mesmo algum parâmetro de discussão crítica sobre esse processo, fazendo parecer natural e lógico que as atividades culturais devam ser utilizadas para o consumo turístico por meio da vivência cultural a ser proporcionada ao turista.

Patrimônio Cultural em Turismo I - Bens Materiais- “Esta disciplina tem por objetivo conceituar cultura e bens culturais na sua perspectiva de utilidade em turismo, subsidiando os alunos com dados atualizados colhidos em realidades nas quais essa utilidade oferece alternativas de vivência cultural para o turista”. (Anexo 12- USP).

Patrimônio Cultural em Turismo II - Bens Imateriais- “Esta disciplina tem por objetivo conceituar algumas decorrências da cultura, que podem ser consideradas como resultantes de um universo distinto da realidade. Esses bens, denominados bens imateriais da cultura - segundo classificação da UNESCO - assumem grande importância numa perspectiva de utilidade em turismo, como instrumento de valorização de espaços usuais, ou a descobrir, subsidiando os alunos com dados atualizados colhidos em realidades nas quais essa utilidade oferece alternativas de vivência cultural para o turista”. (Anexo 12-USP).

Ao desenvolver estas reflexões críticas sobre as ementas, pode parecer que se está impedindo que o turismo atue sobre o legado cultural da humanidade, principal atrativo para os turistas contemporâneos. No entanto, essa crítica não deve ser entendida

como negação ao que existe e ao que se faz, mas como possibilidade de conscientização sobre o quê e como se faz, podendo se estabelecer ações que corroborem com um processo de conscientização sobre os mecanismos de espetacularização⁴² de lugares, pessoas, objetos e acontecimentos.

A disciplina Cultura, Mercado e Globalização parece seguir essa linha da crítica e conscientização sobre todos os significados que o turismo exerce em relação ao patrimônio cultural e natural da humanidade, ao propor a compreensão de fenômenos como a homogeneização, fragmentação, mundialização e tradição, modernidade e pós-modernidade que podem estar presentes em sociedades em que o turismo se coloca como prática: *Cultura, Mercado e Globalização-“Estabelecimento de referências teóricas e históricas para a compreensão do desenvolvimento da cultura moderna, o entrelaçamento entre arte, cultura popular, de massa e a lógica do mercado. Estudo do diálogo entre o “local” e o “global” no contexto das sociedades em que o turismo e o lazer são alçados à condição de práticas presentes na vida cotidiana. Discussão das noções de homogeneização e fragmentação, mundialização e tradição, modernidade e pós-modernidade.”* (Anexo 7- PUC-SP).

As disciplinas do quadro 27 referem-se também ao patrimônio natural, aliás fator essencial para a continuidade da sobrevivência humana, seja em termos de recursos naturais para o trabalho, alimentação, moradia, saúde, seja para o lazer. Dessa forma, as disciplinas buscam trabalhar o conhecimento de conceitos relativos ao meio ambiente, preservação ambiental, ecossistemas, desenvolvimento sustentável e até a legislação específica, em alguns casos. Mas, também, há no rol de ementas dos cursos algumas que subentendem o espaço físico apenas como cenário para as atividades turísticas, decorrendo daí um entendimento de que a sustentabilidade deve ocorrer em função de sua utilização pelo turismo, restringindo a importância do debate socioambiental ao conceito de utilidade turística.

Há uma interface clara entre o grupo de disciplinas dos quadros 27 e 28, em que temas como responsabilidade social e ambiental complementam a discussão sobre patrimônio cultural e natural. Sabe-se que, em relação às primeiras grades curriculares da área, a preocupação com questões ambientais começou a fazer parte da organização

⁴² Para saber mais ver Guy Debord. **A sociedade do espetáculo: Comentários sobre a sociedade do espetáculo.** São Paulo: Contraponto Editora, 1997. Jean Baudrillard. **A sociedade de consumo.** São Paulo: Edições 70, 2000. Zygmunt Bauman. **Modernidade Líquida.** São Paulo: Jorge Zahar, 2001 & **O mal-estar da pós-modernidade.** São Paulo: Jorge Zahar, 1999.

curricular somente em meados da década de 1990, assim como os problemas relacionados com os impactos sociais. Nas grades curriculares da década de 1970, tem-se apenas disciplinas referentes à História da Cultura e as de caráter obrigatório como Estudos dos Problemas Brasileiros, que não se aproximam em nada das problemáticas e conteúdos de disciplinas mais contemporâneas.

Quadro 28 - Responsabilidade Social e Ambiental e Ciências Sociais

| | Responsabilidade Social e Ambiental | | Ciências Sociais | | |
|------------------------|--|--|---|--|---------------------------------------|
| UNIBERO | Responsabilidade Social e Meio Ambiente | | Ciências Humanas e Sociais | | |
| UNISAL | - | | 1º sem: Antropologia Cultural – 40h/a | 2º sem: Filosofia e Ética – 40h/a | |
| PUC Camp | - | | 2º sem. Antropologia Cultural- 34h/a | | |
| PUC SP | 5º sem: Impacto Ambiental e Turismo | | 1º sem: Antropologia e Diversidade Humana | | |
| Anhembi-Morumbi | | | 3º e 4º sem. Ciências Sociais I e II- 40h/a | 3º e 4º sem. Filosofia I e II- 40h/a | |
| UMESP | - | | 1º sem: Filosofia – 40h/a | 1º sem: Aspectos sociológicos do turismo – 40h/a | |
| UNIMEP | - | | 4º sem: Introdução à Filosofia – 60h/a | 5º sem: Sociologia – 60h/a | 5º sem: Antropologia Cultural – 30h/a |
| USJT | - | | 1º ano: Sociologia – 80h/a | 2º ano: Estudos Brasileiros – 80h/a | |
| ECA-USP | - | | - | | |
| UNISO | 6º sem: Turismo e Ação Comunitária – 80h/a | 6º sem: Turismo e Educação Ambiental – 80h/a | - | | |

O quadro 28 contempla a área de conhecimento em Ciências Sociais, demonstrando que há maior interesse no oferecimento de Antropologia ao invés de Sociologia, como era característica entre as décadas de 1970 à 1990. Vale destacar que, dentre o grupo de dez cursos, quatro deles não disponibilizam nem Sociologia, nem Filosofia, nem quaisquer outras disciplinas dessa área de conhecimento.

Considerando inúmeras conversas informais com profissionais da área, e dez anos de experiência como coordenadora de um curso de Turismo, o não oferecimento dessas disciplinas pode ser relacionado a vários fatores, que envolvem desde o desinteresse dos alunos, por considerarem disciplinas teóricas demais e não relacionadas com as necessidades de formação profissional da área, até a obtenção de mais carga horária para os Conteúdos Específicos e Teórico-Práticos exigidos pelas diretrizes curriculares. Principalmente, após a aprovação da Resolução CNE/CES nº2 de 8 de junho de 2007 que regulamentou a diminuição irrestrita da carga horária de quase todas as áreas da Educação Superior, cumprindo assim com mais uma determinação mercadológica para a Educação. Essa diminuição da carga horária total do curso

restringe o tempo para atividades de pesquisa e extensão, ao mesmo tempo em que possibilita o aumento dos índices estatísticos de jovens com formação superior no Brasil.

Como abordado anteriormente, o oferecimento de muitas disciplinas da área das Ciências Sociais contribui para a polêmica que coloca o Turismo como um curso que tem características multidisciplinares por um lado e é fragmentado por outro, em que se tem tudo e nada ao mesmo tempo, lembrando que nesse campo das Ciências Sociais entram a História e a Geografia, aqui colocadas em quadros próprios, devido ao peso que possuem nos cursos de Turismo.

É interessante observar o que dizem as ementas de Antropologia, Antropologia Cultural, Antropologia e Diversidade Humana, Sociologia e Filosofia:

Antropologia Cultural- “Introdução à discussão antropológica sobre os conceitos de cultura, alteridade e diversidade cultural, de modo a elaborar uma reflexão sobre os processos de construção, preservação e transformação das tradições culturais em sua relação com a indústria, atentando para o processo de globalização e seus reflexos sobre as culturas locais”. (Anexo 7- PUC-SP).

Antropologia e Diversidade Humana- “Reflexão sobre questões gerais e específicas da unidade e variabilidade do homem no tempo e no espaço, aprofundando a temática da cultura, diversidade cultural e étnica, e de construção das diferenças como forma de conhecimento do outro e de si mesmo”. (Anexo 7- PUC-SP).

Destaca-se, nessas duas ementas, a preocupação com a alteridade, ou seja, com o diferente, com o outro. Observa-se que é por meio da Antropologia que se tem um referencial mais consistente para discutir um dos principais fatores que fomenta a atratividade turística. O interesse pelo novo, pelo exótico, pelo diferente é um dos principais componentes das motivações de milhares de viajantes, referendando, portanto, a necessidade dessa disciplina na formação de um profissional de turismo.

No ementário da área de Ciências Sociais, constata-se certo grau de generalização, como se pode observar na disciplina de Filosofia, que costuma ser oferecida em apenas um semestre, geralmente com uma carga horária de 40 horas/aulas, o que é muito pouco para o que os textos costumam propor, como demonstrado por este exemplo: *“Significado e importância da Filosofia. Finalidade do conhecimento. Fundamentos epistemológicos da ciência antiga, moderna e contemporânea. Subsídios*

filosóficos para uma compreensão ampla do papel da profissão. Valores, utopias e racionalidade na sociedade contemporânea”. (Anexo 10- UNIMEP).

É possível observar, também, algumas sobreposições de discussões, principalmente entre Antropologia, Sociologia e Patrimônio Cultural, demonstrado na ementa da disciplina de Aspectos sociológicos do turismo- *”Estuda as relações sociais e culturais propiciadas pelas atividades do turismo e do lazer e os seus impactos causados tanto na comunidade anfitriã, como no grupo de visitantes”*, (Anexo 9- UMESP).

Em outras situações, há uma associação entre Sociologia e Lazer: *“A Sociologia como ciência. Teoria sociológica. Sociologia do lazer e do turismo. O lazer na sociedade atual.”* (Anexo 10- UNIMEP), *“Discutir a distribuição do tempo de trabalho e o tempo livre no percurso da história da sociedade ocidental. Analisar correntes teóricas que estudam o lazer como fenômeno social. Estudar as características do lazer e suas tendências na sociedade contemporânea. Desenvolver o senso crítico nos alunos para que estruturam programações de lazer baseadas na integração sócio-cultural do indivíduo.”* (Anexo 12-USP), ou melhor, a Sociologia aparece como a área mais propícia para o estudo do lazer nas sociedades contemporâneas, o que gerou, e ainda gera inúmeros debates com a área de Educação Física, que se coloca como a melhor interlocutora para esse tipo de discussão. Aliás, a Educação Física aparece em apenas um curso dos grupos de disciplinas oferecidas pelas instituições em 2008, diferentemente dos cursos oferecidos em 1975, o que se prolongou ao longo dos anos de 1980 como disciplina obrigatória, a não ser para aqueles que comprovassem situação de trabalho.

Essa disputa entre qual campo do saber deve trabalhar com determinados conteúdos não se restringe somente à Sociologia e Educação Física. Na verdade, o surgimento do Turismo como curso superior esteve atrelado a um debate sobre a que área do conhecimento deveria pertencer. Deveria ser à Comunicação, à Educação Física ou à Administração? Dependendo da IES, o Turismo foi atrelado a uma dessas áreas e os exemplos clássicos são a USP, que atrelou o Turismo à Escola de Comunicação e Artes, o que se mantém até os dias atuais, a UNICAMP com o Lazer dentro da área de Educação Física, e a grande maioria das IES privadas atrelou à Administração, influenciadas, de certa forma pelo MEC, quando instituiu, em 1995, a Comissão de

Especialistas de Ensino de Administração, responsável pelas autorizações e reconhecimentos dos cursos de Turismo na época.⁴³

Quadro 29 - História

| | História | | | |
|------------------------|--|---|--|---|
| UNIBERO | História Geral e da Arte | | | |
| UNISAL | 4º sem: Estética e História da Arte – 40h/a | | | |
| PUC Camp | 5º sem. Estética e História da Arte/ 68h/a | | 2º sem. História do Brasil-68h/a | |
| PUC SP | 1º sem: História: Viagens e Viajantes | 3º sem: História, Memória e Patrimônio | | 5º sem: História da Arte |
| Anhembi-Morumbi | 1º sem. História e Cultura- 40h/a | | | |
| UMESP | - | | | |
| UNIMEP | 3º sem: História do Brasil – 60h/a | 4º sem: História da Cultura – 30h/a | | 6º sem: História da Arte – 30h/a |
| USJT | 1º ano: História do Brasil – 80h/a | | 2º ano: História da Cultura – 80h/a | |
| ECA-USP | 1º sem: História da Cultura e da Comunicação I – 60h/a | 2º sem: História da Cultura e da Comunicação II – 60h/a | 3º sem: Elementos Históricos no Turismo I – 120h/a | 4º sem: Elementos Históricos no Turismo II – 120h/a |
| UNISO | 1º sem: História da Cultura e da Arte – 80h/a | | | |

Quadro 30 - Geografia e Cartografia

| | Geografia e Cartografia | | | | |
|------------------------|---|---|--|---------------------------------------|-----------------------------|
| UNIBERO | Geografia e Cartografia | | | | |
| UNISAL | 2º sem: Geografia do Brasil Aplicada ao Turismo – 80h/a | | | | |
| PUC Camp | 1º sem. Geografia Aplicada ao Turismo A- 34h/a | 2º sem. Geografia Aplicada ao Turismo B- 68 h/a | | 1º sem. Cartografia em Turismo- 34h/a | |
| PUC SP | 2º sem: Fundamentos Geográficos: leitura das paisagens | 3º sem: Cartografia e processamento de imagens | 4º sem: Fundamentos Geográficos: Brasil | 7º sem: Turismo e Meio Físico | |
| Anhembi-Morumbi | 2º sem. Geografia- 40h/a | | | | |
| UMESP | 2º sem: Geografia e cartografia do turismo – 80h/a | | | | |
| UNIMEP | 1º sem: Geografia do Brasil I – 60h/a | 2º sem: Geografia do Brasil II – 60h/a | 3º sem: Geografia Geral I – 60h/a | 4º sem: Geografia Geral II – 30h/a | 4º sem: Cartografia – 60h/a |
| USJT | 1º ano: Geografia e Meio Ambiente – 80h/a | | | | |
| ECA-USP | 5º sem: Fundamentos Geográficos do Turismo I – 120h/a | | 6º sem: Fundamentos Geográficos do Turismo II – 120h/a | | |
| UNISO | 1º sem: Geografia do Turismo: Geral – 80h/a | | 2º sem: Geografia do Turismo: Brasil – 80h/a | | |

Os quadros 29 e 30 trazem o conjunto de disciplinas de História e Geografia que, até pouco tempo, eram consideradas imprescindíveis para a formação de um profissional de Turismo. Isso já não parece ser mais uma unanimidade, já que nessa relação de cursos encontram-se instituições que não possuem tais componentes curriculares, enquanto outras chegam a ter o componente de História distribuído em quatro semestres (quadro 29- USP) e o componente de Geografia sendo trabalhado ao longo de cinco semestres (quadro 30- UNIMEP). Não é o fato de se oferecer ou não tais

⁴³ Somente em 2000 é que a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu-MEC) criou a Comissão de Especialistas de Ensino de Turismo, por meio da Portaria nº 1.518 de 16/06/2000. Para maiores detalhes sobre a interferência da Administração sobre o Turismo, ver MATIAS, Marlene. Turismo: formação e profissionalização- 30 anos de história. São Paulo, Manole, 2002.

componentes curriculares que faz com que um curso possa ser considerado mais ou menos completo, melhor ou pior. Inclusive não é essa a intenção deste trabalho, mas discutir a importância de algumas áreas do conhecimento e suas contribuições para que o Turismo tenha profissionais conscientes e com conhecimento teórico sólidos sobre o poder e a força de sua atuação nos diversos setores do turismo junto à sociedade.

A expressão “conhecimento teórico sólido e humanístico” aparece no texto sobre o perfil profissional das diretrizes curriculares e nos textos de quase todas as universidades, encaixando-se perfeitamente nesta reflexão sobre o trabalho desenvolvido com as disciplinas de História e Geografia, proporcionando os seguintes questionamentos: até que ponto se consegue proporcionar conhecimentos teóricos sólidos em um curso de graduação, que ocorre principalmente por meio de aulas ministradas, durante uma a quatro horas semanais, ao longo de um período de três ou quatro anos? Como o trabalho com a área de História e Geografia costuma ser desenvolvido nos cursos de Turismo? Quais são os princípios norteadores dessas disciplinas e do Projeto Pedagógico? A pesquisa faz parte do projeto pedagógico do curso? Quais as relações entre os professores responsáveis pelas disciplinas de História, Geografia e de Ciências Sociais, com professores que atuam com as disciplinas profissionais e de conteúdos específicos? Como se consegue desenvolver um trabalho que não seja fragmentado, considerando que quase não há professores com dedicação integral nesta área? Por mais que se tenha passado 33 anos da criação dos primeiros cursos, essas questões ainda estão sem encaminhamentos e respostas condizentes com sua importância educacional, social e econômica.

Os conhecimentos históricos necessários para um profissional de Turismo não são os mesmos de um historiador, nem de um professor de história, mas devem ser suficientemente consistentes, respaldados em concepções políticas e ideológicas que permitam entender a história além da reprodução de fatos e acontecimentos neutralizados em uma narrativa descritiva, factual, congelada nas páginas de documentos, aparentemente neutros e figurativos dos arquivos e bibliotecas. Ou como objetos obsoletos, representantes de um passado que não tem mais interferência na contemporaneidade, apreciados e devidamente catalogados nos museus.

Quando se lê uma ementa que indica um caminho estanque, fundada em conceitos e periodizações, não se está trabalhando com a história devidamente contextualizada e viva, como se pode observar nesta proposta de estudo para a *História*

da Arte: “A história da arte, abordagens, periodização e teoria dos estilos. O barroco brasileiro. A arte brasileira do século XIX. O modernismo e a arte contemporânea no Brasil.” (Anexo 10- UNIMEP). Diferentemente desse caminho, existem outras propostas de trabalho que vão na direção da formação consistente e sólida, que se propõem a discutir a complexidade dos fenômenos, não apenas como fatos históricos, mas como manifestações da produção humana individual e coletiva: *História da Arte- “Estudo da complexidade histórica na formação das cidades – a cidade medieval, a cidade barroca e a cidade industrializada – explicando suas diferentes formas e funções. Proposição de referências formais para o entendimento dos estilos arquitetônicos de períodos e culturas diferentes – o românico, o gótico, o renascentista, o barroco, o neoclássico e o moderno – reflexão mais ampla e consistente sobre as noções de história, memória e patrimônio. Apresentação dos fatos arquitetônicos e artísticos como manifestações de um quadro unitário em conexão com o próprio processo histórico”.* (Anexo 7- PUC-SP.).

Haroldo L. Camargo (2001), ao expor as relações entre história e Turismo em um artigo denominado “Fundamentos multidisciplinares do turismo: história”- aponta para a ausência de pesquisas e trabalhos acadêmicos sobre a História do Turismo no Brasil, explicitando algumas dificuldades de realização dessas pesquisas, ao mesmo tempo em que demonstra a necessidade de transpô-las. Dentre as considerações que faz sobre as dificuldades, Camargo (2001, p.68) apresenta os seguintes questionamentos e encaminhamentos que merecem destaque, por apresentar uma das possibilidades de se trabalhar com a compreensão histórica de fenômenos sociais, políticos, econômicos e culturais que se envolvem direta ou indiretamente com o turismo:

A primeira dificuldade fica patente ao se fazer referência à industrialização em São Paulo. Em que medida isso teria relevância para outras regiões ou estados brasileiros? Apenas indiretamente e tangencialmente e, ainda assim, em proporções absolutamente desiguais, se nos deslocarmos nos espaços e tempos dos quais se constitui o país. Daí, a necessidade vital de desenvolvermos estudos locais e regionais, microestudos que contenham em si, nas suas relações internas, elementos de ligação com o todo, e por que não dizer, pontes com a historicidade do mundo a que pertencemos, o extremo ocidente. Um outro problema a não negligenciar: somos núcleo receptivo e emissor, simultaneamente. Não iremos, como historiadores,

apontar desequilíbrios no balanço e sugerir políticas para corrigi-lo; nosso esforço deve ser a compreensão histórica dos fenômenos, a matéria-prima para que se pensem as políticas.

A história viva, como produto e produtora da existência humana e, portanto, completamente embebida de diferentes interpretações, estudos e pesquisas rigorosas, é que precisa fazer parte da vida acadêmica de um estudante de turismo. É necessário que este estudante conheça os princípios norteadores do fazer histórico e, principalmente, de sua interpretação. Essa é uma das possibilidades para a disciplina de História, seja ela história da arte, da cultura, do Brasil ou geral. Logicamente que o debate sobre o trabalho com a disciplina de História é muito mais complexo, abrangente e polêmico do que foi exposto, mas são considerações para que as reflexões se tornem presentes no pensar e no fazer pedagógico da área, tomando corpo e consistência junto aos professores e estudantes dos cursos de Turismo.

Tanto os estudos históricos como os estudos geográficos são citados como componentes dos Conteúdos Básicos referidos no artigo 5º das Diretrizes Curriculares. No artigo 4º são sugeridas as seguintes competências e habilidades diretamente relacionadas a estas áreas:

[...] X - domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana;

XVI - integração nas ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais;

XVII - compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem; [...] (BRASIL, 2006)

Algumas ementas respondem de forma clara às competências e habilidades; outras, a minoria, parece se manter no foco da História como discussão do passado, como conhecimento que deve ser adquirido para se transmitir aos turistas; e outras, por fim procuram fazer da História uma ciência viva, contextualizada, como se pode

observar nos dois exemplos de ementas escolhidos, sendo o primeiro a representação do que se chamou de uma discussão focada no passado, e o segundo parece mais direcionado para o caminho de uma construção do saber histórico:

Elementos históricos do turismo: patrimônios material e imaterial- “Estuda a herança histórica representada pelo patrimônio material e imaterial e sua importância para a formação dos atrativos turísticos, históricos e culturais.” (Anexo 12-USP).

História do Brasil- “Estudar a história do Brasil a partir das diferentes construções e representações elaboradas a seu respeito no decorrer do tempo, tomando como ponto de partida o momento de construção da nação brasileira e das primeiras interpretações que a seu respeito foram elaboradas, no século XIX, bem como a produção historiográfica mais recente. Abordar as imagens construídas tanto a partir da visão de estrangeiros que por aqui passaram, como pelos intelectuais e romancistas e historiadores que se propuseram pensar o Brasil.” (Anexo 10-UNIMEP).

Além de constar nas Diretrizes, o mais relevante a considerar sobre essas áreas do conhecimento para o saber-fazer turístico, discutido por Moesch (2002), está na clareza dos fundamentos que as sustentam e na concepção de mundo que carregam para trabalhar o turismo como um dos fenômenos que têm condições de interferir nas mudanças sociais, culturais e econômicas de forma mais profunda do que se imaginava há 30 anos.

Nesse saber-fazer turístico, os estudos geográficos adquirem importância a ponto de haver pesquisas de doutorado para a discussão do tema, como a tese de Bonfim (2007), que teve como objetivo conhecer as bases teórico-metodológicas da disciplina de Geografia adquiridas por alunos dos cursos de turismo do Paraná. Para isso, transitou pelas configurações curriculares que foram surgindo desde 1971, constatando que nesse contexto de discussões para alterações curriculares a EMBRATUR chegou a fazer sugestões de alterar o currículo mínimo regulamentado pelo Parecer 35/71, propondo o oferecimento de disciplinas básicas e profissionais⁴⁴, das quais não constava a disciplina de Geografia.

⁴⁴ Segundo Bonfim (2007, p. 37), as sugestões da EMBRATUR para alteração do currículo mínimo dos cursos de turismo na década de 1970 foram:

- A) “Matérias básicas: Matemática, Estatística, Contabilidade, Teoria Econômica, Metodologia Científica, Planejamento e Organização do Turismo, Legislação Aplicada, Mercadologia e Psicologia;
- B) Habilitações alternativas:

Segundo Bonfim (2007, p.38), a proposta da EMBRATUR não foi colocada em prática

[...] pois nela se observa que a Geografia não se encontra entre as disciplinas básicas e nem mesmo entre as habilitações alternativas. A ênfase é para a importância de capacitar os alunos para a área de produção, administração e planejamento dos serviços turísticos. Aqui se questiona: como trabalhar Planejamento e Organização do Turismo, Organização do Turismo Interno e Externo, Produção e Organização de Serviços Turísticos, sem o conhecimento espacial, alicerce da maioria da oferta turística?

Há que se notar que esse conhecimento espacial deve ser entendido de forma contextualizada, com posicionamentos metodológicos, científicos e políticos coerentes com o significado da ciência da Geografia, que tem como um de seus focos de estudo e análise os deslocamentos constantes que muitas comunidades realizam mediante as necessidades impostas pelas transformações ambientais, sociais, econômicas, políticas, religiosas e culturais. Outro ponto que merece destaque em relação à importância dos estudos geográficos para o Turismo encontra-se nas intersecções entre os espaços geográficos e fluxos turísticos, à medida que esses espaços não são territórios livres, sem ocupação, e que podem ser apropriados para a criação de atrativos para o turismo. Nessa intersecção existem as relações de poder que se configuram nos territórios, expressando-se nas demarcações de ruas, bairros, cidades e nos seus equipamentos voltados para moradia, trabalho e lazer, como bem trabalhado na tese de Furtado (2005), discutida no segundo capítulo deste trabalho.

Dessa forma, conforme Bonfim (2007, p. 48), a Geografia do Turismo pode ser entendida como o campo do saber que tem como função

[...] ler o mundo, explicá-lo e interpretá-lo, para se entender a mobilidade dos fluxos turísticos – e considerando que os geógrafos sempre estiveram atentos à mobilidade dos seres humanos em suas caminhadas pela superfície terrestre e aos arranjos espaciais construídos e reconstruídos pelas diferentes

1ª Opção- Hotelaria: Organização Hoteleira e Técnicas Operacionais, Administração Hoteleira, Administração Financeira e Orçamento, Mercadologia Aplicada, Prática-Estágio;

2ª Opção- Agenciamento e Transporte: Produção e Organização de Seminários Turísticos, Administração Aplicada, Administração Financeira e Orçamento, Mercadologia, Prática-Estágio;

3ª Opção- Planejamento: Sociologia, Organização de Turismo Interno e Externo, Infra-Estrutura Turística, Equipamento Turístico, Elaboração e Análise de Projetos, Prática-Estágio”.

sociedades em diferentes tempos –, este é o momento de voltar os olhos para essa modalidade de deslocamento, pois esses deslocamentos geram empreendimentos turísticos, projetos e políticas públicas de regulação do espaço que implicam uma (re) ordenação espacial e significativas alterações na estrutura espacial preexistente.

É difícil encontrar, pelo menos em termos de ementas, indicações de que a Geografia é vista como uma ciência que pode e deve discutir as relações de poder inerentes à disputa de espaço, de território, as implicações da globalização no redimensionamento de muitos países, a contribuição do turismo para a continuidade das relações de dominação e de exploração de países centrais em países periféricos, seja por meio do controle das empresas aéreas que determinam os destinos turísticos mais procurados, seja por meio de grandes redes hoteleiras e de agenciamento que se instalam nos pólos receptores do turismo internacional.

Esses são apenas alguns motivos que levam especialistas da área, como Rodrigues (2001, p. 88), a afirmar que

Considerando a formação acadêmica dos profissionais em turismo observam-se lacunas de formação básica, havendo necessidade de aprofundamentos, em nível teórico e operacional. Assim, partindo dos anseios da comunidade, tanto acadêmica quanto dos demais profissionais do mercado que atuam no setor do turismo, sente-se a necessidade de valorizar certas áreas nas quais priorizamos a questão ambiental e a gestão do território nas suas interfaces com o turismo, no sentido de fornecer importantes subsídios à análise, interpretação e planejamento de espaços em que o turismo se apresenta como fenômeno estruturante de novas territorialidades, até mesmo com fins geopolíticos. Daí a importância crescente de estudos integrados que focalizem o fenômeno no seu universo complexo, polissêmico e multifacetado.

É mais fácil encontrar e até privilegiar, no ensino da Geografia, temas mais comuns à discussão de utilidade para o turismo, distribuídos geralmente na área da Cartografia, como o domínio de informações sobre fusos horários, relevo, clima etc. Não que sejam temas menos ou mais importantes, mas se tratados apenas pelo aspecto de domínio de uma determinada informação, empobrecem e neutralizam a condição da Geografia como um campo do saber que pode aprofundar a consciência crítica dos

estudantes sobre problemáticas regionais brasileiras e internacionais referentes ao conceito de exclusão e inclusão social.

As ementas reproduzidas abaixo servem para visualizar o direcionamento que a disciplina está imprimindo na relação entre Geografia e Turismo, nos cursos avaliados como melhores do estado de São Paulo, demonstrando um pouco do que foi discutido sobre a importância da Geografia e de seu referencial para a compreensão do fenômeno turístico no Brasil e no Mundo:

Geografia e Turismo- “*Apresenta os aspectos teóricos da geografia e do turismo no contexto da atividade profissional e no âmbito da pesquisa. Demonstra a importância da geografia e do turismo no contexto operacional e comercial da atividade. Permite caracterizar a importância da geografia para compreensão do espaço turístico*”.(Anexo 4-UNIBERO).

Cartografia em Turismo- “*Desenvolve o domínio da linguagem gráfica através das várias formas de representação cartográfica da superfície terrestre e dos dados numéricos. Apresenta as especificidades dos mapas turísticos e de sua elaboração.*” (Anexo 6- PUC-CAMP.).

Geografia Aplicada ao Turismo A- “*Introduz conceitos básicos da Geografia. Análise e interpretação dos processos que caracterizam o mundo contemporâneo em sua dimensão espacial.*” (Anexo 6- PUC-CAMP).

Geografia Aplicada ao Turismo B- “*Compreensão da organização e produção do espaço brasileiro nos aspectos sócio econômicos e ambientais. Caracterização Geral do Brasil, sua especialidade e territorialidade nas escalas local e global.*” (Anexo 6- PUC-CAMP).

Cartografia e processamento de imagens- “*Relações entre linguagem cartográfica e turismo, evidenciando a questão da observação da paisagem e as possibilidades de representação cartográfica, respeitando-se os elementos estruturais da representação espacial e empregando procedimentos básicos de interpretação e mapeamento a partir de imagens como fotografias aéreas e imagens de satélite.*” (Anexo 7- PUC-SP.).

Fundamentos geográficos- Brasil- “*Localização do Brasil no contexto da geografia mundial. Discussão da constituição do espaço geográfico brasileiro. Particularidades das determinações físicas, biológicas e antrópicas na produção do espaço nacional.*”

Dinâmica geográfica da sociedade brasileira. Diversidade paisagística e questão regional no Brasil.” (Anexo 7- PUC-CAMP).

Fundamentos geográficos- leitura de paisagens- “Desenvolvimento de métodos e reflexões sobre a relação da paisagem com o turismo, que ultrapasse as singularidades disciplinares e subsidie os planejadores. Exploração de alguns significados de base, tais, como: geográfico, ambiental, histórico, cultural, mercadológico, perceptivo e, ainda as expectativas e o comportamento do homem, momentaneamente convertido em turista. Promoção da leitura das paisagens, pelo treinamento das funções mentais: percepção, registro, interpretação, ordenamento, discurso e representação. Consideração das paisagens como produtos de configurações geográficas.” (Anexo 7- PUC-CAMP).

Geografia do turismo e cartografia- “Estuda o espaço físico como cenário do turismo e os pressupostos ambientais para a sua sustentabilidade.” (Anexo 9- UMESP).

Geografia do Brasil- “A ciência Geografia. A organização do espaço geográfico brasileiro: condicionantes físicos e sócio-econômicos.” (Anexo 10- UNIMEP).

Geografia do Brasil II: “O quadro regional brasileiro. As regiões brasileiras, suas características paisagísticas e potencial turístico”. (Anexo 10- UNIMEP).

Cartografia- “A comunicação cartográfica. Produtos e representação cartográfica. Localização geográfica e fusos horários. Análise dos produtos cartográficos usados para informações turísticas. Localização geográfica e fusos horários. O Geoprocessamento.” (Anexo 10- UNIMEP).

Fundamentos geográficos do turismo I e II- “Compreender a organização espacial brasileira e suas relações com a atividade turística. Relacionar o desenvolvimento econômico regional com as possibilidades para a implementação de atividades turísticas. Identificar as redes urbanas brasileiras e as metrópoles nacionais e regionais e compreender como estas atuam no mercado turístico. Analisar a oferta potencial e a organização espacial das atividades turísticas no estado de São Paulo. Utilizar os recursos da Cartografia para fins de planejamento de localidades turísticas e para a divulgação de produtos.” (Anexo 12-USP).

Geografia do Turismo- Geral- “Comunicação cartográfica dentro do turismo. Produtos e representação cartográfica. Localização geográfica e fusos horários. Geoprocessamento. O espaço físico e sua diversidade: quadro natural, vida humana e atividades econômicas, diversidades continentais e nacionais.” (Anexo 13-UNISO).

Geografia do Turismo- Brasil- “O espaço nacional e sua diversidade: quadro natural, vida humana e atividades econômicas, diversidades regionais.” (Anexo 13-UNISO).

Quando se observa em algumas ementas um trabalho empobrecido com a disciplina de Geografia, voltado apenas para o tratamento de informações cartográficas ou descrição de lugares e características físicas do ambiente, os resultados, além de serem observados em sistemas avaliativos do governo como ENADE/2006, acabam se refletindo na atuação de muitos profissionais em agências de viagens, planejadores, professores e consultores de turismo.

Na pesquisa realizada por Bonfim (2007) sobre os conhecimentos geográficos que os alunos dos cursos de Turismo do Paraná possuem, duas questões chamam a atenção, devido à proximidade com a temática da formação nos cursos superiores de Turismo para a inclusão social de que trata esta tese. Essas questões dizem respeito aos conhecimentos sobre as áreas geográficas do Brasil com concentração de miseráveis e sobre as razões das diferenças entre os índices de miséria existentes nas regiões nordeste e sul. A maioria dos estudantes pesquisados demonstrou ter informações sobre a distribuição das classes sociais no país, conseguindo, inclusive, localizar essa distribuição no mapa. Entretanto, esses mesmos alunos não conseguiram explicar as razões dessas diferenças, o que evidencia a necessidade de um trabalho diferenciado, mais consistente e aprofundado nas questões que envolvem as condições de desigualdades no Brasil e no mundo.

Quadro 31 - Planejamento do Turismo, Empreendedorismo e Projetos

| | Planejamento do turismo | | | Empreendedorismo e projetos | | | |
|------------------------|---|--|---|---|--|--|---|
| UNIBERO | - | | | Empreendedorismo e Negócios Turísticos Regionais | | | |
| UNISAL | 3º sem: Planejamento, Projeto e Organização de Turismo – 40h/a | 4º sem: Planejamento Turístico – 40h/a | 5º sem: Política Pública e Estratégias de Desenvolvimento Turístico – 40h/a | 5º sem: Empreendedorismo – 40h/a | | | |
| PUC Camp | 6º sem. Laboratório de Planejamento em Turismo- 34h/a | 6º sem. Planejamento e Organização do Turismo- 68h/a | 7º sem. Planejamento Turístico Municipal- 68h/a | 8º sem. Empreendedorismo- 68h/a | | 7º sem. Projetos Turísticos- 68h/a | |
| PUC SP | 4º sem: Planejamento e Organização do Turismo I | 5º sem: Planejamento e Organização do Turismo II | 7º sem: Planejamento Urbano | 6º sem: Projeto Turístico: elaboração e avaliação | | 8º sem: Turismo e Gestão Municipal | |
| Anhembi-Morumbi | 3º e 4º sem. Planejamento e Organização do Turismo I e II- 40h/a- | 5º sem. Planejamento Mercadológico de Destinos Turísticos- 40h/a | - 6º sem. Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal/Regional- 40 h/a | 3º sem. Visão Empreendedora do Turismo- 40 h/a | 4º sem. Projeto de Viab. para Implantação de Empr. Turístico s- 40h/a- | 7º e 8º sem. Análise e Avaliação de Projetos Turísticos I e II- 40h/a- | 7º e 8º sem. Projeto Experimental I e II- 40h/a e 80h/a |
| UMESP | - | | | - | | | |
| UNIMEP | 5º sem: Planejamento e Organização do Turismo I – 60h/a | | 6º sem: Planejamento e Organização do Turismo II – 60h/a | - | | | |
| USJT | 2º ano: Planejamento e Organização do Turismo I – 80h/a | | 3º ano: Planejamento e Organização do Turismo II – 80h/a | 4º ano: Projetos Turísticos – 160h/a | | | |
| ECA-USP | 7º sem: Planejamento e Organização do Turismo I – 120h/a | | 8º sem: Planejamento e Organização do Turismo II – 120h/a | - | | | |
| UNISO | 5º sem: Planejamento e Organização do Turismo – 80h/a | | 6º sem: Plano de Desenvolvimento Turístico – 80h/a | 5º sem: Elaboração de Projetos Turísticos – 80h/a | | | |

São conhecimentos produzidos sobre a realidade histórica, geográfica, social, ambiental, cultural, política, religiosa e econômica que dão condições a um profissional de turismo de exercer com propriedade a atividade do planejamento turístico, citada por praticamente todos os estudiosos e pesquisadores da área como fundamental para um desenvolvimento efetivamente sustentável e mais humano de comunidades que vivem em espaços com potencial para o turismo. Sendo assim, não é de se admirar que Planejamento e Organização do Turismo (quadro 31) seja uma disciplina oferecida praticamente em todas as estruturas curriculares da área, em cursos técnicos, tecnológicos ou de bacharelado. Entretanto, conforme destacado no artigo “O ensino de planejamento turístico nos cursos superiores de turismo: reflexões e recomendações para a prática pedagógica”, por Marcelo Vilela de Almeida (2006, p.67),

[...] na prática, dada a dificuldade do mercado de trabalho de absorver profissionais voltados para essa área, observou-se pouca preocupação com a questão do ensino dessa disciplina – ao contrário do que ocorreu com outras disciplinas técnico-profissionalizantes referentes a outras áreas de atuação do bacharel em Turismo, como agenciamento de viagens, transportes e hotelaria, nas quais o rápido progresso técnico passou a exigir uma constante atualização dos futuros profissionais, fazendo com que o ensino também se dinamizasse.

Essa afirmação demonstra um dos grandes nós que os cursos de turismo possuem e se deparam, trazendo à tona a velha, mas atualizada, dicotomia entre um curso voltado para o mercado ou para o planejamento, como se concepções de planejamento turístico não tivessem que fazer parte de atividades desenvolvidas no mercado. De qualquer forma, a problemática sobre a desvalorização dada à disciplina vem se configurando e se fortalecendo junto com a decisão das IES de focalizarem apenas o ensino para formar profissionais adaptados, como especificado nas diretrizes curriculares, e necessários para determinados segmentos e períodos da economia nacional. Tanto que, após quase 30 anos da institucionalização do turismo como curso superior, essa disciplina não aparece mais em algumas estruturas curriculares, como demonstrado no quadro 26.

Como foi dito, há uma unanimidade em afirmar que o planejamento é uma ação extremamente complexa e fundamental para que os espaços turísticos possam se desenvolver sem os riscos de que haja interesse momentâneo pela região, para depois ser abandonada com todos os impactos negativos próprios de uma ocupação turística desordenada. Por isso, Ruschmann (2002, p.113) afirma que

O planejamento dos espaços com potencial turístico é tarefa do Estado que, para desenvolvê-lo, se vê diante de dois objetivos conflitantes: o primeiro, que é de prover a oportunidade e o acesso a esses locais para o maior número de pessoas possível, se contrapondo ao segundo, de proteger e evitar a descaracterização dos locais privilegiados pela natureza e a cultura original da população receptora.

Nesse sentido, o planejamento deve ser entendido como principal função de um bacharel em turismo, devendo ser a base da formação técnico-científica desse

profissional, atrelado à pesquisa. É possível enxergar essa relação na ementa da disciplina Planejamento e Organização do Turismo da, que orienta para a “Apresentação de uma visão global de planejamento, enfocando os principais acontecimentos, os diferentes conceitos e tipos de planejamento. Abordagem das várias etapas do planejamento no Turismo, introduzindo a prática de pesquisa para subsidiar as ações do planejamento do Turismo” e “Descrição dos aspectos históricos, políticos e socioeconômicos, como também dos atrativos turísticos naturais e culturais, serviços e equipamentos turísticos para o conhecimento da realidade de um município e elaboração de plano de desenvolvimento turístico.” (Anexo 7- PUC-SP).

Quadro 32 - Pesquisa

| | Pesquisa | | | |
|------------------------|--|---------------------------------------|--|---|
| UNIBERO | Metodologia Científica | | Pesquisa e Atividades Complementares | |
| UNISAL | 1º sem: Metodologia da Pesquisa Científica – 40h/a | | 3º sem: Pesquisa em Turismo – 40h/a | |
| PUC Camp | 1º sem. Metodologia Científica- 34h/a | | 3º sem. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo- 34h/a | |
| PUC SP | 7º e 8º sem: Projeto de Intervenção Turística I e II | | 1º ao 6º sem: Trabalho de Campo I, II, III, IV, V, VI | |
| Anhembi-Morumbi | 1º e 2º sem. Metodologia Científica I e II- 40h/a | | | |
| UMESP | - | | | |
| UNIMEP | 1º sem: Métodos e Técnicas de Pesquisa I – 30h/a | | 6º sem: Métodos e Técnicas de Pesquisa II – 30h/a | |
| USJT | 1º ano: Metodologia da Pesquisa – 80h/a | | | |
| ECA-USP | 2º sem: Metodologia da Pesquisa em Turismo – 60h/a | | | |
| UNISO | 1º sem: Fundamentos do Pensamento Científico – 40h/a | 4º sem: Prática de Pesquisa I – 40h/a | 5º sem: Prática de Pesquisa II – 40h/a | 6º sem: Prática de Pesquisa III – 40h/a |

Infelizmente, nota-se nos cursos de graduação de uma forma geral, que a pesquisa (quadro 32) passou a ser tratada apenas pelo seu lado organizativo e de apresentação gráfica de trabalhos, em que as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) devem ser apreendidas e utilizadas nos trabalhos acadêmicos. Em quase todos os cursos, a disciplina de Metodologia e Técnicas de Pesquisa é oferecida nos primeiros semestres, muitas vezes dentro do chamado Núcleo Básico, que reúne estudantes de várias áreas, como explicado anteriormente.

Para exemplificação do que foi dito, vale destacar o texto da ementa da disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa I, que se resume em aspectos normativos da pesquisa, a não ser quando indica de forma estanque que a Ciência e os conhecimentos científicos fazem parte dos conteúdos a serem tratados: “A Ciência. Conhecimento Científico. O método científico e suas aplicações na pesquisa. O trabalho Acadêmico na leitura e elaboração de texto: resenhas e artigos.” (Anexo 10- UNIMEP).

Na ementa da disciplina de *Metodologia da Pesquisa em Turismo* (Anexo 12-USP), observa-se uma tentativa de relação entre pesquisa e planejamento: “*Através de aulas expositivas, seminário e trabalhos práticos, a disciplina objetiva não apenas ensinar a elaborar um projeto acadêmico, como, indo além, a inventariar as pesquisas realizadas em turismo, mostrando a ampla gama de abordagens. Visa, também, as diferentes técnicas que são empregadas na área, com ênfase naquelas que diretamente dizem respeito ao planejamento, tais como técnicas de inventários de oferta e demanda, capacidade de carga e mensuração de atratividade.*”

Ainda assim, não se pode concluir que haja perfeita sintonia entre o desenvolvimento dessas áreas do conhecimento em um curso superior de Turismo, principalmente quando esses cursos começam a se preocupar muito mais com a qualificação e treinamento de mão-de-obra necessária para preenchimento de funções que, *a priori*, não necessitariam de uma formação superior.

Outro ponto referente às problemáticas que envolvem a atuação do profissional de Turismo em planejamento e pesquisa diz respeito não apenas ao que está proposto nos cursos, mas à realidade de grande parte dos municípios brasileiros que apresentam algum potencial para o turismo e de empresários que atuam nessas regiões. Com o ritmo acelerado que o desenvolvimento do turismo e seus possíveis benefícios foram se apresentando aos municípios brasileiros, houve um processo desordenado de efetivação da atividade turística, provocando impactos muito mais negativos do que positivos nas comunidades, como apresentado em todo o segundo capítulo.

Somente após a constatação desses impactos é que alguns municípios passaram a contratar a atuação de bacharéis para ações de planejamento e organização do turismo. Contudo, alguns profissionais apresentam lacunas em sua formação para isso, falta de preparo para lidar com uma equipe multidisciplinar, além de se depararem também, com problemas próprios da atividade em si, como a ausência de dados essenciais para a pesquisa, seja pela sua inexistência, seja pela falta de divulgação por parte dos governos e da sociedade civil, seja ainda pela sua inferência de forma metodológica equivocada.

Em muitas comunidades que já possuem algum tipo de atividade turística não é fácil conseguir dados estatísticos sobre o real impacto no desempenho econômico do município, muito menos sobre o número de turistas que freqüentam a região e suas

características. Assim, interpretações e análises não tão condizentes com a realidade local são promovidas o que resulta, conseqüentemente, em um planejamento ruim, feito pró-forma para se conseguir financiamentos públicos internacionais e para se abrir a região para entrada de empreendimentos estrangeiros.

A esse respeito, é interessante trazer algumas reflexões realizadas por Reinaldo Miranda de Sá Teles (2006, p.49), em seu artigo sobre a importância do território na prática do planejamento turístico, quando elenca uma série de problemas, afirmando que

No que diz respeito aos lugares turísticos, sobretudo nos países periféricos, a displicência com um planejamento turístico mais comprometido com a realidade local a partir de recortes territoriais tem acarretado grande dominação de empresas estrangeiras que estão fortemente inseridas no setor turístico com uma base econômica já consolidada em seus países de origem e passam a ser atores na configuração de novos territórios, os chamados territórios turísticos, que comandam essa relação de forças .

O fato de o planejamento ser trabalhado em alguns cursos somente pelo aspecto instrumental, com modelos prontos sobre como realizar os diagnósticos e prognósticos, pode promover uma atuação sem profissionalismo por parte de muitos egressos da área. Não se quer dizer que as disciplinas de planejamento não devam trabalhar com alguns modelos, mas é preciso que todos os outros campos do saber dêem fundamentos para o desenvolvimento e aplicação de modelos e propostas de planejamento. Dessa forma, configura-se na disciplina de Planejamento e Organização do Turismo a importância dos conhecimentos trabalhados por todas as outras áreas do saber.

Vale lembrar que esta análise da configuração curricular dos cursos de Turismo de algumas IES do estado de São Paulo não pretende entrar no mérito de quais disciplinas deveriam ou não ser oferecidas, porque essa é uma decisão que cabe exclusivamente a cada IES, diante de sua realidade e de suas discussões acadêmicas. Também não pretende entrar em detalhamentos de conteúdos de cada grupo de disciplinas aqui elencados, mas contribuir para uma reflexão crítica a respeito do trabalho que pode ser desenvolvido, para a construção de uma formação em turismo voltada para a inclusão social.

Quadro 33 - Direito, Ética e Psicologia

| | Direito e ética | | Psicologia |
|------------------------|--|--|--|
| UNIBERO | Direito e Legislação | Legislação Turística e Ecoturismo | - |
| UNISAL | 5º sem: Legislação Turística e Hoteleira – 40h/a | | 2º sem: Psicologia Aplicada – 40h/a |
| PUC Camp | 6º sem.Ética e Legislação Aplicada ao Turismo- 68h/a | | 5º sem. Psicologia Aplicada ao Turismo- 34h/a |
| PUC SP | 4º sem: Legislação de Interesse ao Turismo | 6º sem: Ética | 1º sem: Introdução à Psicologia |
| Anhembi-Morumbi | 6º sem. Direito e Legislação do Turismo- 40h/a | | 1º e 2º sem. Psicologia I e II- 40h/a |
| UMESP | 1º sem: Aspectos Legais do Turismo – 40h/a | 3º sem: Eletiva de formação cidadã – 40h/a | 1º sem: Aspectos Psicológicos do Turismo – 40h/a |
| UNIMEP | 8º sem: Direito Aplicado – 60h/a | | 1º sem: Psicologia – 30h/a |
| USJT | 1º ano: Direito e Legislação Turística – 80h/a | 4º ano: Ética Profissional – 80h/a | 2º ano: Psicologia Aplicada ao Turismo – 80h/a |
| ECA-USP | 3º sem: Noções de Direito e Legislação sobre o Turismo – 60h/a | | - |
| UNISO | 5º sem: Legislação Aplicada ao Turismo e à Hotelaria – 40h/a | 5º sem: Ética – 40h/a | 2º sem: Psicologia Aplicada ao Turismo – 40h/a |

Quando foram discutidos alguns problemas relacionados à atuação profissional em ações de planejamento turístico, foram apontados problemas éticos que podem incidir no trabalho de inúmeros profissionais dessa área, como em qualquer outra, mas nem por isso devem deixar de ser discutidos. Nas primeiras matrizes curriculares da área, quase não se encontram disciplinas relacionadas à Ética, ou mesmo à Ética Profissional, passando a constar nos cursos somente em meados dos anos de 1990, refletindo as mudanças no campo da política, que passou a ser discutida mais abertamente, como também nas ações empresariais e individuais, trazendo para a vida cotidiana a Ética como um valor e um bem a ser alcançado.

A questão ética aparece como uma exigência para a formação do perfil do profissional de turismo em documentos do Ministério do Turismo, como os Planos de Desenvolvimento do Turismo, nos documentos da Organização Mundial do Turismo, que criou o código de ética para toda a área, e no perfil profissional indicado pelo ENADE/2006. Ao se observar o quadro 33, percebe-se o oferecimento desse tema como disciplina isolada ou dentro da área do Direito. Das dez universidades citadas, seis não possuem a Ética como disciplina em seu quadro, o que não significa que tal temática não seja abordada transversalmente em outras disciplinas. Aliás, talvez seja essa a melhor forma de trabalhar temas relacionados à Ética.

A Organização Mundial do Turismo aprovou o Código Mundial de Ética do Turismo em 1999, retratando preocupações com os possíveis impactos negativos do setor sobre o ambiente e a sociedade, o que pode ter influenciado a criação de disciplinas ou de conteúdos para discutir tais problemas no Brasil. O Código foi elaborado a partir de princípios defendidos pela OMT, como o entendimento do turismo como fator de expansão econômica, compreensão internacional, paz e prosperidade, com o objetivo de criar um turismo responsável e sustentável de forma que seus efeitos benéficos fossem otimizados. Os artigos do Código de Ética referem-se aos seguintes temas:

Artigo 1- Contribuição do turismo para o entendimento e respeito mútuo entre homens e sociedade;

Artigo 2- O turismo, instrumento de desenvolvimento pessoal e coletivo;

Artigo 3- O turismo, fator de desenvolvimento sustentável;

Artigo 4- O turismo, fator de aproveitamento e enriquecimento do patrimônio cultural da humanidade;

Artigo 5- O turismo, atividade benéfica para os países e as comunidades de destino;

Artigo 6- Obrigações dos agentes do desenvolvimento turístico;

Artigo 7- Direito ao turismo;

Artigo 8- Liberdade de deslocamento turístico;

Artigo 9- Direito dos trabalhadores e dos empresários do setor turístico;

Artigo 10- Aplicação dos princípios do Código Ético Mundial para o Turismo. (OMT, 2008).

Nos temas abordados, é visível a preocupação com questões que dizem respeito a um turismo menos invasivo em relação aos povos e à natureza, além de demonstrar preocupação com o direito de todos os cidadãos de usufruir dessa atividade, seja como lazer ou como trabalho. Foi a partir do lançamento desse código que a Associação Brasileira de Bacharéis de Turismo (ABBTUR) iniciou discussões para a criação de um código de ética para o profissional de turismo no Brasil, seguindo basicamente os mesmos princípios. Sabe-se que não é a existência de um código de ética que pode impedir que se cometam atos contra a liberdade e a vida humanas, inclusive por meio de

ações turísticas, mas pode inibir, ou mesmo servir como subsídio para punir pessoas e empresas que se coloquem contra os princípios nele estabelecidos.

Pelos conteúdos indicados no Código Mundial de Ética do Turismo, pressupunha-se que seria um bom material para ser adotado em uma disciplina de Ética, mas não é o que demonstram algumas ementas pesquisadas. O código é citado literalmente em apenas uma ementa e não aparece nas disciplinas específicas do Direito, como se pode observar nas descrições de quatro ementas selecionadas:

Ética- “*Objetividade dos valores. Ética na filosofia. Ética na prestação de serviços. Códigos de ética na atividade turística. Comportamento ético na profissão.*” (Anexo 13-UNISO).

Ética e legislação Aplicadas ao Turismo- “*Princípios de direito, enfocando o Direito Comercial, do Trabalho, Fiscal, Alfandegário, Internacional. Sindicatos e dissídios coletivos da categoria. Legislação aplicada ao planejamento turístico, meio ambiente, transportes e agenciamento turístico. Legislação aplicada a agências de viagens e turismo, transportadoras turísticas e hotelaria. Análise de contratos de serviços turísticos. Ética profissional.*” (Anexo 6- PUC-CAMP).

Legislação de Interesse ao Turismo- “*Apresentação dos instrumentos legais e normativos que disciplinam o papel do Estado no processo de planejamento e desenvolvimento turístico e que regulam as relações jurídicas e contratuais no setor privado. Apresentação e discussão das disposições do Código de Defesa do Consumidor, a legislação ambiental e urbanística de âmbito federal, estadual e municipal.*” (Anexo 7- PUC-SP).

Legislação Aplicada ao Turismo e Hotelaria- “*Direito constitucional. Direito alfandegário. Estatuto jurídico do estrangeiro. A legislação turística.*” (Anexo 13-UNISO).

A discussão proposta na ementa da disciplina de Ética remete ao estabelecimento da “*Relação homem-mundo na atividade turística. Diversidade dos espaços geográficos e culturais e a descoberta que o ser humano faz do mundo e do seu*

autoconhecimento. A noção de ethos e as diferentes formas de agir, adotadas pelos seres humanos de várias partes do mundo. Ética como universalidade do dever ser, a ser alcançada a partir da diversidade dos hábitos e costumes dos diferentes povos e diferentes estágios culturais”. (Anexo 7- PUC-SP), e coloca a possibilidade de aprofundamento filosófico para o entendimento sobre as diferenças éticas das sociedades, ao mesmo tempo em que propõe a reflexão sobre uma ética universal que tenha como pressuposto a diversidade e o respeito à alteridade, indo muito além dos princípios apresentados no Código de Ética e indo além do tratamento da ética como mais um valor agregado ao produto e ao profissional.

Se a Ética aparece como disciplina em cinco cursos, Direito, Legislação e Psicologia são as únicas áreas que constam na organização curricular de praticamente todos os cursos. Na verdade nunca deixaram de constar desde as primeiras grades curriculares. Isso denota a importância dos aspectos legais mesmo em períodos de ditadura, em que a força costuma substituir o direito, e em períodos democráticos, em que o Direito se coloca como universal e único para todos, retirando quaisquer condições estruturais de diferenças de classes em que os discursos da equidade substituem a luta pela igualdade social.

Essa conotação do direito como um bem universal, adquiridas pelas disciplinas de Legislação, se fortaleceu a partir da década de 1990, quando se deu certa ampliação dos direitos dos cidadãos, a implementação de uma nova Constituição que, no plano teórico, restituiu o direito de reivindicação ao povo. Nessa década, os problemas ambientais tomaram proporções ampliadas no país, pressionando o Estado a agir com medidas punitivas e com a criação de uma legislação específica para crimes contra o ambiente, sem se importar, inclusive, com as diferentes formas de relação entre as comunidades e o ambiente. A globalização acirrou a concepção do cidadão consumidor que deve ser protegido contra os maus fornecedores, criando-se um código de defesa específico para a relação de compra e venda de produtos, sejam tangíveis ou intangíveis, como o turismo. Logicamente que, em meio a tantas mudanças, a área de Direito não ficaria de fora da formação de um profissional de turismo, nem tampouco a Psicologia, que passou a ser mais exigida conforme aumentava o grau de individualização da sociedade, ao mesmo tempo em que ocorria a globalização econômica e cultural.

Entretanto, no desenvolvimento dessas disciplinas, nem sempre se apresenta aos estudantes o contexto político e econômico em que estão inseridas. Aliás, essa contextualização não é comum nem mesmo para alguns professores que a ministram, impedindo que haja maior compreensão dos estudantes em relação ao histórico da área que escolheu para atuar. Na verdade, na maioria das vezes, o jovem em condição de cursar uma faculdade não é levado a preocupar-se com a função social de sua profissão e dos conhecimentos por ele desenvolvidos durante o curso, apesar de todos lerem emocionados um juramento na cerimônia de colação de grau, que freqüentemente se inicia com a promessa de dispor sua profissão para o benefício da sociedade. Numa composição intitulada “Considerações de um jovem por ocasião da escolha de uma profissão”, Karl Marx escreveu:

Nossas relações com a sociedade começam, em certa medida, antes que as possamos determinar [...] A idéia mestra que deve nos guiar na escolha de uma profissão deve ser o bem da humanidade e o nosso próprio desenvolvimento [...] A natureza do homem é feita de tal modo que ele não pode atingir sua perfeição a não ser agindo para o bem e a perfeição da humanidade. (MARX *apud* RUBEL, 1991: 16).

Esse pensamento já não condiz com a individualização que se apropria da vida contemporânea, em que o discurso voltado ao social é atrelado a uma modernidade que oprimiu a humanidade, disciplinando-a e reprimindo seus instintos de prazer e de liberdade. São esses novos sentimentos, pensamentos e concepções que deram o tom para que a Psicologia se solidificasse como mais uma área do conhecimento necessária para a formação do profissional de turismo.

Em meio às transformações econômicas e políticas dos últimos 30 anos, não se pode negar que a sociedade passou a ser vista não mais como um todo uniforme, mas a partir de sua diversidade, pluralidade e individualidade. Se isso, por um lado, significou passos importantes para que muitos grupos de minorias encontrassem espaços para sua afirmação, por outro se estabeleceu claramente as distinções nesses mesmos espaços, sendo que um grupo não pode e nem deve avançar na direção do outro. Ao mesmo tempo em que essa diversidade pôde se mostrar, passou a enfrentar de forma aberta a sua negação. A busca pela afirmação na sociedade acirrou e fortaleceu reações de

xenofobismo, semitismo, homofobismo, nazismo e racismo, entre tantas outras formas de violência contra o outro.

As mudanças se configuraram, também, pela forma que os homens passaram a se relacionar com as expectativas de futuro, ou seja, os aspectos estruturais de trabalho e de planejamento de vida profissional futura não mais forneciam condições para criar expectativas, impondo a necessidade de lidar com o presente, com o efêmero, com o passageiro, buscando o maior grau de satisfação e prazer nas atividades do dia-a-dia, ressaltando que o presente, o aqui e o agora, vieram para ficar.

Talvez, muitos desses fatores tenham exercido forte influência para a necessidade de se trabalhar, nos cursos de Turismo, conteúdos relacionados à Psicologia, mesmo porque o próprio turismo se tornou um fenômeno atrelado aos desejos individuais, à realização dos sonhos e prazeres, muitas vezes reprimidos. Conhecer as novas motivações dos indivíduos, a relação existente entre a realização de viagens, os interesses individuais e os sociais, aprofundar os estudos sobre a aceitação da diversidade, sobre a relação entre o indivíduo e diferentes grupos, suas características psicossociais, se constitui em rico material para o desenvolvimento de disciplinas de Psicologia em cursos de Turismo. A ementa da disciplina de Introdução à Psicologia é um exemplo do que foi explicitado acima: *“Compreensão do turismo como fenômeno psicossocial, a partir da discussão das atividades turísticas como prática social, na medida em que se inserem em redes de significados intersubjetivamente construídas e se dão como vivência compartilhada.”* (Anexo 7- PUC-SP).

Denota-se uma vasta gama de temas que podem e devem ser aprofundados no campo da Psicologia, principalmente quando se verifica o crescimento da ansiedade, das doenças psicológicas, da grande pressão para a criatividade, para a produtividade, para o consumismo, para ser diferente, que recaem sobre os indivíduos. Entretanto, quase todos os cursos disponibilizam esses conteúdos em duas aulas semanais durante um semestre, e nem sempre esses conteúdos são relacionados às demais disciplinas ou são, de fato, utilizados, seja para as ações de planejamento, seja para a configuração de roteiros turísticos que procurem levar em consideração não apenas o indivíduo/cliente e

seus interesses, mas o contexto psicossocial em que está inserido e a real condição do local procurado por este indivíduo.

Quadro 34 - Hotelaria, Gastronomia, Agências e Transportes

| UNIBERO | Hotelaria e Gastronomia | | | Agência e Transportes | | | | |
|------------------------|---|---|--|--|--|---|--|--|
| | Fundamentos de Hotelaria | Gastronomia e Turismo | Alimentos e Bebidas | Agência de Viagens | | Transportes e Roteiros Turísticos | | |
| UNISAL | 5º sem: Meios de Hospedagem – 80h/a | | 5º sem: Alimentos e Bebidas – 80h/a | | 3º sem: Transportes – 40h/a | | 4º sem: Agência de Viagens – 40h/a | |
| PUC Camp | 3º sem. Meios de Hospedagem e de Alimentação- 68h/a | 4º sem. Laboratório de Hospedagem e de Alimentação- 34h/a- | 4º sem. Serviços de Hospedagem e de Alimentação- 68h/a | 8ºsem. Planejamento e Gestão de Meios de Hospedagem e Alimentação- 68h/a | 1º sem. Transportes Aéreos e de Superfície - 68h/a | 2ºsem. Agenciamento de Viagens A- 68h/a | 3º sem. Agenciamento de Viagens B- 68h/a | 4º sem. Laboratório de Agenciamento de Viagens- 34h/a |
| PUC SP | 2º sem: Meios de hospedagem | | | 3º sem: Meios de Transportes | | 4º sem: Agências de turismo | | |
| Anhembi-Morumbi | 2º sem. Estr. Func. Proc. Depto. de Hotéis- 40h/a- 40h/a- 2º sem. Estr. Func. Proc. Restaurantes- | 5º sem. Planej. Org. Hoteleira- 40h/a- 5º sem. Planej. Org. de Restaurantes- 40h/a- | 6º sem. Org. hoteleira em Destinos Turísticos- 40h/a 6º sem. Org. de restaurantes em Destinos Turísticos-40h/a | 2ºsem. Estr. Func. Proc. Ag. de Viagens- 40h/a- | 5º sem. Planej. Org. Ag. de Viagens e Turismo em Transportes- 40h/a- | | 6º sem. Org. de Ag. de Viagens e Tur. e de Transportes em destinos Turísticos- 40h/a | |
| UMESP | 3º sem: Meios de hospedagem e restauração – 80h/a | | | 3º sem: Agenciamento de viagens: operadoras e agências – 80h/a | | 3º sem: Empresas de transporte – 40h/a | | |
| UNIMEP | 6 sem: Meios de Hospedagem I – 60h/a | 6 sem: Alimentos e Bebidas – 60h/a | 7º sem: Meios de Hospedagem II – 60h/a | 2º sem: Transportes e Turismo – 60h/a | 4º sem: Agência de Viagens e Turismo I – 60h/a | 5º sem: Agência de Viagens e Turismo II – 60h/a | | |
| USJT | 3º ano: Meios de Hospedagem – 80h/a | | 4º ano: Alimentos e Bebidas – 80h/a | | 2º ano: Administração de Agências de Viagens – 80h/a | 3º ano: Sistema de Transportes – 80h/a | | 4º ano: Técnicas e Operações de Agências de Viagem – 80h/a |
| ECA-USP | 4º sem: Hotelaria – 60h/a | | | 5º sem: Sistemas de Transportes – 60h/a | | 6º sem: Agências de Viagens – 60h/a | | |
| UNISO | 4º sem: Turismo e Gastronomia – 80h/a | | | 3º sem: Transportes Turísticos – 40h/a | | 4º sem: Agenciamento Turístico – 80h/a | | |

O trabalho do profissional de turismo referido no parágrafo anterior traz a discussão para o quadro 34, que tem um rol de disciplinas das áreas de Hotelaria, Gastronomia, Agências e Transportes, tratadas geralmente como áreas de formação técnica, mas que também exigem atuação ética e crítica do profissional. Agências de Viagens e Transportes são disciplinas desenvolvidas por quase todos os cursos superiores, tecnológicos e técnicos; já Hotelaria e Gastronomia foram sendo inseridas nas estruturas curriculares após a segunda metade dos anos de 1990.

Geralmente, o trabalho desenvolvido nesses componentes curriculares parece se distanciar de todas as discussões apresentadas pelas disciplinas dos Conteúdos Básicos e Específicos. Isso ocorre, também, com a área de Lazer e Eventos (quadro 35) e Administração (quadro 36). Esse distanciamento é sentido pelos estudantes, que passam a ter a sensação de que o trabalho desenvolvido em História, Geografia, Patrimônio Cultural e Natural, Antropologia, Ética, Direito e Psicologia não deveriam fazer parte de sua formação profissional, cedendo mais tempo para as disciplinas práticas.

Essa sensação é reforçada pelo mercado de trabalho, que reclama por uma formação mais prática, direcionada às técnicas necessárias na operacionalização e comercialização de pacotes turísticos, ao trabalho de recepção e reservas de hotéis, à organização e administração de bares, cafés e restaurantes, ao atendimento correto nas práticas de locação de veículos ou na contratação dos transportes necessários para a efetivação da atividade turística de indivíduos ou grupos. O nó central do problema está no reforço dado, por professores e coordenadores de cursos da área, ao discurso do mercado reproduzido pelos alunos. Os coordenadores das IES precisam atender da melhor forma possível às exigências desse mesmo mercado para conseguir aumentar o poder de colocação dos egressos em postos de trabalho, reforçando os mecanismos mercadológicos de atração de novos alunos. Essa situação cria um círculo vicioso, do qual não se consegue sair facilmente.

Ao ler algumas ementas respectivas à Administração, Agenciamento, Transportes, Hotelaria, Alimentação e Eventos nota-se as diferenças no discurso escrito de suas ementas em relação às ementas de disciplinas que abordam o turismo como um fenômeno social, econômico, cultural e político complexo, multifacetado. Entra o discurso da formação técnico-profissional com ênfase nas ações operacionais que devem ser, inclusive, treinadas em laboratórios específicos, os quais acabam se tornando o grande diferencial para concorrência entre as IES, como se pode observar nas ementas citadas abaixo:

Administração de empresas de turismo- “Como montar e organizar uma empresa turística. Apresentar os aspectos cotidianos da administração e suas técnicas de operacionalidade funcional.” (Anexo 10-UNIMEP).

Agenciamento Turístico- “Tipos de empresas de agenciamento turístico. Como montar e organizar uma agência turística. Aspectos cotidianos da administração e técnicas de operação funcionais. Princípios fundamentais de administração de agências.” (Anexo 13-UNISO).

Agências de Viagens- “Apresentar aos alunos as características do mercado de operadoras e agências de viagens e turismo. Analisar as características de gestão das empresas de agenciamento. Discutir o relacionamento de dependência das agências de viagens com seus fornecedores. Apresentar os procedimentos operacionais para a elaboração de pacotes turísticos, bem como a importância das novas tecnologias no setor. Desenvolver um trabalho prático de elaboração e operação de um pacote turístico.” (Anexo 12-USP).

Laboratório de Agenciamento de Viagens: “Atividade prática relacionada a pesquisa, extensão e informação de agenciamento de viagens, realizada em laboratório pedagógico do Curso e na rede comercial de turismo da região.” (Anexo 6- PUC-CAMP).

Transportes aéreos e de superfícies- “As diversas modalidades de transportes de passageiros, sua evolução, regulamentações e sua importância para o desenvolvimento do turismo nacional e internacional. Contato com manuais operacionais e sistemas de reservas, o conhecimento e aplicações da informática no setor de transportes aéreos e de superfície.” (Anexo 6- PUC-CAMP).

Meios de Hospedagem e Alimentação- “Histórico e evolução dos meios de hospedagem e de alimentação. Gastronomia. Classificação e tipologia dos meios de hospedagem e de alimentação (restauração). Os meios de hospedagem e de alimentação na estrutura do turismo. Principais termos técnicos.” (Anexo 6- PUC-CAMP).

Alimentos e Bebidas- “Alimentos e bebidas como componentes básicos do turismo. Gastronomia como atrativo turístico e sua história. Os diversos tipos de estabelecimentos, os equipamentos, serviços e atendimento. Conceitos básicos de manipulação de alimentos, nutrição e higiene. Organização de cardápios. Noções de enologia e conhecimento de bebidas.” (Anexo 10- UNIMEP).

Planejamento e Organização de Eventos- “Tipologia dos eventos. Técnicas e métodos de organização. Formatação financeira. Uso do check-list.” (Anexo 12-USP).

Algumas transformações que estão ocorrendo no campo do trabalho, desde meados dos anos 70 do século passado, foram discutidas no primeiro capítulo desta tese, demonstrando a diminuição da oferta de trabalho formal, das regulamentações trabalhistas que garantiam alguma proteção ao trabalhador e o aumento da precarização das condições de trabalho. Foi abordado no segundo capítulo que o problema dessa informalidade e precarização se intensificaram em postos de trabalho gerados pelo turismo, e que há um descaso por parte do Estado com essa situação. Neste capítulo, em que a discussão curricular está em foco, e por meio das ementas citadas, chama a atenção o fato de que o mercado está repassando para a universidade sua função de treinamento operacional para o bom desempenho profissional de seus trabalhadores, desonerando-se de mais uma responsabilidade e atribuindo ao indivíduo o ônus de sua formação para atendimento das necessidades desse mercado.

Pode-se afirmar, com certa tranqüilidade, que a oferta de disciplinas como Hotelaria, Gastronomia, Eventos, Lazer e Agenciamento é um dos grandes fatores que contribuiu para a demanda pelo curso de Turismo, pelo menos nos últimos anos, porque são áreas estritamente relacionadas à condição de empregabilidade. O interesse por essas áreas foi crescendo a cada ano nas duas últimas décadas, começando pela Hotelaria, que passou a ser oferecida como curso de graduação em nível de tecnologia em final da década de 1970⁴⁵, tendo seu ápice no início dos anos 90, seguida pela área da Gastronomia, que ainda apresenta crescimento na procura por vagas, o que já não ocorre com os cursos de Turismo e Hotelaria. Os cursos de Eventos e Lazer não emplacaram na graduação da mesma forma que a Hotelaria e a Gastronomia, mas ganharam *status* na área de Pós-Graduação *Lato Sensu* e de extensão. Turismo e Hotelaria faziam parte do rol de cursos de sucesso das universidades que trilhavam o caminho de oferecer cursos “da moda” ou curso “da vez”, ou seja, os mais procurados e, portanto, as áreas em que as IES passaram a investir, pelo menos em sua fase de crescimento.

⁴⁵ Os primeiros cursos superiores de Hotelaria foram oferecidos em nível de Tecnologia e, de acordo com o livro “Viagem na memória: guia histórico das viagens e do turismo no Brasil”, de Luiz Gonzaga Godói Trigo (2000), surgiram dentro da seguinte cronologia:
1978- primeiro curso de Hotelaria criado pela Faculdade de Administração Hoteleira da Universidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul;
1984- segundo curso de Hotelaria, criado pela Faculdade Hebraico Brasileira Renascença de São Paulo, hoje incorporada ao grupo educacional UNIESP;
1989- terceiro curso de Hotelaria, criado pelo Instituto Superior de Hotelaria e Turismo- ISHOTUR, atual Faculdade SENAC de Turismo e Hotelaria do Centro Universitário SENAC.

Os quadros 34, 35 e 36 demonstram quase que uma uniformidade entre os cursos oferecidos em diferentes localidades do estado de São Paulo, e chama a atenção a distribuição de disciplinas como Hotelaria e Gastronomia em algumas IES, ao dedicarem não apenas um semestre, mas dois ou três para o trabalho nessas áreas, considerando que existem cursos específicos para essas formações que, ao longo dos anos, foram se tornando mais atrativos que o próprio Turismo, como explicitado anteriormente.

Um fator que justifica o maior interesse pelas áreas de hotelaria e gastronomia é justamente a condição de empregabilidade em meios de hospedagem e de alimentação, superior às funções mais formais do Turismo como agentes e operadores de viagens, planejadores, consultores, gestores e empresários do setor, além da desvalorização da formação superior para as profissões de agentes de viagem, explicitada abertamente por representantes empresariais do setor.

Em um estudo sobre o perfil profissional dos agentes de viagem da cidade São Paulo, Andréa da Silva (2006), se deparou com as exigências de lucratividade por parte das agências e operadoras de viagens a partir das vendas que o agente realiza, sem se preocupar com a preservação da qualidade das viagens adquiridas pelos consumidores, muito menos com questões políticas, econômicas e sociais que envolvem os destinos turísticos comercializados. Encontrou, ainda, em sua pesquisa, um setor que prefere contratar profissionais com experiência e sem um diploma universitário, economizando assim em salários, principalmente porque a formação universitária serve apenas para contribuir com uma formação generalista, dando mais cultura ao profissional, mas não preparando-o para o que ocorre no dia-a-dia de uma agência.

É dentro dessa gangorra mercadológica de altos e baixos que o Turismo tenta se equilibrar e se manter. Parece que, da mesma forma, as disciplinas do curso dividem o peso nessa gangorra, o que não colabora para que ocorra um debate necessário sobre qual a real e efetiva contribuição do Turismo como um curso superior para a construção de saberes, para a produção de conhecimentos necessários à sociedade.

Debater sobre esse papel do Turismo como curso superior não significa entrar no mérito de oferecer ou não disciplinas de Agenciamento, Hotelaria, Gastronomia e Eventos, mas discutir como podem ser trabalhadas, caso façam parte da estrutura

curricular, de forma que cumpram sua função de preparo para o mercado de trabalho sem se prostrarem diante da mercantilização do conhecimento.

Outros fatores dizem respeito às condições de trabalho dos professores nas IES privadas, que contribuem para o crescimento do abismo entre os campos do saber e do fazer turísticos e para a inexistência do debate sobre o papel dos cursos superiores de Turismo na construção de conhecimentos. Por questões administrativas e organizacionais das universidades privadas, os professores são obrigados a ter um número mínimo e máximo de aulas, o que promove uma distribuição de disciplinas sem que a formação do docente seja necessariamente observada.

Há, ainda, a falta de incentivo das IES para a formação docente, ao mesmo tempo em que existem, em determinados momentos, exigências de titulação e produção acadêmica para conquistar determinado número de aulas. Em outros casos, as IES cobram apenas a titulação mínima, colocando os docentes com titulação máxima na fila dos “demissionáveis”, fortalecendo, em uma situação ou em outra, a falta de incentivo para a formação. Esse não é o assunto deste tópico e nem desta tese, mas não poderia deixar de ser referenciado, na medida em que contribui sobremaneira para os problemas que a educação superior, de forma geral, está atravessando no Brasil.

Quadro 35 - Lazer e Eventos

| Lazer e Eventos | | | | |
|------------------------|--|--|--|--|
| UNIBERO | Lazer e Recreação | Gestão de Pessoas em Eventos | Planejamento, Organização e Operacionalização de Eventos | Planejamento, Organização e Operacionalização de Eventos Turísticos |
| UNISAL | 1º sem: Recreação Aplicada ao Turismo e Hotelaria – 40h/a | 1º sem: Sociologia do Lazer – 40h/a | 2º sem: Organização de Eventos – 80h/a | |
| PUC Camp | 8º sem. Entretenimento- 34h/a | 5º sem. Eventos em Turismo- 68h/a | 4º sem. Sociologia do Lazer- 68h/a | |
| PUC SP | 1º sem: Sociedade Contemporânea: Lazer e Turismo | | 6º sem: Planejamento e Organização de Eventos | |
| Anhembi-Morumbi | 1º sem. Estr.Func.Proc.em Eventos-40h/a- | 1º sem. Lazer e Entretenimento- 40h/a- | 6º sem. Org. de Eventos e Espetáculos em Destinos turísticos- 40h/a- | 6º sem. Org. do Lazer e Entretenimento em Destinos Turísticos- 40h/a |
| UMESP | 1º sem: Lazer e Turismo – 40h/a | | | |
| UNIMEP | 4º sem: Lazer e Recreação – 60h/a | | 7 sem: Planejamento e Organização de Eventos – 60h/a | |
| USC | | | | |
| USJT | 2º ano: Organização e Gestão em Lazer e Entretenimento – 80h/a | | 3º ano: Planejamento e Organização de Eventos – 80h/a | |
| ECA-USP | 4º sem: Sociologia de Lazer e do Turismo – 30h/a | | 7º sem: Técnicas de Relações Públicas e Eventos em Turismo – 30h/a | |
| UNISO | 1º sem: Recreação e Lazer – 40h/a | 2º sem: Sociologia do Lazer – 80h/a | 3º sem: Lazer e Recreação Turístico- Hoteleira – 80h/a | 3º sem: Planejamento e Organização de Eventos – 80h/a |

Centralizando novamente a discussão na análise curricular dos quadros organizados em disciplinas das IES pesquisadas, a área de Lazer (quadro 35) merece alguns apontamentos específicos. Em alguns cursos, essa disciplina aparece junto com recreação e entretenimento, colocando-se como parte do conjunto das disciplinas técnicas e, em outros, aparece como uma área de estudo da Sociologia, sendo então direcionada para os Conteúdos Básicos propostos nas diretrizes curriculares.

Autores como Nelson Carvalho Marcellino (1983, 1995) e Luiz Octávio de Lima Camargo (1989) contribuíram para trazer a discussão do Lazer para o campo da Sociologia que, posteriormente, se colocou como uma especificidade e uma necessidade para a formação em Turismo. Luiz Gonzaga Godoi Trigo (2003) trouxe, mais recentemente, o conceito de entretenimento para a área, que em pouco tempo acabou sendo incorporado como um componente curricular por algumas universidades, em substituição ao conceito de recreação, que para alguns é mais relacionado à Educação Física, o que gerou algumas polêmicas ainda não resolvidas entre professores, profissionais e estudantes de Turismo.

O campo do conhecimento que envolve lazer, recreação e entretenimento, juntamente com áreas como Hotelaria, Gastronomia e Eventos, compõem um grupo significativo de disciplinas que modificaram a estrutura curricular dos cursos em relação à grade curricular de 1975 descrita neste trabalho. Praticamente todas são disciplinas de bases técnicas e profissionalizantes, com exceção do Lazer, também conectado às análises sociológicas, como dito antes e indicado nas ementas abaixo:

Sociologia do lazer - “A concepção de ócio e lazer no pensamento clássico e medieval. A emergência da sociedade de consumo e o lazer. Os efeitos sociais do surgimento do turismo. Lazer através da mídia e os desafios do ócio na sociedade contemporânea.” (Anexo 6- PUC-CAMP).

Sociedade Contemporânea: Lazer e turismo - “O turismo, o turista e o lazer enquanto problemática sociológica das sociedades modernas; o turismo enquanto atividade econômica e social e o turista enquanto ator social; as práticas do turismo associadas ao processo de acumulação e a finitude da natureza; relação entre trabalho e lazer; a noção de tempo social e de tempo livre; a relação entre turismo e lazer em seus diferentes aspectos sociológicos.” (Anexo 7- PUC-SP.).

As disciplinas dos quadros 34, 35 e 36, que representam a renovação em relação às grades curriculares da década de 1970, se apresentam sob várias denominações, como Hotelaria ou Meios de Hospedagem, Gastronomia ou Alimentos e Bebidas. Isso muitas vezes ajuda a indicar qual o direcionamento dado à discussão e estudos em sala de aula, como se pode observar também nas disciplinas de Sociologia do Lazer, Entretenimento e Lazer e Recreação, conforme demonstram as ementas:

Sociologia do Lazer e do Turismo- “Discutir a distribuição do tempo de trabalho e o tempo livre no percurso da história da sociedade ocidental. Analisar correntes teóricas que estudam o lazer como fenômeno social. Estudar as características do lazer e suas tendências na sociedade contemporânea. Desenvolver o censo crítico nos alunos para que estruturam programações de lazer baseadas na integração sócio-cultural do indivíduo.” (Anexo 12-USP).

Entretenimento- “A indústria do entretenimento e sua importância no século XXI. Os serviços de recreação. Programas de recreação. Técnicas e equipamentos de recreação. O espaço do animador.” (Anexo 6- PUC-CAMP).

Lazer e recreação turístico-hoteleira- “Técnicas de organização de atividades recreativas associadas ao turismo e à viagem em geral. Exercícios práticos.” (Anexo 13-UNISO).

Entretanto, o mais importante a destacar em relação ao trabalho desenvolvido nas disciplinas de Sociologia do Lazer é a possibilidade de ampliar o campo de discussão sobre as relações entre Turismo e inclusão social, dando ênfase às necessidades de lazer como parte fundamental para a completude da humanização do ser humano.

Não é necessário indicar aqui toda relação existente entre as lutas trabalhistas e a conquista de mais tempo livre, nem tampouco retomar a problemática da substituição do trabalho humano pela informatização, aumentando mais ainda o tempo de lazer para partes consideráveis das sociedades desenvolvidas, em contraponto ao aumento do trabalho precarizado e quase escravo para muitas outras parcelas. Mas é preciso considerar que a discussão sobre o papel do lazer na sociedade contemporânea é central para um profissional de turismo que vai atuar, na maioria das vezes, com o lazer do outro; que estará planejando ações, gerenciando equipamentos e coordenando trabalhadores responsáveis por garantir momentos de lazer para diferentes classes

sociais, grupos étnicos e raciais, o que denota que mesmo quando a denominação estiver mais relacionada à recreação, esses fundamentos não podem ficar ausentes da formação profissional.

Quadro 36 - Economia e Hospitalidade

| | Economia | | | | Hospitalidade |
|------------------------|---|--|---|--|--|
| UNIBERO | - | | | | Hospitalidade |
| UNISAL | 3º sem: Fundamentos Econômicos do Turismo – 40h/a | | | | 4º sem: Hospitalidade – 40h/a |
| PUC Camp | 3º sem. Economia Aplicada ao Turismo- 68h/a | | | | - |
| PUC SP | 3º sem: Microeconomia do Turismo | | 4º sem: Macroeconomia Aplicada ao Turismo | | - |
| Anhembi-Morumbi | 5º sem. Tendências Econômicas- 40h/a- | 6º sem. Análise e Estratégias de Investimentos- 40h/a- | 8º sem. Ambiente de Negócios em turismo- 40h/a- | 8º sem. Cenários Econômicos e o Turismo- 40h/a | |
| UMESP | 1º sem: Aspectos Econômicos do Turismo – 40h/a | | | | - |
| UNIMEP | 1º sem: Economia I – 30h/a | 2º sem: Economia II – 30h/a | 7º sem: Análise Econômica do Turismo – 30h/a | | - |
| USJT | 3º ano: Economia – 80h/a | | | | - |
| ECA-USP | 3º sem: Análise Microeconômica do Turismo – 60h/a | | 4º sem: Análise Macroeconômica do Turismo – 60h/a | | - |
| UNISO | 3º sem: Introdução à Economia – 40h/a | | | | 2º sem: Fundamentos da Hospitalidade – 80h/a |

Quanto à questão de diferentes denominações de algumas disciplinas, a utilização do termo Hospitalidade (quadro 36), pode chamar atenção aos leigos no assunto e, por isso, é necessário entrar nessa análise. A Hospitalidade é uma disciplina que também foi incorporada às estruturas curriculares dos cursos de Turismo mais recentemente e se coloca como uma área de conhecimento que engloba a Hotelaria, Meios de Hospedagem, Alimentos e Bebidas, Gastronomia e Eventos, trazendo para si a responsabilidade de fornecer as bases epistemológicas necessárias para outro aspecto central do turismo que é a arte de receber, desvinculando-se das características operacionais e técnicas diretamente relacionadas à hotelaria e alimentos e bebidas.

A arte de receber amigos, parentes, colegas e até desconhecidos, seja em casa, em um evento ou em um meio de hospedagem, por ser uma ação praticamente cotidiana, parece, à primeira vista, destituída de densidade ou mesmo de questões que tenham relevância social. No entanto, desde o início do século XXI, com o apoio de Luiz Octávio Lima de Camargo (2004), essa área se configurou em um Programa de Mestrado de uma universidade privada de São Paulo, o que tem motivado o crescimento e avanço de pesquisas no campo do Turismo, já que é por meio das atividades turísticas que ocorrem quase todas as formas de deslocamentos do ser humano, implicando

sempre no recebimento e no acolhimento do outro, implicando nas relações de alteridade.

Essa temática tem alguns pensadores citados por Camargo (2004) como fomentadores do debate aqui no Brasil, como Konrad Lorenz, Jacques Derrida, Alain Montandon, Conrad Lashley e Alison Morisson, o que ratifica o peso acadêmico dessa recente área do conhecimento. Foi por meio de discussões sobre os movimentos imigratórios na Europa, principalmente, que a discussão sobre hospitalidade tomou força, sendo incorporada como a versão não comercial da ação de receber, implícita nos deslocamentos dos seres humanos. Obviamente, a hospitalidade está relacionada, na contemporaneidade, muito mais com as questões econômicas, portanto na sua concepção comercial, que envolve meios de hospedagem e de alimentação. Mas o importante é que, com a criação dessa área de pesquisa, se conseguiu abrir espaços para se retomar o cerne de sua existência, que é o acolhimento ao amigo, ao estranho, ao outro, enfim, ao turista.

Luiz Octávio de Lima Camargo, em um texto de apresentação do livro “Hospitalidade e migrações internacionais: o bem receber e o ser bem recebido”, de Silvana Pirillo Ramos (2003), chama a atenção para alguns aspectos que resvalam nas questões de exclusão social vivenciadas por milhares de viajantes do mundo que buscam alternativas de vida melhor, realizações de sonhos que são vendidos por países centrais aos países periféricos, mas quando tentam realizar esses sonhos em terras estranhas, muitas vezes são recebidos com aspereza, estranheza e violência. Nesse texto de apresentação, Camargo demonstra, ainda, que um dos fatores que mais podem atrapalhar o desenvolvimento do turismo é a falta de hospitalidade crescente em muitas destinações turísticas, motivada pelo xenofobismo e pela intolerância, como comentado em relação aos conteúdos da psicologia, demonstrando pontos de intersecção da área.

Apesar da importância que a hospitalidade vem demonstrando, não é ainda uma disciplina adotada por muitos cursos, mas não se pode dizer que não seja abordada de outras formas e em outras ementas, como em Antropologia, por exemplo, o que é muito importante para garantir a discussão da inclusão social como fundamento primordial para uma formação em turismo diferenciada, que se fundamenta a partir de um projeto fora da agenda neoliberal de crescimento econômico.

É nesse projeto, fora da agenda neoliberal, que o trabalho com a área de conhecimento científico da Economia (quadro 36) pode contribuir, possibilitando que os estudantes de Turismo realizem estudos aprofundados nesse campo do conhecimento que implica nas decisões das sociedades sobre como organizarão seus recursos de produção. Dessa forma, o profissional de turismo deve ter a responsabilidade de pensar essa organização dentro de sua área produtiva, principalmente diante do fortalecimento e das perspectivas de crescimento e desenvolvimento desse setor econômico.

Como apresentado no segundo capítulo desta tese, o Brasil ainda não possui um trabalho sério relacionado ao turismo. Governos e empresários tratam de forma pouco profissional esse setor que tem potencial para gerar dividendos e uma melhor distribuição de renda entre as diferentes regiões brasileiras, faltando ações de planejamento turístico associadas ao planejamento econômico, social e cultural. É importante destacar que as universidades precisam dar sua contribuição para a organização econômica do setor turístico, a começar pela formação de profissionais com visão aprofundada sobre as relações da economia com o mercado turístico nacional e internacional.

Em consonância com a necessidade de desenvolver um trabalho aprofundado em Economia nas universidades, Beatriz Helena G. Lage e Paulo Cesar Milone (2001), em um artigo sobre o ensino da Economia do turismo, especificam as relações interdisciplinares de alguns ramos de estudo da Economia do Turismo com a Sociologia, a História, a Geografia, a Ecologia, a Comunicação, a Pesquisa, a Estatística, a Matemática, o Direito e a Administração. Nesse artigo, os autores ainda sugerem possíveis conteúdos para essa disciplina, enfatizando a necessidade da abordagem conceitual, das representações estatísticas e análises matemáticas que o estudante deve se apropriar ao longo de sua formação.

Segundo Lage e Milone (2001, p. 160), no campo da Economia existem alguns conceitos básicos que devem ser amplamente trabalhados para serem aplicados corretamente ao Turismo, “[...] como: riqueza, necessidade, escassez, escolha, utilidade, bens e serviços, recursos, produto, setores de produção, fatores de produção, produção, distribuição, consumo, agentes econômicos, problemas econômicos etc.” Indicam que é preciso trabalhar no nível da microeconomia, abordando características específicas do mercado turístico como a demanda, em que temas como elasticidade devem ser

devidamente discutidos, pela importância para a realização de atividades de planejamento, ações de *marketing*, de negócios e estratégias de crescimento e desenvolvimento do turismo. A oferta turística é a outra ponta a ser estudada, com a pesquisa e análise do comportamento das empresas e sua intervenção no mercado, relações com os custos de produção e outras conexões. É proposto, também, os estudos macroeconômicos que, dentre os inúmeros conceitos teóricos e matemáticos a serem aprendidos, os estudantes devem conseguir enxergar as contribuições do Turismo para a economia nacional. Nesse caminho, Lage e Milone (2001: p.167) explicam que

Eis que o nível de emprego e da renda nacional são assuntos abordados nessa análise de agregados e, em se tratando do turismo, os impactos gerados pela atividade sobre os mesmos. Igualmente importam os efeitos que o turismo representa como meio de distribuição de riquezas entre países e entre regiões, revelando uma transferência monetária, sob o enfoque econômico (além do aspecto social, cultural, natural etc.), que pode vir a beneficiar o crescimento e o desenvolvimento da região, pois estimula os investimentos na indústria turística.

O domínio dos conhecimentos econômicos se torna fundamental para embasar as tomadas de decisões, seja no campo da empresa pública ou privada, para contribuições na formulação de políticas públicas e, principalmente, para se adotar medidas que visem o desenvolvimento social do turismo. A apropriação dos saberes econômicos devem estar a serviço da promoção de um turismo mais humano e mais inclusivo, como afirmado anteriormente. Entretanto, essa concepção não aparece em alguns textos das ementas selecionadas⁴⁶, sendo ressaltados apenas conceitos respectivos da microeconomia e suas relações com a macroeconomia no panorama nacional e internacional, como se pode observar nas ementas listadas abaixo:

Economia Aplicada ao Turismo- “Sistemas econômicos, leis que regem a economia de mercado, tipos de mercados (concorrência perfeita, oligopólio e monopólio). Elasticidade. Teoria dos custos. Relação de despesas e receitas. Investimentos e retorno de capital.” (Anexo 6- PUC-CAMP)

⁴⁶ É importante salientar que um simples resumo do que será abordado por um determinado componente curricular nem sempre tem condições de traduzir os objetivos, as intenções e as concepções que se pretende com determinada disciplina, mas é um indicador dessas intenções. Como explicitado em outros momentos deste trabalho, nem mesmo no plano de ensino detalhado se consegue expor as concepções epistemológicas e ideológicas que estão presentes no desenvolvimento das aulas e das relações ali produzidas.

Introdução à Economia- “Panorama das teorias econômicas clássicas. Estudo de mercado e de viabilidade econômica de empreendimentos turísticos. Fontes de financiamento do setor.” (Anexo 13-UNISO)

Análise microeconômica do Turismo- “Formação sobre o comportamento do consumidor e a teoria da firma aplicados à cadeia produtiva do turismo.”- (Anexo 12-USP)

É possível notar, pela distribuição no quadro 36, que as disciplinas de Economia são oferecidas em apenas um semestre, o que não parece ser um período suficiente para proporcionar aos estudantes um aprofundamento nesse campo do conhecimento científico. Além desse aspecto, é possível notar nas ementas a indicação de uma visão genérica da área, ao mesmo tempo fechada para o contato com as outras disciplinas, fortalecendo o isolamento de uma visão econômica que acaba recaindo para questões como produtividade e maximização de lucros. Abaixo estão relacionadas outras ementas dessa mesma disciplina que apresentam pequenas diferenças, como o enfoque nas condições de sustentabilidade econômica, nas relações políticas e ambientais:

Análise Macroeconômica do Turismo- “Formação sobre os impactos econômicos do turismo na formação do PIB e seus reflexos sobre o balanço de pagamentos, emprego e multiplicadores da economia. Avaliação dos conceitos de políticas econômicas e suas conseqüências sobre a produção e o consumo do turismo.” (Anexo 12-USP).

Economia I- “O Conceito de Desenvolvimento Econômico e de Crescimento Econômico. A Evolução do Desenvolvimento Econômico no Brasil do Pós-guerra. Conceito de Desenvolvimento Sustentável.” (Anexo 10- UNIMEP).

Economia II- “As Teorias Sobre o comércio Internacional. O Imperialismo. A Globalização e a integração Regional. O Brasil Frente a Nova Ordem Mundial.” (Anexo 10- UNIMEP).

Percebe-se também que, quando há mais tempo para que as disciplinas sejam trabalhadas, há conseqüentemente uma melhor distribuição dos conteúdos, podendo inclusive entrar em aspectos como a diferenciação entre conceitos de crescimento e desenvolvimento econômicos, que segundo Lage e Milone (2001, p.169)

Para o turismo, aspectos físicos, como aumento do fluxo de turistas para uma região, envolvem crescimento econômico, enquanto que só pode haver

desenvolvimento se envolverem variáveis qualitativas que melhorem o nível da atividade turística e da população local como, por exemplo, a construção de novos aeroportos, estradas, serviços de abastecimento de água, energia, esgoto etc. Em se tratando de economia do turismo, esses dois diferentes conceitos devem ser lembrados, especialmente pelo fato de o turismo vir a gerar efeitos distintos em países desenvolvidos e em países em desenvolvimento pela grande disparidade na distribuição de renda de cada um.

São essas possibilidades de aprofundamento dos significados, dos conceitos econômicos e do seu embasamento sociológico, cultural, político e ambiental que podem fazer a diferença nas condições de aprendizagem profissional do estudante de turismo.

Quadro 37 - Matemática, Estatística, Sistemas de Informação e Informática

| | Estatística | Matemática | | Sistemas de informação e informática | |
|------------------------|---|---|-----------------------------|---|---|
| UNIBERO | Estatística Descritiva | Matemática Financeira | | - | |
| UNISAL | 2º sem: Estatística – 40h/a | - | | 1º sem: Informática Aplicada ao Turismo e Hotelaria – 40h/a | |
| PUC Camp | 4º sem. Estatística Aplicada ao Turismo- 34h/a | - | | 3º sem. Sistemas de Informação Aplicados ao Turismo- 34h/a | |
| PUC SP | 3º sem: Teorometria | - | | - | |
| Anhembi-Morumbi | 1º sem: Estatística Aplicada ao Turismo – 40h/a | 3º sem: Matemática Financeira - 40h/a | | - | - |
| UMESP | 3º sem: Estatística Aplicada ao Turismo – 40h/a | 3º sem: Matemática Financeira Aplicada ao Turismo – 40h/a | | 4º sem: <i>E-tourism</i> : evolução, aplicação e tendências – 40h/a | |
| UNIMEP | 5º sem: Estatística Aplicada – 60h/a | - | | 2º sem: Informática Aplicada I – 60h/a | 3º sem: Informática Aplicada II – 30h/a |
| USJT | 1º ano: Matemática e Estatística – 80h/a | | | 4º ano: Informática Aplicada – 80h/a | |
| ECA-USP | 5º sem: Noções de Estatística – 60h/a | 6º sem: Elementos de Estatística no Turismo – 60h/a | 7º sem: Teorometria – 60h/a | - | |
| UNISO | 3º sem: Estatística – 40h/a | - | | - | |

Ao analisar e estudar os conteúdos específicos das disciplinas de Economia do turismo, apareceram indicações da necessidade da aplicação de conceitos matemáticos e estatísticos no tratamento de problemas e informações do mercado turístico, como cálculo para formação de preços, custos de produção, equação de demanda, quantificação da demanda em termos de fluxos turísticos, entre muitos outros. Isso denota a necessidade da oferta de disciplinas como Estatística, que aparece em todas as estruturas curriculares dos cursos elencados no quadro 37 e que, na verdade, nunca

deixou de pertencer à organização curricular do Turismo desde as primeiras configurações curriculares da área.

Como a estatística não é considerada uma ciência e sim uma técnica de pesquisa dentro do método científico, seu oferecimento nos cursos de turismo passou a ser relacionado às pesquisas de mercado, colocando-se como um instrumental técnico importante para o desempenho do profissional de turismo que necessita constantemente analisar informações mercadológicas, realizar levantamento de dados, elaborar relatórios a partir dos dados coletados, entre outras atividades.

Essa característica instrumental é evidente nas ementas, como também sua estreita ligação com os estudos de economia e com a pesquisa de mercado, o que já não é tão explícito em relação à pesquisa acadêmica, relacionada ao desenvolvimento dos Trabalhos de Conclusão de Curso- TCC (quadro 40), como se pode observar nas seguintes ementas:

Elementos de Estatística no Turismo- “A disciplina oferece instrumentais de apoio à quantificação e à previsão do Turismo, além de reforçar o aspecto das relações do Turismo com outras ciências afins, em especial com a Economia.” (Anexo 12-USP).

Estatística Aplicada ao turismo- “Métodos e Técnicas estatísticas utilizadas em pesquisa de mercado. Tipos de amostra. Econometria. Aplicação da informática como ferramenta no processo estatístico”. (Anexo 6- PUC-CAMP).

Estatística- “Sistemas e processos básicos para obtenção, organização e análise dos dados sobre produtos, mercados e serviços turísticos” (Anexo13-UNISO).

Sabe-se que o Brasil não é o país da estatística, ou melhor, falta aos profissionais uma melhor formação para que utilizem, de forma consistente, coerente e ética, esse instrumental de apoio, que pode ser facilmente manipulado de acordo com diversos interesses, como já se viu e se vê em relação à utilização dos números pelas campanhas políticas e discursos governamentais, inclusive em relação ao turismo. O segundo capítulo desta tese, fundamentado em pesquisas realizadas por diversos profissionais, procurou demonstrar o tom apologético que os discursos relacionados ao crescimento do turismo adotam, quase todos eles referendados por dados estatísticos, colocando em cena um discurso triunfalista da indústria do turismo como solução de todos os problemas das regiões pobres do país, quando analisada por outros ângulos demonstra outra realidade.

Considerando a problemática acima referenciada, ressalta-se a importância de trabalhar nos cursos de Turismo as ferramentas da estatística relacionadas aos modelos teóricos do turismo, com a indicação de que é possível desenvolver estudos mais avançados nessa área, envolvendo a pesquisa, a econometria, a estatística e os referenciais sociais, políticos, culturais e ambientais do turismo. Dessa forma, percebe-se que alguns cursos fizeram a opção por esse tipo de trabalho, propondo as seguintes ementas:

Teorometria- “Caracterização do instrumental estatístico fundamental para o profissional de turismo: medidas de dispersão, amostragem, distribuições de probabilidades, intervalos de confiança e teste de hipóteses. A partir deste instrumental básico realizar discussões, de maneira geral, de alguns dos principais modelos econométricos aplicados aos estudos turísticos, tais como: Regressão Linear, Modelos Sazonais, séries de Tempo, entre outros, além da construção de números-índices. A aplicação dos conceitos será feita por meio de Estudos de Casos e Pesquisas em Turismo.” (Anexo 7- PUC-SP.).

Dentro do quadro 37, aparecem ainda disciplinas na área da informática que merecem destaque, juntamente com a Estatística, e que poderiam aparecer nas ementas como uma ferramenta absolutamente necessária para os trabalhos de pesquisa e o processo estatístico. Além de constar como uma tecnologia indispensável para quase todas as áreas profissionais, seu domínio se torna imprescindível em todas as operações e setores que envolvem a atividade turística. A questão não é mais oferecer aulas específicas dos programas básicos da computação, mas sua utilização em prol do aprimoramento do trabalho a ser realizado em quaisquer circunstâncias de pesquisa e planejamento.

Segundo os estudos realizados pelo Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (Neit) do Instituto de Economia da Unicamp (2007), a tecnologia da informação representa um obstáculo para a melhoria do desempenho do turismo brasileiro, que ainda comercializa poucos pacotes pela *internet*, realiza poucos negócios no âmbito nacional e internacional. Esse estudo aponta ainda para a falta de informações sobre meios de hospedagem, transportes e mesmo sobre localidades turísticas com as devidas atualizações, o que indica que o desenvolvimento planejado do turismo necessita de um sistema de informações baseado nos avanços tecnológicos e em seu pleno domínio pelos profissionais.

É importante salientar que o domínio dessa tecnologia não favorece apenas as condições de comercialização de produtos a partir de dados de oferta e demanda, mas possibilita a acessibilidade a dados importantes para ações de planejamento que tenham preocupação com a avaliação dos impactos socioeconômicos, culturais e ambientais que as atividades turísticas podem produzir. Parece ser esse o caminho adotado na proposta de trabalho da ementa da disciplina de Sistemas de Informação Aplicadas ao Turismo, quando propõe trabalhar os *“Tipos e usos de informação. Gerenciamento de sistemas de informação. Aplicação da tecnologia da informação nas diversas áreas do turismo. Sistemas de distribuição de informação turística. Conhecimento de ferramentas que aumentam a produtividade e eficiência no setor turismo. Demonstração e utilização de softwares em laboratório de informática.”* - (Anexo 6- PUC-CAMP).

As disciplinas de informática dos cursos de Turismo devem considerar que os usos da tecnologia inseridos no âmbito da formação educacional não podem e não devem seguir somente a lógica mercadológica; devem vislumbrar o embasamento técnico e instrumental para a realização de estudos estratégicos que favoreçam o desenvolvimento sustentável e socialmente responsável de empresas e comunidades relacionadas ao turismo.

Quadro 38 - Administração e Finanças

| | Administração | | | | Finanças | | |
|------------------------|--|--|--|---|---|---|---|
| UNIBERO | Gestão Empresarial aplicada ao Turismo | | | | Gestão de Custos/ | | |
| UNISAL | 5º sem: Gestão de Empresas Turísticas I – 40h/a | | 6º sem: Gestão de Empresas Turísticas II – 40h/a | | 6º sem: Plano de Negócios – 40h/a | | |
| PUC Camp | 3º sem. Gestão de Empresas de Turismo A- 68h/a | 4º sem. Gestão de Empresas de Turismo B- 68h/a | 5º sem. Gestão de Atrativos e Recursos Turísticos- 34h/a | 7º sem. Administração de Recursos Humanos em Turismo- 34h/a | 6º sem. Administração Financeira e Contábil Aplicada ao Turismo- 68h/a | | |
| PUC SP | 5º sem: Administração aplicada ao Turismo | | 7º sem: Gestão de empresas turísticas | | 8º sem: Gestão de Recursos Humanos | | |
| Anhembi-Morumbi | 3º e 4º sem. Adm. Mercadológica I e II- 40h/a- 5º sem. Adm. Pública em Turismo- 40h/a- 7º sem. Adm. Pública e Terceiro setor- 40h/a- | 7ºsem. Adm. Ag. Viagens, Tur. e de Transp.- 40h/a- 7º sem. Adm. de Restaurantes- 40h/a- 7º sem. Adm. Hoteleira- 40h/a- | 7º e 8º sem. Adm. mercadológica Apl. Turismo I e II- 40 h/a- 8º sem. Estratégia Empresaria I- 40 h/a | 3º sem. Fund. Da Gestão Empresarial- 40h/a- 4º sem. Visão de Negócios em Empresas de Turismo- 40h/a- 4º sem. Gestão de Pessoas- 40h/a | 5º sem. Gestão de Destinos Turísticos- 40 h/a 7º sem Gestão em Eventos e Espetáculos- 40 h/a- 7º sem. Gestão em Lazer e Entr.- 40h/a- 7º sem. Tend. Contemp. de Gestão- 40h/a | 4º sem. Custos e Orç. Empr. Apl.- 40h/a- | 8º sem Adm Fin. E Orç. Apl. Ao Turismo- 40h/a |
| UMESP | 3º sem: Administração aplicada ao turismo – 40h/a - | | 3º sem: Administração de crises – 40h/a | | 3º sem: Qualidade na prestação de serviços turísticos – 40h/a | | |
| UNIMEP | 1º sem: Introdução à Gestão – 60h/a | 3º sem: Teoria e Cultura das Organizações – 60h/a | 8º sem: Administração de Recursos Humanos – 60h/a | 8º sem: Administração de Empresas de Turismo – 60h/a | 7º sem: Contabilidade e Custos – 60h/a | | |
| USJT | 1º ano: Administração Aplicada ao Turismo – 80h/a | | 4º ano: Gestão Turística – 160h/a | | 4º ano: Recursos Humanos – 80h/a | | |
| ECA-USP | 1º sem: Política e Administração – 60h/a | | 3º sem: Administração de Empresas de Turismo – 60h/a | | | 7º sem: Administração Financeira e Orçamentária Aplicada ao Turismo – 60h/a | |
| UNISO | 2º sem: Teoria Geral da Adm. – 40h/a | | 3º sem: Gestão de Des. de Pessoal em Turismo – 40h/a | | | 4º Fund. Planej Financeiro e Contábil – 40h/a | |

A lógica mercadológica referida no parágrafo anterior é um aspecto central para as disciplinas da área da Administração, Finanças e Marketing (quadros 38 e 39) de quase todos os cursos superiores, o que não seria diferente com o Turismo, que é uma atividade importante para o desenvolvimento da economia mundial e nacional.

Ao ler as ementas das disciplinas de Administração Aplicada ao Turismo e afins, encontram-se, obviamente, conteúdos considerados necessários na atuação de um administrador de empresas que deve ter como foco a lucratividade e o crescimento do empreendimento que estiver administrando. Por isso, os conteúdos são mais ou menos comuns aos diversos cursos, tendo a aplicabilidade ao turismo e à administração de serviços como ênfase.

Olhando apenas para as ementas, não é possível ter clareza se existe alguma influência de “escolas” da Administração no desenvolvimento das disciplinas, aspecto citado apenas em uma ementa que substitui o termo administração por gestão, destacando uma discussão mais conceitual da área. Na maioria dos casos, os textos das ementas são genéricos, com temáticas mais relacionadas às atividades da função do que sobre seu conceitual teórico, conforme se pode visualizar nas ementas selecionadas a seguir:

Administração de Empresas de Turismo- “Apontar os diferentes tipos de empresas, mostrando sua inter-relação dentro do sistema turístico, evidenciando-se o significado particular de cada tipo que integra o trade. Apontar, analiticamente, as características administrativas particulares a cada empresa em função dos objetivos a que se dirigem. Preparar o aluno para estudos mais especializados.” (Anexo 10- UNIMEP).

Administração Aplicada ao Turismo- “Conhecimento e aprendizado sobre os aspectos e desafios empresariais, voltados para o setor de Turismo: o ambiente organizacional, formas de organização e porte das empresas. Aspectos econômicos e financeiros das empresas de Turismo (agência de Turismo, Empresas de Alimentos e Bebidas e outras). Novos cenários, modelos de gestão estratégica. A empresa do futuro e gerenciamento da mudança.” (Anexo 4- UNIBERO).

Gestão de Empresas Turísticas- “Debates sobre a nova economia de serviços. Estratégias empresariais no turismo. Mercado turístico nacional e mercados turísticos globais. Conhecimento como variável estratégica. Construção de vantagens competitivas dinâmicas. Planejamento estratégico-situacional. A administração de empresas turísticas numa economia de fluxos e de lugares.” (Anexo 4-UNIBERO).

Administração Financeira e Orçamentária- “Proporcionar conhecimento e gerar aprendizado sobre os conceitos, práticas e estado da arte em finanças e orçamento e suas relações e manifestações com as organizações e instituições do turismo, capacitando o aluno a verificar, analisar, discutir, entender e compreender os diversos aspectos do processo em conformidade com os princípios financeiros no campo nacional e internacional.” (Anexo 10- UNIMEP).

Gestão de Desenvolvimento Pessoal em Turismo- “Perspectivas tradicionais e renovadoras de gestão de recursos humanos, organização e métodos. Estudo das especificidades da gestão de RH em empresas turísticas.” (Anexo13- UNISO).

Não constam dessas ementas referências às questões éticas ou de responsabilidade social, econômica e ambiental como dimensões muitas vezes conflitantes, se for levada em consideração a essência do funcionamento empresarial capitalista, mas ao mesmo tempo necessárias, mediante a competição desenfreada que costuma se estabelecer entre os negócios e empreendimentos ligados às atividades turísticas, quando colocam como perspectiva a maximização dos lucros em detrimento dos impactos que podem gerar.

Vale mencionar, nesta discussão, que a valia de muitas ações denominadas de “sociais” pode ser questionável. Exemplificando: uma associação de empresas, de âmbito nacional, de um determinado subsetor da economia, brada, como a ação de responsabilidade mais importante das empresas afiliadas – que, estima-se, sejam mais de 70% do subsetor – um evento pontual anual, no qual algumas empresas oferecem um café-da-manhã para 30 crianças de baixa renda. Questiona-se, quais os reais interesses dessa “ação social”? Quais os reais benefícios sociais?

É surpreendente que alguns conceitos que deveriam ser universalmente entendidos como pressupostos necessários na gênese de qualquer empresa ou negócios, tais como ética ou cumprimento da legislação em vigor, passem a ser considerados como indicadores de responsabilidade social e sejam motivados por meio de ações que têm, como prioridade, a promoção da imagem ou do produto de determinada empresa.

Se as análises e os questionamentos sobre esses tipos de ações não fizerem parte da formação de futuros administradores, planejadores, operadores de atividades turísticas, é possível que a contribuição das disciplinas da área da administração, seja para a manutenção e a reprodução das condições de desigualdade social, concentração de renda, concorrências desleais no âmbito dos negócios, maior precarização das

condições de trabalho, mantenham as condições sociais do país dentro dos piores índices de distribuição de renda mundial⁴⁷.

Como ilustração para as ponderações sobre a contribuição das disciplinas de administração para uma formação de profissionais que tenham uma atuação direcionada para a transformação e não para a manutenção do papel que as empresas de turismo podem representar para suas comunidades, destacam-se as seguintes ementas:

Gestão de atrativos e recursos turísticos- “*Identificação e hierarquização dos atrativos e recursos turísticos, quer sejam naturais, históricos ou culturais. Planejamento e organização dos atrativos e recursos turísticos. Responsabilidade na Gestão dos atrativos e recursos turísticos. Conselhos de patrimônio históricos, turísticos e ambientais.*” (Anexo 6- PUC-CAMP).

Gestão de Recursos Humanos- “*Apresentação e discussão das funções relacionadas à gestão dos recursos humanos no contexto das empresas, especificamente aquelas do setor de Turismo, analisando: mercado de trabalho e sua influência nos processos de recrutamento e seleção de profissionais, necessidades de treinamento e técnicas mais adequadas para supri-las, formas de avaliação de desempenho e remuneração aplicáveis ao segmento, papel da comunicação interna e aspectos relacionados à segurança e saúde do trabalhador no exercício das diferentes atividades do ramo.*” (Anexo 4- UNIBERO).

Teoria e Cultura das Organizações- “*A análise cultural das organizações, as faces no uso do poder sobre a cultura, a tecnologia enquanto instrumento de materialização das relações de poder na cultura organizacional.*” (Anexo 7- PUC-SP).

Política e Administração- “*Proporcionar conhecimento e gerar aprendizado sobre os conceitos, práticas e estado da arte em processos e organização das empresas no contexto das organizações e instituições do turismo, capacitando o aluno a verificar, analisar, discutir, entender e compreender os diversos aspectos da administração em conformidade com os princípios, teorias, práticas e avanços no tema ora abordado.*” (Anexo 10- UNIMEP).

⁴⁷ O Brasil é 72º país no Índice de Desenvolvimento Humano, para maiores informações, ver em www.pnud.org.br ou disponível em www.ipea.gov.br/pub/td/2006/td_1166.pdf e www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=531&lay=pde.

Sob a perspectiva do Turismo como fator de inclusão social que se defende nesta tese, considera-se que as disciplinas relacionadas à administração empresarial, financeira, de recursos humanos e de *marketing* precisam contribuir para o debate que envolve a responsabilidade social das empresas, explicitando que ações pontuais, assistencialistas ou ainda permutativas fazem parte do repertório de empresas administradas por profissionais pouco preparados para enxergar a função social da empresa e as possibilidades reais de agir para mudar o posicionamento arcaico da elite empresarial brasileira.

Quadro 39 - Marketing

| | Marketing | | | | | |
|------------------------|---|---|--|---|---|--|
| UNIBERO | Marketing, Publicidade e Propaganda no Turismo | | | | | |
| UNISAL | 5º sem: Marketing Serviços – 40h/a | | | 6º sem: Marketing Turístico – 40h/a | | |
| PUC Camp | 5º sem. Marketing Turístico A- 68h/a | | 6º sem Marketing Turístico B- 34h/a | | 7º sem. Marketing Institucional e Técnicas Publicitárias- 34h/a | |
| PUC SP | 6º sem: Estratégia de Comunicação Mercadológica | | | | | |
| Anhembi-Morumbi | 6º sem. Promoção de destinos Turísticos- 40h/a | | | | | |
| UMESP | 4º sem: Marketing do Turismo – 80h/a | 4º sem: Técnicas Publicitárias Aplicadas ao Turismo – 40h/a | 4º sem: Técnicas de Vendas e Negociação do Produto Turístico – 80h/a | 4º sem: Pesquisa de Marketing Aplicada ao Turismo – 40h/a | 4º sem: Comportamento do consumidor turista – 40h/a | 4º sem: Segmentação de mercado turístico – 40h/a |
| UNIMEP | 7º sem: Marketing Turístico – 60h/a | | | 8º sem: Publicidade e Propaganda – 60h/a | | |
| USJT | 2º ano: Marketing Turístico I – 80h/a | | | 3º ano: Marketing Turístico II – 80h/a | | |
| ECA-USP | 6º sem: Marketing em Turismo – 120h/a | | | 7º sem: Técnica Publicitária – 30h/a | | |
| UNISO | 6º sem: Marketing Turístico-Hoteleiro – 80h/a | | | | | |

Na direção da discussão travada sobre as disciplinas de administração no curso de Turismo, é preciso acrescentar alguns pontos importantes no que diz respeito ao ensino do *marketing* nesses cursos que, de forma geral, costuma contemplar alguns conteúdos como a segmentação do mercado turístico, pesquisa de mercado, planejamento, estratégias e planos de *marketing*, formas de divulgação do produto turístico, teorias e práticas do *marketing*, entre outros. Dependendo da nomenclatura utilizada, são incorporados alguns tópicos relacionados à publicidade, ao instrumental de campanhas, técnicas de vendas e negociações, criatividade e redação em campanhas publicitárias etc.

Um ponto a ser considerado no ensino dessa disciplina, apesar de parecer ultrapassado para alguns especialistas da área, refere-se à divulgação da imagem do Brasil para o exterior e para os próprios brasileiros, que durante muitos anos foi atrelada aos estereótipos como futebol, samba e mulatas. Há uma estreita relação entre essa

imagem e a promoção do turismo sexual, do turismo internacional e interno direcionado justamente para os locais estruturados para transformar essa imagem em realidade, cumprindo assim as promessas veiculadas pelas propagandas, cartões postais, muitas agências de viagens e meios de comunicação em geral.

De fato, essa imagem ainda se mantém, apesar dos esforços de mudanças que têm sido feitos nos últimos anos pelas agências do governo, mas que ainda concorrem com a divulgação direta efetivada por algumas operadoras e agências de turismo, empresas de transportes, revistas especializadas e, de forma indireta e subliminar por filmes, reportagens, telenovelas, propagandas da mídia falada e escrita.

A existência e persistência da divulgação e comercialização dessa imagem estereotipada do Brasil podem ser consideradas como um grave problema e um forte entrave para o fortalecimento das trocas culturais entre diferentes povos e para a sustentabilidade construída a partir das atividades econômicas com menor impacto na sociedade e no meio ambiente. Esse fato deveria ser tratado nos cursos de Turismo como um dos principais conteúdos para as disciplinas de *Marketing*, devido à força que os meios de comunicação, ferramenta essencial para a publicidade e a propaganda, exercem sobre as sociedades.

Outro aspecto a ser considerado no trabalho desenvolvido com as disciplinas de *Marketing* refere-se ao processo de comercialização realizado no turismo – que se dá a partir da intangibilidade da maioria de seus produtos, ou seja, na compra de uma viagem, de uma hospedagem, ou mesmo de um ingresso para algum evento ou recreação, a decisão se efetiva antes de se ter um contato direto com o produto –, que demonstra a força do *marketing* para a objetivação desse tipo de comercialização.

Dessa forma, esse trabalho se coloca como um forte e importante fator de promoção do Turismo, e isso implica trabalhar com as necessidades, com a imaginação e com os sonhos das pessoas, como é amplamente difundido em textos, palestras e aulas da área. Esse é mais um aspecto que evidencia a necessidade de ressaltar a importância da ética e da responsabilidade social, ambiental, política e econômica imprescindíveis aos profissionais que cuidam da divulgação e promoção das atratividades turísticas de um país ou de uma região.

Muitas vezes, as disciplinas de *Marketing* priorizam estratégias voltadas para divulgação do país em nível internacional, visando grandes negócios e empresas, deixando de lado o fato de que a maioria dos estudantes tende a realizar trabalhos em pequenas empresas, direcionadas para nichos específicos do mercado nacional, perdendo a oportunidade de estimular a produção de pesquisa e de projetos que focalizem ações para motivar o cidadão brasileiro a conhecer melhor o seu país⁴⁸, promovendo, ao mesmo tempo, maior apropriação da diversidade cultural, autovalorização, manutenção e expansão da memória histórica.

Apesar das condições econômicas que excluem parcelas significativas de uma população que está ultrapassando a barreira dos 180 milhões de brasileiros, é possível pensar como e de que forma os estudos de mercado realizados pelo *Marketing* podem auxiliar a propiciar acesso a diferentes formas de lazer, que envolvam viagens, passeios culturais, recreativos, religiosos, educacionais e profissionais. É preciso criar oportunidades para ampliar a capacidade de lazer das classes trabalhadoras, sem cair na pauperização do produto, ou simplesmente na oferta de produtos de categoria inferior ao que se faria para outros níveis sociais.

Logicamente que não basta trabalhar conteúdos sociológicos para que ocorra uma formação profissional pautada em concepções que vão além da lógica mercantilista em que a maior parte da educação superior está inserida.

Conhecimentos e alternativas necessários para o entendimento e transformação das imagens estereotipadas do turismo no Brasil, da falta de ética e honestidade nos processos de comercialização dos produtos turísticos e da ausência de interesse na promoção de ações direcionadas para as classes trabalhadoras, só serão produzidos por meio da desconstrução de padrões, conceitos e tendências que fundamentam o desenvolvimento dos temas que pertencem ao escopo estritamente comercial e, muitas vezes, excludente, da área do *marketing* turístico e da administração de empresas de turismo. Para usar os jargões próprios do *marketing*, é preciso inovar, ser criativo, é preciso de fato transformar e não apenas reproduzir idéias previamente estabelecidas.

⁴⁸ O ministério do Turismo tem realizado ações para a difusão cultural do turismo, como a campanha Me leva Brasil de 2005, o Salão de Turismo etc. Mais detalhes ver MINISTÉRIO DO TURISMO, Relatório de Gestão –Anexo I e II, 2005, disponível em <http://www.turismo.gov.br>.

Quadro 40 - Trabalho de Conclusão de Curso e Estágio

| | TCC | Estágio | |
|------------------------|--|--|--|
| UNIBERO | Trabalho de Conclusão de Curso I, II e III | Estágio Supervisionado | |
| UNISAL | - | - | |
| PUC Camp | - | 7º sem. Estágio Supervisionado em Turismo I - Atividades Autônomas de Estágio I- 153 h/a | 8º sem. Estágio Supervisionado em Turismo II - Atividades Autônomas de Estágio II- 153 h/a |
| PUC SP | - | - | |
| Anhembi-Morumbi | 8º sem. Trabalho de Conclusão de Curso- 40h/a | - | |
| UMESP | 1º ao 4º sem: Projeto Integrado – 240h/a | - | |
| UNIMEP | 8º sem: Trabalho de Conclusão de Curso – 60h/a | 7º sem: Estágio Supervisionado em Turismo I – 150h/a | 8º sem: Estágio Supervisionado em Turismo II – 150h/a |
| USJT | - | - | |
| ECA-USP | 8º sem: Trabalho de Conclusão de Curso – 90h/a | 8º sem: Estágio Supervisionado em Turismo – 360h/a | |
| UNISO | - | - | |

O quadro 40 traz, para a discussão curricular dos cursos de Turismo, o Estágio Supervisionado como um componente curricular obrigatório e o Trabalho de Conclusão de Curso como componente opcional, segundo as diretrizes curriculares em vigor aprovadas. Para realizar uma discussão mais clara e organizada sobre os dois componentes curriculares, optou-se por discuti-los separadamente, ainda que em muitos cursos o desenvolvimento de um pode estar atrelado ao do outro.

Alguns aspectos relacionados à realização dos estágios supervisionados, apresentados no trabalho de Maria Ângela M. Ambrizi Bissoli (2002), como indicações que constavam no texto das diretrizes curriculares, em discussão no Conselho Nacional de Educação (CNE) no ano de 2001, em comparação ao texto do documento que foi efetivamente aprovado em 2006, mostram que a opção foi por orientações mais simples e abertas em relação à atividade, possibilitando sua realização dentro das próprias IES, por meio de ações práticas elaboradas e aprovadas pelos colegiados.

No livro Estágio em Turismo e Hotelaria, Bissoli (2006) explicita que constavam três tipos de estágios no texto das diretrizes, os quais foram denominados como Estágios Integradores, Estágios de Pesquisa e, finalmente, Estágios Profissionais Supervisionados. Ao que parece, a concepção e alguns objetivos constantes dos Estágios Integradores e de Pesquisa acabaram sendo incorporados por um componente

curricular que se tornou obrigatório para todos os cursos de graduação, denominado, de forma genérica, de Atividades Complementares⁴⁹.

Os Estágios de Pesquisa tinham como objetivos não só o incentivo à pesquisa, mas principalmente a formação do estudante de Turismo para a docência, motivo pelo qual esse tipo de Estágio não foi aprovado, já que essa função é específica dos cursos de licenciatura. A existência desses três tipos de estágios estava vinculada à proposta de oferecimento, pelos cursos de Turismo, de quatro habilitações direcionadas para a formação de bacharéis e tecnólogos: formação para negócios, formação de docentes e formação de pesquisadores. Isso não foi aprovado na época, mas foi posteriormente retomado e modificado pelo texto do Parecer nº 288/2003, que deixou em aberto a possibilidade de as IES oferecerem habilitações diferenciadas e determinadas em seus Projetos Pedagógicos sem, no entanto, permitir habilitação para a docência.

As orientações sobre o Estágio Supervisionado das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Turismo (BRASIL, 2006) estabelecem que:

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada Instituição, por seus colegiados superiores acadêmicos, aprovar o respectivo regulamento de estágio, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria IES, mediante laboratórios especializados, sem prejuízo das atividades de campo, nos diversos espaços onde possam ser inventariados e coligidos traços significativos do acervo turístico, segundo as diferentes áreas ocupacionais de que trata o § 2º do art. 2º desta Resolução, abrangendo as diversas ações teórico-práticas, desde que sejam estruturadas e operacionalizadas, de acordo com a regulamentação própria prevista no *caput* deste artigo.

⁴⁹ Conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares dos Cursos Superiores de Turismo, em seu artigo 8º, “As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente acadêmico, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho, com as peculiaridades das diversas áreas ocupacionais que integram os segmentos do mercado do turismo, bem assim com as ações culturais de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.” (BRASIL, 2006). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/rces13_06.pdf (Acesso em Ago./2007).

§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os responsáveis pelo estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

Sempre foi atribuído ao Estágio Supervisionado o objetivo de consolidação dos conhecimentos adquiridos por meio da observação e da prática no mercado de trabalho. Teoricamente, as regras para o desenvolvimento do estágio deveriam ser estabelecidas pelas IES, o que era difícil de acontecer, já que as IES ficavam na dependência do mercado para abertura de vagas e essa situação colocava o mercado em vantagem nos termos de negociação sobre que atividades e como se daria o estágio de um determinado estudante.

Outro problema enfrentado pelos cursos de Turismo dizia respeito à atividade de supervisão por parte das IES, um aspecto necessário para garantir o caráter pedagógico e não cair no oferecimento de mão-de-obra barata para o mercado, como denominado pelos próprios estudantes. Entretanto, essa supervisão raramente era exercida por parte das IES, devido a inúmeras justificativas, como a realização de estágios em outras cidades, estados e até países, a quantidade de alunos estagiários, a não abertura do mercado aos professores supervisores, o desconforto causado ao mercado com a entrada de observadores externos, entre muitos outros.

Se, por um lado, a flexibilização no oferecimento dos estágios supervisionados, encontrada nas diretrizes curriculares, facilitou a vida para algumas IES em relação à pressão para encontrar vagas no mercado de trabalho e para muitos alunos que eram obrigados a estagiar⁵⁰, por outro retirou a responsabilidade dos mercados em contribuir para a formação do estudante a partir dos parâmetros estabelecidos pelas necessidades do ensino.

A relação entre mercado de trabalho e IES, mediada pelos estágios supervisionados, sempre foi conflitante, mas ao mesmo tempo vantajosa financeira e qualitativamente para muitos empregadores, que nos últimos anos estabelecia inclusive

⁵⁰ Em muitas IES, a responsabilidade pela procura de vagas no mercado de trabalho para realização de Estágios Supervisionados, na maioria das vezes, era atribuída aos próprios estudantes. Esse fator, juntamente com a obrigatoriedade de sua realização, sempre foi motivo de inúmeras reclamações por parte da classe estudantil, principalmente de IES privadas, que necessitam trabalhar para custear as mensalidades, tendo assim, maiores dificuldades na realização de Estágios Supervisionados Obrigatórios.

o período mínimo de 6 meses para efetivação de contratos de estágio, garantindo assim o preenchimento de postos de trabalho com pessoal qualificado, mas remunerado como se não fosse, tendo ainda a vantagem de ter alunos extremamente talentosos, sem os custos e ônus comuns a um processo de seleção e recrutamento de talentos.

Para finalizar, sem, no entanto, concluir essa discussão, acrescenta-se a esse rol de reclamações o discurso do mercado reproduzido pelos estudantes, que o quê se aprende na faculdade não tem relação nenhuma com que é feito no mercado de trabalho, que na faculdade só há teoria sem prática e que as disciplinas de humanas precisam dar espaço para as disciplinas profissionalizantes. Não se pode desconsiderar que há o verso da moeda, ou seja, muitas empresas vivenciam problemas sérios criados por estudantes descomprometidos com sua atuação profissional e, em sua maioria, não têm qualquer atividade de supervisão de muitas IES, o que cria descrédito por parte de algumas empresas interessadas em desenvolver uma relação mais equilibrada com as universidades.

Esses problemas dificilmente são enfrentados pelas coordenações e pelos professores dos cursos, em parte por falta de apoio dos dirigentes institucionais e pelas dificuldades inerentes à relação entre as IES e o mercado de trabalho, mas em parte pela ausência da dimensão política no trabalho pedagógico desenvolvido por muitos docentes e coordenadores dos cursos superiores de Turismo das IES, pelo menos no que se refere ao estado de São Paulo⁵¹, o que reflete na formação do futuro profissional de turismo e conseqüentemente em sua atuação.

Dos dez cursos pesquisados, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aparece com essa nomenclatura em apenas quatro. As ementas dessas disciplinas, assim como as ementas do Estágio Supervisionado, não fornecem muitas pistas do trabalho desenvolvido. No caso dos TCC, a estrutura curricular de cada universidade mostra a existência de outros componentes que enveredam para a pesquisa e para a propositura de projetos da área, como, por exemplo, as disciplinas de Projetos de Intervenção Turística I e II, Projetos Turísticos e Elaboração de Projetos Turísticos (Quadro 26), relacionadas ao campo do planejamento turístico, o que pode ser uma forma mais

⁵¹ Durante o período de busca de informações para esta pesquisa, observou-se, de forma não estruturada, que a discussão sobre a relação entre Turismo e Inclusão social apresenta-se mais presente em publicações de pesquisadores e professores nordestinos, o que mereceria uma investigação mais detalhada, podendo-se inclusive investigar as relações e influências na estruturação curricular dos cursos superiores de Turismo entre as regiões brasileiras.

integradora entre as diversas disciplinas desenvolvidas ao longo dos semestres com a atividade de pesquisa.

Ao tratar dessa relação entre pesquisa e ensino, retoma-se a discussão sobre a desvinculação que está sendo feita entre esses processos, justificada pela expansão do ensino superior privado, que está assumindo o ensino como fator preponderante para atendimento das necessidades de profissionalização que o mercado de trabalho vai apresentando conforme os movimentos, mesmo que passageiros, da economia globalizada.

A concepção de que a graduação deve ter um papel inicial na formação profissional do jovem brasileiro se coloca como orientação e pressuposto para as IES, deixando claro que as atividades relacionadas à pesquisa podem ser postergadas para cursos de aperfeiçoamento, de especialização *lato e stricto sensu*.

. No que se refere aos Trabalhos de Conclusão de Curso, vale lembrar que, para seu bom desenvolvimento, é fundamental a existência de professores orientadores com carga horária suficiente para essa atividade, com formação adequada, o que nem sempre as IES, principalmente privadas, se dispõem a cumprir. Na maioria dos casos em que os TCCs são mantidos, as orientações costumam ocorrer dentro da carga horária prevista para a disciplina, como se pode observar na ementa da disciplina de *Trabalho de Conclusão de Curso II- “Acompanhamento e orientação técnica/de conteúdo individual a cada aluno/grupo para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que deverá ser entregue ao final do semestre e apresentado à banca examinadora para qualificação.”* (Anexo 4- UNIBERO).

Nunca é demais ressaltar que as transformações políticas, econômicas e culturais de um país costumam ter grandes contribuições do trabalho desenvolvido no ensino superior, por meio da associação entre ensino e iniciação científica que tem início, muitas vezes, em idéias simples e projetos vinculados às questões sociais.

Em síntese, o problema até aqui exposto não reside na questão de se o curso de Turismo possui ou não a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso ou Monografia, mas se a pesquisa está presente na concepção pedagógica e na política da organização curricular desse curso.

Quadro 41 - Português, Comunicação e outros idiomas

| | Português e Comunicação | | Idiomas | |
|------------------------|--|--|--|---|
| UNIBERO | - | | - | |
| UNISAL | 1º sem: Leitura e Produção de Texto – 40h/a | | 5º sem: Língua Inglesa – 40h/a | 6º sem: Língua Espanhola – 40h/a |
| PUC Camp | 1º sem. Comunicação Verbal e Não-Verbal- 34 h/a | 7º sem. Redação Aplicada ao Turismo- 34h/a | 1º sem. Inglês Aplicado ao Turismo- 68h/a | 6º sem Espanhol Aplicado ao Turismo- 68h/a |
| PUC SP | - | | - | |
| Anhembi-Morumbi | 1º e 2º sem. Comunicação e Expressão I e II- 40h/a | | 3º e 4º sem. Língua Estrangeira I e II- Turismo e Hotelaria - 40h/a- 5º e 6º sem. Língua Estrangeira III e IV- Turismo - 40h/a | |
| UMESP | 2º sem: Comunicação e Expressão em Língua Portuguesa – 40h/a | | 2º sem: Inglês instrumental aplicado ao turismo – 40h/a | 2º sem: Espanhol instrumental aplicado ao turismo |
| UNIMEP | 6º sem: Produção Textual – 60h/a | | 1º ao 6º sem: Inglês I a VI - 180h/a | 7º e 8º sem: Espanhol I e II – 90h/a |
| USJT | 1º ano: Técnicas de Redação e Expressão I – 80h/a | 2º ano: Técnicas de Redação e Expressão II – 80h/a | 1º ao 3º ano: Língua Inglesa I a III – 240h/a | 2º e 3º ano: Língua Espanhola I e II – 160h/a |
| ECA-USP | 1º sem: Língua Portuguesa – Redação e Expressão Oral I – 60h/a | | - | |
| UNISO | 3º sem: Português – 40h/a | 3º sem: Turismo e Comunicação – 30h/a | - | |

Se a pesquisa aparecesse de forma tão aberta e freqüente nas estruturas curriculares como os componentes relacionados ao ensino de línguas nacional e estrangeira, talvez houvesse mais incentivo e fortalecimento para sua promoção junto aos professores e estudantes. Não se está sugerindo que o ensino de idiomas e de Língua Portuguesa não sejam importantes e que não devam ser oferecidos nos cursos de Turismo, mesmo porque os aspectos comunicacionais são pré-requisitos para um bom desempenho profissional e para o desenvolvimento da atividade turística. Mas é preciso considerar que, se o tempo existente para o desenvolvimento de quaisquer disciplinas quase nunca é suficiente para que se possa realizar um trabalho em que a aprendizagem se efetive por diferentes meios e estruturas, o que dizer do ensino de um idioma sendo segmentado em dois, três ou quatro semestres do curso? É isso que se observa na distribuição das disciplinas no quadro 41.

Geralmente, a justificativa para que sejam oferecidas as disciplinas de Língua Portuguesa e Estrangeira está nas competências e habilidades indicadas nas diretrizes curriculares, que pressupõem, em seu artigo 4º, que o profissional de turismo apresente:

XII- comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social;

XIV - domínio de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida; (BRASIL, 2006)

E no artigo 5,º que constam as áreas que os cursos de Turismo devem ensinar, aparece no inciso II dos Conteúdos Específicos de formação, a necessidade de [...] “domínio de pelo menos uma língua estrangeira” (BRASIL, 2006).

Ora, as dificuldades de aprendizagem do brasileiro em relação ao seu próprio idioma, como também de um idioma estrangeiro, são bastante conhecidas, principalmente quando consideradas as condições de precariedade do ensino básico, especificamente da rede pública, de onde saem grande parte dos estudantes das IES privadas⁵². É claro que essa precariedade da formação básica não interfere apenas no ensino de Idiomas ou da Língua Portuguesa, mas em todas as disciplinas oferecidas nos diversos cursos superiores, inclusive de Turismo. Essa realidade é um problema que não pode escapar aos especialistas, professores e estudantes, que devem refletir sobre o alcance que o oferecimento de disciplinas como Inglês e Espanhol, distribuídas em alguns semestres de um curso de graduação, possuem para efetivamente possibilitar que os alunos apresentem domínio de uma Língua Estrangeira, pelo menos.

Quando se entra em uma discussão sobre a organização curricular da área do Turismo, dificilmente se escapa do debate sobre o oferecimento ou não das disciplinas relacionadas à Língua Portuguesa, como Comunicação e Expressão, Comunicação Verbal e não Verbal, Comunicação Empresarial, como também sobre as disciplinas de Língua Estrangeira como Inglês e Espanhol. Geralmente acaba prevalecendo, nesse debate, o oferecimento desses componentes com a justificativa de que pelo menos os estudantes que nunca tiveram a oportunidade de ter um contato com um idioma estrangeiro terão uma introdução ao assunto, e que, como os problemas com a Língua Portuguesa são muitos, continuar tendo essa disciplina na faculdade só poderá ajudá-lo a melhorar sua comunicação.

Existem inúmeras outras justificativas utilizadas que contribuem para a manutenção do ensino da Língua Portuguesa e da Língua Estrangeira nos cursos de Turismo, mesmo considerando as dificuldades para o desenvolvimento do trabalho dos

⁵² Há programas para integração dos alunos que saem da rede pública para o ensino superior, principalmente para o ensino superior privado, programas como o PROUNI (Programa Universidade para Todos), o FIES (Financiamento Estudantil) programas do Governo Federal, em São Paulo programas como o Escola da Família têm privilegiado estudantes de baixa renda a ingressarem e se manterem no ensino superior, algumas IES privadas têm buscado estratégias para atender a demanda desses alunos.

professores em sala de aula, principalmente da Língua Inglesa, na medida em que há níveis muito diferentes de conhecimento do idioma entre os alunos. Entrar mais fundo nesse debate implica trazer à tona reflexões sobre metodologias de ensino, o que necessitaria de pesquisas mais detalhadas para entrar na discussão da prática curricular, o que não é objetivo deste trabalho.

Contudo, considerando a proposta desta tese sobre a possibilidade de se desenvolver um curso superior de Turismo que tenha a Inclusão social como um dos principais fundamentos epistemológicos, políticos, sociais e econômicos, e olhando para as indicações que se apresentam em algumas ementas das disciplinas da área de Comunicação, Língua Portuguesa e Estrangeira aqui selecionadas, é irresistível não destacar aspectos que alguns dos cursos selecionados indicam por meio de suas ementas, como a preocupação com as implicações culturais e de poder implícitas no conceito de Comunicação (constantes do quadro 29), ao mesmo tempo em que também oferecem uma formação na perspectiva técnica e instrumental do ensino da Língua Portuguesa e Estrangeira. Para se ter uma visualização mais abrangente da discussão até aqui apresentada, optou-se por transcrever a maioria das ementas das disciplinas que aparecem no quadro 41, bem como ementas das disciplinas de História da Cultura e da Comunicação citadas no quadro 29:

Comunicação e Expressão- “A disciplina intenciona despertar no aluno o interesse pelo aprendizado por meio da reflexão sobre os fenômenos da língua portuguesa, assim como fazê-lo valorizar a compreensão da língua materna em suas várias vertentes. Desse modo, poderá aplicar as teorias na elaboração dos diversos tipos de textos orais e escritos.” (Anexo 4- UNIBERO).

Comunicação verbal e não verbal- “Introdução à teoria da comunicação e da informação. Comunicação verbal e não verbal. A expressão. Comunicação formal e informal. Comunicação dirigida. A linguagem. Evolução tecnológica e globalização da informação. Técnicas de comunicação. Recursos audiovisuais.” (Anexo 6- PUC-CAMP).

Vale a pena chamar a atenção para a apresentação dessas duas ementas que carregam nomenclaturas relacionadas à Comunicação, porém com diferenças de concepção e de encaminhamentos, bem como de entendimento sobre a abrangência do fenômeno comunicacional, que é tratado mais adequadamente nas ementas direcionadas

a uma análise social da Comunicação, como apresentado no texto da disciplina de História da Cultura e da Comunicação I e II: *“Uma História da Comunicação deve conduzir o estudante a meditar sobre a herança cultural da qual é portador sobre o universo em que vive. Para o comunicador é importante conhecer a evolução dos Meios de Comunicação e a íntima dependência com a evolução da própria cultura.”* (Anexo 12-USP).

A seguir destaca-se uma ementa da disciplina de Língua Portuguesa que vai além das questões gramaticais, textuais e avança para a análise do discurso, diferenciando-se sobremaneira das propostas mais comuns para essa área, propondo a análise crítica sobre os usos da linguagem como um dos objetivos do trabalho, como se pode observar:

Língua Portuguesa- Redação e Expressão Oral I- “O curso, através de procedimentos da Análise do Discurso (AD), pretende: a) capacitar o aluno para analisar e produzir textos em língua portuguesa, em suas diferentes normas e níveis; b) permitir a formação da consciência crítica acerca do papel da linguagem verbal na formação do comunicador, levando-se em conta as mediações; c) possibilitar a reflexão crítica sobre os usos da linguagem verbal pelos meios de comunicação, incluindo os aspectos de recepção. Ao final do processo o aluno deverá estar apto a elaborar outras propostas com relação ao uso que os meios de comunicação fazem da linguagem verbal.” (Anexo 12- USP).

O ensino da Língua Estrangeira, seja espanhol ou inglês, é destacado nas ementas abaixo, podendo se observar que apenas uma IES faz constar em sua estrutura curricular a disciplina de Espanhol em dois semestres e Inglês em seis semestres do total dos oito que compõem o curso, um aspecto bastante raro diante dos debates sobre o ensino de idiomas nos cursos de Turismo, das reformulações e do enxugamento de carga horária que foram sendo submetidos nos últimos anos, para maior adequação à flexibilização curricular e à concorrência entre as IES. Em compensação, nota-se que, para que seja oferecida essa carga horária às disciplinas de espanhol (dois semestres- 90 horas aula) e inglês (seis semestres - 180 horas aula), são dedicadas 120 horas em média para disciplinas como Planejamento Turístico.

Espanhol Aplicado ao Turismo- “Introdução ao estudo de aspectos do discurso específico da área de Turismo. Introdução ao estudo da língua espanhola”. (Anexo 6- PUC-CAMP).

Inglês Aplicado ao Turismo- “Introdução ao estudo de aspectos do discurso específico da área de Turismo.” (Anexo 6- PUC-CAMP).

Comunicação e Expressão em Língua Portuguesa / Inglês Instrumental Aplicado ao Turismo/ Espanhol Instrumental Aplicado ao Turismo- “Estuda a expressão oral e escrita como forma de comunicação no turismo globalizado.” (Anexo 9- UMESP).

Espanhol I- “Introdução a situações relacionadas à área de Turismo com ênfase na linguagem oral. Desenvolvimento de aspectos estruturais básicos pertinentes. Introdução à leitura de textos didáticos da área de interesse do curso.” (Anexo 10- UNIMEP).

Não se trata de julgar o certo ou errado, bom ou ruim o fato de constar o ensino da Língua Portuguesa e Estrangeira nos cursos de Turismo, mas é preciso clareza nos fundamentos e nas necessidades que influenciam essas opções. O perfil do profissional que se pretende formar também deve ser fator preponderante nas definições do currículo, como fartamente demonstrado nos discursos das diretrizes curriculares, mas não se pode esquecer que a construção desse perfil deve estar atrelada ao entendimento que se tem do papel e da contribuição do Turismo para as sociedades contemporâneas, inclusive como um forte colaborador para as questões de paz e amizade entre os povos, conforme explicitado nessa reflexão de Jordi Montaner Montejano (2001: p.6-7)

O turismo tem também uma incidência nas relações sociais entre os turistas dos países emissores e os cidadãos dos países receptores, produzindo-se intercâmbios de hábitos e normas sociais, assim como melhor conhecimento entre os povos, convertendo-se em elemento fundamental de paz e harmonia entre eles.

No campo da cultura, o turismo contribui para o crescimento cultural dos povos. As viagens, com suas correspondentes visitas, favorecem um enriquecimento da formação e conhecimento dos turistas em relação aos lugares visitados.

O turismo, devido a esses vínculos, converte-se em uma disciplina técnico-científica que está estreitamente relacionada com outras disciplinas e

conhecimentos científicos, dando-lhe um vínculo interdisciplinar e multidisciplinar.

Quadro 42 - Teologia e Outras

| | Teologia | | | Outras | | | |
|------------------------|--|--|---|---|--|--|---|
| | | | | Palestras, Seminários e Estudos em Turismo | Competências Profissionais | Desenvolvimento Pessoal e Profissional | Disciplina Optativa |
| UNIBERO | | | | | | | |
| UNISAL | 2º sem: Antropologia Religiosa I – 40h/a | | 3º sem: Antropologia Religiosa II – 40h/a | 6º sem: Oratória – 40h/a | | 6º sem: Tópicos Emergentes do Turismo – 40h/a | |
| PUC Camp | 2º sem. Antropologia Teológica A- 34h/a | Antropologia 5º sem. Teológica B- 34 h/a | 7º sem. Antropologia Teológica C- 34h/a | 8º sem. Higiene e Segurança do Trabalho em Turismo- 34h/a | Do 1º ao 8º sem Prática de Formação A,B,C,D,E,F,G e H- 136 h/a | | 8º sem. Tópicos Especiais em Turismo- 68h/a |
| PUC SP | 1º sem: Introdução ao Pensamento Teológico I | | 2º sem: Introdução ao Pensamento Teológico II | 5º sem: Relações Internacionais e Turismo Contemporâneo | | | |
| Anhembi-Morumbi | | | | 1º sem. Oportunidade e de Mercado de trabalho- 40h/a- | 2º, 3º sem. Qualidade e Com. Prod. E Serv. Eventos e lazer/ Ag. Viagens e Transp. / Em Hotéis e Rest. 120h/a | 4º se. Auditoria de Qualidade- 40h/a | 5º sem. Globalização e Identidade- 40h/a |
| UMESP | | | | | | | |
| UNIMEP | 2º sem: Teologia e Cultura – 30h/a | | | 1º sem: Prática de Educação Física I – 30h/a | 2º sem: Prática de Educação Física II – 30h/a | 4º e 5º sem: Estudos de Problemas Brasileiros I e II – 60h/a | 7º sem: Tópicos Emergentes – 30h/a |
| USJT | | | | 3º ano: Tópicos Avançados I – 80h/a | | 4º ano: Tópicos Avançados II – 80h/a | |
| ECA-USP | | | | | | | |
| UNISO | 6º sem: Introdução ao Pensamento Teológico – 40h/a | | | 1º sem: Tópicos Emergentes – 80h/a | | 5º sem: Cooperativismo e Associativismo – 80h/a | |

Algumas disciplinas denominadas de Tópicos Especiais/ Avançados ou Emergentes em Turismo, agrupadas no quadro 42, procuram acrescentar à formação do estudante questões relativas aos problemas contemporâneos que têm relação direta com o Turismo, em alguns casos levando em consideração os interesses das turmas, em outros sendo ministradas por meio de seminários, palestras, que podem ser boas metodologias para promover o enriquecimento cultural do aluno, colocando-o em contato com as mais recentes tendências, com diferentes profissionais e pensadores da área.

Ao mesmo tempo, deve-se considerar que há o risco dessas disciplinas se esvaziarem ou se tornarem repetitivas diante da estrutura curricular configurada no

curso, o quê pressupõe uma atuação interdisciplinar⁵³ da equipe docente e da coordenação, com objetivos muito bem definidos e com incentivo à participação ativa dos estudantes no direcionamento e desenvolvimento de todos os componentes curriculares elencados nos 17 quadros deste trabalho.

Prática de Educação Física, Higiene e Segurança do Trabalho em Turismo, Estudo dos Problemas Brasileiros, Relações Internacionais e Turismo Contemporâneo são disciplinas específicas de algumas IES, não se repetindo, pelo menos, na configuração curricular das instituições pesquisadas, podendo ser vistas como mais alguns exemplos do caráter multidisciplinar da área.

As disciplinas de Teologia são comuns em cinco cursos e indicam a presença de características confessionais⁵⁴ (principalmente católicas) na condução do ensino superior privado de São Paulo que, por sua vez, parecem imprimir um caráter mais humanista⁵⁵ aos cursos que as oferecem.

As ementas dessas disciplinas demonstram a tendência de formação humanista por meio da associação entre o pensamento científico e os valores da fé, voltada para uma compreensão teológica dos fenômenos sociais, buscando também apresentar as relações cada vez mais fortes entre religião e turismo. Sobre esse aspecto, vale lembrar que o turismo religioso é um dos segmentos da tipologia⁵⁶ traçada para as atividades

⁵³ É preciso explicar que o conceito de interdisciplinaridade já foi citado em outros momentos deste trabalho sem ter sido explorado e discutido, porque partiu-se do pressuposto de que esse tema já foi bastante trabalhado em diversas dissertações de mestrado e teses da área, que apresenta como principal interlocutora no assunto a Profa. Dra. Ada de Freitas Maneti Dencker, destacando-se a sua tese intitulada “Pesquisa e Interdisciplinaridade no ensino superior: uma experiência no curso de turismo”, (2000). Além disso, não era proposta desta pesquisa discutir aspectos relacionados a metodologias relacionadas ao ensino de Turismo, mas especificamente à organização curricular expressa nas estruturas e suas ementas.

⁵⁴ As IES “são instituições de educação superior públicas ou privadas. Com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento são vinculadas a um único mantenedor e com administração e direção isoladas. Podem oferecer cursos em vários níveis sendo eles de graduação, cursos sequenciais e de especialização e programas de pós-graduação (mestrado e doutorado)” e “Filantrópicas - Aquelas cuja mantenedora, sem fins lucrativos, obteve junto ao Conselho Nacional de Assistência Social o Certificado de Assistência Social. São as instituições de educação ou de assistência social que prestem os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração” SESu/MEC, disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=651&Itemid=292>.

⁵⁵ Para maior aprofundamento dessa questão, ver a pesquisa desenvolvida pela Profa. Dra. Silvia Jane Zveibil (1999) em sua tese intitulada *A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; o projeto educacional e a cultura acadêmica*.

⁵⁶ Segundo Montejano (2001), nos últimos tempos as atividades turísticas estão passando por constantes evoluções e se configuram em diferentes tipologias relacionadas à diversidade de produtos e serviços que se pode oferecer, como por exemplo: turismo de sol e praia, turismo cultural, turismo verde, turismo rural, turismo urbano, turismo industrial, turismo esportivo, turismo de aventura, turismo fluvial, turismo de cruzeiros, turismo de balneário, turismo religioso, turismo de negócios e de congressos, turismo de

turísticas que envolvem a peregrinação e veneração de lugares e espaços considerados sagrados por diferentes religiões, crenças e valores espirituais.

viagem de incentivo e de familiarização, turismo itinerante, turismo de grandes acontecimentos, turismo de parques temáticos, turismo de compras e turismo científico.

CAPÍTULO IV- Cursos superiores de Turismo: uma formação para a inclusão social

Ao iniciar este capítulo, é importante esclarecer que não se pretendeu realizar, nesta tese, julgamentos sobre os modos de pensar e desenvolver os cursos superiores de Turismo, explicitados por meio dos conteúdos das ementas, mas construir um olhar crítico sobre as relações estruturais e contingenciais que contribuíram, de alguma forma, para os discursos que se constituíram nesse campo de estudo.

As pretensões de que os cursos superiores de Turismo possam contribuir para a formatação de uma agenda não liberal de inclusão social serão norteadoras do itinerário traçado para este capítulo, mas não poderão ser confundidas como organização de regras, de novas propostas curriculares e nem de padrões a serem seguidos. Antes de tudo, são reflexões para serem debatidas e compartilhadas por professores, coordenadores de cursos, estudantes, profissionais e especialistas da área, em uma perspectiva de que ainda é possível fazer opções políticas e pedagógicas, mesmo que em direção contrária ao movimento da maioria.

No primeiro capítulo desta tese, foi apresentado um quadro de aspectos estruturais que colaboraram para manter grandes parcelas da população brasileira em condições de exclusão social, seja em termos econômicos, sociais, políticos, culturais e educacionais. Essa apresentação se fez necessária na medida em que era necessário situar a discussão sobre um aspecto particular do sistema educacional brasileiro, no caso os cursos superiores de Turismo, dentro das possibilidades que a formação profissional dessa área teria de contribuir para a diminuição das condições de exclusão social, considerando a potencialidade das regiões brasileiras para implementação de atividades turísticas. Assim, adotou-se a perspectiva do turismo como um fenômeno complexo, que pode ser utilizado para além de suas características econômicas, procurando como a discussão curricular desses cursos poderia auxiliar na condução desse caminho.

Antes de entrar na temática deste capítulo, alguns aspectos devem ser reforçados e até melhor esclarecidos para ampliar a visão sobre os meios que os indivíduos isolados ou em grupos têm para intervir e transformar as condições de exclusão

produzidas por um sistema político e econômico que, em essência, é contraditório e capaz de gerar, em termos mundiais, o seguinte quadro:

Segundo as Nações Unidas, no seu Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, o 1% mais rico do mundo auferia tanta renda quanto os 57% mais pobres. A proporção, no que se refere aos rendimentos, entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres no mundo aumentou de 30 para 1 em 1960, para 60 para 1 em 1990 e para 74 para 1 em 1999, e estima-se que atinja os 100 para 1 em 2015. Em 1999-2000, 2,8 bilhões de pessoas viviam com menos de dois dólares por dia, 840 milhões estavam subnutridos, 2,4 bilhões não tinham acesso a nenhuma forma aprimorada de serviço de saneamento, e uma em cada seis crianças em idade de freqüentar a escola primária não estava na escola. Estima-se que cerca de 50% da força de trabalho não-agrícola esteja desempregada ou subempregada. (Minqi Li *apud* István Mészáros, 2005 : p. 73-74)

A brutalidade dos números apresentados no Relatório sobre o Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (ONU) transforma-se, em um piscar de olhos, na constatação de que praticamente a metade da população mundial sobrevive abaixo da linha de pobreza, e serve para denunciar as condições de desperdício e de escassez⁵⁷ produzidas pela lógica de exclusão inerente ao sistema capitalista globalizado. Além disso, constata-se que os excluídos do Brasil aparecem incluídos nos índices estatísticos desse relatório.

Sendo assim, concorda-se com Mészáros (2005), quando afirma que é praticamente impossível romper com a lógica perversa de exclusão sem romper com as condições de produção desse sistema. E, para isso, parece que é preciso retomar a idéia de que as transformações só poderão ocorrer por meio da revolução dos trabalhadores. Mas quais trabalhadores, se 50% da força de trabalho mundial está subempregada? Parece não haver mais saídas, a não ser aceitar a lógica estabelecida e se adequar às suas condições, conseguindo assim ficar excluído do índice dos 50% de subempregados e incluído no percentual daqueles que ainda têm as condições mínimas para satisfazer as

⁵⁷ Para István Mészáros (2005), o capital se reproduz por mecanismos de autofagia, caracterizada pela flexibilização da economia, pelas transformações tecnológicas que promovem a destruição de bens de consumo duráveis, induzindo ao aumento desenfreado do consumo e provocando, em termos ambientais e sociais, situações absolutamente contraditórias, como a escassez de requisitos mínimos para a satisfação da vida humana, por um lado, e índices alarmantes de desperdício, por outro.

necessidades de reprodução de suas forças produtivas, alimentando o círculo vicioso e autofágico do capital.

Pelo exposto, parece não haver ao menos condição de escolha, porque a revolução, além de anacrônica, é impositiva, é totalitarista, é a troca de uma lógica de poder por outra; restando, então, apenas a acomodação. Se for essa a condição para a existência nos tempos contemporâneos, dá-se vivas às teorias do pós-modernismo, definido por Frederic Jameson (2004: p.29), em seu livro Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio, “não como um estilo, mas como uma dominante cultural: uma concepção que dá margem à presença e à coexistência de uma série de características que, apesar de subordinadas umas às outras, são bem diferentes.”

Assim como no título do segundo capítulo desta tese, pergunta-se novamente: e o que o turismo, ou melhor, os cursos superiores de Turismo têm com isso? Qual a relação entre as reflexões ora traçadas e a análise curricular dos cursos superiores de Turismo do estado de São Paulo? Se, em meio às teorias que discutem a produção capitalista, os problemas de desigualdade e de exclusão social, tem-se a impressão de não haver muitas saídas para romper o círculo vicioso que alimenta a reprodução excludente do capital, como se pode esperar que os cursos superiores de Turismo tenham alguma relevância nessa discussão, ou mesmo, possam contribuir para, se não romper, ao menos interferir nas voltas que o círculo vicioso da produção destrutiva do capital realiza?

Essas questões colocam a necessidade de esclarecer que, apesar de concordar com Mészáros (2005) em relação à sua análise sobre a lógica do sistema capitalista, não se tem mais a ilusão de que as transformações econômicas e sociais, em sua globalidade, possam acontecer ao mesmo tempo. Tem-se clareza de que, dentro das condições estruturais que envolvem a lógica excludente do capitalismo, há outros aspectos da superestrutura se entrelaçando nessa lógica, como as relações pessoais, profissionais, familiares, de gênero, os movimentos sociais, étnicos, ambientais, a ética, a estética, o ensino e a aprendizagem, que se expressam por meio de ações individuais, sociais ou institucionais, que tanto podem solidificar e manter uma dada situação, como abrir sendas para o caminho da transformação.

Partindo dessas concepções, é possível responder à questão suscitada anteriormente dizendo que não só os cursos de Turismo, mas quaisquer outros cursos, ações individuais ou sociais, podem, de alguma maneira, contribuir para transformar uma determinada realidade, seja de forma planejada ou espontânea, consciente ou inconscientemente. Haja vista o exemplo de Thoreau⁵⁸ (1817-1862) que, por meio de suas ações individuais de desobediência à legislação vigente de seu Estado, abriu espaços para o surgimento do movimento que mais tarde foi conhecido como desobediência civil, tendo como seu maior representante o nome de Manhatma Gandi, outro indivíduo que se tornou mais conhecido por causa do alcance social, político e econômico de suas ações.

Entretanto, seguindo os passos de Branca Jurema Ponce (2006) na discussão que realiza sobre o acesso à cultura e seus problemas e soluções para a exclusão social no âmbito da educação básica, não é demais esclarecer que muitos exemplos de ações individuais, de mudanças que ocorrem ao nível de diversas esferas representativas da sociedade civil, colocam alguns problemas que não podem ser desconsiderados, como o risco de se enredar em um movimento frenético de adesão a tudo que é considerado novidade, partindo para o soterramento das bases e valores culturais de uma determinada sociedade que encontra na educação uma forma privilegiada de serem mantidos, reproduzidos, modificados ou mesmo transformados. Diante desse esclarecimento, vale destacar a afirmação de Ponce (2006: p.7), ao explicar que

Não podemos negar que é um mundo que oferece, sem dúvida, mais resistência à educação como transmissão cultural de valores herdados. No entanto, é exatamente por mais essa razão que se pode afirmar a necessidade de valores mais perenes e estáveis, sob pena de sermos engolidos no roldão de um eterno e falso *novo* que não melhora a qualidade da vida.

Nesse artigo, Ponce propõe reflexões dentro da área de conhecimento do Currículo e, apesar de tratar especificamente da problematização referente ao currículo da educação básica, suas considerações refletem muito do que se defende nesta tese em

⁵⁸ Segundo Fábio Cascino (2003), Henry David Thoreau, filósofo e poeta nasceu em Concord, Massachusetts e tornou-se um símbolo para o movimento ambiental, mesmo sem nunca ter saído de sua terra natal. Ele defendeu a natureza em sua época de vida, buscando os princípios da harmonia entre o homem e natureza. Era um homem que sempre entrava em conflitos com as autoridades locais e com os vizinhos, chegou a ser preso por não pagar impostos que, para ele, não financiavam atividades que julgasse importantes para o desenvolvimento da comunidade, e sim para interesses alheios e inclusive de guerras.

relação às possibilidades dos cursos superiores de turismo formar profissionais que tenham, como eixo de atuação, a promoção da inclusão social. Neste sentido, compactua-se com o direcionamento que Ponce (2006: p.6) dá para a discussão sobre alguns fundamentos necessários para se pensar o currículo:

A seleção de conteúdos para compor um currículo é inevitável, mas não é inevitável que o seu processo de escolha seja tão parcial e antidemocrático. [...] Currículo é opção e, como tal, supõe valores. O princípio democrático ganha novos contornos e solicita a participação organizada da sociedade civil como ingrediente importante no aprimoramento de seu corpo de idéias e práticas. Em oposição aos valores da *liberdade individual*, da *igualdade* apenas como a de *oportunidades*, fundamentais à doutrina liberal, a concepção de currículo que se funda na valorização da diversidade, na convivência, no diálogo de culturas e, também, na preservação de tradições, supõe a reflexão e o exercício de novos valores como a *tolerância*, o *respeito*, a *solidariedade* e a *igualdade social*, que se constituirão em fundamentos éticos do paradigma.

Acredita-se que os cursos das IES públicas ou privadas desse país precisam se constituir e se desenvolver a partir desses mesmos valores, apesar das diferentes modalidades que os constituem e de suas particularidades, que devem ser contempladas por meio de um debate acadêmico cada vez mais aberto e fundamentado epistemologicamente. Seguindo essas premissas, o itinerário traçado para os próximos itens deste capítulo busca apresentar ponderações suscitadas pela análise da configuração curricular dos cursos de turismo realizada ao longo do terceiro capítulo, abrindo-se à colocação de apontamentos que possam colaborar para ampliar o diálogo entre todos os sujeitos, instituições, organizações e associações envolvidos no andamento dos cursos superiores de turismo de São Paulo.

1. A expressão de ex-alunos sobre a relação entre turismo e inclusão social: um painel ilustrativo

No terceiro capítulo foram apresentadas reflexões críticas sobre as propostas de conteúdos indicados pelas ementas de alguns grupos de disciplinas das matrizes curriculares de dez universidades do estado de São Paulo bem avaliadas no ENADE/2006, conforme explicado na parte referente à Metodologia desta tese. As análises realizadas procuraram encontrar relações dos conteúdos propostos com a

concepção do Turismo como um fator de inclusão social, a partir de considerações sobre o perfil profissional indicado nos cursos, discussões críticas sobre as diretrizes curriculares e o processo de mudança curricular desde a institucionalização do Turismo como curso superior.

Para completar essa discussão, é relevante a utilização de dois recursos, diferenciados, mas ambos pautados na análise de respostas escritas de ex-alunos de cursos de Turismo. Um dos recursos foi elaborado e utilizado pelo ENADE/2006 para avaliação qualitativa das respostas dos alunos de todos os cursos do Brasil na área de Turismo, Eventos, Lazer e Turismo, Planejamento e Organização do Turismo, Recreação e Lazer, Turismo e Hotelaria, Viagens e Turismo e Hotelaria às questões discursivas referentes aos conteúdos específicos desse campo de estudo; o outro pautou-se na avaliação das respostas de 10 ex-alunos que estudaram e se formaram em sete universidades trabalhadas nesta pesquisa a um questionário aberto, enviado pela *internet*.

A utilização desses dois instrumentos diferenciados serviu para compor um painel ilustrativo e, ao mesmo tempo, provocador, sobre algumas representações que estudantes de Turismo podem fazer ao refletirem sobre as relações entre sua formação e atuação profissional em Turismo com problemas sociais e econômicos de sua sociedade que envolvem a inclusão social. Este painel não tem a intenção de se colocar como um quadro representativo do pensamento da maioria ou de uma minoria de estudantes de Turismo, mas como uma ilustração e como mais uma provocação para pensar e discutir a temática estudada.

1.1 Painel 1 - Comentários sobre as respostas às questões discursivas da Parte Específica da Prova do ENADE/2006

No Relatório Síntese de Turismo- ENADE/2006, (BRASIL, 2006), constam análises qualitativas, traduzidas em comentários referentes à correção das quatro questões discursivas da Parte Específica da prova aplicada aos alunos ingressantes e concluintes dos cursos de Turismo. Os comentários realizados são genéricos, mas indicam problemas quanto ao tratamento dado aos conceitos como políticas públicas de turismo, responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e participação das

comunidades receptoras, demonstrando ausência de associação entre esses conceitos e a ação do planejamento turístico.

As quatro questões abordaram temáticas relacionadas à:

- Adequação do desenvolvimento da atividade turística, participação de todos os grupos sociais nas fases do processo turístico, considerando-se a sustentabilidade de forma equânime;
- Potencial para o desenvolvimento do turismo, recursos naturais e histórico-culturais, tipologias e segmentos de turismo mais adequados para cada uma das cinco regiões brasileiras;
- Papel das políticas públicas de turismo no que se refere à responsabilidade social junto às comunidades receptoras de turismo;
- Relação existente entre hospitalidade, qualidade dos produtos e serviços turísticos e participação da comunidade receptora no processo de desenvolvimento turístico.

A análise das respostas baseou-se na explicitação ou não de habilidades esperadas para o tipo de problema apresentado na questão, considerando o grau de aproximação às habilidades e como foram trabalhadas nos textos. As habilidades estavam direcionadas para a atividade de planejamento turístico e os alunos deveriam demonstrar capacidades para correlacionar, reconhecer, interagir, caracterizar, elaborar, implantar, agir e articular ações, conceitos e conteúdos diferenciados da área. Dessa forma, as habilidades esperadas nas respostas eram:

Correlacionar as políticas de Turismo e a legislação pertinente no sentido de orientar o desenvolvimento sustentável de destinos, serviços e organizações turísticas.

Reconhecer a participação da comunidade receptora no processo de desenvolvimento turístico, de forma que seus anseios e necessidades sejam respeitados pelas organizações turísticas públicas e (ou) privadas.

Interagir em equipes multi e interdisciplinares nos diversos contextos organizacionais e sociais da área do Turismo.

Identificar e caracterizar a oferta e a demanda turísticas, adequando seu desenvolvimento de acordo com as especificidades dos destinos, serviços e organizações turísticas.

Elaborar e implantar planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento turístico apoiados em métodos e técnicas específicas.

Agir em consonância com os princípios da legalidade e da ética da área do Turismo.

Articular o setor de serviços ao de viagens e turismo levando em conta as mudanças estruturais e as tendências globais. (Relatório Síntese- Enade-2006)

Pelos comentários realizados sobre as respostas, constata-se que a maioria dos estudantes não se aproximou das habilidades indicadas, apresentando uma mera reprodução dos enunciados, além de problemas relacionados à redação. Entretanto, os problemas mais graves dizem respeito ao fato de que muitos estudantes, inclusive os formandos que estariam entrando no mercado de trabalho, não conseguiram estabelecer relações entre turismo e sustentabilidade ambiental e econômica; não demonstraram domínio sobre a discussão de tipologias e segmentos de turismo, não conseguindo apresentar textos mais elaborados e com base nas características geográficas, econômicas, históricas e culturais das regiões brasileiras. Demonstraram, ainda, pouco domínio de conceitos como políticas públicas de turismo, responsabilidade social, não os relacionando às ações junto às comunidades receptoras. Essa constatação é ainda mais problemática quando se verifica que as disciplinas de História, Geografia e Economia são componentes curriculares que quase todos os cursos costumam desenvolver, como se pôde observar nas matrizes curriculares trabalhadas no terceiro capítulo.

O problema da ausência das capacidades de correlacionar e caracterizar também se refletiu, segundo o Relatório Síntese ENADE/2006, em respostas que deveriam discutir a relação entre hospitalidade, qualidade dos produtos e serviços, e a participação da comunidade receptora no processo de desenvolvimento turístico. Ficou evidenciado, ainda, o desconhecimento sobre essa relação, “à medida que houve pouca referência a: segurança, patrimônio cultural que forneça identidade, qualidade ambiental do entorno e acesso e oportunidade de lazer”. (BRASIL, 2006)

Uma das constatações mais problemáticas apresentadas nos comentários sobre as relações que os estudantes deveriam fazer entre hospitalidade, produtos e serviços turísticos e comunidade receptora diz respeito ao fato de que nenhum aluno fez referência à discussão sobre inclusão social, entendida como aspectos de políticas

afirmativas, respeito às diferentes culturas, faixas etárias e limitações físicas, entre outros. Como último destaque dos comentários, colocou-se que houve utilização de palavras com as quais os estudantes tiveram contato durante o curso, como, potencializar, desenvolvimento, planejamento, sustentabilidade, economia, mas não foram bem utilizadas em seus textos, faltando critérios e uma relação lógica entre eles.

Na verdade, pode-se inferir, a partir da avaliação das respostas dos estudantes, que grande parte (dentre alunos ingressantes e concluintes) não recebeu uma formação nos cursos superiores pautada em concepções relacionadas com a proposta de um desenvolvimento turístico economicamente sustentável e socialmente responsável em relação às comunidades receptoras, deixando claro, ainda, que nem todos os cursos estão focados em uma formação consistente no âmbito do planejamento turístico, considerada como uma das principais funções do profissional de turismo.

Logicamente que o ENADE/2006 apresenta problemas quanto à sua formatação e seus objetivos, principalmente porque foi a primeira avaliação externa pela qual os cursos da área de Turismo passaram, provocando muitas discussões quanto à adequação das provas para diferentes cursos de diferentes lugares do país. Mas, ao visualizar os conteúdos que foram abordados na prova, constata-se que grande parte está contemplado, pelo menos, no ementário dos cursos das onze universidades que compõem esta pesquisa e que foram bem avaliadas no ENADE/2006. Os conteúdos da prova foram divididos em Conteúdos Específicos e Conteúdos Básicos, assim distribuídos:

Conteúdos Específicos:

- Fundamentos teóricos do Turismo e da Hotelaria
- Sistema de turismo
- Evolução da Hospitalidade e seus reflexos no turismo
- Componentes, tipologias e segmentação do mercado turístico
- Organizações turísticas das áreas de hospedagem, alimentos e bebidas, transportes, agenciamento, eventos, entretenimento e afins
- Políticas públicas em turismo
- Planejamento e gestão de organizações e destinos turísticos
- Desenvolvimento e formatação de destinos e produtos turísticos
- Sustentabilidade e competitividade no turismo global e local

- Responsabilidade social dos agentes no processo de desenvolvimento turístico (turista, comunidade, empresários, governantes e prestadores de serviços)
- Gestão da informação em Turismo
- Mudanças e tendências do turismo no mundo e no Brasil

Conteúdos Básicos:

- Fundamentos geográficos do turismo
- Meio ambiente natural e turismo
- Patrimônio histórico-cultural frente ao turismo
- Fundamentos da administração em turismo
- Aspectos psicossociológicos do turismo
- Estudos econômicos do turismo
- Marketing turístico
- Ética e legislação do turismo
- Fundamentos metodológicos da pesquisa em turismo

Ao olhar detalhadamente as ementas de todos os cursos constantes do terceiro capítulo, percebe-se que alguns itens dos Conteúdos Específicos indicados para a prova do ENADE/2006, como Evolução da Hospitalidade e seus reflexos no turismo, Políticas públicas em turismo, Planejamento e gestão de organizações e de destinos turísticos, Desenvolvimento e formatação de destinos e produtos turísticos, Responsabilidade social dos agentes no processo de desenvolvimento turístico (turista, comunidade, empresários, governantes e prestadores de serviços) e Gestão da Informação, não aparecem nas ementas de todos os cursos.

Nota-se, na análise, que os conteúdos referentes às Políticas públicas em turismo aparecem nos cursos de quatro instituições e de forma indireta, não como disciplina específica, o que ocorre apenas em um curso. Conteúdos de Gestão da informação, juntamente com Hospitalidade, são contemplados, cada uma em um curso e, no que diz respeito à responsabilidade social, quatro IES apresentam temas relacionados, sendo que em uma IES há a disciplina de Responsabilidade social e meio ambiente. Os conteúdos relacionados a Planejamento e gestão não constam de apenas um curso, o qual durante o processo desta pesquisa sofreu uma grande alteração curricular, passando a ser oferecido como curso de tecnologia e não mais como de bacharelado.

O fato de as IES pesquisadas terem sido bem avaliadas pelo ENADE/2006 não invalida os problemas apontados nos comentários das respostas dos estudantes às questões discursivas e esse aspecto pode ser relacionado à constatação de que mesmo as IES bem avaliadas não contemplaram todos os conteúdos específicos em suas matrizes curriculares.

Saindo de uma visão mais genérica e abrangente construída a partir dos comentários sobre as respostas dos estudantes no ENADE/2006, outro recurso de análise foi utilizado para se pensar os currículos dos cursos de Turismo e sua relação com as ações profissionais que possam promover a inclusão social. Esse outro recurso pautou-se na singularidade do pensamento de alguns egressos, especificamente selecionados para esta tese.

1.2 Painel 2 - Comentários sobre as respostas de egressos de cursos superiores de Turismo ao questionário sobre a relação entre a atuação profissional em turismo e a inclusão social

Como explicado na parte referente à Metodologia, não foi possível trabalhar com a realização de entrevistas qualitativas com os egressos de cada um dos cursos pesquisados, mas conseguiu-se obter respostas escritas a um questionário aberto, de dez ex-alunos, sendo que sete são atuantes na área de formação. O questionário (Anexo 14) procurou conhecer as opiniões dos ex-alunos sobre:

- Impactos e contribuições do turismo em termos sociais, políticos e econômicos para a sociedade brasileira;
- O entendimento sobre os conceitos de inclusão e exclusão social;
- Se o turismo pode promover condições de inclusão e exclusão social;
- Se a atuação do profissional de turismo tem alguma relação com as condições de inclusão e exclusão social;
- Opinião sobre a formação acadêmica;
- Se temas como ética profissional, responsabilidade social e inclusão social fizeram parte da formação acadêmica;
- Sugestões para o seu curso de turismo;
- Interesse na atuação em docência na área de turismo.

As respostas⁵⁹ dos profissionais formados nos cursos superiores de Turismo de diferentes IES de São Paulo ao questionário demonstram claramente a influência da atividade exercida pelo profissional e essa condição, por sua vez, interferiu diretamente nas avaliações que alguns fizeram sobre sua formação, sendo foco para as críticas que surgiram sobre a desvalorização do Turismo como área de formação superior.

É interessante atrelar as sínteses das respostas às questões propostas para melhor visualização dos pensamentos expressados, mas antes vale destacar que ao ler e analisar as respostas dos egressos teve-se a sensação de que o fato de responder questões sobre a relação entre turismo e inclusão social fez alguns egressos pararem para pensar sobre o tipo de trabalho que exercem, abrindo-se para reflexões incomuns ao cotidiano de trabalho.

Antes de entrar nos comentários sobre as respostas, destaca-se no quadro abaixo o perfil de cada egresso em relação à idade, sexo, instituição de ensino, tempo de formação, profissão exercida e renda salarial:

⁵⁹ Os egressos estão identificados por letras e suas respostas constam transcritas integralmente nos anexos, organizados da seguinte forma: Formulário 1 (F1- Anexo 15), Formulário 2 (F2- Anexo 16), Formulário 3 (F3- Anexo 17), Formulário 4 (F4- Anexo 18), Formulário 5 (F5- Anexo 19), Formulário 6 (F6- Anexo 20), Formulário 7 (F7- Anexo 21), Formulário 8 (F8- Anexo 22), Formulário 9 (F9- Anexo 23) e Formulário 10 (F10- Anexo 24).

Quadro 43 - Perfil dos egressos que compuseram o painel

| Aluno - Sexo | Idade | Período do curso | Área de atuação | Função | Tempo de trabalho | Renda salarial |
|--------------|-------|------------------|---|---|-------------------|--|
| F1 (M) | 24 | 2003 2007 | Prestação de serviços no setor imobiliário | Assistente de Atendimento ao Cliente Bilíngue Pleno | 4 meses | R\$2500,00 |
| F2 (F) | 25 | 2001 2004 | Consultoria em intercâmbio e viagens internacionais | Consultora de cursos de viagens | 3 anos | R\$1300,00 |
| F3 (F) | 27 | 1999 2002 | Hotelaria | Governanta | 4 anos | R\$2430,00 |
| F4 (F) | 26 | 2001 2004 | Comércio | Assistente financeira | 1 ano e meio | R\$1500,00 |
| F5 (M) | 28 | 1998 2001 | Docência e pesquisa | Professor do curso de Turismo do CEFET-SP (atualmente afastado para curso de doutorado no exterior) | 5 anos | - |
| F6 (F) | 27 | 2002 | Hotelaria | Treinamento de Gerência em Governança | 2 meses | AU\$25,00 hora |
| F7 (F) | 31 | 1997 2000 | Transporte- Cia. Aérea- | Agente de reserva | 09 anos | R\$2900,00 |
| F8 (M) | 22 | 2002 2006 | Planejamento Turístico e Docência em curso Técnico de Turismo | Docência (10 meses) e Planejamento Turístico (1 ano e 5 meses) | | Docência- R\$500,00 Planejamento- varia de acordo com os projetos |
| F9 (F) | 32 | 2001 2004 | | Agente de Viagens | 13 anos- | R\$.500 em média |
| F10 (F) | 27 | 1999 2002 | Planejamento turístico | Atualmente cursando mestrado no exterior | | Bolsa de estudos |

A questão sobre os impactos e contribuições do turismo em termos sociais, políticos e econômicos, obteve respostas parciais, umas ressaltando apenas os aspectos negativos, outras somente os positivos, e algumas procuraram embasar os argumentos a partir dos pressupostos do planejamento turístico, como se pode observar na apresentação abaixo:

1º grupo: Ressalta os aspectos positivos do turismo:

F2- Usa o discurso triunfalista do turismo. Não aborda os impactos negativos.

F5- Coloca as contribuições do turismo dentro de um contexto de sustentabilidade, com parcerias entre os setores públicos e privados e sua força econômica para geração de divisas. Não discutiu impactos negativos.

F6- Apresenta comentários sobre os impactos positivos do turismo, como tirar jovens das ruas por meio da qualificação e de empregos. Fala da empregabilidade por parte da hotelaria, ressaltando os aspectos econômicos por meio dos impactos positivos do turismo de negócios.

F7- Acredita na contribuição do turismo desde que seja bem planejado. Comenta as características positivas do turismo.

F10- Respondeu pensando nos impactos positivos do turismo e acha que o Brasil pode investir muito mais nessa área.

2º Grupo- Ressalta os aspectos negativos do turismo:

F1- Demonstra uma visão abrangente do setor, reconhece os limites e potencialidades da área, mas enfatiza mais seus aspectos negativos, inclusive demonstrando que outros setores da economia possuem mais condições de promover um crescimento social do que o turismo.

F8- Acredita que o turismo possa contribuir muito, mas apontou que tende a causar mais impactos negativos do que positivos em uma determinada comunidade. Deu exemplos desses impactos, deixando claro que quase nunca a comunidade é ouvida e sim convencida de que valerá à pena desenvolver o turismo.

3º Grupo- Contextualiza as respostas, abordando o turismo como um fenômeno complexo

F3- Contextualiza a situação para indicar as possibilidades que o turismo tem para auxiliar no processo de desenvolvimento econômico e social, colocando o desejo da comunidade receptora em primeiro lugar. Demonstra a visão ampla do fenômeno turístico, explicando inclusive os bons resultados que se pode obter ao aliar turismo e preservação patrimonial, valorização de memória e de auto-estima, bem como ações educacionais formais e não formais.

F4- Coloca a existência ou não de planejamento como condicionante para haver impactos negativos. Contextualiza a resposta, valoriza a participação da comunidade, na verdade sua aceitação ou não, e ressalta a conscientização que deve ser feita com o turista.

F9- Respondeu de forma aberta e contextualizada, considerando os pontos fortes do turismo no sentido de ser uma atividade com alto valor agregado. Considera que traz benefícios e impactos como qualquer outra área e depende muito do gerenciamento eficiente para que haja maior contribuição positiva.

Quanto à questão sobre a possibilidade de o turismo contribuir para processos de inclusão e exclusão social, observa-se clareza na identificação de mecanismos que podem gerar exclusão ou inclusão social nas respostas, apesar de não haver explicações muito consistentes sobre esses aspectos. Do ponto de vista que se defende nesta tese, uma resposta se colocou de forma consistente, coerente, clara e direta, ao afirmar que há possibilidade de inclusão social se o desenvolvimento do turismo colocar em primeiro

lugar as necessidades da comunidade local e não do turista – porém, se a medida do desenvolvimento estiver baseada no visitante e não na comunidade, coloca-se a possibilidade do fracasso social. É uma constatação forte e diferenciada do que se costuma pronunciar nos discursos sobre o turismo. Esse tipo de ênfase dada à comunidade local não aparece em praticamente nenhuma ementa pesquisada e comentada ao longo do terceiro capítulo.

Na direção oposta, existe outra resposta que não considera que o turismo tenha algum papel mais relevante que outros setores da economia em relação à inclusão ou exclusão social. Afirma que “o processo produtivo do turismo é tão capitalista e excludente quanto muitos outros” (F9- Anexo 23). Destaca ainda que, se comparado a setores como educação e cultura, o turismo é menos relevante para a inclusão, mas pode ter importância caso esteja em lugar de alguma outra atividade mais exploratória.

É interessante esse ponto de vista, que se coloca de forma crítica e coerente, ao enxergar o turismo dentro do sistema capitalista, como produto e produtor de contradições econômicas e sociais, mas deixa de considerar que, até mesmo nesse processo contraditório, existem elementos no desenvolvimento do turismo que não existem em nenhuma outra atividade econômica, como o fortalecimento da auto-estima de uma comunidade, a valorização de sua história e de seus atrativos, a aceitação do outro, o acolhimento e a valorização da paz. E quando esse egresso afirma que a educação e a cultura são atividades que têm mais condições de propiciar condições de inclusão, está deixando de lado a existência dessas duas áreas como absolutamente intrínsecas a um desenvolvimento mais humano do turismo, ou melhor, não se pode acreditar em um desenvolvimento para o turismo sem investimentos fortíssimos na educação, seja básica ou profissional, sem a valorização da cultura nativa e sem investimentos para proporcionar o maior grau de acessibilidade possível a equipamentos culturais como bibliotecas, teatro, cinema, livrarias entre outros.

Além dessas duas respostas, apresentam-se abaixo sínteses de todas as outras, destacando-se o fato de que alguns egressos focaram a inclusão social por meio do turismo social, ou mesmo pelas condições de empregabilidade do profissional formado em turismo, como também aspectos restritos à utilização de mão-de-obra local como um demonstrativo de inclusão social, como se pode observar a seguir:

F1- Acredita que o turismo é um setor que emprega minorias e adentra em comunidades tradicionais e pobres, mas possui uma visão crítica sobre os impactos que o turismo pode causar, principalmente nos destinos turísticos voltados para um público de luxo.

F2- Acha que o turismo promove a inclusão por meio da empregabilidade do setor e vê a exclusão na não valorização das riquezas naturais e da hospitalidade própria do brasileiro. Nessa resposta há reprodução de jargões e discursos triunfalistas da área.

F4- Ressalta a participação e aceitação da população para que o turismo ocorra de forma a incluir. Apresenta o conceito de turismo sustentável como meio para promover inclusão social e preservação do ambiente e coloca o turismo de massa como turismo de exclusão, já que não promove distribuição de renda, não se preocupa com a população local, tampouco com o ambiente.

F5- Afirma que o turismo inclui quando insere a comunidade local como peça fundamental, como mão-de-obra e a partir da valorização da cultura local e exclui quando o turismo busca a melhoria da paisagem local, mascarando as condições precárias de um lugar.

F6- Essa resposta trabalha a questão da inclusão e exclusão direcionada à inserção de mais pessoas nas viagens de turismo, podendo hospedar-se com tarifas mais acessíveis. Está relacionada ao turismo social.

F7- Coloca que se o turismo oferece condições de trabalho e renda ele contribui para a inclusão.

F8- Explica que o turismo inclui porque possibilita várias formas de participação, citando a implantação de projeto, reestruturação urbana etc. A resposta mescla idéias sobre a inclusão do profissional de turismo por meio de empregos.

F10- Acha que o turismo tanto pode promover situações de inclusão por meio do lazer, como pode acirrar sentimentos e processos de exclusão quando comunidades não podem aproveitar o que os turistas aproveitam em suas próprias regiões.

Quando questionados se a atuação profissional que exerciam tinha alguma relação com as condições de inclusão e exclusão social, cada egresso partiu da posição em que se encontrava no momento em que receberam o questionário, ou seja, considerando se estavam ou não empregados na área e em que tipo de atividade, o que demonstrou que a discussão sobre inclusão social aparece mais fortemente quando se atua ou se pensa nas funções de planejamento turístico, sendo difícil para estudantes e atuais profissionais pensarem nas relações possíveis com outras áreas de atuação. Percebeu-se nas respostas um grau de dificuldade em pensar de que forma uma atuação como agente de viagens, consultor de viagens de intercâmbios e governanta, por exemplo, poderia ter relação com temas como inclusão e exclusão social.

Foi possível perceber que o fato de ter sido colocada uma questão sobre o que entendiam por inclusão e exclusão social influenciou as reflexões que alguns egressos

fizeram sobre a relação entre o seu trabalho e a existência de condições de exclusão e inclusão social, como se pode constatar nos comentários colocados logo abaixo da síntese de cada resposta:

F1- Entende que as ações de planejamento estão diretamente relacionadas aos problemas de inclusão e exclusão social e demonstra que se for levado a sério pode contribuir para as condições de inclusão social.

Para esse egresso a inclusão é vista como um conjunto de ações políticas existentes para ajudar grupos menos favorecidos. Coloca a visão crítica de que há paternalismo na maior parte das ações de inclusão. Entende exclusão como grupos que sofrem vários tipos de discriminação da sociedade, seja no campo econômico, social, emocional, político, religioso, étnico, físico e cultural.

F2- Relaciona a questão da inclusão a ter emprego e esse deve ser mantido pela qualidade no atendimento. Fala do poder público e privado como responsáveis em investir na formação e qualificação da mão-de-obra. Sua resposta considera que a inclusão depende da qualidade do trabalho como agente de viagens na transmissão de informações ao cliente.

O conceito de inclusão social, para esse egresso, está na possibilidade de mais pessoas terem acesso às viagens, principalmente viagens aéreas para longas distâncias, abrindo oportunidades de realização de turismo para muito mais pessoas.

F4- Como atua em uma companhia aérea, não consegue ver uma relação direta entre seu trabalho e a inclusão ou exclusão social. Acha que o fato de muitas pessoas no país não conseguirem realizar viagens aéreas e, de esse setor exigir profissionais que falem outro idioma, promova condições de exclusão social.

É interessante observar que esse egresso poderia ter explorado mais a conceituação que fez sobre inclusão e exclusão social para refletir sobre sua atuação profissional. Mas acabou tratando como questões sem muita ligação entre si. Para responder sobre o que entendia por inclusão e exclusão social, pesquisou e apresentou um conceito apresentado por Martine Xiberras (doutora em Antropologia Social e Cultural da Universidade Paul-Valéry-Montpellier –III) para explicar que “os excluídos são todos os que não participam dos mercados de bens materiais ou culturais”. A inclusão, segundo o egresso, é produto de políticas públicas dirigidas para resgate e incorporação da população marginalizada. Mas ao relacionar esse tema à sua atuação profissional, reduziu o conceito à possibilidade ou não de realizar viagens e de se ter uma profissão que exija outro idioma. Logicamente que esses aspectos expressam

formas de exclusão próprias da atividade turística, mas esse fato poderia ter sido mais explorado na resposta.

F5- Na atual profissão de governanta, inclusive fora do país, não vê relações. Mas quando atuou como professora em cursos profissionalizantes, pensa que contribuiu para a formação e qualificação de comunidades carentes, ajudando a resgatar a autoconfiança das pessoas, fazendo-as acreditarem que seriam integradas ou reintegradas à sociedade.

Percebe-se, na resposta acima, perfeita integração com a conceituação que o egresso fez sobre inclusão e exclusão social, quando diz que entende a inclusão como integração harmoniosa entre diferentes níveis sociais e a exclusão quando se menospreza segmentos sociais.

F6- Não dá uma resposta direta, exemplifica com processos de exclusão que percebe dentro da própria empresa, como o fato de trabalhadores mais operacionais se sentirem excluídos por exercerem funções básicas, com poucas oportunidades profissionais, e de terem profissionais com boas condições financeiras com mais oportunidades.

Para esse egresso, inclusão deve ser entendida como a inserção de pessoas em determinadas ações sem considerar aspectos relacionados a *status* social, crença, raça, cor e sexo, sendo exclusão a não inserção de pessoas menos favorecidas nas ações da sociedade. Ao buscar interação entre o entendimento sobre os conceitos de inclusão e exclusão e a relação que faz entre sua atuação profissional, percebe-se que não houve interação entre as respostas, além de restringir o conceito mais ampliado de exclusão à falta de oportunidade de ascensão profissional, sem relacioná-lo diretamente à sua atuação profissional, como solicitado na questão.

F8- Diz que o turismo, de forma geral, tem a ver com a inclusão, mas em sua função atual não há muita relação. Como trabalha com viagens de intercâmbio, acredita que poucos têm a oportunidade de realizá-las, por serem caras, mas há formas de inclusão e deu exemplo de seu trabalho atual, em que está encontrando dificuldades para organizar uma viagem de intercâmbio para uma pessoa com deficiência física.

Para responder a questão sobre o que entendia por inclusão e exclusão social, esse egresso buscou partir da relação com o turismo sob o foco do planejamento, explicando que se a comunidade não é ouvida, geralmente vai haver muito mais exclusão do que inclusão social. Mas encontrou dificuldades para relacionar sua atuação profissional com condições de inclusão e exclusão social existentes no país, concluindo que poucas pessoas têm acesso ao tipo de serviço oferecido por sua área de trabalho, e

que isso poderia ser entendido como exclusão social. Em seguida, no entanto, expôs que há medidas para se tentar favorecer mais pessoas, desde que as empresas que atuam nessa área facilitem as formas de pagamento. Expôs, ainda, as limitações e possibilidades de sua atuação profissional, ao lembrar-se das dificuldades que estava vivenciando para viabilizar uma viagem de intercâmbio para uma pessoa com deficiência física, que havia passado por diversas agências e que só encontrou obstáculos para conseguir realizar seus sonhos. Esse egresso compreendeu que sua atuação estava de alguma maneira relacionada à inclusão social.

F9- Acha que sim, mas pelo fato de ser educador e não pelo fato de ser da área de turismo.

A resposta desse egresso é coerente com a visão que expôs sobre a possibilidade de o turismo promover a inclusão e exclusão social, quando afirmou não acreditar “que o turismo tenha nenhum papel particularmente relevante nesses aspectos” (F9- Anexo 23), atribuindo à educação e à cultura papéis mais significativos nessa questão. Seu entendimento é que o termo exclusão se refere à não incorporação de certos indivíduos em determinadas esferas da sociedade e que esse termo está mais relacionado às condições econômicas, educacionais e físicas. A inclusão seria o processo inverso da exclusão social.

Encontra-se, nas reflexões desse egresso, resistência em atribuir às atividades relacionadas ao turismo aspectos de inclusão e exclusão social, que pôde ser mais bem compreendido apenas após a leitura de sua resposta sobre sua formação em um curso superior de turismo, na qual apresenta a idéia de que a formação em Turismo deveria ser direcionada para a gestão de negócios e para preparação de profissionais para exercer as funções do mercado de trabalho, afirmando que o tipo de formação que está sendo dada pela maioria dos cursos superiores de Turismo é “pseudo-pensadora” e serve apenas para “graduar cidadãos desempregados” (F9- Anexo 23), e que isso sim contribui para os problemas de exclusão social, à medida que os cursos não colaboram para inserção de jovens profissionais no mercado de trabalho.

Essas idéias emitidas nas respostas de alguns egressos são extremamente importantes para as discussões e análises desenvolvidas nesta tese, e reforçam o debate sobre que tipo de formação pode ser desenvolvido pelos cursos superiores de Turismo, que fundamentos e quais bases epistemológicas devem nortear essas decisões. Esse debate será retomado no próximo item deste capítulo como um dos aspectos centrais

que permeia a concepção de um curso superior de Turismo que possa formar profissionais dentro da concepção de que o turismo pode promover condições de inclusão social e auxiliar na diminuição da exclusão existente.

Como afirmado anteriormente, percebeu-se, nas respostas dos egressos, que alguns se viram na condição de pensar, talvez pela primeira vez, sobre sua atuação profissional e as condições de inclusão e exclusão social, até porque foram questionados sobre o que esses conceitos significavam. Os egressos que não estavam atuando na área não responderam, e alguns indicaram que o fato de não terem tido muito acesso às discussões sobre temas de ética profissional, responsabilidade social e inclusão social durante o curso, contribuiu para não se sentirem preparados para observarem esses aspectos em seu cotidiano de trabalho.

Seguindo, ainda, na trajetória para completar um painel ilustrativo sobre o que pensam alguns egressos dos cursos superiores de Turismo estudados nesta pesquisa sobre as relações entre turismo e inclusão social, adentra-se na segunda parte do questionário, dedicada a evidenciar suas impressões a respeito de sua formação acadêmica, com suas críticas e sugestões, procurando estabelecer relações com as discussões apontadas na análise da estruturação curricular de alguns cursos de Turismo do estado de São Paulo, realizada ao longo do terceiro capítulo.

Na segunda parte do questionário, as questões solicitavam ao egresso uma avaliação sobre sua formação e perguntava se conceitos de ética, responsabilidade social e inclusão social foram abordados durante o curso, além de quais sugestões fariam para o curso e se teriam interesse em se tornar professores na área de Turismo. Alguns trechos foram selecionados e transcritos para facilitar o exercício dialógico da autora com as respostas dos egressos, bem como para a composição do painel proposto no título deste item do capítulo. Assim, apresenta-se a seguir sínteses de algumas respostas.

F1- Afirma que sua formação foi ruim de maneira geral, faltando embasamento teórico forte principalmente nas áreas de planejamento, gestão e políticas públicas. Segundo o egresso, alguns professores não apresentavam formação adequada para a disciplina e outros pareciam ser descomprometidos com a área. Sugere que o curso deva ter enfoque adequado. Acha que a maioria dos cursos é voltada para funções técnicas, por isso propõe que os cursos de bacharelado devam ser voltados para planejamento e gestão e os cursos técnicos e de tecnologia devam ser voltados para a administração, ou que sejam oferecidas habilitações diferentes em um curso.

F2- Acredita que a prática do mercado deve ser levada para o curso de Turismo. Afirma que [...] “o discente sai da universidade com pouquíssima noção de mercado e é cobrado como se tivesse a obrigação de entender, sendo a faculdade talvez a única oportunidade de contato com a área de atuação”. (F2-Anexo 16)

F3- O curso, segundo o egresso, poderia ter sido melhor e com mais enfoque nas áreas de planejamento e gestão. Sugere que as áreas de Filosofia, Antropologia e Sociologia deveriam estar em toda a grade curricular e deveria haver maior incentivo ao empreendedorismo. Acredita que os cursos devam ser voltados para as especificidades da região em que estiverem inseridos.

F4- Acha que o curso cumpriu o que se propôs, ou seja, a formação para o planejamento turístico. Mas critica a desvalorização da formação em Turismo para o mercado e acha que não foi preparada para trabalhar com a parte administrativa. Dessa forma, o curso deveria ter também um pouco mais de ênfase na parte prática e de gestão administrativa.

F5- Sugere inserção de disciplinas que promovam discussões relacionadas à inclusão social e projetos sociais.

F6- Para esse egresso, sua formação não foi boa nem ruim e acha que como o curso era novo, foi testado com sua turma.

F7- Considera que o curso foi bom, com bons profissionais, mas a profissão não é reconhecida no país.

F8- Achou a formação vaga. Faltaram aulas mais específicas para a prática no mercado. Afirma que os alunos não se sentem preparados para dirigirem nada ao sair da faculdade e nem de exercer determinadas funções e que isso é perceptível para todos. Sua sugestão é [...] “que haja muito mais prática do que teoria e muito mais teoria específica do *trade* do que textos poéticos e superficiais” (Anexo 22). Segundo o egresso, o aluno sai com a sensação de que não se formou em uma área específica, que sabe um pouquinho de várias áreas, mas não é especialista em nenhuma.

F9- Acredita que a formação para planejamento e gestão deva estar mais relacionada às ciências como Geografia, Psicologia, Economia e que a formação em Turismo propriamente dita deveria ocorrer com foco em ciências gerenciais, como curso focado para gestão de negócios turísticos. Sugere que os cursos sejam mais focados para o setor produtivo e acredita que a formação ampla acaba graduando cidadãos desempregados. Por isso acredita que o primeiro passo para inclusão é formar para que os alunos sejam inseridos no mercado de trabalho.

F10- Sugere que deveria haver a possibilidade de especialização no último ano para alguma área específica.

Como não poderia deixar de ocorrer, o debate que acompanha o surgimento, a criação e a institucionalização do curso superior de Turismo sobre a formação para o mercado de trabalho ou para o planejamento, permeia as salas de professores, a literatura que vem sendo produzida na área e, conseqüentemente, se reflete na formação

dos alunos, como se pode observar nas sínteses elaboradas a partir das respostas que avaliavam a formação que tiveram nos cursos de Turismo.

A divisão entre os que defendem um curso voltado para o planejamento e os que defendem uma formação direcionada ao mercado de trabalho se coloca entre alunos e egressos, mas infelizmente sem a devida contextualização, caindo em discussões estereotipadas, sem a fundamentação necessária a debates desse porte, conforme sinalizado ao longo do segundo e terceiro capítulos.

Em relação a esse debate, Luiz Gonzaga Godói Trigo faz um comentário esclarecedor e provocador, que não poupa nem mesmo os estudantes dos cursos, chamando a atenção para o papel das universidades em relação ao ensino e perante a sociedade. Coloca, ainda, problemas que precisam ser enfrentados por todos que atuam ou pretendem atuar na área. Nesse comentário, Trigo (2003: p.97-98) afirma que

O turismo no Brasil exige uma discussão ampla sobre o mercado de desenvolvimento que está por trás da economia e da sociedade como um todo. Essa discussão envolve outras questões como a cidadania, o meio ambiente, a ética, a sustentabilidade e a necessidade de uma inclusão maciça de pessoas. A responsabilidade das universidades é tratar teoricamente dessas questões, exatamente o oposto das críticas de alguns que encaram os cursos superiores de turismo como muito “teóricos” e pouco direcionados ao “mercado”. Nossos alunos, em geral, ainda lêem muito pouco e a proposta da universidade é preparar não apenas para o “mercado”, mas também para a sociedade como um todo. A educação profissional de qualidade compreende, no nível superior, orientação para as questões estratégicas e de alta gestão, o que exige uma sólida fundamentação teórica por parte dos docentes e dos alunos. Crítica, reflexão e pesquisa são características (ou deveriam ser) dos cursos superiores e, de resto, menos mal que não exista uma preparação tão ligada exclusivamente ao “mercado” com olhos tão benignos.

Para que os cursos superiores de Turismo enfrentem esse debate, é preciso trazer à tona que tipo de mercado se constituiu no Brasil, quais suas características, as bases de seu crescimento. É preciso aprofundamento das bases históricas, sociológicas e econômicas que explicam os alicerces das empresas prestadoras de serviços turísticos no Brasil, as transformações que fizeram do turismo uma área promissora para inúmeros

municípios e pequenas localidades que se viram fora das novas formas de produção impulsionadas pelo avanço das tecnologias e pela globalização.

A discussão sobre a necessidade dos cursos de Turismo se adequar às determinações do mercado de trabalho precisa considerar que esse setor se ampliou à medida que se tornou opção de trabalho em relação ao desemprego industrial, mas essa ampliação seguiu a lógica da precarização, da informalidade, mas com exigências de receber profissionais treinados e bem formados, como explicado e discutido ao longo do primeiro capítulo.

Dessa forma, concorda-se com Trigo (2003), de que a educação profissional em nível superior deve compreender questões estratégicas, de gestão, de planejamento por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão. É papel da universidade e, portanto, dos cursos superiores trabalharem pesadamente no oferecimento de uma formação que não se fixe nas condições estabelecidas pelas relações mercadológicas, que consiga colocar o trabalho dentro de uma discussão que não se reduza à profissionalização e treinamento, contribuindo de forma direta para a construção de novos caminhos para a inclusão social, em que os sujeitos e cidadãos formados não sejam vistos exclusivamente como os novos agentes, operadores, vendedores, consultores de viagens que, após quatro anos de investimentos educacionais, têm que se submeter a disputas por vagas em quaisquer áreas profissionais, por qualquer tipo de remuneração e exigências.

Nesse sentido, o Turismo precisa se assumir de fato e de vez como um campo de estudo dentro do ensino superior, que não consegue sobreviver sem estar inserido em várias outras áreas das ciências. Esse posicionamento implica na ampliação do entendimento sobre o significado do ensino superior para os profissionais da área, a explicitação da relevância econômica, política, social e cultural para a sociedade e, principalmente, na construção de projetos nacionais que interfiram no rumo de desenvolvimento do país, de forma a construir alternativas cada vez mais claras e potencializadoras de ações direcionadas para a inclusão social.

Isso tudo significa entender o Turismo como uma das áreas de conhecimento extremamente vinculada à economia, e é justamente essa especificidade que ora se traduz em aspectos contraditórios, ora como possibilidade de contribuir de forma plena

para desconstruir o projeto neoliberal de crescimento econômico instaurado no Brasil, bem como o projeto de exclusão social que ocorre por meio do sistema educacional, seja no nível técnico profissional, seja no nível da educação superior.

Entretanto, percebe-se que nem sempre o Turismo, representado por diversos profissionais e segmentos, deseja assumir esse papel importante na construção de um projeto nacional de desenvolvimento fora da agenda neoliberal, jogando para outras áreas essa função, permanecendo como mais um curso dentro das universidades, com certo poder de atratividade de novos “clientes” para uns, estudantes para outros, colocando-se assim dentro do rol de cursos da moda e do jeito “pós-moderno” de ser, como um curso que pode deixar de ser oferecido a qualquer momento por não representar mais os interesses mercadológicos das universidades.

Nos trabalhos de estruturação curricular dos cursos de Turismo, deveria ser comum o questionamento sobre que tipo de formação em Turismo se deseja construir. Crê-se que nem sempre tal questão é formulada ou, quando é, mal se tem espaço para se colocar ou de se agremiar vozes dentro da universidade que tentem lutar, resistir às tendências de reformas pautadas no atendimento puro e mercadológico. Isso ocorre porque o Turismo ainda não conseguiu se firmar como um campo de estudo que têm significância social, cultural e econômica de fato para a sociedade brasileira, que sofre com questões estruturais como saúde, falta de trabalho e remuneração adequados, falta de moradia, saneamento básico, saúde, educação, segurança e cultura.

Esse fato pode ser evidenciando nas respostas que os egressos deram para o questionamento sobre a formação que tiveram em seus cursos de Turismo em temas como responsabilidade e inclusão social e ética profissional. Essa questão não representa, de modo algum, a idéia de que os cursos de Turismo devessem ter disciplinas específicas para essas áreas, e sim conhecer como essas temáticas aparecem nos cursos e quais as influências na formação dos futuros profissionais. Acredita-se que o trabalho sistematizado com esses conceitos indica algum direcionamento para questões sociais e para o entendimento da formação superior em Turismo com papel importante em projetos de desenvolvimento econômico e social da sociedade.

As respostas dos egressos demonstram uma incipiente presença dessas temáticas nas discussões realizadas por professores e sem uma sistematização do processo, como se pode observar nas sínteses abaixo:

F1- Essas temáticas foram praticamente inexistentes sendo tratadas em poucas disciplinas de maneira artificial. Teve mais contato com um trabalho de um grupo de alunos que tentou promover ações de turismo social, como atividade de extensão universitária.

F2- Não respondeu diretamente a questão. Afirma que ética é muito importante em qualquer área e que no turismo ainda é algo para ser buscado. Relaciona esse problema com a ausência de relação entre a prática do mercado e o que é ensinado na faculdade, afirmando que a faculdade não prepara para o mercado e, portanto, a ética acaba sendo mais uma questão de postura pessoal no dia-a-dia do trabalho e não algo desenvolvido nas faculdades, assim como a responsabilidade social, que entende como um comprometimento que se tem com o próximo.

F3- Respondeu que esses temas sempre foram presentes nas discussões dos professores. Afirma que “por ser uma instituição de base católica, esses valores eram muito presentes”. A partir dessa resposta vale a pena retomar a discussão realizada no terceiro capítulo sobre as IES confessionais e a relação com uma formação mais humanista, calcada em valores como a ética, a solidariedade, responsabilidade e a justiça social.

F4- Deixa claro na resposta que a disciplina de Sociologia deu base para entender a responsabilidade social e inclusão social e esses temas eram discutidos por todos os professores.

F5- Acha que não foi muito boa. Praticamente quase nenhuma disciplina trabalhou essas temáticas, apareciam em algumas discussões colocadas pelos professores, mas havia alguns projetos que propiciavam trabalhos dos estudantes que eram voltados para inclusão social.

F6- Respondeu que houve poucas abordagens sobre os temas.

F7- Não se recorda se esses temas foram trabalhados, mas sabe que o curso tinha Sociologia e Estudos dos Problemas Brasileiros.

F8- Acha que os temas foram tratados de forma geral como quase todos os outros e de forma superficial, o que não contribui para que haja uma boa atuação profissional e para que alunos compreendam o sentido da inclusão social e da responsabilidade.

F9- Informa que não houve formação específica nesses temas e acredita que não devam ser temas específicos de turismo, devendo estar presentes em quaisquer outras áreas de formação.

F10- Respondeu que esses temas não foram abordados com profundidade.

Com essas respostas, fecha-se o painel ilustrativo sobre o que pensam e dizem estudantes e egressos dos cursos de Turismo sobre a relação entre Turismo e inclusão social, sendo possível verificar que essa discussão é mais presente quando há uma

atuação profissional relacionada ao campo do planejamento e da docência na área, se fazendo mais distante à medida que as funções exercidas estejam vinculadas às funções técnicas operacionais.

Não parece ser diferente com os comentários das questões discursivas respondidas na prova do ENADE/2006, como apresentado anteriormente, indicando a necessidade de que os cursos superiores de Turismo precisem sair do campo da “pseudo” formação humanista e assumir de fato uma formação sólida, aprofundada em concepções políticas claras sobre o seu papel dentro do ensino superior. Ter uma concepção política significa fazer opções sobre os fundamentos e pressupostos que devem nortear a estrutura curricular do curso e seus desdobramentos, ter clareza das contradições inerentes à formação profissional em nível superior, assumir posições diante dos rumos de desenvolvimento impressos à sociedade, encarar o debate sobre o conceito de trabalho que se quer adotar para realizar uma formação profissional.

2. Identidade, função social e qualidade: um tripé de sustentação para a Inclusão social como eixo central da formação superior em Turismo

Os aspectos socioeconômicos trabalhados no primeiro capítulo e as condições em que o turismo foi se desenvolvendo em diversas regiões do Brasil, apresentadas no segundo capítulo, se constituíram como pano de fundo para as discussões e reflexões sobre a relevância social dos currículos dos cursos superiores de Turismo, considerando o potencial de desenvolvimento econômico que essa área pode proporcionar, bem como o potencial para acelerar problemas, agravar condições de exclusão e ampliar impactos ambientais.

Quando se abordou as diversas formas de exclusão social no Brasil e seu desenvolvimento histórico no primeiro capítulo, verificou-se que o sistema capitalista possibilita o surgimento de espaços de inclusão sempre no sentido de manter sua própria reprodução e, por isso, quaisquer ações de inclusão não devem ser entendidas como processos de transformações radicais, mas como contribuições para diminuir o estado de pobreza econômica, política, social e cultural que ainda pesa sobre a sociedade brasileira.

Conforme Martins (2002), a exclusão social não existe como um fato consumado e irremediável, mas como fator inerente ao sistema capitalista, devendo ser vista como um processo que em um momento exclui e em outro inclui, mesmo que precariamente. E é dentro desse contexto contraditório que se podem criar espaços para tentar intervir de forma planejada e consciente nas políticas que tendem a ampliar os mecanismos de exclusão social, seja por meio de ações políticas no sentido *stricto* do termo, seja em seu sentido *lato*, no qual os cursos superiores de quaisquer áreas podem se inserir, como o próprio Turismo.

Esse posicionamento político dos cursos superiores não deve ser entendido como medidas panfletárias que chamam a atenção para ações de responsabilidade social desenvolvidas pelo departamento de extensão de uma universidade, geralmente de forma isolada e distante das realizações e do que se está fazendo nas salas de aula, propiciando a reprodução das condições de assistencialismo como instrumento político para a manutenção da ordem estabelecida.

A partir das considerações anteriores se pretende concluir esta tese, retomando e alinhavando aspectos referentes à concepção curricular dos cursos superiores de Turismo apontados nos dois capítulos anteriores, elegendo e indicando conceitos e temas que mereceriam maior atenção dos profissionais que atuam no ensino superior para criação e reestruturação curricular da área, de forma que se constituam como plataformas consistentes na construção de projetos nacionais de inclusão social e de ampliação da concepção de democracia política e econômica no Brasil.

Ao longo do segundo e terceiro capítulos, alguns temas e conceitos surgiram na discussão realizada a partir de matrizes curriculares de alguns cursos e seus respectivos ementários, que levantaram críticas e indicações de problemas quanto às propostas de trabalho adotadas, considerando-se o entendimento de que os cursos superiores de Turismo têm a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento de uma formação para a inclusão social.

Os temas suscitados nos capítulos anteriores estão relacionados em grande parte à história da criação do Turismo como curso superior e sua importância atual nas universidades, às contradições presentes nos currículos e sua estruturação referente à formação profissional da área, ao seu papel dentro do desenvolvimento econômico e

social do país. Partindo dessa constatação, os conceitos relacionados à identidade, formação social e qualidade social, foram pensados como pontos de reflexão importantes e centrais para que o Turismo como um curso superior possa se contrapor à direção tomada pelo ensino superior privado, no tratamento que têm relegado à uma área tão importante e com grandes potencialidades de efetivamente colaborar em um projeto de diminuição da pobreza no país. Não se trata de parâmetros e nem de referências, mas pontos de partida para novas reflexões e para uma nova postura dentro da educação superior.

2.1 Identidade dos cursos superiores de Turismo

Ao retomar os temas e conceitos suscitados nos capítulos anteriores, pretende-se sair do campo da crítica no seu aspecto de desconstrução de uma idéia, para adentrar para a etapa seguinte que é a sugestão, a possibilidade de se fazer diferente, por outros caminhos, por outros pressupostos sem, no entanto, se colocar como único caminho, como o caminho certo, ou mesmo, como novo padrão de verdade e comportamento. Até porque quaisquer discussões curriculares devem partir da realidade vivenciada por todos os atores envolvidos em um determinado curso, de uma determinada instituição, de um determinado local e em uma determinada época, podendo apenas pautar-se em diversos estudos e pesquisas como ponto de apoio para efetivar mudanças, redirecionar e reposicionar o curso.

Nesse sentido, acredita-se que os cursos superiores de Turismo precisam encontrar sua identidade e sua função social em relação ao local em que estiverem inseridos, iniciando essa busca não apenas pela caracterização da região – como cumprimento de uma exigência legal, para constar no projeto pedagógico – e sim como uma premissa *sine qua non* para construção da tradição e da consolidação de um curso superior inserido em um projeto mais amplo do que o simples fornecimento de mão-de-obra qualificada para uma determinada área profissional.

A caracterização da região, incluindo-se aí o mercado de trabalho direcionado ao turismo e áreas afins, a infra-estrutura da região, sua potencialidade de recepção ou de emissão de turistas, as condições políticas, econômicas, culturais, sociais, ambientais, o perfil dos estudantes, sua origem – se do ensino básico público ou privado -, suas aspirações quanto à área de atuação, são aspectos imprescindíveis para a constituição da

estruturação curricular de uma área tão específica como o Turismo, caracterizando aspectos fundamentais relacionados à sua identidade como curso superior.

A construção dessa identidade, entendida aqui de forma dialética a partir do movimento entre essência e aparência, está atrelada ao conhecimento e apropriação da trajetória histórica, da tradição construída ao longo dessa trajetória e da explicitação dos aspectos contraditórios que compõem a formação do profissional em Turismo, como por exemplo, os debates sobre a existência ou não de uma ciência do Turismo, sobre o Turismo como área de conhecimento, campo de estudo ou como disciplina, entre outros.

Para auxiliar na compreensão desse movimento dialético que envolve a constituição da identidade dos cursos de Turismo no ensino superior, toma-se emprestado as reflexões de Alexandre Panosso Netto (2003: p.62) em seu artigo sobre *O problema epistemológico no turismo: uma discussão teórica*, quando dá a sua contribuição aos debates acadêmicos sobre o Turismo dentro da educação superior, afirmando que:

Nesse ponto é interessante fazer a delimitação entre disciplina e campo de estudo. A disciplina é algo que pode ser ensinado e aprendido. Ela tem o seu objeto de pesquisa específico, e seu método de pesquisa leva à obtenção de resultados satisfatórios quanto a testes lógicos e de validação. A disciplina estuda uma parte da realidade, e tem todas as ferramentas para tal processo.

O campo de estudo, por sua vez, não possui método próprio de pesquisa e seu(s) objeto(s) de estudo não se apresenta(m) ainda com os limites definidos, como é o caso do turismo. Além do mais, quando há um problema a ser resolvido no campo, o mesmo passa a ser abordado por diversas disciplinas, que aplicam os seus métodos próprios para sanar o problema.

Esse estudo realizado um profissional formado em Turismo, é um exemplo dentre vários, que pode ser utilizado como um bom ponto de partida para realizar pesquisas com os estudantes de Turismo quando iniciam o curso, possibilitando aos ingressantes o acesso às produções nacionais e internacionais sobre a temática, estabelecendo os primeiros contatos com a pesquisa, por meio de uma imersão no histórico da institucionalização do Turismo como curso superior no Brasil e, em sua região em especial, podendo se familiarizar com as polêmicas que envolvem a área que escolheu para formação em nível superior.

Talvez a pesquisa sobre a identidade do curso seja um caminho melhor para a construção da interdisciplinaridade, e para maior compreensão da área escolhida, do que colocar os alunos dentro de um Núcleo Básico constituído de disciplinas das áreas de humanas como Sociologia, Filosofia, Antropologia, Comunicação e Metodologia da Pesquisa, em que se envolvem com estudantes de outras áreas, fato que por si só não garante a formação humanística sólida, nem tampouco o entendimento do quê e como deve ocorrer a relação do Turismo com outros campos de estudos e mesmo com outras disciplinas.

Em outras palavras, a temática sobre a identidade do curso de Turismo pode ser um eixo de ensino, pesquisa e extensão para o período de entrada de novos alunos, de forma que estudantes e professores tomem contato com todas as produções científicas e acadêmicas relacionadas ao tema, como também produzam novos conhecimentos a esse respeito e divulguem amplamente essas produções no âmbito interno e externo da academia, democratizando o acesso ao conhecimento produzido e ampliando a participação da comunidade nos trabalhos realizados.

No terceiro capítulo desta tese, discutiu-se sobre os conteúdos indicados em ementas de disciplinas de algumas universidades de São Paulo que oferecem o curso de Turismo, e, em nenhum momento, se verificou indicadores de que existam discussões que remetam à formação da identidade da área de Turismo inserida no plano da educação superior e o significado social, cultural, político e econômico dessa inserção. Um aspecto que representa a complexidade da formação dessa identidade pode ser visto nas diferentes formas como o Turismo foi inserido nas universidades utilizadas neste estudo. Algumas dessas IES incorporaram o Turismo na área de Comunicação ou na área de Administração, outras junto a Ciências Sociais e outras ainda inseriram-no em Ciências Administrativas. No entanto, não se vê nos projetos pedagógicos de grande parte dos cursos a exposição dos critérios utilizados para esse tipo de inserção. Essa ausência de clareza e de critérios definidos muitas vezes pode se refletir em incertezas, em superficialidade e em falta de um projeto estruturado para a área e para o trabalho de docência e pesquisa.

Sabe-se que o ensino superior em Turismo, por seu caráter multidisciplinar, ainda está sob fortes debates e que não há ainda muito consenso sobre o direcionamento, sobre a que área deve estar mais relacionado, sobre como pode ser sua

organização curricular e, como demonstrado por Panosso Netto (2003), autores estrangeiros como Jafar Jafari, Zivodin Jovicic, John Tribe, entre outros, que têm o Turismo como objeto de estudo há muitos anos, também não apresentam consenso em suas produções acadêmicas. Talvez porque o consenso nem seja mesmo o melhor caminho para se pensar sobre a identidade para o curso, mas reconhecer que sua essência é dialética e está em constantes mudanças impostas pela realidade, o que é bem diferente de achar que o curso, para sobreviver, deva adaptar-se e adequar-se ao que a realidade impõe.

A construção dessa identidade implica também pensar nos processos pedagógicos que envolvem o curso, como os processos de ensino e aprendizagem necessários para a formação do profissional de turismo, sendo interessante destacar o trabalho desenvolvido por Thiago Rodrigues Schulze (2006) em sua dissertação, quando se propôs a pesquisar como a ética e a estética poderiam ser considerados princípios norteadores da aprendizagem em um curso de Turismo.

Saindo do campo mais generalizado de discussões sobre as concepções do Turismo dentro do ensino superior, Schulze relaciona a discussão do campo da didática com a formação superior em Turismo, buscando a fundamentação dos princípios da ética e da estética no trabalho realizado por Leonardo Boff (1999) sobre o cuidado, mais especificamente “o ser humano de cuidado”, para adensar esses conceitos como fundamentos específicos que podem subsidiar a aprendizagem. Dessa forma, Schulze (2006: p.7) pretendeu em sua dissertação:

[...] estabelecer uma relação teórica entre esses dois princípios e as peculiaridades em suas dimensões ambiental, econômica e social, assim como a relação deste ser humano de cuidado com o mundo, ou seja, uma relação estética ligada ao turista; e a hospitalidade em suas dimensões doméstica, pública e comercial, assim como a relação com os outros seres humanos, enfim uma relação ética ligada ao turismo.

A proposta que Schulze (2006) explicita nesse trabalho não é para que se crie disciplinas de Estética e Ética nos cursos, mas que sejam consideradas como elementos significantes no processo de aprendizagem dos alunos, nas relações estabelecidas entre professores e alunos, na seleção de estratégias de ensino e aprendizagem, nas condições

e espaços físicos das IES, enfim, como a estrutura dorsal de um projeto político pedagógico.

O interessante dessa dissertação é a proposta de discutir o curso de Turismo pelo prisma da aprendizagem, com a perspectiva de colaborar no processo de planejamento dos cursos da área, sugerindo um caminho mais integrado e contextualizado para essa atividade, em que o princípio da sustentabilidade aparece em sua dimensão estética e o princípio da hospitalidade é estudado pela dimensão ética. A preocupação desse trabalho estava em justamente propor princípios norteadores para um curso de Turismo que saísse da lógica puramente mercantil, que deixa para o segundo plano os interesses do ser humano.

Pode-se dizer que a pesquisa realizada por Schulze (2006) encontrou seus limites quando se propôs a verificar se o texto de um determinado projeto pedagógico de uma IES possuía alguma relação com os conceitos da ética e da estética que haviam sido identificados como princípios norteadores da aprendizagem. Isso porque, ao se prender ao texto do projeto pedagógico e em seus tópicos definidos e exigidos por parâmetros legais, deixou de buscar nas experiências de aprendizagem vivenciadas por alunos os princípios suscitados em sua dissertação, o que não invalida em hipótese alguma seu trabalho e a indicação de que é possível existir, nos cursos superiores de Turismo, novos olhares, novos caminhos de ensino e aprendizagem e uma nova concepção de qualidade atrelada à busca da identidade e da função social da área.

Ressalta-se que esta tese caminha nessa direção e pretende colaborar com as pesquisas e publicações que estão tentando encontrar caminhos diferenciados para a formação em nível superior na área do Turismo, contribuindo para o entendimento e explicitação dos pressupostos que podem sustentar os conceitos da função social, da qualidade da formação profissional, da ética, da estética, da sustentabilidade, da responsabilidade e da inclusão social, que devem estar presentes nesses cursos superiores.

2.2 Função social dos cursos superiores de Turismo

Assim como é importante pesquisar e conhecer a história do Turismo, sua trajetória para se constituir em um curso superior e os debates relacionados à formação da identidade desse campo de estudo, também é importante que seja previsto nos

projetos pedagógicos estratégias de ensino, pesquisa e extensão que tenham como foco a compreensão sobre qual a função social do curso dentro de uma determinada comunidade.

Seguindo a sugestão anterior sobre a formação de um eixo temático de pesquisa e ensino sobre a identidade dos cursos superiores de Turismo para alunos ingressantes, outro eixo pode ser constituído pela temática da função social desses cursos, em que a discussão sobre o trabalho, o mercado de trabalho, a relação teoria e prática, a inclusão e exclusão social, o envolvimento das comunidades, a relação entre ensino, pesquisa e extensão, entre outros, sejam contemplados.

Quando se fala em função social dos cursos superiores de Turismo deve-se ter clareza sobre sua inserção na função social da IES em primeira instância, e essa discussão não pode passar despercebida na formação profissional de estudantes de quaisquer áreas, seja do ensino superior público ou privado, o que em si já é um grande tema gerador de polêmicas, posicionamentos ideológicos apaixonados e críticas ferozes de todas as partes, conforme demonstrado nas breves discussões realizadas nos segundo e terceiro capítulos.

Como este item se propõe a apresentar indicações e possibilidades de trabalho em que os cursos de Turismo possam proporcionar condições de formação, tendo a inclusão social como um dos eixos centrais do projeto político pedagógico, não cabe nesse momento retomar o mérito da polêmica sobre o ensino superior público e privado. Mas à medida que grande parte dos cursos de Turismo está sendo oferecida por IES privadas, é importante estabelecer alguns parâmetros para a discussão, ao menos em relação à função social dos cursos oferecidos especificamente pelo ensino superior privado.

Em um artigo intitulado “Reflexões sobre o Conceito e a Função da Universidade Pública”, Franklin Leopoldo e Silva (2001) dá um panorama interessante sobre a pressão exercida sobre a universidade pública para que acompanhe a agilidade e a flexibilidade das IES privadas, demonstrando por meio de um breve histórico a origem dessas pressões e em que patamar o debate sobre a função social das universidades se encontra atualmente. Concorda-se com Silva (2001: p.296) quando

apresenta o seguinte questionamento e reflexões sobre as relações entre ensino privado e público

A que necessidades sociais responde o ensino superior privado? Certamente, àquelas que são filtradas pelo mercado. É esta correspondência imediatista à demanda que se reflete na organização empresarial das escolas particulares, e esta inserção direta no mercado constitui critério a que se submetem todos os aspectos da organização do ensino. Neste sentido, a expansão do ensino privado é consequência da visão do mercado como critério universal. Se isto estava confusamente embutido na opção dos governos da ditadura, agora trata-se de algo plenamente manifesto na vigência das escolhas neoliberais.

Em meio a essa crítica realizada por Silva, pode-se concluir então que as IES privadas tendem, em sua maioria, a não responder às necessidades sociais, transformando a pesquisa em serviço e o ensino em mercadoria, trabalhando com perspectivas de constante ampliação de vagas, e buscando conquistar plena autonomia e liberdade para conduzir todos os processos de criação, modificação e eliminação de curso, conforme as determinações mercadológicas do momento.

Entretanto, como o ensino superior privado no Brasil existe sob a forma de concessão pública, permanece uma pressão, ainda que de forma muito tênue, para que a universidade não se esqueça que possui uma função social que deve ser atendida por meio das ações do ensino, pesquisa e extensão. Porém, o que se constata ao analisar os projetos pedagógicos dos cursos, os regulamentos e documentos das IES, seus *sites* institucionais, é que essa função social está intimamente ligada à área de extensão universitária, conforme orientações constante da própria LDB, o que propicia e fundamenta ainda mais a desvinculação com as ações de ensino e pesquisa, como pode ser observado no texto da LDB nº 9394/96 (BRASIL, 1996):

Artigo 43- A Educação superior tem por finalidade:

[...] VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Logicamente que há exceções, existem universidades públicas que atualmente estão mais privatizadas do que algumas IES privadas que, por sua vez, estão buscando atender grande parte dos anseios e necessidades das comunidades em que estão envolvidas.

Considerando justamente a possibilidade de haver exceções é que se vislumbra alternativas para que o curso de Turismo possa contribuir como atividade econômica para atenuação de condições de miserabilidade de inúmeras comunidades espalhadas pelo país. O projeto pedagógico do curso pode evidenciar um posicionamento político sobre sua concepção e seu direcionamento, retirando o véu de contradições sob o qual sempre acaba envolvido, sem saber qual profissional formar e para que formá-lo, uma indefinição que colabora para uma profissionalização esvaziada, desvalorizada e sem significado, levando o estudante a concluir o curso sem saber ao certo quais são suas possibilidades de atuação e o quê, de fato, o turismo pode representar para a sociedade brasileira.

Esse posicionamento político que o curso de Turismo pode assumir pressupõe haver, em sua estrutura curricular, conteúdos, propostas metodológicas que coloquem a produção de conhecimentos relacionados ao desenvolvimento profissional, social e individual de cada estudante, com perspectivas de que essa socialização ocorra em profundo contato com as necessidades sociais.

Assumir essa função social se coloca como um grande desafio a ser enfrentado pelos diversos cursos superiores de uma IES privada e o Turismo que, devido à sua complexidade enquanto fenômeno social, político, econômico, cultural e ambiental não poderia se eximir de assumir um papel de protagonista nessa empreitada. É preciso que estudantes dos cursos de Turismo e empresários do setor tenham clareza do compromisso assumido pelo curso, de que os saberes produzidos precisam servir ao social e não apenas aos interesses individuais e empresariais de formação profissional qualificada.

É no cumprimento dessa função social que um curso tem possibilidades de exercer sua função formadora, propiciando um aprendizado calcado na vivência de valores opostos às concepções neoliberais de formação individual, de competitividade e de adaptabilidade ao mercado. Dessa forma, valores como o respeito às diferentes organizações sociais e práticas culturais, como a solidariedade, a tolerância e a defesa da igualdade social podem ser vivenciados durante a construção da vida acadêmica, não

se colocando como situações que devem ser expressas apenas em momentos de avaliações ou mesmo quando se está formado e exercendo a atividade profissional.

Em termos curriculares, a identificação da função social dos cursos de Turismo não pode e não deve se pautar apenas nos relatórios econômicos do setor, nem tampouco na divulgação midiática dos números em crescimento, mas em estudos mais rigorosos e detalhados sobre as possibilidades da área no que se refere aos impactos positivos e negativos para a economia e comunidades envolvidas. É preciso que essa função seja identificada e explicitada como foco e embasamento para o desenvolvimento curricular, pedagógico e metodológico do curso, permitindo que os estudantes tenham pleno acesso aos debates referentes à relação entre teoria e prática, formação para o planejamento, para a gestão ou para o mercado de trabalho.

Os cursos superiores de Turismo que queiram assumir e cumprir com sua função social, possibilitando a concretização de uma formação voltada para concepções de inclusão, precisam enfrentar os discursos sobre a formação voltada para o mercado de trabalho, para a necessidade de formar profissionais flexíveis e adaptáveis às necessidades desse mercado, entre outros. Esse enfrentamento pode ocorrer por diversos caminhos, sendo essencial que o projeto do curso explicita seu posicionamento político e pedagógico diante desses discursos, mas mantenha-se aberto para questionamentos e para posições contrárias à postura adotada sem, entretanto, perder sua identidade – como um dos eixos de sustentação da formação de profissionais com o foco de que a formação pessoal deve estar estritamente relacionada à função social do curso.

A realização de um trabalho de formação que adote a direção mencionada anteriormente pressupõe a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como também maior entrosamento entre diferentes disciplinas e cursos de uma instituição. A atuação de alunos e professores em atividades de extensão não pode se traduzir apenas em trabalhos voluntários, desconectados dos planos de aula e das pesquisas que os cursos estejam desenvolvendo.

A exploração sistematizada de temas que envolvem o trabalho e o mercado de trabalho no turismo, com vistas a construir um panorama da complexidade do tema, bem como dos postos de trabalho formais e informais existentes nesse setor, poderia

fazer parte dos programas de diversas disciplinas do curso, como Psicologia, Sociologia, Economia, Administração, História, Geografia, Gerenciamento de Organizações de Turismo, Agências de Viagens, Transportes, Planejamento e Organização do Turismo, Administração de Serviços, entre outras.

A troca de experiências entre os grupos atuantes em cada disciplina, ou grupos de pesquisa e extensão, deve ser incentivada, podendo ocorrer por meio de encontros sistematizados e especialmente planejados para envolver grande parte de estudantes que não tem condições de participar de atividades de pesquisa e extensão, resumindo sua frequência na IES apenas aos períodos de aula, devido à sua condição de trabalhador com poucos horários disponíveis.

Neste sentido, é preciso que os conceitos de trabalho e mercado de trabalho sejam abordados com a profundidade que merecem e que possuem. Sabe-se que, nos últimos anos, com as profundas mudanças tecnológicas que afetaram o mundo do trabalho, surgiu uma infinidade de publicações e estudos relacionados aos novos requisitos para a inserção do profissional nesse novo contexto, porém uma grande parte dessa produção acadêmica ficou restrita a um tratamento superficial e midiático sobre as exigências de um novo perfil para os colaboradores – não mais trabalhadores – das empresas. Segundo Dulce Whitaker (1997: p.18)

E, como temos de nos oferecer no mercado, há hoje livros e artigos em jornais especializados que ensinam as artes da subserviência e da bajulação, necessárias ao bom desempenho durante uma entrevista para a obtenção de emprego e durante a maior parte do tempo em que se esteja no emprego, como se vestir, cortar e pentear os cabelos, como elaborar um discurso coerente, como argumentar etc. “Sorria”, “mostre-se confiante”, “seja otimista”, isto é, use uma boa máscara para esconder suas emoções, porque a estrutura de empregos está interessada em pessoas que saibam representar bem os papéis sociais que simulam eficiência, dinamismo, cortesia, otimismo, enfim a felicidade prometida pelo mundo dos negócios.

A superficialidade não pode dar o tom para as reflexões e produções que devem ocorrer no âmbito do ensino superior, e os jovens profissionais não podem e nem devem ser simplesmente treinados de forma a se adequarem aos padrões de exigência do

mercado que a cada dia vão sendo divulgados pela mídia, nem serem colocados em uma redoma em que não possam ter acesso a essas exigências, por mais alienantes que possam parecer.

A questão, tampouco, se resume a chegar a um meio termo entre um ou outro processo, mas em como promover condições para que os estudantes de Turismo conheçam com profundidade os mecanismos, contradições, concepções, ideologias que permeiam as pesquisas científicas nessa área, podendo inclusive optar por receber e até promover treinamentos que lhes garantam condições de empregabilidade dentro dos parâmetros colocados pelo mercado, tendo ciência das limitações dessa atividade perante as perspectivas de se realizar uma formação direcionada para movimentos que implementem mudanças sociais e econômicas e permitam que o turismo se estruture no país de forma mais humana, colocando os aspectos econômicos à serviço dos interesses sociais e não o contrário.

2.3 Qualidade social dos cursos superiores de Turismo

A qualidade dos cursos superiores de Turismo foi um conceito discutido ao final do segundo capítulo, quando se questionou sobre que tipo de qualidade se referiam os diversos discursos que abordavam essa formação. Naquele momento, ficou evidenciada a necessidade de esclarecer as bases que fundamentam esse conceito, demonstrando a partir dos estudos de Rios (2003) que é preciso tirá-lo do campo da neutralidade e contextualizá-lo historicamente em meio às relações sociais construídas por sujeitos históricos.

Isto posto, considera-se imprescindível explicitar as bases que fundamentam o conceito de qualidade ora abordado, que em conjunto com a identidade e a função social pode se constituir em um tripé de sustentação para a estruturação curricular da área de Turismo direcionada para o desenvolvimento da inclusão social.

A qualidade da formação profissional em Turismo, como um dos elementos desse tripé de sustentação, não pode ser entendida apenas do ponto de vista técnico e funcional, para não se correr o risco de cair na vala comum da retórica sobre qualidade como um fator de competitividade e adaptabilidade ao mercado, adotada em quase todos os discursos educacionais do ensino superior, como se pode observar em um

trecho extraído de uma dissertação sobre “Avaliação Institucional e Indicadores de Qualidade nos Cursos Superiores”, defendida por Rita de Cássia Gomes Jacob (2003: p.23), na qual defende que

A mudança de paradigma para a educação significa, na linguagem da qualidade: uma nova orientação para consumidores internos (professores, funcionários de todos os setores), consumidores externos (alunos, familiares, comunidade e fornecedores), produção de serviço (educação), consumo (aprendizagem).

Segundo essa afirmação, a qualidade do ensino superior pode ser reconhecida à medida que a educação se assuma como uma organização empresarial moderna em que os princípios de produtividade, controle, competitividade, avaliação e estratégias de *marketing* sejam estabelecidos como indicadores que garantam a sobrevivência diante do forte aumento da concorrência nesse setor da economia. Neste sentido, Jacob (2003: p.23-24) acrescenta que

As instituições de ensino superior hoje têm de se concentrar:

- no cliente; em como atraí-lo, conhecê-lo;
- no consumidor; como agradá-lo, como deixá-lo satisfeito, como mantê-lo;
- nos serviços que oferecem; o que, como, quando e onde ensinar. Que tipo de serviço oferecer a fim de responder aos interesses da demanda e como oferecê-lo, dentro dos padrões de qualidade exigidos;
- no convívio. As IES estão preocupadas em oferecer melhores condições ao consumidor no ambiente escolar, no dia-a-dia, nos eventos programados, nas preocupações extraclasse e nas questões referentes à consciência política, cidadania, ética, como diferenciais que caracterizam sua identidade institucional, sua marca, seu selo;
- nos controles; preocupação quanto ao desenvolvimento dos projetos pedagógicos de cursos compartilhados, com responsabilidades divididas, com implementação de controles de processo e saída, de formas diferenciadas de avaliação das atividades administrativas, pedagógicas e acadêmicas gerais, de avaliação holística, institucional e por atividade no projeto;
- na preocupação com os concorrentes; quem são eles, onde se localizam, como pensam, como atuam, como projetam o futuro, qual a próxima jogada e, principalmente, o *benchmarking*.

Vê-se nessa afirmação que os conceitos de cidadania, consciência política, ética, são tratados como ingredientes para constituição de uma identidade associada à idéia de marca, de selo. O aluno é visto como consumidor de uma mercadoria denominada ensino que, por conseguinte, pode ser medido, quantificado e controlado ao gosto e interesse do cliente. O projeto pedagógico é encarado como um sistema aberto que pode ser controlado pelos movimentos de entrada (*inputs*) e de saída (*outputs*). A idéia de produção do conhecimento fica restrita aos serviços que são oferecidos com o objetivo de agradar o cliente, de fazer com que ele permaneça e não desista do curso, ou melhor, do produto escolhido.

No sentido de se contrapor a esse tipo de entendimento sobre a qualidade no ensino superior, especificamente no que se refere à qualidade de formação profissional em Turismo, é que se faz necessário, por mais redundante que possa parecer, encontrar uma adjetivação que diferencie o entendimento de qualidade, conforme esclarecido por Rios (2003). A adjetivação que mais se relaciona com a proposta aqui defendida refere-se à “qualidade social”. O termo “social” como complemento do conceito de qualidade implica na definição do lugar de fala, ou seja, a partir de que pressupostos filosóficos a idéia de qualidade está colocada.

É no trabalho de Rios (2003) que se encontra um aprofundamento sobre os discursos de qualidade, quando busca fundamentos no conceito de qualidade “sócio-cultural” na educação desenvolvido por Miguel Arroyo que, segundo Rios, é uma concepção que se contrapõe à veiculação e aceitação da implementação da qualidade total no sistema educacional. Para completar, Rios encontra em um dos trabalhos de Mario Sergio Cortella a idéia de uma qualidade “social” quando discute os problemas relacionados à democratização do acesso e da permanência na escola da imensa maioria de crianças e jovens oriundos das classes baixas da população brasileira. Essa qualidade social está associada à democratização do acesso à educação que deve ser traduzida em qualidade de ensino plenamente implicada na “dimensão pedagógica da capacidade de ensinar”, conceito que envolve, segundo Cortella (1998: p.15)

[...] a democratização da relação professor-aluno, a democratização da relação dos educadores entre si e com as instâncias dirigentes, a gestão democrática englobando comunidades e, por fim, como objetivo político-social mais equânime, a democratização do saber.

Sabe-se que as discussões de Rios (2003) e Cortella (1998) dizem respeito à educação básica e pública principalmente, mas não são conceitos restritos, fechados, que não possam ser adotados para outras esferas da educação, como se pretende fazer neste momento, ou seja, atrelar o conceito de qualidade social ao ensino superior de Turismo.

A utilização do conceito de qualidade social atrelada à formação profissional em Turismo pode proporcionar parâmetros mais claros diante de um curso que apresentou um crescimento exponencial nos últimos anos, necessitando acoplar a esse crescimento quantitativo, o crescimento qualitativo do ponto de vista social, considerando o que se espera do papel do professor, dos estudantes, dos dirigentes educacionais e das comunidades quanto à produção de conhecimentos necessários para uma formação profissional de qualidade que pode ser traduzida, verificada, não de forma técnica e neutra, mas nos efeitos sociais e na autonomia humana que proporciona.

A democratização implícita à concepção de qualidade social deve adquirir novos contornos representados pelos “valores da tolerância, respeito, solidariedade e igualdade social” como constituintes de uma nova ética (PONCE, 2006) e, como valores vivenciados no processo de formação profissional, ao se atender a função social do curso e da instituição.

Portanto, para se falar em qualidade da formação do profissional em Turismo sob outra perspectiva ética e democrática, não basta demonstrar a existência e o cumprimento das exigências do manual de padrões de qualidade estabelecido pelo MEC, ou mesmo cumprir cegamente, sem questionamentos e sem movimentos de mudanças, algumas solicitações e sugestões estabelecidas nos textos das diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em Turismo, pois, conforme demonstrado no segundo e terceiros capítulos, grande parte desses discursos estão voltados para o atendimento dos interesses mercadológicos, negligenciando as exigências sociais e humanistas que devem envolver a formação de um profissional de Turismo.

A qualidade social traduzida em uma ética que tenha fundamento nos valores como tolerância, solidariedade, igualdade e inclusão social, sustentabilidade socioambiental, democratização das relações de ensino, deve transparecer na

estruturação e na implementação do currículo dos cursos de Turismo, seja em meio à fundamentação epistemológica do projeto político pedagógico, seja nas indicações de conteúdos, de conhecimentos e saberes que aparecem no ementário, nos planos de ensino dos professores, seja na atuação diária de cada professor e na atuação ativa de estudantes e comunidades nas quais e para as quais os cursos devem existir.

A qualidade social da formação profissional em Turismo poderá ser vista e verificada cada vez que o profissional formado em um curso superior se sentir como parte integrante de um todo mais amplo que é o desenvolvimento humano do turismo no Brasil, quando tomar parte de um processo de valorização de sua área de formação e a profissão escolhida, reconhecendo que a realização social deve e pode ocorrer ao mesmo tempo em que a realização de um sonho individual, quando os movimentos das associações de classe, de professores e de entidades representativas estiverem tentando incorporar parâmetros humanistas de desenvolvimento turístico, promovendo para isso a perspectiva da inclusão social como foco, eixo e estrutura central dos cursos superiores de Turismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido para o desenvolvimento desta tese foi longo, prazeroso e também penoso, difícil e em muitos momentos parecia não ter fim. Muitos dias de sol, de frio, muita chuva, vento, nevoeiro, cerração daquelas bem densas foram recorrentes nos dias de caminhada. Algumas perdas irreparáveis, insubstituíveis e também alguns ganhos com sabor de vitória por conseguir atingir o objetivo proposto e concluir esse longo caminho permeado por pesquisas, reflexões e produções acadêmicas.

Para conseguir realizar essa caminhada, atingir o objetivo proposto e responder às inquietações que foram recorrentes durante todos os anos de trabalho com os cursos de Turismo e Hotelaria, idealizou-se uma estrutura de pesquisa que não podia prescindir da configuração de um quadro reflexivo sobre as condições econômicas, políticas e educacionais da sociedade brasileira para contextualizar e fundamentar a análise do Turismo como curso superior, com uma história específica de estruturação curricular e suas possibilidades em contribuir com uma formação voltada para o objetivo de promover condições de inclusão social, de diminuição da pobreza dentro de padrões de valores opostos ao neoliberalismo, tão presentes no contexto da educação superior brasileira.

A construção desse quadro se deu por meio da apresentação dos conceitos relacionados ao tema da inclusão e exclusão social, apoiada em autores como Martins (1997, 2002) e Dupas (2001). Tomando os estudos de Dupas (2001) como grande referencial de análise, explicitou-se os aspectos socioeconômicos que caracterizaram a economia brasileira, principalmente nos últimos 30 anos, em que os processos de globalização e de avanços tecnológicos foram se cristalizando e dando nova configuração às estruturas produtivas do país, contribuindo sobremaneira para a precarização das condições de trabalho e instaurando de forma vitoriosa os princípios neoliberais. Esses aspectos de transformação das forças produtivas foram fundamentais para entender o crescimento do turismo como novo setor da economia, e essas novas condições contribuíram para a criação de um curso superior nessa área de atividade.

A discussão sobre o papel do Estado, como agente importantíssimo e principal responsável pelo quadro de exclusão social que se configurou no Brasil, não poderia deixar de ser uma discussão presente e respaldada por uma leitura histórica, com contribuições de análises clássicas como as realizadas por Holanda (1999). Entre tantas

contribuições de Holanda, vale ressaltar os aspectos referentes à constituição do Estado brasileiro, configurado pelas confusões entre o público e o privado, prevalecendo o jogo de interesses e as vontades particulares, o que facilitou o surgimento do pensamento neoliberal como consequência do movimento de globalização das últimas décadas em detrimento de um Estado mais atuante e representante das grandes massas de desfavorecidos.

Dentro da configuração do quadro proposto para o primeiro capítulo, não poderia faltar pelo menos uma explanação sobre a educação básica e pública no Brasil, como parte importante de um projeto deliberado de exclusão e dominação social. Quando se fala em educação pública, é impossível escapar da imensa legislação que a regula e do trajeto histórico que percorreu. A realização de uma discussão sobre os problemas que envolvem essa educação, dentro do quadro traçado, teve o objetivo de promover o entendimento de que a visualização desses problemas seria fundamental para discutir os caminhos assumidos pelo ensino superior e, em especial, pelos cursos de Turismo e suas propostas de formação de profissionais.

Com o objetivo de tornar mais concretos os argumentos, discussões e análises realizadas sobre os problemas econômicos, políticos e educacionais do Brasil, buscou-se no trabalho de Pochmann *et al.* (2005) dados referentes às reais condições da sociedade brasileira no que se refere à educação, informática, cultura, saúde, habitação, trabalho decente, pobreza e previdência social, apresentando-os como alguns indicadores da exclusão social no Brasil. Para isso, foram feitas adaptações das pesquisas estatísticas realizadas pelos autores e apresentadas em quadros que pudessem evidenciar, de forma clara e objetiva, a situação de pobreza e de exclusão relativa aos indicadores citados. Por mais que pesquisas mais recentes, feitas pelo IBGE e divulgadas em 2008, estejam sendo festejadas pela mídia como demonstrações da diminuição da miséria, não invalida o estudo e as conclusões da pesquisa de Pochmann *et al.*, respectivas aos anos de 2004/2005.

Os resultados dessa pesquisa, apresentados ao final do primeiro capítulo, conseguem demonstrar que há inclusão social no Brasil, mas que pode ser comparada à existência de ilhas dentro do vasto território brasileiro, sendo mais comum o padrão de exclusão social, o que fica claro ao se olhar a distribuição das condições de vida nas diferentes regiões geográficas brasileiras, prevalecendo as regiões norte e nordeste

como as mais excludentes do país. Seria infrutífera uma pesquisa que anunciasse as condições de exclusão sem apresentar alternativas, possíveis soluções e encaminhamentos, o que foi feito no trabalho de Pochamman *et al.*, ao apresentar as necessidades de investimentos governamentais para cada um dos indicadores pesquisados. Esses dados foram adaptados e utilizados com o intuito de finalizar o primeiro capítulo, indicando assim que há alternativas e soluções, inclusive verbas públicas e privadas que podem ser investidas no social para se conseguir um novo padrão de inclusão, desde que isso seja colocado como meta primordial para as próximas duas décadas, no mínimo.

Partindo do quadro traçado nesse primeiro capítulo, podendo visualizar um pouco das condições históricas, socioeconômicas e políticas que compõem as condições atuais de exclusão social e de algumas perspectivas de mudanças, é que se pôde adentrar nas relações que o desenvolvimento do turismo tem com o quadro configurado da realidade brasileira, abrindo o campo para a discussão curricular, foco principal da tese.

A questão que intitulou o segundo capítulo – Inclusão social no Brasil: o que o turismo tem com isso? – pode assustar muitos professores e profissionais da área que não gostariam de assumir mais essa responsabilidade atribuída a um campo de atuação que ainda está em busca de espaço e valorização para continuar existindo dentro da educação superior. Entretanto, como o Turismo tem se apresentado como uma forte atividade econômica e como demonstrou um crescimento extraordinário no número de cursos superiores espalhados pelo Brasil nos últimos dez anos, essa questão merece ser enfrentada, de forma que as pesquisas se tornem cada vez mais sérias sobre as reais contribuições do turismo enquanto atividade econômica e como um campo de estudo de graduação, tendo clareza do ônus que tal inserção pode implicar.

Dessa forma, fez-se necessário investigar uma das premissas mais utilizadas pelos cursos superiores para atrair estudantes, que se fundamenta na visão do turismo como uma das principais soluções para os problemas econômicos do país, principalmente ao considerar a primeira metade dos anos de 1990, em que grandes cidades se viam cada vez mais expostas ao desaparecimento do trabalho industrial e ao rearranjo das indústrias em termos de distribuição de trabalho entre as diferentes regiões do Brasil e do mundo.

De certa forma, esse período foi marcado por um discurso triunfalista do turismo, considerando o crescimento dos investimentos internacionais na rede hoteleira, nas construções de parques e *resorts*, proporcionando um trabalho educacional voltado quase que exclusivamente para o preparo de profissionais que soubessem lidar com a criação de empreendimentos turísticos de alto padrão, para atender às necessidades de executivos estrangeiros, esquecendo-se do bem-estar da população nativa, dos trabalhadores e de um número considerável de cidadãos brasileiros, excluídos da possibilidade de realizar uma viagem de uma cidade para outra para assistir um filme ou participar de um evento.

Ao apresentar esse contexto de discursos triunfalistas e de preparo de profissionais cinco estrelas, procurou-se demonstrar a atuação do Estado brasileiro, que referendou os discursos da época, acrescentando a idéia de que o turismo poderia contribuir para a redução de desigualdades regionais, para melhorar a distribuição da renda, podendo até mesmo fomentar a preservação dos recursos naturais e culturais.

Conforme apresentado no primeiro capítulo, esse Estado nunca esteve próximo das necessidades sociais da nação, nem tampouco adotou historicamente uma postura de proteger as parcelas da população que estavam perdendo espaços diante das mudanças tecnológicas e da flexibilização do trabalho. Nesse sentido, até dá para entender o discurso de defesa do turismo adotado por esse Estado, já que o crescimento desse setor é marcado justamente pela informalidade de grande parte de seus empregos e de suas ações empresariais. Na verdade, o discurso governamental acabou se fundamentando em uma fachada razoavelmente problemática em termos de estabilidade econômica e de distribuição de renda.

Diante dessas constatações, concluiu-se que, sob a ótica do Estado, adotar uma postura real de proteção às classes trabalhadoras e colocar o turismo como uma perspectiva de crescimento para comunidades carentes estabelecidas em regiões com potencial turístico, não pode significar se eximir da responsabilidade de proporcionar alternativas para que haja diminuição do crescimento do trabalho informal no turismo e sua precarização.

Outra conclusão apontada nesse primeiro item do segundo capítulo diz respeito ao enfrentamento da exclusão social pelo turismo a partir da implementação de

programas de inclusão que não perpassem por ações assistencialistas e compensatórias, e sim com agendas de investimentos, com prazos e metas que tenham como pressupostos os quadros de realidade de cada região, como aqueles apresentados no primeiro capítulo desta tese.

Com o objetivo de aprofundar mais as discussões sobre as contribuições do turismo para a diminuição da pobreza e para o crescimento econômico de regiões e comunidades, buscou-se em dissertações e teses pesquisas que, de alguma maneira, tratassem do desenvolvimento turístico em diferentes regiões do Brasil, encontrando em diferentes autores conclusões não muito animadoras sobre essa relação.

Nesse item, foram apresentados estudos realizados sobre Fortaleza-CE (OLIVEIRA, 2005); Natal-RN (FURTADO, 2005); São Vicente-SP (SIQUEIRA, 2007); Ilhéus-BA (CERQUEIRA, 2002); e Morro de São Paulo-BA (AZEVEDO, 2006) e, de forma indireta, também um estudo que abordou a região litorânea do Paraná (BONFIM, 2007).

Em quase todos esses trabalhos, conclui-se que, ao contrário do que se apregoa constantemente pelos representantes de governos e empresários e pelas propagandas, o turismo pode se encaminhar muito mais para a exclusão, ao mesmo tempo em que traz poucos ou quase nenhum benefício às populações nativas.

Isto denota que, tanto quanto qualquer outra atividade econômica, o turismo está inserido em um sistema de contradições, e a forma como tem sido desenvolvido no Brasil, contrariamente ao que é divulgado pelo Ministério do Turismo que representa o Estado brasileiro, fortalece seu lado segregador, concentrador de renda e até de atividades lúdicas e de lazer das comunidades locais.

A questão da concentração dos lucros como característica do sistema capitalista fica mais clara no que se refere às atividades turísticas quando algumas pesquisas abordaram o conceito de desterritorialização, demonstrando o movimento de redes hoteleiras, *resorts* que chegam e saem, os fluxos turísticos nestes espaços, a mobilidade da mão-de-obra, como um movimento de perda e ganhos de territórios, motivados pelos incentivos fiscais dados a uns e a outros não.

No que diz respeito aos investimentos públicos, verificou-se sintonia nos estudos realizados ao afirmarem que, ao mesmo tempo em que se constata grandes

investimentos públicos em projetos turísticos de alguns pontos de uma determinada cidade, existem setores que não são beneficiados por estes investimentos e, geralmente, esses setores se configuram nas parcelas excluídas antes mesmo da implantação de alguma atividade turística, e assim se mantêm após sua implantação.

Outro aspecto que pôde ser observado nesses trabalhos diz respeito à constatação de que algumas ações de planejamento turístico costumam relevar, em seus processos, partes das cidades urbanizadas, desprezando as partes mais pobres, esperando que o poder público realize ações no sentido de resolver o problema, por meio de investimentos em urbanização ou por meio de medidas paliativas que mantenham a distância necessária entre as duas partes.

Alguns trabalhos chegam a apresentar os aspectos positivos que o desenvolvimento turístico pode promover, ressaltando principalmente a transformação da imagem de algumas localidades, criação de eventos, promoção de lazer tanto para turistas como para parte da população nativa, criação de postos de trabalho, ainda que sazonais, urbanização da orla das praias e criação de espaços culturais. Mas esses ganhos são poucos, comparados às perdas relatadas nas pesquisas estudadas.

Diante desse desenvolvimento segregador e excludente do turismo, buscou-se estudos e pesquisas que apresentassem alternativas e soluções para um novo turismo, ou melhor, para um modelo de desenvolvimento diferenciado, encontrando nos trabalhos de Rodrigues (2006) e Ruschmann (2002) a defesa de que o turismo deve ser desenvolvido a partir de pressupostos humanistas e dentro de padrões de sustentabilidade socioambiental, com a efetivação de planejamentos turísticos que sejam realmente aplicados, implementados, desenvolvidos e avaliados de forma contínua e processual.

Como o aporte central desta tese está na análise da relação dos cursos superiores de Turismo com a possibilidade de propiciar condições de inclusão social, defendeu-se que a formação realizada nos cursos superiores seja focada nas necessidades das comunidades locais e em um trabalho que vise a inclusão social dos nativos de regiões com potencial para o turismo no Brasil. Concluiu-se que, para isso, o estudante de turismo deve vivenciar na universidade um currículo que tenha os conceitos de inclusão social e ética como eixos centrais, como fundamentação teórica, conceitual e

procedimental do curso. Concluiu-se ainda que, concomitante a esse processo de formação, é preciso que as políticas públicas vinculadas ao desenvolvimento do turismo estejam, de fato, direcionadas para garantir e proteger os interesses da sociedade.

Ainda no sentido de responder à questão colocada como título do segundo capítulo, e entrando mais a fundo nas questões referentes à formação de estudantes nos cursos superiores, foi necessário remontar ao período de criação do curso e aos movimentos que impulsionaram sua inserção na universidade como instituição representativa da educação superior no país.

A dissertação de Celeste Filho (2002) demonstrou que a aprovação do primeiro currículo de curso superior em Turismo ocorreu em janeiro de 1971 em meio aos debates e propostas que culminaram na Reforma Universitária no mesmo período. Ressalta-se que essa pesquisa foi realizada sob o foco da História da Educação, o que a diferencia de outros trabalhos que abordam a história do Turismo como curso superior.

Nessa parte da pesquisa, verificou-se a seriedade e a gravidade de um debate sobre o ensino superior público e privado que está longe de se esgotar, demonstrando que na concepção das políticas públicas para a educação, o ensino superior e a educação básica de qualidade para todos nunca foram prioridade nacional. Nesse ponto, ressalta-se a importância de se ter abordado a história da educação básica no Brasil no primeiro capítulo, para servir de alicerce às discussões realizadas sobre o ensino superior público e privado e o envolvimento do Turismo nesse processo.

Ao avançar nas análises sobre a criação do Turismo como curso superior, verificou-se que há ainda muitos aspectos para serem pesquisados nesse processo de institucionalização do Turismo na universidade e que essa pesquisa deve fazer parte da formação do futuro profissional. Questões polêmicas ainda estão em pauta para ser debatidas, como as características técnicas da carreira constantemente reforçadas por uma concepção educacional centrada na satisfação dos interesses de um sistema produtivo e mercantil, em contraposição às perspectivas de contribuir para a construção de um projeto nacional, tendo a inclusão social como pressuposto.

Como continuidade à discussão sobre os cursos de Turismo na universidade, não se pôde deixar de entrar em uma análise sobre os diversos discursos que permeiam e influenciam as propostas pedagógicas e curriculares da área, desde os documentos

oficiais do MEC até textos didáticos utilizados em aula e, principalmente, para formação de professores da área.

Conforme se observou, esses discursos partem sempre da questão da qualidade na formação que os cursos estão proporcionando, utilizando-se para isso conceitos sobre formação de qualidade com consciência crítica, humanista e reflexiva, ao mesmo tempo em que defendem a formação para a competitividade, para a flexibilidade e adequação às necessidades do mercado de trabalho. Mas não se coloca claramente a partir de que pressupostos se está falando de qualidade, ora relacionada à inadequação das propostas pedagógicas, ora às condições reais de empregabilidade que o curso oferece. Existe a aceitação plena de que a formação deve garantir empregabilidade, devendo trazer as empresas, ou pelo menos as práticas nelas realizadas, para dentro da formação profissional realizada pela universidade, chegando ao ponto de responsabilizar a formação educacional pelas condições favoráveis ou desfavoráveis de empregabilidade no país.

Como alternativas para verificar e conseguir maior qualidade nos cursos, alguns estudos, mais especificamente o realizado por Ansarah (2002), viam no Provão, atual ENADE, e nos processos de reconhecimento, a possibilidade de garantir a busca pela melhoria dos padrões de qualidade dos cursos. Muitos professores e profissionais da área apostaram que grande parte dos cursos existentes no país não seriam bem avaliados pelo sistema de avaliação do MEC, ENADE, o que de fato ocorreu de acordo com os números que foram apresentados nesse item do segundo capítulo .

Foi possível concluir, ao longo desse item, que as contradições que se encontram nos discursos sobre o que devem conter os projetos pedagógicos dos cursos ficam entre a formação do estudante voltada para a adequação às necessidades do mercado de trabalho e as prescrições de uma formação humanista, crítica e socialmente responsável.

O terceiro capítulo procurou entrar mais detalhadamente na discussão curricular dos cursos superiores de Turismo, a partir do estudo do perfil profissional, das matrizes curriculares e ementários de alguns cursos de diferentes IES do estado de São Paulo, selecionadas em primeira instância pelos critérios de avaliação do ENADE/2006e do Guia do Estudante-2006, bem como pelas condições de acessibilidade às informações. Para analisar o perfil profissional, optou-se por apresentar os textos divulgados pelas

instituições pesquisadas, juntamente com a proposta de perfil existente nas diretrizes curriculares e no texto elaborado pelo ENADE/2006, no qual foi pautada a avaliação dos estudantes de Turismo.

Constatou-se que os textos que expressam o perfil profissional que as IES pretendem formar não fogem da orientação inicial colocada pelas diretrizes curriculares, que por sua vez expressam as contradições discutidas no segundo capítulo. Além disso, foram observados interesses implícitos, respectivos às diferenciações entre níveis de formação, intenções de reserva de mercado, entre outros aspectos, que podem passar despercebidos até para os profissionais envolvidos na gestão e no andamento dos cursos.

Para tratar da organização curricular, retomou-se o momento histórico em que surgiram os primeiros cursos, apresentando as matrizes (antigas grades) curriculares das três primeiras IES que ofereceram o curso em São Paulo. A apresentação dessas matrizes serviu como parâmetro para olhar os cursos oferecidos pelas mesmas três instituições e mais outras que passaram a oferecê-lo há menos tempo, podendo perceber a influência das primeiras matrizes para o momento atual. Ressalta-se que, no período de tempo que separa os primeiros cursos dos que são oferecidos na contemporaneidade, muitas mudanças ocorreram no país e no mundo, relacionadas aos processos de produção e consumo, às formas de se lidar com o trabalho e com o lazer, criando uma esfera de atuação cada vez mais complexa para os novos profissionais da área, o que não ficou tão evidenciado, à primeira vista, nas ementas e nem mesmo nas nomenclaturas e distribuição das disciplinas nos períodos dos cursos pesquisados.

A análise realizada se fundamentou na leitura e interpretação das ementas propostas, sem nenhum intuito de comparação, ou mesmo de julgamento de valor no que se refere ao fato de se oferecer essa ou aquela disciplina. Buscou-se evidenciar a importância de todas as áreas, colocando alguns questionamentos sobre a forma, o direcionamento, a ausência de informação e de posicionamento em algumas ementas analisadas. Procurou-se também demonstrar o potencial que todas as disciplinas possuem para firmar e para trabalhar o Turismo como uma força econômica que pode e deve contribuir para processo de inclusão social no Brasil e que, somente a partir da realização de um trabalho coerente e posicionado politicamente, tecnicamente e culturalmente, que isso pode ocorrer.

Durante a análise das ementas, considerou-se ainda se os conteúdos propostos abrangem a complexidade dos relacionamentos sociais, culturais, políticos e econômicos da contemporaneidade em que o turismo está inserido, ou se o oferecimento de determinadas disciplinas está mais relacionado a princípios utilitaristas que respondem à necessidade de diferenciação curricular para sobrevivência das IES privadas diante da competição desleal e desmedida que vem ocorrendo nos últimos anos.

Ao retomar as indicações das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Turismo para o desenvolvimento dos conteúdos dos diferentes cursos, observou-se uma organização curricular que prevê a existência de uma formação generalista, acompanhada por disciplinas mais específicas da área. Verificou-se também que os cursos de diferentes instituições acabavam se tornando razoavelmente semelhantes à medida que cumprem com as indicações de conteúdos apresentados nas diretrizes, o que não parece ser o melhor caminho para formar uma identidade, nem tampouco estar relacionado às características da região e ao tipo de potencial para o turismo que cada curso pode ter. Essa diferenciação foi observada poucas vezes e em poucos cursos.

Vale ressaltar que, durante o desenvolvimento das pesquisas para a tese, praticamente todos os cursos passaram ou ainda estão passando por mudanças curriculares, o que deixa o quadro de disciplinas utilizado defasado em relação à realidade dos cursos em um futuro próximo. Muitas dessas mudanças estão ocorrendo para atender à nova adequação de carga horária, que foi diminuída, possibilitando que os cursos sejam oferecidos em menos tempo, em três anos, por exemplo, cumprindo assim com mais uma determinação legal que tem como prioridade mais velocidade no tempo de formação de novos profissionais com cursos superiores. Resta questionar a que custo e com que qualidade, prevalecendo o caráter impositivo do ensino de Turismo às características técnicas da profissionalização em detrimento de sua dimensão científica, política e social.

Desenvolver uma reflexão crítica sobre as relações estruturais e contingenciais que contribuíram para os discursos que constituíram o Turismo como campo de estudo foi um dos objetivos desta tese, com vistas a entender suas possíveis contribuições para a formatação de uma agenda não liberal de inclusão social para a sociedade brasileira.

Dessa forma, estruturou-se um itinerário no último capítulo que pudesse ampliar a análise realizada, utilizando-se não apenas da literatura disponível, mas de “dizeres” e “falas” de estudantes e egressos da área sobre questões que procuraram, de maneiras distintas, conhecer e entender como vêm a relação entre Turismo e inclusão social, ética, responsabilidade e sustentabilidade socioambiental. Por meio de comentários diretos e indiretos, percebeu-se um distanciamento de muitos alunos e egressos com as discussões propostas, o que pode e deve representar um sinal de alerta para professores, coordenadores e profissionais de Turismo que acreditam e desejam uma mudança no direcionamento pedagógico, social e político que a área está tomando.

Como indicações e posicionamentos diante das discussões realizadas, ressalta-se o fato de que o Turismo precisa se assumir como um campo de estudo dentro do ensino superior, integrado com várias outras áreas das ciências, explicitando sua importância econômica, política, social e cultural para a sociedade e, principalmente, para a construção de projetos nacionais que interfiram no rumo de desenvolvimento do país.

Dessa forma, chegou-se aos conceitos de identidade, função social e qualidade social como um tripé de sustentação curricular de um curso interessado em contribuir para a formação de profissionais que tenham como foco sua realização pessoal atrelada à realização social.

Como sugestões concretas, indicou-se o trabalho com os conceitos de identidade e função social como eixos temáticos do curso, possibilitando o desenvolvimento da pesquisa de fato relacionada ao ensino e à extensão. Indicou-se ainda a análise dos princípios da ética e da estética como norteadores da aprendizagem para um curso de Turismo, desenvolvidos por Schulze (2006).

Dentro do eixo temático da função social do curso, concluiu-se que os temas relacionados ao trabalho, o mercado de trabalho, a relação teoria e prática, envolvimento das comunidades, relação entre ensino, pesquisa e extensão, devem ser contemplados com profundidade no processo de ensino, pesquisa e extensão do curso, de forma que estudantes e empresários do setor tenham clareza dos compromissos assumidos, de que os saberes produzidos precisam servir ao social, e não apenas aos interesses individuais e empresariais de formação profissional qualificada.

E por fim, como terceiro item do tripé, considerou-se necessário explicitar as bases que fundamentam o conceito de qualidade que deveria permear os cursos de Turismo, já que é um conceito abordado quando se fala em educação superior ou formação profissional que costuma ser associado ao campo da neutralidade, da produtividade e competitividade. Por isso, considerou-se fundamental sair desse campo e propor o conceito de qualidade social como referencial para o que se espera do papel do professor, dos estudantes, dos dirigentes educacionais e das comunidades quanto à produção de conhecimentos necessários para uma formação profissional que possa ser traduzida, verificada não de forma técnica e neutra, mas pela valorização da profissão pelos egressos dos cursos e alunos, pelos efeitos sociais de um trabalho ético e direcionado para a promoção da inclusão social, em todos os sentidos que envolvem o termo.

Diante dos estudos, discussões, reflexões e críticas realizadas ao longo da elaboração dos capítulos, a convicção de que o Turismo deve fazer parte do ensino superior e, para isso, deve tomar caminhos diferentes dos que vêm sendo adotados até o momento foi se cristalizando, mas tem-se consciência de que toda pesquisa possui limites de tempo, exige um recorte metodológico e por isso é sempre parcial. Nesse sentido, esta pesquisa não pode ser considerada completa e sim em construção, proporcionando abertura para novas investigações, para contraposições, para discussões sobre suas lacunas e suas proposições.

Por questões metodológicas e de abrangência de estudo, não se tratou aqui sobre o turismo social, ou seja, um turismo voltado e pensado para a inclusão de um número maior de pessoas sem poder econômico dentro da categoria de turistas, com as quais nem sempre a literatura de turismo e as diferentes disciplinas dos cursos se preocupam. Outro aspecto que despontou durante o levantamento de dissertações e teses, livros e periódicos é que o tema da inclusão social parece ser mais constante em produções acadêmicas de cursos de Turismo do Nordeste, talvez por ser a região com maior poder de atratividade turística, indicando a necessidade de uma maior investigação sobre sua estruturação curricular, em comparação com o caminho que está sendo trilhado pelos cursos da região sudeste, em especial do estado de São Paulo.

Por fim, não se pode deixar de esclarecer que o desenvolvimento de pesquisas que busquem entrar no campo da prática curricular, ou seja, na vivência do dia-a-dia de

aula de um curso, de atividades acadêmicas, pode trazer surpresas e pode indicar quadros diferenciados em relação a muitas constatações e conclusões aqui apresentadas, reafirmando a complexidade e a riqueza que o estudo do currículo pode proporcionar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T., HORKHEIMER, M. **A indústria cultural e Sociedade**. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

ALMEIDA, José Guilherme. **Campos do Jordão, SP: contrastes entre riqueza e pobreza num espaço turístico**. São Paulo, 1999. (Dissertação de Mestrado do Programa de Turismo da Escola de Comunicação e Artes da Universidade São Paulo).

ALMEIDA, Marcelo Vilela de. O ensino de planejamento turístico nos cursos superiores de turismo: reflexões e recomendações para a prática pedagógica. In: RUSCHMANN, Doris van de Meene, SOLHA, Karina Toledo (orgs). **Planejamento turístico**. São Paulo, Manole, 2006.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria**. São Paulo, Aleph, 2002.

ARAPIRACA, José, O. A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano. São Paulo: Cortez, 1982.

AULICINO, Madalena Pedroso. **Alguns impactos socioeconômicos da atividade turística sobre municípios paulistas**. São Paulo, 1994. (Dissertação de Mestrado do Programa de Turismo da Escola de Comunicação e Artes da Universidade São Paulo).

AZEVÊDO, Caroline Alonso de. **As pousadas e os impactos sócio ambientais: um estudo sobre Morro de São Paulo e Boipeba- Bahia**. São Paulo, 2006. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi-Morumbi).

BARBOSA, Claudia Ricciuti. **A introdução da hospitalidade nos cursos de hotelaria de São Paulo**. São Paulo, 2005 (Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi).

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. São Paulo, Edições 70, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. São Paulo, Jorge Zahar, 2001.

_____. **O mal-estar da pós-modernidade**. São Paulo, Jorge Zahar, 1999

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo, SENAC, 1998.

BISSOLI, Maria Ângela M. Ambrizi. **Estágio em turismo e hotelaria**. São Paulo, Aleph, 2002.

BONFIM, Berenice Bley Ribeiro. **A Geografia na formação do profissional em Turismo: discussão sobre uma proposta teórico-metodológica para a região litorânea do Paraná**. São Paulo, 2007. (Tese apresentada ao Programa de Pós-

Graduação em geografia Física da Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo)

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**, Campinas, Papirus, 1996.

_____. **A economia das trocas simbólicas**, São Paulo, Perspectiva editora, 2004.

_____. **Coisas Ditas**, São Paulo, Editora Brasiliense, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional do Turismo- 2003-2007: diretrizes, metas e programas**. Brasília, 2003.

_____. **Turismo no Brasil: 2007/2010**. Brasília, 2006.

_____. **Anuário Estatístico EMBRATUR**, Brasília, 2007. Disponível no site <http://www.turismo.gov.br>. (Acesso em maio/2007)

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional nº 9394/96**. Brasília, 1996.

_____. **ENADE- consulta aos resultados: ano 2006**. MEC/INEP. Brasília, 2007. Disponível no *site* http://enade2006.inep.gov.br/novo/Site/?c=CUniversidade&m=mostrar_lista_area (Acesso em Agos./2007)

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação em Turismo**. Brasília, 2003.

_____. **Parecer CES/CNE 0146/2002**, aprovado em 03/04/2002. Brasília, 2002. Disponível no *site* <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/CES0146.pdf> (Acesso em Agos./2007).

_____. **Parecer CES/CNE 0288/2003**, aprovado em 06/11/2003. Brasília, 2003. Disponível no *site* http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/CES_0288.pdf (Acesso em Agos./2007).

_____. **Resolução CES/CNE nº 13**, aprovada em 24/11/2006. Brasília, 2006. Disponível no *site* http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/rces13_06.pdf (Acesso em Agos./2007).

_____. **Resolução CES/CNE nº 2**, aprovada em 08 de junho de 2007. Brasília, 2007. Disponível no *site* http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/rces13_06.pdf (Acesso em Jul./2008).

_____. **Plano Nacional de Educação- 2000-2010, Lei nº 10.172/2001**. Brasília, 2007. Disponível no *site* <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf> (Acesso em Agos./2007).

_____. Universidade para todos. O Programa. Brasília, 2007. Disponível no *site* <http://prouni-inscricao.mec.gov.br>, (Acesso em Out./2007).

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN, Lei nº 9.394/96.** Brasília, 2007. Disponível no *site* http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm (Acesso em Abril/2007).

BRASIL. MEC/INEP. **ENADE 2006: relatório síntese: Turismo..** Brasília, 2007. Disponível no *site* http://www.inep.gov.br/download/enade/2006/relatorios/turismo_relatoriofinal.pdf. (Acesso em Jun, Ag e Set./2007).

CAMARGO, Haroldo L. Fundamentos multidisciplinares do turismo: história. In TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. (org.) **Turismo. Como aprender, como ensinar.** São Paulo, SENAC, 2001.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é Lazer?** São Paulo, Brasiliense, 1989.

_____. **Hospitalidade.** São Paulo, Aleph, 2004.

CARNEIRO, Ana Lúzia Magalhães. **O olhar dos egressos do curso superior de tecnologia em hotelaria sobre sua formação.** São Paulo, 2002. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

CASCINO, Fábio. **Educação ambiental: princípios, história e formação de professores.** São Paulo, SENAC, 2003.

CASIMIRO FILHO, Francisco. **Contribuições do turismo à econômica brasileira.** Piracicaba, SP, 2002. (Tese de doutorado apresentada ao Programa de Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo)

CATANI, A.; OLIVEIRA, J.F. Educação superior no Brasil: reestruturação e metamorfose das universidades públicas. Petrópolis, Vozes, 2002.

CELESTE FILHO, Macioniro. **A institucionalização do turismo como curso universitário (décadas de 1960 e 1970).** São Paulo, 2002. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Educação: História, Política e Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

CERQUEIRA, Cristiane Ap. de. **Análise estrutural do turismo do município de Ilhéus (BA).** Piracicaba, São Paulo, 2002. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo)

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo, Unesp, 2001.

CORTELLA, Mario Sergio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos.** São Paulo, Cortez, 1998.

CUNHA, Luiz Antonio Constant Rodrigues da. **Qual universidade?** São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1989.

_____. Crise e reforma do sistema universitário: debate. **Novos Estudos CEBRAP.** São Paulo, n. 46, 1996.

_____. **Educação, estado e democracia no Brasil.** 3 ed., São Paulo, Cortez; Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, FLACSO do Brasil, 1999.

_____. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado. In **Educação & Sociedade.** Campinas, nº 88, outubro de 2004. Disponível no site www.scielo.br. (Acesso em Fev./2008)

_____. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado. In **Educação & Sociedade.** Campinas, nº 100, 2007. Disponível no site www.scielo.br. (Acesso em Fev./2008)

CURSOS de Graduação, Turismo. Disponível no site www.unibero.edu.br (Acesso em Set./2007).

_____. Disponível no site www.lo.unisal.br (Acesso em Set./2007).

_____. Disponível no site www.pucamp.br (Acesso em Set./2007).

_____. Disponível no site www.pucsp.br (Acesso em Set./2007).

_____. Disponível no site www.anhembis.br (Acesso em Set./2007).

_____. Disponível no site www.unimep.br (Acesso em Set./2007).

_____. Disponível no site www.usc.br (Acesso em Set./2007).

_____. Disponível no site www.usjt.br (Acesso em Set./2007).

_____. Disponível no site www.usp.br (Acesso em Set./2007).

_____. Disponível no site www.uniso.br (Acesso em Set./2007).

DENKER, Ada de Freitas Maneti. **A pesquisa e a interdisciplinaridade no ensino superior: uma experiência no curso de turismo.** São Paulo, 2000. (Tese de Doutorado no Programa de Turismo da Escola de Comunicação e Artes da Universidade São Paulo).

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: Comentários sobre a sociedade do espetáculo.** São Paulo: Contraponto Editora, 1997.

DIDONÊ, Débora, PAULINA, Iracy, GENTILE, Paola, et. al. (2007) O papel da avaliação. In. **Revista Nova escola,** Ano XXII, nº 199, São Paulo, janeiro/fevereiro de 2007.

DOURADO, Luiz Fernandez. **A interiorização do ensino superior e a privatização do público**. Goiânia: UFG, 2001.

_____. O público e o privado na agenda educacional brasileira. In: AGUIAR, M.A.; FERREIRA, N.S.C. (Orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2001a.

_____. Reforma do estado e as políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90. **Educação & Sociedade**. Campinas, Unicamp, v. 23, n.80, set. 2002.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

ESTUDO da Unicamp revela gargalos do turismo. **Jornal da UNICAMP**, Ano XXI, nº 355, Campinas, 22 de abril de 2007. Disponível no site www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/abril2007/capa355.html. (Acesso em Abril/2008)

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade brasileira: em busca de sua identidade**. Petrópolis, Vozes, 1977.

FAZENDA, Ivani. (org.). **Novos enfoques da pesquisa educacional**. São Paulo, Cortez, 2001.

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. **O cinema do povo: um projeto da educação anarquista- 1901-1921**. São Paulo, PUC-SP, 2003. (Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, Política e Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo, UNESP. 1997.

FRAGO, Viñao Antonio. Biblioteca e cultura escrita- o discurso bibliotecário sobre a leitura. In: **Alfabetização e cultura**, Revista Pedagógica Pátio, ano 4, nº 14- ago/out 2000.

FRANCO, Maria Laura P.B. **Análise do discurso**. Brasília, plano, 2003.

FURTADO, Edna Maria. **A “onda” do turismo na cidade do sol: a reconfiguração urbana de Natal**. Natal, RN, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005. (Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRGN) ARQUIVO PDF ADOBE

GENTILI, P. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOIS, Antonio. DNA da diferença. **Folha de São Paulo**, Caderno mais!, p.5, São Paulo, 20/jan/2007.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**, Petrópolis, Vozes, 1998.

GUIA do Estudante: **Melhores universidades**. São Paulo, Abril editora, edição nº 6, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo, Cia da Letras, 1999.

IANNI, Octavio (org.), FERNANDES, Florestan (Coord.). **Marx-** Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO - EMBRATUR. **Estatísticas básicas de turismo**. Brasília, 2007.

INSTITUTO DE BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Indicadores IBGE: pesquisa mensal de emprego – fevereiro 2008**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/pme_200802tmcomentarios.pdf. (Acesso em Abril/2008)

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Sistema de informações sobre o mercado de trabalho no setor de turismo**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=180. (Acesso em Abril/2008).

JACOB, Rita de Cássia Gomes. **Avaliação Institucional e indicadores de qualidade nos cursos superiores**. Florianópolis, UFSC, 2003. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

JAMESON, Frederic. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo, Ática, 2004.

LAHR, Maria Cristina Z. Rocco. **O profissional da hotelaria em um estudo exploratório e sua formação**. São Paulo, 2004. (Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi)

LAGE, Beatriz Helena G., MILONE, Paulo Cesar . Fundamentos multidisciplinares do turismo: economia do turismo. In TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. (org.) **Turismo. Como aprender, como ensinar**. São Paulo, SENAC, 2001.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo, Barcarolla, 2004.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2002.

MARTINS, Espedito Cezário. **O turismo como alternativa de desenvolvimento sustentável: o caso de Jericoacoara no Ceará.** Piracicaba, SP, 2002. (Tese de doutorado apresentada ao Programa de Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo)

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo, Paulus, 1997.

_____. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais.** Petrópolis, Vozes, 2002.

MARTIN, Hans-Peter, SCHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização: o assalto à democracia e ao bem-estar social.** São Paulo, Globo, 1997.

MATIAS, Marlene. **Turismo: formação e profissionalização- 30 anos de história.** São Paulo, Manole, 2002.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e humanização.** Campinas, Papirus, 1995.

MARGONI, Catherine Cavalcanti. **Reflexões sobre a aplicação da interdisciplinaridade em cursos de Turismo.** São Paulo, 2006. (Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi).

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo, Boitempo, 2005.

MOESCH, Marutschka. **A produção do saber turístico.** São Paulo, Contexto, 2002.

MONTEJANO, Jordi Montaner. **Estrutura do mercado turístico.** São Paulo, Roca, 2001.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e letramento.** São Paulo, UNESP, 2004.

NETTO PANOSSO, Alexandre. O problema epistemológico no Turismo: uma discussão teórica. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godói, NETTO PANOSSO, Alexandre. **Reflexões sobre um novo turismo: Política, Ciência e Sociedade.** São Paulo, ALEPH, 2003a.

OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto. **Turismo de massa e segregação psicossocial em uma comunidade litorânea no nordeste brasileiro: uma análise a partir da experiência de resistência e submissão das crianças.** São Paulo. PUC-SP, 2005. (Tese de doutorado apresentada ao programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. **Turismo Y atenuación de la pobreza.** Madrid, OMT, 2003.

_____. Código Mundial de Ética do Turismo. Santiago do Chile, 1999. Disponível no site http://www.projetu.com.br/codigo_mundial.htm (Acesso em Jun./2008)

PÁDUA, Elisabete M. Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico – prática**. Campinas, Papirus, 1996.

PAULO FREIRE: pequena biografia (2007). São Paulo. Disponível no *site* www.paulofreire.org.br. (Acesso em Agos./2007).

PILETTI, Nelson. **Estrutura e funcionamento do ensino médio**. São Paulo, Ática, 1999.

PONCE, Branca Jurema. Currículo: o acesso à cultura como problema e solução para a exclusão social, Pernambuco, 2006. Disponível no *site* www.educacao.pe.gov.br/diretorio/proj_pedag_1.pdf. (Acesso em Jul/2008)

POR dentro da avaliação: conheça os caminhos que um curso deve percorrer para receber as cobiçadas estrelas. **Guia do Estudante/ Melhores Universidades 2006**. São Paulo, Abril, edição 6, 2007.

POCHMANN, Marcio, *et al.*(orgs.) **Atlas da exclusão social, volume 5: agenda não liberal da inclusão social no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2005.

PRUDENTE, Henrique Alckmin. **Culturas subalternas e turismo emancipador na Estância climática de Cunha- SP**. São Paulo, 2003. (Dissertação de Mestrado do Programa de Turismo da Escola de Comunicação e Artes da Universidade São Paulo).

RAMOS, Silvana Pirillo. **Hospitalidade e migrações internacionais: o bem receber e o ser bem recebido**. São Paulo, Aleph, 2003.

REJOWSKI, Mirian. **Realidade turística nas pesquisas científicas**. São Paulo, 1997. (Tese- Livre Docência - do Programa de Turismo da Escola de Comunicação e Artes da Universidade São Paulo).

_____. **Turismo e pesquisa científica**. Campinas, Papirus, 1998.

RIBEIRO, Darci. **Sobre o óbvio: ensaios insólitos**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. São Paulo, Autores associados, 1998.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. São Paulo, Cortez, 2003.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Geografia do turismo: novos desafios. In TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. (org.) **Turismo. Como aprender, como ensinar**. São Paulo, SENAC, 2001.

_____. Turismo e territorialidades plurais- lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In; LEMOS, Amália I. Gerariges, ARROYO, Mônica, SILVEIRA, Maria Laura. (orgs). **América latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires, CLACSO, São Paulo, USP, 2006.

RUBEGA, Cristina Cimarelli. **Uma breve análise do discurso da formação por competências no Ensino Médio e no Ensino Técnico e a visão da politécnia**, Campinas/SP in Revista Ciência & Ensino, nº 12, p.16-24, 2004. Também disponível em <http://www.ige.unicamp.br/ojs/index.php/cienciaeensino/article/view/89/90>

RUBEL, Maximilien. Crônica de Marx. In: **Cadernos Ensaio**. São Paulo, Ensaio, 1991.

RUSCHMANN, Doris Van Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP, Papirus, 1997.

_____. **Turismo no Brasil: análise e tendências**. São Paulo, Manole, 2002.

_____, SOLHA, Karina Toledo. (Orgs.) **Planejamento turístico**. São Paulo, Manole, 2006.

SACRISTÁN, J.G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo, Cortez, 2004. Disponível no site www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecxi.pdf (Acesso em Mar./2008)

SANTOS, Eder F., AZEVEDO, Mario L.N. O Ensino Superior e os acordos MEC/USAID: Uma contribuição ao estudo do intervencionismo norte-americano na educação brasileira. 2003. Disponível no endereço eletrônico www.ppe.uem.br/publicacao/sem_ppe_2003/Trabalhos%20Completos/pdf/057.pdf - (Acesso em Jul/2008).

SANTOS, Gislene A. (org.) **Universidade, formação, cidadania**. São Paulo, Cortez, 2001.

SIQUEIRA, Maria Eliza de S. Amaral. **Turismo e favelas: necessidades e possibilidades. O caso da urbanização da favela do Dique Sambaiatuba, em São Vicente (Baixada Santista- São Paulo)**. São Paulo, 2007. (Tese apresentada ao Programa de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo).

SILVA, Andréa da. **Perfil profissional do agente de viagem da cidade de São Paulo: um estudo de competências**. São Paulo, Anhembi Morumbi, 2006. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Hospitalidade da universidade Anhembi Morumbi).

SILVA, Franklin Leopoldo e. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 42, 2001. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php. (Acesso em Ag/ 2008).

SILVA, Juliana do Prado. **Cursos de Turismo sob a ótica da hospitalidade: estudo de caso do curso de Turismo UNIARAXÁ- MG**. São Paulo, 2007. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi)

SILVEIRA, Maria Laura. (orgs.) **América latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires, CLACSO; São Paulo, Universidade São Paulo, 2006.

SOLHA, Karina Toledo. **Divulgação de imagens turísticas: o exemplo de Porto Seguro (Bahia)**. São Paulo, 1999. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da escola de Comunicação e Artes da USP).

_____. Política de turismo: desenvolvimento e implementação. In. RUSCHMANN, D. V. M., SOLHA, K. T. (Orgs.) **Planejamento turístico**. São Paulo, Manole, 2006. p. 89-102.

SCHULZE, Thiago Rodrigues. **A ética e a estética como princípios norteadores da aprendizagem em um curso de turismo**. São Paulo, 2006. (Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

SZYMANSKI, Heloisa. (org.). **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília, Líber livro, 2004.

TELES, Reinaldo Miranda de Sá. A importância do território na prática do planejamento turístico- reflexões acerca do Brasil. In: RUSCHMANN, Doris van de Meene, SOLHA, Karina Toledo (orgs.). **Planejamento turístico**. São Paulo, Manole, 2006.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. São Paulo, Papirus. 1998.

_____. **Viagem na memória: guia histórico das viagens e do turismo no Brasil**. São Paulo, SENAC, 2000.

_____. A importância da educação para o turismo. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas, MILONE, Paulo César. (orgs.) **Turismo: teoria e prática**. São Paulo, Ática, 2000.

_____. **Entretenimento: uma crítica aberta**. São Paulo, SENAC, 2003.

_____, NETTO PANOSSO, Alexandre. **Reflexões sobre um novo turismo: Política, Ciência e Sociedade**. São Paulo, ALEPH, 2003a.

TSUGUMI, Neide Yoko. **Inclusão social no mercado de trabalho e hospitalidade**. São Paulo, 2006. (Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi).

TULIK, Olga, ROQUE, Irene Tulik M. Turismo e cultura local: a herança histórica de São Vicente- São Paulo. In: **Turismo em análise**, v.14, n.2, p.90-102, Aleph, São Paulo, 2003.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo, Studio Nobel, SESC, 1996.

WHITAKER, Dulce. **Escolha da carreira e globalização**. São Paulo, Moderna, 1997.

ZVEIBIL, Silvia Jane. **A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: o projeto educacional e a cultura acadêmica**. São Paulo, 1999. (Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação da PUC-SP).

ANEXOS

Anexo 1 - PARECER Nº CES/CNE 0146/2002

Revogado pelo Parecer CNE/CES 67, de 11 de março de 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior **UF:** DF

ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design

RELATORES CONSELHEIROS: José Carlos Almeida da Silva e Lauro Ribas Zimmer

PROCESSO Nº: 23001.000074/2002-10

PARECER Nº CES/CNE 0146/2002

COLEGIADO: CES APROVADO EM: 03/04/2002

I – RELATÓRIO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024/61, em seu art. 9º, posteriormente também a Lei de Reforma Universitária 5.540/68, no art. 26, estabeleciam que ao então Conselho Federal de Educação incumbia a fixação dos currículos mínimos dos cursos de graduação, válidos para todo o País, os quais foram concebidos com os objetivos a seguir elencados, dentre outros:

1) facilitar as transferências entre instituições, de uma localidade para outra, ou até na mesma localidade, sem causar delonga na integralização do curso ou “em perda de tempo”, com a não contabilização dos créditos realizados na instituição de origem, como se vê no art. 100 da Lei 4.024/61, com a redação dada pela Lei 7.037/82;

2) fornecer diploma profissional, assegurando o exercício das prerrogativas e direitos da profissão, como rezava o art. 27 da Lei 5.540/68;

3) assegurar uniformidade mínima profissionalizante a todos quantos colassem grau profissional, diferenciados apenas em relação às disciplinas complementares e optativas, tudo como se observa, quando das transferências e do aproveitamento de estudos realizados, no art. 2º da Resolução CFE 12/84, segundo a qual as matérias componentes do currículo mínimo de qualquer curso superior cursadas com aproveitamento em instituição autorizada eram 2 automaticamente reconhecidas na instituição de destino, inobstante alguma variação de carga horária a menor, à razão de aproximadamente 25%;

4) permitir-se, na duração de cursos, de forma determinada, a fixação de tempo útil mínimo, médio ou máximo, desde que esses tempos não significassem redução de qualidade face à redução ou prorrogação prejudicial da duração do curso, ainda que com o mesmo número de créditos;

5) observar normas gerais válidas para o País, de tal maneira que ao estudante se assegurasse, como “igualdade de oportunidades”, o mesmo estudo, com os mesmos conteúdos e até com a mesma duração e denominação, em qualquer instituição. Os atos normativos que fixavam os currículos mínimos também indicavam sob que denominação disciplinas ou matérias deveriam ser alocadas no currículo, para se manter o padrão unitário, uniforme, de oferta curricular nacional. Por estas e outras razões, serviram os currículos mínimos para estabelecer um patamar uniforme entre cursos de instituições diferentes, inclusive quanto à carga horária obrigatória, que prevalecia sobre a complementar e optativa, além da inexigência, em alguns cursos, de implementação profissional através de estágio. O modelo de currículos mínimos implicava elevado detalhamento de disciplinas e cargas horárias, a serem obrigatoriamente cumpridas, sob pena de não ser reconhecido o curso, ou até não ser autorizado quando de sua proposição, o que inibia as instituições de inovar projetos pedagógicos, na concepção dos cursos existentes, para atenderem às exigências de diferentes ordens.

Ademais, os currículos mínimos profissionalizantes se constituíam numa exigência para uma suposta igualdade entre os profissionais de diferentes instituições, quando obtivessem os seus respectivos diplomas, com direito de exercer a profissão, por isto que se caracterizavam pela rigidez na sua configuração formal, verdadeira “grade curricular” dentro da qual os alunos deveriam estar aprisionados, submetidos até aos mesmos conteúdos previamente detalhados e obrigatoriamente repassados, independentemente de contextualização, com a visível redução da liberdade de as instituições organizarem seus cursos de acordo com o projeto pedagógico específico ou de mudarem essas atividades curriculares e seus conteúdos segundo as novas exigências da ciência, da tecnologia e do meio.

Desta forma, os currículos mínimos profissionalizantes, rigidamente concebidos na norma, para serem observados nas instituições, não mais permitiam o alcance da qualidade desejada segundo a sua

contextualização no espaço e tempo. Ao contrário, inibiam a inovação e a diversificação na preparação ou formação do profissional apto para a adaptabilidade!...

Com a publicação da Lei 9.131, de 24/11/95, o art. 9º, § 2º, alínea “c”, conferiu à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação a competência para “a elaboração do projeto de Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN, **que orientarão os cursos de graduação, a partir das propostas a serem enviadas pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação ao CNE**”, tal como viria a estabelecer o inciso VII do art. 9º da nova LDB 9.394/96, de 20/12/96, publicada em 23/12/96. A CES/CNE, posteriormente, aprovou o Parecer 776/97, no qual estabelece que as

Diretrizes Curriculares Nacionais devem:

- a) se constituir em orientações para a elaboração dos currículos;
- b) ser respeitadas por todas as IES; e
- c) assegurar a flexibilidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes.

Além disto, o Parecer em tela evidencia que as Diretrizes Curriculares Nacionais devem observar os seguintes princípios:

1. Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;

2. Indicar os tópicos ou campos de estudos e demais experiências de ensino aprendizagem que compõem os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, os quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;

3. Evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos de graduação;

4. Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;

5. Estimular práticas de estudos independentes, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;

6. Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se refiram à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada;

7. Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão, as quais poderão ser incluídas como parte da carga horária;

8. Incluir orientações para a condução de avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar a docentes e discentes a cerca do desenvolvimento das atividades didáticas.

Por sua vez, a SESu/MEC publicou o Edital 004/97, convocando as instituições de ensino superior para que encaminhassem propostas para a elaboração das diretrizes curriculares dos cursos de graduação, a serem sistematizadas pelas Comissões de Especialistas de Ensino de cada área.

O Edital 004/97 e o decorrente Modelo de Enquadramento das Propostas de Diretrizes Curriculares ensejaram alto nível de participação de amplos segmentos sociais e institucionais.

4 Com efeito, é bom frisar que deste procedimento não somente advieram ricas e ponderáveis contribuições da sociedade, das universidades, das faculdades, de organizações profissionais, de organizações docentes e discentes, enfim, da comunidade acadêmica e científica, e com a ampla participação dos setores públicos e privados em seminários, fóruns e encontros de debates, como também resultou na legitimação, na sua origem, dessas propostas trabalhadas pelo MEC/SESu, agora sob a análise desta Câmara por curso. Estabeleceu-se, então, um roteiro, de natureza metodológica, por isto mesmo flexível, de acordo com as discussões e encaminhamentos das Propostas das Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso, sistematizando-as segundo as grandes áreas do conhecimento, nas quais os cursos se situam, resguardando, conseqüentemente, toda uma congruência daquelas Diretrizes por curso e dos paradigmas estabelecidos para a sua elaboração.

Quanto aos paradigmas das Diretrizes Curriculares Nacionais, cumpre, de logo, destacar que elas objetivam “servir de referência para as instituições na organização de seus programas de formação, permitindo flexibilidade e priorização de áreas de conhecimento na construção dos currículos plenos. Devem induzir à criação de diferentes formações e habilitações para cada área do conhecimento, possibilitando ainda definirem **múltiplos perfis profissionais**, garantindo uma maior diversidade de carreiras, promovendo a integração do ensino de graduação com a pós-graduação, **privilegiando, no perfil de seus formandos, as competências intelectuais que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais**”.

Desta forma, para todo e qualquer curso de graduação, as Diretrizes Curriculares Nacionais recomendaram:

1. *Conferir maior autonomia às instituições de ensino superior na definição dos currículos de seus cursos, a partir da explicitação das competências e das habilidades que se deseja desenvolver, através da organização de um modelo pedagógico capaz de adaptar-se à dinâmica das demandas da sociedade, em que a graduação passa a constituir-se numa etapa de formação inicial no processo contínuo da educação permanente;*

2. *Propor uma carga horária mínima em horas que permita a flexibilização do tempo de duração do curso de acordo com a disponibilidade e esforço do aluno;*

3. *Otimizar a estruturação modular dos cursos, com vistas a permitir um melhor aproveitamento dos conteúdos ministrados, bem como a ampliação da diversidade da organização dos cursos, integrando a oferta de cursos sequenciais, previstos no inciso I do art. 44 da LDB;*

4. *Contemplar orientações para as atividades de estágio e demais atividades que integrem o saber acadêmico à prática profissional, incentivando o reconhecimento de habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar; e*

5. *Contribuir para a inovação e a qualidade do projeto pedagógico do ensino de graduação, norteando os instrumentos de avaliação.*

Posteriormente, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, ao aprovar o Parecer 583/2001, tomou como referência o Parecer 776/97 dessa mesma Câmara.

O Edital 4, de dezembro de 1997, do MEC/SESu, e o Plano Nacional de Educação, Lei 10.172, de janeiro de 2001, que definiu, dentre os objetivos e metas: "... Estabelecer, em nível nacional, diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas oferecidos pelas diferentes instituições de ensino superior, de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientelas e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem...". Ao aprovar, portanto, diretrizes comuns a todos os cursos, a intenção é garantir a flexibilidade, a criatividade e a responsabilidade das instituições ao elaborarem suas propostas curriculares. De tudo quanto exposto até esta parte, poder-se-á estabelecer as principais diferenças entre Currículo Mínimo e Diretrizes Curriculares Nacionais, com o propósito de mostrar os avanços e as vantagens proporcionadas por estas últimas:

1) enquanto os Currículos Mínimos estavam comprometidos com a emissão de um diploma para o exercício profissional, **as Diretrizes Curriculares Nacionais não se vinculam a diploma e a exercício profissional, pois os diplomas, de acordo com o art. 48 da LDB, se constituem prova, válida nacionalmente, da formação recebida por seus titulares;**

2) enquanto os Currículos Mínimos encerravam a concepção do exercício do profissional, cujo desempenho resultaria especialmente das disciplinas ou matérias profissionalizantes, enfeixadas em uma grade curricular, com os mínimos obrigatórios fixados em uma resolução por curso, **as Diretrizes Curriculares Nacionais concebem a formação de nível superior como um processo contínuo, autônomo e permanente, com uma sólida formação básica e uma formação profissional fundamentada na competência teórico-prática, de acordo com o perfil de um formando adaptável às novas e emergentes demandas;**

3) enquanto os Currículos Mínimos inibiam a inovação e a criatividade das instituições, que não detinham liberdade para reformulações naquilo que estava, por Resolução do CFE, estabelecido nacionalmente como componentes curriculares e até com detalhamento de conteúdos obrigatórios, **as Diretrizes Curriculares Nacionais ensejam a flexibilização curricular e a liberdade de as instituições elaborarem seus projetos pedagógicos para cada curso segundo uma adequação às demandas sociais e do meio e aos avanços científicos e tecnológicos, conferindo-lhes uma maior autonomia na definição dos currículos plenos dos seus cursos;**

4) enquanto os Currículos Mínimos muitas vezes atuaram como instrumento de transmissão de conhecimentos e de informações, inclusive prevalecendo interesses corporativos responsáveis por obstáculos no ingresso no mercado de trabalho e por desnecessária ampliação ou prorrogação na duração do curso, **as Diretrizes Curriculares Nacionais orientam-se na direção de uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional;**

5) enquanto o Currículo Mínimo profissional pretendia, como produto, um profissional "preparado", **as Diretrizes Curriculares Nacionais pretendem preparar um profissional adaptável a situações novas e emergentes;**

6) enquanto os Currículos Mínimos, comuns e obrigatórios em diferentes instituições, se propuseram mensurar desempenhos profissionais no final do curso, **as Diretrizes Curriculares Nacionais se propõem ser um referencial para a formação de um profissional em permanente**

preparação, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno, apto a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção de conhecimento;

7) enquanto os Currículos Mínimos eram fixados para uma determinada habilitação profissional, assegurando direitos para o exercício de uma profissão regulamentada, **as Diretrizes Curriculares Nacionais devem ensinar variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa.**

II – MÉRITO

Como já assinalado anteriormente, a LDB 4.024/61, em seu art. 9º, seguido pelo art. 26 da Lei 5.540/68, conferiu ao então Conselho Federal de Educação a competência para fixar os currículos dos cursos de graduação, o que ensejou a obrigatória observância dos denominados currículos mínimos profissionais de cada curso de graduação, inclusive de suas habilitações, mediante resoluções daquele Colegiado, válidas nacionalmente, para qualquer sistema de ensino, resultando para as instituições apenas a escolha de componentes curriculares complementares e a listagem para os alunos de disciplinas optativas, e, quando concebessem cursos experimentais, inovando e criando respostas para situações localizadas, ainda assim só poderiam colocá-los em funcionamento após prévia aprovação dos currículos e autorização dos cursos (art. 104 – LDB 4.024/61).

Desta forma, engessados os currículos mínimos e direcionados para o exercício profissional, com direitos e prerrogativas assegurados pelo diploma, nem sempre o currículo pleno significou a plenitude de uma coerente e desejável proposta pedagógica, contextualizada, que se ajustasse permanentemente às emergentes mudanças sociais, tecnológicas e científicas, por isto que os graduados, logo que colassem grau, já se encontravam defasados em relação ao desempenho exigido no novo contexto, urgindo preparação específica para o exercício da ocupação ou profissão. Nesse quadro, era mesmo necessária uma espécie de “desregulamentação”, de flexibilização e de uma contextualização das instituições de ensino superior, que atendessem mais rapidamente, e sem as amarras anteriores, à sua dimensão política, isto é, pudessem as instituições de ensino superior assumir a responsabilidade de se constituírem respostas às efetivas necessidades sociais - demanda social ou necessidade social -, expressões estas que soam com a mesma significação da sua correspondente “exigência do meio” contida no art. 53, inciso IV, da atual LDB 9.394/96.

Sendo as instituições caixa de ressonância das expectativas sociais, ali ecoava a demanda reprimida no mercado de trabalho, no avanço tecnológico e científico, ficando, não raro, impossibilitadas de implementar qualquer projeto com que ousassem inovar em matéria curricular, salvo se, nos termos do então art. 104 da LDB 4.024/61, tivessem o destemor, nem sempre reconhecido, de propor cursos experimentais com currículos estruturados como experiência pedagógica, porque não se enquadravam nos currículos mínimos vigentes, sabendo-se que, como se disse, mesmo assim estavam eles condicionados à prévia aprovação pelo Conselho Federal de Educação, sob pena de infringência à lei.

A Constituição Federal de 1988, com indiscutíveis avanços, prescreveu, em seu art. 22, inciso XXIV, que a União editaria, como editou, em 20 de dezembro de 1996, a nova LDB 9.394/96, contemplando, na nova ordem jurídica, um desafio para a educação brasileira: as instituições assumirão a ousadia da criatividade e da inventividade, na flexibilização com que a LDB marcou a autonomia das instituições e dos sistemas de ensino, em diferentes níveis. No caso concreto das instituições de ensino superior, estas responderão necessariamente pelo padrão de qualidade na oferta de seus cursos, o que significa, no art. 43, preparar

profissionais aptos para a sua inserção no campo do desenvolvimento, em seus diversos segmentos, econômicos, culturais, políticos, científicos, tecnológicos etc. Disto resultou o imperioso comprometimento das instituições formadoras de profissionais e de recursos humanos com as mudanças iminentes, no âmbito político, econômico e cultural, e até, a cada momento, no campo das ciências e da tecnologia, nas diversas áreas do conhecimento, devendo, assim, a instituição estar apta para constituir-se resposta a essas exigências.

Certamente, adviria uma nova concepção da autonomia universitária e de responsabilização das instituições não-universitárias, em sua harmonização com essas mutações contínuas e profundas, de tal forma que ou as instituições se revelam com potencial para atender “às exigências do meio”, ou elas não se engajarão no processo de desenvolvimento e se afastarão do meio, porque não poderão permanecer “preparando” recursos humanos “despreparados” ou sem as aptidões necessárias ao permanente e periódico ajustamento a essas mudanças. Com efeito, repita-se, não se cogita mais do profissional “preparado”, mas do profissional apto às mudanças e, portanto, adaptável.

Isto significa um marco histórico, porque, em matéria de concepção pedagógica do processo educativo e, conseqüentemente, das concepções das ações pelas quais a educação e o ensino venham a efetivar-se, sem dúvida haveria de ser repensada a elaboração dos currículos dos cursos de qualquer grau

ou nível, especialmente os de grau superior, convocadas que estavam todas as instituições da comunidade para exercerem uma ação conjugada, harmônica e cooperativa, com o Poder Público e com outras instituições, como se verifica no art. 205 da Constituição Federal (“**com a colaboração da sociedade**”) e no art. 211 (“**em regime de colaboração**”), para resgatar a educação dos percalços em que se encontrava e ante os desafios acenados em novos horizontes da história brasileira e do mundo.

Por isto, a nova LDB (9.131/95 e 9.394/96), revogando parcialmente a anterior, teria de firmar diretrizes básicas para esse novo desafio, promovendo a flexibilização na elaboração dos currículos dos cursos de graduação, **retirando-lhes as amarras da concentração, da inflexibilidade dos currículos mínimos profissionalizantes nacionais, que são substituídos por “Diretrizes Curriculares Nacionais”**.

Desta forma, foram estabelecidas, a partir das orientações gerais contidas nos Pareceres CES/CNE 776/97 e 583/2001, bem como nos desdobramentos decorrentes do Edital 004/97- SESu/MEC, as Diretrizes Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares Gerais dos Cursos de Graduação, por curso, considerado segundo a respectiva área de conhecimento, observando-se os paradigmas, níveis de abordagem, perfil do formando, competências e habilidades, habilitações, conteúdos ou tópicos de estudos, duração dos cursos, atividades práticas e complementares, aproveitamento de habilidades e competências extracurriculares, interação com a avaliação institucional como eixo balizador para o credenciamento e avaliação da instituição, para a autorização e reconhecimento de cursos, bem como suas renovações, adotados indicadores de qualidade, sem prejuízo de outros aportes considerados necessários.

Neste passo, não é demais repetir que tudo foi concebido com o propósito de que se pudesse estabelecer um perfil do formando no qual a formação de nível superior se constituísse em processo contínuo, autônomo e permanente, com uma sólida formação básica e uma formação profissional fundamentada na competência teórico-prática, observada a flexibilização curricular, autonomia e a liberdade das instituições de inovar seus projetos pedagógicos de graduação, para o atendimento das contínuas e emergentes mudanças para cujo desafio o futuro formando deverá estar apto.

Cumprida agora, portanto, a esta Comissão analisar e relatar perante a Câmara de Educação Superior, para sua elevada deliberação colegiada, as propostas das Diretrizes Curriculares Nacionais dos **cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design**, cujas especificações e detalhamento atenderam à metodologia adotada, especialmente quanto ao perfil desejado do formando, às competências/habilidades/attitudes, habilitações e ênfases, aos conteúdos curriculares, à organização dos cursos, aos estágios e atividades complementares e ao acompanhamento e avaliação.

3.1. Diretrizes Comuns aos Cursos Relatados

Sob este título, entendeu a Comissão que deveria enfeixar balizamentos comuns a serem observados pelas instituições de ensino superior quanto aos 11 (onze) cursos sobre cujas Diretrizes Gerais se debruçou para o presente relato a ser submetido à deliberação da Câmara de Educação Superior, abrangendo Projeto Pedagógico, Organização Curricular, Estágios e Atividades Complementares, Acompanhamento e Avaliação e Monografia.

• Projeto Pedagógico

As instituições de ensino superior deverão, na composição dos seus projetos pedagógicos, definir, com clareza, os elementos que lastreiam a própria concepção do curso, o seu currículo pleno e sua operacionalização, destacando-se os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- formas de realização da interdisciplinaridade;
- modos de integração entre teoria e prática;
- formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades especialização, integradas e/ou subsequentes à graduação, e de aperfeiçoamento, de acordo com a evolução das ciências, das tecnologias e das efetivas demandas do desempenho profissional, observadas as peculiaridades de cada área do conhecimento e de atuação, por curso;
- incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- concepção e composição das atividades de estágio, por curso;
- concepção e composição das atividades complementares;

- oferta de curso sequenciais e de tecnologia, quando for o caso.

• **Organização Curricular**

As instituições de ensino superior, exercitando seu potencial inovador e criativo e da liberdade e flexibilidade que possuem na organização de seus currículos, devem concebê-los de acordo com os regimes acadêmicos que adotarem, a saber: regime seriado anual, regime seriado semestral, sistema de créditos, sistemas modulares ou de módulos acadêmicos, sistema de pré-requisitos e de créditos com matrículas por disciplina, prevendo expressamente a integralização curricular do curso como condição para a sua efetiva conclusão e subsequente colação de grau, com a distribuição do tempo útil previsto, definido em termos de carga horária, duração ou redução de duração do curso, de tal forma que os alunos tenham a informação do tempo de estudos previsto e das possibilidades de redução ou ampliação desse tempo, preservado sempre o princípio do padrão de qualidade.

Acrescente-se que, recentemente, a CES/CNE aprovou o Parecer 100/2002 e seu anexo Projeto de Resolução, em 13/03/2002, contendo parâmetros relacionados com a duração dos cursos, com a carga horária e com percentuais para atividades práticas e estágio, tudo de acordo com a organização curricular de cada curso e o regime acadêmico adotado, excetuando-se as licenciaturas plenas e os cursos de formação docente, que têm disciplinamento próprio.

• **Estágios e Atividades Complementares**

O Estágio Curricular, Supervisionado, deve ser concedido como conteúdo curricular implementador do perfil do formando, consistindo numa atividade obrigatória, mas diversificada, tendo em vista a consolidação prévia dos desempenhos profissionais desejados, segundo as peculiaridades de cada curso de graduação. Pelo seu caráter implementador de desempenhos profissionais antes mesmo de se considerar concluído o curso, é necessário que, à proporção que os resultados do estágio forem sendo verificados, interpretados e avaliados, o estagiário esteja consciente do seu atual perfil, naquela fase, para que ele próprio reconheça a necessidade da retificação da aprendizagem, nos conteúdos em que revelara equívocos ou insegurança de domínio, e da própria reprogramação da prática, assegurando-se-lhe, nessa reorientação e reprogramação teórico-prática, o direito subjetivo constitucional ao padrão de qualidade, que se revelará no exercício profissional, já no âmbito das instituições sociais.

As Atividades Complementares, por seu turno, devem possibilitar o reconhecimento, por avaliação, de habilidades e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, hipóteses em que o aluno alargará o seu currículo com experimentos e vivências acadêmicos, internos ou externos ao curso, não se confundindo estágio curricular, supervisionado, com a amplitude e a rica dinâmica das Atividades Complementares. As Atividades Complementares, assim, se orientam a estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, estabelecidas ao longo do curso, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais.

Nesse sentido, as Atividades Complementares podem incluir projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, além de disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino ou de regulamentação e supervisão do exercício profissional, ainda que esses conteúdos não estejam previstos no currículo pleno de uma determinada instituição mas nele podem ser aproveitados porque circulam em um mesmo currículo, de forma interdisciplinar, e se integram com os demais conteúdos realizados.

Enfim, as atividades de extensão, previstas no art. 44, inciso IV, da LDB 9.394/96, cuja finalidade básica, dentre outras, consiste em propiciar à comunidade o estabelecimento de uma relação de reciprocidade com a instituição, podem ser integradas nas Atividades Complementares, enriquecedoras e implementadoras do próprio perfil do formando, sem que se confundam com Estágio Curricular, Supervisionado.

• **Acompanhamento e Avaliação**

As IES deverão adotar formas específicas e alternativas de avaliação, internas e externas, sistemáticas, envolvendo todos quantos se contenham no processo do curso, centradas em aspectos considerados fundamentais para a identificação do perfil do formando, estando presentes o desempenho da relação professor x aluno, a parceria do aluno para com a instituição e o professor.

Assim, as instituições não somente deverão adotar práticas pedagógicas e métodos de ensino/aprendizagem inovadores, direcionados à garantia da qualidade do curso, como também deverão adotar procedimentos alternativos de avaliação que favoreçam a compreensão da totalidade do curso, consolidando o perfil desejado do formando, aferindo também a importância do caráter inter e multidisciplinar das ações didáticas e pedagogicamente estruturadas, inclusive ensejando interface da graduação com a pós-graduação sob diferentes mecanismos, em especial com estímulo à pesquisa, o

incentivo à produção científica e a inserção na comunidade sob as diversas formas ou programas de extensão.

Importante fator para a avaliação das instituições é a produção que elas podem colocar à disposição da sociedade e de todos quantos se empenhem no crescimento e no avanço da ciência e da tecnologia. Com efeito, a produção que uma instituição divulga, publica, socializa, certamente será um forte e ponderável indicador para o acompanhamento e avaliação sobre a instituição, sobre o curso e para os alunos em particular que, durante o próprio curso, já produzem, como reflexo da consciência que possuem quanto ao desenvolvimento de suas potencialidades.

• **Monografia/Trabalho de Conclusão de Curso**

No conjunto das Diretrizes Curriculares Nacionais e das Diretrizes Curriculares Gerais dos Cursos de Graduação, a Monografia/Trabalho de Conclusão de Curso vêm sendo concebidos ora como um conteúdo curricular opcional, ora como obrigatório.

Nos cursos objeto do presente Parecer, a Monografia se insere no eixo dos conteúdos curriculares opcionais, cuja adequação aos currículos e aos cursos ficará à cargo de cada instituição que assim optar, por seus colegiados superiores acadêmicos, em face do seguinte entendimento:

1) a graduação passa a ter um papel de formação inicial no processo contínuo de educação, que é também inerente ao próprio mundo do trabalho e da permanente capacitação profissional, isto é, do profissional apto ao enfrentamento dos desafios suscitados pelas mudanças iminentes à conclusão do curso ou emergentes e conjunturais;

2) os currículos passam a ser configurados e reconfigurados dentro de um modelo capaz de adaptar-se às dinâmicas condições do perfil desejado do formando, exigido pela sociedade, com todas as contingências que envolvem a história humana, suscitando um contínuo aprimorar se;

3) a monografia se constitui em instrumental mais apropriado aos cursos de pós-graduação *lato sensu* que os formandos ou egressos venham a realizar, indispensáveis ao seu desempenho profissional qualitativo, especialmente face às inovações científicas e tecnológicas, em diferentes áreas;

4) a monografia, pelas suas peculiaridades, deve ter, em cada instituição que por ela opte expressamente, regulamentação própria, com critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação bastante explícitos, bem como diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

3.2. Diretrizes Específicas por Curso Relatado

Sob este tópico serão tratados os aspectos peculiares a cada curso, abrangendo Perfil Desejado do Formando, as Competências e Habilidades, os Conteúdos Curriculares e, quando necessário, um tópico sobre Considerações Finais.

[...]

3.2.5. Curso de Graduação em Turismo

• **Perfil Desejado do Formando**

Quanto ao perfil desejado, o curso de graduação em Turismo deverá oportunizar a formação de um profissional apto a atuar em mercados altamente competitivos e em constante transformação, cujas opções possuem um impacto profundo na vida social, econômica e no meio ambiente, exigindo uma formação ao mesmo tempo generalista, no sentido tanto do conhecimento geral, das ciências humanas, sociais, políticas e econômicas, como também de uma formação especializada, constituída de conhecimentos específicos, sobretudo nas áreas culturais, históricas, ambientais, antropológicas, de Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural, bem como o agenciamento, organização e gerenciamento de eventos e a administração do fluxo turístico.

• **Competências e Habilidades**

O curso de graduação em Turismo deve possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo;
- utilização de metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais;
- positiva contribuição na elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo;
- domínio das técnicas indispensáveis ao planejamento e à operacionalização do Inventário Turístico, detectando áreas de novos negócios e de novos campos turísticos e de permutas culturais;
- domínio e técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico-financeira para os empreendimentos e projetos turísticos;
- adequada aplicação da legislação pertinente;
- planejamento e execução de projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e seu gerenciamento;

- intervenção positiva no mercado turístico com sua inserção em espaços novos, emergentes ou inventariados;
- classificação, sobre critérios prévios e adequados, de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências de turismo, empresas promotoras de eventos e de outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico e de sua expansão;
- domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana;
- domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista;
- comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social;
- utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas, e dos demais segmentos populacionais;
- domínio de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida;
- habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos;
- integração nas ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares interagindo criativamente nos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem;
- profunda vivência e conhecimento das relações humanas, de relações públicas, das articulações interpessoais, com posturas estratégicas para o êxito de qualquer evento turístico;
- conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.

• Conteúdos Curriculares

Os cursos de graduação em Turismo deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que atendam aos seguintes eixos interligados de formação:

I – Conteúdos Básicos: estudos relacionados com os aspectos Sociológicos, Antropológicos, Históricos, Filosóficos, Geográficos, Culturais e Artísticos, que conformam as sociedades e suas diferentes culturas;

II – Conteúdos Específicos: estudos relacionados com a Teoria Geral do Turismo, Teoria da Informação e da Comunicação, estabelecendo ainda as relações do Turismo com a Administração, o Direito, a Economia, a Estatística e a Contabilidade, além do domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira;

III – Conteúdos Teórico-Práticos: estudos localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e de estágios.

3.2.6. Curso de Graduação em Hotelaria

O curso de graduação em Hotelaria, na modalidade bacharelado, terá uma terminalidade segundo a sua concepção curricular e o projeto pedagógico do curso, adequados ao perfil desejado do formando, incluindo até conteúdos curriculares de natureza pedagógica indispensáveis à habilitação para o magistério em cursos de formação profissionalizante ou de Educação Profissional de que trata a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96.

• Perfil Desejado do Formando

Quanto ao perfil desejado, o curso de graduação em Hotelaria deverá oportunizar a formação de um profissional apto a atuar em um mercado altamente competitivo e em constante transformação, com impactos periódicos ou sazonais, segundo as mudanças na vida social, econômica, política, empresarial e organizacional, com ênfase na Gestão e Administração de Hotéis com os mais diversos e importantes aspectos estruturais, infra-estruturais e o seu eficaz e qualitativo funcionamento, de acordo com os diversos segmentos culturais da demanda hoteleira.

• Competências e Habilidades

O curso de graduação em Hotelaria deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades para:

- atuar no planejamento, implantação e gerenciamento de unidades hoteleiras;

- reconhecer e identificar problemas, equacionando soluções, intermediando e coordenando os diferentes níveis do processo de tomada de decisão;
- ajustar-se aos diferentes contextos históricos e suas inter-relações geográficas, sociais, econômicas e turísticas, especialmente para o constante aperfeiçoamento em planejamentos e gestões de empresas hoteleiras;
- adotar, com eficácia, modelos inovadores de gestão;
- integrar-se no grupo hoteleiro e da unidade que gerencia, contribuindo para a ação de equipes interdisciplinares e interagir criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais bem como resolver situações com flexibilidade e adaptabilidade diante de problemas e desafios organizacionais;
- comunicar-se em idiomas estrangeiros, principalmente a língua inglesa e a espanhola, manejando também os recursos informatizados e outros equipamentos tecnológicos;
- exercer, com liderança e responsabilidade, o gerenciamento da unidade hoteleira, direcionado ao melhor atendimento ao cliente, usuário;
- implantar planejamento estratégico capaz de assegurar produtividade e competitividade, em mercados de significativas diversificações;
- ajustar, mediante adequada forma de gerenciamento, o funcionamento institucional a novas situações, emergentes, presentes na pluralidade do mercado hoteleiro, da cultura e da demanda diferenciada, das expectativas de diferentes pólos turísticos ou em razão de diversos processos de mobilidade social.

• Conteúdos Curriculares

O curso de graduação em Hotelaria deve direcionar os conteúdos para o perfil desejado do formando, a partir dos seguintes tópicos de estudos interligados:

I – Conteúdos Básicos: estudos relacionados com as Ciências Humanas, com ênfase na Psicologia, Sociologia e na Geografia Física, Humana, Política e Econômica, e com as Ciências da Comunicação e das Artes;

II – Conteúdos Específicos: estudos relacionados com a Administração, a Economia e o Direito, aplicados à Hotelaria, interligados com o Turismo, além de estudos sobre Sistemas de Comunicação e Informática, incluindo domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira;

III – Conteúdos Teórico-Práticos: obtidos pelos sistemas informatizados, incluindo Laboratórios, com as diversas interligações em rede, cujos produtos sejam postos à disposição do fluxo turístico, observadas as peculiaridades do mercado hoteleiro, Estágio Curricular Supervisionado, Estágios Integradores, Atividade Extra-classe, Atividades de Pesquisa e de Iniciação Científica e Atividades Complementares.

[...]

IV – VOTO DO(S) RELATOR(ES)

Diante do exposto, voto(amos) nos seguintes termos:

1) favoravelmente à aprovação das Diretrizes Curriculares dos cursos de Graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design, propostas pelas respectivas Comissões de Especialistas da SESu/MEC, com os acréscimos e reformulações constantes deste Parecer;

2) pela aprovação dos Projetos de Resolução em anexo, que fazem parte integrante deste Parecer e deste voto.

Brasília-DF, 03 de abril de 2002.

Conselheiro José Carlos Almeida da Silva - Relator

Conselheiro Lauro Ribas Zimmer - Relator

V – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior acompanha o voto da Comissão.

Sala das Sessões, 03 de abril de 2002.

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo - Presidente

Conselheiro José Carlos Almeida da Silva - Vice-Presidente

[...]

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº DE DE DE 2002.

Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CES/CNE nºs. 776/97, de 03/12/97, 583/2001, de 04/04/2001, e 100/2002, de 13/03/2002, e as Diretrizes Curriculares Nacionais elaboradas pela Comissão de Especialistas de Ensino de Administração, propostas ao CNE pela SESu/MEC, considerando o que consta do Parecer CES/CNE nº , aprovado na sessão de // e homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em, de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º. O currículo do curso de graduação em Turismo, a ser elaborado pelas Instituições de Ensino Superior, universitárias e não-universitárias, observará as Diretrizes Curriculares Nacionais, o disposto nesta Resolução e no Parecer CES/CNE nº . Art. 2º. A organização curricular do curso de graduação em Turismo, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e o Parecer indicado no artigo precedente, abrangerá o regime de oferta, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, a monografia como componente opcional da instituição, o sistema de avaliação, o perfil do formando, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares e a duração do curso, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

Parágrafo único. O projeto pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de graduação em Turismo, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, conterá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

VIII - cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades especialização integrada e/ou subsequente à graduação, de acordo com o surgimento das diferentes manifestações teórico-práticas e tecnológicas aplicadas à área da graduação, e de aperfeiçoamento, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

IX - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

X - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;

XI - concepção e composição das atividades complementares.

Art. 3º A organização curricular do curso de graduação em Turismo estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as Instituições de Ensino Superior adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, atendido o disposto no artigo precedente.

Art. 4º. O Estágio Supervisionado é um componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus colegiados superiores acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento de estágio, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º. O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ações teórico-práticas e desde que sejam estruturados e operacionalizados de acordo com a regulamentação própria prevista no *caput* deste artigo.

§ 2º. As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os responsáveis pelo estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

Art. 5º. As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Art. 6º. A Monografia é componente curricular opcional de cada instituição, que deverá observar regulamentação própria, aprovada pelo conselho superior acadêmico da instituição, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 7º. As instituições de ensino superior deverão adotar formas específicas e alternativas de avaliação, internas e externas, sistemáticas, envolvendo todos quantos se contenham no processo do curso, centradas em aspectos considerados fundamentais para a identificação do perfil do formando.

Parágrafo único. Os planos de ensino, a serem fornecidos aos alunos antes do início do período letivo, deverão conter, além dos conteúdos e das atividades, os critérios de avaliação a que serão submetidos.

Art. 8º. O curso de graduação em Turismo deve ensinar, para o perfil desejado do graduando, condições para que o bacharel esteja capacitado a compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais relacionadas com o mercado turístico e de seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional.

Art. 9º. O curso de graduação em Turismo deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- I – compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo;
- II – utilização de metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais;
- III – positiva contribuição na elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo;
- IV - domínio das técnicas indispensáveis ao planejamento e à operacionalização do Inventário Turístico, detectando áreas de novos negócios e de novos campos turísticos e de permutas culturais;
- V - domínio e técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico-financeira para os empreendimentos e projetos turísticos;
- VI - adequada aplicação da legislação pertinente;
- VII - planejamento e execução de projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e seu gerenciamento;
- VIII – intervenção positiva no mercado turístico com sua inserção em espaços novos, emergentes ou inventariados;
- IX – classificação, sobre critérios prévios e adequados, de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências de turismo, empresas promotoras de eventos e outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico e de sua expansão;
- X - domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana;
- XI - domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista;
- XII - comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social;
- XIII - utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas, e dos demais segmentos populacionais;
- XIV - domínio de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida;
- XV - habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos;
- XVI – integração nas ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- XVII - compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem;

XVIII - profunda vivência e conhecimento das relações humanas, de relações públicas, das articulações interpessoais, com posturas estratégicas do êxito de qualquer evento turístico;

XIX - conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.

Art. 10. Os cursos de graduação em Turismo deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que atendam aos seguintes eixos interligados de formação:

I – Conteúdos Básicos: estudos relacionados com os aspectos Sociológicos, Antropológicos, Históricos, Filosóficos, Geográficos, Culturais e Artísticos, que conformam as sociedades e suas diferentes culturas;

II – Conteúdos Específicos: estudos relacionados com a Teoria Geral do Turismo, Teoria da Informação e da Comunicação, estabelecendo ainda as relações do Turismo com a Administração, o Direito, a Economia, a Estatística e a Contabilidade, além do domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira;

III – Conteúdos Teórico-Práticos: estudos localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e de estágios.

Art. 11. A definição da duração dos cursos de que trata o artigo anterior, a carga horária e o tempo de integralização curricular, de acordo com os regimes acadêmicos previstos no art. 3º desta Resolução, serão estabelecidos em Resolução específica da Câmara de Educação Superior, na forma dos Pareceres CES/CNE nºs 583/2001, aprovado em 04/04/2001, e 100/2002, de 13/03/2002.

Art. 12. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anexo 2 - CNE/CES 0288/2003

PARECER HOMOLOGADO (*)

(*) Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 12/4/2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior

UF: DF

ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo

RELATOR(A): José Carlos Almeida da Silva e Lauro Ribas Zimmer

PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000074/2002-10 **PARECER N.º:**

CNE/CES 0288/2003 COLEGIADO: CES

APROVADO EM: 6/11/2003

I – RELATÓRIO

A Lei 9.131, sancionada em 24/11/95, deu nova redação ao art. 9º, § 2º, alínea “c”, da então LDB 4.024/61, conferindo à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação a competência para “a elaboração do projeto de Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN, **que orientarão os cursos de graduação, a partir das propostas a serem enviadas pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação ao CNE**”, tal como viria a estabelecer o inciso VII do art. 9º da nova LDB 9.394, de 20/12/96, publicada em 23/12/96.

Para orientar a elaboração das propostas de Diretrizes Curriculares Nacionais, o CNE/CES já havia editado os Pareceres 776, de 3/12/97, e 583/2001, tendo a SESu/MEC publicado o Edital 4, de 4/12/97, convocando as instituições de ensino superior para que realizassem ampla discussão com a sociedade científica, ordens e associações profissionais, associações de classe, setor produtivo e outros envolvidos do que resultassem propostas e sugestões para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação, contribuindo essas, significativas, a serem sistematizadas pelas Comissões de Especialistas de Ensino de cada área.

A Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação aprovou também, em 11/3/2003, o Parecer CNE/CES 67/2003, contendo todo um referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação, inclusive para o efetivo entendimento da transição entre o regime anterior e o instituído pela nova LDB 9.394/96, como preceitua o seu art. 90, tendo, por razões de ordem metodológica, estabelecido um paralelo entre Currículos Mínimos Nacionais, Profissionalizantes, e Diretrizes Curriculares Nacionais.

Constata-se que, quanto aos Currículos Mínimos, o Referencial enfocou a concepção, abrangência e objetivos dos referidos currículos, fixados por curso de graduação, ensejando as respectivas formulações de grades curriculares cujo atendimento implicava fornecer diplomas profissionais, assegurado o exercício das prerrogativas e o direito de cada profissão. No entanto, quanto às Diretrizes Curriculares Nacionais, o Parecer elencou os princípios que lhes embasam a formulação, disto resultando o nítido referencial entre o regime anterior e o proposto pela nova ordem jurídica.

Ainda sobre o Referencial esboçado no Parecer CNE/CES 067/2003, verifica-se que existem mesmo determinadas diretrizes que poderiam ser consideradas comuns aos cursos de graduação, enquanto outras atenderiam à natureza e às peculiaridades de cada curso, desde que fossem contempladas as alíneas “a” a “g” do item II do Parecer CNE/CES 583/2001, “litteris”:

“a- Perfil do formando/egresso/profissional - conforme o curso, o projeto pedagógico deverá orientar o currículo para um perfil profissional desejado.

“b- Competência/habilidades/attitudes.

“c- Habilitações e ênfase.

“d- Conteúdo curriculares.

“e- Organização do curso.

“f- Estágios e atividades complementares

“g- Acompanhamento e Avaliação”.

É evidente que as Diretrizes Curriculares Nacionais, longe de serem consideradas como um corpo normativo, rígido e engessado, a se confundirem com os antigos Currículos Mínimos Profissionalizantes, objetivam, ao contrário “servir de referência para as instituições na organização de seus programas de formação, permitindo flexibilidade e priorização de áreas de conhecimento na construção dos currículos plenos. Devem induzir à criação de diferentes formações e habilitações para cada área do conhecimento, possibilitando ainda definirem **múltiplos perfis profissionais**, garantindo uma maior diversidade de carreiras, promovendo a integração do ensino de graduação com a pós-

graduação, **privilegiando, no perfil de seus formandos, as competências intelectuais que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais**".

Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Turismo devem refletir uma dinâmica que atenda aos diferentes perfis de desempenho a cada momento exigidos pela sociedade, nessa "heterogeneidade das mudanças sociais", sempre acompanhadas de novas e mais sofisticadas tecnologias, a exigir contínuas revisões do Projeto Pedagógico de um curso para que ele se constitua a caixa de ressonância dessas efetivas demandas, através de um profissional adaptável e com a suficiente autonomia intelectual e de conhecimento para que se ajuste sempre às necessidades emergentes, notadamente na expansão do turismo em suas múltiplas modalidades, no Brasil e no mundo.

Sem dúvida este é um novo tempo, em que as instituições de ensino superior responderão pelo padrão de qualidade do Curso de Graduação em Turismo de forma a atender, dentre outros, o art. 43, incisos II e III, da LDB 9.394/96, comprometendo-se por preparar profissionais aptos para a sua inserção no campo do desenvolvimento social, com acentuada e importante contribuição do turismo, ensinando as peculiaridades da graduação, e resultando não propriamente um profissional "preparado", mas profissional apto às mudanças e, portanto, adaptável.

Sendo o Conselho Nacional de Educação uma instituição de Estado e não de Governo, constitui-se ele um espaço democrático por excelência, onde se discutem e se refletem sobre todas as contribuições que possam, de algum modo, enriquecer as Diretrizes Curriculares de um determinado curso, para que, sendo nacionais, se adequem àquelas expectativas de maior amplitude, naquilo que é geral e comum a todos, e ao mesmo tempo ensejem a flexibilização necessária para o atendimento nacional, regional, comunitário, local, das políticas públicas relativas à expansão do turismo brasileiro, atendidas "as exigências do meio" e de cada época, como preconiza a lei. Por esta razão, foi acolhida parte significativa das novas contribuições encaminhadas especialmente pela Comissão de Especialistas de Ensino de Turismo – CEETur, do Departamento de Políticas do Ensino Superior – DEPEs, da SESu/MEC.

Por fim, vale salientar que as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Turismo estão analisadas e definidas por tópico específico, a seguir destacado, em cada situação concreta.

Organização do Curso

A organização do curso de graduação em Turismo, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Pareceres desta Câmara, indicará claramente o regime de oferta, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, a monografia como componente opcional da instituição, o sistema de avaliação, o perfil do formando, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares e a duração do curso, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

Projeto Pedagógico

As instituições de ensino superior deverão, na elaboração do projeto pedagógico de cada curso de Graduação ora relatado, definir, com clareza, os elementos que lastreiam a própria concepção do curso, com suas peculiaridades e contextualização, o seu currículo pleno e sua adequada operacionalização, e coerente sistemática de avaliação, destacando-se os seguintes elementos estruturais, sem prejuízo de outros:

I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

VIII - cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades especialização integrada e/ou subsequente à graduação, de acordo com o surgimento das diferentes manifestações teórico-práticas e tecnológicas aplicadas à área da graduação, e de aperfeiçoamento, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

IX - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

X - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;

XI - concepção e composição das atividades complementares.

Perfil Desejado do Formando

Quanto ao perfil desejado, o curso de graduação em Turismo deverá oportunizar a formação de um profissional apto a atuar em mercados altamente competitivos e em constante transformação, cujas opções possuem um impacto profundo na vida social, econômica e no meio ambiente, exigindo uma formação ao mesmo tempo generalista, no sentido tanto do conhecimento geral, das ciências humanas, sociais, políticas e econômicas, como também de uma formação especializada, constituída de conhecimentos específicos, sobretudo nas áreas culturais, históricas, ambientais, antropológicas, de Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural, bem como o agenciamento, organização e gerenciamento de eventos e a administração do fluxo turístico.

Competências e Habilidades

O curso de graduação em Turismo deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- I – compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo;
- II – utilização de metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais;
- III – positiva contribuição na elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo;
- IV - domínio das técnicas indispensáveis ao planejamento e à operacionalização do Inventário Turístico, detectando áreas de novos negócios e de novos campos turísticos e de permutas culturais;
- V - domínio e técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico- financeira para os empreendimentos e projetos turísticos;
- VI - adequada aplicação da legislação pertinente;
- VII - planejamento e execução de projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e seu gerenciamento;
- VIII – intervenção positiva no mercado turístico com sua inserção em espaços novos, emergentes ou inventariados;
- IX – classificação, sobre critérios prévios e adequados, de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências de turismo, empresas promotoras de eventos e outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico e de sua expansão;
- X - domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana;
- XI - domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista;
- XII - comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social;
- XIII - utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas, e dos demais segmentos populacionais;
- XIV - domínio de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida;
- XV - habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos;
- XVI – integração nas ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- XVII - compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem;
- XVIII - profunda vivência e conhecimento das relações humanas, de relações públicas, das articulações interpessoais, com posturas estratégicas do êxito de qualquer evento turístico;
- XIX - conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.

Conteúdos Curriculares

Os cursos de graduação em Turismo deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, os seguintes conteúdos interligados:

- I – Conteúdos Básicos: estudos relacionados com os aspectos sociológicos, antropológicos, históricos, filosóficos, geográficos, culturais e artísticos, que conformam as sociedades e suas diferentes culturas;

II – Conteúdos Específicos: estudos relacionados com a Teoria Geral do Turismo, Teoria da Informação e da Comunicação, estabelecendo ainda as relações do turismo com a administração, o direito, a economia, a estatística e a contabilidade, além do domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira;

III – Conteúdos Teórico-Práticos: estudos localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e de estágios.

Organização Curricular

A organização curricular do curso de graduação em Turismo estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as Instituições de Ensino Superior adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, atendido o disposto no artigo precedente.

Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento de estágio, com suas diferentes modalidades de operacionalização. O estágio supervisionado poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios especializados, sem prejuízo da indispensável exploração dos diversos campos, fluxos e espaços turísticos, congregando as diversas ordens teórico-práticas correspondentes às diferentes concepções das políticas relacionadas com a importância econômico-social e cultural do turismo e de sua expansão, no mercado nacional e internacional.

As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e avaliação do estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

Optando a Instituição por incluir no currículo do curso de graduação em Turismo o estágio supervisionado, deverá emitir regulamentação própria aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo obrigatoriamente critérios, mecanismos e procedimentos de avaliação, observadas as peculiaridades do estágio supervisionado em Turismo, que envolve um conhecimento multiespacial, inventariando os respectivos acervos e parques turísticos.

O Projeto Pedagógico do curso de graduação em Turismo, se optar a instituição por estágio supervisionado, deve contemplá-lo objetivamente, com todos os mecanismos e procedimentos operacionais inerentes às características próprias do curso, para a implementação do perfil desejado para o formando. Voltado para desempenhos profissionais antes mesmo de se considerar concluído o curso, é necessário que, à proporção que os resultados do estágio forem sendo verificados, interpretados e avaliados, o estagiário esteja consciente do seu atual perfil, naquela fase, para que ele próprio reconheça a necessidade da retificação da aprendizagem, nos conteúdos e práticas em que revelara equívocos ou insegurança de domínio, importando em reprogramação da própria prática supervisionada, assegurando-se-lhe reorientação teórico-prática para a melhoria do exercício profissional. Portanto, o Estágio Curricular Supervisionado deve ser concebido como conteúdo curricular implementador do perfil do formando, consistindo numa atividade opcional da instituição, no momento da definição do projeto pedagógico do curso, tendo em vista a consolidação prévia dos desempenhos profissionais desejados.

Atividades Complementares

As Atividades Complementares, por seu turno, devem possibilitar o reconhecimento, por avaliação, de habilidades e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, hipóteses em que o aluno alargará o seu currículo com experimentos e vivências acadêmicos, internos ou externos ao curso, não se confundindo estágio curricular, supervisionado, com a amplitude e a rica dinâmica das Atividades Complementares. Orientam-se, desta maneira, a estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, estabelecidas ao longo do curso, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais. Nesse sentido, as Atividades Complementares podem incluir projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, além de disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino ou de regulamentação e supervisão do exercício profissional, ainda que esses

conteúdos não estejam previstos no currículo pleno de uma determinada instituição mas nele podem ser aproveitados porque circulam em um mesmo currículo, de forma interdisciplinar, e se integram com os demais conteúdos realizados.

Em resumo, as Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Trata-se, portanto, de componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado. Nesse mesmo contexto, estão as atividades de extensão que podem e devem ser concebidas no Projeto Pedagógico do Curso, atentando-se para a importante integração das atividades do curso de graduação em Turismo com as experiências da vida cotidiana na comunidade, até mesmo nos mercados informais ou emergentes, alguns dos quais estimulados até por programas de governo. Com efeito, fica estabelecida a coerência com o disposto no

art. 44, inciso IV, da LDB 9.394/96, cuja finalidade básica, dentre outras, consiste em propiciar à comunidade o estabelecimento de uma relação de reciprocidade com a instituição, podem ser integradas nas Atividades Complementares, enriquecedoras e implementadoras do próprio perfil do formando, sem que se confundam com Estágio Curricular, Supervisionado.

Acompanhamento e Avaliação

As IES deverão adotar formas específicas e alternativas de avaliação, internas e externas, sistemáticas, envolvendo todos quantos se contenham no processo do curso, centradas em aspectos considerados fundamentais para a identificação do perfil do formando, estando presentes o desempenho da relação professor x aluno, a parceria do aluno para com a instituição e o professor.

Importante fator para a avaliação das instituições é a produção que elas podem colocar à disposição da sociedade e de todos quantos se empenhem no crescimento e no avanço da ciência e da tecnologia. Com efeito, a produção que uma instituição divulga, publica, socializa, certamente será um forte e ponderável indicador para o acompanhamento e avaliação sobre a instituição, sobre o curso e para os alunos em particular que, durante o próprio curso, já produzem, como reflexo da consciência que possuem quanto ao

desenvolvimento de suas potencialidades.

Em síntese, as instituições de ensino superior deverão adotar formas específicas e alternativas de avaliação, internas e externas, sistemáticas, envolvendo todos quantos se contenham no processo do curso, centradas em aspectos considerados fundamentais para a identificação do perfil do formando, destacando-se, de logo, a exigência legal no sentido de que os planos de ensino, a serem fornecidos aos alunos antes do início do período letivo, deverão conter, além dos conteúdos e das atividades, a metodologia do processo de ensinoaprendizagem, os critérios de avaliação a que serão submetidos e a bibliografia básica.

Monografia/Projetos/Trabalho de Conclusão de Curso

Ainda como componente curricular e mecanismo de avaliação, é necessário que o Projeto Pedagógico do Curso de Turismo contenha a clara opção de cada instituição de ensino superior sobre a inclusão de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a modalidade de monografia ou de projetos, para efeito de avaliação final e definitiva do aluno. Desta maneira, o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC deve ser entendido como um componente curricular opcional da instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em determinada área teórico-prática ou de formação profissional do curso, na forma disposta em regulamento próprio. Optando a Instituição por incluir no currículo do curso de graduação em Turismo

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, nas modalidades referidas, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

II – VOTO DO(A) RELATOR(A)

Voto favoravelmente à aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Turismo, na forma deste Parecer e do Projeto de Resolução em anexo, do qual é parte integrante.

Brasília-DF, 6 de novembro de 2003.

Conselheiro José Carlos Almeida da Silva - Relator

Conselheiro Lauro Ribas Zimmer - Relator

IV – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior acompanha o voto da Comissão.

Sala das Sessões, 6 de novembro de 2003.
Conselheiro Éfrem de Aguiar Maranhão - Presidente
Conselheiro Edson de Oliveira Nunes - Vice-Presidente

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
RESOLUÇÃO Nº DE DE DE 2003.

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CES/CNE nºs. 776/97, de 03/12/97, e 583/2001, de 04/04/2001, e as Diretrizes Curriculares Nacionais elaboradas pela Comissão de Especialistas de Ensino de Administração – CEETur/DEPES, propostas ao CNE pela SESu/MEC, considerando o que consta dos Pareceres CES/CNE nº 067/2003, de 11/3/2003, e /2003, de / / , homologados pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, respectivamente, em //2003 e em //2003.

RESOLVE:

Art. 1º. A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo, Bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior em sua organização curricular.

Art. 2º. A organização do curso de que trata esta Resolução se expressa através do seu Projeto Pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, a monografia, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade como Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, como componente opcional da instituição, além do regime acadêmico de oferta e de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

§ 1º. O projeto pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de graduação em Turismo, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

VIII - cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades especialização integrada e/ou subsequente à graduação, de acordo com o surgimento das diferentes manifestações teórico-práticas e tecnológicas aplicadas à área da graduação, e de aperfeiçoamento, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

IX - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

X - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;

XI - concepção e composição das atividades complementares.

§ 2º. Os Projetos Pedagógicos do curso de graduação em Turismo poderão admitir Linhas de Formação Específicas, direcionadas para diferentes áreas ocupacionais relacionadas com o turismo, abrangendo os segmentos ecológicos e ambientais, econômicos, culturais, de lazer, de intercâmbio de negócios e promoção de eventos e serviços, para melhor atender as necessidades do perfil profissiográfico que o mercado ou a região exigirem.

Art. 3º. O curso de graduação em Turismo deve ensinar, como perfil desejado do graduando, capacitado e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional.

Art. 4º. O curso de graduação em Turismo deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- I – compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo;
- II – utilização de metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais;
- III – positiva contribuição na elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo;
- IV - domínio das técnicas indispensáveis ao planejamento e à operacionalização do Inventário Turístico, detectando áreas de novos negócios e de novos campos turísticos e de permutas culturais;
- V - domínio e técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico- financeira para os empreendimentos e projetos turísticos;
- VI - adequada aplicação da legislação pertinente;
- VII - planejamento e execução de projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e seu gerenciamento;
- VIII – intervenção positiva no mercado turístico com sua inserção em espaços novos, emergentes ou inventariados;
- IX – classificação, sobre critérios prévios e adequados, de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências de turismo, empresas promotoras de eventos e outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico e de sua expansão;
- X - domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana;
- XI - domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista;
- XII - comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social;
- XIII - utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas, e dos demais segmentos populacionais;
- XIV - domínio de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida;
- XV - habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos;
- XVI – integração nas ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- XVII - compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem;
- XVIII - profunda vivência e conhecimento das relações humanas, de relações públicas, das articulações interpessoais, com posturas estratégicas do êxito de qualquer evento turístico;
- XIX - conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.

Art. 5º. Os cursos de graduação em Turismo deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, os seguintes campos interligados de formação:

- I – Conteúdos Básicos: estudos relacionados com os aspectos sociológicos, antropológicos, históricos, filosóficos, geográficos, culturais e artísticos, que conformam as sociedades e suas diferentes culturas;
- II – Conteúdos Específicos: estudos relacionados com a Teoria Geral do Turismo, Teoria da Informação e da Comunicação, estabelecendo ainda as relações do turismo com a administração, o direito, a economia, a estatística e a contabilidade, além do domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira;
- III – Conteúdos Teórico-Práticos: estudos localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e de estágios.

Art. 6º A organização curricular do curso de graduação em Turismo estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as Instituições de Ensino Superior adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 7º. O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus colegiados superiores acadêmicos, aprovar o respectivo regulamento de estágio, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º. O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios especializados, sem prejuízo das atividades de campo, nos diversos espaços onde possam ser inventariados e coligidos traços significativos do acervo turístico, segundo as diferentes áreas ocupacionais de que trata o § 2º do art. 2º desta Resolução, abrangendo as diversas ações teórico-práticas, desde que seja estruturado e operacionalizado de acordo com a regulamentação própria prevista no *caput* deste artigo.

§ 2º. As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os responsáveis pelo estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

Art. 8º. As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho, com as peculiaridades das diversas áreas ocupacionais que integram os segmentos do mercado do turismo, bem assim com as ações culturais de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Art. 9º. O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é um componente curricular opcional da instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso, na forma disposta em regulamento próprio.

Parágrafo único. Optando a Instituição por incluir, no currículo do curso de graduação em Turismo, Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, nas modalidades referidas no *caput* deste artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 10. As instituições de ensino superior deverão adotar formas específicas e alternativas de avaliação, internas e externas, sistemáticas, envolvendo todos quantos se contenham no processo do curso, observados os aspectos considerados fundamentais para a identificação do perfil do formando.

Parágrafo único. Os planos de ensino, a serem fornecidos aos alunos antes do início do período letivo, deverão conter, além dos conteúdos e das atividades, a metodologia do processo de ensino-aprendizagem, os critérios de avaliação a que serão submetidos e a bibliografia básica.

Art. 11. A duração do curso de graduação em Turismo será estabelecida em Resolução específica da Câmara de Educação Superior.

Art. 12. Tratando-se de curso de graduação, licenciatura plena, destinada a formação de docentes para atuação na educação básica, os projetos pedagógicos observarão as Diretrizes Curriculares Nacionais próprias.

Art. 13. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anexo 3 - Diretrizes Curriculares Nacionais
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
RESOLUÇÃO Nº 13, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 (*)

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES nºs 776, de 3/12/97, e 583, de 4/4/2001, e as Diretrizes Curriculares Nacionais elaboradas pela Comissão de Especialistas de Ensino de Turismo – EETur/DEPES, propostas ao CNE pela SESu/MEC, considerando o que consta dos Pareceres CNE/CES nºs 67, de 11/3/2003, 288, de 6/11/2003, e 210, de 8/7/2004, homologados pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, respectivamente, em 2/6/2003, em 12/4/2004, e em 23/9/2004.

RESOLVE:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo, Bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior em sua organização curricular.

Art. 2º A organização do curso de que trata esta Resolução se expressa através do seu Projeto Pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, a monografia, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade como Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, componente opcional da IES, além do regime acadêmico de oferta e de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

§ 1º O projeto pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de graduação em Turismo, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social ;

II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

(*) Resolução CNE/CES 13/2006. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de novembro de 2006, Seção 1, p. 96

VIII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;

X- concepção e composição das atividades complementares.

§ 2º O Projeto Pedagógico do curso de graduação em Turismo poderá admitir Linhas de Formação Específicas, direcionadas para diferentes áreas ocupacionais relacionadas com o turismo, abrangendo os segmentos ecológicos e ambientais, econômicos, culturais, de lazer, de intercâmbio de negócios e promoção de eventos e serviços, para melhor atender as necessidades do perfil profissiográfico que o mercado ou a região exigirem.

§3º Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso o oferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas respectivas modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

Art. 3º O curso de graduação em Turismo deve ensinar, como perfil desejado do graduando, capacitado e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais, relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional.

Art. 4º O curso de graduação em Turismo deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- I - compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo;
- II - utilização de metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais;
- III - positiva contribuição na elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo;
- IV - domínio das técnicas indispensáveis ao planejamento e à operacionalização do Inventário Turístico, detectando áreas de novos negócios e de novos campos turísticos e de permutas culturais;
- V - domínio e técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico-financeira para os empreendimentos e projetos turísticos;
- VI - adequada aplicação da legislação pertinente;
- VII - planejamento e execução de projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e seu gerenciamento;
- VIII - intervenção positiva no mercado turístico com sua inserção em espaços novos, emergentes ou inventariados;
- IX - classificação, sobre critérios prévios e adequados, de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências de turismo, empresas promotoras de eventos e outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico e de sua expansão;
- X - domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana;
- XI - domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista;
- XII - comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social;
- XIII - utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas, e dos demais segmentos populacionais;
- XIV - domínio de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida;
- XV - habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos;
- XVI - integração nas ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- XVII - compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem;
- XVIII - profunda vivência e conhecimento das relações humanas, de relações públicas, das articulações interpessoais, com posturas estratégicas do êxito de qualquer evento turístico;
- XIX - conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.

Art. 5º Os cursos de graduação em Turismo deverão contemplar, em seu Projeto Pedagógico e em sua organização curricular, os seguintes campos interligados de formação:

- I - Conteúdos Básicos: estudos relacionados com os aspectos sociológicos, antropológicos, históricos, filosóficos, geográficos, culturais e artísticos, que conformam as sociedades e suas diferentes culturas;
- II - Conteúdos Específicos: estudos relacionados com a Teoria Geral do Turismo, Teoria da Informação e da Comunicação, estabelecendo ainda as relações do turismo com a administração, o direito, a economia, a estatística e a contabilidade, além do domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira;
- III - Conteúdos Teórico-Práticos: estudos localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e de estágios.

Art. 6º A organização curricular do curso de graduação em Turismo estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as Instituições de Educação Superior adotarem:

regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada Instituição, por seus colegiados superiores acadêmicos, aprovar o respectivo regulamento de estágio, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria IES, mediante laboratórios especializados, sem prejuízo das atividades de campo, nos diversos espaços onde possam ser inventariados e coligidos traços significativos do acervo turístico, segundo as diferentes áreas ocupacionais de que trata o § 2º do art. 2º desta Resolução, abrangendo as diversas ações teórico-práticas, desde que sejam estruturadas e operacionalizadas, de acordo com a regulamentação própria prevista no *caput* deste artigo.

§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os responsáveis pelo estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

Art. 8º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente acadêmico, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho, com as peculiaridades das diversas áreas ocupacionais que integram os segmentos do mercado do turismo, bem assim com as ações culturais de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Art. 9º O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é um componente curricular opcional da Instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso, na forma disposta em regulamento próprio.

Parágrafo único. Optando a Instituição por incluir, no currículo do curso de graduação em Turismo, Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, nas modalidades referidas no *caput* deste artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 10. As Instituições de Educação Superior deverão adotar formas específicas e alternativas de avaliação, internas e externas, sistemáticas, envolvendo todos quantos se contenham no processo do curso, observados os aspectos considerados fundamentais para a identificação do perfil do formando.

Parágrafo único. Os planos de ensino, a serem fornecidos aos alunos antes do início do período letivo, deverão conter, além dos conteúdos e das atividades, a metodologia do processo de ensino-aprendizagem, os critérios de avaliação a que serão submetidos e a bibliografia básica.

Art. 11. A carga horária dos cursos de graduação será estabelecida em Resolução específica da Câmara de Educação Superior.

Art. 12. As Diretrizes Curriculares Nacionais desta Resolução deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Parágrafo único. As IES poderão optar pela aplicação das DCN aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta.

Art. 12. Tratando-se de curso de graduação, licenciatura plena, destinada à formação de professores para atuação na educação básica, os projetos pedagógicos observarão as Diretrizes Curriculares Nacionais próprias.

Art. 13. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução s/nº, de 28 de janeiro de 1971.

ANTÔNIO CARLOS CARUSO RONCA
Presidente da Câmara de Educação Superior

Anexo 4 - Matriz Curricular Centro Universitário Ibero-Americano- UNIBERO

| Disciplina | Carga Horária | Período |
|--|---------------|---------|
| Desenvolvimento Pessoal e Profissional | | 1 |
| Direito e Legislação | | 1 |
| Fundamentos do Turismo | | 1 |
| Patrimônio Histórico e Cultural | | 1 |
| Cultura Brasileira | | 1 |
| Comunicação e expressão | | 1 |
| Pesquisa e Atividades Dirigidas I | | 1 |
| Comportamento Organizacional | | 2 |
| Direitos Humanos e Relações Internacionais | | 2 |
| Mercado Turístico | | 2 |
| Agência de Turismo | | 2 |
| Serviços de Alimentação | | 2 |
| Metodologia Aplicada ao Turismo | | 2 |
| Economia | | 3 |
| Lazer e Turismo | | 3 |
| Geografia e Turismo | | 3 |
| Patrimônio Natural | | 3 |
| Responsabilidade Social e Meio Ambiente | | 3 |
| Transportes e Roteiros Turísticos | | 3 |
| Meios de Hospedagem I* | | 4 |
| Economia do Turismo* | | 4 |
| Eventos e Turismo* | | 4 |
| História Regional | | 4 |
| Sistemas de Informações Geográficas Aplicados ao Turismo | | 4 |
| Planejamento Socioambiental | | 5 |
| Meio de Hospedagem II | | 5 |
| Matemática Financeira | | 5 |
| Estatística e Métodos Quantitativos | | 5 |
| Gastronomia e Turismo | | 5 |
| Planejamento Turístico* | | 6 |
| Receptivo Turístico* | | 6 |
| Projetos Turísticos | | 6 |
| Gestão Empresarial | | 6 |
| Empreendedorismo | | 6 |
| Trabalho de Conclusão de Curso I | | 6 |
| Gestão da Qualidade em Serviços Turísticos | | 7 |
| Gestão de Projetos | | 7 |
| Marketing | | 7 |
| Contabilidade e Custos* | | 7 |
| Espanhol I* | | 7 |
| Trabalho de Conclusão de Curso II | | 7 |
| Educação Ambiental e Turismo | | 8 |
| Marketing Turístico | | 8 |
| Gestão de Pessoas | | 8 |
| Tópicos Especiais em Turismo | | 8 |
| Espanhol II* | | 8 |
| Trabalho de Conclusão de Curso III | | 8 |
| Estágio Supervisionado | | 8 |

Ementário- Centro Universitário Ibero-Americano

| Disciplina | Ementa |
|------------|--------|
|------------|--------|

| Disciplina | Ementa |
|--|--|
| Agência de Turismo | As agências de viagens, classificação e tipologia. Agências de turismo no contexto mundial e brasileiro. Diversidade dos produtos e mercado. Rotina operacional e administrativa. Análise das tendências e dos sistemas de informação e informatização. Os novos segmentos de Mercado. Agências de Turismo virtuais. |
| Comportamento Organizacional | Introdução ao estudo do comportamento organizacional; O comportamento do indivíduo nas organizações: fundamentos, valores, atitudes; Motivação; Comportamento de grupo: Definições, Grupos de Trabalho, Comunicação, Liderança e poder. Cultura organizacional. Mudança organizacional |
| Comunicação e expressão | A disciplina tenciona despertar no aluno o interesse pelo aprendizado por meio da reflexão sobre os fenômenos da língua portuguesa, assim como fazê-lo valorizar a compreensão da língua materna em suas várias vertentes. Desse modo poderá aplicar as teorias na elaboração dos diversos tipos de textos orais e escritos. |
| Contabilidade e Custos* | Balanco principais operações de lançamentos contábeis demonstração de resultado custos origem evolução e objetivos; Analise das demonstrações financeiras |
| Cultura Brasileira | Estuda as matrizes culturais brasileiras e suas manifestações tradicionais e contemporâneas para o avanço do processo civilizatório, de modo a enfatizar a formação de uma consciência nacional e a construção da cidadania. |
| Desenvolvimento Pessoal e Profissional | Projeto de vida. Trabalho, emprego e empregabilidade. Elaboração de Currículo Pessoal. Marketing Pessoal. Processo Seletivo - Recrutamento e Seleção. Elaboração e Aceitação de Críticas. Técnicas de Apresentação em Público. (Convívio Social, Respeito e Educação). |
| Direito e Legislação | Compreensão do caráter histórico da noção de patrimônio. Reconhecimento do turismo como importante meio formador, difusor e divulgador de valores relacionados ao patrimônio. Percepção da importância da conservação do patrimônio para a sociedade e para o turismo, hoje. Aplicação de referencial teórico e histórico à análise de casos de apropriação do patrimônio histórico e cultural brasileiro pelo turismo. |
| Direitos Humanos e Relações Internacionais | Estado Constitucional; Fontes e Antecedentes dos Direitos Humanos; Declaração dos Direitos Humanos; Evolução Histórica dos Direitos Econômicos e Sociais; Direitos Sociais na Constituição de Weimar; Proteções do indivíduo contra o Estado; Nova Ordem Mundial; a ONU; a hegemonia dos EUA; o contexto europeu; América Latina, Ásia, África e Oriente Médio. |
| Economia | Interpretação da dinâmica econômica e compreensão do planejamento como instrumento de desenvolvimento econômico-social, visando a sustentabilidade de nações, empresas e do bem-estar da comunidade. Entendimento da organização do mercado através da análise do papel dos agentes econômicos em tempos de interdependência global. |
| Economia do Turismo* | Compreensão dos fenômenos econômicos para interpretação dos impactos e do efeito multiplicador gerados pela atividade turística. Compreensão do planejamento como instrumento de desenvolvimento do turismo e da sociedade, visando a sustentabilidade dessa atividade e do bem-estar da comunidade. Entendimento da organização do mercado turístico através da análise dos efeitos da sazonalidade, efeito multiplicador, elasticidade, estrutura de custos e fluxo de receitas. |
| Educação Ambiental e Turismo | Analisa os pressupostos que mediam as relações natureza-cultura-turismo-educação ambiental. Apresenta e discute o histórico da discussão sobre a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Debate as possibilidades da educação ambiental através do turismo e seus nexos com a idéia de sustentabilidade turística. |
| Empreendedorismo | Discute o significado e objetivo da visão inovadora, criativa do perfil |

| Disciplina | Ementa |
|-------------------------------------|---|
| | do empreendedor. Analisa as questões da lucratividade, a compreensão do contexto global e das condições, qualitativas e quantitativas, que permitam ao empreendimento condições competitivas favoráveis. Apresenta elementos para a identificação e avaliação de oportunidades dentro do mercado turístico. Ressalta a relevância do aprimoramento da qualidade, produtividade e flexibilidade para atuar em um ambiente de contínua mudança e a inovação |
| Espanhol I* | O aluno desenvolverá, especialmente, sua capacidade leitora em espanhol. Para tanto lerá, ao longo do ano letivo, uma série de textos de caráter técnico e informativo relacionados ao turismo, à língua espanhola e à Espanha e suas Comunidades Autônomas. Ao mesmo tempo, o aluno aprenderá a comunicar-se em espanhol (oralmente e por escrito) em situações reais: cumprimentar e despedir-se, pedir e dar informações de caráter pessoal, dirigir-se a pessoas empregando diferentes formas de tratamento, narrar acontecimentos cotidianos, descrever cenas, etc. É importante ressaltar que, nesta disciplina, procurar-se-á fazer um estudo comparativo do espanhol e do português, tendo em vista o reconhecimento das reais semelhanças e diferenças existentes entre os dois idiomas. |
| Espanhol II* | o aluno terá a oportunidade de aprofundar os estudos iniciados na série anterior, intensificando as atividades de leitura e produção de textos escritos em espanhol. Para isto trabalhará com textos autênticos, cujos temas centrais serão o turismo e os países da América Latina. Simultaneamente, o aluno ampliará seus conhecimentos lingüísticos para uso em situações reais de comunicação: relatar acontecimentos passados, expressar expectativas e planos para o futuro, formular hipóteses, etc. Como em Língua Espanhola I, o aluno será estimulado a comparar as línguas espanhola e portuguesa, a fim de reconhecer suas diferenças e semelhanças e evitar "impropriedades lingüísticas". |
| Estágio supervisionado | Proporciona a compreensão da área de concentração de estágios e as relações com o conhecimento universal adquirido no curso, desenvolvendo o conhecimento da área de Turismo de forma multidisciplinar, habilitando o aluno à reflexão e atuação sobre a realidade. |
| Estatística e Métodos Quantitativos | Revisão de Matemática. Conceitos básicos de estatística: população e amostra; dados; tabulação e gráficos. Distribuição de frequências. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Probabilidade. Correlação. Curva de distribuição normal. Pesquisa quantitativa. |
| Eventos e Turismo* | Apresentar conceitos, tipologia e classificação de eventos. Contextualizar os eventos no campo do turismo, refletindo sobre sua importância para o desenvolvimento das comunidades locais envolvidas. Discutir o mercado e a relevância do setor. Apresentar aspectos de planejamento, negociação e operacionalização dos eventos. |
| Fundamentos do Turismo | Conhecer o fenômeno turístico; Aplicar o conceito de turismo sustentável em análise turísticas; Identificar fontes para levantamento de dados sobre o turismo; Ler a realidade atual e as tendências do turismo; Incorporar valores sobre as atitudes éticas profissionais para o desenvolvimento do turismo; Aplicar a metodologia da pesquisa científica a trabalhos teóricos e empíricos; refletir a partir de análise de casos concretos e estudos realizados; e, Ler, interpretar e redigir textos que abordem os temas da disciplina. |
| Gastronomia e Turismo | - |
| Geografia e Turismo | Apresenta os aspectos teóricos da geografia e do turismo no contexto da atividade profissional e no âmbito da pesquisa. Demonstra a importância da geografia e do turismo no contexto operacional e comercial da atividade. Permite caracterizar a importância da geografia para compreensão do espaço turístico. |

| Disciplina | Ementa |
|--|---|
| Gestão da Qualidade em Serviços Turísticos | Conceito e importância da qualidade nas atividades de prestação de serviços; Normas de qualidade aplicadas ao turismo; e, A qualidade nos serviços turísticos: hospedagem, agências e operadoras turísticas, condução e transportes |
| Gestão de Pessoas | Identificar o papel da função de recursos humanos nas empresas, analisando-o contato atual; Reconhecer os conceitos básicos da área identificando a importância da maneira pela qual são aplicados e como estão relacionados às estratégias empresariais |
| Gestão de Projetos | Apresentar conceitos e gestão de Planejamento abrangendo os tipos e características de projetos e suas variáveis. Analisar a viabilidade de um projeto e sua implantação |
| Gestão Empresarial | Estudo dos mercados, produtos ou serviços, conceitos e instrumentos de suporte para a formulação e implementação da estratégias no ramo de Turismo. |
| História Regional | Conhecimento e compreensão da formação regional e das transformações socioculturais no processo histórico do Estado de São Paulo; Capacidade de análise da permanência de manifestações culturais e de processos históricos locais como patrimônio para sociedade em geral, e para o turismo em particular; Apreensão do íntimo vínculo existente entre manifestações culturais, patrimônio e turismo; Reconhecimento do turismo como importante meio formador e difusor de valores, como da cidadania, relacionados à cultura regional, memória e ao patrimônio imaterial paulista. Capacidade de intervenção científica em processos de preservação e revitalização do patrimônio histórico e cultural. |
| Lazer e Turismo | Apresenta aspectos conceituais e históricos e as funções do lazer. Contextualiza o lazer no campo do turismo, refletindo sobre sua importância na vida atual do homem moderno e sua possível contribuição para o desenvolvimento das comunidades locais envolvidas. Classificação das atividades de lazer e segmentos de público. Apresenta a diferença entre jogos e brincadeiras, gincanas e características das faixas etárias. Operacionaliza junto ao aluno atividade prática e projeto de lazer para diferentes públicos. Demonstra como trabalhar com pessoas portadoras de necessidades especiais, eventos e treinamentos e demonstra o perfil profissional desejável ao profissional de lazer. |
| Marketing | Objetiva introduzir o aluno nos conhecimentos introdutórios do marketing e situá-los dentro do planejamento da atividade turística. Através do processo analítico, desenvolve a criatividade, o senso crítico e o pensamento estratégico, para uso adequado das ferramentas de marketing. Capacita o estudante a buscar soluções mercadológicas para os problemas enfrentados dentro do moderno ambiente competitivo de empresas e destinos turísticos. |
| Marketing Turístico | Situa o marketing no contexto do planejamento da atividade turística. Desenvolve a criatividade, o senso crítico e o pensamento estratégico, para uso adequado das ferramentas de marketing, através do processo analítico Capacita o estudante a buscar soluções mercadológicas para os problemas enfrentados dentro do moderno ambiente competitivo de empresas e destinos turísticos. |
| Matemática Financeira | Apresenta os conceitos fundamentais e ferramentas necessárias para tomada de decisões nas ações de planejamento e gestão empresariais. Possibilita a análise e a avaliação de projetos, formando indivíduos capazes de exercer as funções de planejadores turísticos, assessores ou consultores na área. |
| Meio de Hospedagem I* | Compreender os elementos básicos os quais caracterizam a hospitalidade no Brasil; Identificar as etapas históricas relacionadas aos meios de hospedagem; Compreender de forma holística as nuances |

| Disciplina | Ementa |
|-----------------------------------|--|
| | próprias à hospedagem frente à questão da qualidade de serviços; Demarcar os órgãos da estrutura organizacional da hospedagem; Reconhecer a importância dos setores de Marketing, Vendas e Eventos ligados aos serviços de hospedagem; Compreender os atributos indispensáveis dos departamentos administrativos para eficácia dos serviços de hospedagem; Identificar os meios de hospedagem alternativos; Reconhecer os elementos que perfazem a viabilização de projetos |
| Meio de Hospedagem II | Abordar a gestão dos setores de front-office e governança e sua importância na arquitetura organizacional do hotel. Abordar o relacionamento com o hóspede e a gestão de pessoas em hotelaria. |
| Mercado Turístico | Entender a dinâmica do mercado turístico atual, compreendendo a forma de organização das empresas, do governo e dos consumidores de produtos turísticos. Verificar a tendência de mercado no setor de viagens e nos principais setores que compõem essa atividade. |
| Metodologia Aplicada ao Turismo | Apresentar os conceitos fundamentais para a elaboração de pesquisas, suas tipologias e etapas. Desenvolver técnicas e métodos de pesquisa aplicadas diretamente aos mais diferentes segmentos do mercado de turismo, enquanto, hotelaria, gastronomia, eventos, lazer, agenciamento, transportes e planejamento e projetos turísticos, objetivando a formação de indivíduos capazes de iniciar, desenvolver e finalizar qualquer tipo de pesquisa; além de compreender e utilizar todas as ferramentas empregadas de forma organizada e planejada para uma pesquisa da metodologia científica, possibilitando a análise e avaliação das mesmas. |
| Patrimônio Histórico e Cultural | Compreensão do caráter histórico da noção de patrimônio. Reconhecimento do turismo como importante meio formador, difusor e divulgador de valores relacionados ao patrimônio. Percepção da importância da conservação do patrimônio para a sociedade e para o turismo, hoje. Aplicação de referencial teórico e histórico à análise de casos de apropriação do patrimônio histórico e cultural brasileiro pelo turismo. |
| Patrimônio Natural | Discutir o caráter histórico da noção de patrimônio natural; Conceituar natureza, paisagem, ambiente e patrimônio natural; Caracterizar os biomas terrestres e aquáticos e os ecossistemas brasileiros; Apresentar os mecanismos jurídicos que coordenam e definem o espaço de proteção e de conservação no Brasil; Desenvolver a percepção da importância da conservação do patrimônio para a sociedade e para o turismo; Analisar os condicionantes do desenvolvimento das atividades turísticas em consonância com processos sustentáveis; e, Avaliar a apropriação do patrimônio natural brasileiro pelo turismo. |
| Pesquisa e Atividades Dirigidas I | Estratégias de leitura. Elaboração de trabalhos e a participação em atividades formativas de incentivo à busca do auto-aprendizado, com responsabilidade pessoal, social e intelectual. |
| Planejamento Socioambiental | Discute as relações entre o planejamento turístico e o desenvolvimento sustentável da atividade. Apresenta teorias e metodologias de planejamento nos enfoques urbano, social e ambiental. |
| Planejamento Turístico* | O desenvolvimento de projetos de pesquisa é fundamental para a formação profissional universitária. Assim, esta disciplina visa apresentar ao aluno todas as etapas da produção acadêmica do conhecimento permitindo que ele exercite, para tanto, da leitura à produção de textos, passando pelo levantamento e produção de dados e suas respectivas análises. Tal exercício, realizado a partir de temáticas da área específica de formação profissional, desenvolve no aluno sua capacidade de raciocínio, leitura crítica do conhecimento acumulado na área e da realidade do desenvolvimento turístico e, conseqüentemente, permite sua ação transformadora na sociedade. |

| Disciplina | Ementa |
|---|---|
| Projetos Turísticos | Apresenta os conceitos fundamentais para a elaboração de projetos, bem como suas tipologias e fases/etapas. Demonstra as técnicas e ferramentas básicas utilizadas no desenvolvimento de projetos turísticos. Possibilita a análise e avaliação de projetos, formando indivíduos capazes de exercer as funções de planejadores turísticos, assessores ou consultores na área |
| Receptivo Turístico* | Caracteriza o estado de São Paulo como pólo receptivo no turismo, baseado no estudo de programas, roteiros e itinerários turísticos, nas diretrizes públicas relacionadas à segmentação do mercado turístico e na sua relação com prestadores de serviços e provedores de infraestrutura e apoio. Considera o histórico do deslocamento de turistas e dos principais complexos de lazer e hospitalidade no espaço urbano paulistano, permitindo, na compreensão de conceitos e técnicas de condução de grupos em atividades turísticas urbanas: transfers, city-tour, sightseeing, visitas a atrativos e passeios a pé. |
| Responsabilidade Social e Meio Ambiente | Responsabilidade social e parcerias sociais; A mudança histórica do conceito de responsabilidade social empresarial; Responsabilidade social empresarial no contexto brasileiro; Olhar a natureza; Preservação e conservação: as escolas de pensamento ecológico; O desenvolvimento das sociedades modernas; Impactos ambientais no mundo moderno; Os referendos internacionais; O uso sustentável dos recursos; Ecologia e Política. |
| Serviços de Alimentação | |
| Tópicos Especiais em Turismo | Aborda tópicos recentes nas discussões acadêmicas e mercadológicas sobre turismo e hospitalidade, com ênfase nos temas de interesse particular da turma. Atualiza conhecimentos desenvolvidos durante o curso. |
| Trabalho de Conclusão de Curso | Articula e consolida conhecimentos adquiridos durante o curso de graduação, mediante o estudo, coleta, seleção, análise e interpretação das informações documentadas. Orienta a elaboração da monografia de conclusão de curso, mediante o desenvolvimento das etapas a saber: levantamento bibliográfico referente ao tema, leitura e documentação da bibliografia; seleção de bibliografia e metodologia adequada e construção lógica do projeto e redação do texto. |
| Trabalho de Conclusão de Curso II | Acompanhamento e orientação técnica/de conteúdo individual a cada aluno/grupo para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que deverá ser entregue ao final do semestre e apresentado à banca examinadora para qualificação |
| Trabalho de Conclusão de Curso III | Consolida os conhecimentos adquiridos durante o curso de graduação, baseado no estudo, coleta seleção, análise e interpretação das informações documentadas. Aplica técnicas e métodos de pesquisa bibliográfica e empírica. Exercita o desenvolvimento do projeto de pesquisa, a redação e a apresentação de monografia ou pesquisa. |
| Transportes e Roteiros Turísticos | Conhecimento das diversas modalidades de transporte e as especificidades relacionadas ao seu uso turístico, bem como à sua evolução. Aplicação de estratégias de integração das modalidades de transportes com roteiros e itinerários turísticos na cidade de São Paulo |

Fonte: Centro Universitário Ibero-Americano- UNIBERO. Projeto pedagógico, São Paulo, 2007.

Anexo 5 - Matriz Curricular Centro Universitário Salesiano de Lorena- UNISAL

| Disciplina | Carga Horária | Período |
|---|----------------------|----------------|
| Antropologia Cultural | 40 | 1 |
| Leitura e Produção de Texto | 40 | 1 |
| Informática Aplicada ao Turismo e Hotelaria | 40 | 1 |
| Recreação Aplicada ao Turismo e Hotelaria | 40 | 1 |
| Metodologia Científica | 40 | 1 |
| Sociologia do Lazer | 40 | 1 |
| Teoria e Técnica de Turismo | 80 | 1 |
| Organização de Eventos | 80 | 2 |
| Filosofia e Ética | 40 | 2 |
| Geografia do Brasil Aplicada ao Turismo | 80 | 2 |
| Psicologia Aplicada | 40 | 2 |
| Antropologia Religiosa I | 40 | 2 |
| Estatística | 40 | 2 |
| Planejamento e Organização de Turismo | 40 | 3 |
| Antropologia Religiosa II | 40 | 3 |
| História e Patrimônio Cultural | 80 | 3 |
| Transportes | 40 | 3 |
| Fundamentos Econômicos do Turismo | 40 | 3 |
| Inventário Turístico | 40 | 3 |
| Pesquisa em Turismo | 40 | 3 |
| Hospitalidade | 40 | 4 |
| Turismo e Meio Ambiente | 80 | 4 |
| Planejamento Turístico | 40 | 4 |
| Turismo Rural | 40 | 4 |
| Administração Contábil e Financeira | 40 | 4 |
| Agência de Viagens | 40 | 4 |
| Estética e História da Arte | 40 | 4 |
| Empreendedorismo | 40 | 5 |
| Legislação Turística e Hoteleira | 40 | 5 |
| Língua Inglesa | 40 | 5 |
| Marketing de Serviços | 40 | 5 |
| Meios de Hospedagem | 80 | 5 |
| Gestão de Empresas Turísticas I | 40 | 5 |
| Política Pública e Estratégias de Desenvolvimento Turístico | 40 | 5 |
| Alimentos e Bebidas | 80 | 6 |
| Gestão de Empresas Turísticas II | 40 | 6 |
| Oratória | 40 | 6 |
| Marketing Turístico | 40 | 6 |
| Língua Espanhola | 40 | 6 |
| Tópicos Emergentes em Turismo | 40 | 6 |
| Plano de Negócios | 40 | 6 |

Obs. A instituição não forneceu o ementário.

Anexo 6 - Pontifícia Universidade Católica de Campinas- PUC-CAMP.

| Disciplina | Carga Horária | Período |
|---|----------------------|----------------|
| Cartografia em Turismo | 34 | 1 |
| Comunicação Verbal e Não-Verbal | 34 | 1 |
| Geografia Aplicada ao Turismo A | 34 | 1 |
| Inglês Aplicado ao Turismo | 68 | 1 |
| Metodologia Científica | 34 | 1 |
| Prática de Formação A | 17 | 1 |
| Teoria Geral do Turismo | 68 | 1 |
| Transportes Aéreos e de Superfície | 68 | 1 |
| Agenciamento de Viagens A | 68 | 2 |
| Antropologia Cultural | 34 | 2 |
| Antropologia Teológica A | 34 | 2 |
| Fundamentos do Turismo | 68 | 2 |
| Geografia Aplicada ao Turismo B | 68 | 2 |
| História do Brasil | 68 | 2 |
| Prática de Formação B | 17 | 2 |
| Agenciamento de Viagens B | 68 | 3 |
| Economia Aplicada ao Turismo | 68 | 3 |
| Gestão de Empresas de Turismo A | 68 | 3 |
| Meios de Hospedagem e de Alimentação | 68 | 3 |
| Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo | 34 | 3 |
| Prática de Formação C | 17 | 3 |
| Sistemas de Informação Aplicados ao Turismo | 34 | 3 |
| Estatística Aplicada ao Turismo | 34 | 4 |
| Gestão de Empresas de Turismo B | 34 | 4 |
| Laboratório de Agenciamento de Viagens | 34 | 4 |
| Laboratório de Hospedagem e de Alimentação | 34 | 4 |
| Meio Ambiente e Turismo | 68 | 4 |
| Prática de Formação D | 17 | 4 |
| Serviços de Hospedagem e de Alimentação | 68 | 4 |
| Sociologia do Lazer | 68 | 4 |
| Estética e História da Arte | 68 | 5 |
| Eventos em Turismo | 68 | 5 |
| Antropologia Teológica B | 34 | 5 |
| Gestão de Atrativos e Recursos Turísticos | 34 | 5 |
| Laboratório de Turismo | 34 | 5 |
| Marketing Turístico A | 68 | 5 |
| Prática de Formação E | 17 | 5 |
| Psicologia Aplicada ao Turismo | 34 | 5 |
| Espanhol Aplicado ao Turismo | 68 | 6 |
| Ética e Legislação Aplicada ao Turismo | 68 | 6 |
| Administração Financeira e Contábil Aplicada ao Turismo | 68 | 6 |
| Laboratório de Planejamento em Turismo | 34 | 6 |
| Marketing Turístico B | 34 | 6 |
| Planejamento e Organização do Turismo | 68 | 6 |
| Prática de Formação F | 17 | 6 |
| Antropologia Teológica C | 34 | 7 |
| Administração de Recursos Humanos em Turismo | 34 | 7 |
| Estágio Supervisionado em Turismo I - Atividades Autônomas de Estágio I | 153 | 7 |
| Marketing Institucional e Técnicas Publicitárias | 34 | 7 |
| Planejamento Turístico Municipal | 68 | 7 |
| Prática de Formação G | 17 | 7 |

| Disciplina | Carga Horária | Período |
|---|---------------|---------|
| Projetos Turísticos | 68 | 7 |
| Redação Aplicada ao Turismo | 34 | 7 |
| Estágio Supervisionado em Turismo II - Atividades Autônomas de Estágio II | 153 | 8 |
| Empreendedorismo | 68 | 8 |
| Entretenimento | 34 | 8 |
| Higiene e Segurança do Trabalho em Turismo | 34 | 8 |
| Planejamento e Gestão de Meios de Hospedagem e Alimentação | 68 | 8 |
| Prática de Formação H | 17 | 8 |
| Tópicos Especiais em Turismo | 68 | 8 |

Ementário Pontifícia Universidade Católica de Campinas

| Disciplina | Ementa |
|---|--|
| Administração de Recursos Humanos em Turismo | Estudos das técnicas de administração de Recursos Humanos nas organizações turísticas (recrutamento, seleção, treinamento, promoções, informações e desenvolvimento). Planejamento estratégico em Recursos Humanos. Análise ambiental empresarial e impactos das aceleradas mudanças conjunturais sobre os Recursos Humanos. Análise de tendências e estudos de casos em desenvolvimento dos Recursos Humanos. |
| Administração Financeira e Contábil Aplicada ao Turismo | Funções da administração financeira, análise e determinação dos índices financeiros, estudo de administração dos ativos e passivos das empresas e investimentos de capitais. |
| Agenciamento de Viagens A | Analisa a estruturação das empresas comercializadoras de serviços turísticos. Estuda as diversidades técnicas envolvidas na comercialização de serviços e de produtos turísticos nacionais. |
| Agenciamento de Viagens B | Analisa as empresas comercializadoras de serviço turísticos no que diz respeito a elaboração e operacionalização de pacotes turísticos e da venda de produtos turísticos internacionais. |
| Antropologia Cultural | Introdução à discussão antropológica sobre os conceitos de cultura, alteridade e diversidade cultural, de modo a elaborar uma reflexão sobre os processos de construção, preservação e transformação das tradições culturais em sua relação com a indústria, atentando para o processo de globalização e seus reflexos sobre as culturas locais. |
| Antropologia Teológica A | Estuda a cultura humana, destacando aí o fenômeno religioso, numa perspectiva antro-teológica, que atribui significado ao cosmos e às relações sociais, constituindo-se como uma das formas de interpretação do real. |
| Antropologia Teológica B | Analisa as rupturas culturais e religiosas deflagradas pelo rápido processo de industrialização/urbanização ocorridos no Brasil depois da 2ª Guerra Mundial. Mostra os dilemas vivenciados pelo cristianismo no intuito de responder aos desafios de um mundo em constante transformação. |
| Antropologia Teológica C | Reflete sobre os problemas e desafios atuais, na respectiva área de produção do saber, colocando-se em confronto com a Antropologia Teológica, em sua abordagem ético-humanista. |
| Cartografia em Turismo | Desenvolve o domínio da linguagem gráfica através das várias formas de representação cartográfica da superfície terrestre e dos dados numéricos. Apresenta as especificidades dos mapas turísticos e de sua elaboração. |
| Comunicação Verbal e Não-Verbal | Introdução a teoria da comunicação e da informação. Comunicação verbal e não verbal. A expressão. Comunicação formal e informal. Comunicação dirigida. A linguagem. Evolução tecnológica e globalização da informação. Técnicas de comunicação. Recursos audiovisuais. |

| Disciplina | Ementa |
|---|--|
| Economia Aplicada ao Turismo | Sistemas econômicos, leis que regem a economia de mercado, tipos de mercados (concorrência perfeita, oligopólio e monopólio). Elasticidade. Teoria dos custos. Relação de despesas e receitas. Investimentos e retorno de capital. |
| Empreendedorismo | Análise de mercado e de oportunidades de negócios. Elaboração de planejamento estratégico das empresas, formatação econômica, administrativa e legal de empresa de turismo. Estudos de viabilidade econômica de negócios em turismo. |
| Entretenimento | A indústria do entretenimento e sua importância no século XXI. Os serviços de recreação. Programas de recreação. Técnicas e equipamentos de recreação. O espaço do animador. |
| Espanhol Aplicado ao Turismo | Introdução ao estudo de aspectos do discurso específico da área de Turismo. Introdução ao estudo da língua espanhola |
| Estágio Supervisionado em Turismo I - Atividades Autônomas de Estágio I | Aplicação de conhecimento teórico em práticas desenvolvidas em organizações da área de Turismo. |
| Estágio Supervisionado em Turismo I - Estágio Supervisionado I | Aplicação de conhecimento teórico em práticas desenvolvidas em organizações da área de Turismo. |
| Estágio Supervisionado em Turismo II - Atividades Autônomas de Estágio II | Aplicação de conhecimento teórico em práticas desenvolvidas em organizações da área de Turismo. |
| Estágio Supervisionado em Turismo II - Estágio Supervisionado II | Aplicação de conhecimento teórico em práticas desenvolvidas em organizações da área de Turismo. |
| Estatística Aplicada ao Turismo | Métodos e Técnicas estatísticas utilizadas em pesquisa de mercado. Tipos de amostra. Econometria. Aplicação da informática como ferramenta no processo estatístico |
| Estética e História da Arte | Conhecimento da história da arte e seus principais movimentos artísticos da antiguidade e contemporaneidade. Difusão cultural. A História da Arte inserida no enfoque do planejamento turístico. A Estética como elemento norteador do recurso atrativo no planejamento turístico. |
| Ética e Legislação Aplicada ao Turismo | Princípios de direito, enfocando o Direito Comercial, do trabalho, Fiscal, Alfandegário, Internacional. Sindicatos e dissídios coletivos da categoria. Legislação aplicada ao planejamento turístico, meio ambiente, transportes e agenciamento turístico. Legislação aplicada à agências de viagens e turismo, transportadoras turísticas e hotelaria. Análise de contratos de serviços turísticos. Ética profissional. |
| Eventos em Turismo | Análise do papel dos eventos e suas influências no fluxo turístico das localidades (destino turístico). Estuda a captação, planejamento, organização e execução de eventos turísticos. |
| Fundamentos do Turismo | Proporcionar ao aluno reflexão crítica sobre o Turismo. Estudar sua inserção nas Sociedades Pós Industriais, analisar a problemática do turismo e a preservação ambiental, artística e cultural em termos de desenvolvimento sustentado. Analisar o turismo de segmentos e as novas formações econômicas internacionais envolvendo as macro e micro relações entre turismo, economia, telecomunicações e cultura. |
| Geografia Aplicada ao Turismo A | Introduz conceitos básicos da Geografia. Análise e interpretação dos processos que caracterizam o mundo contemporâneo em sua dimensão espacial. |
| Geografia Aplicada ao Turismo B | Compreensão da organização e produção do espaço brasileiro nos aspectos sócio econômicos e ambientais. Caracterização Geral do Brasil, sua especialidade e territorialidade nas escalas local e global. |
| Gestão de Atrativos e Recursos Turísticos | Identificação e hierarquização dos atrativos e recursos turísticos, quer sejam naturais, históricos ou culturais. Planejamento e organização dos atrativos e recursos turísticos. Responsabilidade na Gestão dos |

| Disciplina | Ementa |
|--|---|
| | atrativos e recursos turísticos. Conselhos de patrimônio históricos, turísticos e ambientais. |
| Gestão de Empresas de Turismo A | Conceitos e princípios básicos da administração. Tipos e funções de organizações. Teoria de sistemas administrativos. Desenvolvimento organizacional. Novos paradigmas da administração aplicados as empresas de turismo. |
| Gestão de Empresas de Turismo B | Administração estratégica de serviços, as operações de serviços, a importância estratégica das operações em serviços, o comportamento do consumidor de serviços, avaliação da qualidade em serviços pelo cliente, planejamento/controlado dos sistemas de serviços, qualidade e melhoria dos sistemas de serviços. |
| Higiene e Segurança do Trabalho em Turismo | Higiene pessoal e no ambiente de trabalho. Etiqueta. Estrutura, organização e procedimentos de segurança do trabalho e patrimonial, interna e externa. Prevenção de acidentes. Situações de primeiros socorros. |
| História do Brasil | Conhecimento da história brasileira através dos testemunhos deixados por vilas, sítios, cidades e regiões, no bojo do processo histórico colonial, imperial e republicano. Resgatar por meio dos estudos dos mais diferentes aspectos econômicos, sociais e políticos elementos do legado cultural, patrimonial e artístico resistentes ao tempo. |
| Inglês Aplicado ao Turismo | Introdução ao estudo de aspectos do discurso específico da área de Turismo. |
| Laboratório de Agenciamento de Viagens | Atividade prática relacionada a pesquisa, extensão e informação de agenciamento de viagens, realizada em laboratório pedagógico do Curso e na rede comercial de turismo da região. |
| Laboratório de Hospedagem e de Alimentação | Atividades práticas voltada aos procedimentos de operação hoteleira e de restauração, realizadas em laboratório pedagógico do curso e na rede comercial. |
| Laboratório de Planejamento em Turismo | Atividade prática de pesquisa, extensão, informação e inventário turístico relacionado ao planejamento e ao manejo do turismo, realizada em laboratório pedagógico do Curso e em cidades e instituições da região. |
| Laboratório de Turismo | Atividade prática relacionada a pesquisa, extensão, informação, inventário turístico e eventos, realizada em laboratório pedagógico do curso, na rede turística comercial e institucional. |
| Marketing Institucional e Técnicas Publicitárias | Marketing para organizações governamentais e não governamentais. Instrumental e técnicas de campanhas de publicidade. Redação de textos turísticos publicitários. Criatividade e adequação técnica de redação entre os objetivos persuasivos das empresas turísticas os veículos de comunicação dirigida. |
| Marketing Turístico A | Sistema de marketing. Comportamento dos consumidores, sistemas de informação em marketing. Análise e segmentação de mercados. Decisão sobre o composto de marketing Estratégias de marketing. Pesquisa mercadológica. |
| Marketing Turístico B | Planejamento de marketing para o turismo (processo do planejamento, análise ambiental, definição dos recursos e formulação de estratégias). Conhecimento do mercado (mensuração e previsão do mercado, segmentação e seleção do mercado, pesquisa e conhecimento do consumidor alvo). Composto de marketing (formulação de preços e sua influência estratégica, comunicação, propaganda e publicidade). |
| Meio Ambiente e Turismo | Ecossistemas brasileiros. Turismo e preservação, turismo sustentável. Instrumentos e técnicas para análises de impactos do turismo nos patrimônios naturais e culturais. Gestão do meio ambiente. |
| Meios de Hospedagem e de Alimentação | Histórico e evolução dos meios de hospedagem e de alimentação. Gastronomia. Classificação e tipologia dos meios de hospedagem e de alimentação (restauração). Os meios de hospedagem e de alimentação na estrutura do turismo. Principais termos técnicos. |

| Disciplina | Ementa |
|--|--|
| Metodologia Científica | Estudo do método científico e suas características. Técnicas de leitura e de estudo. Normas ABNT. |
| Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo | Definição e construção do objeto da pesquisa. Projeto de pesquisa aplicado ao Turismo. Métodos e técnicas quantitativas e qualitativas. Técnicas para aplicação de pesquisa em Turismo. |
| Planejamento e Gestão de Meios de Hospedagem e Alimentação | Pesquisa de Mercado. Estudos de Viabilidade de Hotéis e Restaurantes. Políticas de incentivos para a área. Perfil de Empreendedores do Setor. Sistemas de Controles de Custos, Produtividade e Qualidade dos Serviços Hoteleiros. Gestão de Meios de Hospedagem e Alimentação. |
| Planejamento e Organização do Turismo | Familiarização com os conceitos e instrumentos utilizados no processo de planejamento turístico. Identificação e análise das principais variáveis e fatores que influenciam a organização do espaço turístico, bem como seus reflexos como efeito multiplicador na economia local, regional e/ou nacional. |
| Planejamento Turístico Municipal | Metodologias para elaboração de planos de desenvolvimentos turísticos municipal. Simulações de elaboração de plano de desenvolvimento turístico municipal. |
| Prática de Formação A, B, C, D, E, F, G, H | Atividades eletivas de estudo, pesquisa e extensão, de caráter desportivo, artístico, cultural, lingüístico, religioso, técnico-científico, destinadas à complementação específica, complementação profissional, recuperação, acompanhamento, na forma de cursos, oficinas de trabalho, palestras, estágios profissionalizantes extra-curriculares, seminários, retiros espirituais, viagens, visitas, exposições, trabalhos extensionais. |
| Projetos Turísticos | Elaboração de projeto ou monografia aplicada a atividade turística. |
| Psicologia Aplicada ao Turismo | Elementos e conceitos de psicologia. A psicologia social. A psicologia organizacional. Motivação e comportamento. Conhecimentos teóricos e práticos sobre grupos e sua dinâmica. |
| Redação Aplicada ao Turismo | Redação de projetos e monografias, segundo as normas gramaticais e os princípios estilísticos. |
| Serviços de Hospedagem e de Alimentação | Organização e Operação de meios de hospedagem e alimentação. Modelos de organogramas. Os serviços compreendidos em hospedagem e alimentação. Principais tendências. Empresas hoteleiras e de alimentação individuais e organizadas em cadeias. |
| Sistemas de Informação Aplicados ao Turismo | Tipos e usos de informação. Gerenciamento de sistemas de informação. Aplicação da tecnologia da informação nas diversas áreas do turismo. Sistemas de distribuição de informação turística. Conhecimento de ferramentas que aumentam a produtividade e eficiência no setor turismo. Demonstração e utilização de softwares em laboratório de informática. |
| Sociologia do Lazer | A concepção de ócio e lazer no pensamento clássico e medieval. A emergência da sociedade de consumo e o lazer. Os efeitos sociais do surgimento do turismo. Lazer através da mídia e os desafios do ócio na sociedade contemporânea. |
| Teoria Geral do Turismo | Identificação dos elementos e processos que dimensionam o Turismo e sua teoria, para a compreensão mais ampla do fenômeno. Fundamentos teóricos e elementos históricos do Turismo. Conceitos e definições. Caracterização, classificação e tipologia da oferta e demanda turística. Aplicabilidade da teoria geral do Turismo. |
| Tópicos Especiais em Turismo | Seminários, palestras e aulas sobre temas contemporâneos da realidade do Turismo pertinentes à formação do profissional pretendido como: ética profissional, qualidade, gestão ambiental, filosofia, didática, entre outros. |
| Transportes Aéreos e de Superfície | As diversas modalidades de transportes de passageiros, sua evolução, regulamentações e sua importância para o desenvolvimento do turismo nacional e internacional. Contato com manuais operacionais e sistemas |

| Disciplina | Ementa |
|-------------------|---|
| | de reservas, o conhecimento e aplicações da informática no setor de transportes aéreos e de superfície. |

Fonte: Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC Campinas. *Vestibular 2008*. Disponível em: http://www.puccampinas.edu.br/vestibular2008/cursos/projeto_ementario.aspx?curs=24. Acesso em: jun. 2008.

Anexo 7 - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP

| Disciplina | Carga Horária | Período |
|---|----------------------|----------------|
| Fundamentos do Turismo I | | 1 |
| Sociedade Contemporânea: Lazer e Turismo | | 1 |
| Antropologia e Diversidade Humana | | 1 |
| História: viagens e viajantes | | 1 |
| Introdução à Psicologia | | 1 |
| Introdução ao Pensamento Teológico I | | 1 |
| Trabalho de Campo I | | 1 |
| Fundamentos do Turismo II | | 2 |
| Turismo, Meio Ambiente e Sociedade | | 2 |
| Introdução ao Pensamento Teológico II | | 2 |
| Fundamentos Geográficos: leitura das paisagens | | 2 |
| Meios de Hospedagens | | 2 |
| Trabalho de Campo II | | 2 |
| Cartografia e Processamento de Imagens | | 3 |
| Microeconomia do Turismo | | 3 |
| Teorometria | | 3 |
| História, Memória e Patrimônio | | 3 |
| Meios de Transporte | | 3 |
| Trabalho de Campo III | | 3 |
| Macroeconomia aplicada ao Turismo | | 4 |
| Agência de Turismo | | 4 |
| Planejamento e Organização do Turismo I | | 4 |
| Fundamentos geográficos: Brasil | | 4 |
| Legislação de Interesse ao Turismo | | 4 |
| Trabalho de Campo IV | | 4 |
| Planejamento e Organização do Turismo II | | 5 |
| Relações Internacionais e o Turismo Contemporâneo | | 5 |
| História da Arte | | 5 |
| Impacto Ambiental e Turismo | | 5 |
| Administração Aplicada ao Turismo | | 5 |
| Trabalho de Campo V | | 5 |
| Estratégia de Comunicação Mercadológica | | 6 |
| Cultura, Mercado e Globalização | | 6 |
| Planejamento e Organização de Eventos | | 6 |
| Ética | | 6 |
| Projeto Turístico: elaboração e avaliação | | 6 |
| Trabalho de Campo VI | | 6 |
| Gestão de Empresas Turísticas | | 7 |
| Eventos, Manifestações Culturais e Turismo | | 7 |
| Turismo e Meio Físico | | 7 |
| Planejamento Urbano | | 7 |
| Projeto de Intervenção Turística I | | 7 |
| Gestão de Recursos Humanos | | 8 |
| Patrimônio Cultural e Museologia | | 8 |
| Turismo e Gestão Municipal | | 8 |
| Identidades, Cultura e Turismo | | 8 |
| Projeto de Intervenção Turística II | | 8 |

Ementa Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

| Disciplina | Ementa |
|--|---|
| Administração aplicada ao Turismo | Conhecimento e aprendizado sobre os aspectos e desafios empresariais, voltados para o setor de Turismo: o ambiente organizacional, formas de organização e porte das empresas. Aspectos econômicos e financeiros das empresas de Turismo (agência de Turismo, Empresas de Alimentos e Bebidas e outras). Novos cenários, modelos de gestão estratégica. A empresa do futuro e gerenciamento da mudança. |
| Agências de turismo | Estudo e análises da atuação e do funcionamento das agências de turismo, considerando o panorama nacional e internacional. Formatação de produtos. Estruturas organizacionais. Gestão de tecnologia da informação. Importância das agências de viagens no sistema de turismo. Tendências e perspectivas do agenciamento de Turismo no Brasil e no mundo. |
| Antropologia e diversidade humana | Reflexão sobre questões gerais e específicas da unidade e variabilidade do homem no tempo e no espaço, aprofundando a temática da cultura, diversidade cultural e étnica, e de construção das diferenças como forma de conhecimento do outro e de si mesmo. |
| Cartografia e processamento de imagens | Relações entre linguagem cartográfica e turismo, evidenciando a questão da observação da paisagem e as possibilidades de representação cartográfica, respeitando-se os elementos estruturais da representação espacial e empregando procedimentos básicos de interpretação e mapeamento a partir de imagens como fotografias aéreas e imagens de satélite. |
| Cultura, mercado e globalização | Estabelecimento de referências teóricas e históricas para a compreensão do desenvolvimento da cultura moderna, o entrelaçamento entre arte, cultura popular, de massa e a lógica do mercado. Estudo do diálogo entre o “local” e o “global” no contexto das sociedades em que o turismo e o lazer são alçados à condição de práticas presentes na vida cotidiana. Discussão das noções de homogeneização e fragmentação, mundialização e tradição, modernidade e pós-modernidade. |
| Estratégia de comunicação mercadológica | Fornecer uma visão moderna do papel da comunicação e sua relevância no contexto do turismo, aprofundando conceitos de propaganda, promoções, merchandising e atual marketing de relacionamento com suas técnicas de fidelização e database. Apresentação do embasamento conceitual sobre a estrutura e o estudo das técnicas publicitárias, desenvolvendo a aptidão para fomentar a cultura mercadológica e publicitária nos projetos e empreendimentos turísticos. |
| Ética | Relação homem-mundo na atividade turística. Diversidade dos espaços geográficos e culturais e a descoberta que o ser humano faz do mundo e do seu auto-conhecimento. A noção de ethos e as diferentes formas de agir, adotadas pelos seres humanos de várias partes do mundo. Ética como universalidade do dever ser, a ser alcançada a partir da diversidade dos hábitos e costumes dos diferentes povos e diferentes estágios culturais. |
| Eventos, manifestações culturais e Turismo | Fornecimento de instrumental teórico e refletir criticamente acerca das produções étnico-culturais, religiosas, cívicas, políticas e históricas ligadas às festividades, celebrações, ritos coletivos, atos, paradas, festivais, exposições que permita ao profissional da área compreender e atuar sobre estas manifestações. |
| Fundamentos do Turismo I | Estudo dos principais fatos históricos relacionados á atividade turística, seus aspectos conceituais e epistemológicos, e discussão do turismo a partir da teoria dos sistemas, abordando seus componentes estruturais, organizacionais, operacionais e ambientais, com especial atenção às atividades que compõem sua cadeia produtiva. |

| Disciplina | Ementa |
|--|--|
| Fundamentos do Turismo II | Estudo da estrutura organizacional do turismo brasileiro, sua origem histórica, a Política e o Plano Nacional de Turismo, seus programas e projetos vigentes. Caracterização e problematização dos conceitos de segmentos do mercado turístico, bem como entendimento dos seus diferenciais em termos de oferta e demanda. Discussão do desempenho recente e as tendências da atividade nacional e internacionalmente. |
| Fundamentos geográficos: Brasil | Localização do Brasil no contexto da geografia mundial. Discussão da constituição do espaço geográfico brasileiro. Particularidades das determinações físicas, biológicas e antrópicas na produção do espaço nacional. Dinâmica geográfica da sociedade brasileira. Diversidade paisagística e questão regional no Brasil. |
| Fundamentos geográficos: leitura das paisagens | Desenvolvimento de métodos e reflexões sobre a relação da paisagem com o turismo, que ultrapasse as singularidades disciplinares e subsidie os planejadores. Exploração de alguns significados de base, tais, como: geográfico, ambiental, histórico, cultural, mercadológico, perceptivo e. ainda as expectativas e o comportamento do homem, momentaneamente convertido em turista. Promoção da leitura das paisagens, pelo treinamento das funções mentais: percepção, registro, interpretação, ordenamento, discurso e representação. Consideração das paisagens como produtos de configurações geográficas. |
| Gestão de empresas turísticas | Debates sobre a nova economia de serviços. Estratégias empresariais no turismo. Mercado turístico nacional e mercados turísticos globais. Conhecimento como variável estratégica. Construção de vantagens competitivas dinâmicas. Planejamento estratégico-situacional. A administração de empresas turísticas numa economia de fluxos e de lugares. |
| Gestão de recursos humanos | Apresentação e discussão das funções relacionadas à gestão dos recursos humanos no contexto das empresas, especificamente aquelas do setor de Turismo, analisando: mercado de trabalho e sua influência nos processos de recrutamento e seleção de profissionais, necessidades de treinamento e técnicas mais adequadas para supri-las, formas de avaliação de desempenho e remuneração aplicáveis ao segmento, papel da comunicação interna e aspectos relacionados à segurança e saúde do trabalhador no exercício das diferentes atividades do ramo. |
| História da Arte | Estudo da complexidade histórica na formação das cidades – a cidade medieval, a cidade barroca e a cidade industrializada – explicando suas diferentes formas e funções. Proposição de referências formais para o entendimento dos estilos arquitetônicos de períodos e culturas diferentes – o românico, o gótico, o renascentista, o barroco, o neoclássico e o moderno – reflexão mais ampla e consistente sobre as noções de história, memória e patrimônio. Apresentação dos fatos arquitetônicos e artísticos como manifestações de um quadro unitário em conexão com o próprio processo histórico. |
| História, Memória e Patrimônio | Problematização dos processos históricos e as relações de poder que, desde as Revoluções do século XVIII, instituem políticas de Memória e Patrimônio Histórico. Compreensão do processo ativo de produção da memória e do esquecimento históricos, enfatizando as lutas contemporâneas pelo direito à memória. |
| História: viagens e viajantes | Estudo dos valores e significados históricos constituintes das experiências de viajar, incluindo aquelas do descobrimento da América, das imigrações, da pirataria e da espoliação cultural nas épocas moderna e contemporânea. |
| Identities, Cultura e Turismo | Análise das diferenças étnico-culturais, geracionais, profissionais, de gênero, de classes sociais, enquanto variáveis constitutivas do gosto, consumo, “ethos” e identidades que interferem diretamente nas práticas de lazer e de turismo das populações envolvidas. Desenvolvimento de reflexões teórico-práticas acerca da segmentação |

| Disciplina | Ementa |
|---------------------------------------|--|
| | turística das bases consumidoras, turismo e inclusão social, turismo e acessibilidade, turismo e segmentos específicos. Conhecimento das dimensões do pluralismo cultural, as questões inerentes à afirmação, revalorização e reinvenção de identidades e da possibilidade dada pelo turismo de construção de uma perspectiva política efetivamente inclusiva dos diversos grupos culturais não hegemônicos (étnicos, raciais, regionais, religiosos etc.). |
| Impacto Ambiental e Turismo | Apresentação dos principais conceitos, abordagens e respectivos instrumentais utilizados na avaliação dos impactos ambientais resultantes do desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo. Fornecimento de instrumental para elaboração e análise de estudos e relatórios específicos produzidos para esse fim. |
| Introdução à psicologia | Compreensão do turismo como fenômeno psicossocial, a partir da discussão das atividades turísticas como prática social, na medida em que se inserem em redes de significados intersubjetivamente construídas e se dão como vivência compartilhada. |
| Introdução ao pensamento teológico I | Caracterização histórica do tema da construção do humano – dos valores, do sagrado e do discurso teológico – a partir de uma fundamentação baseada nos referenciais da Teologia e das Ciências da Religião. |
| Introdução ao pensamento teológico II | Problematiza as relações entre religião e turismo por meio das seguintes chaves: antropológica, pela dimensão do desejo e sua expressão lúdico-utópica; cultural, pela diversidade religiosa, suas relações com a história e a formação dos povos; econômica, através da geografia das peregrinações e a indústria do turismo. |
| Legislação de Interesse ao Turismo | Apresentação dos instrumentos legais e normativos que disciplinam o papel do Estado no processo de planejamento e desenvolvimento turístico e que regulam as relações jurídicas e contratuais no setor privado. Apresentação e discussão das disposições do Código de Defesa do Consumidor, a legislação ambiental e urbanística de âmbito federal, estadual e municipal. |
| Macroeconomia Aplicada ao Turismo | Apresentação dos principais conceitos macroeconômicos. Compreensão dos impactos decorrentes da política econômica sobre o setor de Turismo. Estudo dos principais agregados macroeconômicos e o comportamento do mercado de bens e serviços, do mercado de trabalho, monetário e externo, e das tomadas de decisões governamentais no meio ambiente. |
| Meios de hospedagem | Caracterização dos meios de hospedagem enquanto componente da oferta técnica, sua evolução ao longo da história, as principais tendências e a tipologia da atividade. Mostra ainda como funciona a administração e a operação das redes de hospedagem, os empreendimentos de pequeno porte, sua distribuição e introduz o funcionamento da prestação de serviços de hospedagem, mostrando a estrutura organizacional e os principais setores das organizações hoteleiras e extra-hoteleiras. |
| Meios de Transportes | Caracterização do desenvolvimento dos transportes e seu papel na atividade turística. Apresentação dos modais de transportes. Estudo dos meios de transportes, enquanto oferta técnica do Turismo e suas relações com os demais componentes da infra-estrutura turística. As principais organizações relacionadas com os transportes no país e no mundo e as principais tendências da área. |
| Microeconomia do Turismo | Compreensão dos conceitos básicos de microeconomia aplicados aos estudos direcionados para o setor turístico. Estudo das variáveis econômicas relevantes nos processos de tomada de decisão dos consumidores e produtores que atuam no mercado. |
| Patrimônio Cultural e Museologia | Problematização das noções de patrimônio histórico-cultural de memória e de preservação. Reflexão crítica sobre as formas de |

| Disciplina | Ementa |
|---|---|
| | objetivação da cultura: coleções e acervos museológicos, públicos e privados, monumentos arquitetônicos, parques e espaços públicos - paisagísticos, ritos coletivos e símbolos comuns. Identificação, interpretação e atualização da gestão crítica das atrações políticas relacionadas à memória e ao patrimônio. Turismo e promoção cultural. |
| Planejamento e Organização de Eventos | Contextualização histórica dos eventos ressaltando características e tipos. À importância econômica, social e cultural da atividade eventos, conceitos, tipologia. A estrutura jurídica das organizações promotoras de eventos. Introdução do aluno nas fases do planejamento e organização de eventos. |
| Planejamento e Organização do Turismo I | Apresentação de uma visão global de planejamento, enfocando os principais acontecimentos, os diferentes conceitos e tipos de planejamento. Abordagem das várias etapas do planejamento no Turismo, introduzindo a prática de pesquisa para subsidiar as ações do planejamento do Turismo. |
| Planejamento e Organização do Turismo II | Descrição dos aspectos históricos, políticos e socioeconômicos, como também dos atrativos turísticos naturais e culturais, serviços e equipamentos turísticos para o conhecimento da realidade de um município e elaboração de plano de desenvolvimento turístico. |
| Planejamento Urbano | Reflexão sobre o planejamento urbano refletindo sobre a natureza da cidade moderna, suas diferentes tipologias e a constituição da rede de cidades na sociedade brasileira. Apresentação do processo de polarização funcional; dinâmica urbana em suas dimensões social, cultural e econômica; destacando questões referentes à análise dos processos demográficos e das especificidades populacionais na perspectiva do planejamento. |
| Projeto de Intervenção Turística I e II | Orientação de forma supervisionada para a elaboração de projetos de intervenção sintonizados com o mercado turístico, com vistas à construção dos Projetos de Intervenção Turística I e II. |
| Projeto Turístico: Elaboração e Avaliação | Reflexão da dimensão socioeconômica do turismo; estudo de casos específicos demonstrativos das diferentes estratégias e recursos utilizados pelos agentes públicos e privados; avaliação do impacto social e econômico dos projetos turísticos; análise do planejamento financeiro do mercado de turismo, os efeitos das principais operações financeiras e de câmbio em projetos turísticos, bem como, suas diversas formas de captação de recursos e projeção de rentabilidade. |
| Relações Internacionais e o Turismo Contemporâneo | Compreensão da importância das relações entre os países para a circulação dos grupos sociais por meio das fronteiras nacionais. Discussão da questão das fronteiras, a política internacional no Século XX, as transformações do capitalismo, o papel das organizações internacionais, os acordos e tratados firmados entre as nações, o significado de globalização, dentre outros. |
| Sociedade Contemporânea: Lazer e Turismo | O turismo, o turista e o lazer enquanto problemática sociológica das sociedades modernas; o turismo enquanto atividade econômica e social e o turista enquanto ator social; as práticas do turismo associadas ao processo de acumulação e a finitude da natureza; relação entre trabalho e lazer; a noção de tempo social e de tempo livre; a relação entre turismo e lazer em seus diferentes aspectos sociológicos. |
| Teorimetria | Caracterização do instrumental estatístico fundamental para o profissional de turismo: medidas de dispersão, amostragem, distribuições de probabilidades, intervalos de confiança e teste de hipóteses. A partir deste instrumental básico realizar discussões, de maneira geral, de alguns dos principais modelos econométricos aplicados aos estudos turísticos, tais como: Regressão Linear, Modelos Sazonais, séries de Tempo, entre outros, além da construção de números - índices. A aplicação dos conceitos será feita por meio de Estudos de Casos e Pesquisas em Turismo. |

| Disciplina | Ementa |
|---|---|
| Trabalho de Campo I, II, III, IV, V, VI | Realização de visitas ou viagens técnicas para apresentação aos alunos da interdisciplinaridade do curso e a implementação da aplicação dos conteúdos teórico-práticos necessários à formação do Bacharel em Turismo. |
| Turismo, meio ambiente e sociedade | Compreensão da relação entre Turismo, Meio Ambiente e Sociedade, abordando as dimensões ambientais e, portanto ecológica, econômica, social, cultural e política associada às atividades turísticas; estudo do universo conceitual que fundamenta o debate sócio-ambiental contemporâneo, as questões do desenvolvimento social, o processo de mudança social e cultural. |
| Turismo e Gestão Municipal | Elaboração de projetos de pesquisa, enfocando especialmente as diferentes técnicas de pesquisa utilizadas para subsidiar a ação do planejamento das atividades turísticas. |
| Turismo e Meio Físico | Análise da caracterização geológica e geomorfológica do território brasileiro. As grandes unidades geológicas e províncias geomorfológicas. O embasamento cristalino e as bacias sedimentares. Avaliação e aproveitamento da potencial ecoturística do meio físico. |

Fonte: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC SP. *Faculdade de Ciências Sociais*. Disponível em: <http://www.pucsp.br/facsoc/cursosmenu.htm>. Acesso em: jun. 2008.

Anexo 8 - Universidade Anhembi Morumbi

| Disciplina | Carga Horária | Período |
|---|----------------------|----------------|
| Estrutura, Funcionamento e Processos em Eventos | 40 | 1 |
| Oportunidade de Mercado de Trabalho | 40 | 1 |
| Geografia | 40 | 1 |
| História e Cultura | 40 | 1 |
| Lazer e Entretenimento | 40 | 1 |
| Teoria do Turismo I | 40 | 1 |
| Estatística Aplicada ao Turismo | 40 | 1 |
| Comunicação e Expressão I | 40 | 1 |
| Metodologia da Pesquisa Científica I | 40 | 1 |
| Psicologia I | 40 | 1 |
| Estrutura, Funcionamento e Processos em Agências de Viagens, Turismo e em Transportes | 40 | 2 |
| Qualidade e Comércio de Produtos e Serviços em Eventos e Lazer | 40 | 2 |
| Estrutura, Funcionamento e Processos em Departamentos de Hotéis | 40 | 2 |
| Estrutura, Funcionamento e Processos em Restaurantes | 40 | 2 |
| Teoria do Turismo II | 40 | 2 |
| Turismo e Patrimônio Cultural | 40 | 2 |
| Comunicação e Expressão II | 40 | 2 |
| Metodologia Científica II | 40 | 2 |
| Psicologia II | 40 | 2 |
| Ecologia e Patrimônio Natural | 40 | 2 |
| Qualidade e Comércio de Produtos e Serviços em Agências de Viagens, Turismo e Transportes | 40 | 3 |
| Qualidade e Comércio de Produtos e Serviços em Hotéis e Restaurantes | 40 | 3 |
| Planejamento e Organização do Turismo I | 40 | 3 |
| Visão Empreendedora do Turismo | 40 | 3 |
| Administração Mercadológica I | 40 | 3 |
| Fundamentos de Gestão Empresarial | 40 | 3 |
| Língua Estrangeira I - Turismo e Hotelaria | 40 | 3 |
| Matemática Financeira | 40 | 3 |
| Ciências Sociais I | 40 | 3 |
| Filosofia I | 40 | 3 |
| Auditoria de Qualidade | 40 | 4 |
| Visão de Negócios em Empresas de Turismo | 40 | 4 |
| Planejamento e Organização do Turismo II | 40 | 4 |
| Administração Mercadológica II | 40 | 4 |
| Custos e Orçamento Empresarial Aplicados | 40 | 4 |
| Gestão de Pessoas | 40 | 4 |
| Língua Estrangeira II - Turismo e Hotelaria | 40 | 4 |
| Ciências Sociais II | 40 | 4 |
| Filosofia II | 40 | 4 |
| Projeto de Viabilidade para Implantação de Empreendimentos Turísticos | 40 | 4 |
| Língua Estrangeira III - Turismo | 40 | 5 |
| Administração Pública em Turismo | 40 | 5 |
| Gestão de Destinos Turísticos | 40 | 5 |
| Globalização e Identidade | 40 | 5 |
| Planejamento e Organização em Agências de Viagens e Turismo e em Transportes | 40 | 5 |
| Planejamento Mercadológico de Destinos Turísticos | 40 | 5 |
| Planejamento e Organização de Restaurantes | 40 | 5 |

| Disciplina | Carga Horária | Período |
|--|---------------|---------|
| Planejamento e Organização Hoteleira | 40 | 5 |
| Segmentação do Turismo | 40 | 5 |
| Tendências Econômicas | 40 | 5 |
| Língua Estrangeira IV – Turismo | 40 | 6 |
| Análise e Estratégia de Investimentos | 40 | 6 |
| Direito e Legislação do Turismo | 40 | 6 |
| Organização de Agências de Viagens e Turismo e de Transportes em Destinos Turísticos | 40 | 6 |
| Organização de Eventos e Espetáculos em Destinos Turísticos | 40 | 6 |
| Organização de Restaurantes em Destinos Turísticos | 40 | 6 |
| Organização do Lazer e Entretenimento em Destinos Turísticos | 40 | 6 |
| Organização Hoteleira em Destinos Turísticos | 40 | 6 |
| Promoção de Destinos Turísticos | 40 | 6 |
| Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal/Regional | 40 | 6 |
| Administração Mercadológica Aplicada ao Turismo I | 40 | 7 |
| Administração Pública e Terceiro Setor | 40 | 7 |
| Administração de Agências de Viagens, Turismo e de Transportes | 40 | 7 |
| Administração de Restaurantes | 40 | 7 |
| Administração Hoteleira | 40 | 7 |
| Análise e Avaliação de Projetos Turísticos I | 40 | 7 |
| Gestão em Eventos e Espetáculos | 40 | 7 |
| Gestão em Lazer e Entretenimento | 40 | 7 |
| Tendências Contemporâneas de Gestão | 40 | 7 |
| Projeto Experimental I | 40 | 7 |
| Administração Financeira e Orçamentária Aplicada ao Turismo | 40 | 8 |
| Administração Mercadológica Aplicada ao Turismo II | 80 | 8 |
| Ambiente de Negócios em Turismo | 40 | 8 |
| Análise e Avaliação de Projetos Turísticos II | 40 | 8 |
| Cenários Econômicos e o Turismo | 40 | 8 |
| Disciplina Específica - Trabalho de Conclusão de Curso | 40 | 8 |
| Estratégia Empresarial | 40 | 8 |
| Projeto Experimental II (Turismo) | 80 | 8 |

Fonte: Matriz Curricular referente a 2006 fornecida por um ex-aluno do curso. A Instituição não forneceu uma matriz curricular mais atual e nem o ementário.

Anexo 9 - Universidade Metodista de São Paulo- UMESP

| Disciplina | Carg a horária | Perío do |
|---|---------------------------|---------------------|
| Análise Estrutural do Turismo | 120 | 1 |
| Aspectos Psicológicos do Turismo | 40 | 1 |
| Filosofia | 40 | 1 |
| Projeto Integrado | 80 | 1 |
| Lazer e Turismo | 40 | 1 |
| Aspectos culturais do turismo | 40 | 1 |
| Aspectos sociológicos do turismo | 40 | 1 |
| Aspectos econômicos do turismo | 40 | 1 |
| Aspectos legais do turismo | 40 | 1 |
| Geografia e cartografia do turismo | 80 | 2 |
| Turismo e meio ambiente | 40 | 2 |
| Projeto integrado | 80 | 2 |
| Elementos históricos do turismo: patrimônios material e imaterial | 80 | 2 |
| Arte e legado cultural | 40 | 2 |
| Comunicação e expressão em língua portuguesa | 40 | 2 |
| Inglês instrumental aplicado ao turismo | 40 | 2 |
| Espanhol instrumental aplicado ao turismo | 40 | 2 |
| Administração aplicada ao turismo | 40 | 3 |
| Qualidade na prestação de serviços turísticos | 40 | 3 |
| Administração de crises | 40 | 3 |
| Projeto integrado | 40 | 3 |
| Agenciamento de viagens: operadoras e agências | 80 | 3 |
| Meios de hospedagem e restauração | 80 | 3 |
| Empresas de transporte | 40 | 3 |
| Matemática financeira aplicada ao turismo | 40 | 3 |
| Estatística aplicada ao turismo | 40 | 3 |
| Eletiva de formação cidadã | 40 | 3 |
| Marketing do turismo | 80 | 4 |
| Comportamento do consumidor turista | 40 | 4 |
| Projeto integrado | 40 | 4 |
| Pesquisa de marketing aplicada ao turismo | 40 | 4 |
| Segmentação de mercado turístico | 40 | 4 |
| Técnicas publicitárias aplicadas ao turismo | 40 | 4 |
| Técnicas de vendas e negociação do produto turístico | 80 | 4 |
| E-tourism: evolução, aplicação e tendências | 40 | 4 |

Ementário Universidade Metodista de São Paulo

| Módulo | Disciplina | Ementa |
|--|----------------------------------|--|
| Análise Estrutural do Turismo | Análise Estrutural do Turismo | Estuda o turismo sob o ponto de vista sistêmico, e como se dá a inter-relação entre seus sub-sistemas |
| | Aspectos Psicológicos do Turismo | |
| | Filosofia | |
| | Projeto Integrado | |
| Lazer e Turismo e seus aspectos sociais e culturais | Lazer e Turismo | Estuda as relações sociais e culturais propiciadas pelas atividades do turismo e do lazer e os seus impactos causados tanto na comunidade anfitriã, como no grupo de visitantes. |
| | Aspectos culturais do turismo | |
| | Aspectos sociológicos do turismo | |
| Economia do turismo e legislação aplicada ao turismo | Aspectos econômicos do turismo | Estuda o turismo como atividade econômica e seus impactos sobre a riqueza e desenvolvimento dos |
| | Aspectos legais do turismo | |

| Módulo | Disciplina | Ementa |
|--|---|--|
| | | países, regiões, cidades. Estuda a legislação que norteia as atividades econômicas do turismo. |
| Geografia do Turismo, Espaço e Meio Ambiente | Geografia e cartografia do turismo | Estuda o espaço físico como cenário do turismo e os pressupostos ambientais para a sua sustentabilidade. |
| | Turismo e meio ambiente | |
| | Projeto integrado | |
| Elementos Históricos e Culturais do Turismo | Elementos históricos do turismo: patrimônios material e imaterial | Estuda a herança histórica representada pelo patrimônio material e imaterial e sua importância para a formação dos atrativos turísticos, históricos e culturais. |
| | Arte e legado cultural | |
| Comunicação e Expressão no Turismo | Comunicação e expressão em língua portuguesa | Estuda a expressão oral e escrita como forma de comunicação no turismo globalizado. |
| | Inglês instrumental aplicado ao turismo | |
| | Espanhol instrumental aplicado ao turismo | |
| Princípios da Administração aplicados ao Turismo | Administração aplicada ao turismo | Estuda os conceitos e princípios da Administração e sua aplicação às empresas turísticas. |
| | Qualidade na prestação de serviços turísticos | |
| | Administração de crises | |
| | Projeto integrado | |
| Empresas de Turismo e suas estruturas | Agenciamento de viagens: operadoras e agências | Estuda a organização do Turismo e a estrutura das empresas turísticas e suas inter-relações. |
| | Meios de hospedagem e restauração | |
| | Empresas de transporte | |
| Administração Financeira de Empresas de Turismo | Matemática financeira aplicada ao turismo | Estuda as empresas de turismo sob o ponto de vista de seu desempenho econômico-financeiro. |
| | Estatística aplicada ao turismo | |
| | Eletiva de formação cidadã | |
| Marketing Turístico | Marketing do turismo | Estuda o mercado turístico, o mix de marketing e a elaboração do plano de marketing para o turismo. |
| | Comportamento do consumidor turista | |
| | Projeto integrado | |
| Segmentação e Pesquisa de Marketing | Pesquisa de marketing aplicada ao turismo | Estuda a segmentação e a pesquisa de mercado. |
| | Segmentação de mercado turístico | |
| Divulgação e Vendas de Produtos Turísticos | Técnicas publicitárias aplicadas ao turismo | Estuda as formas de divulgação do produto turístico e as técnicas de vendas aplicadas à comercialização |
| | Técnicas de vendas e negociação do produto turístico | |
| | E-tourism: evolução, aplicação e tendências | |

Fonte: Universidade Metodista de São Paulo – SBC. *Disciplinas*. Disponível em: <http://www.metodista.br/turismo/disciplinas>. Acesso em: jul 2008.

Anexo 10 - Universidade Metodista de Piracicaba- UNIMEP

| Disciplina | Período | Carga Horária |
|--|----------------|----------------------|
| Geografia do Brasil I | 1 | 60 |
| Introdução à Gestão | 1 | 60 |
| Teoria Geral do Turismo I | 1 | 60 |
| Métodos e Técnicas de Pesquisa I | 1 | 30 |
| Economia I | 1 | 30 |
| Psicologia | 1 | 30 |
| Prática de Educação Física I | 1 | 30 |
| Inglês I | 1 | 30 |
| Informática Aplicada I | 2 | 60 |
| Geografia do Brasil II | 2 | 60 |
| Economia II | 2 | 30 |
| Teologia e Cultura | 2 | 30 |
| Teoria Geral do Turismo II | 2 | 60 |
| Transportes e Turismo | 2 | 60 |
| Inglês II | 2 | 30 |
| Prática de Educação Física II | 2 | 30 |
| Geografia Geral I | 3 | 60 |
| Teoria Geral do Turismo III | 3 | 60 |
| Teoria e Cultura das Organizações | 3 | 60 |
| Turismo e Meio Ambiente | 3 | 60 |
| Informática Aplicada II | 3 | 30 |
| História do Brasil | 3 | 60 |
| Inglês III | 3 | 30 |
| História da Cultura | 4 | 30 |
| Geografia Geral II | 4 | 30 |
| Lazer e Recreação | 4 | 60 |
| Cartografia | 4 | 60 |
| Estudos de Problemas Brasileiros I | 4 | 30 |
| Agência de Viagens e Turismo I | 4 | 60 |
| Introdução à Filosofia | 4 | 60 |
| Inglês IV | 4 | 30 |
| Planejamento e Organização do Turismo I | 5 | 60 |
| Sociologia | 5 | 60 |
| Agência de Viagens e Turismo II | 5 | 60 |
| Estatística Aplicada | 5 | 60 |
| Inglês V | 5 | 30 |
| Antropologia Cultural | 5 | 30 |
| Estudos de Problemas Brasileiros II | 5 | 30 |
| Planejamento e Organização do Turismo II | 6 | 60 |
| Alimentos e Bebidas | 6 | 60 |
| Meios de Hospedagem I | 6 | 60 |
| Produção Textual | 6 | 60 |
| História da Arte | 6 | 30 |
| Inglês VI | 6 | 30 |
| Métodos e Técnicas de Pesquisa II | 6 | 30 |
| Marketing Turístico | 7 | 60 |
| Planejamento e Organização de Eventos | 7 | 60 |
| Análise Econômica do Turismo | 7 | 30 |
| Meios de Hospedagem II | 7 | 60 |
| Contabilidade e Custos | 7 | 60 |
| Espanhol I | 7 | 60 |
| Tópicos Emergentes | 7 | 30 |

| Disciplina | Período | Carga Horária |
|--------------------------------------|---------|---------------|
| Estágio Supervisionado em Turismo I | 7 | 150 |
| Publicidade e Propaganda | 8 | 60 |
| Direito Aplicado | 8 | 60 |
| Administ. de Empresas de Turismo | 8 | 60 |
| Administ. de Recursos Humanos | 8 | 60 |
| Trabalho de Conclusão de Curso | 8 | 60 |
| Espanhol II | 8 | 30 |
| Estágio Supervisionado em Turismo II | 8 | 150 |

Ementa Universidade Metodista de Piracicaba

| Disciplina | Ementa |
|--------------------------------------|--|
| Administração de Empresas de Turismo | Como montar e organizar uma empresa turística. Apresentar os aspectos cotidianos da administração e suas técnicas de operacionalidade funcional. |
| Administração de Recursos Humanos | Conhecimentos das filosofias e técnicas de administração de recursos humanos na organização. Estrutura e planejamento de uma sistema de recursos humanos. Formação de um sistema de informação de recursos humanos na empresa. |
| Agência de Viagens e Turismo I | Apresentar os tipos de empresas de agenciamento turístico, definindo Agências de Viagens, Agências de Viagens e Turismo, Operadoras, Consolidadoras, GSA's, Centrais de Reservas de Hospedagem e outros serviços turísticos. |
| Agência de Viagens e Turismo II | Demonstrar as operações e procedimentos habituais utilizados nas Agências de Viagens e Turismo, enfatizando os aspectos técnicos e fundamentais necessários para o desenvolvimento de estudos práticos e aplicação imediata no mercado de trabalho. Elaboração de roteiros turísticos. Demonstrar aplicações de softwares específicos para a área. |
| Alimentos e Bebidas | Alimentos e bebidas como componentes básicos do turismo. Gastronomia como atrativo turístico e sua história. Os diversos tipos de estabelecimentos, os equipamentos, serviços e atendimento. Conceitos básicos de manipulação de alimentos, nutrição e higiene. Organização de cardápios. Noções de enologia e conhecimento de bebidas. |
| Análise Econômica do Turismo | Análise dos aspectos micro e macro econômicos do Turismo. Análise dos fluxos turísticos nacionais e internacionais no Brasil e no mundo. Financiamento para o setor turístico. |
| Antropologia Cultural | História da Antropologia. O etnocentrismo e a relativização. Diversidade e relativismo cultural. As representações coletivas e os sistemas simbólicos na realidade brasileira. |
| Cartografia | A comunicação cartográfica. Produtos e representação cartográfica. Localização geográfica e fusos horários. Análise dos produtos cartográficos usados para informações turísticas. Localização geográfica e fusos horários. O Geoprocessamento. |
| Contabilidade e Custos | Elementos básicos da contabilidade geral e aplicada ao turismo. Estrutura do balanço patrimonial, demonstrativos de resultados e relatórios necessários para a análise da empresa. Conceitos e terminologias de custo variável. Cálculo dos custos pelos diferentes sistemas de custeios: por absorção, variável e por atividade. Formação do Preço de venda e análise do lucro. |
| Direito Aplicado | Noções de Direito. Direito constitucional. Direito Fiscal Alfandegário. Legislação trabalhista e do turismo. Estatuto jurídico do estrangeiro. Direito Internacional. Ética na prestação de serviços. Códigos de ética existentes no setor. Comportamento ético da profissão e do profissional em Turismo. |
| Economia I | O Conceito de Desenvolvimento Econômico e de crescimento Econômico. A Evolução do Desenvolvimento Econômico no Brasil do Pós-guerra. Conceito de Desenvolvimento Sustentável. |

| Disciplina | Ementa |
|--------------------------------------|---|
| Economia II | As Teorias Sobre o comércio Internacional. O Imperialismo. A Globalização e a integração Regional. O Brasil Frente a Nova Ordem Mundial. |
| Espanhol I | Introdução a situações relacionadas à área de Turismo com ênfase na linguagem oral. Desenvolvimento de aspectos estruturais básicos pertinentes. Introdução à leitura de textos didáticos da área de interesse do curso. |
| Espanhol II | Trabalho com situações relacionadas à área de Turismo com ênfase na linguagem oral. Leitura de textos didáticos e autênticos da área de interesse do curso. Produção escrita de caráter técnico-informativo da área. |
| Estágio Supervisionado em Turismo I | Aplicação dos conhecimentos teóricos, através da prática desenvolvida em empresas ou instituições públicas ou privadas do setor turístico. |
| Estágio Supervisionado em Turismo II | Aplicação dos conhecimentos teóricos, através da prática em empresas do setor turístico. |
| Estatística Aplicada | Sistemas e processos básicos para obtenção, organização e análise de dados sobre produtos, serviços e mercados turísticos. Projeções e enfoques de pesquisa para o turismo. Planejamento, execução e avaliação de pesquisa. |
| Estudos de Problemas Brasileiros I | Resgate do Conceito de Cidadania. Identificação dos principais problemas brasileiros, à luz da realidade latino-americana e global. Identificação de suas causas. |
| Estudos de Problemas Brasileiros II | A questão cultural e as implicações da relação política/economia no Brasil. Organização do Espaço Urbano Brasileiro e revelação da contradição social na ocupação do solo. |
| Geografia do Brasil I | A ciência Geografia. A organização do espaço geográfico brasileiro: condicionantes físicos e sócio-econômicos. |
| Geografia do Brasil II | O quadro regional brasileiro. As regiões brasileiras, suas características paisagísticas e potencial turístico. |
| Geografia Geral I | A organização do espaço geográfico mundial. Condicionantes físicos, sócio-econômico da organização do espaço geográfico das Américas, Ásia e Oceania. O potencial turístico desses continentes. |
| Geografia Geral II | A Organização do espaço geográfico mundial. Condicionantes físicos, sócio-econômicos da organização do espaço geográfico da Europa e África. O potencial desses continentes. |
| História da Arte | A história da arte, abordagens, periodização e teoria dos estilos. O barroco brasileiro. A arte brasileira do século XIX. O modernismo e a arte contemporânea no Brasil. |
| História da Cultura | Abordagem da cultura do ponto de vista histórico, com ênfase na cultura popular brasileira; discussão das políticas de preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro assim como apresentação dos lugares da memória: museus, centros de memórias, espaços urbanos e efemérides. |
| História do Brasil | Estudar a história do Brasil a partir das diferentes construções e representações elaboradas a seu respeito no decorrer do tempo, tomando como ponto de partida o momento de construção da nação brasileira e das primeiras interpretações que a seu respeito foram elaboradas, no século XIX, bem como a produção historiográfica mais recente. Abordar as imagens construídas tanto a partir da visão de estrangeiros que por aqui passaram, como pelos intelectuais e romancistas e historiadores que se propuseram pensar o Brasil. |
| Informática Aplicada I | Princípios básicos de informática. Terminologia específica de informática. Conhecimento das ferramentas técnicas que aumentam a produtividade e eficiência |
| Informática Aplicada II | Utilização da informática no turismo. Demonstração de softwares da área. Internet. |

| Disciplina | Ementa |
|---------------------------------------|---|
| Inglês I | Introdução a situações relacionadas à área de Turismo com ênfase na linguagem oral. Desenvolvimento de aspectos estruturais básicos pertinentes. |
| Inglês II | Trabalho com contextos funcionais relacionados à área de Turismo com ênfase na oralidade. Aprofundamento no trabalho com aspectos estruturais da língua estrangeira tendo em vista as situações. |
| Inglês III | Leitura instrumental de textos didáticos introdutórios da área de interesse do curso. Desenvolvimento da língua oral e dos aspectos estruturais pertinentes tematizados na área. |
| Inglês IV | Desenvolvimento da leitura instrumental de textos didáticos da área de interesse do curso. Desenvolvimento e complexificação da linguagem oral e dos aspectos estruturais pertinentes tematizados na área. |
| Inglês V | Desenvolvimento da leitura instrumental de textos autênticos da área de interesse do curso. Desenvolvimento e complexificação da linguagem oral e dos aspectos estruturais pertinentes tematizados na área. Produção escrita de caráter técnico informativo. |
| Inglês VI | Desenvolvimento da leitura instrumental de textos autênticos da área de interesse do curso. Produção escrita de caráter técnico-informativo relacionada à área. Desenvolvimento e complexificação da linguagem oral e dos aspectos estruturais pertinentes tematizados na área. |
| Introdução à Filosofia | Significado e importância da Filosofia. Finalidade do conhecimento. Fundamentos epistemológicos da ciência antiga, moderna e contemporânea. Subsídios filosóficos para uma compreensão ampla do papel da profissão. Valores, utopias e racionalidade na sociedade contemporânea. |
| Introdução à Gestão | Fundamentos da Administração. Funções do administrador. Evolução das escolas de administração. Análise da evolução teórica e prática da Administração. A função da gestão no mundo contemporâneo. Tendências recentes da Administração. |
| Lazer e Recreação | Conceituação. O perfil do animador. Funções, técnicas e equipamentos básicos para o desenvolvimento da animação. Programas de animação. |
| Marketing Turístico | Conceitos. Desenvolvimento de estratégias de marketing. Marketing turístico institucional e empresarial. Conhecimento do instrumental de utilização para comercialização, tomada de decisões comerciais relacionadas com o turismo. |
| Meios de Hospedagem I | Tipologia dos meios de hospedagem. Importância da hotelaria na estrutura do turismo. Categorias, serviços, estrutura e organização dos meios de hospedagem. Cargos e funções do setor |
| Meios de Hospedagem II | Estudo dos elementos concernentes à estada dos turistas em meios de hospedagem. Estrutura hoteleira e sua operacionalização. Características dos meios de hospedagem em relação a administração de pessoal, rentabilidade (administração de custos e formação de preços), controle de qualidade. |
| Métodos e Técnicas de Pesquisa I | A Ciência. Conhecimento Científico. O método científico e suas aplicações na pesquisa. O trabalho Acadêmico na leitura e elaboração de texto: resenhas e artigos. |
| Métodos e Técnicas de Pesquisa II | Subsidiar a elaboração de projeto de pesquisa na área de Turismo. As etapas do trabalho de pesquisa. |
| Planejamento e Organização de Eventos | Tipificação dos eventos. Análise dos aspectos específicos e necessidades de cada evento considerando o contexto inserido. Técnicas e métodos para organização de eventos. Técnicas de relação pública. Análise da importância da organização de eventos no contexto do turismo, posicionando-os como opção viável para a complementaridade da oferta turística, na diversificação de atrativos, na captação de divisas e na reorientação da sazonalidade. Técnicas de cerimonial e protocolo. Relacionamento com a imprensa e os veículos de comunicação. Atendimento e análises de público. Treinamento de |

| Disciplina | Ementa |
|--|--|
| | equipes. |
| Planejamento e Organização do Turismo I | Conceitos e métodos do Planejamento turístico. Identificação e análise das principais variáveis e fatores que influenciam a organização do espaço turístico. Introdução a elaboração de planos de desenvolvimento turístico. |
| Planejamento e Organização do Turismo II | Elaboração de planos municipais de desenvolvimento turístico. |
| Prática de Educação Física I | A Educação Física e seus valores sociais, filosóficos e culturais e os conceitos fisiológicos. |
| Prática de Educação Física II | A prática do esporte como meio de integração e socialização. O esporte formal e informal. Competições esportivas e recreativas. |
| Produção Textual | Leitura de textos referentes às áreas de interesse para o profissional de Turismo (História, Arte, Cultura). Produção escrita e oral a partir de textos lidos. Tópicos lingüísticos para o trabalho com a produção textual: relações textuais (coesão, coerência, organização retórica, etc.), relações semânticas, relações morfo-sintáticas, processo argumentativo . Correção gramatical. |
| Psicologia | Teorias psicológicas. Elementos e conceitos de psicologia suscetíveis de aplicação no campo do turismo. Relações humanas em turismo. Motivações em turismo. Fatores racionais e irracionais. Fatores condicionantes. Perfil dos turistas. |
| Publicidade e Propaganda | Conceituação e objetivos de comunicação, publicidade e propaganda e técnicas promocionais. Análise da comunicação publicitária em turismo no contexto local e internacional. Instrumentalização e técnicas de campanhas publicitárias e ações promocionais. Criatividade em comunicação. Elementos da propaganda impressa eletrônica. Elementos auxiliares. Criação e produção de textos e peças publicitárias em turismo. Análise de recepção e público. Novas tecnologias em comunicação. Restrições éticas e legais para a área publicitária e promocional. |
| Sociologia | A Sociologia como ciência. Teoria sociológica. Sociologia do lazer e do turismo. O lazer na sociedade atual. |
| Teologia e Cultura | A teologia como uma sistematização de um fenômeno religioso. A religião como uma experiência de uma dimensão da fé. A fé como uma construção da cultura. A cultura como uma busca diante do mistério. O mistério como provocação á inventividade corpórea. |
| Teoria e Cultura das Organizações | A análise cultural das organizações, as faces no uso do poder sobre a cultura, a tecnologia enquanto instrumento de materialização das relações de poder na cultura organizacional. |
| Teoria Geral do Turismo I | Histórico. Conceituação, caracterização e tipologia. Oferta e demanda turística. Introdução ao Turismo: Considerações sobre Mercado de Trabalho, Tendências, Turismo Rural, Turismo de Negócios, e Administração de Parques Temáticos. |
| Teoria Geral do Turismo II | Componentes estruturais, institucionais e operacionais do turismo. Os sistemas do turismo. Aplicabilidade da teoria geral do turismo. Segmentação do mercado turístico e as diversas motivações |
| Teoria Geral do Turismo III | O Turismo inserido na realidade da globalização e da nova ordem internacional. Turismo e as crises econômicas e políticas atuais. |
| Tópicos Emergentes | |
| Trabalho de Conclusão de Curso | Elaboração de projeto ou monografia na área de turismo. |
| Transportes e Turismo | Tipos de meios de transportes. Estudo dos principais elementos relacionados aos transportes que interagem na movimentação turística. Transportes turísticos. Infra-estrutura necessária para os transportes turísticos. Características e procedimentos dos transportes aéreos e de superfície e das empresas fornecedoras deste serviço para o turismo. |

| Disciplina | Ementa |
|-------------------------|---|
| Turismo e Meio Ambiente | Ecoturismo. Turismo de saúde, Termalismo. Turismo náutico e de pesca. Turismo de aventura. Turismo rural. Turismo sustentável. Técnicas e instrumentos aplicados à avaliação dos impactos do turismo sobre o patrimônio natural e cultural. |

Fonte: Universidade Metodista de Piracicaba. *Disciplinas*. Disponível em: <http://www.unimep.br/turismo/disciplinas>. Acesso em: jul 2008.

Anexo 11 - Universidade São Judas Tadeu- USJT

| Disciplina | Carga Horária | Ano |
|--|----------------------|------------|
| Administração Aplicada ao Turismo | 80 | 1 |
| Direito e Legislação Turística | 80 | 1 |
| Geografia e Meio Ambiente | 80 | 1 |
| História do Brasil | 80 | 1 |
| Introdução ao Turismo | 80 | 1 |
| Língua Inglesa I | 80 | 1 |
| Matemática e Estatística | 80 | 1 |
| Metodologia da Pesquisa | 80 | 1 |
| Sociologia | 80 | 1 |
| Técnicas de Redação e Expressão I | 80 | 1 |
| Administração de Agências de Viagens | 80 | 2 |
| Estudos Brasileiros | 80 | 2 |
| História da Cultura | 80 | 2 |
| Língua Espanhola I | 80 | 2 |
| Língua Inglesa II | 80 | 2 |
| Marketing Turístico I | 80 | 2 |
| Organização e Gestão em Lazer e Entretenimento | 80 | 2 |
| Planejamento e Organização do Turismo I | 80 | 2 |
| Psicologia Aplicada ao Turismo | 80 | 2 |
| Técnicas de Redação e Expressão II | 80 | 2 |
| Contabilidade Orçamentária | 80 | 3 |
| Economia | 80 | 3 |
| Língua Espanhola II | 80 | 3 |
| Língua Inglesa III | 80 | 3 |
| Marketing Turístico II | 80 | 3 |
| Meios de Hospedagem | 80 | 3 |
| Planejamento e Organização de Eventos | 80 | 3 |
| Planejamento e Organização do Turismo II | 80 | 3 |
| Sistema de Transportes | 80 | 3 |
| Tópicos Avançados I | 80 | 3 |
| Alimentos e Bebidas | 80 | 4 |
| Ética Profissional | 80 | 4 |
| Gestão Turística | 160 | 4 |
| Informática Aplicada | 80 | 4 |
| Projetos Turísticos | 160 | 4 |
| Recursos Humanos | 80 | 4 |
| Técnicas e Operações de Agências de Viagem | 80 | 4 |
| Tópicos Avançados II | 80 | 4 |

Fonte: Universidade São Judas Tadeu- USJT. *Disciplinas*. Disponível em: <http://www.usj.br/turismo>. Acesso em: jul 2008.

OBS. A Instituição não forneceu o ementário.

Anexo 12 - Escola de Comunicação e Artes da USP

| Disciplina | Período | Carga Horária |
|---|----------------|----------------------|
| História da Cultura e da Comunicação | 1 | 60 |
| Língua Portuguesa - Redação e Expressão Oral I | 1 | 60 |
| Política e Administração | 1 | 60 |
| Turismo Conceituação e Organização | 1 | 60 |
| Dimensão e dinâmica do Turismo | 1 | 60 |
| História da Cultura e da Comunicação II | 2 | 60 |
| Análise Estrutural do Turismo | 2 | 60 |
| Metodologia da Pesquisa em Turismo | 2 | 60 |
| Elementos Históricos no Turismo I | 3 | 120 |
| Administração de Empresas de Turismo | 3 | 60 |
| Noções de Direito e Legislação sobre o Turismo | 3 | 60 |
| Análise Microeconômica do Turismo | 3 | 60 |
| Elementos Históricos no Turismo II | 4 | 120 |
| Hotelaria | 4 | 60 |
| Análise Macroeconômica do Turismo | 4 | 60 |
| Sociologia de Lazer e do Turismo | 4 | 30 |
| Turismo Meio Ambiente e Patrimônio Natural | 4 | 60 |
| Fundamentos Geográficos do Turismo I | 5 | 120 |
| Sistemas de Transportes | 5 | 60 |
| Patrimônio Cultural em Turismo I - Bens Materiais | 5 | 120 |
| Noções de Estatística | 5 | 60 |
| Fundamentos Geográficos do Turismo II | 6 | 120 |
| Marketing em Turismo | 6 | 60 |
| Patrimônio Cultural em Turismo II - Bens Imateriais | 6 | 60 |
| Agências de Viagens | 6 | 60 |
| Elementos de Estatística no Turismo | 6 | 60 |
| Teorometria | 7 | 60 |
| Técnica Publicitária | 7 | 30 |
| Técnicas de Relações Públicas e Eventos em Turismo | 7 | 30 |
| Planejamento e Organização do Turismo I | 7 | 120 |
| Administração Financeira e Orçamentária Aplicada ao Turismo | 7 | 60 |
| Estágio Supervisionado em Turismo | 8 | 360 |
| Planejamento e Organização do Turismo II | 8 | 120 |
| Trabalho de Conclusão de Curso | 8 | 90 |

Ementa Escola de Comunicação e Artes da USP

| Disciplina | Ementa |
|--|--|
| História da Cultura e da Comunicação | Uma História da Comunicação deve conduzir o estudante a meditar sobre a herança cultural do qual é portador sobre o universo em que vive. Para o comunicador é importante conhecer a evolução dos Meios de Comunicação e a íntima dependência com a evolução da própria cultura. |
| Língua Portuguesa - Redação e Expressão Oral I | O curso, através de procedimentos da Análise do Discurso (AD), pretende: a) capacitar o aluno para analisar e produzir textos em língua portuguesa, em suas diferentes normas e níveis; b) permitir a formação da consciência crítica acerca do papel da linguagem verbal na formação do comunicador, levando-se em conta as mediações; c) possibilitar a reflexão crítica sobre os usos da linguagem verbal pelos meios de comunicação, incluindo os aspectos de recepção. Ao final do processo o aluno deverá estar apto a elaborar outras propostas com relação ao uso que os meios de comunicação fazem da linguagem verbal. |
| Política e Administração | Proporcionar conhecimento e gerar aprendizado sobre os conceitos, |

| Disciplina | Ementa |
|---|--|
| | práticas e estado da arte em processos e organização das empresas no contexto das organizações e instituições do turismo, capacitando o aluno a verificar, analisar, discutir, entender e compreender os diversos aspectos da administração em conformidade com os princípios, teorias, práticas e avanços no tema ora abordado. |
| Turismo Conceituação e organização | Iniciar uma discussão conceitual sobre os principais elementos de composição do sistema turístico para despertar no estudante o espírito investigativo. Discutir os efeitos do turismo sobre os aspectos econômicos, culturais, ambientais e sociais. Analisar a realidade da super e infra-estrutura do turismo, bem como as políticas públicas em prática. Colocar o aluno em contato com a realidade do mercado de turismo e suas tendências. |
| Dimensão e dinâmica do Turismo | Apresentar o processo de globalização do Turismo numa visão abrangente, situada em um contexto histórico bem delimitado, onde o vasto campo de pesquisa e projeção de tendências da segmentação do mercado do setor passa ser observado, explorado e debatido. Descrever e prospectar o Turismo na América do Sul e no Brasil, em particular, destacando a Política Nacional de Turismo, as estratégias de planejamento e desenvolvimento regional. |
| História da Cultura e da Comunicação II | Uma História da Comunicação deve conduzir o estudante a meditar sobre a herança cultural da qual é portador sobre o universo em que vive. Para o comunicador é importante conhecer a evolução dos Meios de Comunicação e a íntima dependência com a evolução da própria cultura. |
| Análise Estrutural do Turismo | Explicativas e métodos de análise no âmbito da investigação de multi e interdisciplinaridade, com aplicações interativas e operacionais para explicar e interpretar a fenomenologia do Turismo por meio da Transdisciplinaridade. Descrever o Sistema de Turismo – SISTUR, como modelo referencial de representação holística e instrumento analítico que fornece a visão pluridimensional e multicompreensiva da relação interativa. Estimular a ampliação das perspectivas de visão dos diferenciais turísticos na biodiversidade, na reinterpretação e ressignificação do patrimônio na geoestratégia empresarial, na busca da excelência de qualidade e competitividade do produto turístico nos segmentos de mercado. Reforçar a necessidade da formulação e adoção estratégica de desenvolvimento regional para o planejamento integrado e sustentável do Turismo. |
| Metodologia da Pesquisa em Turismo | Através de aulas expositivas, seminário e trabalhos práticos, a disciplina objetiva não apenas ensinar a elaborar um projeto acadêmico, como, indo além, a inventariar as pesquisas realizadas em turismo, mostrando a ampla gama de abordagens. Visa, também, as diferentes técnicas que são empregadas na área, com ênfase naquelas que diretamente dizem respeito ao planejamento, tais como técnicas de inventários de oferta e demanda, capacidade de carga e mensuração de atratividade. |
| Elementos Históricos no Turismo I | Por um lado, essa disciplina tem por finalidade ensinar os procedimentos para o resgate histórico dos remanescentes da cultura material que podem ser utilizados como atrativos turísticos, por outro, visa não apenas mapear os recursos históricos brasileiros, de acordo com a trajetória histórica, mas estudar as possíveis formas de utilização, objetivando o fluxo consciente em turismo cultural. |
| Administração de Empresas de Turismo | Apontar os diferentes tipos de empresas, mostrando sua inter-relação dentro do sistema turístico, evidenciando-se o significado particular de cada tipo que integra o trade. Apontar, analiticamente, as características administrativas particulares a cada empresa em função |

| Disciplina | Ementa |
|---|--|
| | dos objetivos a que se dirigem. Preparar o aluno para estudos mais especializados. |
| Noções de Direito e Legislação sobre o Turismo | |
| Análise Microeconômica do Turismo | Formação sobre o comportamento do consumidor e a teoria da firma aplicados à cadeia produtiva do turismo. |
| Elementos Históricos no Turismo II | A disciplina objetiva resgatar a história, lendas e tradições que cercam o patrimônio histórico paulista e paulistano, com a finalidade de agregar valor aos remanescentes da cultura material de interesse turístico. Para tanto, pesquisa e mapeia edificações, museus e logradouros tradicionais e incrementa a atividade discente no que concerne à elaboração de roteiros históricos-culturais no Estado e na cidade de São Paulo. |
| Hotelaria | Definir, caracterizar e examinar a atividade hoteleira. Analisar as operações hoteleiras básicas. Apontar os diferentes tipos, partes, estruturas e organizações possíveis da empresa hoteleira e sua adequação aos objetivos turísticos. Analisar a evolução da hotelaria e suas tendências futuras. |
| Análise Macroeconômica do Turismo | Formação sobre os impactos econômicos do turismo na formação do PIB e seus reflexos sobre o balanço de pagamentos, emprego e multiplicadores da economia. Avaliação dos conceitos de políticas econômicas e suas conseqüências sobre a produção e o consumo do turismo. |
| Sociologia de Lazer e do Turismo | Discutir a distribuição do tempo de trabalho e o tempo livre no percurso da história da sociedade ocidental. Analisar correntes teóricas que estudam o lazer como fenômeno social. Estudar as características do lazer e suas tendências na sociedade contemporânea. Desenvolver o senso crítico nos alunos para que estruturam programações de lazer baseadas na integração sócio-cultural do indivíduo. |
| Turismo Meio Ambiente e Patrimônio Natural | |
| Fundamentos Geográficos do Turismo I | Compreender a organização espacial brasileira e suas relações com a atividade turística. Relacionar o desenvolvimento econômico regional com as possibilidades para a implementação de atividades turísticas. Identificar as redes urbanas brasileiras e as metrópoles nacionais e regionais e, compreender como estas atuam no mercado turístico. Analisar a oferta potencial e a organização espacial das atividades turísticas no estado de São Paulo. Utilizar os recursos da Cartografia para fins de planejamento de localidades turísticas e para a divulgação de produtos. |
| Sistemas de Transportes | Fazer com que os estudantes compreendam as especificidades das vias e dos meios das quatro modalidades de transporte (hidroviário, ferroviário, rodoviário e aéreo). Avaliar as relações intermodais e logísticas do sistema de transporte sob a ótica do Turismo. Discutir as possibilidades de comercialização dos transportes na atividade turística destacando sua importância para a operação de viagens e o planejamento do Turismo. |
| Patrimônio Cultural em Turismo I - Bens Materiais | Esta disciplina tem por objetivo conceituar cultura e bens culturais na sua perspectiva de utilidade em turismo, subsidiando os alunos com dados atualizados colhidos em realidades nas quais essa utilidade oferece alternativas de vivência cultural para o turista. |
| Noções de Estatística | Fornecer as idéias básicas da metodologia estatística. |
| Fundamentos Geográficos do Turismo II | Compreender a organização espacial brasileira e suas relações com a atividade turística. Relacionar o desenvolvimento econômico regional com as possibilidades para a implementação de atividades turísticas. Identificar as redes urbanas brasileiras e as metrópoles nacionais e regionais e, compreender como estas atuam no mercado turístico. |

| Disciplina | Ementa |
|---|---|
| | Analisar a oferta potencial e a organização espacial das atividades turísticas no estado de São Paulo. Utilizar os recursos da Cartografia para fins de planejamento de localidades turísticas e para a divulgação de produtos. |
| Marketing em Turismo | Proporcionar ao aluno contato com as teorias, técnicas e práticas do marketing no contexto do turismo. |
| Patrimônio Cultural em Turismo II - Bens Imateriais | Esta disciplina tem por objetivo conceituar algumas decorrências da cultura, que podem ser consideradas como resultantes de um universo distinto da realidade. Esses bens, denominados bens imateriais da cultura - segundo classificação da UNESCO - assumem grande importância numa perspectiva de utilidade em turismo, como instrumento de valorização de espaços usuais, ou a descobrir, subsidiando os alunos com dados atualizados colhidos em realidades nas quais essa utilidade oferece alternativas de vivência cultural para o turista. |
| Agências de Viagens | Apresentar aos alunos as características do mercado de operadoras e agências de viagens e turismo. Analisar as características de gestão das empresas de agenciamento to. Discutir o relacionamento de dependência das agências de viagens com seus fornecedores. Apresentar os procedimentos operacionais para a elaboração de pacotes turísticos, bem como a importância das novas tecnologias no setor. Desenvolver um trabalho prático de elaboração e operação de um pacote turístico. |
| Elementos de Estatística no Turismo | A disciplina oferece instrumentais de apoio à quantificação e a previsão do Turismo, além de reforçar o aspecto das relações do Turismo com outras ciências afins em especial com a Economia. |
| Teorometria | Formação na elaboração de indicadores econométricos para o sistema de informações voltado ao acompanhamento temporal e conjuntural da atividade turística. |
| Técnica Publicitária | Proporcionar ao aluno contato com as teorias, técnicas e práticas das técnicas promocionais e publicitárias tendo em vista o contexto do turismo. |
| Técnicas de Relações Públicas e Eventos em Turismo | Permitir aos estudantes a possibilidade do entendimento das Relações Públicas e das ações de comunicação dirigida, notadamente o planejamento e a organização de eventos, como estratégias potencializadoras das ações em Turismo. |
| Planejamento e Organização do Turismo I | |
| Administração Financeira e Orçamentária Aplicada ao Turismo | Proporcionar conhecimento e gerar aprendizado sobre os conceitos, práticas e estado da arte em finanças e orçamento e suas relações e manifestações com as organizações e instituições do turismo, capacitando o aluno a verificar, analisar, discutir, entender e compreender os diversos aspectos do processo em conformidade com os princípios financeiros no campo nacional e internacional. |
| Estágio Supervisionado em Turismo | |
| Planejamento e Organização do Turismo II | |
| Trabalho de Conclusão de Curso | Aprimorar a formação escolar e a capacitação profissional, através da aplicação e integração dos conhecimentos teóricos e/ou práticos. |

Fonte: Universidade São Paulo – USP. *Grade curricular*. Disponível em: <http://sistemas2.usp.br/jupiterweb/listarGradeCurricular?codcg=27&codcur=27530&codhab=4&tipo=V>. Acesso em: jul. 2008.

Anexo 13 - Universidade de Sorocaba- UNISO

| Disciplina | Carga Horária | Período |
|---|----------------------|----------------|
| Fundamentos do Pensamento Científico | 40 | 1 |
| Geografia do Turismo: Geral | 80 | 1 |
| História da Cultura e da Arte | 80 | 1 |
| Recreação e Lazer | 40 | 1 |
| Teoria Geral do Turismo | 80 | 1 |
| Tópicos Emergentes | 80 | 1 |
| Dimensões do Turismo | 80 | 2 |
| Fundamentos da Hospitalidade | 80 | 2 |
| Geografia do Turismo: Brasil | 80 | 2 |
| Psicologia Aplicada ao Turismo | 40 | 2 |
| Sociologia do Lazer | 80 | 2 |
| Teoria Geral da Administração | 40 | 2 |
| Eletiva | 40 | 3 |
| Estatística | 40 | 3 |
| Gestão de Desenvolvimento de Pessoal em Turismo | 40 | 3 |
| Introdução à Economia | 40 | 3 |
| Lazer e Recreação Turístico-Hoteleira | 80 | 3 |
| Planejamento e Organização de Eventos | 80 | 3 |
| Português | 40 | 3 |
| Transportes Turísticos | 40 | 3 |
| Agenciamento Turístico | 80 | 4 |
| Fundamentos de Planejamento Financeiro e Contábil | 40 | 4 |
| Prática de Pesquisa I | 40 | 4 |
| Turismo e Ação Cultural | 80 | 4 |
| Turismo e Gastronomia | 80 | 4 |
| Turismo e Meio Ambiente | 80 | 4 |
| Elaboração de Projetos Turísticos | 80 | 5 |
| Eletiva | 80 | 5 |
| Ética | 40 | 5 |
| Legislação Aplicada ao Turismo e à Hotelaria | 40 | 5 |
| Planejamento e Organização do Turismo | 80 | 5 |
| Políticas Públicas em Turismo | 40 | 5 |
| Prática de Pesquisa II | 40 | 5 |
| Eletiva | 80 | 6 |
| Introdução ao Pensamento Teológico | 40 | 6 |
| Marketing Turístico-Hoteleiro | 80 | 6 |
| Plano de Desenvolvimento Turístico | 80 | 6 |
| Prática de Pesquisa III | 40 | 6 |
| Turismo e Identidade Cultural | 80 | 6 |
| ELETIVAS | | |
| Turismo e Comunicação | | 3 |
| Turismo Rural | | 3 |
| Programas Turísticos em Unidades de Conservação | | 5 |
| Cooperativismo e Associativismo | | 5 |
| Turismo e Ação Comunitária | | 6 |
| Turismo e Educação Ambiental | | 6 |

Ementa Universidade Sorocaba

| Disciplina | Ementa |
|---|---|
| Agenciamento Turístico | Tipos de empresas de agenciamento turístico. Como montar e organizar uma agência turística. Aspectos cotidianos da administração e técnicas de operação funcionais. Princípios fundamentais de administração de agências. |
| Dimensões do Turismo | Conceitos, classificação e tipologia dos agentes e equipamentos que integram o chamado "trade" turístico. |
| Elaboração de Projetos Turísticos | Procedimentos metodológicos e aplicação de técnicas e passos necessários para a elaboração de projeto de ação ou de empreendimento turístico. |
| Estatística | Sistemas e processos básicos para obtenção, organização e análise dos dados sobre produtos, mercados e serviços turísticos |
| Ética | Objetividade dos valores. Ética na filosofia. Ética na prestação de serviços. Códigos de ética na atividade turística. Comportamento ético na profissão. |
| Fundamentos da Hospitalidade | História e tipologia dos meios de hospedagem. Fundamentos administrativo-operacionais. Administração e classificação hoteleira. Perspectivas, tendências e segmentação de mercado. |
| Fundamentos de Planejamento Financeiro e Contábil | Fundamentos da matemática Financeira; aspectos sobre o valor do dinheiro no tempo; noções da capitalização e atualização monetária; princípios do balanço patrimonial e elaboração e balancetes e técnicas de apuração de resultados e demonstração financeira. |
| Fundamentos do Pensamento Científico | Natureza do conhecimento científico. Relação com outras formas e tipos de conhecimento. Técnicas de leitura. |
| Geografia do Turismo: Brasil | O espaço nacional e sua diversidade: quadro natural, vida humana e atividades econômicas, diversidades regionais. |
| Geografia do Turismo: Geral | A comunicação cartográfica dentro do turismo. Produtos e representação cartográfica. Localização geográfica e fusos horários. Geoprocessamento O espaço físico e sua diversidade: quadro natural, vida humana e atividades econômicas, diversidades continentais e nacionais. |
| Gestão de Desenvolvimento de Pessoal em Turismo | Perspectivas tradicionais e renovadoras de gestão de recursos humanos, organização e métodos. Estudo das especificidades da gestão de RH em empresas turísticas. |
| História da Cultura e da Arte | Evolução da cultura e do patrimônio cultural - a arquitetura, o folclore, o artesanato, o linguajar típico - e das manifestações culturais ao longo da História. As manifestações artísticas como um atrativo turístico e como apreensão, através da arte, da cultura produzida pelos povos. |
| Introdução à Economia | Panorama das teorias econômicas clássicas. Estudo de mercado e de viabilidade econômica de empreendimentos turísticos. Fontes de financiamento do setor. |
| Introdução ao Pensamento Teológico | A viagem e a hospedagem no pensamento religioso ao longo da civilização. |
| Lazer e Recreação Turístico-Hoteleira | Técnicas de organização de atividades recreativas associadas ao turismo e à viagem em geral. Exercícios práticos. |
| Legislação Aplicada ao Turismo e à Hotelaria | Direito constitucional. Direito alfandegário. Estatuto jurídico do estrangeiro. A legislação turística. |
| Marketing Turístico-Hoteleiro | Métodos e técnicas de marketing. Marketing turístico empresarial. Desenvolvimento de estratégias de marketing. Instrumental de utilização para comercialização, tomada de decisões comerciais relacionadas com o turismo e hotelaria. Comunicação e marketing. Relações Públicas. Assessoria de Imprensa. |
| Planejamento e Organização de Eventos | Tipologia dos eventos. Técnicas e métodos de organização. Formatação financeira. Uso do <i>check-list</i> . |
| Planejamento e Organização do Turismo | Conceitos e métodos de planejamento turístico. Identificação e análise das principais variáveis e fatores que influenciam a organização do |

| Disciplina | Ementa |
|------------------------------------|---|
| | espaço turístico. |
| Plano de Desenvolvimento Turístico | Técnicas e procedimentos necessários à elaboração de planos de desenvolvimento turístico. |
| Políticas Públicas em Turismo | O poder público no desenvolvimento turístico de comunidades; Órgãos públicos, privados e não governamentais de turismo e suas atribuições; As diferentes concepções de Conselho Municipal de Turismo e os Clusters turísticos. |
| Português | Criatividade Literária. Identificação e correção dos erros de redação mais frequentes. Redação técnica Texto oral e texto escrito. |
| Prática de Pesquisa I | Elaboração do projeto de pesquisa: definição do projeto de pesquisa com base em fundamentação teórica e levantamento de investigações já realizadas; definição do tema e do problema da pesquisa; definição dos instrumentos e procedimentos de pesquisa. Produto do componente: projeto elaborado. |
| Prática de Pesquisa II | Desenvolvimento do projeto de pesquisa: aprofundamento da fundamentação teórica; coleta e tratamento dos dados preliminares; redação de relatório parcial de pesquisa. Produto do componente: relatório parcial. |
| Prática de Pesquisa III | Produção do relatório final: análise dos dados tratados com base na fundamentação teórica; redação do relatório final. Produto do componente: relatório de pesquisa. |
| Psicologia Aplicada ao Turismo | Noções básicas de psicologia. Tipos psicológicos. Teoria da motivação. Motivações da viagem e da hospedagem. Trato com diferentes tipos de público. Dinâmica e controles de públicos amplos e diversificados. |
| Recreação e Lazer | Técnicas de organização de atividades recreativas associadas ao turismo e à viagem em geral. Exercícios práticos. |
| Sociologia do Lazer | A Sociologia como instrumento para a compreensão do mundo social. O lazer como objeto da Sociologia: conceitos, conteúdos e propostas metodológicas. O lazer na sociedade atual: o tempo de trabalho e o tempo do lazer. O papel do turismo na sociedade contemporânea. |
| Teoria Geral da Administração | Processos e evolução das ciências da administração. |
| Teoria Geral do Turismo | Identificação dos elementos e processos que dimensionam o turismo e sua teoria. Fundamentos teóricos e elementos históricos. |
| Tópicos Emergentes | A sensibilidade do campo turístico aos acontecimentos sociais, políticos, econômicos e culturais da atualidade. A dinâmica da segmentação turística. Tendências do desenvolvimento turístico. |
| Transportes Turísticos | Os transportes como meio indispensável ao turismo. Características e procedimentos dos transportes aéreos e de superfície. Empresas fornecedoras de serviços. |
| Turismo e Ação Cultural | A educação pelo turismo. O "terceiro instruído". Campos, ações e técnicas de ação turística a serviço da educação. |
| Turismo e Gastronomia | História da gastronomia. A gastronomia como expressão cultural e atrativo turístico. Planejamento e organização de cardápios. Noções de enologia e de bebidas. Noções de higiene, conservação e preparo de alimentos. |
| Turismo e Identidade Cultural | A identidade local e cultural como fonte para recursos turísticos; Globalização: padronização e resistência cultural; Patrimônio e hibridismo cultural. |
| Turismo e Meio Ambiente | Tipologia do turismo ligado à natureza. Técnicas e instrumentos aplicados à avaliação dos impactos do turismo sobre o patrimônio natural e cultural. Turismo sustentável. Legislação ambiental. |

Fonte: Universidade de Sorocaba- UNISO. *Disciplinas*. Disponível em: <http://www.uniso.br/turismo>. Acesso em: jul 2008.

Universidade de Sorocaba- UNISO. Projeto Pedagógico, São Paulo, 2008.

Anexo 14 - Modelo do Questionário

Prezado (a) colaborador (a)

Em primeiro lugar agradeço sua atenção e sua disponibilidade em participar desta pesquisa que tem os seguintes objetivos:

- conhecer o ponto de vista dos profissionais em turismo, formados em instituições superiores, sobre seu papel, suas possibilidades de contribuição na construção e promoção da inclusão social;
- saber o que pensam sobre sua formação profissional e como avaliam esta formação.

Para facilitar a posterior análise das respostas, a pesquisa está estruturada em 3 partes com questões abertas, para que possa expor sua opinião livremente sobre sua área de atuação profissional e sua formação.

Atenciosamente,

Profa. Ana Lúzia M. Carneiro

PARTE I- Dados gerais:

- 1.1 Idade:
- 1.2 Em que ano realizou o curso de Turismo:
- 1.3 Tempo de formado:
- 1.4 Atual área de atuação profissional:
- 1.5 Função exercida atualmente:
- 1.6 Tempo em que exerce esta função:
- 1.7 Renda salarial:

PARTE II- Opiniões sobre o Turismo no Brasil e sobre a inclusão social:

2.1 Qual sua opinião sobre os impactos e contribuições do turismo em termos sociais, políticos e econômicos para a sociedade brasileira?

2.2 O que você entende por inclusão e exclusão social?

2.3 Você acha que o turismo pode promover condições de inclusão e exclusão social no Brasil? Como?

2.4 Você acha que sua atuação profissional tem alguma relação com as condições de inclusão e exclusão social do país? Por que e como?

PARTE III- Sobre sua formação no curso de turismo:

3.1 Como ex-aluno de um curso superior de turismo, como você avalia sua formação acadêmica?

3.2 Como foi sua formação no curso de turismo em relação aos temas como ética profissional, responsabilidade social e inclusão social?

3.3 Se você pudesse contribuir para criar um novo curso de turismo, quais seriam suas sugestões?

3.4 Você pensa em atuar como professor na área de turismo? Por que?

Anexo 15 - Formulário 1- F1

Prezado (a) colaborador (a)

Em primeiro lugar agradeço sua atenção e sua disponibilidade em participar desta pesquisa que tem os seguintes objetivos:

- conhecer o ponto de vista dos profissionais em turismo, formados em instituições superiores, sobre seu papel, suas possibilidades de contribuição na construção e promoção da inclusão social;
- saber o que pensam sobre sua formação profissional e como avaliam esta formação.

Para facilitar a posterior análise das respostas, a pesquisa está estruturada em 3 partes com questões abertas, para que possa expor sua opinião livremente sobre sua área de atuação profissional e sua formação.

Atenciosamente,

Profa. Ana Lúzia M. Carneiro

PARTE I- Dados gerais:

1.8 Idade: 27

1.9 Em que ano realizou o curso de Turismo: 1999-2002

1.10Tempo de formado: 5 anos

1.11Atual área de atuação profissional: Atualmente cursando mestrado no exterior; no Brasil, planejamento turístico

1.12Função exercida atualmente: -

1.13Tempo em que exerce esta função: -

1.14Renda salarial: Bolsa

PARTE II- Opiniões sobre o Turismo no Brasil e sobre a inclusão social:

2.1 Qual sua opinião sobre os impactos e contribuições do turismo em termos sociais, políticos e econômicos para a sociedade brasileira?

Creio que atualmente esta atividade gere poucos impactos e contribuições nesse sentido. Se em alguns poucos casos se observam impactos negativos bastante significativos causados pela atividade turística, de maneira geral o desenvolvimento da atividade ainda é muito incipiente para se verificarem impactos e contribuições relevantes. Não obstante, creio que mediante o processo de desenvolvimento desorganizado e não planejado desta atividade que vem ocorrendo no Brasil, o turismo pode vir a trazer grandes benefícios econômicos para um pequeno grupo de empreendedores do setor, mas também significativa desestruturação social. Em termos políticos, o turismo pode servir como instrumento poderoso de inclusão social em certas áreas deprimidas, mas não deveria ser utilizado como plataforma política principal em nível nacional, uma vez que nosso país dispõe de setores mais fortes com maior capacidade de atuar no tema da inclusão social; o turismo tem uma capacidade mais restrita nesse sentido.

2.2 O que você entende por inclusão e exclusão social?

Entendo inclusão social como o conjunto de ações ou políticas que visam oferecer a grupos/indivíduos menos favorecidos condições para adentrarem o sistema econômico e social corrente. A constituição do grupo “menos favorecido” varia de acordo com cada situação. Em minha opinião, ações de inclusão social não deveriam ter um caráter paternalista, e sim um enfoque de corrigir uma falha criada pelo mercado, ou seja, apenas fornecer condições iniciais para que tais grupos possam adentrá-lo.

Exclusão social, por sua vez, é justamente o contrário, ou seja, é a existência de indivíduos/grupos que sofrem algum tipo de discriminação da sociedade. Essa discriminação pode ocorrer por qualquer motivo, como deficiência física, raça, questões econômicas, religiosas, dentre outras menos aparentes. No limite, esses grupos/indivíduos são aqueles que apoiados pelos programas de inclusão social.

2.3 Você acha que o turismo pode promover condições de inclusão e exclusão social no Brasil? Como?

Sim, creio que pode. O turismo é uma atividade que, tradicionalmente, emprega minorias. A questão está em criar instrumentos de política pública que permitam a digna inserção dessas pessoas. A idéia dos bancos de microcrédito também pode ser um importante instrumento para a inclusão social por meio do turismo. Também creio que em microambientes, como pequenas comunidades tradicionais, por exemplo, há mais chance de que o turismo promova condições de inclusão.

Entretanto, também há que considerar que em alguns casos o desenvolvimento do turismo pode levar a uma situação de exclusão social inexistente ou menos impactante anteriormente. De forma geral, creio que destinos turísticos voltados a um público de luxo, apesar de terem uma incontestável função de mercado, tendem a gerar maior exclusão social.

2.4 Você acha que sua atuação profissional tem alguma relação com as condições de inclusão e exclusão social do país? Por que e como?

Atualmente não. Entretanto, há dois anos estive em um projeto que se propunha a realizar um diagnóstico da situação de uma bacia hidrográfica para elaborar estratégias preliminares para o fomento do turismo na região. Nesse projeto deu-se grande foco nas comunidades tradicionais, que estavam muito presentes na região, e nas formas de complementação de suas atividades tradicionais com a chegada do turismo. Creio que esse tipo de projeto, quando levado à frente de maneira séria, contribua, dentro de suas possibilidades, para a melhoria das condições de inclusão social do país.

PARTE III- Sobre sua formação no curso de turismo:

3.1 Como ex-aluno de um curso superior de turismo, como você avalia sua formação acadêmica?

De maneira geral, bastante ruim. O embasamento teórico foi bastante fraco e, além disso, diversas disciplinas/temáticas extremamente relevantes considerando o enfoque do curso (planejamento e gestão) nunca foram abordadas de forma adequada, como políticas públicas e planejamento territorial, por exemplo. Alguns docentes não tinham formação adequada para ministrar suas disciplinas, e em outros casos não tinham nenhum comprometimento. Ao final do curso, a sensação geral era de frustração, após anos de um curso que deixou muito pouco como lastro.

3.2 Como foi sua formação no curso de turismo em relação aos temas como ética profissional, responsabilidade social e inclusão social?

Praticamente inexistente em termos acadêmicos. Em poucas disciplinas professores trataram do tema de maneira superficial. De qualquer forma, durante esse período tive uma experiência interessante no que diz respeito a essa temática ao participar da formação de um grupo de turismo social formados por alunos do curso, no qual se tentava trabalhar o que hoje chamaríamos de “inclusão social” por meio de viagens educativas para jovens de comunidades menos favorecidas, ou carentes, relacionados a projetos sociais de caráter educativo. Assim foi possível atuar e discutir um pouco mais a fundo esses temas.

3.3 Se você pudesse contribuir para criar um novo curso de turismo, quais seriam suas sugestões?

Em primeiro lugar, que o curso tivesse um enfoque adequado. Na maior parte dos cursos de turismo a maior capacitação para trabalhar na área está em ensinar a emitir bilhetes. Sem desmerecer trabalhos de caráter mais técnico do que acadêmico, em minha opinião estes deveriam estar embasados em um curso técnico ou tecnológico. Assim, formações técnicas em cursos técnicos e formações teóricas em bacharelados. Há que superar a mentalidade de que todos precisam “fazer faculdade”.

Assim, um curso de turismo deveria ter um dos dois enfoques: planejamento e gestão ou administração. Talvez fosse compatível que ambos estivessem no mesmo curso, com duas habilitações. Esse curso deveria ter um conteúdo teórico muito forte e formar pessoas que estivessem capacitadas para: gerenciar/criar empresas no setor de turismo, gerenciar destinos e produtos turísticos, planejar/organizar/reestruturar destinos e produtos turísticos, e criar conhecimento teórico sobre a área. Atualmente nenhum curso de turismo do país atende a esses requisitos.

A definição dos enfoques do curso levaria, conseqüentemente, às alterações necessárias em sua grade curricular e, inclusive, na necessidade de professores com determinados tipos e níveis de formação.

3.4 Você pensa em atuar como professor na área de turismo? Por que?

Talvez, somente em universidades realmente comprometidas com ensino e pesquisa científica, e apenas em minha área de atuação. Acho importante disseminar o conhecimento obtido durante a vida acadêmica e profissional para auxiliar a formação de futuros profissionais.

Anexo 16 - Formulário 2- F2

Prezado (a) colaborador (a)

Em primeiro lugar agradeço sua atenção e sua disponibilidade em participar desta pesquisa que tem os seguintes objetivos:

- conhecer o ponto de vista dos profissionais em turismo, formados em instituições superiores, sobre seu papel, suas possibilidades de contribuição na construção e promoção da inclusão social;
- saber o que pensam sobre sua formação profissional e como avaliam esta formação.

Para facilitar a posterior análise das respostas, a pesquisa está estruturada em 3 partes com questões abertas, para que possa expor sua opinião livremente sobre sua área de atuação profissional e sua formação.

Atenciosamente,

Profa. Ana Lúzia M. Carneiro

PARTE I- Dados gerais:

1.15 Idade: 32 anos

1.16 Em que ano realizou o curso de Turismo: 2001 a 2004

1.17 Tempo de formado: 04 anos

1.18 Atual área de atuação profissional: há 13 anos

1.19

1.20 Função exercida atualmente: Agente de Viagens

1.21 Tempo em que exerce esta função: 13 anos

1.22 Renda salarial: R\$ 3.500 em média

PARTE II- Opiniões sobre o Turismo no Brasil e sobre a inclusão social:

2.1 Qual sua opinião sobre os impactos e contribuições do turismo em termos sociais, políticos e econômicos para a sociedade brasileira?

O turismo é um dos setores que mais crescem na economia brasileira e a maior contribuição social é a oportunidade do brasileiro cada vez mais ter acesso a determinados produtos que antes era de uma pequena minoria, na questão política a visibilidade que o Brasil tem hoje, o ainda pequeno mais real investimento na estrutura turística do país faz com que a procura pelo destino Brasil aumente a cada ano, onde todos ganham e a sociedade como um todo, pode ver no Turismo uma alavanca para um dos setores que melhor pode prospectar o nosso país e trazer divisas.

2.2 O que você entende por inclusão e exclusão social?

Como comentei acima, considero inclusão social a oportunidade de dar a um cidadão novos caminhos, antes por ele não traçados, como o Turismo no Brasil atualmente proporciona às pessoas que nunca sonharam em viajar, conhecer novos destinos, andar de avião e isso hoje é possível para cada vez mais pessoas, isso é inclusão social. Exclusão social é o inverso, é não dar acesso a informações das básicas as mais complexas e negar a oportunidade de crescimento cultural e intelectual, negar o direito de conhecer e com isso sonhar e idealizar algo melhor para suas vidas.

2.3 Você acha que o turismo pode promover condições de inclusão e exclusão social no Brasil? Como?

Inclusão a partir do momento que emprega e oferece a oportunidades de mais pessoas aprenderem uma nova profissão dentro da área de turismo e cada vez mais qualificar tais profissionais para que tenham excelência no atendimento e na qualidade dos serviços prestados e Exclusão quanto não acreditar no Turismo como uma forma de valorizar as nossas riquezas naturais e toda a hospitalidade que é própria do brasileiro.

2.4 Você acha que sua atuação profissional tem alguma relação com as condições de inclusão e exclusão social do país? Por que e como?

A atuação profissional requer antes de tudo oportunidades, a exemplo disso as empresas brasileiras no Turismo que investem em capacitação profissional são as que sem dúvida tem mais sucesso e rentabilidade, fazendo jus a inclusão social, que nada mais é que a ação de oferecer ferramentas e informação, que em toda e qualquer área, é um grande poder, quem tem informação e sabe como aplicá-las, tem nas mãos o sucesso profissional garantido, porém quem não investe na melhoria da qualidade dos serviços prestados e nas informações, exclui e tira a oportunidade de passar adiante um bom nível de informação e conhecimento, quando informamos corretamente um viajante sobre determinado destino o sucesso da viagem é sempre mais garantido, uma vez que isso não aconteça por não ter este funcionário

tal capacidade, ele faz parte dos altos índices de exclusão social em sua atuação profissional. O Poder público deve investir em cursos de aprimoramento, uma vez que veja no Turismo a oportunidade de crescimento econômico e social e as empresas privadas entenderem que investir em capacitação é inteligente porque a resposta a este investimento é imediata.

PARTE III- Sobre sua formação no curso de turismo:

3.1 Como ex-aluno de um curso superior de turismo, como você avalia sua formação acadêmica?

Foi muito interessante minha formação acadêmica, uma vez que já atuava há 06 anos como agente de viagens e pude ter outras visões sobre o setor de turismo e entender principalmente a importância da troca cultural, esse foi o meu maior aprendizado.

3.2 Como foi sua formação no curso de turismo em relação aos temas como ética profissional, responsabilidade social e inclusão social?

Ética em todo e qualquer setor sem dúvida é fundamental e no Turismo ainda é algo a ser buscado, pois ainda há uma grande distância entre a teoria da faculdade e a prática de mercado, onde como profissional me confronto com muitas situações onde ser ética antes de tudo é uma questão de atitude com a vida e partindo desse ponto com o mundo. A Responsabilidade social começa a partir do momento em que há comprometimento com o seu próximo sendo assim possível toda e qualquer inclusão social.

3.3 Se você pudesse contribuir para criar um novo curso de turismo, quais seriam suas sugestões?

A minha eterna sugestão é trazer para o curso de turismo, a prática do mercado, pois o discente sai da universidade com pouquíssima noção de mercado e é cobrado como se tivesse a obrigação de entender, sendo a faculdade talvez a única oportunidade de contato com a área de atuação deste aluno.

3.4 Você pensa em atuar como professor na área de turismo? Por que?

Penso sim, preciso na verdade me organizar para isso, fiz uma pós graduação no Senac da Francisco Matarazzo em São Paulo em Docência nas áreas de Turismo e Hotelaria e me apaixonei pela possibilidade de poder de alguma forma contribuir com o conhecimento adquirido ao longo desses 13 anos de atuação no mercado de turismo, área pela qual sou apaixonada e que acredito sem o setor que fará do nosso país um exemplo de crescimento sustentável, de inclusão social pacífica e oportunidades de divulgar um país continental de muitas faces e muitas culturas.

Anexo 17 - Formulário 3- F3

Prezado (a) colaborador (a)

Em primeiro lugar agradeço sua atenção e sua disponibilidade em participar desta pesquisa que tem os seguintes objetivos:

- conhecer o ponto de vista dos profissionais em turismo, formados em instituições superiores, sobre seu papel, suas possibilidades de contribuição na construção e promoção da inclusão social;
- saber o que pensam sobre sua formação profissional e como avaliam esta formação.

Para facilitar a posterior análise das respostas, a pesquisa está estruturada em 3 partes com questões abertas, para que possa expor sua opinião livremente sobre sua área de atuação profissional e sua formação.

Atenciosamente,

Profa. Ana Lúzia M. Carneiro

PARTE I- Dados gerais:

1.23 Idade: 22 anos

1.24 Em que ano realizou o curso de Turismo: 2002 à 2006

1.25 Tempo de formado: 2 anos (quase)

1.26 Atual área de atuação profissional: Planejamento Turístico e Docência em curso Técnico de Turismo

1.27 Função exercida atualmente: ambas citadas acima

1.28 Tempo em que exerce esta função: Docência (10 meses) e Planejamento Turístico (1 ano e 5 meses)

1.29 Renda salarial: R\$ 500, 00 (docência) e no Planejamento Turístico varia de acordo com os projetos

PARTE II- Opiniões sobre o Turismo no Brasil e sobre a inclusão social:

2.1 Qual sua opinião sobre os impactos e contribuições do turismo em termos sociais, políticos e econômicos para a sociedade brasileira?

Na minha opinião depende qual é o interesse da atividade turística a ser implantada, pois pode ser tanto positiva quanto negativa. Eu, particularmente, acredito que o Turismo só é uma boa alternativa quando ele se torna bom para a comunidade que recebe os turistas, haja vista ser ela que sofrerá positiva ou negativamente com os impactos do Turismo. Sobretudo o Turismo é uma atividade econômica e que, portanto, pode ser uma fonte alternativa de trabalho e renda e também tem uma capacidade transformadora social (boa e ruim) muito grande. Infelizmente no Brasil muitos ainda não perceberam essa capacidade de transformação econômica, social e política que tem o Turismo e sem exageros, talvez seja uma das grandes oportunidades que o Brasil tem de melhorar seus próprios e tão criticados índices de desenvolvimento econômico e social.

Citando um exemplo muito discutido atualmente, muitos arquitetos e historiadores vêem no Turismo como, talvez, a única possibilidade de salvar o patrimônio cultural das cidades e isso tem impactos diretos na economia, nas relações sociais entre os moradores das cidades e na relação morador x visitante com reflexos significativos na diminuição dos índices de violência urbana. A partir do momento em que os moradores se reconhecem e se identificam com o lugar onde moram, há grandes possibilidades de melhorias significativas nos índices de violência, nos indicadores econômicos; e uma ferramenta possível para que isso tudo efetivamente aconteça são as técnicas do Turismo (Educação Não-Formal – Educação Patrimonial)

2.2 O que você entende por inclusão e exclusão social?

Inclusão social é uma tentativa de diversos organismos, instituições e atividades de inserir / incluir pessoas na sociedade / comunidade em que vivem e também de incluí-las em um sistema que as exclui, que é o capitalismo. O capitalismo é o sistema de acúmulo de capital que promove e permeia tal discussão, já que “ele” é o principal responsável pela segregação social em prol do progresso e do desenvolvimento. Esse progresso e desenvolvimento (científico e tecnológico) do capitalismo propõe a diminuição de custos (inclusive de mão-de-obra), o que faz com que os números de postos de trabalho diminuam e, como todos os bens de produção têm por finalidade o consumo humano (direta ou indiretamente), é impossível que nesse sistema as pessoas tenham condições de se auto-gerir e assim se promove a exclusão social.

2.3 Você acha que o turismo pode promover condições de inclusão e exclusão social no Brasil? Como?

Sim, pois o Turismo pode ser uma fonte alternativa de trabalho e renda aos meios outrora já realizados dependendo em quais condições for implantado e a quem ele pretende atender. Acredito que, se o Turismo tiver por objetivo a promoção social da comunidade receptora, a inserção de mão-de-obra da própria localidade mesmo que seja necessário a capacitação profissional, haverá grandes possibilidades de sucesso do empreendimento, seja ele qual for. Contudo se a medida das coisas for o visitante, sem dúvida nenhuma que o projeto está fadado ao fracasso social, pois basta tomarmos como exemplo o projeto da Costa do Sauípe na Bahia e a Ilha de Fernando de Noronha.

2.4 Você acha que sua atuação profissional tem alguma relação com as condições de inclusão e exclusão social do país? Por que e como?

Sim, pois não podemos nos esquecer que o Turismo é uma atividade altamente exploratória e colonizadora. A única possibilidade de sucesso da atividade turística é se tanto a comunidade quanto o meio na qual ela está inserida forem as medidas do planejamento, ou seja, que sejam respeitados os interesses das pessoas e o ambiente em que vivem, seja ele urbano, rural ou natural.

PARTE III- Sobre sua formação no curso de turismo:

3.1 Como ex-aluno de um curso superior de turismo, como você avalia sua formação acadêmica?

Acredito que poderia ter sido melhor e com grande enfoque na área de planejamento e gestão, já que o Turismo só crescerá no Brasil aos índices que todos esperamos se houver base acadêmica para isso. Ciências como Filosofia, Antropologia e Sociologia, ao meu ver, devem ser presenças constantes durante toda a grade curricular, pois se trabalhamos com sensações e experiências e é essa a grande moeda de troca do Turismo, o como fazer tem base nesses conhecimentos. O incentivo ao empreendedorismo também deve ser constante.

3.2 Como foi sua formação no curso de turismo em relação aos temas como ética profissional, responsabilidade social e inclusão social?

As discussões foram muito boas porque mostraram os vários lados existentes quando se fala em ética profissional, responsabilidade social e inclusão social. Como diziam nossos professores, tudo depende dos interesses. Porém, por ser uma instituição de bases católicas, nos deixaram claro os inúmeros caminhos, mas sempre nos disseram para pensarmos primeiramente nas pessoas; assim o sucesso das atividades terão grandes possibilidades de sucesso.

3.3 Se você pudesse contribuir para criar um novo curso de turismo, quais seriam suas sugestões?

As que eu citei acima são algumas boas, mas não são pouquíssimas. A criação de um novo curso de Turismo deve sempre estar intrinsecamente ligada às especificidades da região em que serão formados os profissionais. Em nossa região (Campinas), a leitura sobre esta atividade deve e está sendo lida sob uma nova ótica, um novo olhar. Pensamos em Turismo para esta região de uma maneira completamente inovadora.

3.4 Você pensa em atuar como professor na área de turismo? Por que?

Sim, pois talvez possa contribuir academicamente com as práticas que desenvolvo durante a minha carreira profissional.

Anexo 18 - Formulário 4- F4

Prezado (a) colaborador (a)

Em primeiro lugar agradeço sua atenção e sua disponibilidade em participar desta pesquisa que tem os seguintes objetivos:

conhecer o ponto de vista dos profissionais em turismo, formados em instituições superiores, sobre seu papel, suas possibilidades de contribuição na construção e promoção da inclusão social;

saber o que pensam sobre sua formação profissional e como avaliam esta formação.

Para facilitar a posterior análise das respostas, a pesquisa está estruturada em 3 partes com questões abertas, para que possa expor sua opinião livremente sobre sua área de atuação profissional e sua formação.

Atenciosamente,

Profa. Ana Lúzia M. Carneiro

PARTE I- Dados gerais:

Idade: 31 ANOS

Em que ano realizou o curso de Turismo: 1997-2000

Tempo de formado: 8 anos

Atual área de atuação profissional: Transporte - Cia. Aérea

Função exercida atualmente: Agente de reserva

Tempo em que exerce esta função: 09 anos

Renda salarial: R\$2.900,00

PARTE II- Opiniões sobre o Turismo no Brasil e sobre a inclusão social:

2.1 Qual sua opinião sobre os impactos e contribuições do turismo em termos sociais, políticos e econômicos para a sociedade brasileira?

Só existe impacto se não houver planejamento. Uma cidade bem planejada e um turismo controlado só traz benefícios tanto para a cidade (desenvolvimento) quanto para a população local. Por isso é importante ressaltar a importância de um bom planejamento turístico que trata de forma séria a sustentabilidade. A falta deste planejamento pode sim trazer sérios danos a economia, e a sociedade do local.

Quando o planejamento turístico é feito levando em conta todos os fatores, como a política, a economia local e a população local o resultado sempre vai ser positivo. A cidade vai se desenvolver levando junto sua população. É imprescindível um trabalho com a população, porque esta precisa concordar e estar esclarecida para poder opinar, mas também é importante realizar o mesmo trabalho com o próprio turista, conscientizando-o de que se deve respeitar o lugar, sem ignorar a população e principalmente respeitando os costumes locais.

2.2 O que você entende por inclusão e exclusão social?

Enquanto a inclusão social é produto de políticas públicas dirigidas para o resgate e a incorporação da população marginalizada, oferecendo condições e acesso à organização social, cidadãos com plenos direitos; já a exclusão social aplicável à realidade de uma sociedade capitalista é que "excluídas são todas as que não participam dos mercados de bens materiais ou culturais" (Martine Xiberras).

2.3 Você acha que o turismo pode promover condições de inclusão e exclusão social no Brasil? Como?

Com certeza. Ao mesmo tempo que a sociedade pode fazer parte desse desenvolvimento turístico, a mesma pode também se excluir ou ser excluída desse processo. Temos que ter em mente que a sociedade é a peça chave no turismo de uma cidade, é importante ter a população interagindo diretamente com o turismo. Por isso a população precisa ser preparada e ouvida, afinal é o seu meio que vai ser afetado.

O turismo sustentável é o turismo de inclusão que dá a segurança da renda certa a população local e garante o bem estar por muito mais tempo, conservando o meio ambiente e garantindo saúde às próximas gerações.

O turismo de massa é o turismo de exclusão que dá muita renda por um período curto de tempo e não informa a sociedade nem os turistas sobre o respeito as pessoas (exploração de turistas e o desrespeito à cultura local) e ao meio ambiente, e em pouco tempo o turismo acaba e as pessoas da cidade ficam em uma situação difícil já que o seu meio foi "destruído" e não existe um preparo para outras atividades como não houve para o turismo.

2.4 Você acha que sua atuação profissional tem alguma relação com as condições de inclusão e exclusão social do país? Por que e como?

**É difícil falar, sobre isso não consigo ter um olhar de fora e perceber exatamente o que acontece. Exclusão talvez, olhando pelo lado financeiro, o uso de um serviço como de uma Cia. Aérea ainda é elitizado os valores são altos e em relação ao trabalho, exige estudo e línguas o que também dificulta o acesso a pessoas de baixa renda.

PARTE III- Sobre sua formação no curso de turismo:

▪ **3.1 Como ex-aluno de um curso superior de turismo, como você avalia sua formação acadêmica?**

- Gostei muito do que fiz, o curso foi completo no que se propôs, planejamento turístico, mas infelizmente hoje no mercado de trabalho um curso de turismo não significa muita coisa. Mesmo trabalhando na área, não consigo trabalhar na parte administrativa pois não tenho um curso como administração ou economia. Acho que falta conhecimento das pessoas sobre o que é um curso de turismo, ainda tem muita gente que pensa que curso de turismo é só para viajar. Hoje em parte me arrependo neste sentido de não conseguir uma posição melhor de trabalho por ter escolhido um curso “sem nome”.

▪ **3.2 Como foi sua formação no curso de turismo em relação aos temas como ética profissional, responsabilidade social e inclusão social?**

O curso foi muito bom, tinha muita ênfase nesses temas, a matéria de sociologia me deu muita base para entender sobre responsabilidade social e a sociologia aplicada juntamente com o planejamento turístico me deu a base de inclusão social. Todos os professores sempre foram claros e diretos sobre nossa responsabilidade e ética profissional.

▪ **3.3 Se você pudesse contribuir para criar um novo curso de turismo, quais seriam suas sugestões?**

- Não sei como está hoje, mas daria um pouco mais de ênfase na parte de gestão administrativa e também na parte prática.

▪ **3.4 Você pensa em atuar como professor na área de turismo? Por que?**

- Não. Não me identifico com a profissão de professor.

Anexo 19 - Formulário 5- F5

Prezado (a) colaborador (a)

Em primeiro lugar agradeço sua atenção e sua disponibilidade em participar desta pesquisa que tem os seguintes objetivos:

- conhecer o ponto de vista dos profissionais em turismo, formados em instituições superiores, sobre seu papel, suas possibilidades de contribuição na construção e promoção da inclusão social;
- saber o que pensam sobre sua formação profissional e como avaliam esta formação.

Para facilitar a posterior análise das respostas, a pesquisa está estruturada em 3 partes com questões abertas, para que possa expor sua opinião livremente sobre sua área de atuação profissional e sua formação.

Atenciosamente,

Profa. Ana Lúzia M. Carneiro

PARTE I- Dados gerais:

1.30 Idade: 27 anos

1.31 Em que ano realizou o curso de Turismo: 2002

1.32 Tempo de formado: 7 anos

1.33 Atual área de atuação profissional: Hotelaria

1.34 Função exercida atualmente: Treinamento de Gerencia em Governanca

1.35 Tempo em que exerce esta função: 2 meses

1.36 Renda salarial: AU\$ 25,00 / hora

PARTE II- Opiniões sobre o Turismo no Brasil e sobre a inclusão social:

2.1 Qual sua opinião sobre os impactos e contribuições do turismo em termos sociais, políticos e econômicos para a sociedade brasileira?

Acredito que a atividade turística em um contexto de desenvolvimento sustentável, integra a comunidade com os turistas e auxilia no processo de resgate da identidade cultural; investimentos e parcerias entre os setores público e privado trazem uma série de benefícios para a sociedade tais como melhoria da infra estrutura local, maior oferta de empregos, entre outros. Na questão econômica, a entrada de divisas e o estímulo ao desenvolvimento dos diferentes setores que integram-se com o turismo são, de maneira bem sucinta, os pontos que ao meu entender mais se destacam nessa discussão.

2.2 O que você entende por inclusão e exclusão social?

Leio inclusão social como a integração e a compreensão de que os diferentes níveis sociais podem atuar juntos de maneira harmoniosa, sem discriminação ou supervalorização de determinadas classes. Entendo que a exclusão social concretiza-se quando por algum motivo se deixa de lado algum segmento da sociedade, menosprezando ou ignorando a importância deste para o desenvolvimento integral de uma nação.

2.3 Você acha que o turismo pode promover condições de inclusão e exclusão social no Brasil? Como?

Absolutamente.

Penso que ao inserir a comunidade local como peça fundamental para o desenvolvimento turístico, seja como mão-de-obra, no resgate e valorização da identidade cultural e/ou na compreensão dos diferentes impactos positivos do Turismo, temos excelentes chances de promover a inclusão social no Brasil.

Em termos de exclusão, pode-se citar como exemplo, a busca equivocada de melhoria da paisagem local. As vezes, como tentativa de mascarar as condições precárias de um lugar, move-se comunidades para bairros completamente isolados, o que implica a mensagem de que determinados povoados não fazem parte da sociedade.

2.4 Você acha que sua atuação profissional tem alguma relação com as condições de inclusão e exclusão social do país? Por que e como?

No momento não, mas na minha última experiência profissional no Brasil, entre 2001 e 2005, como Professora de cursos profissionalizantes na área de Turismo e Hotelaria, conseguia enxergar minha contribuição, de maneira bem humilde, mas estava presente. Como trabalhava em projetos sociais, o fato de proporcionar qualificação profissional a comunidades carentes de quase tudo, resgatava a autoconfiança das pessoas e trazia o sentimento de que elas podiam sim ser integradas ou re integradas a sociedade.

PARTE III- Sobre sua formação no curso de turismo:

3.1 Como ex-aluno de um curso superior de turismo, como você avalia sua formação acadêmica?

Boa, mas com uma necessidade latente para melhorias. Entendo que a graduacao e parte de um primeiro passo e que nao podemos esperar que tudo venha da Instituicao ou simplesmente parar apos a conclusao de um curso superior.

3.2 Como foi sua formação no curso de turismo em relação aos temas como ética profissional, responsabilidade social e inclusão social?

Regular. Nao me lembro de uma disciplina que trabalhasse so essa tema. Tinhamos falas integradas as disciplinas, mas nada muito conciso. Porem, sempre existiu um espaco para aqueles interessados em projetos. O Espaco de Desenvolvimento Turistico tinha, entre outras atribuicoes, a funcao de inserir os estudantes no desenvolvimento de projetos, em sua maioria, com focos sociais. Tive a honra de integrar o *Projeto Camareira*, no qual estabelecia-se parcerias entre hotéis da regioao e a Universidade Metodista de Sao Paulo no emprestimo de equipamentos para alocar em determinada comunidade e oferecer cursos rapidos de camareira.

3.3 Se você pudesse contribuir para criar um novo curso de turismo, quais seriam suas sugestões?

Uma disciplina que trouxesse essa discussao mais a tona e estimulasse os estudantes no desenvolvimento e aplicacao de projetos sociais relacionados ao Turismo.

3.4 Você pensa em atuar como professor na área de turismo? Por que?

No momento nao, estou comecando um trabalho novo, um desafio enorme que chegou em consequencia da minha experiencia como professora da area no Brasil, fato que me rendeu creditos e atualmente estou em treinamento de gerencia na area de governanca. Estou no segundo dos tres meses de treinamento que me foi oferecido, depois desses tres meses, de acordo com meu desempenho, saberei se atuarei como gerente ou assistente de gerente na area de Governanca de um hotel 5 estrelas, categoria business (amorahotels.com.au). Como tenho a possibilidade de conseguir um sponsorship, penso em ficar na Australia pelos proximos dois anos, aprender um terceiro idioma, provavelmente espanhol, e voltar para o Brasil e tentar algo na area de Hotelaria. Penso que para voltar a lecionar, alem da experiencia que estou conquistando, gostaria de agregar uma pos ao meu curriculo.

Anexo 20 - Formulário 6- F6

Prezado (a) colaborador (a)

Em primeiro lugar agradeço sua atenção e sua disponibilidade em participar desta pesquisa que tem os seguintes objetivos:

- conhecer o ponto de vista dos profissionais em turismo, formados em instituições superiores, sobre seu papel, suas possibilidades de contribuição na construção e promoção da inclusão social;
- saber o que pensam sobre sua formação profissional e como avaliam esta formação.

Para facilitar a posterior análise das respostas, a pesquisa está estruturada em 3 partes com questões abertas, para que possa expor sua opinião livremente sobre sua área de atuação profissional e sua formação.

Atenciosamente,

Profa. Ana Lúzia M. Carneiro

PARTE I- Dados gerais:

1.37 Idade: 27

1.38 Em que ano realizou o curso de Turismo: 1999 – 2002

1.39 Tempo de formado: 6 anos

1.40 Atual área de atuação profissional: hotelaria

1.41 Função exercida atualmente: Governanta

1.42 Tempo em que exerce esta função: 4 anos

1.43 Renda salarial: R\$2430,00

PARTE II- Opiniões sobre o Turismo no Brasil e sobre a inclusão social:

2.1 Qual sua opinião sobre os impactos e contribuições do turismo em termos sociais, políticos e econômicos para a sociedade brasileira? Vejo que há jovens procurando cursos relacionados à área, através de ONG's que dão cursos de hotelaria e turismo. Acredito que isso beneficia a formação destes jovens, que normalmente residem em regiões carentes, tirando-os das ruas. Os turistas vêm gerando empregos, especialmente na área de hotelaria; o turismo de negócios, e até a formula 1 movimentam milhões na cidade de São Paulo. Isso só beneficia o desenvolvimento da economia e a sociedade.

2.2 O que você entende por inclusão e exclusão social? Envolver pessoas em uma determinada ação, independente de sua cor, raça, crença e status social, e a exclusão é não permitir que pessoas menos favorecidas participem de ações realizadas pela sociedade no geral.

2.3 Você acha que o turismo pode promover condições de inclusão e exclusão social no Brasil? Como? Possibilitando que pessoas tenham oportunidades de praticar o turismo interno, realizar parcerias com agências de viagem e hotéis, para que em épocas de baixa temporada pessoas com renda inferior possam também usufruir do turismo. O governo vem praticando algumas ações, com o turismo social e às pessoas da terceira idade, mas do meu ponto de vista é necessário maior divulgação.

2.4 Você acha que sua atuação profissional tem alguma relação com as condições de inclusão e exclusão social do país? Por que e como? Do lado da mão de obra, temos pessoas dos dois extremos, com condições financeiras boas, com ensino superior, assim como as equipes do operacional, com poucas oportunidades, e que dentro da empresa os próprios possuem um sentimento de exclusão por exercerem funções básicas, porém tão importantes dentro da empresa.

PARTE III- Sobre sua formação no curso de turismo:

3.1 Como ex-aluno de um curso superior de turismo, como você avalia sua formação acadêmica? Média, pois no meu caso o curso estava iniciando e não somente eu como os demais alunos sentíamos que estávamos sendo os "testados" com o curso. Poderia ter sido melhor.

3.2 Como foi sua formação no curso de turismo em relação aos temas como ética profissional, responsabilidade social e inclusão social? Foram poucas as abordagens sobre os temas.

3.3 Se você pudesse contribuir para criar um novo curso de turismo, quais seriam suas sugestões?

3.4 Você pensa em atuar como professor na área de turismo? Por que? Sim, pois atuo na área e sei que posso contribuir através da minha formação profissional.

Anexo 21 - Formulário 7- F7

Prezado (a) colaborador (a)

Em primeiro lugar agradeço sua atenção e sua disponibilidade em participar desta pesquisa que tem os seguintes objetivos:

- conhecer o ponto de vista dos profissionais em turismo, formados em instituições superiores, sobre seu papel, suas possibilidades de contribuição na construção e promoção da inclusão social;
- saber o que pensam sobre sua formação profissional e como avaliam esta formação.

Para facilitar a posterior análise das respostas, a pesquisa está estruturada em 3 partes com questões abertas, para que possa expor sua opinião livremente sobre sua área de atuação profissional e sua formação.

Atenciosamente,

Profa. Ana Lúzia M. Carneiro

PARTE I- Dados gerais:

1.44 Idade: *26 anos*

1.45 Em que ano realizou o curso de Turismo: *de 2001 a 2004*

1.46 Tempo de formado: *3 anos e meio*

1.47 Atual área de atuação profissional: *trabalho no comercio.*

1.48 Função exercida atualmente: *assistente financeira*

1.49 Tempo em que exerce esta função: *1 ano e meio*

1.50 Renda salarial: *1.500*

PARTE II- Opiniões sobre o Turismo no Brasil e sobre a inclusão social:

2.1 Qual sua opinião sobre os impactos e contribuições do turismo em termos sociais, políticos e econômicos para a sociedade brasileira?

Acredito que o Turismo só tem a contribuir de forma positiva se ele for bem planejado. Ele pode gerar renda, capacitar pessoas e trazer mais riquezas pra região, cidade, ou qualquer lugar onde estiver "acontecendo".

2.2 O que você entende por inclusão e exclusão social?

Na minha opinião inclusão social é fornecer condições favoráveis para que as pessoas tenham uma vida digna, como educação, saúde e trabalho. Seria oferecer oportunidade para que as pessoas possam viver em sociedade.

E a exclusão social é a falta dessas oportunidades que de certa forma marginalizam as pessoas. A exclusão social também ocorre por preconceito com deficientes físicos e mentais, e idosos.

2.3 Você acha que o turismo pode promover condições de inclusão e exclusão social no Brasil? Como?

Acho q o turismo pode promover inclusão social a partir do momento que ofereça condições de trabalho e renda a uma região, seja de forma direta ou indireta.

2.4 Você acha que sua atuação profissional tem alguma relação com as condições de inclusão e exclusão social do país? Por que e como?

Não trabalho na área de turismo.

PARTE III- Sobre sua formação no curso de turismo:

3.1 Como ex-aluno de um curso superior de turismo, como você avalia sua formação acadêmica?

Como ex-aluno minha avaliação de forma geral foi uma boa formação acadêmica, tive muitas abordagens de estudo, profissionais capacitados, etc. Porém como profissão é pouco reconhecida no país.

3.2 Como foi sua formação no curso de turismo em relação aos temas como ética profissional, responsabilidade social e inclusão social?

Sinceramente não me recordo muitos dos temas trabalhados, mas a faculdade oferecia matérias de estudos dos problemas brasileiros e sociologia

3.3 Se você pudesse contribuir para criar um novo curso de turismo, quais seriam suas sugestões?

Não tenho sugestões.

3.4 Você pensa em atuar como professor na área de turismo? Por que?

Ainda não desisti da área, mas estou trabalho em outro segmento que não tem a ver com o turismo. Não penso em atuar como professora da área.

Anexo 22 - Formulário 8- F8

Parte I

- 1- 25 anos
- 2- De 2001 a 2004
- 3- 3 anos
- 4- Consultoria em intercâmbio e viagens internacionais
- 5- Consultora de cursos de viagens
- 6- 3 anos
- 7- R\$ 1300,00

Parte II

1 – R: Acredito este ser o principal motivo e o fator determinante para alguém escolher esta área de atuação. Para não estender a questão e transformá-la em um texto, tentarei tornar o assunto mais sucinto possível. Acredito que atualmente há mais impacto do que contribuição. Ao ser instalado um equipamento turístico, ou destino turístico, a influência na rotina daquela localidade e nas pessoas que dela fazem parte é grande o suficiente para mudar o dia-a-dia e o funcionamento das coisas no local. Mudança em transporte público, residências, imposições de padrões de atendimento, de serviço, de distribuição e venda de produtos, etc., fazem necessário a reeducação do cidadão para cumprimento de tais papéis ou adaptação no estilo de vida. A dúvida ronda sobre o questionamento para aquela comunidade se eles desejariam determinadas mudanças ou não. Dificilmente questionados, são obrigados a entender de uma forma agressiva o ocorrido e como deve se portar para fazer parte da nova realidade. Quanto às contribuições, se expostas nas promessas e nas propostas do projeto como maior rentabilidade, movimentação e fluxo de vendas, melhoria na qualidade de vida da população etc., deve ser explicado, opinado e compreendido. Algo que infelizmente na maioria das vezes não acontece. Brusca ou lentamente as alterações da rotina e da realidade dos residentes passam a ser absorvidas dentro do limite de cada um para entender o que realmente está acontecendo no lugar em que reside.

2- R: Depende do sentido e depende do foco a ser tratado. Focando em fins turísticos, a inclusão social não é tratada com seriedade e força necessária, pelo contrário, o maior interessado, ou seja, o residente daquele local, acaba não fazendo parte do processo de decisão ou ao menos explicação sobre o que está sendo implantado em sua cidade, bairro ou afins. A falta de instrução, treinamento, conhecimento e participação gera a exclusão social, assim como a falta de acesso às oportunidades e conseqüentemente, ao bem que essa atividade geraria ao local.

3- R: Pela participação na implantação de um projeto, de uma nova lei, de uma reestruturação urbana, da participação ativa no meio profissional, na participação dos resultados, na participação da renda gerada, dos benefícios obtidos com a atividade. No auxílio com opinião e conhecimento dos projetos em andamento da sua comunidade, na participação em reuniões, assembleias, conferências, debates, sessões políticas, pesquisas e desenvolvimento do projeto acordado.

4 – R: O turismo no geral, tem e muito, como exposto anteriormente. Na minha função especificamente eu procuro encontrar, todos os dias e fazer acontecer. Trabalho em uma aérea restrita às classes mais favorecidas economicamente e me arriscaria a dizer culturalmente também. Uma viagem internacional para um intercâmbio exige, tempo, pré-disposição, conhecimento e mais do que tudo, dinheiro. Não se trata de uma atividade barata nem acessível à população em geral. A disposição de financiamento e oportunidade de maior parcelamento é uma das medidas para tentar amenizar o fator custo, mas talvez a exclusão continue.

Atualmente, estou trabalhando com a possibilidade de intercâmbio para deficientes físicos, ou melhor, pessoas com dificuldade de locomoção. Meu primeiro desafio está sendo agora no mês de julho com uma cadeirante indo fazer um curso de inglês em Toronto, no Canadá. Ela vinha de uma luta em algumas agências que alegavam impossível ela vivenciar a experiência e estamos fazendo de tudo para que ela tenha uma das melhores da vida dela. Ela vai estudar em uma escola normal com outros estudantes internacionais e viver numa casa de família canadense, o que ela está achando o máximo tanto que já tenho contatos de outros amigos cadeirantes para as próximas viagens. Acredito que todos podem fazer sua parte, independente do nicho que atua, sempre há uma possibilidade, você só precisa enxergá-la e ter “feeling” para tornar aquilo uma oportunidade de melhorar a vida de alguém.

Parte III

- 1) R: Vaga. São poucas as aulas específicas e que te dão um suporte que a prática exige. A teoria é muito bonita e muitas vezes muito distante da prática também. Não sentimos, digo sentimos pois o sentimento sem dúvida é generalizado, preparados para dirigir algo ao sair da academia, e em alguns casos, nem de exercer determinada função. Vide a defasagem dos cursos acadêmicos de turismo. As pessoas percebem, as pessoas conversam e notam o sucesso ou o fracasso dos formandos.
- 2) Foi bem tratada se relacionada ao conteúdo programático fraco, ou pouco específico. A idéia de generalidade sempre foi muito bem tratada, mas sempre ficou na superficialidade, no nível holístico. Com tudo visto de uma forma geral fica mais difícil do aluno observar a questão da responsabilidade e inclusão social, afinal, a área em questão ficou duvidosa. Quando você tem apenas uma idéia de como funciona determinada área, fica mais restrito notar as oportunidades que você pode encontrar nela de ajudar socialmente, politicamente e não apenas financeiramente.
- 3) Muito mais prática do que teoria e muito mais teoria específica do trade do que textos “poéticos” e superficiais. A teoria é importante e necessária, inquestionável, mas não dá para parar nisso. O aluno sai despreparado, desencorajado e com o sentimento de que não se formou em uma área específica, mas que sabe um pouquinho de várias, mas não é especialista em nenhuma, o que torna ainda mais difícil atuar.

Já pensei, admiro e me identifico com a aérea acadêmica, além de gostar da sala de aula. No entanto, nos sentimos desestimulados pela evasão atual do curso, pela falta de retorno profissional pós-formação e pela falta de reconhecimento no mercado do profissional de turismo, fica difícil motivar alguém a seguir a área. Não só tentar ajudar os outros, o trade deveria tentar ajudar a si próprio.

Anexo 23 - Formulário 9- F9

Prezado (a) colaborador (a)

Em primeiro lugar agradeço sua atenção e sua disponibilidade em participar desta pesquisa que tem os seguintes objetivos:

- conhecer o ponto de vista dos profissionais em turismo, formados em instituições superiores, sobre seu papel, suas possibilidades de contribuição na construção e promoção da inclusão social;
- saber o que pensam sobre sua formação profissional e como avaliam esta formação.

Para facilitar a posterior análise das respostas, a pesquisa está estruturada em 3 partes com questões abertas, para que possa expor sua opinião livremente sobre sua área de atuação profissional e sua formação.

Atenciosamente,

Profa. Ana Lúzia M. Carneiro

PARTE I- Dados gerais:

1.51 Idade: 28

1.52 Em que ano realizou o curso de Turismo: 1998 (início) – 2001 (conclusão)

1.53 Tempo de formado: 6 anos

1.54 Atual área de atuação profissional: docência e pesquisa

1.55 Função exercida atualmente: professor do curso de Turismo do CEFET-SP (atualmente afastado para curso de doutorado no exterior)

1.56 Tempo em que exerce esta função: 5 anos

1.57 Renda salarial:

PARTE II- Opiniões sobre o Turismo no Brasil e sobre a inclusão social:

2.1 Qual sua opinião sobre os impactos e contribuições do turismo em termos sociais, políticos e econômicos para a sociedade brasileira?

O turismo é uma atividade que, como qualquer outra, traz benefícios e custos à sociedade brasileira. No entanto, por ser uma atividade de alto valor agregado, intensiva em mão-de-obra, intensiva em recursos naturais (abundantes no país), e com significativos custos relativamente reduzidos, acredito que o potencial de contribuição do setor para o desenvolvimento do país é substancial. Naturalmente, o gerenciamento eficiente deste setor é necessário para que seu potencial de contribuição seja transformado em realidade.

2.2 O que você entende por inclusão e exclusão social?

Este não é um assunto de minha especialidade, mas entendo que exclusão social se refere à não incorporação de certos indivíduos em determinadas esferas da sociedade. O termo é mais frequentemente utilizado para critérios de exclusão econômicos, educacionais e físicos relativos aos indivíduos. Inclusão social é um termo mais relacionado com o processo de inversão da exclusão social.

2.3 Você acha que o turismo pode promover condições de inclusão e exclusão social no Brasil? Como?

Não acredito que o turismo tenha nenhum papel particularmente relevante nesses aspectos, e sim um papel apenas tão relevante quanto outros diversos setores. O processo produtivo do turismo é tão capitalista e excludente quanto muitos outros. É claro que o turismo é um setor que promove inclusão social em alguns casos, mas qual setor não é capaz de fazer o mesmo? É importante lembrar que a análise relevante neste caso não é **com** ou **sem** o turismo, mas **com o turismo** ou **com outra atividade em seu lugar**. Além disso, em comparação com setores mais ligados a educação e cultura, o turismo me parece menos relevante para a inclusão social.

2.4 Você acha que sua atuação profissional tem alguma relação com as condições de inclusão e exclusão social do país? Por que e como?

Sim, mas a relação de minha atuação com a inclusão social está fortemente ligada ao meu papel como educador, e não particularmente como educador da área de Turismo.

PARTE III- Sobre sua formação no curso de turismo:

3.1 Como ex-aluno de um curso superior de turismo, como você avalia sua formação acadêmica?

Minha opinião que o estudo do turismo é muito mais relevante para a formação de profissionais do setor, e não para a formação de planejadores, pesquisadores ou similares. Estas últimas formações deveriam ocorrer através de curso ligados às ciências, como Economia, Geografia, Psicologia, etc.

Turismo é apenas um setor produtivo, e como tal, deveria ser tratado dentro da esfera das chamadas “ciências gerenciais”. Desta forma, acredito que graduação na área foi um pouco equivocada na medida em que estava voltada para a formação planejadores. Acredito que cursos focados na formação de gestores de negócios turísticos são mais adequados.

3.2 Como foi sua formação no curso de turismo em relação aos temas como ética profissional, responsabilidade social e inclusão social?

Não tive nenhum tipo de formação específica nestas questões. Tampouco acredito que estes são temas que devam ser tratados como principais em um curso de Turismo. Apesar de certamente serem temas relevantes para a formação de qualquer cidadão, por que o profissional de turismo deveria receber uma formação especialmente forte nestes temas? Temas como estes deveriam estar presentes no curso de Turismo na mesma medida em que estão presentes nos cursos de Administração de Empresas.

3.3 Se você pudesse contribuir para criar um novo curso de turismo, quais seriam suas sugestões?

Cursos mais voltados para a formação de profissionais do setor produtivo chamado Turismo. Essa formação ampla, “pseudo-pensadora”, apenas esconde a mediocridade e gradua cidadãos desempregados e incapazes de efetivamente contribuir com as questões sociais brasileiras. Sou a favor de cursos mais pragmáticos (não quer dizer técnicos) e voltados para o mercado de trabalho. A inclusão destes estudantes no mercado de trabalho é o primeiro passo para a inclusão social e para o desenvolvimento do país.

3.4 Você pensa em atuar como professor na área de turismo? Por que?
Já atuo na área.

Anexo 24 - Formulário 10- F10

Prezado (a) colaborador (a)

Em primeiro lugar agradeço sua atenção e sua disponibilidade em participar desta pesquisa que tem os seguintes objetivos:

- conhecer o ponto de vista dos profissionais em turismo, formados em instituições superiores, sobre seu papel, suas possibilidades de contribuição na construção e promoção da inclusão social;
- saber o que pensam sobre sua formação profissional e como avaliam esta formação.

Para facilitar a posterior análise das respostas, a pesquisa está estruturada em 3 partes com questões abertas, para que possa expor sua opinião livremente sobre sua área de atuação profissional e sua formação.

Atenciosamente,

Profa. Ana Lúzia M. Carneiro

PARTE I- Dados gerais:

1.58 Idade: 24 anos

1.59 Em que ano realizou o curso de Turismo: 2003-2007

1.60 Tempo de formado: 6 meses

1.61 Atual área de atuação profissional: Prestação de serviços no setor imobiliário

1.62 Função exercida atualmente: Assistente de Atendimento ao Cliente Bilíngue Pleno

1.63 Tempo em que exerce esta função: Aproximadamente 4 meses

1.64 Renda salarial: Aproximadamente R\$2.500,00

PARTE II- Opiniões sobre o Turismo no Brasil e sobre a inclusão social:

2.1 Qual sua opinião sobre os impactos e contribuições do turismo em termos sociais, políticos e econômicos para a sociedade brasileira? Na minha opinião o impacto social é significativo, pois se considerarmos os inúmeros tipos de turismo (religioso, de lazer, de esportes, de negócios etc), boa parte da população tem o turismo presente em suas vidas. Creio que tanto o impacto político quanto o econômico ainda são inferiores ao que poderiam, tendo em vista o grande potencial turístico do Brasil, que é um país de proporções continentais e tem os mais diversos atrativos naturais e culturais. A Espanha tinha uma porcentagem muito pequena do seu PIB referente ao turismo, porém após fortes investimentos por parte da iniciativa privada com apoio do governo o turismo no país passou a ser um dos maiores pilares da economia espanhola.

2.2 O que você entende por inclusão e exclusão social? Creio que a inclusão social se refira a ações do governo para resgatar as populações marginalizadas, oferecendo melhores condições de uma vida social através de assistências nas áreas de saúde, educação etc. Já a exclusão social decorre, dentre outros fatores, da forte expansão do capitalismo mundial, que leva a grande maioria do povo, que é pobre, a não ter condições decentes de vida (educação, saúde, lazer, moradia).

2.3 Você acha que o turismo pode promover condições de inclusão e exclusão social no Brasil? Como? Acredito que sim. Em relação à inclusão, as populações marginalizadas não tem acesso a nenhum tipo de lazer, que é uma das vertentes do Turismo. Alguns programas de inclusão social poderiam abranger o lazer, que é inexistente para muitas famílias brasileiras. Sobre a exclusão social, as populações mais carentes podem se sentir “frustradas” e “diminuídas” com a presença de turistas ricos na sua cidade, desfrutando de atrativos que eles, muitas vezes, não tem condições de aproveitar mesmo vivendo no local.

2.4 Você acha que sua atuação profissional tem alguma relação com as condições de inclusão e exclusão social do país? Por que e como?

PARTE III- Sobre sua formação no curso de turismo:

3.1 Como ex-aluno de um curso superior de turismo, como você avalia sua formação acadêmica? Minha formação acadêmica me possibilitou um ótimo início de carreira, quando ainda trabalhava na área turística. No entanto, atualmente não trabalho mais com Turismo e estou me especializando em Administração de Empresas para poder ter uma abrangência maior de conhecimentos.

3.2 Como foi sua formação no curso de turismo em relação aos temas como ética profissional, responsabilidade social e inclusão social? Esses temas não foram abordados com grande profundidade no curso.

3.3 Se você pudesse contribuir para criar um novo curso de turismo, quais seriam suas sugestões? Acredito que no último ano de curso o aluno deveria ter a opção de se especializar em uma área específica do Turismo.

3.4 Você pensa em atuar como professor na área de turismo? Por que? Não, pois não tenho interesse pela área acadêmica.